

MIGRAÇÕES E REFÚGIO

TEMAS EMERGENTES
NO BRASIL



COORDENAÇÃO: LUÍS FELIPE AIRES MAGALHÃES | ROSANA BAENINGER | LUCIA MARIA MACHADO BÓGUS
ORGANIZAÇÃO: ALINE LIMA SANTOS | CAIO FERNANDES | CAMILA RODRIGUES DA SILVA | FÁTIMA CHAVES | CATARINA VON ZUBEN
JÓICE DOMENICONI | LAÍS MENEGUELLO BRESSAN | VIVIANE SANTOS



MIGRAÇÕES E REFÚGIO

TEMAS EMERGENTES
NO BRASIL

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
Núcleo de Estudos de População Elza Berquó - NEPO
Observatório das Migrações em São Paulo

REITOR Antônio José de Almeida Meirelles

COORDENAÇÃO GERAL DA UNIVERSIDADE Maria Luiza Moretti

CENTROS E NÚCLEOS INTERDISCIPLINARES DE PESQUISA Ana Carolina de Moura Delfim Maciel

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO ELZA BERQUÓ Maísa Faleiros da Cunha

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMOGRAFIA Alberto Jakob

DEPARTAMENTO DE DEMOGRAFIA Luciana C. Alves

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO Rosana Baeninger e Luís Felipe Aires Magalhães

OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO BRASILEIRA
Rosana Baeninger, Jorge Malheiros, Victor Barros, Duval Fernandes, Andrea Oltramari

APOIO
Ministério Público do Trabalho – MPT
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
Memorial da América Latina

Comitê de Publicação
Aline Lima Santos
Caio Fernandes
Camila Rodrigues da Silva
Jóice Domeniconi
Laís Meneguello Bressan
Luís Felipe Aires Magalhães
Maria de Fátima Chaves
Viviane Santos

FOTO DA CAPA E DA PUBLICAÇÃO
Imigração Afegã em São Paulo, por Chico Max.
Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo, 2022.

FICHA CATALOGRÁFICA
ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA ADRIANA FERNANDES – CRB 6332

M588 Migração e refúgio: temas emergentes no Brasil / Luís Felipe Aires Magalhães; Rosana Baeninger/Lúcia Maria Machado Bógus (Coordenadores); Aline Lima Santos; Caio Fernandes; Maria de Fátima Chaves; Catarina von Zuben; Jóice Domeniconi; Laís Meneguello Bressan; Viviane Santos; Camila Rodrigues da Silva (Organizadores). – Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2024.
456 p.
ISBN 978-65-87447-30-8
1. Migrações Internacionais. 2. Refúgio. 3. Direitos. I. Magalhães, Luís Felipe Aires. II. Baeninger, Rosana. III. Bógus, Lúcia Maria Machado. IV. Santos, Aline Lima. V. Fernandes, Caio. VI. Chaves, Maria de Fátima. VII.Zuben, Catarina von. VIII. Domeniconi, Joice. IX. Bressan, Laís Meneguello. X. Santos, Viviane. XI. Silva, Camila Rodrigues da. XII Título.

CDD 301.328

COORDENAÇÃO

Luís Felipe Aires Magalhães | Rosana Baeninger | Lucia Maria Machado Bógus

ORGANIZAÇÃO

Aline Lima Santos | Caio Fernandes | Camila Rodrigues da Silva | Fátima Chaves | Catarina von Zuben
Jóice Domeniconi | Laís Meneguello Bressan | Viviane Santos

MIGRAÇÕES E REFÚGIO

TEMAS EMERGENTES
NO BRASIL

2024





**A Niderau José Prates Magalhães
(in memoriam)**



SUMÁRIO

- 10 • Apresentação** - Pedro Mastrobuono, Presidente da Fundação Memorial da América Latina
- 12 • Prefácio** - Luís Felipe Aires Magalhães e coordenação/organização da Coletânea

BLOCO 1: DINÂMICAS MIGRATÓRIAS CONTEMPORÂNEAS

- 24 • “Hoy me voy pa’l norte: “crise migratória” nas Américas e o Brasil como espaço de trânsito de migrantes internacionais** - Julia Scavitti, Caio Fernandes e Luís Felipe Aires Magalhães
- 38 • Do Sonho ao Pesadelo, trajetórias interrompidas: uma análise sobre a situação dos brasileiros deportados dos Estados Unidos residentes em Minas Gerais e em Rondônia** - Duval Fernandes, Maria da Consolação Gomes de Castro, Renata da Silva Nobrega, Henrique Galhano Balieiro, Lutiana Valadares Fernandes Barbosa, Carolina Ribeiro Barbosa.
- 46 • Migrações Sul - Norte no Século XXI: Migrações de brasileiros para Portugal e o envio de remessas, 2000 - 2020** - Joice Domeniconi e Rosana Baeninger
- 58 • Barreiras e Dificuldades da Diáspora Científica Brasileira em Portugal** - Andrea Oltramari, Aline Chima, Flavio Riche e Victor Barros
- 70 • O Brasil na rota das migrações afegãs contemporâneas** - Paulo Mortari A. C. e Mona Perlingeiro
- 84 • Perspectivas Divergentes de Refúgio: Um diálogo entre experiências cubanas no Brasil** - Erika Andrea Butikofer e Fátima Chaves.
- 94 • A Imigração Haitiana no Brasil e suas Relações com Agentes Intermediários no Processo Migratório** - Wisnel Joseph

BLOCO 2: DILEMAS DA INSERÇÃO SOCIOLABORAL

- 106 • “Um Rio sem Margens é o Ideal do Peixe” - Integração social de imigrantes no Estado Democrático de Direito e o Etnonacionalismo** - José Carlos Alves Pereira
- 120 • O Movimento Sindical e a Representação das Pessoas Migrantes no Brasil: Encontros e Desencontros** - Vinícius Cruz Campos.
- 128 • Migrações Latino-Americanas no Interior Paulista: A face do xenorracismo** - Juliana Carvalho Ribeiro e Rosana Baeninger
- 142 • Pandemia e recrudescimento da espoliação de corpos-territórios Guarani-Kaiowá pelo agronegócio da soja-carne na região de Dourados-MS** - Allan Rodrigo de Campos Silva
- 158 • Migração e Pandemia: Trabalhadores haitianos em um frigorífico no sul do Brasil** - Wendy Ledix
- 168 • Migrações Sul - Sul no Arranjo Espacial dos Frigoríficos: Primeiras considerações teóricas** - Natália Demétrio e Rosana Baeninger
- 176 • Onde você mora: um olhar sobre a questão da moradia na comunidade angolana de São Paulo** - Poliana Teixeira da Fonsêca
- 186 • Imigrantes internacionais em Heliópolis: Notas da pesquisa “Periféricos na Periferia”** - Sabrina Oliveira Santos e Luís Felipe Aires Magalhães

BLOCO 3: REFLEXÕES CONCEITUAIS E TEÓRICO-METODOLÓGICAS

- 198 • Que Marcadores Sociais Fazem a Diferença: Contribuições para uma Perspectiva Interseccional das Migrações Internacionais** - Roberta Peres



204 • Sobre outras, sobre nós: Reflexões sobre o particular e o humanitário a partir do ‘reassentamento solidário’ de palestinas no Brasil - Laís Mene-guello Bressan

218 • Migrantes de Crise e PLAc: Esclarecendo conceitos e evidenciando políticas públicas - Helena Regina Esteves de Camargo e Ana Cecília Cossi Bizon

230 • Recepções expulsivas e a hipermobilidade da migração haitiana: investigações etnográficas - Thauany V.B. P. Freire

242 • A Encuesta Nacional de Condiciones de Vida (Encovi): Um Olhar da Situação Interna da Venezuela - Joselin M. Utrera. A.

254 • Religião, Migração e Refúgio: Um debate sobre a retórica visual da migração venezuelana no Brasil - Suzana Ramos Coutinho e Ricardo Toshio Bueno Hida

266 • O que se narra às crianças sobre migração e refúgio: uma análise da literatura infantil - Regilene A. M. Oliveira da Silva e Antônio Carlos Rodrigues de Amorim

BLOCO 4: POLÍTICAS PÚBLICAS E ACESSO A DIREITOS

280 • Direito Migratório e Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia: a importância da abordagem consensual para proteção da dignidade humana - Luís Renato Vedovato e Ana Elisa Spaoloni Queiroz Assis

286 • Justiça Restaurativa e Migração: Trajetória e Desafios na Construção de uma Política Migratória na Cidade de São Paulo - Caio da Silveira Fernandes, Clarissa Paiva G. e Silva e Ludmilla Regina de Souza Silva.

298 • “São muitas pessoas que SÓ o corpo está aqui”: a migração de crise e o papel do intérprete comunitário na garantia de direitos humanos - Verônica Carvalho de Deus e Louise Hélène Pavan

312 • Atendimento em Contextos Fronteiriços - Migrantes, Direitos e Estruturas em Roraima - João Carlos Jarochinski Silva, Mariana Cardoso dos Santos e Stéfanie Angélica Gimenez Jarochinski Silva

322 • A Proteção de crianças desacompanhadas e separadas no Brasil - Déborah Esther Grajzer

332 • Imigração Internacional em Santo André - SP: perfil, desafios interpretativos e urgências de políticas públicas - Daniel Kaussinis e Luís Felipe Aires Magalhães

344 • Encruzilhadas da Luta Contra a Expulsão: O Caso Emblemático da Sul-Africana Nduduzo Siba - Karina Quintanilha.

356 • Refúgio e Justiça de Transição: O nexus humanitarismo - desenvolvimento - paz e a necessidade de inclusão de pessoas refugiadas nos processos de reconciliação nacional - William Torres Laureano da Rosa

BLOCO 5: RELATOS DE EXPERIÊNCIA

368 • Web Radio Migrantes Comunicação direta com Nacionais, Migrantes e Refugiados - Miguel Angel Ahumada

378 • Corpo em Travessia - Refúgio na Dança: Reflexões sobre o método bailarina-pesquisadora-intérprete com mulheres migrantes e refugiadas - Isabela Davies

386 • O Coletivo Conviva Diferente nas fronteiras entre a pandemia e as desigualdades de gênero - Alexandra Cristina Gomes de Almeida e Leandro Modolo Paschoalotte

398 • Coletivo Conviva Diferente e os migrantes da zona leste de São Paulo: adaptações às novas realidades pós pandemia - Coletivo Conviva Diferente

406 • Fronteiras Cruzadas: Fontié Ki Kwaze - 7 anos de experiências colaborativas - Daniel Perseguim, Karina Quintanilha, Tiago Rangel Côrtes e Ana Lúcia Aguiar

418 • Imigração Haitiana: Desafios da Pesquisa de Campo em Campinas/SP - Sophia Damiano Rovere

430 • O Centro Brasileiro de Estudos da América Latina (CBEAL) - Memorial da América Latina

436 • PLAC - Português como Língua de Acolhimento: relato de uma experiência de Interculturalidade em ação em Santa Catarina (2020-2023) - Glaucia de Oliveira Assis, Michelle Maria Stakonski Cechinel, Daniel Granada, Lucas Matias da Silveira, Lina de Paula Magalhães, Mariurka Maturell Ruiz, Tafarel Cassaniga e Francisco Canella

APRESENTAÇÃO

O Brasil, em virtude de sua posição geográfica estratégica e sua vasta extensão de fronteiras internacionais, especialmente com os países vizinhos da América Latina, tem se tornado um destino cada vez mais frequente para refugiados. Este fenômeno é intensificado pela legislação vigente, especificamente a Lei nº 9.474/97, que estabelece o refúgio como uma forma de proteção legal internacional. No entanto, as complexidades surgem à medida que nos deparamos com a necessidade de formular e implementar políticas públicas eficazes que possam atender a essa crescente demanda, respeitando a dignidade humana e os direitos fundamentais desses indivíduos.

A publicação deste livro, portanto, se revela não apenas oportuna, mas essencial. Ela nos lembra que a indiferença diante dos fluxos migratórios e das crises humanitárias não é uma opção. Este trabalho acadêmico, fruto da colaboração de pesquisadores especializados na temática das dinâmicas migratórias na América Latina, oferece uma reflexão profunda e propõe caminhos para que, como sociedade e como instituições, possamos atuar de maneira proativa. O objetivo é identificar e promover ações que contribuam para a acolhida, a integração e o suporte aos refugiados, alicerçando-se em uma abordagem humanitária e inclusiva.

Como presidente da Fundação Memorial da América Latina, sinto-me par-

ticularmente tocado pelo compromisso inerente à nossa instituição de promover a inclusão e o fortalecimento dos laços entre os povos latino-americanos, valorizando suas culturas e saberes. O Memorial, em sua essência, é um espaço de acolhimento e integração, onde se busca fomentar a participação ativa nas atividades intelectuais e culturais do Estado de São Paulo.

O Acordo de Cooperação entre o Memorial e a UNICAMP, estabelecido no âmbito da Cátedra/Rede de Cooperação UNITWIN/UNESCO para integração da América Latina, reforça este compromisso, oferecendo suporte às iniciativas do Observatório das Migrações em São Paulo, vinculado ao Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO). Essa parceria não apenas dá voz às discussões aqui apresentadas, mas também fortalece a nossa capacidade de agir frente aos desafios migratórios contemporâneos.

A confiança mútua entre as instituições envolvidas e o alinhamento de nossos propósitos refletem nosso compromisso em difundir e promover ações que respeitem a dignidade humana e contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Que sigamos juntos nessa jornada, movidos pelos ideais que nos unem.

Pedro Mastrobuono
Presidente da Fundação Memorial da América Latina

Pedro Mastrobuono
Pós doutor em antropologia social pela Unidade Federal do Mato Grosso do Sul; Doutor em preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro pela mesma UFMS; Advogado pela PUC/SP, especializado em direitos autorais, com forte atuação na área cultural; Agraciado pelo Senado Federal com a Comenda Câmara Cascudo por sua contribuição a preservação e difusão da cultura brasileira; Morou em Roma e também é graduado em Literatura Italiana e, ainda, História da Arte junto ao Istituto Italiano de Cultura - órgão do Governo Italiano; Ex-presidente do IBRAM-Instituto Brasileiro de Museus; Ex-presidente do IAC-Instituto de Arte Contemporânea; Ex-presidente da AAMAC (MAC/USP); Membro efetivo do Internacional Council of Museums - ICOM (UNESCO); Sócio fundador e ex-presidente do Instituto Alfredo Volpi de arte moderna - IAVAM; Membro do Conselho Deliberativo do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP; Conselheiro do Museu Lasar Segall; Diretor jurídico e Conselheiro do Projeto Leonilson; No Governo Federal exerceu ainda, a saber: Foi membro do Conselho Nacional e Política Cultural; membro do Conselho; Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (Ministério da Justiça e Segurança Pública) e da Comissão Filatélica Nacional (Correios). Foi membro da Comissão Memória dos Presidentes da República, junto ao Gabinete de Documentação da Presidência da República do Brasil. Acumula a experiência de ter integrado o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN, onde atuou na Câmara Setorial de Bens Móveis e Integrados, e na Câmara Setorial do Patrimônio Material. Integrou também a Comissão do Fundo Nacional da Cultura e foi presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico; membro da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura e do Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória. Atualmente, Mastrobuono é presidente da Fundação Memorial da América Latina.



PREFÁCIO

Este livro decorre do ciclo de seminários internos realizados pelo Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP) ao longo dos anos de 2023 e 2024. Neste ciclo, as pesquisadoras e os pesquisadores do Observatório refletiram e debateram sobre questões teóricas e metodológicas relacionadas a dinâmicas migratórias específicas (imigração venezuelana, refúgio afegão, refúgio cubano e imigração angolana) e a temas transversais (a acolhida e sua divisão institucional do trabalho, aliciamento e gestão criminal da mobilidade, migração de trânsito para o Norte e paradigma migratório do terceiro Governo Lula). Estes seminários originaram os primeiros capítulos do livro, mas este não seria possível sem os esforços analíticos do grupo em outros temas, e sem a colaboração e contribuição de pesquisadores e instituições parceiras do Observatório das Migrações em São Paulo.

Sob este ponto de vista, enquanto obra coletiva de uma rede de pesquisadores vinculada ou parceira do Observatório das Migrações em São Paulo, o presente livro é, então, produto de um processo mais amplo de pesquisa e extensão.

O Observatório das Migrações em São Paulo existe há mais de 15

Luís Felipe Aires Magalhães
Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestrado e Doutorado em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-Doutorando no Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO / UNICAMP) e pesquisador credenciado no Departamento de Demografia e no Programa de Pós-Graduação em Demografia da UNICAMP. Coordenador-adjunto do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO - UNICAMP), pesquisador do Observatório das Metrópoles de São Paulo (PUC-SP) e pesquisador do Observatório da Emigração Brasileira (NEPO / UNICAMP). Coordenador do Projeto “Dinâmicas Urbanas, Transformações Econômicas e Migração na Macrometrópole Paulista” (CNPq / MCTI N°10/2023).

Rosana Baeninger
Bacharel e Licenciatura em Ciências Sociais – UNICAMP. Mestra em Sociologia – UNICAMP. Doutora em Ciências Sociais (Área Estudos de População) – UNICAMP. Professora Livre-Docente Aposentada, colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Demografia (IFCH) e no Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/UNICAMP). Coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP).

Lúcia Maria Machado Bógus
Graduada e mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC / SP) e doutora em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU / USP). Coordena o Observatório das Metrópoles - Núcleo São Paulo. Professora titular do Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Editora da revista Cadernos Metrópole. Coordenadora do Comitê de Pesquisa de Sociologia Urbana, da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

Catarina von Zuben
Formada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas-SP (PUCAMP). Possui duas pós-graduações lato sensu: em Direito e Processo do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e em Direito Constitucional Aplicado pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo-SP. Atuou por 15 anos no Ministério Público do Trabalho (MPT), onde exerceu, por quatro anos, o cargo de procuradora-chefe e, por dois anos, coordenou a Coordenação Nacional de Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas. Atualmente, é mestranda no Programa Interdisciplinar de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da UNICAMP.

Alíne Lima Santos
Pós-Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. Doutora em Ciências (2016), na área de Geografia Humana, pela Universidade de São Paulo. Desde o mestrado, defendido em 2010, estuda migrações entre Brasil e Portugal, com destaque para o período 2000-2015. Foi bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) durante o período de realização do doutorado (2012-2016) e do mestrado (2008-2010). Realizou Estágio em Pesquisa no Exterior com bolsa FAPESP (BEPE/FAPESP) (2013-2014) e teve auxílio financeiro à pesquisa do Instituto Camões em parceria com a Cátedra Jaime Cortesão (2010). Em seu trabalho de conclusão de curso de graduação em geografia realizou pesquisa com Bolsa de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sobre a modernização tecnológica na lavoura canavieira paulista e seus impactos para o trabalho da mulher. Atua como editora de materiais didáticos voltados ao ensino básico. É pesquisadora do Observatório das Migrações de São Paulo desde 2017.

Caio da Silveira Fernandes
Possui graduação e mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, é bolsista de Pós-doutorado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). É pesquisador associado do “Observatório das Migrações de São Paulo” (UNICAMP) e integra o grupo de pesquisa “Mobilidades, Teorias, Temas e Métodos” (MTTM/USP).

Camila Rodrigues da Silva
Jornalista e pesquisadora do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO — UNICAMP) e do Observatório das Metrópoles de São Paulo. Doutoranda em Demografia pela Unicamp, mestre em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Chico Max
Diretor de arte, fotógrafo e psicólogo pós graduado em neurociência aplicada à psicologia. É autor das exposições: Somos Todos Imigrantes, de 2015, com retratos da nova onda migratória em São Paulo; La jornada - A resiliência do povo venezuelano em busca de refúgio no Brasil, 2018 e Costurando Dignidade, bolivianas trabalhadoras em oficinas de costura, 2019.

Jóice de Oliveira Santos Domeniconi
Graduada em Relações Internacionais e Economista – FACAMP. Mestre e Doutora em Demografia – UNICAMP. Pós-doutoranda no Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (DD/IFCH/UNICAMP). Pesquisadora no Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/ UNICAMP).

Laís Meneguello Bressan
Doutoranda em Antropologia pelo Institut de Hautes Études Internationales et du Développement (IHEID). Mestra em Antropologia pela mesma instituição e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisadora no Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP) e bolsista de Desenvolvimento Tecnológico Industrial/CNPq, coordenando a frente de divulgação científica do projeto “Dinâmicas Urbanas, Transformações Econômicas e Migração na Macrometrópole Paulista”, sediado na Universidade Federal do ABC (UFABC).

Maria de Fátima Guedes Chaves
Doutora em Demografia (IFCH/ UNICAMP), colaboradora no Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/ UNICAMP) e no GT CEM-LABUR/ USP na Missão Paz. Atua no ensino de português para pessoas imigrantes e em situação de refúgio na Missão Paz.

Viviane Sousa Santos
Formada em jornalismo pela PUC-SP, mestrado em Relações Internacionais pelo IRI/USP. Áreas de pesquisa: cooperação Sul-Sul, migrações Sul-Sul. Pesquisadora do Observatório das migrações em SP.

anos, sob a coordenação da professora Rosana Baeninger (UNICAMP). Vinculado ao Núcleo de Estudos de População ‘Elza Berquó’ (NEPO), sua criação se dá em um momento em que a dinâmica das migrações internacionais exigia novas interpretações, capazes de elucidar a emergência de uma modalidade migratória Sul-Sul (Baeninger et al., 2018): sua maior reversibilidade, rotatividade, feminização e a vinculação crescente com as dinâmicas de produção e extração de mais-valor de trabalhadores e trabalhadoras migrantes em cidades pequenas e médias do estado de São Paulo, inseridas em cadeias mercantis globais de valor (Baeninger, 2012). As próprias transformações nas migrações internas impunham, e ainda impõem, desafios à pesquisa: o aprofundamento do processo de desindustrialização e reprimarização da economia alteraram não apenas as configurações socio-ocupacionais como também a própria estrutura regional brasileira (Cano, 2012), com a formação de novos vetores de redistribuição espacial da população e impactos importantes sobre o crescimento das áreas não metropolitanas

(Baeninger, 2012), tendo em vista a expansão do agronegócio e de novas formas de extrativismo.

A organização da estrutura de execução do Observatório das Migrações em São Paulo, como um programa de pesquisa (Lakatos, 1978), implica em congregar estudiosos das migrações internas e internacionais em diferentes localidades no estado de São Paulo, porém, com o fortalecimento da presença de pesquisadoras e pesquisadores na cidade de São Paulo, justamente pela maior interlocução com instituições da sociedade civil na acolhida de imigrantes internacionais. Na coordenação-ad junta deste Observatório das Migrações em São Paulo, o Prof.Dr. Luís Felipe Aires Magalhães lidera as atividades de pesquisa e ações de extensão em São Paulo.

Na maior cidade do país, as questões relativas às migrações internacionais conduzem a desafios que transcendem a pesquisa. Mesmo em um contexto caracterizado pela ampliação da mobilização de imigrantes e pessoas em situação de refúgio, criação de instrumentos, políticas públicas e serviços municipais para imigrantes, eventos globais so-

bre direitos de imigrantes (como o Fórum Social Mundial das Migrações), avanços institucionais que resultaram em maior, porém ainda insuficiente, incorporação do tema da migração e do refúgio à atenção do poder público (Bógus e Magalhães, 2022), a cidade de São Paulo segue sendo palco de contradições, violações e discriminações constantes, porque expressam fenômenos estruturais da sociedade brasileira. Pesquisar migração e refúgio neste contexto exige o olhar atento de um Observatório com o esforço permanente e consolidado de extensão, voltado à incidência, ao cometimento social e ao subsídio das próprias políticas públicas.

O Observatório das Migrações em São Paulo se fortalece nas discussões da equipe na cidade de São Paulo, propiciando aprofundar a compreensão de fenômenos como a migração haitiana e suas distintas territorialidades e interações sociolaborais¹; a migração laboral e as condições de trabalho de imigrantes em nichos étnicos da cidade de São Paulo²; as condições de vida e de trabalho da população em situação de refúgio, de distintas nacionalidades,

1 Pesquisa “Haitianos no Brasil: Perfil e trajetórias em algumas cidades brasileiras” (CNPq), coordenada pelo professor Sidney Antônio da Silva (UFAM), com pesquisa de campo, entrevistas e aplicações de questionários no estado de São Paulo coordenadas pela professora Rosana Baeninger, realizada entre 2014 e 2015.

2 Pesquisa “Inserção Laboral de Migrantes Internacionais: Transitando entre a economia formal e informal no município de São Paulo” (OIT), coordenada pela professora Rosana Baeninger e o professor Duval Fernandes (PUC Minas), com pesquisa de campo, entrevistas e aplicação de questionários na cidade de São Paulo coordenada por Luís Felipe Aires Magalhães (NEPO/UNICAMP) e Camila Rodrigues da Silva (NEPO/UNICAMP), realizada entre 2016 e 2017.



não só na capital paulista como em todo o estado de São Paulo³; os impactos da pandemia de Covid-19 na população imigrante e refugiada⁴ e as dinâmicas e desafios da imigração venezuelana⁵, dentre outras pesquisas coletivas realizadas pelo Grupo.

Do ponto de vista da extensão, o Observatório das Migrações em São Paulo tem em seus programas de capacitação uma trajetória de vinte e seis edições, com a capacitação de gestores públicos, não só da capital paulista como também de outros municípios das regiões metropolitanas de São Paulo e de Campinas, professo-

res de ETECs e FATECs do Centro Paula Souza e profissionais que trabalham com população migrante e refugiada em distintos serviços públicos e órgãos da sociedade civil⁶. Estas capacitações envolvem a formação e o diálogo com estes grupos sobre migração e refúgio e distintas transversalidades com temas como trabalho infantil, emergências epidemiológicas, fontes de dados e tendências e transformações da dinâmica demográfica.

Ademais, ressalta-se ainda o histórico de organização de seminários voltados à reflexão teórica e metodológica, o diálogo com a

sociedade e a difusão e divulgação científica sobre migração e refúgio, principalmente por meio de podcasts. A iniciativa mais recente é o “Podcast do Observatório das Migrações em São Paulo na Rádio Migrantes da Missão Paz”, criado em dezembro de 2023, que tem como objetivo de debater e informar sobre questões contemporâneas das migrações internacionais⁷. Estes eventos promovem importantes avanços na agenda de pesquisa e o diálogo com a sociedade, consolidando a interpretação crítica e a sensibilidade social que caracterizam o Observatório⁸.

No conjunto das atividades e

3 Pesquisa “Perfil Socioeconômico e Laboral das Pessoas Refugiadas no Brasil” (ACNUR), com pesquisa de campo, entrevistas e aplicação de questionários coordenada no estado de São Paulo pela professora Rosana Baeninger e pelo professor Luís Felipe Aires Magalhães, realizada entre 2018 e 2019.

4 Pesquisa “O Impacto da Covid-19 na Imigração no Brasil” (UNFPA, MPT e CNPq), com entrevistas e aplicação remota de questionários coordenada no estado de São Paulo pela professora Rosana Baeninger e pelo professor Luís Felipe Aires Magalhães, realizada em 2020.

5 Pesquisas “Estado nutricional, acesso a suprimentos alimentares e qualidade dos serviços alimentares/nutricionais para a população de refugiados e migrantes venezuelanos em Boa Vista/RR, Manaus/AM e Belém/PA” (2020) e “Disponibilidade e acesso: o fornecimento e a variedade de alimentos para imigrantes venezuelanos em Boa Vista e Pacaraima, Roraima/BR” (2019), coordenadas pela pesquisadora do Observatório Laís Meneguello Bressan, por meio de consultoria prestada para a Visão Mundial Brasil. Os diagnósticos realizados contaram com a participação de pesquisadores do grupo de estudos do Observatório das Migrações em São Paulo.

6 Desde 2017, já foram realizadas mais de 10 capacitações para estes públicos. Especificamente sobre as parcerias com o Centro Paula Souza, sugerimos a leitura de MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; GUTIERREZ, Davi. Diálogos Interinstitucionais para a Formação Docente: A experiência da parceria entre o Observatório das Migrações em São Paulo e o Centro Paula Souza. In: BAENINGER, Rosana; ZUBEN, Catarina von; ACCIOLY, Gustavo; SALVIONI, Damaris Ferraz (Coords.). Populações Vulneráveis. Campinas - SP: Núcleo de Estudos de População ‘Elza Berquó’ - NEPO/Núcleo de Estudos de Políticas Públicas - NEPP, UNICAMP, 2021.

7 Parceria com a Web Rádio Migrantes, disponível em: <https://podcasters.spotify.com/pod/show/rdio-migrantes>.

8 Destacamos sobretudo o Seminário Vozes, realizado periodicamente no Museu da Imigração do Estado de São Paulo. Este projeto aproxima as interpretações teóricas às falas e ao protagonismo dos próprios migrantes, contribuindo para a adequação da agenda de pesquisa à realidade da população migrante.



dinâmicas de pesquisa do Observatório das Migrações em São Paulo, este livro é produto não só de toda a equipe mas também da rede articulada institucionalmente pelo próprio NEPO/UNICAMP ao longo de seus mais de quarenta anos. Neste sentido, salienta-se a importância da participação de pesquisadores de universidades e núcleos de pesquisa de estados como Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Roraima, Santa Catarina, Ceará, Rondônia, Amazonas, Paraná, dentre outros, e de países como Portugal, Inglaterra, Estados Unidos, Noruega, Chile, Espanha, Uruguai, dentre outros. É importante destacar também as contribuições de outras instituições acadêmicas, do poder público e da sociedade civil, parceiras fundamentais do Observatório, como o Memorial da América Latina, a Missão Paz, o Centro de Estudos Migratórios (CEM), o Museu da Imigração do Estado de São Paulo, a Cáritas, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Ministério Público do Trabalho (MPT), o Projeto Fronteiras Cruzadas e o Coletivo Conviva Diferente, além do próprio Observatório das

Metrópoles - Núcleo São Paulo, cuja coordenadora, a professora Lucia Bógus (PUC - SP), é uma das responsáveis por este livro. Além do Observatório da Emigração Brasileira, projeto de cooperação internacional com a Universidade de Lisboa e Universidade do Minho e o projeto “Dinâmicas Urbanas, Transformações Urbanas e Migração na Macrometrópole Paulista” (CNPq), coordenado pelo professor Dr. Luís Felipe Aires Magalhães na Universidade Federal do ABC (UFABC), em cuja pesquisa também se estruturam estudos sobre migrações internacionais.

Salienta-se ainda a fundamental colaboração do fotógrafo Chico Max, editor deste livro e parceiro de longa data do Observatório das Migrações em São Paulo. As exposições fotográficas de Chico Max sobre migração e refúgio têm contribuído não apenas para a compreensão de outras dimensões do processo migratório e de refúgio como também para a humanização destes temas.

Ressalta-se, por fim, a enorme importância da parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT), sobretudo através da ex-procuradora do MPT e atual desembar-

gadora do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2), Dra. Catarina Von Zuben, uma das organizadoras deste livro. Esta parceria tem sido essencial para manter as atividades de pesquisa e extensão em todo o estado, com contribuições importantes para a compreensão de fenômenos como tráfico de pessoas, trabalho escravo e trabalho infantil.

OS EIXOS DA OBRA

Os capítulos que compõem este livro expressam a diversidade de objetos, contextos, interpretações e dimensões da migração enquanto fato social total (Sayad, 1998). São textos que propõem leituras críticas, vinculando a densidade teórica e metodológica à sensível identificação de lacunas, contradições e limites nas políticas migratórias, submetendo, cada um à sua maneira, subsídios para a melhoria das condições de vida e de trabalho da população migrante, refugiada e retornada no Brasil, bem como para os emigrantes brasileiros e brasileiras no exterior.

O primeiro eixo do livro, “Dinâmicas migratórias contemporâneas”, objetiva refletir teórica e

metodologicamente sobre novos processos migratórios em curso e os conceitos e categorias necessários para compreendê-los. Assim, são analisadas dinâmicas como a migração de trânsito para o Norte; a deportação de brasileiros e brasileiras nos Estados Unidos; a emigração e a diáspora acadêmica brasileiras para Portugal; a migração refugiada afegã e cubana para o Brasil; e os sujeitos e agentes intermediadores da imigração haitiana no país. Este eixo denota a complexidade da atual modalidade das migrações Sul-Sul, caracterizada pela criação de espaços e políticas de contenção migratória, fronteiras externas e externalização das fronteiras, medidas de emergência e de crise que aprofundam a visão do imigrante enquanto sujeito provisório (Sayad, 1998), além de colocar em cena novos arranjos territoriais fundados na tensão constante entre mobilidade e imobilidade. Estes temas sublinham o uso da força como instrumento de controle da mobilidade, novos mecanismos de expulsão territorial e a persistência e o agravamento dos contextos de migração de crise (Baeninger e Peres, 2017).

O segundo eixo do livro intitula-se “Dilemas da inserção sociolaboral” e tem como objeto a reflexão teórica e metodológica sobre distintos contextos espaciais de interação étnico-social e inserção laboral de imigrantes e pessoas em situação de refúgio

no Brasil. As análises presentes neste eixo versam desde a condição mais ampla da integração social de imigrantes no Estado Democrático de Direito alicerçado no etnonacionalismo, até reflexões sobre contextos específicos desta inserção, condicionados (mas não restritos) pelo trabalho. Entende-se aqui a categoria trabalho como um elemento central do processo de reprodução social de imigrantes, apropriado, no entanto, pela lógica de produção, valorização e acumulação de capital que converte o migrante em sujeito subalterno, mais passível portanto de superexploração de sua força de trabalho (Gaude-Mar, 1977; Magalhães, 2017). As análises neste sentido refletem sobre as condições laborais de imigrantes da América Latina no interior paulista; de indígenas Guarani-Kaiowá na agroindústria de Dourados - MS; de haitianos em frigoríficos do sul do Brasil em contexto de pandemia de Covid-19; e de outros migrantes Sul-Sul em arranjos espaciais de frigoríficos no estado de São Paulo. Para além do trabalho, mas ainda condicionado por este, reflete-se sobre a questão do direito à cidade pelos imigrantes, sobretudo no que se refere ao tema da moradia dentre os angolanos e angolanas em São Paulo, e dos periféricos na periferia em relação aos migrantes do Sul Global que vivem na favela de Heliópolis, a maior da capital paulista. Nesse aspecto,

os capítulos refletem sobre as diferentes formas de ser e estar na cidade, explicitando redes formais e informais que constituem a vida cotidiana. São realidades multifacetadas que, apesar de precárias em grande parte das vezes, produzem resistências e alternativas construídas nas frestas urbanas.

“Reflexões conceituais e teórico-metodológicas” é o título do eixo 3, que tem como objetivo refletir sobre as categorias de análise do campo dos estudos migratórios. São propostos avanços analíticos diante dos desafios trazidos pelas novas dinâmicas migratórias e sua crescente complexidade em termos de inserção social - enunciadas nos eixos 1 e 2. Os capítulos refletem sobre marcadores para a compreensão das migrações femininas à luz da interseccionalidade dos deslocamentos internacionais; as contradições do “reassentamento solidário” de palestinas no Brasil entre o particular e o humanitário; conceitos e políticas públicas para a estruturação de Português como Língua de Acolhimento (PLAC) frente às migrações de crise; hipermobilidade e formas de controle da imigração haitiana; fontes de dados para a análise das condições de origem do processo migratório venezuelano; as mediações entre religião, migração e refúgio no processo de representação midiática e visual da migração venezuelana no Brasil; e reflexões teóricas a par-

tir da análise da literatura infantil sobre migração e refúgio. O eixo 3 apresenta contribuições conceituais importantes para a compreensão das dinâmicas migratórias Sul-Sul, permitindo avanços na agenda de pesquisa sobre gênero, raça, religião e políticas públicas em migração e refúgio.

O eixo 4 do livro, “Políticas públicas e acesso a direitos”, reflete sobre acesso e violação de direitos, igualdade de tratamento e serviços públicos para migrantes e pessoas em situação de refúgio. Analisa-se temas como a Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia e a sua potencialidade de proteção da dignidade humana; o papel da Justiça Restaurativa no histórico não linear de construção de uma política migratória na cidade de São Paulo; mediação intercultural no processo de garantia de direitos humanos para migrantes de crise; assistência social e direitos sociais em Roraima frente à diáspora venezuelana e à anterior e ulterior precarização dos serviços públicos na região; o marco jurídico e o histórico da proteção de crianças desacompanhadas no Brasil; o perfil da imigração internacional no município de Santo André - SP e as políticas públicas necessárias para a proteção e garantia de seus direitos; o significado teórico da tentativa de criminalização e expulsão da sul-africana Nduduzo Siba no Brasil e as mediações entre humanitarismo, desenvolvimento e

paz para a inclusão de pessoas em situação de refúgio em processos de justiça de transição e reconciliação nacional.

Os capítulos do eixo 4 elucidam não só a importância como os próprios limites do Direito e reforçam a relevância dos processos de participação social de migrantes e de envolvimento da academia e da sociedade civil para a construção de políticas para o acesso à direitos a imigrantes e refugiados. As violações apresentadas convidam a refletir como, mesmo em contextos supostamente mais acolhedores ao imigrante, sua presença não parece ser compreendida como legítima. Ela é, no máximo, legitimada por um pensamento de estado que compreende os direitos dos migrantes como uma benevolência dos nacionais e, portanto, passível de ser extraído quando assim for conveniente.

O eixo 5 do livro abarca os “Relatos de Experiência” e apresenta ao conhecimento do público leitor distintas iniciativas de ensino, pesquisa e extensão, voltadas à promoção de Direitos Humanos em suas mais diferentes dimensões. Os capítulos deste eixo discutem processos de construção de soberania comunicacional, acesso à informação e diálogo com a sociedade por migrantes e refugiados por meio da Web Rádio Migrantes; projeto de organização social e de estímulo à construção de redes e espaços de sociabilidade de mu-

lheres migrantes e refugiadas por meio da dança; atuação do Coletivo Conviva Diferente no contexto da pandemia de Covid-19 e no enfrentamento às desigualdades e violências de gênero na periferia da cidade de São Paulo; a atuação do Projeto Fronteiras Cruzadas aproximando coletivos migrantes e núcleos de pesquisa para a proteção da população migrante; os múltiplos desafios da pesquisa de campo sobre imigração haitiana na cidade de Campinas - SP; o histórico de pesquisa e de produção e divulgação científico-cultural latino-americana do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina – CBEAL, órgão concebido por Darcy Ribeiro, no Memorial da América Latina; e a experiência do Observatório das Migrações em Santa Catarina na estruturação e oferecimento de curso de Português como Língua de Acolhimento para imigrantes e pessoas em situação de refúgio no estado.

Essa obra dialoga diretamente com o tempo em que vivemos, caracterizado, de um lado, por esforços de mobilização e de participação social e política de migrantes, e, de outro, por episódios frequentes de violação de direitos de imigrantes e pessoas em situação de refúgio. Neste ano de 2024, será realizada a II COMIGRAR (Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia), enquanto cotidianamente imigrantes do Sul Global enfrentam tanto o racismo como a xenofobia

estrutural, que condicionam as interações sociais entre brasileiros e brasileiras e imigrantes e refugiados. Exemplo recente disso é a decisão⁹ do Governo Lula, de agosto de 2024, que separa o ordenamento jurídico da proteção a migrantes que têm o Brasil como destino final daquele que têm o Brasil como país de trânsito. Por meio de narrativas de suposta proteção ao imigrante, reduzindo-o a vítima de redes de tráfico de pessoas, acabam por criminalizar e restringir o próprio ato de migrar dessas pessoas. A adversidade do cenário atual contempla, ainda, questões como a ausência de uma regulamentação mais específica da Nova Lei de Migração (Lei Nº 13.445/2017), a concentração da questão migratória no Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), às expensas de maior atuação de ministérios importantes para a questão migratória e de refúgio, como o dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), o das Cidades (MC), o da Igualdade Racial (MIR), o da Saúde (MS) e o da

Educação (MEC). Outro desafio é a injustificada manutenção da Operação Acolhida, estratégia militar securitária de gestão migratória que resulta em tutela da mobilidade, e não em acolhida humanitária - e que está, portanto, em oposição aos princípios da própria Lei de Migração vigente. Frente a isto, este livro não apenas tece críticas como também apresenta alternativas.

Neste sentido, os textos vinculam a reflexão teórica ao compromisso acadêmico de cometimento político e social, isto é, de incidência no debate público e nas políticas públicas sobre migração e refúgio.

Luís Felipe Aires Magalhães e coordenação/organização da Coletânea
São Paulo, setembro de 2024.

Dedicamos este livro a imigrantes, solicitantes de refúgio, pessoas em situação de refúgio, apátridas, retornados/retornadas e emigrantes brasileiros e brasilei-

ras no exterior vítimas de violação de direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
BAENINGER, Rosana. Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. In: REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília - DF, n. 20(39), 2012.
BAENINGER, Rosana; BÓGUS, Lucia Machado; MOREIRA, Júlia Bertino; VEDOVATO, Luís Renato; FERNANDES, Duval; SOUZA, Marta Rovey de; BALTAR, Cláudia Siqueira; PERES, Roberta Guimarães; WALDMAN, Tatiana Chang; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires (Orgs). Migrações Sul - Sul. Campinas - SP.
BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. In: Revista Brasileira de Estudos Populacionais - REBEP, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.119-143, jan./abr. 2017.
BÓGUS, Lucia Maria Machado; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. Cidades educadoras e políticas para imigrantes: o caso do município de São Paulo - SP. Eccos - Revista Científica, São Paulo, n. 61, p. 1-18, e22154, abr./jun. 2022
CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. In: Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 831-851, dez. 2012.
GAUDEMAR, Jean Paul de. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa: Estampa, 1977.
LAKATOS, I. (1978) História da Ciência e Suas Reconstruções Racionais. Edições 70, Lisboa.
MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2017.
SAYAD, Abdelmalek. A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade. São Paulo: EDUSP, 1998.

9 Nota Técnica Nº18/2024/Gab-Demig/Demig/Senajus/MJ.



Dedicamos este livro a imigrantes, solicitantes de refúgio, pessoas em situação de refúgio, apátridas, retornados/retornadas e emigrantes brasileiros e brasileiras no exterior vítimas de violação de direitos.



EIXO 1:
**DINÂMICAS
MIGRATÓRIAS
CONTEMPORÂNEAS**



HOY ME VOY PA'L NORTE: "CRISE MIGRATÓRIA" NAS AMÉRICAS E O BRASIL COMO ESPAÇO DE TRÂNSITO DE MIGRANTES INTERNACIONAIS

Julia Ferreira Scavitti

Caio Fernandes

Luís Felipe Aires Magalhães

Julia Ferreira Scavitti

Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e graduada em Pedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul. É mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) como bolsista Capes, com pesquisa desenvolvida na área da sociologia, estudos migratórios e relações de trabalho contemporâneas, precarização e superexploração do trabalho. Foi professora de sociologia na rede estadual de São Paulo, e viajou uma parte da América Latina e do Brasil de bicicleta. Atualmente, é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Latinoamericanos em Território, Cultura y Sociedad pela Universidad Autónoma de San Luis Potosí, (UASLP) como bolsista estrangeira do CONAHCyT, órgão mexicano de fomento à pesquisa. É integrante do Observatório das Migrações em São Paulo, e atua com pesquisa e análise de dados, além de mãe em todas as horas.

Caio da Silveira Fernandes

Possui graduação e mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, é bolsista de Pós-doutorado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). É pesquisador associado do "Observatório das Migrações de São Paulo" (UNICAMP) e integra o grupo de pesquisa "Mobilidades, Teorias, Temas e Métodos" (MTTM/USP).

Luís Felipe Aires Magalhães

Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestrado e Doutorado em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-Doutorando no Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" (NEPO / UNICAMP) e pesquisador credenciado no Departamento de Demografia e no Programa de Pós-Graduação em Demografia da UNICAMP. Coordenador-adjunto do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO - UNICAMP), pesquisador do Observatório das Metrópoles de São Paulo (PUC-SP) e pesquisador do Observatório da Emigração Brasileira (NEPO / UNICAMP). Coordenador do Projeto "Dinâmicas Urbanas, Transformações Econômicas e Migração na Macrometrópole Paulista" (CNPq / MCTI N°10/2023).

¡Dice, pasaporte!
¿A dónde va por ahí, luminario, en esta noche tan fea?
¿Usted no se anima?
Mire cómo está el camino...
No hombre, compa, el camino es lo de menos
Lo importante es llegar
(...)
Me propuse recorrer el continente entero
Aprendí a caminar sin mapa
(...)
Ser un emigrante, ese es mi deporte
Hoy me voy pa'l norte sin pasaporte, sin transporte
A pie, con las patas, pero no importa

(Pa'l Norte - canção de Calle 13 e Orishas, 2007).

BRASIL: TERRITÓRIO DE TRÂNSITO DE SONHOS MIGRANTES

A análise da migração internacional atual que rumo do Brasil aos Estados Unidos revela que, em que pese apresentar importantes especificidades, muitas destas não apenas não são exatamente inéditas como também possuem suas referências teóricas e metodológicas anteriores, importantes para compreender as etapas desse fluxo e seu perfil atual.

Destacamos a pesquisa sobre migração de mulheres catarinenses aos Estados Unidos, os impactos e rearranjos familiares desencadeados por esse deslocamento (Assis, 2004); a investigação de Santos (2007) sobre a complexa rede migratória em Criciúma (SC), em meio ao crescente recrudescimento das políticas migratórias

estadunidenses; as reflexões de Reis (2008) sobre a política migratória dos Estados Unidos, a construção da fronteira e a reunificação familiar; e as importantes contribuições de Baeninger (2013), evidenciando especificidades da migração internacional contemporânea em razão de múltiplas e distintas escalas territoriais. Magalhães (2013) analisou um perfil da migração brasileira aos Estados Unidos em um contexto sócio-laboral, caracterizado por superexploração da força de trabalho para a acumulação de capital, e por dependência de remessas daqueles que permaneciam no Brasil, enquanto Siqueira (2018) desvelou a existência de ligações migratórias importantes do fluxo de brasileiros nos Es-

tados Unidos e Portugal, dentre outras contribuições que desde o final do século XX definem os contornos teóricos e metodológicos para o estudo da presença brasileira no Estados Unidos.

Bógus e Baeninger (2018), por seu turno, sistematizaram contribuições que especificam a existência de uma nova face da migração internacional no Brasil, caracterizada por etapas de trânsito ao Norte e reforçam o identificado por Fernandes (2014), qual seja, o Brasil não como país desejado, mas destino possível, isto é, uma etapa de trânsito de uma migração para outro destino, o Norte Global. Jesus (2019) reconstruiu, com base em entrevistas junto a migrantes do Haiti que residiam em Mato Grosso do Sul (MS), uma rota terrestre percorrida até a cidade fronteiriça de Tijuana, no México. Garbey-Burey (2017) também reconstituiu trajetos de pessoas migrantes haitianas que residiam no Brasil e planejavam rumar aos Estados Unidos, mostrando a articulação e utilização dessas rotas junto a migrantes de Cuba.

Este capítulo é uma forma de estabelecer diálogo com autores e autoras do campo de estudos migratórios sobre o fluxo de migração ao norte, a fim de contribuir com

reflexões a partir de dados provenientes de mídia escrita e audiovisual, Serviço de Migração Panamenho, Organização Internacional para as Migrações (OIM), com sua metodologia da Matriz de Monitoramento de Deslocamento (DTM), além de trabalho empírico qualitativo feito junto a migrantes e ativistas dos direitos migratórios humanos¹.

Localizamos nossas reflexões a partir da década de 2010, em lugares do Brasil e do México em que realizamos trabalho de campo com diferentes objetivos e propostas de pesquisa. Em sua pesquisa sobre a vinculação laboral de migrantes do Haiti na agroindústria de Santa Catarina, Magalhães (2017) já identificava deslocamentos de migrantes deixando o Brasil rumo ao norte do continente. Fernandes (2022) notou, ao acompanhar trajetórias migrantes no centro de São Paulo entre 2019 e 2022, o mesmo processo com outras nacionalidades. Além disso, em contato com migrantes e ativistas nas periferias da cidade ao longo de 2023, constatou-se o comum relato de que, em anos anteriores, o volume de não brasileiros pelas ruas era muito maior do que o atual, pois muitos haviam partido rumo ao “norte”².

Concomitantemente, na cidade

de Tapachula, fronteira sul-mexicana e porta de entrada terrestre de rotas provenientes do sul do continente americano, era perceptível o aumento da presença de migrantes que iniciaram percurso no Brasil, como pôde comprovar Scavitti (2023) em trabalho de campo realizado na cidade. Nesse período, se intensificou a mobilidade de pessoas de diferentes nacionalidades da América e outros continentes, que haviam vivido no Brasil por diferentes períodos ou que iniciavam seus percursos em algum país da América do Sul.

Durante a etnografia realizada no centro da cidade mexicana, nos arredores e em um albergue para refugiados e solicitantes de refúgio, era comum identificar o português sendo proferido em diferentes sotaques por migrantes que residiram no Brasil e falavam o idioma. Através de entrevistas, observação participante e conversas informais realizadas em campo, é possível recuperar detalhes da caminhada de milhares de quilômetros percorridos até ali. Na escuta contemplativa da vida diária dos mercados e ruas do centro, foi possível compreender a composição intrafamiliar plural que marcava essa migração com, por exemplo, pais e mães haitianos e

1 Trabalho de campo realizado no Brasil e no México entre 2020 e 2023 para pesquisa de Doutorado em andamento sobre as migrações internacionais nos dois países, políticas migratórias e de fronteiras e ativismos políticos, sob responsabilidade da mestra Julia Ferreira Scavitti e orientação do professor Dr. Ramón Alejandro Montoya.

2 Esse contato se deu na condição de integrante do “Coletivo Conviva Diferente”, grupo que há 10 anos oferece, voluntariamente, aulas de português para migrantes em Guaianases, extremo leste da cidade de São Paulo.



crianças e bebês nascidos no Brasil, Chile e outros países sul-americanos; famílias centro-americanas, venezuelanas, equatorianas, cubanas, colombianas e de diferentes países de África, como congoleses, senegaleses e togolese.

Desde a perspectiva do Estado nacional, esse fluxo migratório multiétnico demanda uma burocracia ainda mais complexa, com a exigência de comprovação de documentos de identidade, regulação e controle do caminho percorrido e do ir e vir dessas pessoas. Efeito disso, um dos aspectos mais evidentes eram as pastas, sacolas, envelopes e bolsas de documentos, incluindo a ampla variedade de passaportes, *tarjetas*, documentos de identidade,

formulários e papéis mexicanos carregados cuidadosamente pelas pessoas migrantes. A ampla circulação de pessoas e nacionalidades migrantes é constitutiva das tensões entre mobilidade e controle no sul-mexicano (Álvarez Velasco, 2022, Scavitti e Montoya, 2023), uma das principais “entradas terrestres” de migração.

Essa circulação também foi constatada no Brasil por ativistas que atuam no cotidiano migratório em sua fronteira norte, importante ponto de saída terrestre dessa rota. Salete³, irmã Scalabriniana da Pastoral do Migrante que vivia há anos entre Acre, Amazonas e Roraima, em entrevista online realizada em 2021, quando perguntada sobre o fechamento da

fronteira do Peru com o Brasil, em Assis, no Acre, em 2020, e as centenas de migrantes, de maioria haitiana, acampados e esperando para entrar no Peru e seguir viagem, assim qualificou:

Salete: (...) essa realidade do Acre, são haitianos que estão no Brasil, que perderam trabalho, e que querem ir para outro lugar. E essa saída dos haitianos do Brasil já não é de agora, sempre foi, sempre os haitianos saíram do Brasil, foram para os Estados Unidos, foram para outros países, mas agora, como a fronteira está fechada com o Peru, para entrar no Peru, acho que o impacto é esse, porque se vai aglomerando as pessoas que vão chegando e não conseguem passar.

Julia: Então essa migração de saída, esse movimento, ele já está acontecendo tem um tempo?

Salete: Já (...) Eu morei em Manaus seis anos, nesse período os haitianos sempre se locomoviam, eles saíam para outros países, principalmente para a América do Norte. Eles iam para o Canadá, para os Estados Unidos, porque eles têm também parentes nessa região aí. Então, como no Brasil eles conseguiram algum recurso, eles quando conseguiam um pouco de recurso, eles se mandavam. Claro que nunca foi fácil para eles também conseguir adentrar, teve os que foram deportados nos Estados Unidos na época. Mas eu digo assim, que tem essa visibilidade, porque a fronteira do Peru está fechada, é o Peru que não quer deixar passar. Então, se o Peru não quer deixar passar, eles têm que esperar, né, e se eles ficam ali esperando...Eles já saíram de outro estado, longe. Aí eles vão voltar para trás? Não vão. Eles vão ficar insistindo para entrar no Peru, para poder passar para outro país (...)

Chama atenção no trecho a informação de que já havia um tempo que a fronteira norte do país havia se configurado não somente como local de entrada,

mas também de saída de migrantes de diferentes nacionalidades que residiam no Brasil, sobretudo desde o Acre e Amazonas. Isso é corroborado por entrevista feita por Magalhães (2017) em 2016, que reforça que essa rota já vinha sendo percebida, não só por pesquisadores e ativistas, como também por agentes de Estado brasileiros. Na ocasião, o agente consular brasileiro no Haiti, quando questionado sobre a migração de retorno de haitianos e haitianas que estavam no Brasil, manifestava que:

Agente consular: Sim, sim, isso aí já foi veiculado pela mídia e nós temos, recebemos notícias aqui também, né, que já tá tendo o reverso disso, né, ou seja, eles voltam pro Acre, mas para pegar outros destinos. E o destino para a grande maioria é entrar para os Estados Unidos. Isso aí já é um reflexo da crise.

A realidade da pandemia de Covid-19 é um ponto de inflexão importante de ser considerado quando se fala de práticas e tentativas de imobilidade no continente, e chegou a ser mencionada por Salete nessa entrevista, tendo impactado também o fluxo que chega ao México. Apesar de muitos estados nacionais declararem fechamento de fronteiras, a mi-

gração intrarregional na América Latina e no Caribe seguiu muito acentuada⁴, aflorando ainda mais a tensão entre mobilidade e imobilidade. Com a pandemia, a tensão ganhou duas adjetivações: sanitária e epidemiológica.

Apoiados na pesquisa empírica e nos dados coletados, corroboramos com a existência de um amplo e complexo “corredor migratório” (Álvarez Velasco, 2015) que conecta o Brasil (e outros países sul-americanos) à América Central e do Norte. Sustentamos que o número crescente de pessoas em mobilidade por esse corredor tem, no léxico da “crise”, uma tradução polissêmica e conflitiva que ajuda a compreender a produção e reprodução desse corredor. Assim, a compreensão do “corredor migratório” se potencializa quando analisadas, profundamente, as variadas noções de “crise” e sua instrumentalização. Através de discursos e práticas levadas a cabo por múltiplos atores, há enunciados que justificam intervenções humanitárias e securitárias por parte de países e atores internacionais, nacionais e locais. A “crise” ajuda a explicar, ainda que parcialmente, o crescente número de migrantes rumo aos Estados Unidos a partir de eventos críticos de caráter econômico, político e ambiental que corriqueiramente atingem o continente.

3 Nome fictício para preservar a identidade da entrevistada, conforme acordado na entrevista.

4 Para mais detalhes sobre a mobilidade migratória nesse período histórico, ver: <https://www.inmovilidadamericas.org/>.

A noção também opera de modo a deslocar o foco da causa geradora de fluxos migratórios massivos, para as suas consequências e manifestações. Tanto mais se fala em “crise migratória”, menos se entende que não é a migração que causa uma “crise”, mas as desigualdades e contradições sociais estruturais da América Latina e Caribe que causam migrações massivas (Bareninger, 2017). Uma vez definido o fenômeno pela sua aparência, a criação de fronteiras externas e espaços de contenção torna-se não apenas justificado como urgente, “humanitariamente”.

As rotas rumo aos Estados Unidos, assim, são marcadas por uma variedade de solidariedades entre atores, redes de apoio e obstáculos fronteiriços, securitários, militares e burocráticos, condições impostas pelos países em suas políticas e práticas de gestão migratória. Tal “disputa espacial” (Álvarez Velasco; Pedone e Miranda, 2021) se traduz em constante reconfiguração dos espaços, e transitar por esse corredor implica uma heterogeneidade de ex-

periências a partir de marcadores como gênero, raça, lugares de origem, recursos financeiros, meios de transporte e múltiplos tempos de travessias.

De maneira geral, como explicado nas cartografias sociais feitas com migrantes do Haiti na fronteira México - Estados Unidos (Miranda, 2021), a rota está composta por diferentes etapas, países e meios (terrestres, marítimos e por vezes aéreos), envolvendo adentrar a selva de Darién, no Panamá, um dos pontos apontados como mais difícil e perigoso, pelos riscos naturais e a atuação de grupos armados, paramilitares e do narcotráfico⁵, cujas práticas de extorsão, violência sexual, sequestros e roubos são frequentes. Percorre-se toda a América Central para chegar à fronteira sul-mexicana, de onde os e as migrantes cruzarão o país até os Estados Unidos.

Levando em consideração o Brasil nesse arranjo espacial, destacamos a dificuldade em captar esse movimento exclusivamente a partir de fontes de dados oficiais

do governo brasileiro⁶. Metodologicamente, é relevante a combinação com outras fontes de dados a fim de captar movimentos migratórios. O primeiro é justamente o aumento de pessoas cruzando a selva de Darién nos últimos anos, expresso em dados do governo panamenho, que em 2021 apontou que cerca de 133 mil pessoas passaram pelo local. No ano seguinte, este número saltou para 248 mil e, em 2023, para cerca de 495 mil migrantes⁷ (Migración Panamá, 2023).

Nota-se um aumento na travessia de mais de 270% entre 2021 e 2023, com oscilações importantes quanto às nacionalidades dominantes: em 2021, as e os haitianos, com 82.295 pessoas, 61,87% do total, lideravam a estatística, seguidos por pessoas cubanas (18.600, ou 13,98% do total), chilenas (9.857, ou 7,41% do total) e brasileiras (8.533, ou 6,41% do total)⁸. Em 2022, a liderança passa a ser de pessoas venezuelanas (150.327, ou 60,61% do total), seguidos por equatorianas (29.356, ou 11,83% do total) e haitianas (22.435, ou

5 De acordo com dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM) através do projeto Missing Migrants Project, um total de 8855 migrantes desapareceram no continente desde 2014, sendo o Darién o terceiro ponto de maior incidência, atrás da fronteira EUA-México e da travessia do Caribe ao EUA via marítima. Disponível em: <https://missingmigrants.iom.int/region/americas>. Acesso: 10/01/2024.

6 Uma das poucas fontes disponíveis são os dados do Sistema de Tráfego Internacional (STI), acessados no portal “Data Migra”. Esses dados registram todas entradas e saídas do país, porém, duas questões fundamentais limitam o uso dessa fonte para atestar o aumento das migrações rumo ao norte: i) a partir do momento em que foi constatada a saída do migrante, não há como ter a certeza para onde está indo a partir daquele ponto. ii) a saída via terrestre por estados do norte do Brasil se dão, em parte, sem passar pelos postos de controle oficiais, podendo subestimar a quantidade de pessoas que estão deixando o país.

7 Um ponto importante desses dados e que evidencia um aumento das migrações via Darién nos últimos anos é que, de 2010 a 2019, foram cerca de 133 mil pessoas que atravessaram a selva, com um aumento expressivo a partir de 2015. Nesse período, o grupo migratório com maior destaque era o de cubanos, seguido por haitianos e nepaleses.

8 Os números de chilenos e brasileiros aparecem com um indicador particular nos dados, mas sem qualquer legenda. A maior possibilidade é que sejam chilenos e brasileiros nascidos nesses países, mas com pais de outras nacionalidades, sobretudo haitianos, que lideram as estatísticas



9,04% do total). E, por fim, em 2023, as e os venezuelanos são imensa maioria, com 317.145 pessoas (64,06% do total), seguidos por pessoas equatorianas (54.125, ou 10,93% do total) e haitianas (44.137, ou 8,91% do total).

Outro dado que corrobora a tese de pessoas migrantes partindo do Brasil rumo ao norte provém de questionários periódicos feitos pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) no Panamá⁹, próximo à entrada na selva de Darién, evidenciando que, entre dezembro de 2022 e fevereiro de 2023, o número de migrantes que residiam no Brasil nos últimos 12 meses representava de 9% a 12% do total de entrevistados¹⁰. Entre-

tanto, se consideradas somente pessoas migrantes haitianas, em abril de 2023, 18% dos que cruzariam a selva residiram no Brasil nos últimos 12 meses e, para junho de 2023 o número subiu para 41% das e dos haitianos entrevistados. Além disso, nos dados apresentados, dentre as pessoas de outras nacionalidades que acompanhavam as haitianas, cerca de 12% eram de nacionalidade brasileira (abril e junho de 2023).

Com base nesses dados da OIM, é possível dizer que o Brasil tem algum destaque como país de partida. Cerca de 9% do total afirmou ter iniciado a viagem a partir desse país. Com relação ao papel do país como porta de entrada e

trânsito, de acordo com os dados referentes a abril e junho de 2023, o Brasil havia sido o principal país de entrada para migrantes extracontinentais que se encontravam à porta do Darién nesses meses, principalmente de afegãos, camaroneses, chineses, somalis, guineenses e malineses, dentre outros. Mais especificamente com relação aos afegãos, que passaram a receber visto humanitário do Brasil em setembro de 2021, um informe da OIM¹¹ com base nos dados de entradas e saídas atestou que, das 9.671 pessoas do Afeganistão que entraram no país, cerca de 2.306 (24% do total) já deixaram o Brasil. Os três principais pontos de saída foram a via

e possuem muita presença nesses países em anos recentes.

9 Disponível em: < <https://dtm.iom.int/panama>>. Acesso em: 10/01/2024.

10 O número de entrevistas varia mês a mês. O mês com maior número foi abril de 2023 com 561 entrevistas. Já o de menor número foram 207 entre dezembro de 2022 e janeiro de 2023.

11 Disponível em: <<https://brazil.iom.int/pt-br/veja-todos-os-informes>>. Acesso em: 10/01/2024.

terrestre no Acre (21% do total), o aeroporto de Guarulhos (29% do total) e, sobretudo, pelo estado do Amapá (39% do total).

Os dados qualitativos e quantitativos apresentados evidenciam a participação e o aumento de migrantes residentes ou em trânsito pelo Brasil como parte constitutiva da migração pelo continente americano. Esse é um movimento de milhares de pessoas cujo objetivo é chegar aos Estados Unidos, movendo-se através de rotas exaustivas, caras e arriscadas, onde a tensão entre mobilidade e controle se expressa por todos os territórios percorridos e de espera.

O aumento de certas nacionalidades presentes nos deslocamentos massivos se converte em tema central da mobilização da noção de “crise” em discursos políticos e midiáticos, sobretudo nos Estados Unidos, que visa consolidar e justificar medidas de contenção e controle. Associados a termos como descontrole, invasão, explosão e expressões que evocam a ameaça, conflito e uma lógica de combate, esses discursos naturalizam o deslocamento como anomalia (Sayad, 1998) e evocam sentidos em prol do endurecimento de formas de controle ao mesmo tempo em que ocultam os fatores que geram cri-

ses e, com elas, migrações.

“CRISE MIGRATÓRIA” COMO MEDIADORA DA TENSÃO ENTRE MOBILIDADE E IMOBILIDADE

Segundo dicionários do português, a palavra crise tem origem etimológica no latim *crisis* e no greco *krisis*, significando “mudança súbita ou agravamento que sobrevém no curso de uma doença aguda” (Priberam)¹² e “mudança brusca produzida no estado de um doente, causada pela luta entre o agente agressor e o mecanismo de defesa” e “manifestação violenta, repentina e breve de (...)” (Aurélio)¹³. Como argumenta Haesbaert (2014), muitas mudanças contemporâneas têm no léxico da “crise” um de seus fatores explicativos centrais. Sua multiplicação vem acompanhada da multiplicidade de tempos-espacos, estratégias de contenção e diferentes formas de mobilidade que reforçam uma crescente sensação de incerteza e insegurança e resultam na ideia de urgência e emergência.

As migrações, enquanto “fato social total” (Sayad, 1998) estão associadas a esse contexto a partir de duas formas contraditórias: i) como produto dessas “crises” que precarizam a estabilidade política, econômica e social de um

lugar, “expulsando” (Sassen, 2016) para outros lugares uma quantidade crescente de pessoas; ii) por outro lado, a mobilidade migratória tem sido, por parte de muitos países, um dos processos centrais para ações diversas no sentido de contenção violenta, produzindo “espetáculos de fronteira” (De Genova, 2013) que evocam imagens de verdadeiras batalhas territoriais contra inimigos externos. Fazemos menção a alguns exemplos do léxico atual: crise humanitária em Darién ou na Venezuela, crise de refugiados na fronteira dos Estados Unidos.

Aos múltiplos usos, soma-se o ressoar de parte da mídia que vincula a narrativa de “crise” a um vocabulário apocalíptico, inflamando perspectivas de assalto às fronteiras, invasões territoriais e competição no mercado de trabalho. Silva, Magalhães e Assis (2016), por exemplo, investigaram o papel dos veículos de comunicação de massa no Brasil, particularmente jornais impressos de circulação diária, na difusão destes termos e na produção de uma opinião pública pouco informada e escassamente sensível ao tema da migração haitiana ao Brasil. Neste e em outros casos se reforça a criminalização da migração, ao vincular a ideia de crise à “ile-

galidade” e à uma “onda crescente”, em uma metáfora avassaladora de um tsunami destruidor¹⁴.

Não à toa, as imagens veiculadas para ilustrar tendem a ser a dos cruzamentos extremos de fronteira, em rios e selvas, o uso de barcos e meios de transporte precários e em sua maioria superlotados. Também imagens de migrações massivas, com grandes aglomerados de pessoas, como as que se veem nas caravanas e acampamentos em territórios de fronteira, reforçando-se o imaginário da massa volumosa e ameaçadora do êxodo humano, que justificaria a aplicação de medidas securitárias que se tra-

duzem, por exemplo, em recorde de detenções¹⁵. A intencionalidade da veiculação destas imagens é menos a de provocar reflexão sob as condições em que são feitos os deslocamentos e mais mobilizar apoio à ideia de controle e gestão de fronteiras - e de corpos em fronteiras.

Há diferentes formas de entender a ideia de “crise migratória”, perpassando desde perspectivas alarmistas, como mostrado anteriormente, a críticas a seus usos. Doravante, seguiremos pela leitura crítica. Foucault ([1977]/2009), em seus escritos sobre a biopolítica, alertava para a “crise” como técnica de governo que suspende

procedimentos previamente estabelecidos, na expectativa de um retorno aos padrões de uma suposta normalidade anterior. Em outras palavras, a “crise” torna-se uma categoria de intervenção.

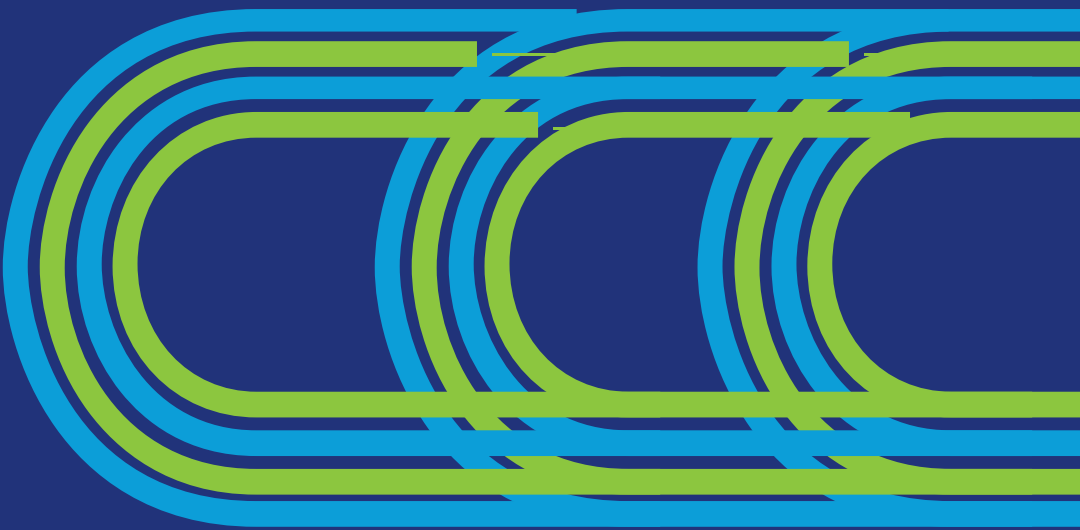
Como argumenta Moulin (2019), a constatação da ideia de “crise” muitas vezes está atrelada a uma “política de números” que atesta o “descontrole”, através de medições quantitativas que representam excesso. Corroborando com os dados estatísticos, a construção discursiva compõe um quadro que urge por intervenção a qualquer custo (econômica, social, securitária e humanitária). Assumir a ideia de “crise migratória” a partir

¹² Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/crise>. Acesso em: 05/02/2024.

¹³ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/crise/>. Acesso em: 05/02/2024.

¹⁴ Reportagem da Record News de 27 de dezembro de 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QHvhZ_Ngttg&t=154s. Acesso em: 08/01/2024.

¹⁵ Reportagem do Jornal da Record de 03 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wb-NGUnePfo>. Acesso em: 08/01/2024





dessa perspectiva incorre no que Tim Cresswell (2010) argumenta sobre a representação da mobilidade. Sob a perspectiva do trânsito para o norte, os discursos evocados se direcionam para medidas que convertem a mobilidade em problema, um processo a ser gerenciado com uma gradação que varia do controle ao extermínio. A migração se transforma em transgressão e, no limite, em crime (De Genova, 2015).

Nesse sentido, reiteramos que o “corredor migratório”, produzido na tensão entre mobilidade e imobilidade está fortemente associado à ideia de “crise”. Questionando o direito ao movimento, surgem nesse território ações que buscam conter, redirecionar e retroceder a migração. A “crise migratória” traduz-se em “crise das fronteiras” e adquire dois sentidos: i) “invasão” de territórios cuja identidade, supostamente estável e homogênea,

é circunscrita por essas fronteiras, convertendo pessoas migrantes de outras nacionalidades em ameaça à essa estabilidade e ii) perda de controle e soberania territorial, demandando recursos urgentes de contenção em nome da segurança nacional.

Buscando superar o nacionalismo metodológico (Glick-Schiller, 2003; Sassen, 2010; Canales, 2015) e ampliar a imaginação para além da fronteira como metáfora de um muro que divide dois Estados Nacionais, ou linha imaginária limítrofe, destacamos a fronteira tal qual pensada por Hess (2012); Mezzadra e Neilson (2013); Hess e Kaspereck (2017): a fronteira é resultado de uma produção social marcada por práticas de recrudescimento e controle, de um lado, e pela mobilidade migratória humana, por outro. Isso significa dizer que a fronteira está sempre sendo feita e refeita (Hess e Kas-

pareck, 2017) a partir das relações de tensão entre o controle e mobilidade, onde a narrativa de “crise” exerce uma mediação crucial desses tensionamentos. Corrobora para tal compreensão de fronteira o entendimento de que as migrações transnacionais, ao criar constantes vínculos entre as áreas de origem, trânsito e destino, redefinem o conceito de fronteira e nos exige pensá-las para além de sua dimensão física.

As fronteiras multiplicam-se (Mezzadra, 2015), materializando-se em fixos territoriais como: prisões, cercas, muros, postos de vigilância, centros de processamento de vistos, campos, abrigos militarizados. Também são fronteiras as formas de conversão de paisagens naturais, desertos, selvas, mares, chuvas, sol escaldante, em técnicas de controle e dissuasão, ampliando os riscos de morte na travessia para pessoas mi-

grantes e produzindo verdadeiros sumidouros territoriais. Multiplicam-se ainda nas burocracias, exigências crescentes para obtenção de vistos, práticas de deportação ou controle em terceiros países, e dificuldades para a regularização.

O corredor migratório é configurado a partir de diversas dimensões espaciais e temporais combinadas através da lógica da “crise”, resultado de políticas que conformam tempos de espera, atraso e desaceleração dos projetos de migração (Miranda, 2021), além de exposição a diversas formas de violência e violação a direitos, praticadas por instituições e agentes de Estados e por redes criminosas. Imperam práticas voltadas à suspensão de normas, contenção e implementação de medidas de emergência humanitária e configuração de locais em que prevalecem a noção de urgência como o tempo da ação do Estado. Como consequência, decorre um bloqueio de imaginários alternativos sobre e para a mobilidade. Não raro, seja do ponto de vista securitário ou humanitário, as soluções urgentes e provisórias se conformam perenes, convertendo a própria “crise” em normalidade.

O “trânsito para o norte” ocorre imbricado nas formas como as múltiplas crises produzem e são produzidas e se associam ao “regime de fronteiras” (Hess, 2012; Domenech, 2020; 2021), onde fatores políticos, econômicos e sociais se associam. Com isso, é im-

portante delimitar que a noção de “trânsito”, aqui, é tomada em um sentido mais complexo do que um caminho entre uma origem e um destino. Destacamos diferentes modos de estar em trânsito, compreendendo diversas temporalidades, espacialidades, arranjos sociais e identitários, e diferentes formas de deslocamento.

Estar em trânsito, requer, também, conviver nesses territórios de espera, fazer escolhas e desenvolver estratégias para as conhecidas práticas de extorsão e violências do caminho, e ainda se relacionar com agências internacionais, redes extraleais e de solidariedade que se conformam ao longo das rotas. É nesse sentido que Walters (2011) argumenta que a fronteira humanitária também participa dessa forma de controle, pois é devedora do aumento dos riscos das travessias de fronteira por questões de vida ou morte, onde há apelo para a ação humanitária.

Ao analisarmos o léxico de “crise migratória” neste campo conflitivo, buscamos evidenciá-lo como um discurso e, simultaneamente, um efeito da tensão entre controle e mobilidade que explicita um “regime de fronteiras” (Domenech, 2020), no qual vários atores, discursos e materialidades se relacionam no controle de corpos em movimento. Nesse sentido, a “crise” e seus desdobramentos carregam sentidos situados a cada espaço-tempo em que é evocada, e se constitui tanto de espaços de

violência, como de solidariedades e agência dos e das migrantes. Em outras palavras, a ideia de “crise” ou “excesso de migração”, só ocorre porque pessoas continuam em movimento apesar das diversas ações de “contenção territorial” (Haesbaert, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, discutimos o trânsito para o Norte de pessoas migrantes de diversas nacionalidades que foram residentes ou passaram pelo Brasil. Esta mobilidade dá-se sob condições crescentemente perigosas, contexto no qual a travessia da selva de Darién, no Panamá, é um dos pontos extremos que impõe adversidades ainda mais severas. A tensão entre mobilidade e imobilidade, na produção de espaços de espera e, ainda, na configuração de um amplo “corredor migratório”, que liga o sul ao norte da América através principalmente do movimentar-se terrestre de milhares de pessoas migrando, tem em seu cerne a ideia de “crise”, criada e mobilizada para justificar não apenas o humanitarismo - necessário mas insuficiente - como também o controle de corpos e o recrudescimento securitário.

Neste artigo, defendemos que é mais pertinente trabalhar com a ideia de “migração de crise” (Simon, 1995; Clochard, 2007; Baeninger e Peres, 2017), conceito formulado para caracterizar a expansão da mobilidade humana

e a intensificação dos deslocamentos em grandes quantidades de pessoas em situações de vulnerabilidade desde a origem, como consequência de “problemas econômicos, políticos, civis, religiosos, ideológicos e humanitários” (Baeninger e Peres, 2017). A ampliação da ideia de “migração de crise” para a caracterização do trânsito ao Norte parece-nos especialmente válida para qualificar o contexto de produção da ideologia da “crise migratória”, pois estabelece de forma inequívoca que não é a migração que gera a crise, mas sim a crise - histórica e estrutural - que gera a migração.

Deslocado o eixo e o lugar da “crise” no contexto das migrações, “migração de crise” nos convida a refletir a raiz profunda que move grandes fluxos migratórios em diferentes momentos, levando em consideração os diferentes contextos nacionais. É ainda uma forma de propor e defender tanto o “direito a migrar” como o “direito à não migrar”, isto é, o direito à resolução dos conflitos a nível de país de origem, o que poderia levar à superação da falta de perspectivas sócio-laborais e de sobrevivência que afetam as pessoas que decidem migrar e sair dos países aos quais chamavam lar.

Por último, explicitamos uma agenda de pesquisa que se abre quando nos propomos olhar para as relações e as tensões que se conformam nesse corredor migratório no continente, como ten-

tamos demonstrar. Essas tensões são compostas de um viés securitário em sentido amplo, atingindo essas migrações com políticas violentas ou seletivas por critérios raciais, e em sutis mecanismos burocráticos: imposição de vistos e classificação de passaportes, por exemplo. O olhar voltado a essas tensões, aliado a uma literatura e trabalho de campo por nós realizados, ensina, também, que as pessoas que são sujeitos dessas migrações não se comportam de forma passiva diante das insistentes tentativas de Estado de contenção de seus movimentos, dotando de camadas de complexidade a captação desses conflitos que se espraiam em diferentes tempos, espaços e maneiras de estar em trânsito.

É fundamental entender o papel das diferentes estratégias, projetos e ativismos migrantes nos tensionamentos políticos e (re) desenho constante dos territórios por onde se deslocam e instalam - e de onde saem. São formas de resistência legítima, de reivindicação e manutenção de direitos básicos garantidos a todos os seres humanos, e que abrem inúmeras possibilidades de imaginarmos outros projetos políticos e formatos de mundo, onde as migrações - e as pessoas migrantes - sejam recebidas com percepções alternativas ao tempo da urgência e emergência securitária, que combinam lógicas de segurança nacional e tutelares (humanitárias).

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ VELASCO, Soledad. “En búsqueda de un lugar: tránsitos irregularizados y la producción de corredores migratorios en las Américas”. In: RIVERA-SÁNCHEZ, Liliana., HERRERA, Gioconda., y DOMENECH, Eduardo. (Orgs.). **Movilidades, derecho a migrar y control fronterizo en América Latina y el Caribe**. CLACSO, 2022. p. 77-125.

ÁLVAREZ VELASCO, Soledad; PEDONE, Claudia; MIRANDA, Bruno. Mobilidade, controle e disputa espacial: a formação e transformação dos corredores migratórios nas Américas. In: **Périplos**. v.5, n.1, 2021. p. 4-27.

ASSIS, Gláucia. De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros. **Tese**. Universidade Estadual de Campinas. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). 2004.

BAENINGER, Rosana (Org). **Migração Internacional** - Coleção Por Dentro do Estado de São Paulo, v. 9. Campinas - SP: Núcleo de Estudos de População ‘Elza Berquó’ (NEPO), Unicamp, 2013.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. In: **Revista Brasileira de Estudos de Estudos de População**, REBEP, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 119 - 143, jan/abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/MzJ5nmHG5RfN87c387kkH7g/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: Janeiro 2024.

BÓGUS, Lucia; BAENINGER, Rosana (Orgs). **A Nova Face da Emigração Internacional no Brasil**. São Paulo: EDUC, 2018.

CANALES, Alejandro. **E pur si muove – Elementos para una teoría de las migraciones en el capitalismo global**. México: Universidad de Guadalajara, MAPorrúa Editor, 2015.

CLOCHARD, Olivier. Les réfugiés dans le monde entre protection et illégalité. **EchoGéo**, v. 2, 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/echogeo/1696> . Acesso em: Janeiro 2024.

CRESSWELL, TIM. Towards a Politics of Mobility. In: **Environment and Planning D: Society and Space**. v. 28, n.1, 2020. p. 17-31.

DE GENOVA, Nicholas. Border Struggles in the migrant metropolis. In: **Nordic Journal of Migrant Research**, v.1, n.5. 2015. p. 3-10.

DE GENOVA, Nicholas. Spectacles of Migrant Illegality: the scene of exclusion, the obscene of inclusion. In: **Ethnic and Racial Studies**. v. 36, n.7. 2013. p. 1180-1198.

Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa Online. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aurelio/>

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa Online. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/>

DOMENECH, Eduardo. Régimen de migración y fronteras, In: CEJA, Iréri; ÁLVAREZ VELASCO, Soledad; BERG, Ulla. (Eds.) Migración, Ciudad

Autónoma de Buenos Aires, In: **CLACSO**, 2021. p. 69-78.

DOMENECH, Eduardo. La «política de la hostilidad» en Argentina: detención, expulsión y rechazo en frontera. In: **Estudios Fronterizos**, v.21, 2020. p. 1-25.

FOUCAULT, Michel. **Sociedade, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GARBEY-BUREY, Rosa Maria. Estrategias migratorias en el tránsito de emigrantes haitianos hacia Estados Unidos. In: **Huella de Migración**. v.2, n.4, 2017. p. 93-123.

GLICK-SCHILLER, Nina. Methodological nationalism, the social sciences, and the study of migration: an essay in historical epistemology. In: **International Migration Review**, v. 37, n. 3, p. 576-610, Sep. 2003.

JESUS, Alex Dias. Fronteiras e atravessamentos: experiências migratórias de haitianos em Tijuana, México. In: **Formação**. v.26, n.49, 2019. p. 85-105.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HESS, Sabine. De-Naturalising Transit Migration. Theory and Methods of a Ethnographic Regime Analysis. In: **Population, Space and Place**, v.18, 2012. p. 428-440.

HESS, Sabine; KASPAREK, Bernd. Under control? Or border (as) conflict: Reflections on the European border regime, In: **Social Inclusion**, v.5, n.3, 2017. p. 58-68.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. Migração internacional e dependência na divisão internacional do trabalho: Um estudo da região sul de Santa Catarina. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Demografia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, IFCH, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas - SP, 2013.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. A imigração haitiana em Santa Catarina: Perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Demografia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, IFCH, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas - SP, 2017.

MEZZADRA, Sandro; NIELSON, Brett. **La frontera como método o la multiplicación del trabajo**. Madrid: Practicas Consuientes. 2013.

MEZZADRA, Sandro. Multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade. In: **REMHU** - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, Ano XXIII, n. 44, jan./jun. 2015. p. 11-30.

MIRANDA, Bruno; GUNDELACH, Jana Sosa; RODRÍGUEZ, Daniela Fernández. Diferencia y Espera: migrantes africanos y asiáticos en Tachula, frontera sur de México. In: **Diarios de Terruño**. nº5, 2023. p. 144-167.

MIRANDA, Bruno. “Movilidades haitianas en el corredor Brasil-México: Efectos del control migratorio y de la securitización fronteriza”. In: **Périplos**. *Revista de Pesquisa sobre Migrações*. v. 5. n.1. 2021. p. 108-130.

MIGRACIÓN PANAMÁ. Disponível em: <<https://www.migracion.gob.pa/inicio/estadisticas>>. Acesso em: 02/02/2024.

MOULIN, Carolina. Entre a crise e a crítica: migrações e refúgio em perspectiva global. In: Monções. In: **Revista de Relações internacionais da UFGD**. v.8. n.16, 2019. p. 21-41.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Matriz de Monitoramento e Deslocamento (DTM) - Panamá**. Disponível em: <<https://dtm.iom.int/panama>>. Acesso em: 02/02/2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Informe Migração Afegão - Dezembro de 2023**. Disponível em: <<https://brazil.iom.int/pt-br/veja-todos-os-informes>>. Acesso em: 02/02/2024

REIS, Rossana Rocha. **Políticas de Imigração na França e nos Estados Unidos**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2007.

RECORD, Tv. Jornal da Record. **Onda imigratória na fronteira entre México e EUA afeta a vida dos moradores dos dois países**. 03 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wb-NGUnePfo>.

RECORD, Tv. Record News. **Imigrantes fazem marcha para tentar entrar nos EUA. 27 de dezembro de 2023**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QHvhZ_Ngtug&t=154s

SANTOS, Gislene. Estado e migração indocu-

mentada: os migrantes do sul catarinense nos EUA. In: DIAS, Leila; FERRARI, Maristela. (Org.). **Territorialidades Humanas e Redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011, p. 243-262.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2010.

SASSEN, Saskia. **Expulsões**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SCAVITTI, Julia Ferreira; MONTOYA, Ramón Alejandro. “Atrapachula: Frontera sur mexicana, activismo migrante y narrativas mediáticas”. In: **Mediaciones**, 19(30), 2023, pp. 171-189.

SILVA, Aída; MIRANDA, Bruno. **La espera como mecanismo de disuasión de la política de asilo de Estados Unidos**. 2020. Disponível em: <https://migracion.nexos.com.mx/2020/07/la-espera-como-mecanismo-de-disuasion-de-la-politica-de-asilo-de-estados-unidos/>. Acesso em: 02/02/2024.

SILVA, Camila Rodrigues da; MAGALHÃES; Luís Felipe Aires; ASSIS, Gláucia de Oliveira. A imigração haitiana nas páginas dos jornais: análise de reportagens da Folha de São Paulo entre 2010 e 2015. In: BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta; FERNANDES, Duval; SILVA, Sidney Antonio da; CASTRO, Maria da Consolação G; COTINGUIBA, Marília Pimentel (Orgs). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiá - SP: Paco Editorial, 2016.

SIMON, Gildas. Géodynamique des migrations internationales dans le monde. Paris: PUF, 1995. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/remi_0765-0752_1995_num_11_3_1488_t1_0223_0000_1 . Acesso: em Janeiro 2024.

SIQUEIRA, Sueli (Org). **Ligações Migratórias Contemporâneas: Brasil, Estados Unidos e Portugal**. Governador Valadares - MG: Editora Univale, 2018.

WALTERS, W. Foucault and Frontiers: Notes on the birth of the humanitarian border. In: BRÖCKLING, U; KRASMANN; S.; LEMKE, T. (orgs.). **Governmentality**: Current Issues and Future Challenges. New York: Routledge, 2011. p.138 -164.



DO SONHO AO PESADELO, TRAJETÓRIAS INTERROMPIDAS: UMA ANÁLISE SOBRE A SITUAÇÃO DOS BRASILEIROS DEPORTADOS DOS ESTADOS UNIDOS RESIDENTES EM MINAS GERAIS E EM RONDÔNIA

Duval Fernandes

Maria da Consolação Gomes de Castro

Renata da Silva Nobrega

Henrique Galhano Balieiro

Lutiana Valadares Fernandes Barbosa

Carolina Ribeiro Barbosa

Duval Fernandes

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (1975), mestrado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1977) e doutorado em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996). Pós doutorado no Instituto Universitário de Investigación Ortega Y Gasset da Universidad Complutense de Madrid. Pesquisador do Centro de Investigación em Sociologia Económica e das Organizações-Socius do Instituto Superior de Economia e Gestão - ISEG da Universidade de Lisboa Professor Adjunto IV da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, no Programa de Pós-Graduação em Geografia e no Departamento de Economia. Bolsista Produtividade em Pesquisa – CNPq.

Maria da Consolação Gomes de Castro

Possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1981), mestrado em Ciências Sociais Aplicadas à Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (1993) e doutorado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2009). Foi integrante da Cátedra Sérgio Vieira de Mello/ACNUR da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, até o ano de 2023. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Saúde Coletiva, em movimento sociais e participação social, planejamento, gestão social e coordena o Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão Direitos Sociais e Migração (GIPE-DSM)/Departamento de Serviço Social atuando principalmente nos seguintes temas: migração internacional, políticas migratória, migração de retorno, imigração, refúgio e apatridia.Integra o Comitê Científico da Revista Trilhas da Migração de SP. Atualmente, integra a Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos- Minas Gerais.

Renata da Silva Nobrega

Graduada em Relações Internacionais (UnB), mestre e doutora em Sociologia (UNICAMP). Atualmente, é professora da Universidade Federal de Rondônia, lotada no Departamento Acadêmico de Ciências Humanas e Sociais do Campus Ji-Paraná. Em sua pesquisa de doutorado, abordou processos sociais relacionados à emigração internacional que parte de Rondônia em direção aos Estados Unidos, Espanha, Portugal, entre outros destinos.

Henrique Galhano Balieiro

Doutorando Psicologia pela PUC Minas. Psicólogo com especialização em Direitos Humanos e Cidadania no Contexto das Políticas Públicas e mestre em Psicologia pela PUC Minas (bolsista capes/cnpq). Atualmente é coordenador e professor da especialização em Psicologia e Migração (PUC Minas) e doutorando bolsista FAPEMIG no PPGPSI PUC Minas. Além de membro fundador do Coletivo Psimigra.

Lutiana Valadares Fernandes Barbosa

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e mestrado em Direito pela Columbia University. É Doutoranda em Direito Internacional na UFMG. Atualmente é defensora pública federal - Defensoria Pública da União.

Carolina da Fonseca Barbosa Ribeiro

Doutoranda em Geografia no Programa de Pós Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (Previsão de conclusão em 2026). Mestre em Geografia pelo mesmo programa (Conclusão em 2015). Possui habilidades diversas ligadas a levantamento, organização e processamento de dados, além de conhecimentos ligados ao Sistema de Informações Geográficas (SIG). Professora com mais de 14 anos de experiência em docência no ensino regular e pós graduação. Atualmente, além de ministrar aulas é produtora de conteúdo escolar para redes de ensino criando materiais com própria autoria além de revisar conteúdos já elaborados por outros autores.

INTRODUÇÃO

A migração de brasileiros para os Estados Unidos da América (EUA) não é um fenômeno recente, vários autores (Margolis,1994; Patarra,1995; Sales,1999; Martes, 2000; Siqueira, 2009, Margolis, 2013) discutem esse fluxo migratório, que foi um dos primeiros a ter uma produção acadêmica buscando caracterizá-lo e compreender em sua dinâmica. A origem dessa atração se confunde com a história da relação entre o Brasil e o EUA. No estado de Minas Gerais, local com expressiva emigração para aquele país, o momento de início desse processo ainda causa controvérsia entre pesquisadores. Para alguns, como Soares (2002), por exemplo, o início estaria ligado à participação do Brasil na II Guer-

ra Mundial, para outros, como Siqueira (2009), seria nos anos 1960, que, por meio de programa de intercâmbio, jovens de classe média da região Leste de Minas tiveram contato com a cultura americana e esse processo deu início a redes que seriam ampliadas com o passar do tempo. Independente da razão para o início do processo, é fato que, não só para os mineiros, mas para boa parte da população emigrante brasileira, o destino primeiro é os EUA. Apesar de não se contar com informações fidedignas sobre o volume de brasileiros naquele país, dados do Ministério da Relações Exteriores, permitem traçar uma estimativa que, para alguns, está aquém da realidade¹. (Gorziza e Buono, 2022).

O quadro 01, a seguir, apresenta o levantamento do número de brasileiros residentes no exterior e nos Estados Unidos, levantado pelo Itamaraty e pelo Censo Demográfico de 2010². Mesmo sendo dois registros de natureza distintas – um administrativo e outro pesquisa domiciliar – é fato que a migração para os Estados Unidos é a mais expressiva em termos numéricos. A série construída com informações do Itamaraty, além de indicar a elevada participação desse destino no total dos locais procurados pelos brasileiros, aponta para uma ligeira redução da participação da migração para os EUA no total dos deslocamentos de brasileiros que poderia estar relacionado à emergência de outros destinos dessa diáspora.

1 Nota metodológica: os dados do Ministério das Relações Exteriores referentes ao número de brasileiros no exterior são estimativas, uma vez que o registro consular de nacionais em outros países não é obrigatório (Folha de SP Piauí/UOL).
2 No Censo de 2010 foi inserido, pela primeira e única vez, um grupo de questões que levantava informações sobre os emigrantes internacionais que haviam deixado o domicílio. Essas questões foram colocadas no questionário básico (universo) do censo.

Quadro 01. Número total de brasileiros no exterior e nos EUA nos registros consulares do Itamaraty, em anos selecionados, e Censo Demográfico de 2010.

ANOS	VALORES	USA	TOTAL
2008	Absoluto %	1.240.000 40,73	3.044.762 100,00
2011	Absoluto %	1.388.000 44,45	3.122.813 100,00
2014	Absoluto %	1.315.000 42,34	3.105.922 100,00
2015	Absoluto %	1.410.000 45,73	3.083.255 100,00
2020	Absoluto %	1.775.000 42,10	4.215.800 100,00
2022	Absoluto %	1.900.000 41,30	4.598.735 100,00
Censo 2010	Absoluto %	117.104 23,82	491.645 100,00

Fonte: Comunidade Brasileira no Exterior Itamaraty (<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/BrasileirosnoExterior.pdf>) Acesso 23/10/2023

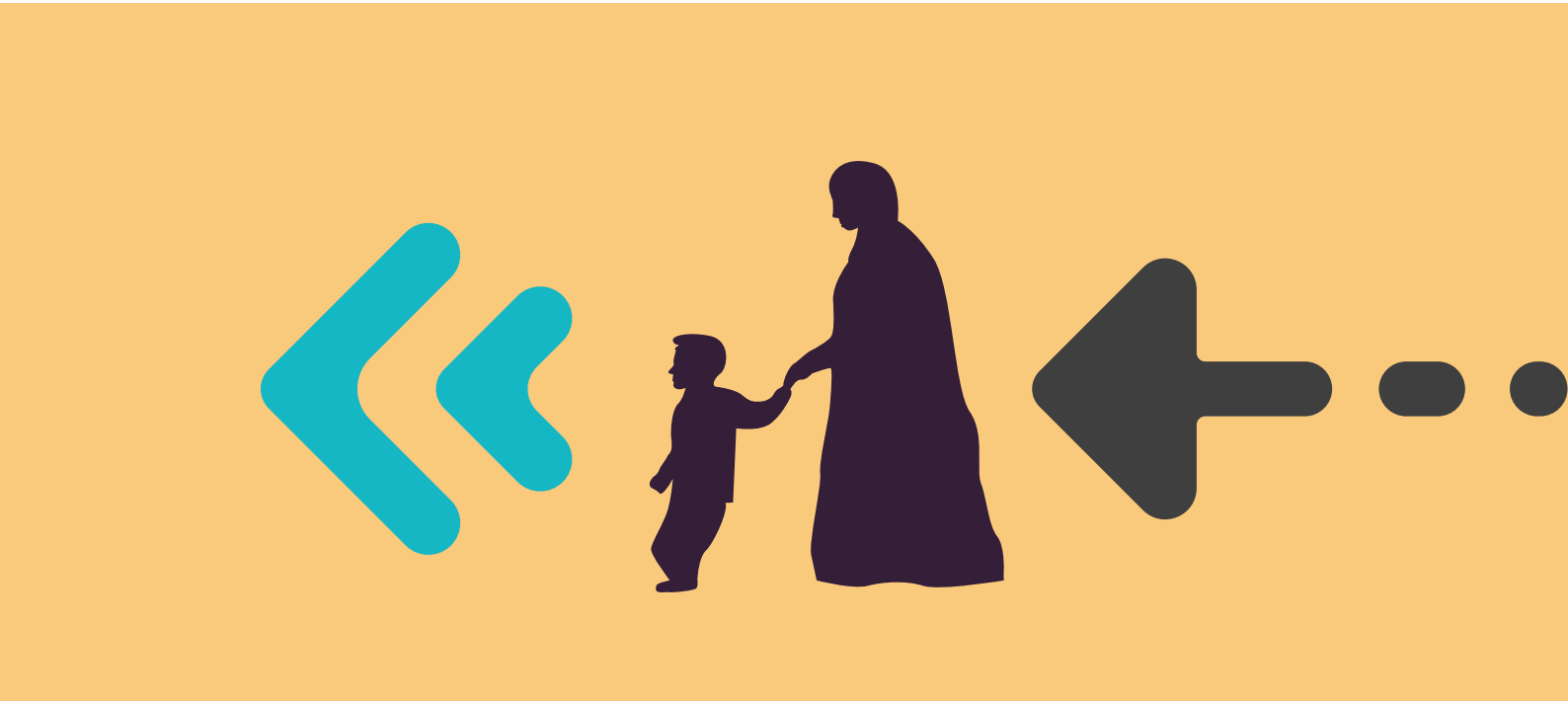
Esses números não abrangem a totalidade dos brasileiros residentes no exterior, pois há expressivo contingente em situação irregular e alguns vivem na clandestinidade, sendo passíveis de deportação. Apesar de não se ter um número exato desses migrantes em situação irregular, há informações que permitem ter algumas indicações. No ano fiscal americano de 2022, 93.864 brasileiros respondiam processos na justiça americana em razão de pendências na área de migração; em 2023, esse

número era de 104.716 (Track Immigration, 2023). Processos esses que podem levar a uma saída compulsória. Ao mesmo tempo, o número de brasileiros “encontrados” na fronteira Sul dos EUA vem aumentando mensalmente. Em agosto de 2022, foram 5.818 pessoas e, em setembro do mesmo ano, 6.129 (Ahuma, 2022). Considerando os anos fiscais americanos de 2021 e 2022, esse movimento fica mais evidente. Em 2021, o Brasil foi o sexto país com maior número de

“encontrados” na fronteira sul dos Estados Unidos, 3,4% do total de imigrantes, com um número de 56.766 pessoas. Em 2022 esse contingente passou a ocupar a nona posição, com 44.248 pessoas, 2,6% do total de imigrantes encontrados. Esses números representaram, em 2021, 40,7% do total de brasileiros detidos na fronteira; em 2022, esse percentual foi de 31,7%. Mais de 70% dos brasileiros “encontrados” na fronteira americana desde 2010 foram detidos nesses dois anos (Track Immigration, 2023). O volume de entradas em território americano tem, por outro lado, contribuído para aumentar o número de brasileiros que são deportados dos EUA. Apesar de não se conhecer uma estatística oficial do volume de deportados nos voos, dados veiculados pela imprensa indicam que mais de 5.000 brasileiros deportados chegaram ao aeroporto de Confins, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, entre outubro de 2019 e agosto de 2022, em voos fretados pelo Governo americano (Ricci, 2022). Esse aeroporto é o único autorizado pelas autoridades brasileiras a receber os voos fretados pelo governo estadunidense para transporte de deportados. São permitidos dois voos semanais com passageiros brasileiros retirados de forma compulsória do território americano. .

Não há dados oficiais que pos-

3 Terminologia utilizada pela patrulha de fronteira americana para designar as pessoas detidas.





sam indicar o destino dessas pessoas no território brasileiro, mas a maior parte, algo como 60% (Ricci, 2022), são residentes no estado de Minas Gerais, seguido pelos que indicam viver em Rondônia. A presença de pessoas originárias de Rondônia nos voos pode ser explicada pela existência de redes migratórias que ligam o estado de Rondônia a Minas Gerais. Resultados dos censos demográficos de 1980 a 2010 mostram que, em termos de origem dos imigrantes em Rondônia, o estado de Minas é o segundo de maior importância, precedido pelo estado do Paraná. Essa proximidade entre Rondônia e Minas Gerais, traduz também na utilização de redes para a migração internacional (Fernandes, Castro, 2013; Nobrega, 2016), principalmente nas regiões Leste

dos dois estados. O restante dos que chegam a Confins indicam outros estados das regiões Norte e Centro-Oeste (Ricci, 2022). A chegada ao aeroporto é a etapa final de um projeto migratório interrompido, quer na entrada em território americano, quer em um momento qualquer de trajetória de alguns anos no exterior (Marinucci, Farias, Santin, 2009).

No caso de Minas Gerais, há indicação de que em pelo menos 40% dos municípios cuja autoridade municipal reconhece a presença de retornados há a presença de pessoas deportadas dos Estados Unidos (OIM, 2022). Ao se considerar informações disponibilizadas pela Superintendência da Polícia Federal, no estado de Minas Gerais, indicando a cidade de nascimento de brasileiros detidos

nos Estados Unidos, por entrada ilegal pela fronteira sul daquele país, observa-se que em Minas Gerais 57,1% dos municípios mineiros tem pelo menos um natural detido nos EUA, no caso de Rondônia essa proporção é de 92,3% dos municípios.

Em Confins, apesar de o aeroporto ser internacional, não tem nenhuma estrutura para receber imigrantes, como um Posto de Avançado de Atendimento Humanizado para Migrantes (PAAHM), fazendo que esses retornados fiquem sem adequado apoio, ainda mais que no momento de chegada dos voos, na maioria dos casos de madrugada, todas as lojas do aeroporto estão fechadas e não há serviço de transporte público disponível.

Em fevereiro de 2022, uma visita

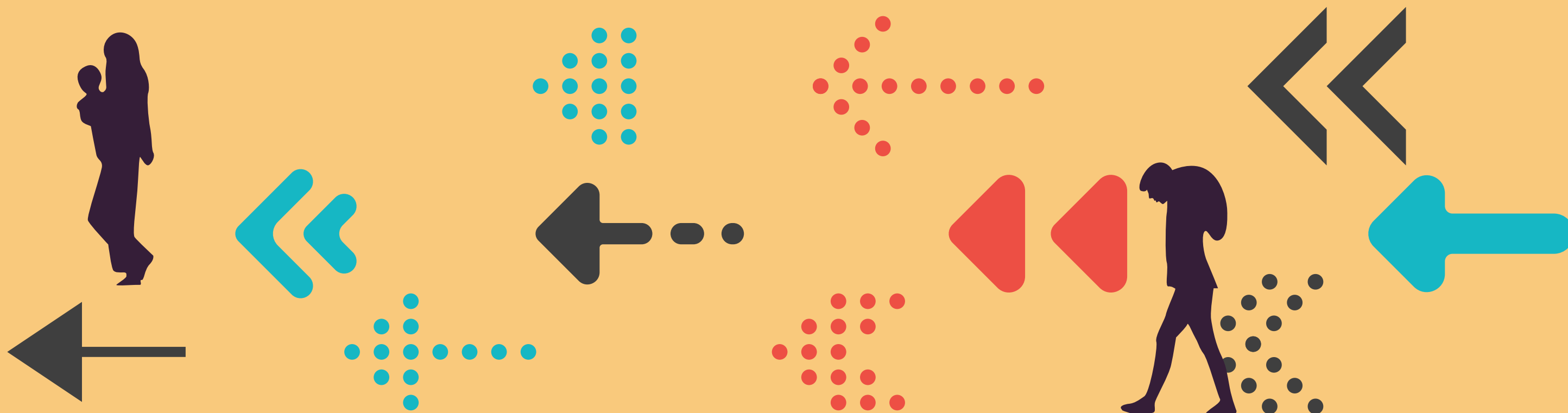
da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPEMG), acompanhada por representantes da sociedade civil, ao aeroporto de Confins, fez contato com alguns retornados de forma compulsória que desembarcavam de voo fretado pelo Governo americano. Os registros dessa visita indicam que parte dos retornados havia pago a coites, aproximadamente, USD 14.000,00 pela documentação, contemplando visto para o México, passagem e os traslados até a fronteira. Nesses relatos, foi possível obter informações sobre as condições de detenção na fronteira americana. Além da separação dos membros das famílias detidos em locais distintos, na maioria dos casos, a detenção acontecia em instalações sem ventilação natural e a alimentação oferecida era de baixa qualidade, o que

levava a expressivo número de detidos terem reações adversas à alimentação ingerida. O voo de retorno mereceu relatos a parte, além da demora do voo para chegar ao Brasil, em alguns casos com escala em países da América do Sul, os homens vinham algemados durante o voo, mesmo ao entrar em espaço aéreo brasileiro e, houve relatos que o mesmo procedimento foi adotado com adolescentes, o que é terminantemente impedido pela legislação brasileira (Passos, Balieiro, 2022). Importante ressaltar que esses voos são privados, em aviões fretados, com seguranças de empresas privadas, portanto não são aeronaves do Governo americano e que desrespeitam as leis brasileiras ao entrarem no espaço aéreo nacional.

A METODOLOGIA

Conhecer esses trajetos e reconstruir o processo migratório desses migrantes retornados de forma involuntária é um grande desafio, pois há uma série de obstáculos a serem vencidos. O primeiro seria a atuação no aeroporto, por ser uma área de concessão à iniciativa privada, há necessidade de estabelecer um acordo para a utilização do espaço para qualquer atividade. Além disso, não há possibilidade de entrar na área restrita do aeroporto, pois esta é administrada pela Polícia Federal.

Diante disso, o caminho encontrado para tentar contornar a situação foi iniciar um diálogo com a administração do aeroporto e montar uma equipe multidisciplinar, inclusive com pesquisadores da Universidade Federal de Rondônia, da qual fazem parte auto-



ridades federais da Defensoria Pública da União (DPU) que, por dever de ofício, podem acompanhar a chegada desses imigrantes.

Visitas exploratórias acompanhando a chegada dos voos mostraram que as possibilidades de abordagem dos retornados, nesse momento, são reduzidas, por conta das situações pelas quais passam as pessoas durante a viagem e o horário de chegada. Assim, está se desenhando a realização de uma abordagem rápida com a distribuição de kits de alimentação e oferta da possibilidade de, no local, disponibilizar serviços mínimos de acolhida como a escuta por profissionais da área da assistência social, psicologia e serviços de atendimento jurídico. Ao mesmo tempo, será distribuído aos retornados cartilha – De Retorno ao

Brasil – preparada pela DPU, em parceria com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), na qual são detalhados os direitos dos migrantes e indicados os órgãos que podem ser acionados para a garantia de direitos e auxílio direto ao retornado e sua família.

O segundo passo, será, com base na abordagem preliminar e outros elementos, identificar os municípios de residência de retornados de forma compulsória dos Estados Unidos nos estados de Minas Gerais e Rondônia. Nessa segunda fase, de forma semelhante a procedimentos utilizados em pesquisas anteriores (Fernandes, Baeninger, 2020) e baseando na teoria Ator-Rede de Latour (1994 e 2012) iremos identificar nas redes de pesquisadores dos

dois estados parceiros que tenham contatos nas cidades com maior incidência de retornados e que atuariam como agentes intermediários no processo. Esses identificariam junto ao corpo discente das suas instituições ou na sociedade, pessoas que tivessem em suas redes imigrantes retornados de forma compulsória dos Estados Unidos. Esses agentes mediadores, uma vez obtendo a anuência da entrevista, indicariam aos pesquisadores pessoas aptas a serem entrevistadas. Por outro lado, os que na primeira abordagem concordarem em participar da continuidade da pesquisa serão entrevistados, em suas cidades. Além dos retornados, serão entrevistados técnicos da administração municipal, com o objetivo de se conhecer a visão das autoridades locais sobre este processo.

OS RESULTADOS

O direito a migrar deve ser garantido a todos, mas é importante fazê-lo de forma segura, com informações detalhadas sobre as situações que poderão ser encontradas e os riscos associados a uma migração irregular. Um resultado importante, que irá contribuir no processo de levantamento das informações, foi a elaboração da cartilha – **De Retorno ao Brasil** – preparada pela DPU, em parceria com a OIM e a PUC Minas, na qual são detalhados os direitos dos migrantes e indicados os órgãos que podem ser acionados para a garantia de direitos e auxílio direto ao retornado e sua família, como mencionado anteriormente no texto.

REFERÊNCIAS

- AHUMADA, Miguel. Notícias Disponível em [MIGUELIMIGRANTE.BLOGSPOT.COM](https://miguelimigrante.blogspot.com). Acesso 27/09/2022
- FERNANDES, D. M.; CASTRO, M. C. G. **Migração e Crise: o retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal**. REMHU (Brasília), v. 41, p. 99, 2013.
- FERNANDES, D., BAENINGER, Rosana (Coord.); CASTRO, M. C. G., et al. (organizadores). **Impactos da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil – Resultado de Pesquisa**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2020.686 p.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Costa Cl, tradutor. Rio de Janeiro, RJ: Ed. 34; 1994. (Coleção Trans).
- LATOUR, B. **Reagregando o social**. Salvador, BA: EDUFBA, EDUSC; 2012
- MARGOLIS, Maxine L. **Little Brazil: an ethnography of Brazilian Immigrants in New York city**. Princeton University Press. Princeton.1994 329p
- MARGOLIS, Maxine L. **Goodbye, Brazil: emigrantes brasileiros no mundo**. Editora Contexto. São Paulo. 2013. 302 p.
- MARINUCCI, Roberto; FARIA,Yará; SANTI, Tezinha(Orgs). **Trajetórias interrompidas: cidadãos brasileiros deportados e não admitidos**. IMDH/PBE. Brasília 2009. 168 p.
- MARTES, Ana Cristina. **Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts**. Paz e Terra. São Paulo. 2000.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

- Comunidade brasileira no exterior**. Brasília.2022 32 p.
- NOBREGA, Renata. **Entra na roda: história, cotidiano e mobilidades em Rondônia**. Tese de Doutorado IFCH/Unicamp. Campinas. 2016. 250 p
- OIM-Organização Internacional para as Migrações. **Mobilidade humana e acolhimento de venezuelanos: fortalecendo a governança migratória no estado de Minas Gerais**. Brasília. 2022. 118 p.
- PASSOS, Raquel; BALIEIRO, Henrique. **Relatório Repatriados**, Voo 18.02.2022 (mimeo)
- PATARRA, Neide (coord.) **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. vol. I e II. UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas. São Paulo. 1995.
- SALES, Teresa. **Brasileiros longe de casa**. Cor- tez Editora. São Paulo. 1999 340 p
- SIQUEIRA, Sueli. **Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno**. Brasil/Estados Unidos. Argumentum. Belo Horizonte. 2009, 186p.
- SOARES, Weber. **Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga**. 2002. Tese (doutorado em Demografia) Cedeplar UFMG. Belo Horizonte
- TRACK IMMIGRATION. **Base de dados** disponível em: <https://trac.syr.edu/immigration/> Acesso 20/10/2023

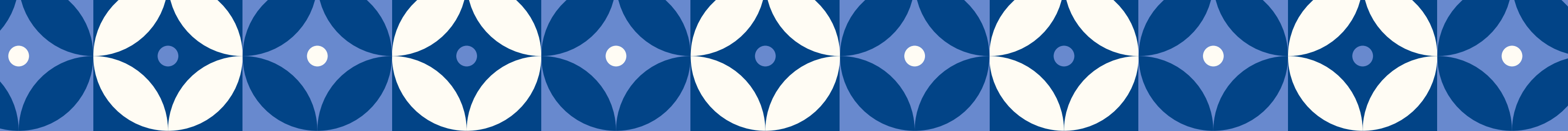


MIGRAÇÕES SUL-NORTE NO SÉCULO XXI: MIGRAÇÕES DE BRASILEIROS PARA PORTUGAL E O ENVIO DE REMESSAS, 2000-2020¹

JÓICE DOMENICONI²
ROSANA BAENINGER³

Jóice de Oliveira Santos Domeniconi
Graduada em Relações Internacionais e Economista –
FACAMP. Mestre e Doutora em Demografia – UNICAMP.
Pós-doutoranda no Departamento de Demografia do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas (DD/IFCH/UNICAMP). Pesquisadora
no Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/
UNICAMP).

Rosana Baeninger
Bacharel e Licenciatura em Ciências Sociais – UNICAMP.
Mestra em Sociologia –
UNICAMP. Doutora em Ciências Sociais (Área Estudos de
População) – UNICAMP.
Professora Livre- Docente Aposentada, colaboradora
no Programa de Pós-Graduação em Demografia (IFCH)
e no Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” da
Universidade Estadual de Campinas (NEPO/UNICAMP).
Coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo
(NEPO/UNICAMP).



INTRODUÇÃO

A composição dos fluxos emigratórios de brasileiros ao longo dos últimos 20 anos se distingue de forma particular dos movimentos históricos de migração brasileira para países do Norte Global como Estados Unidos (Sales, 1999; Margolis, 1994), Japão (Ferreira, 2007), e diferentes países da Europa, como Portugal (Malheiros, 2007; Machado, 2006), particularmente entre os anos 1980 e 1990. Atualmente, observa-se um aumento expressivo nos volumes, com direções e sentidos diversos e uma composição ainda mais heterogênea desses brasileiros que emigram (Millar, Fanini, 2022; Bógus, Baeninger, 2018; Padilla, 2012).

Os fluxos migratórios no contexto atual se distinguem em perfis, por um lado, marcados pela seletividade em termos de sua formação, alta qualificação e do capital humano, social, político e econômico que conseguem mobilizar (Marques, Góis, 2008) e, por outro, em fluxos migratórios com características sociodemográficas mais diversas e que se desen-

volvem nos espaços de fronteira, físicos e políticos, regionais e internacionais (Baeninger, 2018), ou seja, que estão mais sujeitos às restrições e controles das fronteiras (terrestre, aérea e aquática) e das políticas securitárias adotadas em países do Norte Global (Costa, 2022).

Para Duvell (2015), parcela desse segundo grupo de emigrantes estaria mais sujeita aos desdobramentos de uma 'globalização do controle migratório' dentro de uma postura de construção da irregularidade e ilegalidade nas migrações (Domenech, Dias, 2020) que responde tanto a uma demanda por mão de obra mais barata e sem proteção laboral, quanto ao discurso de garantia da soberania e segurança do Estado em oposição à migração. Entre aqueles que conseguem de fato superar as barreiras à entrada no destino, as condições de permanência, acesso a direitos e segurança se concretizam de forma permanentemente temporária, pois a 'deportabilidade' se instaura como uma possibilidade (ou

ameaça) real e cotidiana, sobretudo, para imigrantes do Sul Global (Hess; Kasperek, 2017, De Genova, Peutz, 2010).

As reconfigurações das migrações Sul-Norte, nesse sentido, são representativas de um novo contexto de reorganização da produção e da inserção desigual dos espaços locais, regionais e internacionais nessas cadeias de produção e de circulação da força de trabalho, do capital, de bens e serviços e do conhecimento em nível global (Castles, De Haas, Miller, 2014).

As remessas, enviadas ou recebidas, porém, são um tema historicamente presente nos estudos migratórios, particularmente no que diz respeito à relação entre migrações internacionais e desenvolvimento no contexto dos fluxos Sul-Norte. Sua especificidade, no contexto atual, encontra-se nos novos significados e interpretações conferidas à essa mobilidade de capital diante dos avanços tecnológicos, informacionais e operacionais alcançados para transferência de recursos e na rapidez

e barateamento dos meios de transporte que, em comparação com outros momentos históricos, impactam diretamente nos fluxos migratórios atuais (Domeniconi, Baeninger, Demétrio, 2022).

Este trabalho analisa, a partir disso, a relação Brasil-Portugal, como exemplo representativo dessas relações Sul-Norte no século XXI (Wise, Covarrubias, 2012), a partir das conexões entre o aumento nos movimentos migratórios de brasileiros para Portugal nas últimas duas décadas e a crescente circulação das remessas financeiras (Bindford, 2002). Busca-se compreender, de forma particular, a (re) produção do capital em nível global e o lugar do Brasil e do Sul Global como parte dessa globalização periférica (Lima, 2020).

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia adotada destaca o debate teórico-conceitual sobre migração internacional à luz de suas dimensões transnacionais (Glick-Schiller, 2007) de forma a estabelecer conexões entre os diferentes espaços de reprodução do capital e das migrações em curso no cenário atual (Baeninger, 2018). A partir disso, o estudo compreende e destaca a existência de distintas modalidades

migratórias que se desenvolvem de forma concomitante nos fluxos populacionais do Brasil para Portugal como um exemplo das dinâmicas estabelecidas nas migrações Sul-Norte no Século XXI.

Com base no aporte teórico-metodológico utilizado, realiza-se uma análise descritiva de dados secundários referentes ao período de 2000 a 2020 com o objetivo de caracterizar o volume, composição populacional, inserção social e laboral dos brasileiros em Portugal, bem como, as transferências pessoais de capital entre os dois países. As fontes consideradas são o Banco Central (BACEN) do Brasil, o Ministério das Relações Exteriores brasileiro (MRE), o PORDATA e o Instituto Nacional de Estatística (INE) de Portugal, com destaque para os dados sistematizados no portal "Brasileiros no Exterior"⁴.

Essas informações permitem apreender elementos do perfil sociodemográfico dos imigrantes inseridos nas modalidades migratórias que permeiam os fluxos do Brasil para Portugal em anos recentes, ou seja, aqueles que, tendo superado diferentes mecanismos de seletividade, permaneceram no destino e são considerados nos registros administrativos (Lee,

1966). O estudo da série histórica corrobora ainda com um olhar para as transformações tanto no mundo do trabalho, como, nas possibilidades e limitações à atuação profissional de imigrantes no mercado de trabalho português, as quais dialogam diretamente com as oportunidades geradas pelos avanços tecnológicos e informacionais, assim como, nos instrumentos digitais-operacionais mobilizados para o envio de remessas, particularmente no contexto de isolamento e restrição à mobilidade imposto pela pandemia de covid-19 (OIM, 2021).

É importante destacar, em termos das limitações, que as informações presentes nos registros e fontes de dados utilizadas dizem respeito à parcela da migração documentada, inserida na estrutura migratória de Portugal, ou seja, aos "sobreviventes" (Martine, 1980), assim como, às vias formais de mobilidade transnacional das remessas financeiras, ou transferências pessoais de capital.

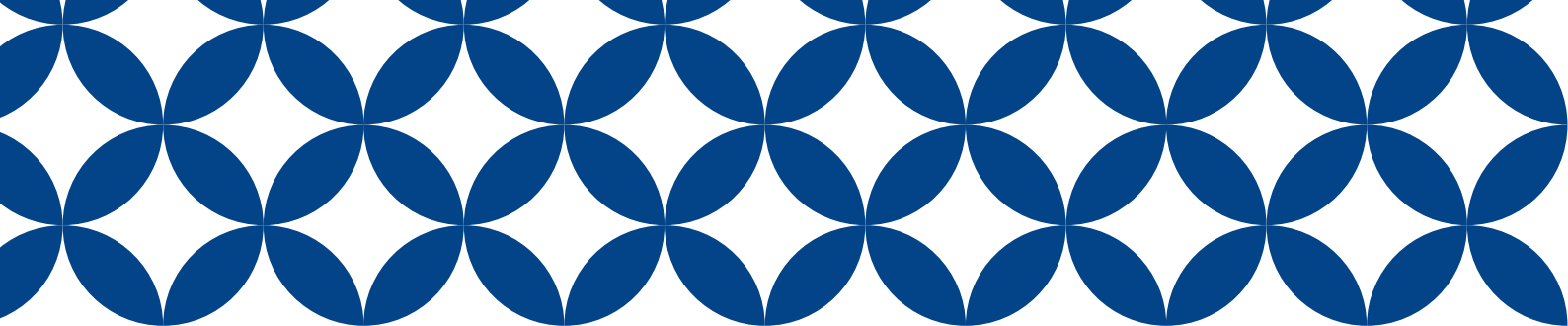
Segundo Magalhães (2013), ainda que se registre uma importante digitalização e formalização das transferências de capital por parte dos imigrantes nos últimos anos, o volume de recursos computados nas contas nacionais reflete

¹ Este trabalho contempla as discussões realizadas a partir de sua apresentação no âmbito do XIII Encontro Nacional sobre Migrações da Associação Brasileira de Estudos de População (ABEP), 22-24 nov. de 2023.

² Pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" (NEPO/UNICAMP). Pesquisadora no Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). Correio eletrônico: joicedomeniconi@outlook.com. Orcid: 0000-0002-5606-448X. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8591178790490592>

³ Professora Livre- Docente Aposentada, colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Demografia (IFCH) e no Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/UNICAMP). Coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). Correio eletrônico: baeninger@unicamp.br. Orcid: 0000-0002-3817-2807. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0425133153453333>

⁴ Mais informações sobre a plataforma Brasileiros no exterior disponíveis em: <https://www.brasileirosnoexterior.org/>. Acesso em: 20 jun.2023.



apenas uma parte limitada dos fluxos de recursos, dinheiro, bens e outros ativos que circulam internacionalmente.

Ao analisar as trocas internacionais de remessas deve-se ponderar criticamente a qualidade e cobertura das informações utilizadas, pois os resultados envolvem componentes específicos do balanço de pagamentos, como a compensação de trabalhadores não correspondem às cifras totais de capital enviado por migrantes no período determinado (OIM, 2021; MAGALHÃES, 2013). Mesmo diante do avanço e desenvolvimento de estratégias teórico metodológicas para a análise desse processo, segundo a Organização Internacional para Migrações (OIM, 2021), a subenumeração é uma limitação importante no estudo das transferências de recursos internacionais, pois nem todas as movimentações se concretizam mediante a rede bancária oficial. O reconhecimento dessa limitação, entretanto, não invalida o uso dos dados disponíveis no contexto atual, apenas exige uma avaliação crítica das interpretações e generalizações realizadas (Magalhães, 2013).

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Dados oficiais do Ministério das Relações Exteriores (MRE), obtidos a partir dos atendimentos con-

sulares em representações brasileiras pelo mundo, indicam que ao longo das últimas duas décadas, sobretudo entre 2007 e 2021, o volume anual de brasileiros no exterior variou consideravelmente. Essas mudanças explicam tendências internas e internacionais no campo econômico e político e refletem, de acordo com Bógus e Baeninger (2018), a inserção do país na rota das migrações transnacionais contemporâneas. Os movimentos migratórios de e para o Brasil (Patarra, 2005) dialogam ainda com o lugar do país nas cadeias de produção globais em um cenário de reestruturação econômica e dos brasileiros no mercado global do trabalho imigrante e na (nova) divisão internacional do trabalho, com relações de trabalho mais flexíveis, precarizadas e dispersas espacialmente (Bógus, Baeninger, 2018).

Em 2007, foram registrados aproximadamente 3,04 milhões de brasileiros no exterior, em 2008, esse número chegou a mais de 3,74 milhões diante de um cenário de crise econômica global que afetou, em especial, países como Estados Unidos, Portugal, Espanha e outros europeus (Fernandes, Castro, 2013). O patamar atingido nesse período se manteve até 2010, porém, em 2012, registrou-se o marco mais baixo

da série histórica, com 1,89 milhões de brasileiros, também uma resposta a um cenário de crise e instabilidade política e econômica internas no país. Diante de um período de fortes instabilidades, o volume de brasileiros fora do país passou por importantes mudanças em suas tendências, com perdas e ganhos no período entre 2012 e 2018, que culminaram em um processo de aumento no contingente de nacionais estimados a partir dos atendimentos nas unidades consulares brasileiras no exterior. Em 2018, foram 3,59 mi., 2020 foram 4,22 mi. e, em 2021, alcançou-se o ápice da série, com 4,4 milhões de registros (Tabela 1).

De acordo com os dados apresentados pelo MRE para o período de 2007 a 2020, observa-se que, em termos absolutos houve uma diminuição dos imigrantes brasileiros em Portugal na década de 2007 a 2017, equivalente a 37 mil brasileiros a menos (Tabela 2). Em comparação com o total de brasileiros no exterior, nota-se que, apesar de um retrocesso importante dos registros no período de 2010 a 2015, de modo geral, a tendência na série histórica foi positiva, ou seja, Portugal não acompanhou o aumento da presença brasileira no exterior ao longo da década. Em termos relativos, Portugal passou de 4,8% do total em

2007, para 3,3% em 2017. A recuperação dessa presença brasileira no país lusitano pode ser observada, no entanto, em anos recentes, particularmente entre 2018 e 2020, visto que, há um salto de 3,59 milhões, para 4,21 milhões de brasileiros no exterior no geral, e de 111 mil brasileiros em Portugal em 2018, para 276 mil em 2020, ou seja, estima-se que, no prazo de 2 anos, aproximadamente mais de 165 mil nacionais do Brasil migraram para Portugal (ou também, foram incluídos nas estimativas oficiais) (Tabela 2).

Nota-se com isso que, nos últimos anos, o país tem registrado marcos históricos no número de brasileiros estimados a partir

dos atendimentos consulares, o que pode dialogar com distintas interpretações que demandam um olhar crítico para produção e acesso às informações sobre o tema. Entre elas, uma maior procura por apoio, orientações ou encaminhamentos do governo por parte de nacionais que se encontram fora do país, uma maior segurança institucional, política e documental destes nos países de destino de modo que se sentem mais confiantes para procurar as autoridades brasileiras, ou mesmo um aumento no número de brasileiros no exterior.

Dados complementares à análise dizem respeito às estimativas oficiais de imigrantes brasileiros

em Portugal, às deportações, inadmissões e ao número de brasileiros retidos em Portugal no período de referência, ou mesmo às repatriações ocorridas, sobretudo, durante a pandemia, que dialogam tanto com o contexto social, político e econômico de inserção desses imigrantes brasileiros no país lusitano, como com as relações geopolíticas estabelecidas entre os dois Estados no cenário atual. Essas informações ajudam a construir um cenário diverso em que as modalidades migratórias ganham lugar, sendo compostas por experiências e motivações particulares à determinados grupos sociais (Baeninger, 2014) e, consequentemente, estando su-

Tabela 1. Número de brasileiros no exterior por ano, 2007-2021

ANO	BRASILEIROS NO EXTERIOR
2007	3.044.762
2008	3.735.826
2009	3.180.074
2010	3.122.813
2011	-
2012	1.898.762
2013	2.801.249
2014	3.105.922
2015	2.722.316
2016	3.083.255
2017	3.391.312
2018	3.590.022
2019	-
2020	4.215.800
2021	4.404.255

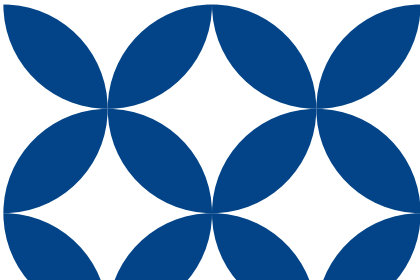
Fonte: Ministério das Relações Exteriores do Brasil - Itamaraty (MRE). Data de referência: nov./2021. Disponível em: <https://www.brasileirosnoexterior.org/dados-an%C3%A1lises>. Acesso em: 20 jun. 2023.

Nota: As estimativas são calculadas de acordo com o número de atendimentos prestado pela rede consular. Em 2020, a rede consular era formada por: 196 postos em 139 países (incluindo o Brasil); 60 com jurisdição cumulativa, totalizando, dessa maneira, atendimento em 199 países; 20 países têm mais de um posto. Dados obtidos via Lei de Acesso à Informação. Anos de 2011 e 2019 não informados.

Tabela 2. Número de brasileiros no exterior total e em Portugal, 2007-2020

ANO DE REGISTRO	BRASILEIROS EM PORTUGAL	%	BRASILEIROS NO EXTERIOR
2007	147.500	4,8	3.044.762
2010	136.220	4,4	3.122.813
2015	126.825	4,7	2.722.316
2016	116.271	3,8	3.083.255
2017	110.238	3,3	3.383.312
2018	111.060	3,1	3.590.022
2020	276.200	6,6	4.206.902

Fonte: Ministério das Relações Exteriores do Brasil - Itamaraty (MRE). Data de referência: nov./2021. Disponível em: <https://www.brasileirosnoexterior.org/dados-an%C3%A1lises>. Acesso em: 20 jun. 2023.



jeitos à distintos aspectos do jogo geopolítico local, regional e internacional (Costa, 2022).

A partir disso, se observa um perfil familiar da migração, com Lisboa sendo o consulado com maior número de registros de nascimento entre 2010 e 2021, um total de 12.766 crianças nascidas no exterior. Em contrapartida, existem aqueles que se depararam com barreiras impostas pelas políticas migratórias europeias e portuguesas, os brasileiros inadmitidos em Portugal, um total de 704 pessoas, segundo estimativas de 2017 do MRE.

Ademais, segundo dados divulgados por conta das missões de repatriamento de nacionais durante a pandemia, calcula-se que Portugal registrou um total de 1.500 brasileiros retidos e 1.800 repatriados em voos fretados pelo governo brasileiro, segundo dados do MRE (2020).

Porém, como discutido por Margolis (1994) e Sales (1999) é fundamental levar em consideração a existência de uma parcela importante de brasileiros invisibilizados nas estatísticas oficiais, seja no Brasil ou nos países de destino, particularmente em pesquisas censitárias, laborais ou surveys, dado que parcela importante desses imigrantes se encontra na indocumentação, o que os conduz a um distanciamento da gestão pública

local e dos espaços consulares brasileiros no exterior. Outro ponto de diferenciação entre os distintos grupos sociais que emigram do país, visto que aqueles que migram em condições documentadas, com maior poder aquisitivo e capital político, são também, segundo as autoras, aqueles que conseguem estabelecer laços mais próximos com essas instâncias institucionais do Brasil no mundo (Margolis, 1994; Sales, 1999).

A crescente dinamicidade dos fluxos de brasileiros para países do Norte Global se relaciona diretamente com a mobilidade internacional da força de trabalho e do capital, produtivo e financeiro, bem como, com a circulação de bens, serviços e mercadorias. No entanto, em um mesmo fluxo, distintos grupos sociais de migrantes se deparam com seletividades (Lee, 1966) e barreiras específicas para concretizar esse processo que os diferenciam muitas vezes em termos sociodemográficos e que determinarão, consequentemente, suas condições de migração, acesso a documentação, inserção sociolaboral, permanência e, possivelmente, retorno (Duvell, 2015; De Genova, Peutz, 2010).

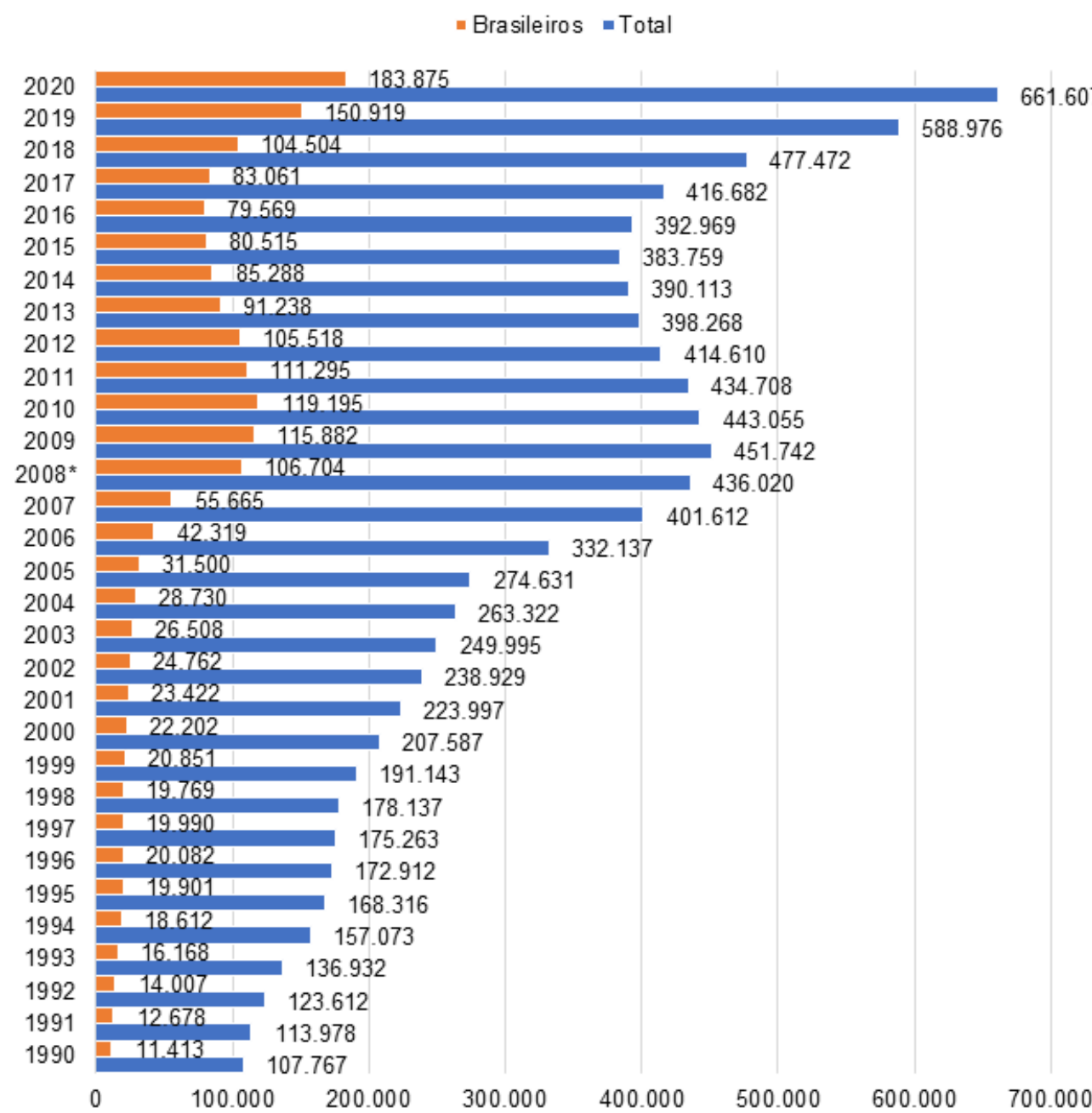
Dados do PORDATA e do Instituto Nacional de Estatística de Portugal acerca da população estrangeira com estatuto legal de residente, entre 1990 e 2020, apon-

tam para uma crescente presença de imigrantes internacionais residentes no país, um aumento superior a seis vezes no período de 30 anos. Se, em 1990, esse grupo era composto por 107,7 mil pessoas, em 2000, eram 207,6 mil, em 2010, 443,1 mil e, finalmente, em 2020, foram contabilizados 661,6 imigrantes com estatuto legal de residentes em Portugal (Gráfico 1).

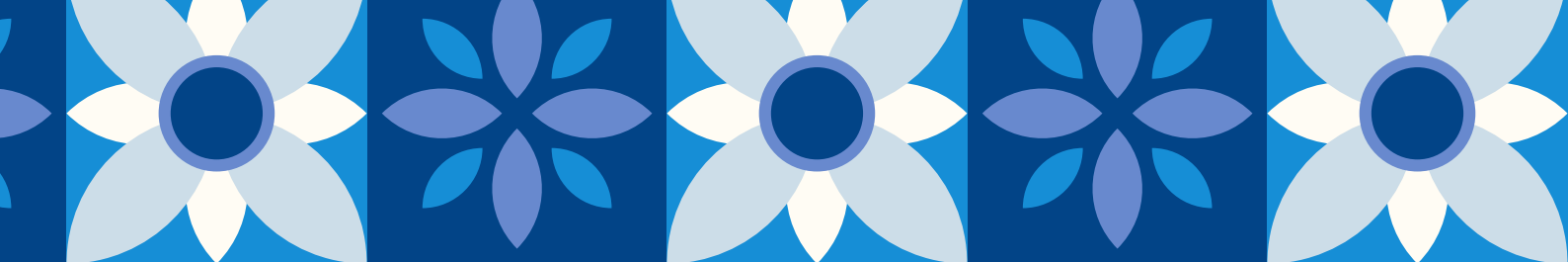
Desse montante, os imigrantes brasileiros residentes no país europeu representam uma importante participação relativa e absoluta. Enquanto na década de 1990 e 2000 contabilizavam aproximadamente 11,5% do total de imigrantes, desde 2006 nota-se um crescimento expressivo no volume de imigrantes brasileiros em Portugal, chegando à casa dos 26,9% em 2010 (119,2 mil em 443,1 mil) e, em seu ponto mais elevado da série histórica, 27,8% em 2020 (183,9 mil em 661,6 mil) (Gráfico 1).

Há, no entanto, uma variação nessa tendência ao longo do tempo que dialoga tanto com mudanças no cenário econômico, político e social europeu e brasileiro, como com as transformações na dinâmica migratória e no lugar ocupado por esses espaços na reestruturação produtiva global (Sassen, 2007; Harvey, 1992). O Brasil consolida-se, cada vez mais, como um espaço relevante de origem dos fluxos migratórios internacionais

Gráfico 1. População estrangeira com estatuto legal de residente: total e brasileiros, 1990-2020



Fonte: PORDATA, BP – Fontes de Dados: INE | SEF/MAI - População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente. Última atualização: 28 jun. 2022. Disponível em: <https://www.pordata.pt>. Acesso em: 20 jun. 2023. Nota: Em 2008 houve uma quebra da série histórica na informação.



com Portugal, no entanto, é fundamental apontar a inserção do país na rota das migrações transnacionais como espaço de origem, destino e trânsito de outros fluxos migratórios, sobretudo, a partir de 2007 (Baeninger, 2014).

Em termos das definições teórico-metodológicas e operacionais adotadas no estudo das transferências internacionais de recursos, ou das remessas financeiras, é importante considerar que tanto sua estimativa, como as interpretações conferidas ao fenômeno são objeto de importantes debates.

Segundo a OIM (2021), compreende-se remessas como “o dinheiro ou os bens que os migrantes enviam de volta para as famílias e amigos nos países de origem, costumam ser o vínculo mais direto e bem conhecido entre migração e desenvolvimento”. De acordo com as análises da OIM (2021), as remessas têm inclusive excedido os volumes de ajuda oficial ao desenvolvimento, ainda que configurem na categoria de fundos privados.

Não obstante, é fundamental apreender essas estimativas de forma desagregada. Isso porque as transferências financeiras realizadas por migrantes envolvem muitas vezes transações que superam o que comumente se supõe serem remessas, visto que a definição estatística usada pelas agências oficiais na coleta de da-

dos sobre remessas muitas vezes é mais ampla (FMI, 2009; Irving, Mohapatra, Ratha, 2010).

Estão inclusos nas estimativas oficiais as compensações de empregados, transferências realizadas por trabalhadores imigrantes temporários, residentes do país que trabalham em embaixadas ou equivalente, residentes do país que trabalham para organizações internacionais ou residentes do país que trabalham para companhias internacionais; e as transferências pessoais, ou seja, todas as transferências em dinheiro ou algo do tipo feitas ou recebidas por residentes no país A desde ou para o país B, independente desse residente ser imigrante ou não (OIM, 2021). O dado inclui remessas advindas do investimento da diáspora, poupanças ou outras transações financeiras (OIM, 2021). Além disso, os cálculos realizados, não são capazes de abranger a diversidade de transferências informais existentes, ou seja, volumes pequenos de dinheiro enviados por imigrantes para suas famílias não por meio de bancos, mas de operadores de transferência de dinheiro, postos do correio, telefones celulares e meios informais (OIM, 2021).

Para Levitt (1998), essas transferências na forma de remessas podem apresentar, também, uma natureza social, envolvendo, assim, ideias, comportamentos,

identidades, capital social e até mesmo o conhecimento adquirido pelos imigrantes durante seu processo migratório, ou seja, diferentes elementos que, de forma tangível ou não, podem ser transferidos para as comunidades de origem (Levitt, 1998).

Do ponto de vista do debate teórico, Covarrubias (2010) ressalta que a visão predominante tende a limitar as remessas ao envio de dinheiro dos emigrantes para suas famílias, as remessas familiares, ou por organizações a seus espaços de origem, remessas coletivas, ou seja, recursos fundamentalmente privados. Para o autor, essa interpretação seria demasiadamente descontextualizada de sua relevância e importância histórica, à medida que atende à uma visão neoliberal do fenômeno migratório. Para o autor,

essa definição e tipologia de remessas é muito limitada porque não revela as relações sociais que geram e impulsionam esses recursos, não detecta o papel dos migrantes nos processos de desenvolvimento e continua sendo uma visão fetichista das remessas. Em vez disso, ela endeusa as relações sociais entre os migrantes e seus pares (Covarrubias, 2010, p. 76, tradução livre).

Na mesma linha, Canales (2015) compreende que uma interpretação que considere a migração

como processo social, passa a considerar também, a relevância das redes sociais e familiares à questão da circulação de remessas, ou seja, são dinâmicas pautadas por princípios de solidariedade e reciprocidade e não na lógica de mercado das transações financeiras. Segundo o autor, “a migração internacional constituiria uma estratégia transnacional de reprodução social dos migrantes e suas famílias”, assim como, “as redes sociais familiares e o capital social dos migrantes”, subsequentemente, as migrações se consolidam como “uma forma de reprodução social da força de trabalho dos migrantes, isto é, uma forma de reprodução dos migrantes como trabalhadores transnacionais” (Canales, 2015, p. 129, tradução livre). Para Canales (2015),

a reprodução da migração, e em particular da força de trabalho migrante, adquire uma forma transnacional na medida em que articula e vincula os assentamentos dos migrantes nos lugares de destino com as comunidades de origem. De fato, junto ao deslocamento das pessoas, a migração desencadeia uma série de outros intercâmbios de bens materiais e simbólicos, que fluem em ambos os sentidos, entre as comunidades de origem e de destino, conformando assim o mecanismo através do qual se transfere partes dos custos de reprodução da força de trabalho, desde as sociedades de assentamento dos migrantes a suas famílias e comu-

nidades de origem (Canales, 2015, p. 129-130, tradução livre).

Nessa linha de interpretação, as remessas realizadas pelos contingentes de imigrantes no destino ganham uma posição central na reprodução social familiar e das comunidades nos diferentes espaços em que essas se encontram, trata-se, portanto, de uma renda, um salário, o que consolida sua relevância para a dinâmica econômica de forma mais ampla (Canales, 2015).

As remessas são então a forma na qual uma fração do salário do migrante se transfere a suas famílias e comunidades de origem para a reprodução social da família e comunidade, como o faz qualquer outro ingresso salarial nas mesmas comunidades. As remessas são, portanto, um fundo salarial: esse é seu significado e função como variável macroeconômica” (Canales, 2015, p. 130, tradução livre).

Do ponto de vista das trocas entre Brasil e Portugal, dados do Banco Central Brasileiro (BACEN) reforçam um cenário de mudança nas tendências em torno da transferência de capital pessoal entre Brasil e Portugal na forma de remessas financeiras ao longo das últimas décadas (Tabela 3). Enquanto no período de 1995 a 2000 o envio de remessas de Portugal para o Brasil predominava as trocas registradas entre

os dois países, com tendências positivas, mas de queda, a partir de 2000 observa-se um aumento progressivo do volume de transferências de capital por pessoa física (Domeniconi, Baeninger, Demétrio, 2022). Em meados dos anos 2000, há um ponto de inflexão nas trocas entre Portugal e Brasil: passa-se a observar números crescentes de transferências sendo feitas do Brasil para Portugal, particularmente entre 2008 e 2014, período de forte instabilidade política e econômica nos dois países (Domeniconi, Baeninger, Demétrio, 2022). Finalmente, entre 2017 e 2023, nota-se que tanto as remessas de Portugal para o Brasil, quanto as remessas do Brasil para Portugal, consolidam-se como características importantes na análise dos sentidos e direções da circulação de capital e na dinâmica migratória entre os dois países. Passa-se, com isso, a analisar a dinamicidade das trocas de remessas entre Brasil e Portugal, mais do que seu saldo em um período que a estimativa de brasileiros oficialmente registrados pelo Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE), passou se 109.787 em 2011 (27,8% do total), para 199.810 em 2021 (36,9% do total), uma variação positiva de 82%.

Dados mais recentes do Banco Central brasileiro reforçam a importância das trocas realizadas por pessoas físicas entre Portugal e Brasil, seja pelo expressivo aumen-

to da participação relativa de Portugal como origem direta das remessas que ingressaram no Brasil entre 2010 e 2022 (até setembro), ou pelos recordes registrados em termos absolutos no período de 2019 a 2022, com mais de 278,9 milhões de dólares tendo sido enviados de Portugal apenas nos primeiros 9 meses de 2022. Em contrapartida, há também um aumento expressivo nas despesas computadas pelo Bacen, ou seja, nos valores enviados do Brasil para Portugal entre 2010 e 2022, de 45 milhões, para 287 milhões de dólares. Em termos relativos, Portugal, que inicialmente representava apenas 4,7% do total

Tabela 3. Transferências pessoais do exterior para o Brasil (valores em US\$ milhões de dólares), total e com origem imediata em Portugal, 2010-2022 (até setembro)

RECEITAS				DESPESAS		
ANO	PORTUGAL	%	TOTAL	PORTUGAL	%	TOTAL
2010	121,1	4,81	2.518,0	45	4,7	957,4
2011	111,0	4,35	2.549,9	53	5,1	1.025,8
2012	88,8	4,05	2.191,0	69	7,0	982,0
2013	102,5	4,82	2.124,5	65	6,1	1.067,9
2014	95,1	4,47	2.127,7	56	4,0	1.375,3
2015	174,9	7,11	2.459,4	50	4,0	1.250,8
2016	155,1	6,56	2.365,1	72	5,5	1.300,8
2017	154,2	6,70	2.300,4	165	7,8	2.123,9
2018	198,2	7,73	2.565,2	293	13,7	2.133,3
2019	237,0	8,23	2.880,5	338	16,2	2.093,3
2020	213,9	6,46	3.311,7	257	17,5	1.471,0
2021	217,5	5,66	3.845,1	270	16,9	1.598,9
2022	278,9	7,79	3.578,1	287	18,5	1.551,2

Fonte: Banco Central Brasileiro (BACEN), Estrangeiros no Exterior, nov./2022.

Nota: Transferências, sem contrapartida econômica, realizadas entre pessoas físicas residentes no exterior e no Brasil.

enviado (45 em 957,4 milhões) em 2010 desde o Brasil, passa a alcançar o marco de 18,5% do total registrado até em 2022 (287 em 1.551,2 milhões) (Tabela 3).

Como discutido na literatura, o volume da migração, o tempo de chegada, a composição por gênero, idade, familiar ou individual da migração, a existência de redes sociais preestabelecidas entre os imigrantes ou mesmo o histórico geracional dos fluxos migratórios analisados são elementos a serem considerados nos estudos (e)migratórios para a melhor compreensão dos afluxos de remessas (Assis, 2003; Sales, 1999;

Margolis, 1994). Apesar de não permitir considerações detalhadas sobre esses temas, o exercício de análise de fontes de dados secundárias e financeiras, locais e internacionais de Portugal e do Brasil permite apontar tendências importantes na dinâmica migratória e na troca de remessas entre esses dois países, particularmente diante da limitação de dados disponíveis sobre esse tipo de transferência financeira internacional (Alvarez *et al*, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças observadas ao longo das últimas duas décadas na dinâmica migratória e nas trocas de remessas financeiras entre Brasil e Portugal reforçam a necessidade de estudos que levem em consideração interpretações que ultrapassem os limites explicativos das realidades nacionais e alcancem sua dimensão transnacional, tanto do ponto de vista das experiências migrantes, como das relações geopolíticas entre países do Sul e do Norte Global.

A relação entre as distintas modalidades migratórias presentes nos fluxos do Brasil para Portugal e as remessas financeiras entre os dois países são um exemplo de possíveis reconfigurações nas dinâmicas de (re)produção do capital, mas também social desses distintos contingentes migrantes nos diferentes espaços das migrações em que se inserem tanto na origem, como nos destinos migratórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, S. P. et al. Remittances: how reliable are the data?. **Migration Policy Practice**, v.5, n.2, p. 42-46, 2015.

ASSIS, G. De Criciúma para o mundo: gênero, família e migração. **Campos - Revista de Antropologia**, v. 3, p. 31-49, 2003. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/cam.v3i0.1586>.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Tabelas Especiais** – transferências pessoais – distribuição por país. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BAENINGER, R. Migrações transnacionais na fronteira: novos espaços da migração Sul-Sul. In: BAENINGER, R.; CANALES, A. (coord.). **Migrações Fronteiriças**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2018.

BAENINGER, R. Governança das migrações internacionais no século 21: desafios e agenda de pesquisa. *In: Anais...* ABEP, 19., 2014, São Pedro, SP. Belo Horizonte, MG: ABEP, 2014.

BINFORD, L. Remesas y Subdesarrollo en México. In: **Revista Relaciones**, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, nº 90, v. XXIII, p.116-158, 2002

BÓGUS, L.; BAENINGER, R. Apresentação. In: BÓGUS, L.; BAENINGER, R. (Orgs.) **A nova face da emigração internacional no Brasil**. São Paulo, SP: EDUC, 2018.

CANALES, A. **E pur si muove**. elementos para una teoría de las migraciones en el capitalismo global. Guadalajara: M.A Porrúa; Universidad de Guadalajara, 2015.

CASTLES, M.; DE HAAS, H.; MILLER, M. Introduction. In: CASTLES, M.; DE HAAS, H.; MILLER, M. **The age of migration**. 5. ed. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2014.

COVARRUBIAS, H. Desarrollo y Migración: Una Lectura desde la Economía Política. **Revista Migración y Desarrollo**, nº14, p. 59-87, 2010.

COSTA, A. P. As políticas europeias de imigração: o caso de Espanha e Portugal. In: **Extra-prensa**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 166 – 187, jan./jun. 2022.

DE GENOVA, N.; PEUTZ, N. (Eds.). **The deportation regime**: Sovereignty, space, and the freedom of movement. Durham, NC: Duke University Press, 2010.

DE HAAS, H. International migration, remittances and development: Myths and facts. In: **Third World Quarterly**, London, v. 26, n. 8, p. 1269-1284, 2005.

DUVELL, F. The globalization of migration control. In: **Open Democracy**, 30/09/2015. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/globalisation-of-migration-control/>. Acesso em: 15 maio 2023.

DOMENECH, E.; DIAS, G. Regimes de fronteira e “ilegalidade” migrante na América Latina e no Caribe. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 22, n. 55, set-dez 2020, p. 40-73.

DOMENICONI, J.; BAENINGER, R; DEMÉTRIO, N. Migrações Transnacionais no século XXI: remessas entre Brasil e Portugal. In: **Anais...** I Congresso Internacional sobre Migração e Diáspora Acadêmica Brasileira, Guimarães-Portugal, 2022.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo, SP: Loyola, 1992.

HESS, S.; KASPAREK, B. Under Control? Or Border (as) Conflict: Reflections on the European Border Regime. In: **Social Inclusion**, Vol. 5, Issue 3, 2017.

IRVING, J., MOHAPATRA, S.; RATHA, D. Migrant Remittance Flows. Findings from a GlobalSurvey of Central Banks. In: **World Bank Working Paper** No. 194, World Bank, Washington, D.C., 2010.

FERREIRA, R. H. **Migrações internacionais: Brasil ou Japão** – O movimento de inserção dekassegui no espaço geográfico pelo consumo. Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/SBD) São Paulo, 2007.

FERNANDES, D.; CASTRO, M. Migração e crise: o retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal. In: **Rev. Interdiscipl. Mobil. Hum.** (REMHU), Brasília, Ano XXI, n. 41, 2013.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **Balance of Payments and International Investment**. Position Manual, 6th edition (BPM6), IMF, Washington, 2009.

GLICK-SCHILLER, N. **Beyond the Nation-State and Its Units of Analysis**: Towards a New Research Agenda for Migration Studies - Essentials of Migration Theory. In: Center on Migration, Citizenship and Development, Arbeits-papiere - Working Papers, n. 33, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Estatísticas Demográficas**. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main. Acesso em: 20 jun. 2023.

LEE, E. A. **A theory of migration. Demography**, New York, NY, v. 3, n. 1, p. 47-57, 1966.

LEVITT, P. Social Remittances: Migration Driven Local-Level - Forms of Cultural Diffusion. In: **International Migration Review**, Vol. 32(4), p. 926-948, 1998.

LIMA, J. C. A globalização periférica e a resignificação dos lugares. In: **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 35, n. 3, p. 765-786, 2020.

MACHADO, I. Imigração em Portugal. In: **Rev. Estudos avançados**, vol 20, no. 57, São Paulo, 2006.

MALHEIROS, J. **Imigração brasileira em Portugal**. Lisboa: Comunidades, 2007.

MAGALHAES, L. F. Remessas e migrações internacionais: elementos teórico. In: BAENINGER, R. (Org.) **Migração internacional**. Campinas: Nepo/Unicamp, p.35-63, 2013.

Caribe. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 22, n. 55, set-dez 2020, p. 40-73.

DOMENICONI, J.; BAENINGER, R; DEMÉTRIO, N. Migrações Transnacionais no século XXI: remessas entre Brasil e Portugal. In: **Anais...** I Congresso Internacional sobre Migração e Diáspora Acadêmica Brasileira, Guimarães-Portugal, 2022.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo, SP: Loyola, 1992.

HESS, S.; KASPAREK, B. Under Control? Or Border (as) Conflict: Reflections on the European Border Regime. In: **Social Inclusion**, Vol. 5, Issue 3, 2017.

IRVING, J., MOHAPATRA, S.; RATHA, D. Migrant Remittance Flows. Findings from a GlobalSurvey of Central Banks. In: **World Bank Working Paper** No. 194, World Bank, Washington, D.C., 2010.

FERREIRA, R. H. **Migrações internacionais: Brasil ou Japão** – O movimento de inserção dekassegui no espaço geográfico pelo consumo. Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/SBD) São Paulo, 2007.

FERNANDES, D.; CASTRO, M. Migração e crise: o retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal. In: **Rev. Interdiscipl. Mobil. Hum.** (REMHU), Brasília, Ano XXI, n. 41, 2013.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **Balance of Payments and International Investment**. Position Manual, 6th edition (BPM6), IMF, Washington, 2009.

GLICK-SCHILLER, N. **Beyond the Nation-State and Its Units of Analysis**: Towards a New Research Agenda for Migration Studies - Essentials of Migration Theory. In: Center on Migration, Citizenship and Development, Arbeits-papiere - Working Papers, n. 33, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Estatísticas Demográficas**. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main. Acesso em: 20 jun. 2023.

LEE, E. A. **A theory of migration. Demography**, New York, NY, v. 3, n. 1, p. 47-57, 1966.

LEVITT, P. Social Remittances: Migration Driven Local-Level - Forms of Cultural Diffusion. In: **International Migration Review**, Vol. 32(4), p. 926-948, 1998.

LIMA, J. C. A globalização periférica e a resignificação dos lugares. In: **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 35, n. 3, p. 765-786, 2020.

MACHADO, I. Imigração em Portugal. In: **Rev. Estudos avançados**, vol 20, no. 57, São Paulo, 2006.

MALHEIROS, J. **Imigração brasileira em Portugal**. Lisboa: Comunidades, 2007.

MAGALHAES, L. F. Remessas e migrações internacionais: elementos teórico. In: BAENINGER, R. (Org.) **Migração internacional**. Campinas: Nepo/Unicamp, p.35-63, 2013.

MARGOLIS, M. **Little Brazil**: imigrantes brasileiros em Nova York. Tradução de Luzia A. de Araujo e Talia Bugel. Campinas, SP: Papirus, 1994.

MARTINE, G. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In: MOURA, H. (coord.) **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza, BNB, p. 949-74, 1980.

MARQUES, J. C.; GÓIS, P. Imigrantes altamente qualificados em Portugal: uma tipologia. In: PEIXOTO, J. (Org.) **Revista Migrações** - Número Temático Imigração e Mercado de Trabalho, n.º 2, Lisboa: ACIDI, 2008.

MILLAR, K.; FANINI, M. “Saia do Brasil Agora” Emigração brasileira como ação antecipatória. In: **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 34, n. 3, 2022.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Comunidades Brasileiras no Exterior** - Ano-base 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/porta-consular/BrasileirosnoExterior.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA MIGRAÇÕES (OIM). **World Migration Report 2022**. Genebra-Suíça: IOM/UN Migration, 2021.

PADILLA, B. Novas configurações das migrações brasileiras na Europa: uma reflexão e proposta de agenda. In: PADILLA, B. et al. (Org.) **Novas e Velhas Configurações da Imigração Brasileira na Europa**. Lisboa: ISCTE, 2012.

PATARRA, N. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. In: **Rev. São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, 2005.

PORDATA (ESTATÍSTICA SOBRE PORTUGAL E EUROPA). Estatísticas de Balanço de Pagamentos. Última atualização: 22 fev./2022. Disponível em: <https://www.pordata.pt>. Acesso em: 02 maio 2022.

SALES, T. **Brasileiros longe de casa**. São Paulo, SP: Ed. Cortez, 1999.

SPRANDEL, M. Brasileiros na fronteira com o Paraguai. In: **Estudos avançados**, vol.20, no.57, São Paulo, 2006.

SASSEN, S. The making of international migrations. In: SASSEN, S. **Sociology of globalization**. New York, NY: Norton & Company, p. 129-163, 2007.

WENDEN, C. Un essai de typologie des nouvelles mobilités. In: **Hommes & Migration**, Paris, n. 1233, 2001.

WISE, R.; COVARRUBIAS, H. Strategic dimensions of neoliberal globalization: the exporting of labor force and unequal exchange. In: **Advances in Applied Sociology**, v. 2, n. 2, 2012.





BARREIRAS E DIFICULDADES DA DIÁSPORA CIENTÍFICA BRASILEIRA EM PORTUGAL

Andrea Oltramari
Aline Chima Komino
Flavio Elias Riche
Victor F. A. Barros

Andrea Oltramari
Professora Adjunta da Escola de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Investigadora Integrada ao SÓCIUS/ISEG/Universidade de Lisboa. Graduada em Administração (Universidade de Passo Fundo), Mestrado em Administração (Universidade Federal de Santa Catarina), Doutorado em Administração (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Pós-Doutoramento em Administração (Fundação Getúlio Vargas, EAESP).

Aline Chima Komino
Doutoranda em Administração pela Universidade Estadual de Maringá - UEM, na linha de Organização e Sociedade; com doutorado sanduíche realizado no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa - ISEG/ Ullisboa. Mestre em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES e servidora pública na mesma instituição com atuação principalmente na Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD.

Flavio Elias Riche
Diplomata de carreira do Ministério das Relações Exteriores. Doutor em Relações Internacionais (UnB). Mestre em Física (UnB). Mestre em Ciências Jurídicas (PUC-Rio). Formado em Física (UnB), Direito (Uni-Rio) e Ciências Sociais (UERJ).

Victor F. A. Barros
Professor Convidado no Departamento de Sistemas de Informação da Escola de Engenharia da Universidade do Minho (DSI/EENG/UMINHO). Ele é Pesquisador Colaborador no Centro Algoritmi da Universidade do Minho (Portugal) e em várias universidades brasileiras. Editor Chefe da Revista BRAJETS (Brazilian Journal of Education, Technology and Society) e Organizador de diversos congressos, dentre eles o CIMDAB (Congresso Internacional sobre Migração e Diáspora Acadêmica Brasileira). Victor Barros possui mais de 140 produções científicas publicadas e esteve como pesquisador em mais de 15 projetos de pesquisa nacionais e internacionais.

INTRODUÇÃO

Em um cenário globalizado, no qual as fronteiras se tornam mais permeáveis e as oportunidades se ampliam, a migração de profissionais qualificados emerge como uma questão de crescente relevância. De acordo com relatório do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, publicado em agosto de 2023, a comunidade brasileira no exterior ultrapassou os 4,5 milhões de cidadãos no ano de 2022. Depois dos Estados Unidos da América, Portugal é o país que mais recebe brasileiros, de acordo com o mesmo relatório, há aproximadamente 360 mil brasileiros residindo no país (MRE, 2023).

A expressividade deste fluxo posiciona o Brasil como o se-

gundo país com maior número de imigrantes em Portugal, atrás apenas do Reino Unido, conforme a Agência para a Integração de Migrações e Asilo – AIMA. Em relatório publicado no ano de 2022, a AIMA traz outra perspectiva ao apontar que 47% dos títulos de residência concedidos aos imigrantes brasileiros foram motivados por atividades profissionais. O mesmo relatório mostrou que 30,8% das concessões de residência a brasileiros foram motivados por reagrupamento familiar e 8,1% para estudo (AIMA, 2022).

Os estudos sobre a migração brasileira em Portugal são muitos, assim como a migração de brasileiros para Portugal vem de longa data. Nunan e Peixoto (2012)

revelaram que, mesmo em momentos que o retorno ao Brasil se mostrasse expoente, ainda assim, as entradas de brasileiros em Portugal não decresciam substancialmente. Mesmo no processo de crise da economia portuguesa, principalmente depois de 2008, e na melhoria da economia brasileira, havia brasileiros chegando em Portugal. Tal entrada não se devia a busca de melhores empregos, mas substancialmente a melhor qualidade de vida e segurança.

No decorrer dos anos, o movimento migratório de brasileiros a Portugal foi se alterando. De acordo com Oltramari et al. (2023) a primeira onda ocorreu antes do ano de 1990, com um fluxo de inserção de trabalhadores qualificados brasileiros se inserindo

no mercado formal de trabalho português; a segunda onda, já na década de 90, foi composta majoritariamente por brasileiros do sexo masculino com pouca escolaridade, para ocupar sobretudo a construção civil e a área de serviços pessoais; a terceira onda, já ocorre na virada do século crescendo até o ano de 2011, em grande parte seguiu o mesmo padrão do segundo, no entanto, com um aumento da imigração de mulheres.

Oltramari et al. (2023) apontam que a quarta onda, ocorrida sobretudo entre o ano de 2015 e 2023, representou a mais heterogênea de todas, como destaca os autores colocam o número superior de mulheres, perfazendo um percentual de 52%. Além disso, um fluxo de pessoas qualificadas também foi identificado na pesquisa, outras pesquisas como a de Carneiro et al. (2022) já apontam para uma diáspora brasileira científica com um crescimento na perda de cérebros, no entanto, ainda não se tem exatamente a ideia do volume dessa emigração.

Por diáspora científica e inovação entende-se aquela que engloba brasileiros qualificados das áreas mais diversas sejam elas saúde, exatas e humanidades, por exemplo (Carneiro et al., 2022). Se, por um lado há preocupação em compreender os movimentos dessa diáspora, por outro lado há uma constatação que essa perda

de cérebros também pode se constituir um problema para o Brasil, por perdermos pessoas qualificadas (Balbachevsky, 2012). Enfatadamente há também uma série de pesquisadores tentando tecer as redes dessa diáspora, tal como o estudo de Casado, Falcão e Cruz (2022).

É preciso salientar, no entanto, que essa migração também é passada por barreiras. O fato de se caracterizar por uma diáspora qualificada não indica que o processo será mais fácil ou ausente de dificuldades. É nesse sentido que este artigo busca mapear, inicialmente, as barreiras da diáspora científica brasileira em Portugal. Para o estudo conduziu-se um grupo focal somente com mulheres qualificadas vivendo atualmente em Portugal.

Acredita-se, em estudo exploratório já realizado pela Embaixada do Brasil em Lisboa (2021) que as demandas são as mais variadas, desde por exemplo, capacitações, mentoring, desenvolvimento de lideranças, orientações, auxílio na regularização, dentre outras tão importantes quanto as mencionadas. Destarte, com os resultados deste presente estudo, percebemos que primeiro temos de compreender as barreiras para então chegar às ações.

Dessa forma, este artigo se estrutura da seguinte maneira, primeiro apresentamos um breve contexto histórico e outros dados e pesquisas já conduzidos ref-

erente a migração brasileira em Portugal. Em seguida, apresentamos a metodologia utilizada e os resultados encontrados. Por fim, concluímos com algumas reflexões e sugestões para outros estudos e ações futuras.

MIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

Os estudos sobre a imigração brasileira em Portugal já possuem uma trajetória temporal e contextual sólida. Diversas pesquisas abordaram através das mais diversas lentes o movimento de brasileiros para Portugal. Dentro das pesquisas mais recentes, podemos citar a de Carneiro et al. (2022). As autoras realizaram um trabalho exploratório sobre a diáspora brasileira considerando desde o início dos anos 2000 até 2020. Os dados analisados mostraram que, se no início dos anos 2000 o Brasil recebia muitos talentos da América Latina, próximo aos anos 2020 esse ciclo se inverte, ou seja, muitos talentos brasileiros iniciam um processo de saída do Brasil para outros continentes inclusive.

Em relação à migração para Portugal, o fluxo também se mostra similar. Com a quarta onda sendo a mais heterogênea, um aumento da migração de pessoas qualificadas também se apresenta. Como já evidenciado, essa última onda ou vaga tem em sua essência a diversidade de brasileiros e brasileiras, no que tange

diferentes qualificações, gênero, idades, e motivos para emigrar. No que diz respeito às diferentes qualificações é importante pontuar que é uma vaga também com alta qualificação e potencial de investimento em tecnologia e inovação no país de destino, ou seja, Portugal.

Nesse contexto, a fuga de cérebros, ou *brain drain*, passa a ser uma preocupação para o país, que vê parte de sua comunidade científica emigrando para outros países. De acordo com Amato (2021), o Itamaraty já identificou que mesmo aqueles profissionais com carreira consolidada no Brasil optaram por deixar o país com destino à Portugal.¹

Trabalhos anteriores já vêm mostrando que quando se trata de imigração, diferentes inserções laborais são apresentadas, tal como apresenta os estudos de Malheiros e Padilla (2014); França e Oliveira (2021); Tonelli, Oltramari e Casaca (2021), especialmente quando associadas as dificuldades e barreiras de inserção laboral com traços das colonialidades predominantes entre ex-colônias (Oltramari, Rainho, Oliveira 2022). Mesmo com a qualificação alta, é

preciso salientar que em muitas situações o ambiente que esses brasileiros encontram é perpassado por dificuldades e barreiras, entretanto, ainda assim optam pela migração.

Ainda não há dados oficiais, por parte do governo brasileiro, da quantidade de fuga de cérebros, ou dessa diáspora científica qualificada, e quais os impactos e consequências dessa perda para a comunidade científica nacional. De acordo com Fargoni (2023) as crises políticas e econômicas estão intrinsecamente relacionadas com o acentuamento dessa evasão. Para o autor é preciso também refletir sobre a carreira acadêmica e científica no Brasil, que muitas vezes está atrelada ao exercício da docência.

As pesquisas mais recentes que tratam da fuga de cérebros no cenário brasileiro residem em grande parte nos impactos dos fenômenos e nas causas que motivam a saída para outro país (Balbachevsky, 2012; Siekierski, Lima e Borini, 2018; Khan, 2021). Entretanto, ainda poucos buscam mapear as dificuldades enfrentadas por esses migrantes no país de destino. Dando sequência ao

proposto neste estudo, adentramos a seguir no método utilizado.

METODOLOGIA

De natureza qualitativa (Flick, 2009) e exploratória (Gil, 2010) para este estudo, como técnica de coleta de dados, optou-se pela realização de um Grupo Focal - GF. Segundo Silva-Júnior, Silva e Mesquita (2014), sentidos e significados podem ser explorados com maior profundidade nos grupos focais. Para esses autores, a utilização dos GF é a mais indicada para abordar preocupações comuns e detalhes contextuais além de levantar “opiniões, sentimentos, percepções, comportamentos acerca de temática específica” (Silva-Júnior, Silva E Mesquita, 2014, p. 130).

Flick (2009) defende a utilização dos GF no estudo de assuntos considerados tabus, como forma de amplificar a discussão a partir da capacidade coletiva de estimular respostas e lembranças de acontecimentos, para além do que ocorre com entrevistas individuais. No mesmo sentido, em linha com Gaskell (2003), entende-se que, para este estudo, a partir da interação social que provocam, os

GF propiciam reflexões coletivas ao aproximar sujeitos que coletivamente vivenciaram a diáspora.

O contato com as participantes do GF foi realizado a partir do contato com as Universidades e do grupo de WhatsApp “estudantes de Lisboa” que conta com cerca de 133 membros dentre estudantes e pesquisadores de diversas áreas científicas. Como critério de inclusão para este estudo, era necessário ser imigrante de língua portuguesa, brasileira, maior de 18 anos e que no momento da pesquisa esteja vivendo em Portugal. Além disso, também era necessário ser qualificada, com ensino superior concluído e estar cursando ou ter concluído a pós-graduação.

O grupo focal foi realizado no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa – Lisboa, localizado na cidade de Lisboa. O grupo foi conduzido por dois professores, um representante da Embaixada do Brasil em Portugal e uma doutoranda. Participaram do grupo oito mulheres, todas da área das humanas e ciências sociais aplicadas, como psicologia, administração, artes, direito, letras e educação. As participantes eram de diversas áreas do Brasil, como São Paulo, Ceará, Goiânia, Minas Gerais, Rio grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Brasília, fato que resultou em uma heterogeneidade regional.

É importante frisar que a escolha por realizar este grupo focal

somente com mulheres reside principalmente por dois motivos. O primeiro é o aumento de mulheres na quarta onda, como apresentado anteriormente. O segundo são os dados que mostram que no contexto brasileiro as mulheres são mais qualificadas e buscam mais formações que os homens. De acordo com levantamento realizado pelo CNPQ, 59% das pessoas graduadas no Brasil são mulheres, enquanto com mestrado são 55% e no doutorado 51% (CNPQ, acesso em 2023). Portanto, por ser a maioria em relação a formação e qualificação, percebeu-se a necessidade de realizar um grupo focal somente com mulheres, para compreender suas vivências e experiências.

Após a apresentação da pesquisa, todas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e se apresentaram brevemente. De início foram colocadas algumas reflexões pelos professores e algumas perguntas abertas para o grupo responder sem ordem, em um formato de conversa. As perguntas foram as seguintes:

- Que dificuldades e facilidades estão sendo encontradas aqui em Portugal por vocês?
- Que ações, ideias e conexões futuras vocês tem que podem ser realizadas?
- Como fortalecer os vínculos?
- Há um desejo de retornar ao Brasil ou permanecer em Portugal? Porquê?

As respostas foram gravadas e

¹ Sem ignorar o problema do *brain drain* para o desenvolvimento científico no Brasil, mais recentemente, o Itamaraty tem buscado olhar para as diásporas científicas brasileiras no mundo para além da ótica da fuga de cérebros, buscando contribuir para o processo de mobilização das diásporas de cada país. O mapeamento da diáspora científica realizado pela Embaixada do Brasil em Lisboa insere-se nessa dupla vertente, focada em melhor compreender a dinâmica da fuga de cérebros e estimular a interação da diáspora com a comunidade científica nacional e centros de pesquisa brasileiros. Iniciativas semelhantes de mapeamento foram realizadas em: Áustria, Eslováquia, Eslovênia, Estados Unidos, Reino Unido, entre outros.

depois transcritas pelos pesquisadores, o encontro no total teve duração de aproximadamente 1h20, gerando cerca de 30 páginas de transcrição que foram analisados, como mostraremos na seguinte sessão.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Cabe salientar, já de imediato, que o presente estudo deriva de uma pesquisa anterior realizada pela Embaixada do Brasil em Lisboa e que tinha por objetivo também o mapeamento da diáspora científica brasileira em Portugal. Entretanto, tal pesquisa teve um escopo mais restrito, limitado a pesquisadores nas áreas de ciên-

cias da natureza e *hard sciences*, além de empreendedores ligados à inovação, sem todavia mencionar o gênero. Apesar destas restrições, o estudo revelou muitos aspectos importantes que apontam para ações e políticas públicas, especialmente para serem contempladas pelo Estado Brasileiro, tais como: divulgação de oportunidades de trabalho e pesquisa para os diásporados, workshops e palestras que contemplem tais oportunidades, aplicação para fundos de financiamento, popularização da ciência e uma proposta de plataforma para conectar essa diáspora.

A partir de tal estudo, propo-

mos um projeto de pesquisa intitulado “Mapeamento da Diáspora Científica Brasileira em Portugal”, coordenado por três dos autores desse artigo e que pretende ser realizado em Portugal ao longo do ano de 2024. Cabe salientar que o projeto integra o Programa Diplomacia da Inovação 2024 para Portugal (Embaixada do Brasil em Lisboa) e que pretende para além de pesquisa qualitativa, realizar um amplo estudo quantitativo para de fato mapear essa Diáspora.

Adicionalmente, verificamos a partir das demandas que é preciso primeiro identificar e compreender as barreiras para que as ações possam efetivamente surtir

efeito. Intencionalmente buscou-se mulheres, vide as pesquisas que mostram que as mulheres é que buscam mais formação acadêmica. Como já relatado, a escolha pelo grupo focal somente com mulheres se deu pelos estudos já existentes que mostram que as mulheres buscam mais formação do que os homens. Neste grupo focal, todas as mulheres eram super qualificadas e majoritariamente brancas, o que corrobora com a literatura já existente (Souza, Corvino, Lopes, 2013; Milters-teiner, 2020; Mota-Santos, 2019, Teixeira, 2016).

Diante das perguntas colocadas, optou-se por deixar o grupo focal seguir seu próprio rumo, sem grandes interrupções por parte dos pesquisadores. Ao falar sobre as barreiras e dificuldades duas categorias emergiram durante o encontro, são eles: o preconceito linguístico e o estigma e estereótipos.

Em relação ao preconceito linguístico, todas afirmaram que mesmo estando em âmbito acadêmico presenciaram ou sofreram situações onde o sotaque brasileiro foi colocado como “errado”, como se houvesse a língua portuguesa e o “brasileiro”. A entrevistada 1 relata:

A gente está falando da questão linguística...e eu assisti uma defesa de tese de doutoramento em direito e tinha um professor da Universidade de Coimbra. A moça usava, em alguns pontos, e

ela era portuguesa, um palavreado meio brasileiro assim, porque ela pesquisou em muitos autores brasileiros, então ela fazia referência. Ele descascou ela por causa do palavreado da língua, aí “é muito brasileiro”. Bastante grosseiro, mais que incisivo, eu acho.

Para além do âmbito acadêmico, compartilhando suas experiências, as entrevistadas também relataram observar isso na educação do ensino fundamental e médio.

Porque a diáspora brasileira ela sofre muito com o preconceito que a gente sabe... hoje o mais grave... que é o preconceito linguístico. Então eles em sala de aula sofrem muito e têm dúvida se falam português ou não (Entrevistada 6)

Eu trabalhava como criança e ... dinamizava atividades com crianças de 8, 9 e 10 anos de idade, até adolescentes...e era muito interessante quando eu entrava na sala de aula e abria a boca e falava: “Tudo bem”, eles (cara de assustado) Né? Eu estava falando aquele português que não é pra falar, né? Em português do YouTube né? Que tá errado, etc e tal, isso já automaticamente gerava uma tensão que no início eu fiquei assim, depois eu escancarei e falava: é isso aí, gente, sou brasileira, como vocês estão? (Entrevistada 3)

Os dois relatos anteriores tratam de ambientes educacionais em

que o sotaque brasileiro foi colocado como errado, ou como fora do que seria a língua portuguesa. No caso da Entrevistada 3, ela alega que em diversas situações alunos a procuravam para contar que tinham vergonha de falar “brasileiro”:

Uma vez, uma menininha de 10 anos, depois que terminamos uma atividade, todos foram embora, ela voltou. E falou assim, achas que eu sou brasileira ou sou portuguesa? Aí eu falei, girl, eu falei, você fala com uma menina portuguesa, que na hora eu não entendi, né? Ela falou, “Ah, mas eu sou brasileira, eu tenho vergonha” (Entrevistada 3)

É possível observar que o preconceito linguístico, de acordo com as participantes, está presente nos diversos níveis educacionais, assim como, outras pesquisas já evidenciaram, também no ambiente de trabalho (Śliwa et al., 2023). Entretanto, para elas, mostra-se mais preocupante esse preconceito nos anos bases do que na academia:

Ponto chave muito importante... a gente precisa também pensar que uma educação cultural ela não vai começar com uma senhora de 50 anos. Assim é mais difícil. Em algumas situações, talvez com alguém de 25 já seja difícil também... uma criança eu acho que pode ser um ponto chave de muitos aspectos assim, de poder de fato espalhar: Olha, a gente é diverso, está tudo bem. E não é



exatamente esses mitos que circulam por aí, mas acho que pode ser uma coisa. Eu entendo que o foco é outro, mas eu acho que isso está muito ligado no outro, sabe? (Entrevistada 7)

Para a Entrevistada 3, o preconceito linguístico vai sendo construído desde a criança “E é importante a gente falar que esse preconceito contra a língua portuguesa no mundo acadêmico ele não nasce ali né...ele vem sendo construído”. Neste ponto, é importante observar que ao mesmo tempo em que os primeiros anos do percurso educacional da criança representam um início da perpetuação de um preconceito linguístico, ele também pode ser a solução a longo prazo a partir do momento em que se desconstrua essa lógica.

O estigma e estereótipo, principalmente em torno da mulher brasileira, também se mostraram presentes.

Eu queria falar o seguinte, que há ainda quem acredite que não haja preconceito, sabe? Mas ele existe é, existe a xenofobia, existe o preconceito linguístico, inclusive que foi, né? E pegando aí seu âmbito até de pesquisa sobre violência, fala de violência sexual...enfim, é contra a mulher existe mais né. Eu estive conversando com algumas pessoas portuguesas que eu conheci [...] e uma senhora portuguesa [...] ela falou que as mulheres brasileiras são muito

malvistas pelas mulheres portuguesas, porque elas vêm roubar os maridos das portuguesas... (Entrevistada 1)

Mas esse preconceito ele já está enraizado e é passado de pai para filho, porque eu já presenciei situações assim... que eu estou muito presente na comunidade portuguesa, mas...é eles têm isso... falam para mim “você não roubou marido ainda?” (Entrevista 6)

No ambiente acadêmico as entrevistadas também relataram ocorrer situações de xenofobia e preconceito que vão além do linguístico, com falas e atitudes de professores dentro da Universidade. Entretanto, no dia a dia, é no cotidiano que grande parte das situações ocorrem. Muitas também relataram que por serem brancas e qualificadas acreditam que experienciam uma relação diferente das outras imigrantes brasileiras, evidenciando que há um recorte de raça e gênero, como coloca a Entrevistada 5 “Assim, há os preconceitos que a gente sofre como mulheres. E ainda mais, penso que as mulheres negras ou de outras etnias, sofrem muito mais”. Entretanto, durante o GF as participantes salientaram que quando falam português, com o sotaque brasileiro, muitas vezes há uma surpresa:

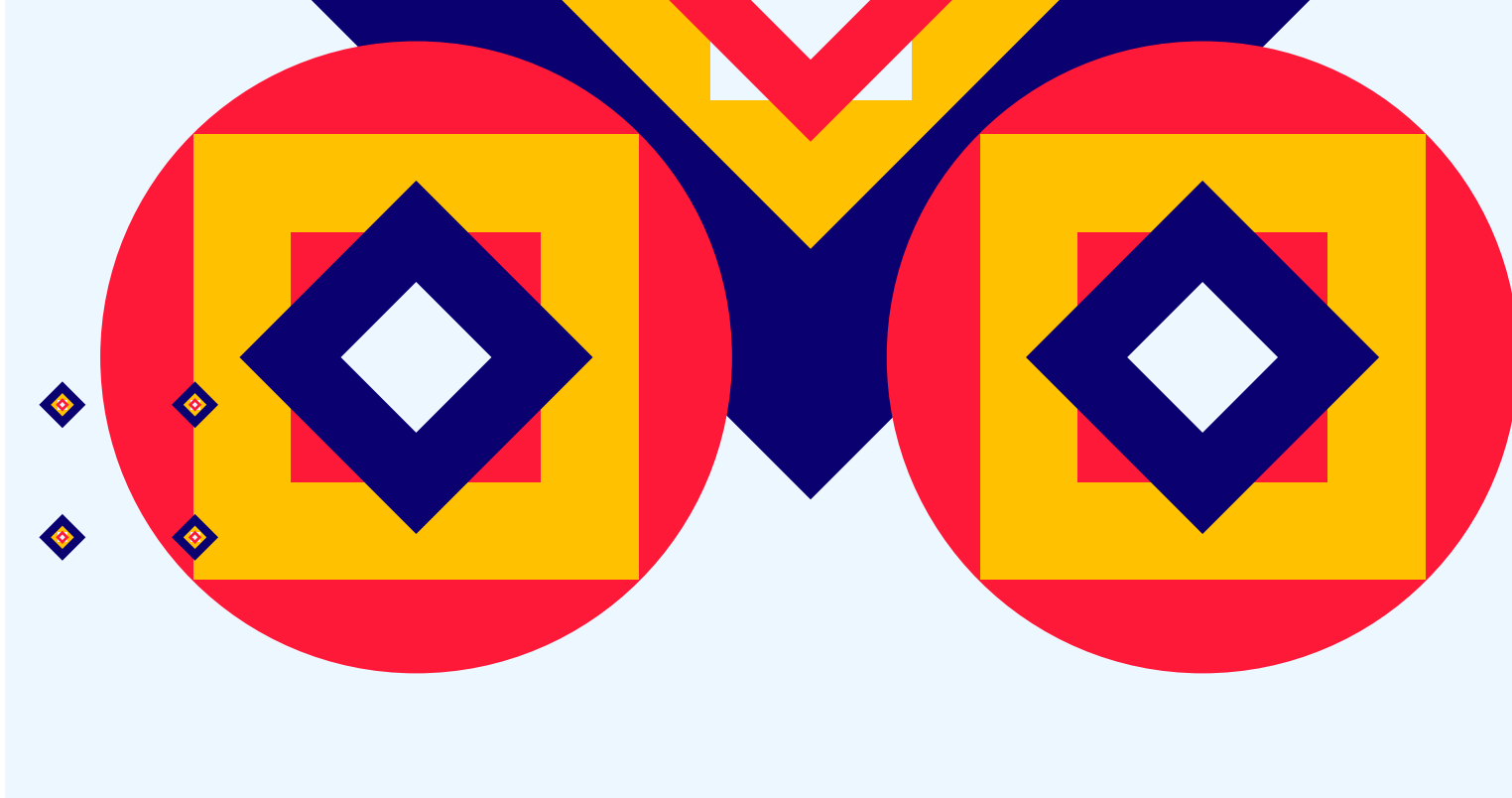
Tanto que eu fui numa loja comprar um calçado e a pessoa começou a falar comigo em inglês. E eu não...eu falo

português e ela me olhou e falou tu és brasileira? Nossa, mas loira de olho azul...branquinha (Entrevistada 7)

Mas eles pensam mesmo, tão branquinha para ser brasileira. (Entrevistada 8)

Essa surpresa está atrelada também à um estereótipo do que é ser brasileira, muitas vezes alimentado pela mídia e ainda com raízes coloniais. Para a Entrevistada 1 é preciso lembrar que o Brasil veiculado e vendido para o exterior não existe: “Elas acham que a gente vive no Carnaval e que todo mundo sai pelado...isso não existe”. Nesse mesmo sentido a entrevista 6 complementa “Eles acham que é, acham que a gente vive com pouca roupa, que os aviões não têm portas, que é muito calor. Primitivos é...”. É importante ressaltar que há um consumo cultural e do que seria o *lifestyle* brasileiro. Seja pelo Youtube ou pelas telenovelas brasileiras há um Brasil que é transmitido a Europa que muitas vezes alimenta e perpetua esses estereótipos e estigmas.

Em relação a fuga de cérebros, ou o *brain drain*, algumas participantes relataram que pretendem retornar ao Brasil após o seu período de estudos em Portugal, como relata a entrevistada 2 “Eu não sei não (se permanece em Portugal), porque...é saudades de casa...do que estão lá é grande. Eu gosto muito daqui, mas é...esse



sentimento de pertencimento eu não tenho eu não sei para quem mora aqui há muito tempo”. Além dela, outras também relataram que desejam concluir seu período de pesquisa e estudos em Portugal e retornar.

Dessa forma, para além do *brain drain*, é preciso também pensar nos pesquisadores em trânsito, ou *brain circulation*. É o que a pesquisa de Kahn e Oghenetega (2021), realizada na África do Sul, evidencia. Na pesquisa, os autores identificaram que mesmo havendo uma fuga de cérebros há também um número alto de pessoas que retornam ao seu país de origem depois de ter vivido um tempo fora. Neste sentido, há também um ganho para o país de origem, afinal, esse imigrante retorna ao seu país com novas experiências que podem contribuir positivamente.

No entanto, há os casos em que as pessoas decidem retornar e

permanecer em Portugal, o que inclusive, foi questionado pela entrevistada 5

O que leva também tantos brasileiros que saem do Brasil para estudar aqui por um determinado período e até financiado publicamente pelo governo brasileiro e depois largam tudo lá e vem para aqui Portugal mesmo sabendo, mesmo enfrentando todas as questões de preconceito, de não pertencimento... E tudo isso... porque essa também é uma questão sociológica ser analisada para entender.

É preciso lembrar que o fluxo em relação a diáspora científica, em grande parte, ocorre de um país considerado em desenvolvimento para um país desenvolvido (do sul global para o norte global). Nesse sentido, e considerando a inquietação da entrevistada 5, é válido citar o estudo de Bou-Habib (2021), que ao invés de focar no indivíduo que migra, foca nos

deveres especiais que o país anfitrião teria ao receber esse imigrante qualificado. Para o autor há também um fator de exploração, não da pessoa que migra, mas do país acolhedor.

O que algumas pesquisas já identificam, como a de Siekierski, Lima e Borini (2018) é que a decisão de migrar para outro país vai muito além de buscar uma melhor estrutura para a pesquisa na área de ciência, tecnologia e inovação. No estudo, questões como qualidade de vida também aparecem como cruciais na hora de escolher para qual país mudar. Para as autoras, esse processo decisório que atrela qualidade de vida, estrutura e investimento nas ciências se mostra como um obstáculo para países considerados em desenvolvimento.

Em suma, nesse início do mapeamento da diáspora qualificada brasileira, em específico com mulheres, o GF identificou que



há diversos obstáculos a serem considerados, como o preconceito linguístico e o estigma e estereótipo em torno do brasileiro, e em específico, da mulher brasileira. Na parte final deste artigo, tecemos as considerações finais e outras reflexões.

CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi mapear de forma inicial, as barreiras encontradas na diáspora científica brasileira em Portugal. Este estudo, tal como mencionado anteriormente, é o início de um amplo mapeamento que visa realizar outros grupos focais para além de mulheres da área de humanas.

Inicialmente, o que identificamos com este primeiro GF, que é preciso primeiro ouvir os descontentamentos e compreender as dificuldades enfrentadas por essas imigrantes para depois chegar em ações que visem alcançar

mudanças. A priori, identificou-se que o preconceito linguístico e o estigma e estereótipo em torno da mulher brasileira são grandes dificultadores durante o percurso acadêmico; bem como na integração a sociedade portuguesa. Ser branca e qualificada se mostrou como um privilégio, mas que não as isenta de passar por situações de xenofobia e preconceito.

Em relação aos estigmas e estereótipo é preciso levar em consideração o passado colonial e como ele ainda se faz presente na atualidade. Ainda há por parte da sociedade uma ideia de um Brasil “primitivo” e estereotipado, ligado ao Carnaval ao corpo da mulher brasileira. Como colocaram as entrevistadas, é preciso lembrar que o Brasil é um país multicultural, e que há muitos “Brasis” dentro do país. Neste ponto específico, acreditamos ser pertinente trazer um adendo, trazendo brevemente

para a discussão o *soft power* (Holm, 2016) e a ideia de exercer uma influência através da cultura. De certa forma, utiliza-se dessa tática pode ser vista tanto como um artifício para combater esses estereótipos bem como reproduzi-los. A transmissão de novelas em Portugal muitas vezes reforça esse lado negativo, sendo importante refletir sobre como os próprios meios de comunicação mostram a cultura brasileira.

O preconceito linguístico também pode estar atrelado ao *soft power* atingindo principalmente as crianças, como algumas reportagens já evidenciaram, o boom e o sucesso de alguns *youtubers* brasileiros já influenciam os mais jovens na maneira que falam (Amato, 2021b; Luz, 2021). Neste sentido, utilizar do consumo de produtos brasileiros como telenovelas, músicas, canais no Youtube de *influencers* brasileiros e outros,

pode ser uma ferramenta para combater estereótipos e preconceitos. Entretanto, defendemos a necessidade de futuras pesquisas que envolvam reflexões em torno utilização do *soft power* para além de um meio de influência política como também como ferramenta para a desconstrução de mitos e estereótipos que perpassam a cultura brasileira no exterior.

Finalmente, observamos que neste GF em específico há uma diáspora temporária, ou um *brain circulation*, pois boa parte das mulheres entrevistadas pretendem em algum momento retornar ao Brasil. Ainda assim, se faz necessário também mapear como ocorre esse *brain circulation* e suas dinâmicas. Como sugestão de estudos futuros, acreditamos ser pertinente continuar o mapeamento da diáspora brasileira, mas também compreender as adversidades enfrentadas por esses imigrantes

REFERÊNCIAS

AIMA. SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS. **SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras**. 2022. Disponível em: <<https://www.sef.pt/pt/pages/conteudo-detalle.aspx?nID=92>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

AMATO, G. Itamaraty mapeia pesquisadores brasileiros em Portugal, que vai simplificar visto de estudo. **O GLOBO**. 2021. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/portugal-giro/post/itamaraty-mapeia-pesquisadores-brasileiros-em-portugal-que-vai-simplificar-visto-de-ensino.html>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

AMATO, G. Youtubers brasileiros mudam o jeito de falar das crianças portuguesas. **O GLOBO**. 2021b. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/youtubers-brasileiros-mudam-jeito-de-falar-das-criancas-portuguesas-1-24995679>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BALBACHEVSKY, E. A diáspora científica brasileira: perspectivas para sua articulação em favor da ciência brasileira. *Parcerias Estratégicas*, v. 16, n. 1, 2012.

BOU-HABIB, P. The brain drain as exploitation. *Politics, Philosophy & Economics*, v. 21, n. 3, 2021.

CARNEIRO, A. M. et al. Narrativas sobre fuga de cérebros no Brasil. In: I Congresso Internacional sobre Migração e Diáspora Acadêmica Brasileira - Guimarães, Portugal, 2022.

CASADO, R.; FALCÃO, R. P. DE Q.; CRUZ, E. P. Brazilian immigrant entrepreneurs’ support networks and bounded (mis)trust in Western Australia. *Population, Space and Place*, v. 28, n. 1, 2021.

CNPQ. Painel Lattes. [S.D]. Disponível em: <<https://painel-lattes.cnpq.br/#/pages/sexo>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

EMBAIXADA DO BRASIL EM LISBOA. Mapeamento da Diáspora Científica Brasileira em Portugal. Relatório de Pesquisa, 2021.

FARGONI, E. H. E. CIÊNCIA, TRABALHO E A FUGA DE CÉREBROS DO BRASIL. Trabalho & Educação, v. 32, n. 2, p. 101-115, 2023.

FLICK, U. Uma introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANÇA, T.; OLIVEIRA, S. P. DE. Brazilian Migrant Women as Killjoys: Disclosing Racism in “Friendly” Portugal. *Cadernos Pagu*, v. 1, n. 63, 2021.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Bauer, M.; Gaskell, G. (Orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes Editora, 2003.

GIL, A. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010.

HOLM, M. Soft power and empire. The Encyclopedia of Empire, p.1-6, 2016.

KAHN, M.; OGHENETEGA, J. Origins and destinations known: A tracer study of international African doctoral graduates from South Africa’s universities. *Industry and Higher Education*, v. 35, n. 5, 2021.

KHAN, J. European academic brain drain: A meta-synthesis. *European Journal of Education*, v. 56, n. 2, p. 265-278, 2021.

LUZ, P. S. -Há crianças portuguesas que só falam “brasileiro”. Diário de Notícias. 2021. Disponível em: <<https://www.dn.pt/sociedade/ha-criancas-portuguesas-que-so-falam-brasileiro-14292845.html>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

MALHEIROS, J.; PADILLA, B. Can stigma become a resource? The mobilisation of aesthetic-corporal capital by female immigrant entrepreneurs from Brazil. *Identities*, v. 22, n. 6, p. 687-705, 2014.

MILTERSTEINER, R. K. et al. Liderança feminina: percepções, reflexões e desafios na administração pública. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 18, n. 2,

p. 406-423, 2020.

MOTA-SANTOS, Carolina et al. Reforçando a contribuição social de gênero: a servidora pública qualificada versus a executiva. *Revista de Administração Pública*, v. 53, n. 1, p. 101-123, 2019.

MRE. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Comunidade brasileira no exterior – Estatísticas. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/comunidade-brasileira-no-exterior-2013-estatisticas-2022>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

NUNAN, C.; PEIXOTO, J. Crise econômica e retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 20, n. 38, 2012.

OLTRAMARI, A. P. et al. Quarta Onda de Imigrantes Brasileiras e Brasileiros em Portugal. *Revista Gestão & Conexões*, v. 12, n. 1, p. 49-71, 2023.

OLTRAMARI, A. P.; RAINHO, M.; OLIVEIRA, J. ‘Barriers to mobility and coloniality: dialogues with qualified Brazilian women in Portugal. XLVI Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração do Brasil. Anais... In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DO BRASIL. Maringá: 2022.

SIEKIERSKI, P.; LIMA, M. C.; BORINI, F. M. International Mobility of Academics: Brain Drain and Brain Gain. *European Management Review*, v. 15, n. 3, p. 329-339, 2018.

SILVA-JÚNIOR, A.; SILVA, P. O. M.; MESQUITA, J. M. C. As dimensões teórica e metodológica do grupo focal no contexto da pesquisa qualitativa. In: Metodologias e análises qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico conceitual. Vitória: Edufes, 2014.

ŚLIWA, M. et al. Workplace accentism as a postcolonial and intersectional phenomenon: The experiences of Brazilians in Portugal. *Human Relations*, v. 0, n. 0, 2023.

SOUZA, E. M. de; CORVINO, M. de M. F.; LOPES, B. C. Uma análise dos estudos sobre o feminino e as mulheres na área de administração: a produção científica brasileira entre 2000 a 2010. *Organizações & Sociedade*, v. 20, n. 67, p. 603-621, 2013.

TEIXEIRA, J. C. Capítulo de encerramento (que, no entanto, nada encerra). IN: CARRIERI, A. de P.; TEIXEIRA, J. C.; NASCIMENTO, M. C. R. (Org.). Gênero e trabalho: perspectivas, possibilidades e desafios nos campos dos estudos organizacionais. Salvador, BA: EDUFBA, 2016.

TONELLI, M. J.; OLTRAMARI, A. P.; CASACA, S. F. Brazilian women as qualified immigrants in Portugal: Inclusion by Stigma and Resistance. 11th. Biennial International Interdisciplinary Virtual Conference Gender, Work & Organisation. Anais... In: CONFERENCE, GENDER, WORK & ORGANISATION. 2021.



O BRASIL NA ROTA DAS MIGRAÇÕES AFEGÃS CONTEMPORÂNEAS

*Paulo Mortari A. C.
Mona Perlingeiro*

Paulo Mortari Araujo Correa
Doutor em Demografia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP) e Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP). Atualmente é pós-doutorando no Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" (NEPO/UNICAMP) e integrante do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP).

Mona Perlingeiro
Mestranda em Migration, Mobility and Development pela SOAS University of London e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com especialização em Globalização, Poder e Sociedade pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). É pesquisadora do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP) e foi responsável pelo Setor de Educação e Formação do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI) Oriana Jara.

Muito longe de Cabul, sua cidade-natal, Ghobar (2001), em poema intitulado “*Home*”, parece só conseguir aludir à volta ao “Lar” com perguntas, formuladas a partir de uma desilusão própria de alguém cuja idade de exilada já excedera à de uma criança e, assim sendo, não permite como outrora grandes fantasias. De início, expressa:

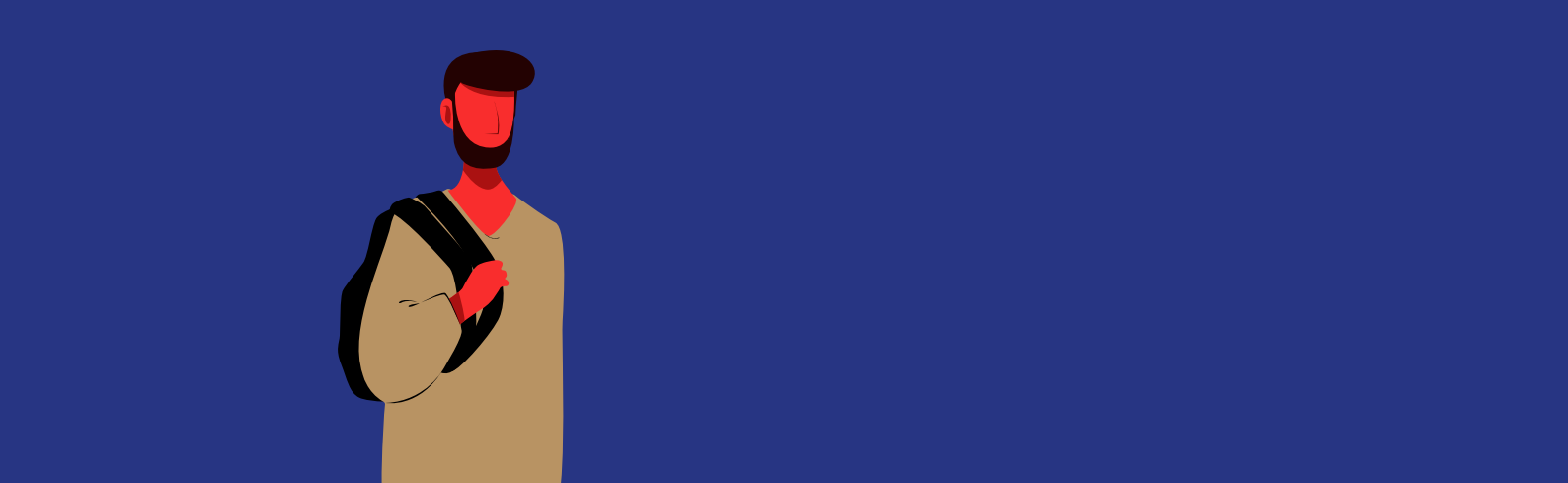
Would I ever see the land, where red tulips grow? / Would I ever roll down those emerald slopes? / Would I ever see the aged, rugged stone pair? / Peacefully at Bamián’s blue valley stare... / And will the children be running, holding / The utopian skirts of tomorrow... / Laughing, laughing... / Hush, hush!

You grown-old, wandering child ... / Oh remains of yesterday, where are my hopes? (Ghobar, 2001)¹

Faz mais de vinte anos que esses versos foram originalmente publicados, e a emigração massiva de afegãos, que já era longeva naquele momento, persiste até hoje entre as principais “situações de refúgio prolongado” (“*protracted refugee situations*”) do mundo, nos termos da ACNUR (Agência das Nações Unidas para Refugiados)². Desde pelo menos o fim do decênio de 1970, ondas migratórias³ com origem no Afeganistão têm se sucedido de maneira robusta e sustentada, tendo como pano de fundo ora a invasão soviética, ora

o domínio do Talibã, ora a ofensiva militar de estadunidenses e aliados. “*The blind war has crushed all the tulips*” (Ghobar, 2001)⁴, constataria a poeta, falando em guerra (“*war*”) no singular, como se todos esses períodos históricos de beligerância fossem parte de um só continuum de violência, equivalendo-se uns aos outros na consequência de expulsão de gente⁵ e na negação do direito à permanência.

Historicamente, dois países concentram a população afegã no exterior, nomeadamente, Irã e Paquistão, ambos com números na casa dos milhões⁶. Nos últimos tempos, porém, uma gradual diversificação de rumos tem se



feito notar, sobressaindo-se não apenas vizinhos como a Arábia Saudita, mas, também, destinos tão distantes como a Alemanha e os Estados Unidos – onde “*Home*” foi escrito –, com estimativas que beiram, respectivamente, os 480, 250 e 140 mil indivíduos ainda em 2020 (UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS [UN DESA], 2020)⁷. O Brasil, embora com volumes mais modestos e, aparentemente, com um acentuado papel de território de trânsito, passou a integrar a rota das migrações afegãs em meados de 2021, recebendo quase oito mil pessoas dessa nacionalidade em dois anos (OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, 2023b) – quando, pelo recenseamento de 2010, não se contabilizavam nem quarenta como residentes (OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO, 2022) –, cenário cuja compreensão é assumida como objetivo central do presente artigo.

PANORAMA HISTÓRICO: INTERESSE ALHEIO E INTERVENÇÕES NO AFGANISTÃO

Ao longo da história, o que hoje constitui o território afegão viu se expandir sobre si os domínios de impérios e Estados propínquos ou mais longínquos. Antes da Era Comum (AEC)⁸, entre os séculos VI e IV, a região esteve sob o poder dos persas, que foram sucedidos pelos gregos nos mais de cem anos seguintes. Já na Era Comum (EC), impuseram-se árabes (séculos VII e VIII), mongóis (XIII e XIV) e iranianos durante a Dinastia Safávida (XVI a XVIII), entre tantos outros exemplos (Barfield, 2012). Ingerências externas persistiram também no decorrer da Idade Contemporânea (1789-). No século XIX, registram-se duas Guerras Anglo-Afegãs (1839-1842 e 1878-1880). Na primeira, o Reino Unido chegou a reempossar um rei de sua preferência (Shah Shuja Durrani) no Afeganistão, ato fundamentado na

percepção de que esse país tinha uma posição estratégica para a defesa do “*Raj* Britânico” (conjunto de colônias na Ásia Meridional que, em seu apogeu, compreendia os atuais Índia, Paquistão, Bangladesh e Myanmar, além de territórios como protetorados ou sob outro *status*) contra possíveis investidas vindas sobretudo do Norte, mais precisamente, do Império Russo. Na segunda guerra, ambicionou-se que o território afegão também fosse incorporado à vastidão asiática sob o jugo forâneo. Sem embargo, derrotas em episódios como a Batalha de Maiwand, em 1880, inviabilizaram esses planos (Barfield, 2012), ainda que a retirada de tropas do Afeganistão não tenha significado o término da interferência britânica no país, já que o governo que lá ascendeu na esteira do cessamento das hostilidades, na figura de Abdur Rahman Khan (1880-1901), não apenas foi amplamente sustentado com subsídios e armas do Reino Uni-

1 Tradução livre para o português: “Algun dia eu veria a terra onde crescem as tulipas vermelhas? / Algun dia eu rolaria abaixo aquelas encostas esmeraldas? / Algun dia eu veria o par de pedras envelhecidas e ásperas? / Pacificamente na vista do vale azul de Bamiyan... / E estarão as crianças correndo, segurando / As saias utópicas do amanhã... / Rindo, rindo... / Xiu, xiu! Sua criança crescida e vagante... / Ó, restos de ontem, onde estão minhas esperanças?” (Ghobar, 2001).

2 Entende-se como uma “situação de refúgio prolongado” aquela em que “refugiados se encontram em um estado de limbo duradouro e intratável. Suas vidas podem não estar em risco, mas seus direitos básicos e necessidades econômicas, sociais e psicológicas continuam não atendidas após anos no exílio. [...] Situações de refúgio prolongado derivam de impasses políticos. Elas não são inevitáveis, mas, sim, o resultado de ações e inações políticas, tanto no país de origem (a perseguição ou violência que levou à emigração) como no país de acolhida. Elas perduram em decorrência da persistência de problemas nos países de origem e estagnam e se tornam prolongadas como resultado das respostas ao ingresso de refugiados, geralmente envolvendo restrições ao deslocamento e às possibilidades de emprego de refugiados, assim como o confinamento em campos” (UNITED NATIONS REFUGEE AGENCY [UNHCR], 2004, pp. 1-2 – Tradução livre. Trecho original, em inglês: “For the purposes of this review, a protracted refugee situation is one in which refugees find themselves in a long-lasting and intractable state of limbo. Their lives may not be at risk, but their basic rights and essential economic, social and psychological needs remain unfulfilled after years in exile. [...] Protracted refugee situations stem from political impasses. They are not inevitable, but are rather the result of political action and inaction, both in the country of origin (the persecution or violence that led to flight) and in the country of asylum. They endure because of ongoing problems in the countries of origin, and stagnate and become protracted as a result of responses to refugee inflows, typically involving restrictions on refugee movement and employment possibilities, and confinement to camps”). Existe, também, um critério quantitativo para a caracterização de uma situação como de refúgio prolongado, mais precisamente, o de existência de mais de 25 mil refugiados de um mesmo país vivendo em exílio ininterrupto no exterior por mais de cinco anos (UNHCR, 2004; USA FOR UNHCR, 2020), embora faça-se a ressalva de que a avaliação sobre a severidade de cada caso não deve se restringir à duração de sua incidência (UNHCR, 2004).

3 “Ondas” e alguns outros termos que aparecerão ao longo do texto – caso de “fluxos” e “estoque” – podem não soar adequados quando empregados em referência a pessoas, mas fazem parte do jargão dos estudos migratórios. Com isso em mente, tanto optamos por não os dispensar como instamos o leitor a sempre reconhecer o conteúdo humano que esses termos devem carregar. Em outras palavras, há em toda onda, fluxo e estoque migratório pessoas, cada uma com sua história, suas memórias, medos, esperanças e aspirações.

4 Tradução livre para o português: “A guerra cega esmagou todas as tulipas” (Ghobar, 2001).

5 Segundo estimativas do UN DESA (2020), o estoque de emigrantes afegãos em 2020 superava em quarenta vezes o que o país de Ghobar tinha de imigrantes: 5,8 milhões, contra 145 mil.

6 Em 2020, as estimativas eram de, respectivamente, 2,7 e 1,6 milhões (UN DESA, 2020).

7 Em todos esses países, assim como na soma dos demais, os homens predominam entre os residentes afegãos, correspondendo, na Arábia Saudita, a 68,6% do total desse contingente migratório em 2020; na Alemanha, a 61,4%; no Irã, a 54,3%; e no Paquistão, a 50,4%, apenas para citar alguns casos (UN DESA, 2020). Já entre os imigrantes estabelecidos no Afeganistão, as mulheres é que são maioria. No mesmo ano de referência, compunham 52% da população nascida no exterior, alcançando, em alguns casos, os 60%, como entre pessoas procedentes do Tajiquistão e do Uzbequistão (UN DESA, 2020).

8 Termo comumente usado como alternativa a “antes de Cristo” (a.C.).

do como subordinou a este toda a sua política externa (Barfield, 2012; Wahab; Youngerman, 2010; WAHID-UD-DIN; KHAN, 2019). O Estado afegão, assim, poderia até preservar algum grau de soberania, mas sem deixar de cumprir precipuamente com a função de “tampão”⁹, de acordo com os interesses geopolíticos dos europeus na região no âmbito das disputas com os russos.

Um terceiro confronto bélico com os britânicos aconteceria, dessa vez, já no século XX e com um transcurso mais curto do que os anteriores, tomando alguns

meses do ano de 1919. O armistício que deu fim às clivagens foi celebrado como uma declaração de independência em relação ao Reino Unido, devolvendo aos afegãos o direito de decidir sobre suas relações internacionais. Por outro lado, reafirmava-se o traçado lindeiro do Afeganistão com a Índia Britânica acordado na década de 1890 – conhecido como “Linha de Durand” –, profundamente desfavorável ao primeiro, já que o privava, de uma vez por todas, de reivindicações de acesso soberano ao mar pelo Sul, além de resultar em segregação no interior

de determinados grupos étnicos, apartando integrantes estabelecidos em lados diferentes da fronteira (Wahab; Youngerman, 2010) – como é o caso dos pashtuns¹⁰, cuja maioria reside no que hoje corresponde ao Paquistão.

No final da década de 1920, o Afeganistão passaria ainda por uma guerra civil até experimentar uma sequência de cinquenta anos de estabilidade política, embora na condição de uma alta concentração de poder nas mãos de uma só elite – a dizer, os pashtuns da linhagem de Ahmad Shah Durrani –, como ilustra a extensão da

gestão de Zahir Shan (1933-1973) (Barfield, 2012). Em 1978, um golpe de Estado inauguraria um novo período de instabilidades, que perdura até hoje. Naquele momento, formou-se um governo de orientação socialista, liderado por Muhammad Taraki, com apoio da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (Ferreira, 2021). Rivalidades internas no partido incumbente – o Partido Democrático do Povo do Afeganistão

(PDPA) – escalaram até o ponto de se assassinar o presidente em exercício, em setembro de 1979, ao que os soviéticos reagiram com uma invasão ao país (Ferreira, 2021; Adelkhah, Olszewska, 2007)¹¹. A exemplo dos britânicos, buscariam ter na ponta do Poder Executivo figuras que representassem seus interesses na região (Barfield, 2012).

A ingerência externa no Afeganistão, entretanto, também era

exercida por outros atores, como a Arábia Saudita (que apoiava grupos salafistas¹² locais) e o Irã (favorável aos xiitas¹³). O Paquistão, por sua vez, via no fortalecimento de movimentos pró-Islamabad uma vantagem para fazer pender para o seu lado a balança de poder regional disputada com a Índia (Barfield, 2012). Somam-se a eles, finalmente, os Estados Unidos, no momento em que concedem suporte aos *mujahideen*, grupos

9 Um “Estado-tampão” (no inglês, “buffer state”), em definição mais sucinta, seria “um pequeno Estado independente situado entre dois Estados (ou blocos de Estados) maiores, geralmente rivais” (MATHISON, 1971 apud PARTEM, 1983, p. 4 – tradução livre. Trecho original, em inglês: “Mathison defines a buffer state as a ‘small independent state lying between two larger, usually rival, states (or blocs of states)’”). Partem (1983), em seu trabalho, ao identificar limitações no conceito, aprimora-o e faz derivar dele a noção de “sistema-tampão”, permitindo maior apreensão da complexidade das relações entre os Estados envolvidos. Apesar de sua compreensão estar fora do escopo deste artigo, vale dizer que o Afeganistão, no período de 1870 a 1978, é mencionado pelo autor como um dos exemplos-chave do funcionamento do referido sistema, considerando-se a posição do país em um contexto de disputa de poder entre o Império Britânico e a Rússia (PARTEM, 1983).

10 Uma das únicas estimativas disponíveis sobre composição étnica no Afeganistão é aquela feita pelo Escritório de Assuntos da Ásia Meridional e Central (“Bureau of South and Central Asian Affairs”) do Departamento de Estado dos Estados Unidos, segundo a qual os pashtuns constituiriam de 38 a 44% da população do país, seguidos por tadjiques (25%), hazaras (10%) e uzbeques (de 6 a 8%), além de outros minoritários (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2008). As origens de cada um desses grupos é, até hoje, objeto de debate. Especificamente sobre os pashtuns, Wahab e Youngerman (2010, p. 15) sustentam o seguinte: “Os pashtuns, em certo tempo, comumente consideravam a si mesmos descendentes das 10 tribos perdidas da antiga Israel, que foram exiladas da Terra Santa pelos assírios no século VIII A.E.C. [Antes da Era Comum], de acordo com a Bíblia; outros alegam que Afghana, um neto do Rei Saul, foi o progenitor da raça. Desde o estabelecimento do Estado de Israel e a propagação do sentimento anti-Israel no mundo muçulmano, outra lenda ganhou precedência, afirmando que os pashtuns são descendentes de Qais [Abdur Rashid], um dos acompanhantes do profeta Maomé. A tribo Durrani reivindica sua descendência pelo filho mais velho de Qais; já os Ghilzai, por seu segundo filho. Historiadores especulam que vários invasores da antiguidade deram origem aos pashtuns; os citas, que são conhecidos por terem se estabelecido no século II A.E.C. onde a maioria dos pashtuns vive hoje, são um forte candidato; os hunos brancos ou heftalitas (Abdal) são outro. Eles chegaram no século V da E.C. [Era Comum] e podem ter dado seu nome aos Abdali, a maior das tribos pashtuns (renomeada Durrani 250 anos atrás)” (Tradução livre. Trecho original, em inglês: “The Pashtun at one time commonly considered themselves to be the descendants of the 10 lost tribes of ancient Israel, who were exiled from the Holy Land by the Assyrians in the eighth century B.C.E., according to the Bible; others claim that Afghana, a grandson of King Saul, was the progenitor of the race. Since the establishment of the State of Israel and the spread of anti-Israel sentiment in the Muslim world, another legend has taken precedence, asserting that the Pashtun are descended from Qais, one of the companions of the prophet Muhammad. The Durrani tribe claims descent through Qais’s eldest son; the Ghilzai, through his second son. Historians speculate that various ancient invaders gave rise to the Pashtun; the Scythians, who are known to have settled where most Pashtun live today in the second century b.c.e., are a prime candidate; the White or Ephthalite (Abdal) Huns are another. They arrived in the fifth century c.e. and may have given their name to the Abdali, the largest of the Pashtun tribes (renamed Durrani 250 years ago)”). Os pashtuns são maioria no Afeganistão – com cerca de 15 milhões de indivíduos –, mas se apresentam em volumes mais elevados no Paquistão – a dizer, entre 30 e 35 milhões –, onde, por sua vez, constituem uma minoria étnica (SIDDIQUE, 2012). Esta, inclusive, é uma questão que tem orientado por algum tempo a política externa paquistanesa em relação ao país vizinho, levando-se em conta o receio de Islamabad frente a um possível fortalecimento de movimentos pashtuns nacionalistas que implicasse riscos ao exercício de sua soberania sobre territórios que lhe são designados pela linha de Durand. Parte da estratégia do Paquistão para a contenção da atribuída ameaça vem sendo, pelo menos desde a década de 1970, apoiar grupos armados aliados no Afeganistão, compostos, em sua maioria, por pashtuns de orientação não nacionalista, mas pan-islâmica (SIDDIQUE, 2012). O Talibã estaria incluído no rol desses atores. Em sua primeira gestão (1996-2001), de acordo com Siddique (2012, p. 7), “a solidariedade pan-islâmica superou a coesão tribal e étnica”, para benefício dos interesses geopolíticos do Paquistão (Tradução livre. Trecho original, em inglês: “[...] a newer brand of “Pashtun Islamism”, some of whose characteristics were manifested and reinforced during the Taliban’s ascent to power in Afghanistan, where pan-Islamist solidarity surpassed tribalism and ethnic cohesion”).

11 O fato se situa no período de retomada das tensões da Guerra Fria, em que Estados Unidos e União Soviética disputavam, mesmo que sem confrontação bélica direta, zonas de influência ao redor do mundo.

12 Corrente sunita do islamismo, o salafismo, de acordo com Moussalli (2009, pp. 3; 11), “é uma ramificação bastante diversificada e complexa, que existe por motivações ideológicas e religiosas e que não é construído por um único discurso, grupo ou autoridade. Como regra, todos os wahhabis são salafistas, mas nem todos os salafistas são wahhabis. O islamismo também é outra tendência complexa que inclui movimentos moderados e radicais, mas não é equivalente ao wahhabismo: na verdade, é sua antítese. Embora o islamismo e o wahhabismo/salafismo compartilhem algumas doutrinas teológicas e intelectuais, eles são teológica e politicamente muito diferentes. Entretanto, após o 11 de setembro de 2001 e a invasão do Iraque, alguns wahhabis e salafistas se fundiram com muçulmanos radicais e, conseqüentemente, criaram o neo-salafismo e o takfiri-jihadismo. Essa complexidade aparece, portanto, nos takfiri-jihadistas, que são compostos por neo-wahhabis, neossalafistas e muçulmanos radicais. Novamente, nem todos os takfiris são jihadistas e nem todos os jihadistas são takfiri. [...] O salafismo começou como uma tendência que encontra no conceito de al-salaf al-salih (os piedosos predecessores) o instrumento para entender a verdadeira interpretação e prática do Islã ou para rejeitar a experiência cumulativa da comunidade muçulmana. Em um sentido, o conceito é usado para ‘purificar’ os muçulmanos de suas realidades, histórias, teologias, jurisprudência e contextos atuais a fim de levá-los ironicamente a uma trajetória religiosa, moral, social e política retrógrada e regressiva (como no caso do wahhabismo e de outros grupos) ou para uma trajetória religiosa, moral, social e política avançada e progressiva – como é o caso do reformismo ou modernismo islâmico de Jamal al-Din al- Afghani, Muhammad Abdu, Muhammad Iqbal e Muhammad Rashid Rida e seus discípulos religiosos e seculares. Conseqüentemente, o conceito de salaf pode levar um indivíduo, um grupo ou uma comunidade para frente ou para trás. Portanto, embora muitos reformadores ou modernistas muçulmanos tenham empregado o conceito de salaf, isso não os torna salafistas – um fato que não é reconhecido pela grande maioria dos especialistas no Islã” (Tradução livre. Trecho original, em inglês: “Salafism is a very diversified and complicated ideologically and religiously motivated trend and is thus not constructed by one unified discourse or group or authority. As a rule, all Wahhabis are salafists, but not all salafists are Wahhabis. Islamism is also another complex trend that includes moderate and radical movements, but it is not equivalent to Wahhabism: it is actually its antithesis. While Islamism and Wahhabism/salafism share a few theological and intellectual doctrines, they are theologically and politically very different. However, after September 11, 2001 and the invasion of Iraq, some Wahhabis and salafists merged together with radical Islamists and consequently have created neo-salafism and takfiri-jihadism. This complexity thus appears in the takfiri-jihadists that are composed of both neo-Wahhabis, neo-salafists, and radical Islamists. Again, not all takfiris are jihadist, and not all jihadists are takfiri. [...] Salafism started as a trend that finds in the concept of al-salaf al-salih (the pious predecessors) the instrument to either understand the true interpretation and practice of Islam or to reject the cumulative experience of the Muslim community. In one sense, the concept is used to ‘purify’ Muslims from their present realities, histories, theologies, jurisprudence, and contexts in order to move them ironically into either a backward and regressive religious, moral, social, and political trajectory (as in the case with Wahhabism and other groups), or into a forward and progressive religious, moral, social, and political forward trajectory – as is the case of Islamic reformism or modernism of Jamal al-Din alAfghani, Muhammad Abdu, Muhammad Iqbal, and Muhammad Rashid Rida and their religious and secular disciples. Consequently, the concept of salaf could lead an individual, a group or community forward or backward. Therefore, while many Muslim reformers or modernists employed the concept of salaf, that does not make them salafists – a fact that remains unrecognized by the vast majority of experts on Islam”).

13 O xiismo surge como uma das primeiras ramificações do islã após a morte do profeta Muhammad (em português conhecido como Maomé). É importante esclarecer que o termo “xiita” não serve para identificar grupos mais ou menos fundamentalistas, pois estes existem em qualquer linha do islã e até mesmo em religiões como o cristianismo. Adghirni explica que “Após a morte de Maomé, no ano 632, um grupo de discípulos escolheu Abu Baker, sogro e homem de confiança do profeta, para assumir a sucessão à frente da comunidade islâmica. Os clérigos justificaram a indicação alegando que credenciais religiosas e de lealdade a Maomé eram preponderantes. Esses partidários da sucessão pelo critério do apego à tradição (sunna, em árabe) foram os primeiros sunitas. Uma segunda corrente, formada por parentes e outros companheiros do profeta, defendia que a liderança da comunidade fosse dada de preferência a quem tivesse laços de sangue com o profeta. Adeptos dessa tese queriam designar Ali, genro e primo de Maomé, como comandante dos muçulmanos, um cargo chamado de califa. A palavra ‘xiita’ vem de shiat’Ali, que significa ‘partidários da herança de Ali” (ADGHIRNI, 2014, p. 76).

de resistência armada ao governo vigente (Wahab; Youngerman, 2010).

Em 1989, os soviéticos se retiraram do Afeganistão. Em praticamente uma década de conflitos, um milhão de pessoas morreram, quase quatro milhões se refugiaram no exterior – sobretudo no Irã e no Paquistão – e três milhões se deslocaram internamente (Adelkhah; Olszewska, 2007). Interesses antagônicos no país por parte de atores externos, contudo, contribuiriam para que ainda não se visse paz no horizonte daquelas terras. A própria URSS, antes de seu colapso em 1991, continuaria enviando recursos ao governo instituído, do aliado Mohammad Najibullah. Este, findo o referido amparo, se enfraqueceria, sendo, finalmente, forçado a renunciar. Cabul é, então, tomada pelos *mujahideen*. As diferenças entre os diversos grupos que os confor-

mavam, no entanto, rapidamente se acentuaram, até se tornarem insustentáveis, culminando em uma guerra civil que perduraria de 1992 a 1996 (Barlas, 2022; Wahab; Youngerman, 2010).

Em meio às hostilidades – embora suas raízes remetam a tempos pretéritos –, surge, na região de Kandahar, o Talibã, integrado essencialmente por homens pashtuns de origem rural, baixa escolaridade e professantes da fé islâmica, muitos dos quais anteriormente refugiados (Wahab; Youngerman, 2010). Valendo-se do contexto de instabilidade política, conseguem chegar ao poder em 1996 (Barfield, 2012), exercendo um governo autoritário, baseado em uma série de normas instituídas a partir de uma interpretação fundamentalista do islã, incluindo-se a proibição às mulheres de saírem às ruas desacompanhadas de um familiar do

sexo masculino e, na maior parte dos casos, de trabalhar fora de casa e poder estudar; a adoção da pena por apedrejamento, amputação ou execução pública; e a proscrição de se dançar e ouvir ou tocar música (Wahab; Youngerman, 2010)¹⁴.

Em 2001, os Estados Unidos, à frente de uma coalizão internacional, invadem o Afeganistão, motivados pela percepção de que o regime do Talibã teria propiciado a realização dos atentados ao *World Trade Center*, em Nova Iorque, e ao Pentágono, em Washington, em 11 de setembro daquele ano, de autoria reivindicada pela al-Qaeda¹⁵. Se, por um lado, produzir-se-ia ao menos uma aparente (embora certamente não *de facto*) interrupção no longo período de guerras civis no país, por outro, não se lançariam bases mais sólidas para o efetivo estabelecimento da paz (Barfield, 2012). Prova disso é o retorno dos Talibãs

ao poder vinte anos depois e, com ele, a perpetração (e perpetuação) da violência em formas como a perseguição a minorias étnicas, em especial, os hazaras¹⁶. Como consequência, uma nova onda migratória de afegãos irromperia, a exemplo das que a precederam na turbulência das décadas anteriores, como se discorrerá a seguir.

AS MIGRAÇÕES AFEGÃS DOS QUARENTA E CINCO ANOS MAIS RECENTES DE CONFLITOS

Dois movimentos migratórios são apontados por Adelkhah e Olszewska (2007) como tradicionais na história afegã. O primeiro deles é o nomadismo pastoral, realizado por criadores que buscam pastagens para o seu rebanho em diferentes altitudes no decorrer do

ano. Já o segundo diz respeito ao deslocamento de trabalhadores rurais para o comércio ou outras atividades longe de seu local de residência habitual, influenciados pela sazonalidade da produção agrícola. Exemplo disso seriam os frequentes movimentos de camponeses de Hazarajat às minas de carvão de Baluchistão, no Paquistão, após a finalização da colheita de amêndoas em sua região em setembro, retornando-se a ela seis meses depois¹⁷. Neste caso, a mobilidade se regeria fortemente pela mudança das estações, sendo o outono e a primavera marcos usuais de transição. Até mesmo em tempos de guerra a dinâmica poderia persistir, como no caso de hazaras nos anos 1980 que trabalhavam com mineração em território paquistanês e que, ao re-

gressar, se juntavam aos *mujahideen* no combate aos soviéticos (Adelkhah; Olszewska, 2007).

No último tipo de migração apontado, deve-se evidenciar como constitutiva da força motriz dos deslocamentos a contumaz necessidade de se suplementarem os rendimentos advindos da agricultura local, altamente sensível às recorrentes secas e, em um cenário de agudização das mudanças climáticas¹⁸, às disputas por terra e recursos hídricos, com o agravante da baixa viabilidade de sua prática em parte considerável do território nacional por seu relevo montanhoso (Barlas, 2022; Adelkhah; Olszewska, 2007). Entre 1971 e 1972, por exemplo, uma profusão de pessoas deixou o noroeste do Afeganistão em direção ao Irã em decorrência da escassez

¹⁴ A ascensão do Talibã e sua capacidade de impor seus valores e convicções no Afeganistão podem ter no complexo conjunto de suas causas, ao menos em alguma medida, a ingerência externa no país. Referências a tal perspectiva são encontradas em Wahab e Youngerman (2010), entre outros textos.

¹⁵ A al-Qaeda, nas palavras de Gunaratna (2004, p. 69), é “o primeiro grupo terrorista multinacional do século XXI”. Estabelecido no Afeganistão, porém, ainda no último quarto do século XX e orientado por um fundamentalismo islâmico, seus ataques são caracterizados pela morte, destruição massiva e “pela combinação de terroristas suicidas com alvos traumáticos a nível psicológico, de grande escala e escolhidos perspicazmente” (GUNARATNA, 2004, p. 78). Após os atentados de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos iniciaram uma operação conhecida como “Guerra ao Terror” para combater o Jihad, termo equivocadamente traduzido como “guerra santa”, mas que, em sua essência, é, em primeiro lugar, “uma busca interior: implica o esforço de cada muçulmano para se tornar um ser humano melhor, a luta para melhorar a si mesmo”, ainda que também “sancione a rebelião contra um monarca injusto, seja ele muçulmano ou não, podendo o Jihad se tornar um meio para mobilizar essa luta política e social. Esse é o pequeno Jihad” (RASHID, 2003, pp. 31-32). Especialmente esse último aspecto recebe interpretações extremistas por parte de grupos como a al-Qaeda, conforme esclarecido por Rashid (2003, pp. 31-32): “Hoje, os movimentos mundiais do Jihad, do Talibã no Afeganistão, passando pela mundialmente conhecida Al Qaeda de Osama bin Laden e chegando até o Movimento Islâmico do Uzbequistão (MIU), ignoram o grande Jihad pregado pelo profeta e adotam o pequeno Jihad como uma filosofia político social acabada. No entanto, em parte alguma dos escritos ou da tradição muçulmana o Jihad sanciona a matança de homens, mulheres ou crianças inocentes não-muçulmanos, ou mesmo muçulmanos, com base em etnia, seita ou crenças. É esse desvirtuamento do Jihad – como justificativa para massacrar inocentes – que em parte define o neofundamentalismo radical dos movimentos islâmicos mais extremistas da atualidade. [...] Os novos grupos do Jihad são igualmente obcecados pela implementação da chariá (lei islâmica). Entretanto, consideram a chariá não como um caminho para criar uma sociedade justa, mas simplesmente como um meio para controlar o comportamento pessoal e os códigos de vestuário dos muçulmanos – um conceito que distorce séculos de tradição, cultura, história e a própria religião islâmica. A marca registrada do Talibã, da Al Qaeda (A Base) e do MIU é a rejeição de toda a experiência histórica, científica e outras formas de conhecimento que os muçulmanos (e outras sociedades) desenvolveram nos últimos 1400 anos. Assim, o Talibã tentou reescrever a história do Afeganistão para justificar a repressão às mulheres e aos grupos étnicos minoritários e a destruição das estátuas de Buda. A nova ordem islâmica para esses grupos de Jihad se reduz a um duro e repressivo código penal para seus cidadãos, que destitui o Islã de seus valores, humanismo e espiritualidade”.

¹⁶ Os hazaras descenderiam do povo que se distribuiu pelo continente asiático durante a expansão do Império Mongol – o maior da história em termos de extensão territorial contígua, fundado por Genghis Khan (BIRA, 1998) – entre o fim do século XIII e o começo do XIV (Wahab; Youngerman, 2010; HUCAL, 2016). De predominância xiita, trata-se de um grupo étnico com um histórico de perseguições sofridas, como ocorrera durante o governo de Abdur Rahman Khan (1880-1901), quando áreas de pastagem no altiplano do Hindu Kush lhes foram tomadas a benefício de pashtuns sunitas, levando a fluxos emigratórios direcionados principalmente ao Irã (Adelkhah; Olszewska, 2007). Assim também o foi desde os anos 1990, dessa vez, por parte do Talibã. Um episódio bastante simbólico disso foi a destruição, em março de 2001, de duas estátuas budistas do século VI no coração do que se denomina Hazarajat – área de maior concentração hazara no Afeganistão (HUCAL, 2016). A lembrança dos “Budas de Bamiyan”, como eram conhecidos, é evocada, inclusive, nos primeiros versos do poema “Home” (Ghobar, 2001), expostos no início deste artigo. Em 2004, enfim, durante a gestão de Hamid Karzai (2001-2014), promulgou-se uma Constituição na qual lhes era reconhecida a isonomia de direitos em relação ao restante da população afegã (HUCAL, 2016). Mesmo assim, a discriminação contra eles persistiria, voltando a se agravar com o retorno do Talibã ao poder, em agosto de 2021 (ver, por exemplo, AMNESTY INTERNACIONAL, 2022).

¹⁷ O deslocamento de afegãos de origem hazara ao Paquistão para trabalhos em minas de carvão continuaria ocorrendo até hoje. Recentes episódios de violência e o endurecimento de políticas migratórias, porém, têm imposto restrições a essa mobilidade. Em janeiro de 2021, dez migrantes da referida etnia foram mortos por grupos armados intolerantes a sua presença em Mach, na província de Baluchistão, gerando medo em uma comunidade há muito acometida pela insegurança (LATIFI; HOSSAINI, 2021). Já na segunda metade de 2023, o anúncio da intenção do governo paquistanês de retirar compulsoriamente do território nacional algo em torno de 1,7 milhão de migrantes afegãos em situação de indocumentação levou muitos a se anteciparem à medida e retornar ao país de origem ao mesmo tempo que desencorajou outros, no Afeganistão, de ao menos tentar cruzar a linha de Durand. Entre os afetados havia não só quem trabalhava com mineração no Paquistão, mas, também, com agricultura (ACHAKZAI, 2023).

¹⁸ O Afeganistão foi considerado pelo 2021 Global Climate Risk Index o sexto país mais afetado pelas mudanças climáticas em todo o mundo, com frequente exposição a eventos extremos prejudiciais à prática da agricultura, como extensos períodos de seca, por um lado, e tempestades cada vez mais copiosas, por outro, levando a enchentes e desmoronamentos (UNITED NATIONS SUSTAINABLE DEVELOPMENT GROUP [UNSDG], 2022). Como consequência (desse e de outros fatores), o acesso a uma alimentação apropriada tem sido bastante restrito. Segundo dados da Integrated Food Security Phase Classification (IPC), em abril de 2023, mais de 17 milhões de pessoas (cerca de 40% da população afegã) estavam em situação de “crise” (13,8 milhões) ou “emergência” (3,4 milhões) de insegurança alimentar, o que inclui entre seus critérios definidores o consumo de alimentos “moderadamente inadequado” ou “muito inadequado”, respectivamente (IPC, 2023; 2021).

de alimentos e do consequente aumento de incidência da fome. Esse fluxo se manteve notável ao longo da década, com o *boom* do petróleo em 1973, atraindo migrantes afegãos a serviços na construção civil, em olarias e no campo (Barlas, 2022; Adelkhah; Olszewska, 2007).

A partir de 1979, os conflitos armados (e suas implicações sociais, políticas e econômicas) seriam agregados às causas mais expressivas e constantes de expulsão de população do Afeganistão, engendrando-se ao menos quatro ondas de migração forçada desde então (Barlas, 2022).

A primeira delas acompanha o decênio de invasão soviética. Irã e Paquistão, os destinos migratórios historicamente mais sobressalentes aos afegãos, estiveram, a princípio, abertos a esses fluxos. A economia iraniana, em particular, veria benefícios na afluência de pessoas que enrobusteceriam a força de trabalho requisitada durante a guerra do país com o Iraque (1980-1988) e no período de reconstrução que a sucedeu (Barlas, 2022).

Já a segunda onda se estenderia de 1989 a 1996, contemplando-se, assim, o preâmbulo e o curso da guerra civil *mujahideen*. Em 1990 (o zênite dessa migração), o número de refugiados afegãos atingiu os 6,3 milhões (Barlas, 2022). Só no Irã, seriam cerca de três milhões, com reconhecimento *prima*

facie de refúgio¹⁹ (Adelkhah; Olszewska, 2007). Não tardaria muito, porém, para que a política de acolhida desse país sofresse uma guinada. O divisor de águas foi a assinatura de um acordo tripartite com Cabul e a ACNUR, em 1993, sobre o retorno de afegãos a seus locais de origem. A partir daí, mesmo quem contava com uma autorização de residência poderia ter seus documentos de identidade confiscados para subsequente submissão ao programa de repatriação posto em vigor, dificultando-se a permanência de nacionais do Afeganistão em solo iraniano (Adelkhah; Olszewska, 2007). Islamabad seguiria os mesmos passos de Teerã, enrijecendo sua política em relação aos migrantes oriundos do outro lado da Linha de Durand (Barlas, 2022). Ao mesmo tempo, a persistência de uma beligerância generalizada no Afeganistão continuaria impulsionando emigrações, condenando muitos ao limbo formado entre os fatores de expulsão de seu país e o rechaço à sua presença acolá.

A terceira onda de migração forçada corresponderia aos anos do primeiro governo do Talibã, entre 1996 e 2001. A perseguição especialmente a minorias étnicas, mulheres, acadêmicos e opositores políticos, assim como focos de resistência armada oferecida pela chamada Aliança do Norte na porção setentrional do país,

geraram novos fluxos de pessoas tanto internamente como para fora. Por outro lado, afegãos sem autorização de residência em destinos como o Irã se viam particularmente mais suscetíveis a tratamentos abusivos por parte de autoridades públicas e a deportações massivas (Barlas, 2022). Sobre esse último aspecto, em 1999, reporta-se que aproximadamente cem mil migrantes em situação de indocumentação tiveram que forçosamente retornar ao Afeganistão, muitas vezes para locais onde se exporiam ao risco de sofrerem violações de direitos humanos (Adelkhah, Olszewska, 2007). A alternância entre a tolerância à permanência de afegãos, em um primeiro momento, e sua expulsão, em outro ulterior, consistiria em uma espécie de “jogo de gato e rato” (*“game of cat-and-mouse”*), conforme evocado por Adelkhah e Olszewska (2007, p. 144), no qual a economia iraniana tiraria o maior proveito possível da força laboral desses migrantes em ocupações mal remuneradas e em condições precárias de trabalho sem ter de lhes conceder residência permanente. Em outras palavras, importava-se às migrações um caráter de circulação e desarraigo, com vistas a se desfrutar ao máximo de seu potencial de geração de riquezas, mas sem o “ônus” de seu enraizamento.

A quarta onda, por sua vez, reme-

teria ao par de decênios de presença estadunidense no Afeganistão. As emigrações se revelariam mais intensas no início da atuação das tropas interventoras, até que sinais de maior otimismo para a economia nacional, com a injeção de recursos do exterior, ajudassem a atenuar o quadro, motivando, inclusive, o retorno de algumas pessoas (Barlas, 2022). Já o número de deslocados internos não apresentaria a mesma tendência, variando de 180 mil em 2003 a 3,2 milhões em 2021, segundo apurado por Barlas (2022), com 370 mil somente em 2018, por efeito da estiagem que acometeu o país naquele ano (Barlas, 2022). No plano internacional, Irã e Paquistão prosseguiriam com suas políticas migratórias mais restritivas. Em meados dos anos 2000, um novo programa de repatriação de Teerã com a ACNUR foi articulado, levando a uma célere redução no volume de residentes afegãos em território

iraniano. Iniciativas similares envolvendo atores de outras regiões do mundo foram conduzidas, como o acordo assinado em outubro de 2016 entre a União Europeia e o Afeganistão para o retorno de migrantes com solicitação de refúgio indeferida (Barlas, 2022).

Diante de imagens como aquelas de multidões buscando embarque no Aeroporto Internacional de Cabul imediatamente após o recolhimento das tropas estadunidenses²⁰ e o retorno do Talibã ao poder em agosto de 2021, não parece inapropriado falar em uma quinta onda migratória em curso atualmente. Somente nos primeiros meses, estima-se que quase 300 mil afegãos tenham se dirigido ao Irã, volume que seria equiparável àquele concernente ao Paquistão²¹. Parte significativa dessas pessoas, no entanto, não concluem aí seu deslocamento. Na rota a terras mais distantes es-

tão países como o Brasil, cuja inserção no recente cenário de emigrações originadas no Afeganistão será abordada na sequência.

MIGRAÇÕES AFEGÃS AO BRASIL

Antes de 2021, as migrações de afegãos ao Brasil pouco se faziam notar. No Censo de 2010, por exemplo, foram contabilizados apenas trinta e oito residentes de tal nacionalidade no país, distribuídos em dois grupos homogêneos. No primeiro, compreendiam-se nove homens, de idades entre 65 e 69 anos completos, residentes em Nova Viçosa (Bahia) e com chegada ao Brasil em 1977. Já o segundo era composto por vinte e nove indivíduos, também do sexo masculino, situados no grupo etário de 50 a 54 anos, estabelecidos em solo brasileiro em 1982 e residentes em Fortaleza (Ceará) na data de referência do recenseamento²².

20 Embora a preocupação com a saída do exército estadunidense do território afegão tenha ganhado visibilidade no momento dos pronunciamentos do presidente Joe Biden em agosto de 2021, foi ainda no governo de Donald Trump que os Estados Unidos assinaram um acordo com o Talibã prevendo o total cumprimento de tal movimento em catorze meses (G1, 2020).

21 De acordo com dados da ACNUR, de 2021 a 2022, quase 400 mil novas solicitações de reconhecimento da condição de refugiado foram feitas por nacionais do Afeganistão em todo o mundo, número que, vale ressaltar, não necessariamente equivale a todo o universo de pessoas que emigraram desse país no período, já que algumas podem não ter passado pelo sistema de refúgio em seu deslocamento. A Alemanha está no topo da lista, com 85 mil casos (22% do total), seguida por Turquia, com 41 mil; França, com 39 mil; Áustria, com 33 mil; Paquistão, com 32 mil; e Estados Unidos, com 25,6 mil (UNHCR, 2023).

22 É relevante salientar que os dados censitários não necessariamente refletem todos os migrantes internacionais que tenham fixado residência no Brasil em algum momento. É o caso de vinte e três afegãos contemplados em 1999 pelo chamado Programa de Reassentamento So-

19 Trata-se de um procedimento de reconhecimento coletivo da situação de refugiado, sem análise individual do mérito (ACNUR, 2018).





Os resultados do censo, desse modo, não revelam ter havido um fluxo sustentado de afegãos ao território nacional até aquele momento, mas, sim, uma migração bastante pontual. À mesma conclusão conduzem os dados do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). As concessões anuais de autorização de residência ou, mais precisamente, Carteiras de Registro Nacional Migratório (CRNM) a migrantes naturais do Afeganistão até 2020, quando muito, se contavam em poucas dezenas. Em 2021, sinaliza-se uma mudança nesse cenário, que se concretiza nos anos subsequentes com um salto do número para os milhares. Em 2022, foram 2.601 as autorizações de residência obtidas por afegãos, enquanto nos sete primeiros meses de 2023, já eram 2.028, sendo a maioria (em torno de três quartos) relativa a pessoas residentes no estado de São Paulo (OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, 2023a). Os altos volumes – em comparação com o que outrora se registrava no

Brasil – coincidem com a vigência da Portaria Interministerial Nº 24, de três de setembro de 2021, pela qual se reconhecia, em seu Artigo 1º, a “situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário no Afeganistão” e, com tal fundamentação, se previa a concessão de “visto temporário e autorização de residência para fins de acolhida humanitária” a “nacionais afegãos, apátridas e pessoas afetadas” pelo quadro anteriormente definido (BRASIL, 2021). Aproximadamente 85% dos afegãos contaram com esse amparo legal para ingressarem e se documentarem no país. Já os 15% restantes, quase em sua totalidade, sustentavam, inicialmente, uma CRNM provisória após a realização de solicitação de refúgio (OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, 2023a). Quanto à distribuição por sexo dos afegãos que têm chegado ao Brasil, repete-se a tendência de maioria masculina que predomina entre seus pares no restante do

mundo, dessa vez, na proporção de seis para cada dez migrantes. Já em relação à idade, principalmente no que concerne aos homens, o grupo mais vultoso é o de 25 a 40 anos (42%), embora também se apresentem de maneira expressiva indivíduos com menos de quinze anos (28,3%), em contraste com o que acontece com o conjunto de migrantes oriundos de outros países (exceto Venezuela) – para o qual o respectivo percentual é de apenas 12,8. Mantendo-se a comparação, acerca do estado civil, tem-se que 41,6% dos afegãos são casados, frente aos 21,8% dos demais migrantes (OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, 2023a), o que, junto com a notável presença de crianças, permite asseverar que as famílias compõem parte significativa das migrações do Afeganistão ao Brasil. Outra fonte da qual se pode valer para os propósitos deste artigo é o Sistema de Tráfego Internacional (STI), vinculado à Polícia Federal e que contempla as movimentações de pessoas nos postos de contro-

le fronteiriço brasileiros. O incremento que se viu no volume de concessões de CRNM a migrantes do Afeganistão a partir de 2021 se reflete também nos números de entradas e saídas de indivíduos de tal procedência registradas no Brasil. De 2022 a julho de 2023, ingressaram em território nacional ao menos 7.672 afegãos, ao passo que 1.538 teriam deixado o país. O saldo resultante, de 6.134 indivíduos, pode servir de estimativa para o estoque de afegãos atualmente estabelecidos no Brasil. Nota-se, no entanto, que a diferença entre entradas e saídas de um ano para o outro se estreitou – de 4.076 (em 2022) a 2.058 (de janeiro a julho de 2023) –, devido ao aumento mais acentuado no volume das últimas – de 344 a 1.194 –, sugerindo-se que viriam ganhando corpo movimentos de reemigração (OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, 2023b).

Para abordar com maior minuciosidade esse aspecto, faz-se pertinente dirigir o olhar aos municípios com trânsito de afegãos por postos aduaneiros brasileiros. Em relação às entradas, Guarulhos responde por praticamente todos os ingressos de 2021 a meados de 2023, de modo que as migrações provenientes do Afeganistão fazem seu caminho para cá basicamente por via aérea. No que

tange às saídas, por sua vez, dois pontos devem ser ressaltados. Em 2022, apesar de tais deslocamentos ainda discreparem consideravelmente das entradas (e terem seu registro de forma mais recorrente também em Guarulhos), já se notava um importante volume de afegãos deixando o país pela fronteira Norte, precipuamente por Assis Brasil, no Acre. Em 2023, junto com o disparo para cima no número de saídas, outro município passou a reivindicar atenção, a dizer, Oiapoque, no Amapá. Sessenta por cento de todos os afegãos que partiram para outros destinos internacionais de janeiro a julho o fizeram de lá (OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, 2023b).

Os números corroboram a perspectiva do Brasil como um território de trânsito a parte expressiva dos afegãos, à semelhança da trajetória de muitos outros migrantes do Sul Global pelo país. Contribuiriam, ademais, para identificar que essa passagem ao exterior se daria, em grande medida, por terra e rumo à porção setentrional das Américas, algo já transparecido em matérias de imprensa dedicadas ao tema, como aquela intitulada “*Hundreds of Afghans risk 11-country trek to seek haven in United States*” (ROSENBERG; COOKE; BOTTS, 2023), em que se lê que a obtenção do

visto humanitário no Brasil termina por se constituir “*one of the few remaining exit routes for Afghans fleeing Taliban rule*”²³. Compõem os relatos sobre o percurso ao Norte do continente movimentações terrestres por Peru, Equador e Colômbia – o que comumente implica custosas despesas com “coiotes” em adição aos gastos regulares do deslocamento, por si só, exorbitantes –, o cruzamento do Estreito de Darién, na fronteira com o Panamá – com todos os riscos impostos pelas elevadas temperaturas no local, desgaste físico em decorrência da longa travessia em meio à selva, difundida presença de animais peçonhentos e tráfico de pessoas e violência por ação de grupos criminosos (ACNUR, [202-?]) –, e a viagem pelo istmo centro-americano e pelo México – com alta incidência de roubos e extorsões, que, para piorar, não são exclusividade desse trecho.

Em 22 de setembro de 2023, todavia, sancionou-se um novo instrumento para regular a concessão de vistos temporários e autorizações de residência a afegãos no Brasil: a Portaria Interministerial MJSP/MRE Nº 42 (BRASIL, 2023), que tende a levar a um retraimento nessas migrações que perpassam o país. Isso porque, em primeiro lugar, determina-se a limitação das emissões de vistos humanitários às

lidário, cujo objetivo era “realocar pessoas que na condição de refugiadas foram assentadas em outros países e continuaram sofrendo perseguições, ameaças ou falta de integração no primeiro país de refúgio” (DOMINGUEZ; BAENINGER, 2006).

23 Tradução livre para o português: “uma das poucas rotas de saída que restam para afegãos que escapam do regime do Talibã” (ROSENBERG; COOKE; BOTTS, 2023).

embaixadas de Islamabad, no Paquistão²⁴, e Teerã, no Irã, de modo que nenhuma outra representação consular brasileira no mundo²⁵ está autorizada a fazê-lo (Art. 2º, § 1º). Além disso, o volume de vistos a serem concedidos passa a estar atrelado à capacidade de abrigamento de organizações da sociedade civil com as quais a União tem acordo de cooperação (Art. 3º, caput)²⁶.

São inegáveis os desafios que vêm marcando o acolhimento de afegãos no Brasil – cuja discussão não coube ser feita nesta ocasião, mas dos quais pode-se pelo menos mencionar, a título de ilustração, a recorrência de dezenas ou, por vezes, até centenas de migrantes pernitando nos saguões do Aeroporto Internacional de Guarulhos à espera de um quarto com cama para se acomodar (ver, por exemplo, PATRIARCA, 2023). Não é menos certo, porém, que restrições à mobilidade dessas pessoas não irão dirimir sua necessidade de emigrar, como o histórico levantado nas seções iniciais deste artigo suscita. Para muitos, residir no Afeganistão hoje, com todos os riscos à subsistência ou à própria existência – seja na dimensão individual de cada um ou enquanto sujeitos de uma cole-

tividade, especialmente no caso de minorias perseguidas –, talvez seja percebido como estar mais afastado do “Lar” (“*Home*”) do que a continentes de distância de onde nasceram e se criaram. No fim, parece haver pouca alternativa senão perseguir um lugar em que ao menos possamos perguntar a nós mesmos, pensando na volta para casa, “*Would I ever? Could I ever?*” (Ghobar, 2001)²⁷.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHAKZAI, Jamila. Pakistan’s farms, mines in trouble with Afghans pushed out. Deutsche Welle, December 15, 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/en/pakistans-farms-mines-in-trouble-with-afghans-pushed-out/a-67736498>. Acesso: 15 dez. 2023. ACNUR (Agencia de las Naciones Unidas para los Refugiados). Conoce algunos de los riesgos que puedes enfrentar si cruzas por el Darién hacia otros países de la región. [202-?]. Disponível em: <https://help.unhcr.org/panama/conoce-algunos-de-los-riesgos-que-puedes-enfrentar-si-cruzas-por-el-darien-hacia-otros-paises-de-la-region>. Acesso: 05 set. 2023. ACNUR (Agência das Nações Unidas para Refugiados). Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 Relativos ao Estatuto dos Refugiados. 2018. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Manual_de_procedimentos_e_crit%C3%A9rios_para_a_determina%C3%A7%C3%A3o_da_condi%C3%A7%C3%A3o_de_refugiado.pdf>. Acesso: 05 set. 2023. Adelkhah, Fariba; Olszewska, Zuzanna. The Iranian Afghans. Iranian Studies, Vol. 40, No. 2, Afghan Refugees (Apr., 2007), pp. 137-165. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4311887>. Acesso: 28 mar. 2023.

ADGHIRNI, Samy. Os iranianos. São Paulo: Contexto, 2014. AMNESTY INTERNATIONAL. Afghanistan: Taliban torture and execute Hazaras in targeted attack – new investigation. September 15, 2022. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2022/09/afghanistan-taliban-torture-and-execute-hazaras-in-targeted-attack-new-investigation>. Acesso: 12 out. 2023. Barfield, Thomas. What history can teach us about contemporary Afghanistan. Education about Asia, vol. 17, n. 2, 2012. Disponível em: <https://www.asianstudies.org/publications/ea/archives/what-history-can-teach-us-about-contemporary-afghanistan>. Acesso: 28 mar. 2023. Barlas, Ahmad Walid. Population Movements in Afghanistan: A Historical Overview, Migration Trends under the Taliban Regime, and Future Outlooks. MPRA Paper no. 114179, University of Greifswald, Germany; Samangan Higher Education Institute, Afghanistan, August 12, 2022. Disponível em: <https://mpr.ub.uni-muenchen.de/114179>. Acesso: 28 mar. 2023. BIRA, S. The Mongols and their state in the twelfth to the thirteenth century. In: UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). History of civilizations of Central Asia. Volume IV. The age of achievement: A.D. 750 to the end of the fifteenth century. Part One: The historical, social and economic setting. UNESCO Publishing: 1998, pp. 248-272. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000111664.xml=ht-tp://www.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl>. Acesso: 12 out. 2023. BRASIL. Portaria Interministerial MJSP/MRE No 40, de 22 de setembro de 2023. Diário Oficial da União, Edição 184, Seção 1, p. 49, 26 de setembro de 2023. BRASIL. Portaria Interministerial MJSP/MRE No 24, de 03 de setembro de 2021. Diário Oficial da União, Seção 1, pp. 146-147, 08 de setembro de 2021. CONECTAS. Nota pública sobre a Portaria Interministerial que dispõe sobre a concessão de vistos e autorização de residência humanitários para pessoas afetadas pela situação no Afeganistão. São Paulo, 26 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2023/09/Nota-publica-Porta-

taria-42_2023-3-1.pdf>. Acesso: 18 out. 2023. DOMINGUEZ, Juliana Arantes; BAENINGER, Rosana. Programa de Reassentamento de Refugiados no Brasil. Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu-MG, 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/242309212_Programa_de_Reassentamento_de_Refugiados_no_Brasil>. Acesso: 02 fev. 2024. Ferreira, Vanessa Cardoso. Demografia do Afeganistão: presente e futuro de treze províncias selecionadas. Tese (Doutorado em Demografia) – Departamento de Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFGM), Belo Horizonte, 2021. G1. EUA e Talibã assinam acordo, e tropas americanas e da Otan sairão do Afeganistão em 14 meses. 29 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/02/29/eua-e-afeganistao-anunciam-termos-de-acordo-sobre-retirada-de-tropas.ghtml>. Acesso: 18 out. 2023. Ghobar, Donia. Home. Lemar-Aftaab Afghan Magazine, 2001. Disponível em: <https://afghanmagazine.com/post/185265255289/home>. Acesso: 28 ago. 2023. GUNARATNA, Rohan. No interior da Al-Qaeda, Rede Global do Terror. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 2004. HUCAL, Sarah. Afghanistan: Who are the Hazaras? Al Jazeera, June 27, 2016. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2016/6/27/afghanistan-who-are-the-hazaras#:~:text=The%20Hazaras%20are%20said%20to,includin%20the%20predominant%20ethnic%20Pashtun.>. Acesso: 24 mar. 2023. IPC (INTEGRATED FOOD SECURITY PHASE CLASSIFICATION). Afghanistan: Acute Food Insecurity Situation for April 2023 and Projection for May - October 2023. May 15th, 2023. Disponível em: <https://www.ipcinfo.org/ipc-country-analysis/details-map/en/c/1156351/?iso3=AFG#:~:text=Around%2017.2%20million%20Afghans%20(40,4)%20levels%20of%20food%20insecurity.>. Acesso: 29 ago. 2023. IPC (INTEGRATED FOOD SECURITY PHASE CLASSIFICATION). Technical Manual Version 3.1. Evidence and Standards for Better Food Security and Nutrition Decisions. Rome: IPC, 2021. Disponível em: <https://www.ipcinfo.org/fileadmin/user_upload/ipcinfo/manual/IPC_Technical_Manual_3_Final.pdf>. Acesso: 29 ago. 2023. LATIFI, Ali M.; HOSSAINI, Fatimah. Afghan Hazara’s journey to Pakistan for work meets brutal end. Al Jazeera, January 6, 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/1/6/a-hazara-who-went-to-pakistan-for-work-meets-a-brutal-end>. Acesso: 12 out. 2023.

MOUSSALLI, Ahmad. Wahhabism, Salafism and Islamism: Who Is The Enemy? A Conflicts Forum Monograph, 2009. Disponível em: <<https://www.conflictsforum.org/wp-content/uploads/2012/03/Monograph-Wahhabism-SalafismIslamism1.pdf>>. Acesso: 02 fev. 2024. OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO. Banco Interativo – Números da Imigração Internacional para o Brasil. Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”/Universidade Estadual de Campinas (NEPO/UNICAMP), 2022. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional>. Acesso: 03 out. 2023. OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. SISMIGRA. Última atualização: agosto de 2023a. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401205-sismigra>. Acesso: 03 out. 2023. OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. STI. Última atualização: agosto de 2023b. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401206-sti>>. Acesso: 03 out. 2023. PAIXÃO, Mayara; MARRA, Renan. Paquistão anuncia expulsão de 1,7 milhão de afegãos, e migrantes buscam o Brasil. Folha de S. Paulo, 05 de outubro de 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/10/paquistao-anuncia-expulsao-de-17-milhao-de-afegaos-e-migrantes-buscam-o-brasil-shtml>>. Acesso: 12 out. 2023. PARTEM, Michael Greenfield. The buffer system in International Relations. The Journal of Conflict Resolution, vol. 27, no. 1, 1983, pp. 3-26. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/173841>. Acesso: 12 out. 2023. PATRIARCA, Paola. Com mais de 100 afegãos no aeroporto, Prefeitura de Guarulhos diz que espera governo federal analisar pedido para ser ‘cidade de fronteira’; entenda. G1, 30 de agosto de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/08/30/com-mais-de-100-afegaos-no-aeroporto-prefeitura-de-guarulhos-diz-que-espera-governo-federal-analisar-pedido-para-ser-cidade-de-fronteira-entenda.ghtml>. Acesso: 03 out. 2023. RASHID, Ahmed. Jihad: A ascensão do islamismo militante na Ásia Central. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. ROSENBERG, Mica; COOKE, Kristina; BOTTS, Jackie. Insight: Hundreds of Afghans risk 11-country trek to seek haven in United States. Reuters, February 1st, 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/hundreds-afghans-risk-11-country-trek-seek-haven-united-states-2023-02-01>. Acesso: 05 set. 2023. SIDDIQUE, Abubakar. Afghanistan’s ethnic divides. CIDOB (Barcelona Centre for International Affairs) Policy Research Project, January 2012.

Disponível em: <https://www.cidob.org/en/publications/publication_series/project_papers/stap_rp/policy_research_papers/afghanistan_s_ethnic_divides>. Acesso: 12 out. 2023. UN DESA (UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS). International Migrant Stock 2020. Population Division, 2020. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/pd/content/international-migrant-stock>. Acesso: 28 mar. 2023. UNHCR (UNITED NATIONS REFUGEE AGENCY). UNHCR’s Refugee Population Statistics Database. Last update: June 14, 2023. Disponível em: <https://www.unhcr.org/refugee-statistics>. Acesso: 30 ago. 2023. UNHCR (UNITED NATIONS REFUGEE AGENCY). Protracted Refugee Situations. Standing Committee, 30th meeting, 10 June 2004. Disponível em: <https://www.unhcr.org/media/protracted-refugee-situations>. Acesso: 28 ago. 2023. UNSDG (UNITED NATIONS SUSTAINABLE DEVELOPMENT GROUP). Finding common ground in Afghanistan’s fight against the climate emergency. November 8th, 2022. Disponível em: <https://unsdg.un.org/latest/blog/finding-common-ground-afghanistans-fight-against-climate-emergency>. Acesso: 03 out. 2023. USAFORUNHCR.ProtractedRefugeeSituations Explained. January 28th, 2020. Disponível em: <https://www.unrefugees.org/news/protracted=-refugee-situations-explained/#:~:text=Protracted%20refugee%20situations%20are%20those,more%20than%20five%20consecutive%20years.>. Acesso: 28 ago. 2023. U.S. DEPARTMENT OF STATE. Background note: Afghanistan. Bureau of South and Central Asian Affairs, November 2008. Disponível em: <https://2001-2009.state.gov/r/pa/ei/bgn/5380.htm>. Acesso: 28 de março de 2023. Wahab, Shaista; Youngerman, Barry. A Brief History of Afghanistan. Second edition. New York: Infobase Publishing, 2010. WAHID-UD-DIN; Syed; KHAN, Jahanzaib. The Third Anglo-Afghan War: A Critical Analysis. Balochistan Review, University of Balochistan, Quetta (Pakistan), vol. 44, 2019 (special edition), pp. 164-180. Disponível em: <http://web.uob.edu.pk/uob/Journals/Balochistan-Review/data/BR%20Special%20Edition%20Vol%2044/164-180%20The%20Third%20Anglo-Afghan%20War%20A%20Critical%20Analysis,%20Syed%20Wahid-ud-Din.pdf>. Acesso: 31 ago. 2023.

²⁴ Soma-se como agravante às restrições de mobilidade o anúncio, praticamente em concomitância com a adoção da Portaria Interministerial No 42/23 no Brasil, de uma “repatriação gradual” de afegãos no Paquistão, o que poderia afetar 1,7 milhão de migrantes presentes no território desse país (PAIXÃO; MARRA, 2023).

²⁵ Há de se lembrar que o Brasil não possui embaixada ou consulado no Afeganistão, justificando-se que solicitações por vistos e demais trâmites sejam invariavelmente feitos em outros países.

²⁶ O texto foi prontamente contestado com preocupação por parte de organizações da sociedade civil, da academia e associações de outra natureza, conforme expressado em Nota Pública datada de 26 de setembro de 2023 (CONECTAS, 2023).

²⁷ Tradução livre para o português: “Algum dia eu o faria? Algum dia eu poderia?” (Ghobar, 2001).



PERSPECTIVAS DIVERGENTES DE REFÚGIO: UM DIÁLOGO ENTRE EXPERIÊNCIAS CUBANAS NO BRASIL¹

ERIKA ANDREA BUTIKOFER
FÁTIMA CHAVES

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES - Código de Financiamento 001) - Portaria 206 de 04/09/2018.

Erika Andrea Butikofer
Doutoranda em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC (bolsista CAPES) e especialista em Direitos Humanos, Diversidade e Violência pela mesma instituição. Seus estudos focam em fluxos migratórios Sul-Sul, migração caribenha, alteridade e periferia. Co-fundadora do Coletivo Conviva Diferente, que desde 2014 atua com a população migrante dos novos fluxos em São Paulo, também é colaboradora em diversos grupos de estudos, incluindo o Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO - Unicamp), o Grupo de Estudos em Direitos Humanos e Relações Internacionais (GEDHRI - UFABC), o Grupo de Estudos e Pesquisa em Migrações Internacionais (MIGREPI - UFABC) e a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (UFABC).

Maria de Fátima Guedes Chaves
Doutora em Demografia (IFCH/ UNICAMP), colaboradora no Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/ UNICAMP) e no GT CEM-LABUR/ USP na Missão Paz. Atua no ensino de português para pessoas imigrantes e em situação de refúgio na Missão Paz.

INTRODUÇÃO

Nesta nota de pesquisa, salientamos, inicialmente, a importância do nosso envolvimento no grupo de estudos do Observatório das Migrações em São Paulo¹. Este espaço não apenas facilitou nossa conexão como pesquisadoras, mas também como educadoras envolvidas em projetos de apoio a migrantes na cidade de São Paulo².

Dentro desses projetos, voltados para o ensino da língua portuguesa a migrantes, algumas vezes acontece de desempenharmos um papel de orientação e apoio aos nossos alunos durante seu processo de adaptação à sociedade brasileira. Especificamente para este relato, acompanhamos de forma mais próxima os desafios enfrentados por alguns migrantes de origem cubana em seus processos de emigração da ilha natal e vinda ao Brasil, cujas experiências orientaram nossa pesquisa.

Os relatos apresentados a seguir têm como base as vivências

e as perspectivas de refúgio de Éder e Andrei³, compartilhadas na entrevista conjunta que realizamos com eles em novembro de 2023. Ambos chegaram nesse mesmo ano, em diferentes momentos, e se conheceram em São Paulo, na Casa do Migrante. Além dessa entrevista, ampliamos nossas fontes para este relato ao incluir um casal, Adriano e Manuela, que também passou pela Casa do Migrante no mesmo ano. Realizamos entrevistas adicionais com eles, buscando aprofundar nosso entendimento deste fluxo migratório, analisando outras perspectivas e experiências. Além disso, tivemos a oportunidade de participar de um evento público⁴ onde uma das palestrantes convidadas, Maria, compartilhou sua trajetória de vida, contribuindo para enriquecer e contextualizar ainda mais esta nota de pesquisa. Como pesquisadoras, nosso foco busca iluminar as razões, os percursos e as intenções/projetos de per-

manência no Brasil dessa população cubana de emigração recente, cuja busca pelo refúgio no Brasil tem se ampliado desde 2016⁵.

ENTREVISTA COM ÉDER E ANDREI, UM POUCO DE MARIA, ADRIANO E MANUELA

Nossos entrevistados, extremamente disponíveis quanto a participar da pesquisa, fizeram ressalvas às discussões políticas sobre Cuba, que gostariam muito de evitar. Isto posto, e feitos os eventuais ajustes e reformulações, a conversa teve início. No entanto, para nossa surpresa, ambos abordaram livremente questões políticas e sociais ao longo da conversa, compartilhando as razões por trás de seus pedidos de refúgio. Esses relatos serão detalhados nos parágrafos a seguir.

Andrei, um jovem de 28 anos de idade, é originário de Havana e traz consigo uma sólida bagagem acadêmica adquirida na Rússia. Além de falar fluentemente es-



panhol, russo, inglês e italiano, surpreendeu-nos ao conduzir a entrevista predominantemente em um português avançado, apesar de ter chegado ao Brasil em setembro daquele ano (2023). Ao lado dele, encontra-se Éder, natural de Holguín, embora residisse em Matanzas antes de migrar ao Brasil. Com seus 50 anos de idade, Éder possui uma formação técnica superior em Cuba e se define como um profissional da construção civil. Juntos, compartilharam suas experiências de forma descontraída, ressaltando suas trajetórias educacionais e profissionais com simplicidade e um toque de humor.

Apesar dos distintos momentos de chegada ao Brasil, das cidades de origem em Cuba e da diferen-

ça de idade entre eles, a amizade entre Andrei e Éder, os únicos cubanos abrigados na Casa do Migrante naquele momento, é notória. Ademais, a ligação com a Rússia é uma similaridade de suas histórias: apesar de Andrei não ter ascendência russa, construiu uma relação sólida com o país devido ao tempo que viveu e cresceu lá⁶ e considera tanto o espanhol quanto o russo como suas línguas maternas. No entanto, mesmo sendo filho de pai russo, Éder fala pouco a língua paterna, embora a compreenda melhor.

Explorando ainda mais a proximidade de Andrei e Éder com a Rússia, percebemos que suas conexões pessoais com o país desempenham papéis significativos em suas vidas. Éder, por exemplo,

mantém uma forte ligação com a Rússia que não se limita à sua ascendência, mas se estende à sua filha mais velha que lá reside. Em contrapartida, Andrei, ao decidir deixar a Rússia para evitar ser recrutado para a guerra contra a Ucrânia⁷, revela como as questões geopolíticas e os eventos mundiais afetam diretamente a vida dos migrantes. Essas experiências compartilhadas entre eles não solidificam apenas seus laços com a Rússia, mas também destacam a complexidade das histórias individuais que se entrelaçam na Casa do Migrante.

Outro aspecto que os une é a forma como chegaram ao Brasil. Ainda que suas chegadas no país se distanciassem por cerca de seis meses, Éder e Andrei enfrentaram

1 Destaca-se, neste contexto, a receptividade da instituição Missão Paz, local regular de nossos encontros mensais. O padre Paolo e a coordenadora do curso de português, Christina Magalhães, foram fundamentais para facilitar a obtenção de relatos valiosos de pessoas de origem cubana participantes dos cursos e da Casa do Migrante, afiliada à Missão Paz. Agradecemos sinceramente por essa colaboração significativa, que enriqueceu nossa pesquisa e atividades de campo.

2 Esses projetos abrangem distintas regiões da cidade. O primeiro é desenvolvido em Guaianases, pelo Coletivo Conviva Diferente, concentrando suas atividades no bairro do extremo leste, enquanto o segundo é oferecido na Missão Paz, situada na região central da Sé.

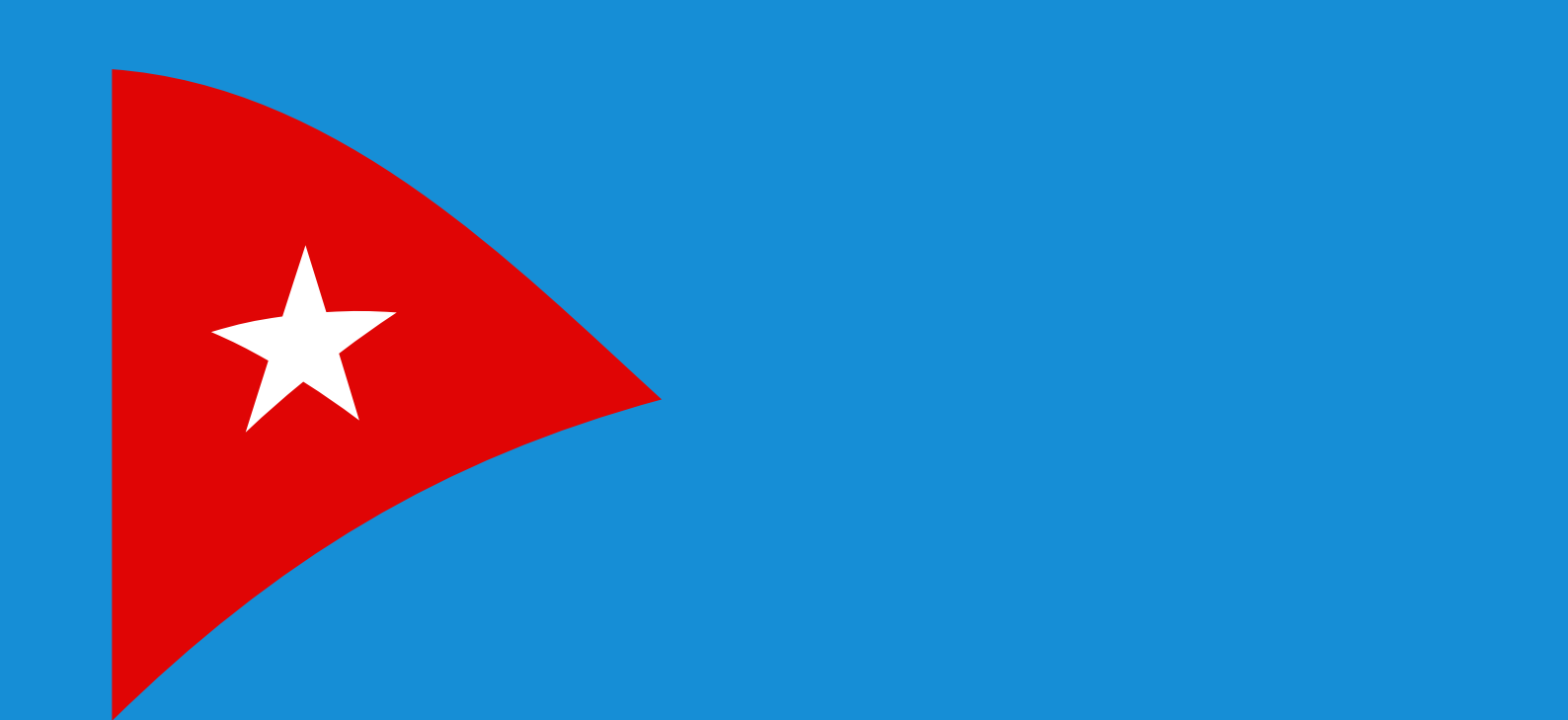
3 Em conformidade com os princípios éticos em pesquisa, utilizamos nomes fictícios para preservar a identidade de nossos interlocutores, mesmo que estes não tenham expressado objeção ao uso de seus nomes reais.

4 O evento em foco é o "Vozes: Trânsito para o Norte", ocorrido em 07/10/23 no Museu da Imigração, numa colaboração entre o Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP), Ministério Público do Trabalho e Observatório das Metrópoles (PUC/SP). Durante o evento, uma das palestrantes destacadas era uma mulher migrante, de origem cubana.

5 De acordo com o CONARE (Comitê Nacional para Refugiados), foram 2 as solicitações de refúgio em julho de 2013, quando teve início o programa Mais Médicos, cresce lentamente nos anos seguintes atingindo cerca de 120 em março de 2016, passa para 322 em novembro de 2018, ao final do convênio com Cuba no programa e chega a 466 em fevereiro do ano seguinte (G1, 2019). Em 2022, Cuba se coloca como o segundo país com mais solicitações de reconhecimento de refúgio, com 5484 pedidos (JUNGER DA SILVA et al., p.12, 2023).

6 Andrei experimentou duas fases distintas de sua vida na Rússia. Na primeira, durante a infância, compartilhou a vivência com seus pais dos 5 aos 12 anos de idade aproximadamente. Posteriormente, ele fez um retorno ao país europeu para cursar a faculdade e o mestrado, motivado pela percepção de que a educação em sua terra natal era excessivamente centrada em questões políticas, mesmo quando essas não estavam diretamente relacionadas às disciplinas acadêmicas.

7 Mais informações sobre o assunto podem ser consultadas em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ce9gwn02x6no>. Acesso em: 07/12.2023.



a extenuante travessia da Guiana até aqui⁸, de maneira similar a outros interlocutores que também passaram pela Casa do Migrante. A Guiana, além de fazer fronteira ao norte com os estados de Roraima e Pará, integra um grupo de países isentos de vistos para cidadãos cubanos ou não exige visto tornando-se um ponto de partida comum para alcançar o Brasil⁹. Eles realizaram a jornada por terra, partindo de Lethem, cidade guianense, em direção a Bonfim, localizada no lado brasileiro da fronteira, ao norte de Roraima. Conforme destacado por Pereira (2006, p.213) “o trânsito migratório naquela região, além de caracterizar os processos migratórios de pessoas, explica, também, os deslocamentos de mercadorias e de significados simbólicos de um

lado a outro entre esses Estados-nação”, criando assim um corredor migratório multifacetado. Éder percorreu a pé mais de 3 quilômetros para atravessar a selva. Em seguida, cruzou uma ponte na fronteira e, do outro lado, embarcou em um *minibus*. Em vez de seguir para Boa Vista, foi direto para Manaus e, de lá, para Porto Velho, em Rondônia, de barco. Com a intenção inicial de se dirigir a Florianópolis, devido às suas referências de zona de turismo e de muitas praias, teve de improvisar seu itinerário devido à falta de recursos financeiros. De Porto Velho, fez então o trajeto até Cuiabá. A ideia dele era trabalhar lá alguns dias e depois continuar viajando para Florianópolis. Mas acabou se estabelecendo em Cuiabá, onde pôde trabalhar de

março a outubro de 2023. Em 25 de outubro de 2023, Éder iniciou sua jornada rumo a São Paulo, atraído pelas oportunidades de emprego. A cidade foi escolhida também por sua localização estratégica, oferecendo acesso ao Aeroporto Internacional de Guarulhos, destaca ele. Essa escolha está intrinsecamente ligada ao objetivo maior de Éder: juntar recursos para trazer ao Brasil sua filha menor, que atualmente reside em Cuba. O desejo de reconstruir uma vida juntos no país motiva profundamente a busca de Éder por oportunidades em São Paulo, sendo o acesso ao aeroporto um elemento facilitador nesse processo. Andrei, por sua vez, começou sua jornada em Trinidad e Tobago com a esperança de obter refú-

gio político. Em uma subsequente conversa pós-entrevista, realizada via *WhatsApp*¹⁰, ele compartilhou que, após ter sido detido várias vezes em Cuba¹¹ e exposto sua situação publicamente através dos meios de comunicação e redes sociais, representantes do governo “ofereceram-lhe” a alternativa de deixar o país. Assim, sem planejar muito a viagem devido à urgência da situação, Andrei adquiriu uma passagem pela *Caribbean Airlines* em abril de 2023 para Trinidad e Tobago, tornando esse país seu primeiro destino. Em Trinidad e Tobago, logo percebeu que as condições para refugiados eram desafiadoras, pois, segundo ele, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) tinha uma presença mais simbólica e não conseguia lhe fornecer ajuda prática. Ele chegou a recorrer a greves de fome como forma de protesto em frente ao escritório do ACNUR. Por vezes efetivas, essas greves garantiam, no máximo, um lugar para dormir, evidenciando a extrema dificuldade e precariedade enfrentadas. Diante do risco iminente de deportação, Andrei tomou a decisão de seguir para a Guiana. Cada aspecto dessa jornada exigiu uma luta constante por condições

dignas e segurança. Até aquele momento, não havia planos de ir para o Brasil. A ideia de vir para cá foi repentina, pois ao seguir para a Guiana, o fez com o intuito de buscar ajuda para chegar ao Uruguai. As histórias de Éder e Andrei se entrelaçam, de certa maneira, com a de outros interlocutores que tivemos. No caso da família de Manuela e Adriano, a saída de Cuba aconteceu pela precariedade da vida, e o Brasil era o país de destino. A filha de Manuela partiu primeiro, em março de 2023, com seu filho, indo para Suriname e, ao chegar ao Brasil, se estabeleceu em Fortaleza, onde seria ponto de encontro da família, uma vez que os recursos eram poucos para a chegada em São Paulo onde pretendiam morar. Enquanto isso, o casal e o outro filho de Manuela permaneceram temporariamente em Cuba, tentando vender todos os seus bens e angariando recursos para a viagem. Após dois meses, depois de ter passado pelo Suriname, Guiana Francesa, Oiapoque, Belém e Fortaleza, finalmente, a família toda chegou em maio a São Paulo. Ao revelar sua experiência ao deixar seu país, Maria explicita com veemência seu desejo: era

preciso deixar Cuba, qualquer que fosse o destino escolhido. Numa dimensão de quase tragédia, a profundidade da angústia de Maria em relação ao seu país de origem foi evidenciada quando ela expressou, de maneira impactante, que se fosse deportada, preferiria ser jogada do avião a ter que retornar a Cuba. Fosse ela para países culturalmente diversos como “Arábia Saudita, Japão ou Haiti”, Maria sublinha que sua prioridade era deixar Cuba, mostrando sua extrema determinação em buscar uma nova vida, independentemente dos desafios enfrentados durante a jornada migratória. Enfrentando territórios desconhecidos e diversos perigos, cada um desses migrantes confrontou a escassez de recursos e/ou a fome persistente e suas narrativas convergentes enfatizam as adversidades sofridas durante suas trajetórias até o Brasil. O desejo comum de buscar um futuro melhor para si e os seus atuou como uma força motriz, impulsionando-os por essa travessia marcada por duras provas físicas e emocionais. Os dados constantes do relatório do OBMIgra (2023) confirmam esses percursos cruzando a Re-

8 Éder chegou à Guiana em fevereiro de 2023, e Andrei em setembro.

9 É fundamental destacar que todas as mensagens trocadas pelo WhatsApp, incluídas nesta pesquisa, contaram com o consentimento prévio dos entrevistados.

10 Para saber mais sobre o assunto, acesse: <https://www.prisonersdefenders.org/>. Acesso em: 12.12.2023.

11 Em 2022, o Brasil registrou um total de 50.335 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado. Notavelmente, a comunidade cubana emergiu como o segundo grupo mais expressivo nesse contexto, posicionando-se logo após os indivíduos provenientes da Venezuela. Esse cenário reforça a importância do Brasil como um destino buscado por aqueles que enfrentam situações de grave e generalizada situação de violação de direitos em seus países de origem, responsável por 82,4% do total de fundamentações, seguida por “Opinião Política”, que representou 10,9% desse total no ano de 2022 (OBMIgra, 2023).

gião Norte como dos mais afluentes. O estado de Roraima despontou como o principal polo de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado apreciadas pelo Conare em 2022, totalizando 17.181 pedidos, equivalente a 41,6% do total, seguido pelo Amazonas, com 4.685 solicitações (11,3%) e Acre, com 1.383 (3,3%). O total de solicitações provenientes de venezuelanos (18.435), haitianos (2.892) e cubanos (1.085) nessas três Unidades Federativas representaram 54,3% de todas as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado analisadas pelo Conare ao longo do ano de 2022 (OBMigra, 2023).

BRASIL COMO DESTINO POSSÍVEL

Éder compartilhou, durante a entrevista, sua visão sobre o Brasil como um destino atrativo para migrantes, especialmente para a comunidade cubana. Inicialmente planejava ir para os Estados Unidos, mas uma nova lei deste país, relacionada ao desemprego e à necessidade de ter alguém para acolhê-lo, mudou seus planos. Embora tenha família nos Estados Unidos, a falta de segurança em relação às condições naquele país o levou a repensar suas opções. Ele destacou ter lido na imprensa e na internet sobre os direitos

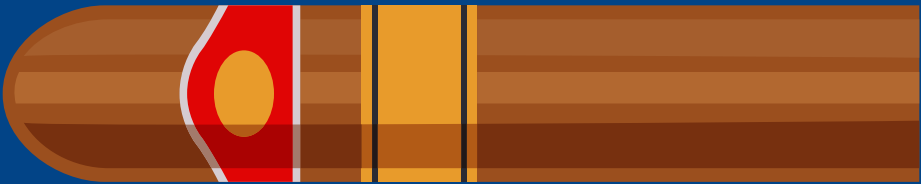
concedidos no Brasil para solicitar o protocolo de refúgio, o que o fez sentir-se mais seguro em buscar esse caminho. Andrei reforça essa perspectiva, sublinhando que muitos cubanos têm enfrentado obstáculos significativos ao chegar aos Estados Unidos, incluindo a ameaça iminente de deportação. Quanto às informações obtidas por Éder sobre as possibilidades de se estabelecer no Brasil, Andrei usou de seu próprio conhecimento e experiência revelando que, segundo as leis brasileiras, a solicitação de refúgio na fronteira é garantida por lei, e o acesso deve ser permitido. Todo o processo transcorre de maneira oficial e sem contratempos, um fato que pôde constatar pessoalmente. O cumprimento das leis brasileiras, que obrigam a concessão de entrada a quem busca refúgio na fronteira, é uma experiência relativamente fácil, garante Andrei. Esse aspecto específico influenciou diretamente sua decisão de permanecer no Brasil, pois ele tem conhecimento de que, segundo a legislação brasileira, uma vez solicitado o refúgio, a segurança, mesmo que provisória, está garantida¹².

Explorando a temática sobre o acesso à internet mencionada anteriormente pelos entrevistados, Santos (2021), em sua tese de doutorado, aprofunda a discussão

ao explorar a centralidade das redes sociais. Ela argumenta que

...esse crescimento da penetração da internet na ilha se vincula diretamente com o papel ativo da diáspora no financiamento e subsídio das conexões domésticas e pessoais de familiares e amigos residentes no país, porém também com a reconfiguração do padrão migratório cubano e a tendência à circularidade na mobilidade impulsados pela reforma migratória de 2013 (AJA et al., 2017) que dinamizaram a economia interna do país a partir da entrada de divisas do exterior e o aumento nas importações que essas mobilidades dos cidadãos geraram (Santos, 2021,p 45).

Pode-se perceber a crescente popularidade da informação digital¹³ na influência exercida por cubanos residentes no Brasil, motivando a comunidade cubana a considerar o Brasil como uma alternativa viável. A expectativa é de um aumento substancial no número de cubanos que escolhem o Brasil como destino, uma escolha que ultrapassa a esfera dos profissionais da saúde, assegura Andrei. Ademais, esclarece que a busca por alternativas mais seguras têm levado os cubanos a explorar países como o Brasil e outros países da América Latina. Ele destaca as dificuldades enfrenta-



das nos Estados Unidos e na Europa, em relação aos refugiados, estabelecendo um contraste com as oportunidades de emprego e as vagas disponíveis no Brasil. Esse cenário influencia diretamente a decisão de muitos cubanos, que, como Andrei, valorizam as perspectivas de trabalho e, principalmente, os direitos, oferecidos pela legislação brasileira em relação aos solicitantes de refúgio.

As razões que impulsionaram Éder a migrar não se restringem exclusivamente a questões políticas; são, sobretudo, econômicas. Durante a entrevista, ele compara que o salário básico em Cuba, quando convertido para reais, equivale a cerca de 85 a 100 reais

por mês, números que ele enfatiza não serem fabricados, mas uma realidade inegável. Mesmo evitando debates políticos, ele prefere expor a verdade sobre o que o motivou a migrar, algo semelhante ao que muitos outros cubanos almejam: uma vida melhor.

Andrei destaca que para os jovens em Cuba, assim como ele, as perspectivas de futuro são limitadas. Essa realidade é corroborada por Iramina (2017), que afirma que a juventude cubana enfrenta dificuldades para conseguir trabalho nas áreas de sua formação. Consequentemente, “a emigração é uma das formas de solucionar essa situação, e isso pode ser observado na composição social

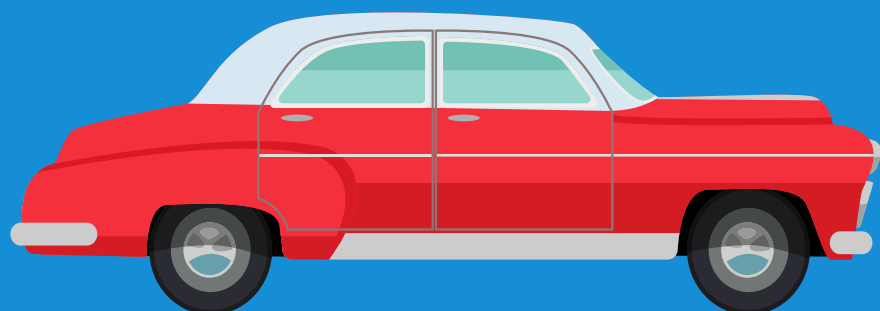
dos cubanos que estão emigrando atualmente — em sua maioria, jovens brancos com boa qualificação técnica ou universitária¹⁴” (IRAMINA, 2017, p.47).

Com certa consternação, Andrei comenta que pessoas mais velhas que ele, que se dedicaram aos estudos, vivem em condições extremamente precárias. Na sua fala destaca que muitos cubanos que optam por vir para o Brasil possuem formação acadêmica; são aspirantes a melhores oportunidades e prosperidade econômica, algo naturalmente almejado pela maioria dos jovens cubanos. Em seu país, a falta de emprego é um dado incontestável, sendo comum encontrar trabalhos ou empregos que oferecem meros

12 Dados oficiais do Anuário Estatístico de 2022 registram 7.517.400 usuários ativos de internet no país (ONEI, cap.17, p.5, 2023).

13 Compondo esse panorama, e para além dessa emigração qualificada de população em idade produtiva, Cuba enfrenta um desafio demográfico significativo, apresentando o nível de envelhecimento mais alto da América Latina. De acordo com dados da agência de estatísticas cubana, a

14 Ver mais informações em: <https://visaindex.com/pt/requerimento-de-visto/paises-que-nao-precisam-de-visto-para-o-passaporte-cuba/>. Acesso em: 18.jul.2024.



100 reais por mês. Isso implica que o salário mensal é suficiente apenas para cobrir as despesas dos primeiros dois ou três dias do mês, uma circunstância que os entrevistados nos expõem com grande indignação.

PERCEPÇÕES SOBRE O REFÚGIO: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de encerrarmos a entrevista, Éder solicitou que compartilhássemos sua perspectiva sobre a condição dos cubanos no Brasil. Ele expressa o desejo de que possamos contribuir para auxiliar os futuros migrantes de Cuba, destacando o diferencial no tratamento em comparação com os venezuelanos. Ele ressalta que, apesar das similaridades na busca por oportunidades, os cubanos enfrentam dificuldades ao solicitar refúgio, especialmente devido à preocupação em perder contato com a família que ficou na ilha. Propõe, então, a viabilidade de conceder aos cubanos a opção de solicitar residência temporária, em um processo semelhante ao concedido aos

venezuelanos, distinguindo entre aqueles que buscam refúgio por motivos políticos e os que o fazem por razões econômicas. Destaca como essa alternativa beneficiaria os indivíduos e teria impactos positivos nas economias brasileira e cubana. Apresenta exemplos práticos, como a possibilidade de estabelecer negócios, enviar mercadorias para Cuba, contribuindo assim para o desenvolvimento de ambos os países.

Além das observações de Éder, outras vozes que tivemos a oportunidade de ouvir convergem para essa mesma inquietação compartilhada: a discrepância no tratamento dispensado pelo governo brasileiro aos cubanos em comparação com os venezuelanos. Maria, participante do evento no Museu da Imigração, também delineou sobre as diferenças percebidas em seu próprio tratamento em relação a outros grupos de migrantes, como venezuelanos e haitianos. Ela descreveu a sensação de ser cubana como um obs-

táculo, destacando como frequentemente se deparava com portas que pareciam se “fechar” para ela.

Esta narrativa, proveniente de diferentes vozes, tem chamado nossa atenção, revelando uma disparidade no processo de compreensão do conceito de refúgio e no reconhecimento desse status no país. As perspectivas de Maria e Éder (além de outros interlocutores não contemplados nesta nota de pesquisa) destacam os desafios burocráticos e simbólicos que influenciam suas experiências, indicando a necessidade de uma investigação mais aprofundada sobre o tema.

Além disso, é relevante considerar o contexto político bilateral entre Brasil e Cuba, destacando o período de distanciamento durante o governo Bolsonaro e a retomada de relações sob o terceiro governo de Lula. Essas mudanças têm o potencial de moldar diretamente a percepção e o tratamento dos migrantes cubanos no Brasil, sublinhando a importância de en-

tender os impactos dessas dinâmicas históricas e políticas.

Com base em nossa experiência com as aulas de português para migrantes, pudemos confirmar um maior nível de escolaridade entre os cubanos. Vários que nos procuraram possuíam nível técnico ou universitário, e nenhum tinha menos do que o fundamental completo. Esse perfil nos faz pensar na urgência na implementação de políticas mais inclusivas, como a facilitação de revalidação e reconhecimento de diplomas e a ampliação da oferta de cursos de português com certificação reconhecida.

É importante notar que mesmo esta pequena amostra revela que nem todos os cubanos se enquadram na categoria oficial de refúgio, embora a utilizem como uma via para permanecer legalmente no Brasil. Especialmente para os cubanos, essa distinção enfatiza a necessidade de abordagens mais flexíveis no processo de acolhimento.

Para eles, o status de refúgio apresenta dimensões sociais e simbólicas únicas, diferenciando-se de outros países devido às suas particularidades históricas. A implementação de um programa de ampliação de status migratório, que incluía possibilidades de acolhida humanitária ou vistos de residência, além das opções de refúgio, permitiria uma melhor integração e reconstrução de vida para aqueles que buscam abrigo no Brasil.

Por fim, contribuições futuras podem se voltar para a análise

das percepções sociais e simbólicas sobre o status de refúgio e como as políticas migratórias influenciam a experiência dessa população migrante, tanto no Brasil quanto em Cuba.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A REDE de tráfico humano que promete emprego a cubanos e os leva para lutar pela Rússia na Ucrânia. BBC News, Brasil, 6 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/ce9gwn02x6no>>. Acesso em: 07.dez.2023.

IRAMINA, Carlos. Como a juventude se relaciona com a revolução? Cuba no século XXI: dilemas da revolução. SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos; VASCONCELOS, Joana Salém; DES-SOTTI, Fabiana (Orgs). Ed. Elefante, 2017.

JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; LEMOS SILVA, Sarah; TONHATI, Tania; LIMA COSTA, Luiz Fernando. Refúgio em Números 2023. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2023. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/imagens/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Ref%C3%BAgio_em_N%C3%BAmeros/Ref_em_n%C3%BAmeros_-_Resumo_Executivo_.pdf>. Acesso em: 15.jan.2024.

LOPES, Gabriel Vera. Cuba enfrenta desafio demográfico com nível de envelhecimento mais alto da América Latina. Brasil de Fato, Internacional, Havana, 12 de novembro de 2023. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2023/11/12/cuba-enfrenta-desafio-demografico-com-nivel-de-envelhecimento-mais-alto-da-america-latina>>. Acesso em: 21.jan.2024.

SANTOS, Deborah Rodriguez. Cubaleiros nas mídias digitais: fluxos narrativos e trânsitos identitários de cubanos no Brasil. 2021.Tese (Doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

PEREIRA, Mariana Cunha. Processos migratórios na fronteira Brasil-Guiana. Dossiê Migração, Estudos avançados. 20, 2006.

PRISONERS DEFENDERS. 16 Nuevos presos políticos elevan la cifra total en Cuba a 1.062. Disponível em: <<https://www.prisonersdefenders.org/>>. Acesso em: 12.dez.2023.

VIDIGAL, Lucas. Pedidos de refúgio de cubanos quase triplicam após saída do Mais Médicos. G1, Mundo, 14 de julho de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/07/14/pedidos-de-refugio-de-cubanos-quase-triplicam-apos-saida-do-mais-medicos.ghtml>>. Acesso em: 08.dez.2023.



MIGRANTES E AGENTES INTERMEDIÁRIOS: EXPLORAÇÃO E FACILITAÇÃO DOS PROJETOS MIGRATÓRIOS DO HAITI PARA O BRASIL

WISNEL JOSEPH

Wisnel Joseph
Doutorando em Planejamento e Gestão do Território na Universidade Federal do ABC/SP. Sua pesquisa foca nos processos de integração sociocultural e territorialidade de algumas comunidades migrantes haitianas em Santa Catarina, São Paulo e no Rio de Janeiro. O pesquisador se formou em Geografia, Ambiente e Planejamento Territorial pela Université d'Etat d'Haiti (UEH)-Campus Henry Christophe de Limonade e concluiu mestrado em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Desde 2023, é pesquisador ativo do Observatório das Migrações em São Paulo. Entre 2021 e 2022 foi pesquisador no Instituto Maria e João Aleixo (IMJA) no Rio de Janeiro no âmbito do Projeto de Desenvolvimento e Igualdade através da Migração-MIDEQ.



INTRODUÇÃO

Desde a sua independência, em 1º de janeiro de 1804, o Haiti vive cenários diversos ligados a embargos econômicos, instabilidade política, crises econômicas, sanitárias, ambientais, educacionais, sociais, e corrupção que enfraquecem rigorosamente sua economia e dão espaço à violência, levando o país a múltiplos casos de intervenções de segurança militar por parte da Organização das Nações Unidas(ONU), a mais recente das quais, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti(MINUSTAH), de 2004 a 2017 coordenada pelo Brasil e aquela que acaba de ser votada no Conselho de Segurança da ONU em 2 de outubro de 2023, que provavelmente será liderada pelo Quênia nos próximos anos.

Após essas diversas crises, agravadas ainda pelos danos do terrível terremoto de 12 de janeiro de 2010, o Brasil tornou-se um dos destinos preferenciais de milhares de haitianos a partir do mesmo ano. Desde então, isso causou um movimento incomum na tríplice fronteira Norte (Brasil, Colômbia e Peru), especialmente na cidade de Tabatinga, no estado do Amazonas, e nas fronteiras compartilhadas com a Bolívia e o Peru, na cidade de Brasiléia, no estado do Amazonas (Joseph, 2017). Conforme Fernandes et al. (2014), naquela época, os imigrantes não precisavam de visto para transitar pelo Peru e Equador. Então, eles

seguiram uma trajetória aérea até esses algum desses países e, daí, partiam para chegar às fronteiras do Brasil por via terrestre ou fluvial, utilizando diferentes estradas, pontes, hidrovias, entre outras infraestruturas, dependendo da facilidade de transporte e o interesse dos coioetes.

Enquanto isso, o processo migratório tornou-se mais difícil para quem desejava entrar no Brasil devido às diversas preocupações do sistema administrativo do Haiti na entrega de documentos de viagem, especialmente concentrado na capital Porto Príncipe. As dificuldades burocráticas ou mesmo o sistema de corrupção existente em torno deste processo têm levado os migrantes a procurar agentes intermediários para ajudar não só na aquisição dos documentos mas também na facilitação da sua chegada ao Brasil.

De fato, os agentes intermediários, como o termo sugere, funcionam como intermediários entre os clientes e as instituições às quais os serviços são procurados. Por um lado, são pessoas que trabalham no setor informal, em rede com funcionários públicos e instituições diplomáticas comumente chamadas de raketè em crioulo haitiano (racketeer, em inglês), pagos por serviços relacionados à aquisição de passaportes, certidão de nascimento, agendamento de visto tanto na Organização Internacional para as Migrações (OIM) como na embaixada do Brasil em

Porto Príncipe, no Haiti. Por outro lado, são agências de viagem que ajudam nas compras de passagens aéreas e, organizações voluntárias brasileiras que atuam em movimentos sociais, instituições como a Cáritas e Igreja Católica etc. que fazem parte do movimento de acolhimento não só aos imigrantes haitianos, mas a todas as pessoas em situação de deslocamento.

Neste trabalho, estamos interessados nas relações entre migrantes e agentes intermediários e, também, na percepção dos primeiros acerca dos serviços oferecidos pelos últimos no decorrer do processo migratório. Buscamos responder às seguintes perguntas de pesquisa: em que momento do processo migratório o migrante contactou o agente intermediário? Como ele conheceu esse agente? Quanto pagou pelos serviços solicitados a ele, e como foi a experiência? Com objetivo de fornecer melhores informações sobre esse assunto, buscamos testar a hipótese de que alguns imigrantes percebem o trabalho dos agentes intermediários como bom porque conseguiram entrar no Brasil, apesar do custo e outros consideraram inseguras as viagens e se sentem abusados pelos valores cobrados no processo.

A metodologia deste capítulo consiste na análise de dados qua-

litativos sobre a relação existente entre migrantes e agentes intermediários da migração haitiana no Brasil. Os dados foram coletados entre setembro e outubro de 2021 pelo Instituto Maria e João Aleixo (IMJA) no âmbito do Projeto Migração para o Desenvolvimento e Igualdade (MIDEQ)¹ no qual fui pesquisador associado. Empregou-se uma metodologia qualitativa que abordou vários métodos e técnicas de coleta de dados como entrevista, survey e grupo focal (Iglesias; Alfinito, 2006). Neste trabalho foram empregadas duas técnicas: entrevistas individuais semiestruturadas e grupos focais. As entrevistas foram realizadas em língua portuguesa em cinco estados brasileiros: Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Santa Catarina (SC), Paraná (PR) e Rondônia (RO) e os grupos focais foram realizados em SP, RJ e RO. Todos os nomes usados para identificar os participantes no trabalho são fictícios.

Para isso, dois públicos distintos foram pesquisados: primeiro, 13 migrantes haitianos foram entrevistados, sendo 9 homens e 4 mulheres, sobre as relações que eles mantiveram com os agentes intermediários no seu processo de deslocamento ao Brasil e suas experiências. Em segundo lugar, 18 agentes intermediários que operam na migração haitiana

no Brasil, repartindo em 2 brasileiros e 16 imigrantes haitianos identificados como 16 homens e 2 mulheres. Os grupos focais foram feitos com os migrantes haitianos. No total, o estudo contou com 31 participantes e seu objetivo foi compreender melhor o papel dos intermediários na viagem dos imigrantes, as relações mantidas bem como a percepção dos migrantes sobre o trabalho dos intermediários.

OS AGENTES INTERMEDIÁRIOS E A ROTA/WOUT MIGRATÓRIA DOS IMIGRANTES HAITIANOS NO BRASIL

A imigração haitiana no Brasil pode ser estudada a partir de suas duas etapas: primeiro, os solicitantes de refúgio (2010-2012), que cruzaram principalmente as fronteiras do Brasil com a Bolívia, Colômbia e Peru por via terrestre ou fluvial. Segundo, aqueles que chegaram com posse do visto de acolhida humanitária. Este documento foi criado pela Resolução Normativa (RN) nº 97, de 12 de janeiro de 2012, do Conselho Nacional de Imigração (CNIg)² em resposta às chegadas massivas de haitianos à fronteira solicitando refúgio, solicitação na qual foi recusada por não se enquadrar nos requisitos definidos em Lei e Convenções Internacionais (Fer-

¹ Este trabalho foi financiado pelo UKRI Global Challenges Research Fund (GCRF) [Referência da concessão: ES/S007415/1]. O GCRF é um fundo quinquenal de 1,5 mil milhões de libras que visa resolver os problemas enfrentados pelos países em desenvolvimento.

² <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/1541>. Acesso em: 06 out. 2023.

nandes e Castro,2014). O pedido desse visto buscava aliviar essa demanda por refúgio na fronteira, pois poderia ser feito tanto no Haiti quanto em outros países de trânsito (República Dominicana, Equador, Peru e também Bolívia, emitido pelas embaixadas brasileiras), possibilitando que os migrantes haitianos já estivessem documentados antes de entrar no Brasil (Tonhati et al. 2014, Fernandes & Faria,2016).

A disfunção das instituições estatais somada com a corrupção institucional fortalece o trabalho dos chamados intermediários ou raketê no Haiti. Na ausência de um sistema informatizado de armazenamento de dados, os cidadãos haitianos sofrem de graves problemas de registo de documentos e de erros nos registros civis. Esta fragilidade no registo civil do sistema estatal haitiano faz com que, conforme Bertin e Drogue (2012), os documentos dos migrantes haitianos em territórios franceses (Guadalupe, Martinica, Guiana Francesa e Santa Lúcia) sejam frequentemente “suspeitos de irregularidades ou mesmo de falsificação pelas autoridades francesas”. OS autores acreditam que “o sistema haitiano nunca conseguiu registrar todos os nascimentos de um ano, nem fornecer sem dificuldade uma cópia da certidão a quem dela necessita”. Por incompetência e ética

profissional, “os agentes cometem erros nos registros” e deixam “aos solicitantes a pagar pelas correções”, estimam os autores. Num contexto de centralização dos serviços estatais, as instituições reguladoras desses problemas nos registros civis estão todas localizadas em Porto Príncipe, o que dificulta o acesso dos cidadãos de outras províncias, razão pela qual os intermediários são quase indispensáveis na ausência de atuação competente do Estado. Durante a realização de um grupo focal, o imigrante Job declarou:

Em 2005, para resolver um documento você precisava ir em Porto Príncipe - na época, a gente deixava alguém resolver o caso para nós [yon moun regle dosye a pou ou] porque tinha muitas pessoas na frente das instituições públicas ou na frente do escritório do Diretor. Sempre precisa ter um contato bom para te ajudar [yon bon kontak], de ter uma boa rede [rezo]. Problema é o estado haitiano, pois não tem possibilidade de obter seus documentos sem passar por alguém, por um intermediário (RJ-Job, no Brasil desde 2010).

Após a obtenção do passaporte, inicia o processo da viagem. Matéria publicada no jornal UOL por Victória Damasceno em 29/09/2019³, informou que membros da embaixada do Brasil no Haiti foram alvos de investigação

do Ministério Público (MP) do Brasil por denúncias de venda ilegal de agendamento de visto. Segundo a matéria, o preço pedido variava entre USD 300,00 e USD 1.500,00 por um serviço que formalmente não ultrapassava US\$ 100. Thays foi uma das vítimas desse crime organizado e pagou muito dinheiro para comprar seu visto por meio de um agente intermediário.

Eu tentei durante meses para tentar fazer o procedimento. Não deu certo. O meu pai tentou. A gente tentou ligar para agendar, fazer de tudo, mandou e-mail e não foi possível até que um dia um amigo foi, deu uma referência para o meu pai que era, tipo, um intermediário, ou seja, alguém que trabalha dentro do consulado, só que não ia ser da via de uma maneira legal. Seria, tipo, uma coisa ilegal que você pagava a pessoa para fora porque, na época, o visto custava cem dólares e a pessoa estava pedindo três mil, 2500 dólares. Você paga e ele te ajuda a tirar o visto daqui a três meses. Foi e deu certo assim, mas a que custo porque em um país que mal tem trabalho você paga 2500 dólares para tirar um visto que era para ser cem dólares (PR-Thays, 29 anos, no Brasil desde 2014).

O depoimento de Thays salienta dois aspectos importantes: primeiro, a utilidade dos intermediá-

rios — uma vez que ela obteve o visto mesmo que tenha pago caro para obtê-lo —; segundo, a ilegalidade do serviço e o abuso do processo de cobrança de taxas, que explicitam a existência de um sistema informal e mafioso, o qual traz prejuízos e riscos aos migrantes, que pagam os seus impostos e a quem os serviços deveriam ser prestados com qualidade e respeito. Observou-se também que à medida que a situação sociopolítica e de segurança se agrava no Haiti, aumenta o número de pessoas que querem sair do país e o trabalho dos intermediários torna-se mais importante, mais procurado e ainda mais caro.

Para melhor atender às expectativas do público, em 2015, a Organização Internacional para as Migrações (OIM)⁴, por meio de um acordo com o Brasil, tornou-se responsável pela gestão da concessão do visto temporário de acolhida humanitária (VITEM III), por meio do estabelecimento de um domínio de acesso online do Centro de Recepção de Pedidos de Visto para o Brasil (CAVB — sigla em francês) hoje ao preço de US\$ 605. No entanto, os mesmos problemas persistem e é quase impossível agendar uma entrevista sem pagar internamente alguém para o fazer. Alguns entrevistados relataram a presença de

³ <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/09/23/mpf-investigacao-pagamento-de-propina-da-embaixada-do-brasil-no-haiti.htm> Acesso em: 02 out. 2023.

⁴ <https://haiti.iom.int/fr/cavb>. Acesso em: 03 out. 2023.

⁵ <https://haiti.iom.int/fr/frais-de-traitement> Acesso em: 18 nov.2023.

raketè perante a OIM, instituições públicas e outras entidades que oferecem os seus serviços. Uma das participantes disse que não foi seduzida por um intermediário graças à sua inteligência, mas confirmou que estão tentando enganar a vigilância popular:

Graças a minha inteligência por-que tem muito roubo, muita gente que diz: “Pagamento 200 dólares, 300 dólares”. Eu dizia a eles que não tinha nada para pagar. As pessoas que moram lá no Haiti fazem essas coisas. Lá na Embaixada, muitas pessoas, muito “vagabundo” que ficam do lado de fora, falam mentiras: “Dá 300 dólares para organizar, dá 200. Tem que me dar 500 dólares”; tem gente que vem de outras cidades, procurando visto, gastando muito dinheiro. É muito complicado o Haiti. Toda costa tem corrupção, muita.(SC-Aline-55 anos, no Brasil desde 2016).

Na pesquisa, o intermediário da migração é entendido como um termo polissêmico que opera no Haiti, no Brasil e em países de trânsito. Eles são divididos em várias categorias para diferentes serviços, dependendo do local e do contexto. As estratégias de circulação de seu trabalho são feitas “boca-a-boca” e nas redes sociais (facebook, instagram, whatsapp) e youtube para alcançar o público. Para atrair mais pessoas, conforme Fernandes e Faria (2016), os coiores vendiam a ideia de que “a

crise econômica não afetou o Brasil, há carência de mão de obra e empregabilidade instantânea no país, cujo salário pode chegar a R\$ 4.000”. Essa mesma informação foi revelada no trabalho de Tobias Metzner (2014) em um grupo focal onde a maioria de seus participantes admitiu ter ouvido falar do Brasil “mais por meio de indivíduos do que de fontes de notícias”. Segundo o autor, o entendimento generalizado dos migrantes construído a partir do que se dizem é que no Brasil “existem oportunidades de trabalho para trabalhadores não qualificados, é fácil obter visto e o pressuposto é que não deportam imigrantes irregulares.”

As categorias de intermediários são divididas em despachantes e agentes de viagem, que geralmente são migrantes haitianos no Brasil que auxiliam na aquisição de documentos e na compra de passagens aéreas em território brasileiro; raketè, que são facilitadores irregulares junto a instituições no Haiti, inclusive na Embaixada do Brasil, para a aquisição de vistos a preços altos, passaportes e outros documentos importantes. Por fim, há os guias/coiores que são responsáveis pelo trajeto da fronteira até o destino final a preços altíssimos.

Vale destacar também o trabalho de algumas ONGs/voluntários que foram citados nos grupos focais, ajudando a integrar os migrantes na sociedade e no mercado de trabalho, oferecendo kits de

alimentos em território brasileiro. De modo geral, essas organizações não cobram pelos serviços prestados, e se eventualmente for o caso, para compensação de despesas de internet.

Ao longo do caminho (wout la), os migrantes são expostos a casos de extorsão, roubo e estupro. Reclamam das situações de subornos e ofensas sofridas por agentes de fronteira do Peru e da Bolívia, situação analisada no trabalho de Cotinguiba e Cotinguiba (2016) em que migrantes relataram ter sido “presos, extorquidos, roubados, torturados, estuprados” e outros foram forçados a pagar policiais peruanos para se libertarem da prisão. Alimentar o sonho de melhores condições de vida força os imigrantes a se renderem cegamente às mãos de coiores em viagens caras e perigosas, deixando várias cicatrizes para sempre em suas vidas.

DA PERCEPÇÃO DOS IMIGRANTES AO TRABALHO DOS AGENTES INTERMEDIÁRIOS

Recordamos que os serviços de agentes intermediários da migração são solicitados por quem pretende embarcar numa viagem ou por quem necessita de assistência ao chegar ao país de acolhimento. Nesse sentido, as interpretações se dividem, alguns percebem os intermediários como vendedores de serviços, oportunistas, assim como outros os veem como

alguém que ajuda a realizar um sonho, auxiliando na reunião familiar e na regularização do seu documento. A maioria dos participantes considera abusivas as tarifas cobradas pelos intermediários e alguns queixam-se da falta de colaboração da sua parte quando o dinheiro ou a comida acabam no meio da rota/wout migratória.

Existe um sentimento de desconfiança entre os migrantes em relação ao trabalho dos intermediários, uma vez que se trata de transações informais, irregulares e ilegais, sem qualquer possibilidade de receberem um recibo das transações. Alguns acreditam que os intermediários podem fornecer documentos falsos aos migrantes dificultando a sua entrada no Brasil e cortar todo o contato com eles depois de o dinheiro já ter sido pago. Outros migrantes acreditam que aqueles que cobram muito dinheiro aos imigrantes não são dignos de serem chamados “ajudantes” da comunidade haitiana. Falando disso, os migrantes revelaram que o valor cobrado para uma viagem para o Brasil por um intermediário dependendo da situação pode variar entre USD1.500,00 a USD 3.000,00. Esses valores cobrados foram revelados em outros estudos com variação entre USD 100,00 a 5.000,00; dinheiro geralmente tomado de empréstimo pelos migrantes (Metzner,2014). Assim, o trabalho de Fernandes e Castro (2014) revelou ainda um gasto em média de USD 2.912,72 no trajeto

dos migrantes com indicações mais alta que chegam a ultrapassar mais de USD5.000,00 no qual 20% de seus participantes contraíram dívidas para financiar a viagem.

As análises demonstraram que não há orgulho nos olhos dos migrantes na sua relação com os agentes intermediários. Como os serviços do Estado e de outras entidades são de difícil acesso, não existe outra opção senão recorrer a um intermediário, mas estando cientes da irregularidade do processo e os riscos que correm. Os elevados custos cobrados pelos intermediários causam nos migrantes uma percepção de oportunismo, segundo a qual eles tiram vantagem de quem procura os serviços. A maioria dos migrantes participantes na pesquisa afirmou que nunca mais tomaria as mesmas decisões e que não recomendaria este tipo de viagem a ninguém, pois é abusiva e perigosa. Podemos dizer que grande parte da exploração cujo muitos migrantes foram vítimas é decorrida na falta de informação por parte das autoridades competentes sobre os perigos da migração irregular. Esta falta de informação sobre os requisitos e os meios para obtenção de visto de entrada/ permanência no Brasil (Peraza-Breedy e Lussi,2014) leva os migrantes carentes a aceitar propostas exploratórias de intermediários sem levar em conta as consequências.

Portanto, pelo fato de ser um



processo considerado ilegal pelos migrantes, muitos não querem recomendá-lo a outros, sob medo de que se caso algo der errado para não ser responsabilizado. Embora que, alguns acreditam em casos de necessidade, mesmo sabendo da irregularidade que existe em torno dele, quem precisa, deve pagar pelo serviço. Isso foi o caso do migrante Junior de 34 anos que chegou ao Brasil em 2013, nativo de Saint-Marc, no departamento Artibonite, no Haiti. Com sonho de viajar para o Brasil, lembrou que pagou entre USD 1.500,00 a 2.000,00 da República Dominicana para o Brasil. Uma das melhores coisas da viagem de Junior foi que ele conseguiu chegar ao Brasil, pois diz ele que, alguns outros haitianos foram mandados de volta ao chegar ao Equador por alguns problemas relativos à documentação: “para mim a melhor coisa que tem é chegar no destino final”. O gasto de dinheiro extra foi apontado como a pior coisa da viagem e por esse motivo Junior diz que não repetiria a mesma experiência de viagem como fez em 2013, pois já entendeu como é o melhor jeito para poder viajar e que importante que se tente fazer “de forma legal, de forma correta”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lembrando que este capítulo teve como objetivo destacar as relações entre os migrantes haitianos no Brasil e os agentes intermediários e analisar a percepção

dos primeiros sobre o trabalho dos últimos. Os agentes intermediários tiveram uma importância considerável no processo migratório de muitos migrantes haitianos no Brasil. Sejam eles legais ou ilegais, seu serviço tem como objetivo auxiliar os migrantes na aquisição de documentos de viagem, retirar seu visto nas entidades consulares do Brasil no Haiti e ajudar na integração na sociedade brasileira, no mercado de trabalho e na aquisição de documentos na Polícia Federal(PF) do Brasil. O protagonismo desses agentes intermediários no Haiti se deve à corrupção, à disfunção das instituições estatais haitianas e entidades relacionadas em assumir compromissos de servir suas populações. Neste sentido, a falta de informação de uma entidade fiável sobre como se migrar legalmente para o Brasil deve ser um fator que expõe ainda mais os migrantes às mãos exploratórias dos intermediários.

Foi neste momento de grande dificuldade e de concentração de todos os serviços reguladores do Estado em Porto Príncipe que as pessoas recorreram aos agentes intermediários para atingir o objetivo de migrar. É muito comum no Haiti registrar documentos civis com erros, a correção desses erros é competência de advogados especializados, porém as taxas cobradas e o acesso têm arrastado os migrantes para um intermediário que muitas vezes acaba gas-

tando mais sem menos garantia de ter os documentos devolvidos ou demorar mais para obtê-los.

OS preços cobrados pelos serviços estão na base de uma relação ambígua e complexa entre migrantes e intermediários. Alguns percebem os intermediários como exploradores, aproveitando-se da situação vulnerável dos requerentes para enriquecer, categorizam o seu serviço como abusivo. No entanto, para outros, apesar das altas taxas cobradas e mesmo sabendo da ilegalidade dos processos, os serviços prestados por eles são úteis, pois ajudam a obter os documentos necessários e facilitam a entrada no Brasil.

A atual crise política no país aumentou a vontade de emigrar, pelo que os serviços dos intermediários são ainda mais procurados. O sistema de corrupção institucional que se estabelece nas instituições públicas dificulta o bom funcionamento da sociedade e os migrantes são um dos primeiros vítimas. Muitos funcionários públicos onde os serviços são procurados têm a sua rede de raketè na rua procurando clientes para eles; no sentido de: quem tem mais dinheiro ou quem paga mais caro será atendido primeiro, independentemente de quem esperava primeiro na fila. Precisando o serviço, os migrantes são obrigados vender seus bens, emprestar dinheiro para financiar a sua viagem desde na documentação até a sua viagem real no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COTINGUIBA, Maria Lima Pimentel; COTINGUIBA, Geraldo Castro. Fronteiras e aspectos do rito de mudança de categoria jurídico-política dos sujeitos haitianos em mobilidade transnacional no Brasil. In: BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta; FERNANDES, Duval; SILVA, Sidney Antonio da; ASSIS, Gláucia de Oliveira; CASTRO, Maria da Consolação G.; COTINGUIBA, Marília Pimentel (Orgs). Imigração haitiana no Brasil. Jundiá: Paco Editorial, 2016. p.173-205.

BERTIN, Anne; DROGUE,Cindy.Haiti:le casse-tête de l'état civil. Plein droit n° 94, octobre 2012.P.27-30. DOI10.3917/pld.094.0027

FERNANDES,Duval;MILES,I,Rosita;FARIAS,Andressa.Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório.2014.Disponível em: <https://www.migrante.org.br/migracoes/migracao-haitiana/do-haiti-para-o-brasil-o-novo-fluxo-migratorio/>. Acesso em: 04 out.2023

FERNANDES,Duval;CASTRO,Maria da Consolação Gomes de. A migração haitiana para o Brasil: Resultado da pesquisa no destino. In:OIM. La migración haitiana hacia Brasil: características,oportunidades y desafios. Cuadernos migratorios n.6. 2014. P.51-66. https://www.repository.iom.int/bitstream/handle/20.500.11788/1373/BRL-OIM_002.pdf. Acesso :21 nov.2023

FERNANDES,Duval,FARIA,Andressa Virgínia de.A diáspora haitiana no Brasil:processo de entrada, características e perfil. In: BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta; FERNANDES,Duval; SILVA, Sidney Antonio da; ASSIS, Gláucia de Oliveira; CASTRO; Maria da Consolação G; COTINGUIBA, Marília Pimentel (Orgs). Imigração haitiana no Brasil. Jundiá; Paco Editorial, 2016. P.95-111

IGLESIAS, F; ALFINITO, S. A abordagem multi-metodológica em comportamento do consumidor: dois programas de pesquisa na oferta de serviços.rPOT.VOL.6. N.1,janeiro-junho.2006. P.138-165

JOSEPH, Handerson.A historicidade da (e)migração haitiana internacional haitiana.O Brasil como novo espaço migratório. Revista Périplus.v.1. n.1.2017.P.7-27

METZNER, Tobias. La migración haitiana hacia Brasil: estudio en el país de origen. In:OIM. La migración haitiana hacia Brasil: características,oportunidades y desafios. Cuadernos migratorios.n.6.2014. P.15-32. https://www.repository.iom.int/bitstream/handle/20.500.11788/1373/BRL-OIM_002.pdf. Acesso em: 21 nov.2023

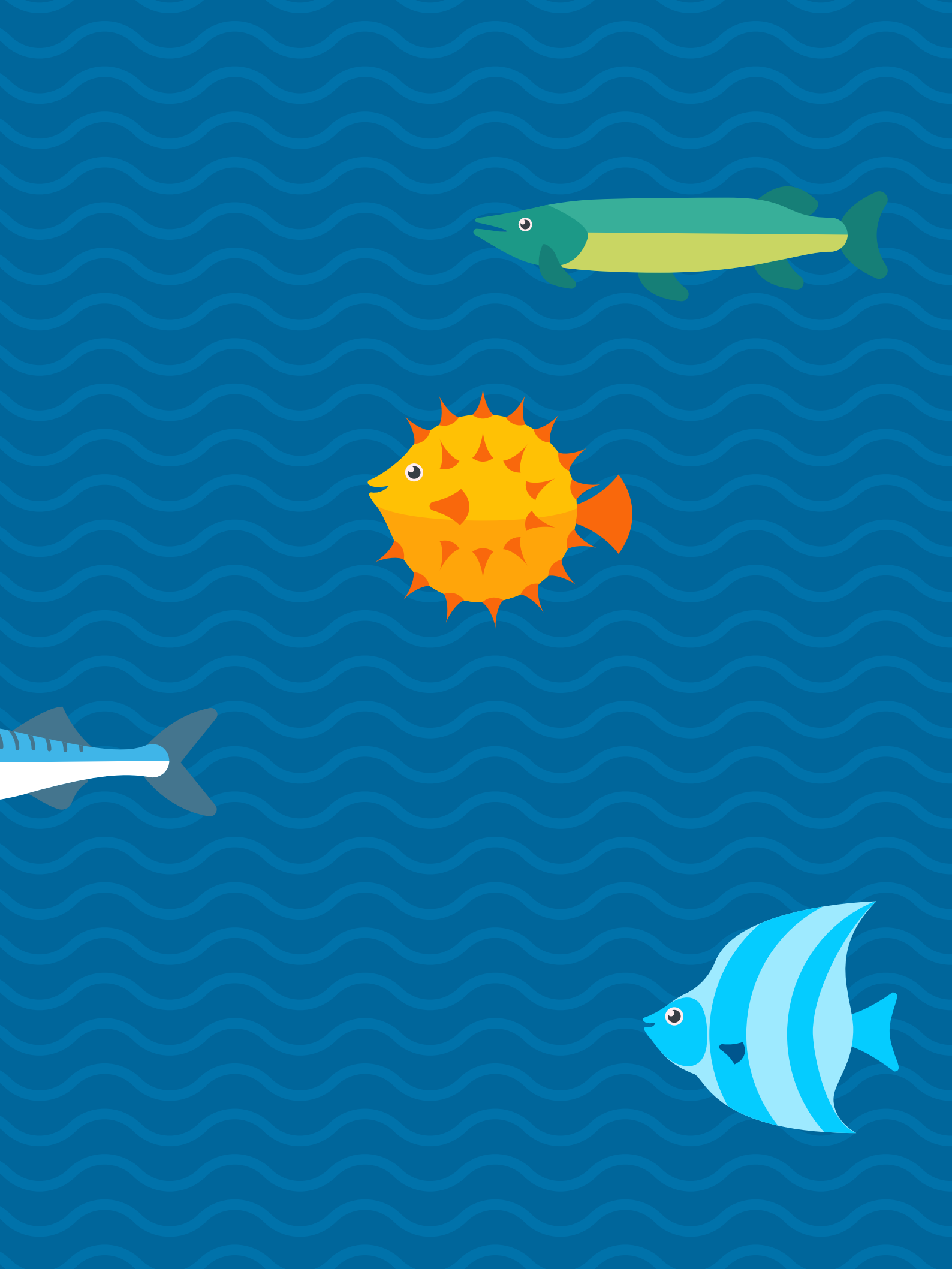
PERAZA-BREEDY, Jorge; LUSSI, Carmem. Encontros de Diálogo Bilateral Brasil – Haiti. In:OIM. La migración haitiana hacia Bra-

sil:características,oportunidades y desafios. Cuadernos migratorios n.6.2014. P.102-119. Disponível em: https://www.repository.iom.int/bitstream/handle/20.500.11788/1373/BRL-OIM_002.pdf.Acesso .21 nov.2023.

TONHATI,Tânia; CAVALCANTI,Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu de.Os imigrantes haitianos no Brasil:formas de entrada, permanência e registros.In: CAVALCANTI, Leonardo;TONHATI, Tânia; DUTRA, Delia; OLIVEIRA, Marcio de(-Coord.) .A migração haitiana no Brasil: características socio-demográficas e laborais na região sul e no distrito federal.2014.P.24-39. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/publicacoes/A_imigra%C3%A7%C3%A3o_Haitiana_no_Brasil_Caracter%C3%ADsticas_Demogr%C3%A1ficas_na_regi%C3%A3o_Sul_e_no_Distrito_Federal.pdf. Acesso em: 23 nov.2023



EIXO 2:
DILEMAS DA
INSERÇÃO
SOCIOŁABORAL



“UM RIO SEM MARGENS É O IDEAL DO PEIXE” - INTEGRAÇÃO SOCIAL DE IMIGRANTES NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E O ETNONACIONALISMO

JOSÉ CARLOS ALVES PEREIRA

José Carlos Alves Pereira
Doutor em Sociologia pelo IFCH/UNICAMP; Editor da Revista
Travessia; Membro do Centro de Estudos Migratórios (CEM);
Laboratório de Geografia Urbana da USP (GT CEM-LABUR);
Grupo de pesquisa e estudos sobre história oral e memória
(GEPHOM/EACH/USP); e do Grupo de Estudos Migratórios
(GEMI-CERU/USP).



INTRODUÇÃO

Como o Brasil, Estado democrático de direito, tem integrado socialmente o imigrante, no bojo das transformações e desafios sociais globais contemporâneos? Para responder à essa pergunta, compartilho da inspiração teórico-metodológica de Jürgen Habermas (2002) ao analisar as possibilidades de “inclusão do outro” nas sociedades contemporâneas. Os conceitos de Estado democrático de direito, Estado nação, e, etnonacionalismo são ferramentas importantes ao aprofundamento teórico do tema.

Para ilustrar a reflexão teórica, tomarei algumas experiências institucionais governamentais, e individuais, mas com potencial de associativismo entre pessoas. O debate teórico será ilustrado por documentos como a Lei municipal de migração de São Paulo; a nova Lei federal de migração; Portarias federais; a participação e representação de migrantes em Fóruns de decisão; casos “aparentemente isolados” de imigrantes paraguaios, venezuelanos inseridos na sociedade brasileira.

A partir do problema acima proposto, este texto pretende contribuir para o debate sobre a integração social de imigrantes pelo Estado democrático de direito em oposição ao Estado nação ou ao etnonacionalismo nas sociedades contemporâneas. Tais sociedades sofrem transformações nas percepções de tempo e espaço,

como um efeito da globalização. O desenvolvimento científico e tecnológico impulsiona essas transformações, acelerando, através da robótica e dos interesses políticos e econômicos em disputa, a difusão de informações, a produção, circulação e consumo de mercadorias, padronização de comportamentos e interações via aplicativos eletrônicos em redes sociais virtuais. Paradoxalmente, a globalização também estimula nichos de consumo, entretenimento e interações que revelam assimetrias entre grupos étnicos, classes sociais e fragmentos de classe integradas ou marginalizadas pelo sistema político, econômico e cultural.

Nesse contexto, ocorrem complexas e dinâmicas migrações de homens, mulheres e crianças, caracterizando uma população multiétnica, multirracial, transnacional em movimentos espontâneos e compulsórios. Questões como trabalho digno, precarizado, mudanças climáticas, cultura, xenofobia, tráfico humano, alteridade, integração social são recorrentes e testam sistemas democráticos, quanto à sua capacidade de acolhida ao diferente. Essas transformações ocorrem a partir dos centros de poder do capital financeiro e produtivo, atraentes à profissionais qualificados e desejados mas, também, aos não qualificados e indesejados, prófugos de guerras, da pobreza e da fome. Não obstante, elas também ocor-

rem a partir de experiências locais diferenciadas que inspiram novos projetos naqueles centros.

A rápida difusão da alfabetização, a maior mobilidade humana, possibilitadas pelas revoluções industrial, científica, tecnológica e, mais recentemente, da robótica e da inteligência artificial, com avanços nas formas de produção, transporte e comunicações, dissiparam rapidamente a possibilidade de isolamento cultural. Esses desenvolvimentos não apenas fazem com que o indivíduo torne-se mais consciente dos grupos étnicos estrangeiros, mas também daqueles que partilham a sua etnia (Conversi, 2003).

Os Estados nacionais ou democráticos de direito, mesmo do alto de suas soberanias, não ficam imunes àquelas transformações. Eles são desafiados a construir respostas que atendam aos anseios diversos e assimétricos de suas comunidades internas, e da comunidade internacional, especialmente nos casos de acordos bi e multilaterais firmados entre eles. A capacidade de honrar esses acor-

dos e gerir os dinâmicos e complexos desafios colocados pelas migrações internacionais – especialmente no que tange à acolhida, documentação, inserção formal no mercado de trabalho, acesso à habitação, à saúde, ao lazer, à livre organização social, expressão política e cultural, isto é, pertencer à uma comunidade, com garantias do “direito a ter direitos” (Arendt, 1989, pp.330-332) – pode orientar e influenciar toda a política de relações internacionais de um país e transformá-lo em um *player* internacional, como no caso do Brasil durante os respectivos governos de FHC e Lula¹. Já a quebra de acordos e a ingerência daqueles desafios também sinalizam um caráter das relações internacionais e pode gerar sanções econômicas e políticas, transformando-o em pária, como no caso do Brasil sob o governo Bolsonaro.

Em situações limites, o Estado violador de direitos ou fiador da violência pode ser convocado a sentar-se no bando dos réus em tribunais internacionais e responder por acusações de crimes con-

tra a pessoa humana. Contudo, cabe observar que, quase sempre, os tribunais internacionais julgam mas não têm poder de sobrepor-se à soberania territorial do Estado indiciado. Amalgamados às questões bélicas, disputas por territórios, fronteiras, tráfico internacional, mudanças climáticas, conflitos étnicos e raciais, um dos desafios dos Estados democráticos de direito é a integração social de imigrantes e a garantia dos direitos humanos. Em uma palavra, do direito de pertencer sem deixar de ser diferente.

Antes de prosseguirmos, cabe esclarecer que o etnonacionalismo é uma questão multidisciplinar objetiva, subjetiva e paradoxal. Ele pode ser abordado em diferentes perspectivas como: economia e desenvolvimento, formação de um povo, relações exteriores, economia estatal ou privada/mercado, organização cultural da sociedade etc. (Jaguaribe, [1958], 2013). Neste texto, abordarei o etnonacionalismo, especialmente, na perspectiva de integração social de imigrantes.

¹ FHC e Lula, em seus respectivos governos, orientaram a política migratória brasileira pela perspectiva dos direitos humanos. No caso do primeiro, a instituição do CONARE e do Estatuto do Refugiado, em 1997, são ilustrativas da afirmação anterior. Já no caso do segundo, o envio do Projeto de Lei nº 5.655, de 2009, enviado ao Congresso, conhecido como “projeto Lula” de nova lei de migração, influenciaria todo o projeto de lei nº 288, de 2013, de autoria do então senador Aloysio Nunes, e que terminaria na aprovação da Nova Lei de migração nº 13.445/2017, com forte embasamento nos direitos humanos. Estes feitos não impediram, contudo, que algumas ações desses governos priorizassem alguns imigrantes e não outros. Os seus respectivos programas de anistia para migrantes indocumentados não foram amplos e irrestritos, e houve mesmo momentos em que algumas nacionalidades, como a haitiana e a angolana, tiveram prioridade na acolhida, sugerindo práticas de migração seletiva.

NAÇÃO, ETNONACIONALISMO, ESTADO DEMOCRÁTICO E O DIREITO À ALTERIDADE

A expressão “nação” pode ser sinônimo de um povo que compartilha valores morais, culturais, ancestrais e históricos – características étnicas que fundamentam a sua alteridade em relação ao outro.

No uso político da linguagem, os conceitos “nação” e “povo” têm a mesma extensão. Para além da fixação jurídica, no entanto, “nação” também tem o significado de uma comunidade política marcada por uma ascendência comum, [...] por uma língua, cultura e história em comum. Um povo transforma-se em “nação” nesse sentido histórico apenas sob a forma concreta de uma forma de vida em especial (Habermas, 2002, p. 124).

Mais do que isso, essa “forma de vida especial” toma valores morais, étnicos e culturais como parâmetros de acolhimento ou repulsa de novos membros em sua comunidade ou nação.

No que tange ao etnonacionalismo, seus vínculos com a “nação” e o sentimento de xenofobia são estreitos. Danieli Conversi (2003) aponta que, para Walker Connor, todo nacionalismo é etnicamente baseado. O emprego do termo nacionalismo para se referir a uma identidade cívica ou lealdade cívica confunde patriotismo com nacionalismo. *Ethnos* e nação são

equivalentes: o primeiro deriva do antigo Grego, este último do latim. Segue-se que o termo etnonacionalismo é em grande parte tautológico, já que a etnicidade permeia o nacionalismo de qualquer maneira.

Conversi (2003) ainda evoca Ernest Gellner (1983, p.1) que define o nacionalismo como o princípio de que “os governantes devem pertencer ao mesmo grupo étnico (ou seja, nacional) que os governados”. Neste caso, a fórmula inversa dá legitimidade *ipso facto* à limpeza étnica: afirmar que o habitante de um determinado eleitorado deve partilhar a mesma linhagem étnica dos seus líderes é dar carta branca à expulsão e o redesenho drástico de limites para se adequar ao pedigree do grupo. Além disso, este preceito político sustenta que “a nação e o poder político devem ser congruentes” (ibid. p.1). Daniele Conversi (2003) destaca que esse anseio pela congruência é a marca histórica de todas as tentativas nacional-totalitárias de apagar oposições étnicas, homogeneizando áreas inteiras do globo.

Já a expressão “Estado democrático de direito” também compreende o que se entende por nação. Contudo, com uma diferença conceitual, política e jurídica relevante: nação não apenas como “povo”, mas uma nação de cidadãos, de jurisconsorte² que se veem e devem

se tratar como iguais juridicamente e diferentes em termos culturais, étnicos e raciais, sem que essa diferença implique em prejuízo aos direitos de cidadania e universais da pessoa humana. Jürgen Habermas propõe que

Segundo a concepção moderna, “Estado” é um conceito definido juridicamente: do ponto de vista objetivo, refere-se a um poder estatal soberano, tanto interno quanto externamente; quanto ao espaço, refere-se a uma área claramente delimitada, o território do Estado; e socialmente refere-se ao conjunto dos seus integrantes, o povo do Estado. O domínio estatal constitui-se nas formas do direito positivo, e o povo de um Estado é portador da ordem jurídica limitada à região de validade do território desse mesmo Estado. (Habermas, 2002, p. 123-4).

E, mais adiante,

O povo de um Estado não vale como um dado pré-político, mas como um contrato social. Na medida em que os participantes decidem em comum fazer uso do seu direito primitivo ‘viver sob as leis públicas reguladoras da liberdade’, eles constituem uma associação de jurisconsorte livres e iguais. A decisão de viver em liberdade política tem o mesmo significado que a iniciativa em favor de uma práxis constituinte,

graças a isso [...], soberania popular e direitos humanos, democracia e Estado de direito estão conceptualmente integrados. [...] Não é necessário um consenso básico anterior, garantido pela homogeneidade cultural, porque uma formação democraticamente estruturada de opinião e de vontade possibilita um acordo normativo racional também entre estranhos (Habermas, 2002, p. 156-7).

A Organização das Nações Unidas (ONU) prevê o direito à autodeterminação de todos os povos, mas sem abrir flancos ao etnonacionalismo. Ela não ancora o conceito de “povo” no sentido étnico do termo e, sim, no sentido político. “Artigo 1º, §1. Todos os povos têm direito à autodeterminação. Em virtude desse direito, determinam livremente seu estatuto político e asseguram livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural” (ONU, 1966, p.1). Nesse sentido, apoiado em Immanuel Kant (1989) e Jean J. Rousseau (2013), Habermas (2002, p.129) observa que no Estado democrático de direito “a autonomia política em princípio é atribuída com igualdade a cada um”. Ela não é apenas outorgada. “Os destinatários do direito também devem entender-se como seus próprios autores”.

Um desafio que sempre se coloca ao Estado democrático de direito

² “jurisconsorte” é um termo inexistente em nossa língua. Trata-se de um neologismo utilizado por George Sperber, na tradução do livro “A inclusão do outro”, de Jürgen Habermas

(2002). “Jurisconsorte” equivale, em português, à expressão “membro da comunidade jurídica”.

é promover a integração social de imigrantes garantindo-lhes a igualdade de direitos com os demais jurisdicionados da comunidade política, mas também o direito à diferença, à alteridade. Quanto a integração social de imigrantes na perspectiva do etnonacionalismo, o risco permanente é o de homogeneizá-los, impondo-lhes elementos culturais de caráter nacionalista sob o pretexto de que devem compartilhar os mesmos valores morais, culturais, religiosos, raciais etc. para gozar dos direitos de participação política e social.

Portanto, quando falamos em “povo”, no Estado democrático de direito, referimo-nos a uma multiplicidade de grupos étnicos e raciais, mais iguais no que tange à participação política, um povo não apenas destinatário do direito ao bem comum, mas simultaneamente coautor desse direito, na medida da sua efetiva participação, direta ou representativa, na concepção, construção e aprimoramento de leis que resguardam os direitos, ao menos em tese.

O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO NO BRASIL E A INTEGRAÇÃO SOCIAL DE IMIGRANTES

Vejamos o caso de imigrantes no Brasil, a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) até o terceiro governo Lula, iniciado em 2023. Neste período (1995 – 2023), o intervalo de tem-

po mais tenso para a democracia como base para uma cultura de direitos humanos, a implementação e execução de políticas migratórias multiculturais foi o do governo Jair Bolsonaro (2019-2022) que, apesar de ter concedido visto de refugiado a milhares de imigrantes venezuelanos, flertou com o etnonacionalismo. Ademais, operou retrocessos na política migratória, violando leis, das quais o Brasil é signatário, ao publicar Portarias que impediam a solicitação de visto de refugiado no Brasil. Fora isso, há várias referências à participação de imigrantes em processos políticos em vista de sua integração social.

Começamos pelo Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), criado pela Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. O Conare “é um órgão colegiado, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), que delibera sobre as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil. Suas competências e composição estão definidas no art. 12 da referida Lei. (MJSP, s/d, s/p). Apesar da frágil infraestrutura e lentidão no processo de trabalho, não há dúvidas quanto à relevância do Conare no acolhimento das solicitações apresentadas por

todo indivíduo que: I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora

de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (Brasil, 1997, s/p.).

Em âmbito local, deve ser feita referência à Lei municipal de migrações em São Paulo-SP. Em um processo de participação popular, inclusive de imigrantes, foi concebido o projeto, debatido, aprovado e transformado na Lei municipal de migração nº16.478, de 08/07/2016. Dentre os muitos avanços trazidos por esta Lei, consta-se que, a partir dela, o imigrante tem direito de ser atendido em qualquer repartição pública, independentemente do tipo de documento que estiver portando no momento. Pode ser um documento expedido pelo seu país de origem, de trânsito ou de destino. Esta Lei também proporcionou a criação de fóruns de debate e de decisão, como o Comitê municipal de imigrantes, para contribuir com a elaboração e implementação de uma política migratória no município de São Paulo.

Em 2016, imigrantes indígenas paraguaios, falantes do idioma guarani, e de algumas expressões em português, procuraram-me no

Centro de Estudos Migratórios³ (CEM) para esclarecimentos sobre o registro deles como Microempreendedor individual (MEI). Todos eles trabalhavam informalmente em oficinas de costura no Jardim Brasil, em São Paulo. Declararam-me que, mesmo se tivessem de pagar impostos, queriam se registrar como MEI, pois isso lhes daria garantias constitucionais como o direito à aposentadoria, auxílio doença e reforçaria o seu status de membros do povo do Estado democrático de direito no Brasil.

Outra referência é o processo da 1ª Conferência Nacional de Migração (Comigrar) realizada em 2014. Imigrantes e brasileiros participaram de conferências livres, assembleias, seminários em municípios e estados, culminando na Lei 13.445/17, ou nova Lei de Migração, aprovada, com vetos, em 2017. Em que pesem os vetos, a nova Lei proporciona avanços para a efetivação dos direitos humanos, ausentes na antiga Lei 6.815/80, o Estatuto do Estrangeiro, de caráter securitário

e nacionalista. Amparada na nova Lei de migração, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou o projeto de lei que assegura a igualdade na prestação da assistência social entre residentes e estrangeiros, que segue para o parecer final da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). E o terceiro governo Lula, iniciado em 2023, iniciou o processo da 2ª Comigrar, em vista de institucionalizar uma política migratória federal.

Tanto a Lei municipal quanto a nova Lei de migração lançam as bases normativas para uma política de imigração baseada na igualdade jurídica entre os membros do povo do Estado, e, também, no direito à diferença quanto à sua multiplicidade étnica e racial na composição desse mesmo Estado. A troca de governo municipal na eleição de 2016 não rompeu o processo de instituição da Lei municipal de migração. Foram constituídos grupos sociais, dentre eles, migrantes, que compuseram o Comitê municipal de migrações, responsável por debater uma política

³ O CEM foi fundado em 1968, em São Paulo, e é um dos projetos da Missão Paz que foi fundada em 1940 pelos missionários scalabrinianos. O CEM tem uma tradição de diálogo constante com a comunidade acadêmica e migrante; conta com uma **biblioteca especializada** na temática de Migração e Refúgio e um Centro de Memória e Documentação. Desde 1988, o CEM é responsável pela edição da [Revista Travessia](#) e pela publicação de diversos livros. Ademais, organiza eventos multidisciplinares, como os Diálogos no CEM, que reúnem pesquisadores, intelectuais, ativistas e outros interessados nas diferentes temáticas ligadas às migrações. O CEM é um dos seis centros de estudos migratórios da *Scalabrini International Migration Network* (SIMN), os outros estão sediados em [Buenos Aires \(Argentina\)](#), [Cidade do Cabo \(África do Sul\)](#), [Manila \(Filipinas\)](#), [Nova Iorque \(EUA\)](#), [Paris \(França\)](#), e [Roma \(Itália\)](#).



de migrações. Já a troca de governo federal na eleição de 2018 implicou em bloqueio da instituição de uma política nacional migratória. Esta não figurava na agenda do governo Jair Bolsonaro, e faltou-lhe a percepção da imigração como questão política e social aguda nas complexas relações internacionais do mundo contemporâneo. As inúmeras Portarias federais⁴ proibindo a entrada temporária de imigrantes, inclusive de solicitantes de refúgio no Brasil, durante a pandemia de Covid-19, ilustram a insensibilidade política do governo ou a sua opção por políticas migratórias restritivas. Além de violar o Art. 5º, XXXV da Constituição Federal, transgrediu acordos multilaterais e bilaterais, como o Estatuto do refugiado e o direito inalienável à solicitação de refúgio. As ações governamentais para o acolhimento e interiorização de venezuelanos se deveram mais à pressão de setores da sociedade civil e instituições inter-

nacionais de defesa dos direitos humanos, que a uma política lastreada pelo Estado de direito e pela Lei de Migração.

Contudo, algumas ações do governo não escapam à atenção. Em 5 de dezembro de 2019, o Conare reconheceu cerca de 21 mil venezuelanos como refugiados em caráter de *prima facie*; já em 31 de janeiro de 2020, reconheceu mais 17 mil venezuelanos como refugiados sob o mesmo caráter, em 28 de abril de 2020, 772 crianças venezuelanas foram reconhecidas como refugiadas, sob o signo da *prima facie*, em votação online, e, em 28 de agosto do mesmo ano, mais 7,7 mil venezuelanos foram reconhecidos como refugiados, também sob o signo da *prima facie*. (ACNUR, 2020a; 2020b; 2020c).

Na contramão daquelas ações, o Conare indeferiu, em caráter *prima facie*, 1 solicitação de visto de refúgio em 2019, e 17 solicitações em 2020. O deferimento do pedido em caráter *prima facie* é previsto

pela Lei 9.474/1997, pois considera a urgência e a generalizada violação de direitos humanos dos solicitantes. Já o indeferimento *prima facie* não coaduna com a referida Lei que prevê a entrevista com o solicitante como uma ação fundamental no processo da solicitação. Mais, o indeferimento *prima facie* abre brechas para avaliações sumárias a partir da nacionalidade do requerente (Silva, 2021).

Cabe lembrar que a acolhida ou o rechaço de imigrantes, tendo por critério a nacionalidade ou etnia, têm marcas indelévels em nossa história. Os asiáticos eram preteridos em relação aos europeus no processo de substituição do trabalhador escravizado pelo livre (Seyferth, 1996). Mais tarde, o governo de Getúlio Vargas reforça a política etnonacionalista e eugenista decretando que se falasse somente em português nos espaços públicos, bem como se impedisse a entrada de judeus, orientais, negros, pessoas idosas ou com defi-

ciências físicas no Brasil (Seyferth, 1997; 1999; Koifman, 2012).

O reconhecimento como refugiado contribuiu para minorar as precárias condições de vida dos venezuelanos no Brasil. Mas, cabe observar que, pelo histórico da política migratória do governo, vem à tona a hipótese de que, no caso, a concessão de visto de refugiados se deve menos à normativa do Estado democrático de direito e a grave e generalizada violação de direitos humanos dos venezuelanos, e mais a uma oposição política ao governo Nicolás Maduro, presidente da Venezuela.

Esses episódios mostram que o Estado democrático de direito tem seus limites e desafios expressos na falta de sensibilidade política dos governos de plantão e ou do próprio povo no que tange ao reconhecimento e respeito à normativa adotada por todos como jurisconsorte. É importante destacar, também, a necessidade de fortalecimento do sentimento de solidariedade ou corresponsabilidade entre todos.

Tomemos como ilustração a vulnerabilidade social no auge da pandemia de Covid-19. No Brasil, ela atingiu imigrantes que perderam seus empregos ou fecharam seus pequenos comércios. Sem dinheiro para pagar aluguel, voltaram à condição de albergados, se amontoaram em cortiços, ou foram viver em situação de rua. Sem renda, dependeram de ações solidárias de pessoas e instituições para

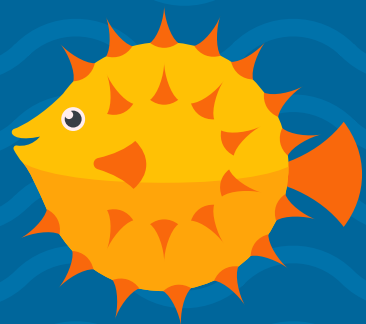
conseguir alimentos. Houve um retrocesso na sua integração social.

A gravidade dessas situações foi relativamente minorada com o Auxílio Emergencial Federal, no valor de 600 reais; com ações espontâneas de solidariedade de pessoas em melhores condições sociais, empresas e instituições que doaram cestas básicas de alimentos, gás de cozinha, água potável, remédios, brinquedos e mesmo dinheiro para diminuir o sofrimento daquelas pessoas.

À exceção do Auxílio Emergencial Federal, que é, por princípio, uma política pública de um Estado Democrático de Direito, as ações espontâneas de solidariedade da comunidade revelam o potencial afirmativo para a solidariedade social e a promoção do direito de ser diferente em termos étnicos e raciais. Portanto, uma alteridade sempre relacional, construída, ressignificada no “mundo da vida”. Isto é, nos embates, disputas, arranjos, parcerias, coalisões, buscas e enfrentamentos vivenciados cotidianamente pelas pessoas na (re)produção social de suas vidas (Habermas, 2012).

Houve imigrantes que não conseguiram ou tiveram que esperar mais tempo para acessar o Auxílio Emergencial, devido a erros de digitação em seus registros nacionais de imigrantes ou no CPF. Neste caso, o bloqueio no acesso ao direito não expressa uma ruptura na política como *modus operandi* do Estado Democrático

⁴ A Portaria nº132, de 22 de março de 2020, publicada no DOU de 22 de março de 2020, restringiu, pelo prazo de 30 dias, a entrada no País, por via terrestre, de não nacionais oriundos da República Oriental do Uruguai; A Portaria nº47, de 26 de março de 2020, publicada no DOU de 26 de março de 2020, restringiu, pelo prazo de 30 dias, o desembarque de não nacionais em porto ou ponto no território brasileiro, por via aquaviária, independentemente de sua nacionalidade. O desembarque era excepcionalmente autorizado, caso fosse necessária assistência médica ou para conexão de retorno aéreo ao país de origem; A Portaria nº152, de 27 de março de 2020, publicada em 27 de março de 2020, restringiu, pelo prazo de 30 dias, a contar de 30 de março de 2020, a entrada no País, por via aérea, de não nacionais, independentemente de sua nacionalidade; A Portaria nº158, de 31 de março de 2020, publicada no DOU de 31 de março de 2020, restringiu, pelo prazo de 30 dias, a entrada no País, por rodovias ou meios terrestres, de não-nacionais provenientes da República Bolivariana da Venezuela; A Portaria nº8, de 2 de abril de 2020, publicada no DOU de 2 de abril de 2020, restringiu, pelo prazo de 30 dias, a entrada no País, por rodovias ou meios terrestres, de não nacionais provenientes da República Argentina, do Estado Plurinacional da Bolívia, da República da Colômbia, da República Francesa (Guiana Francesa), da República Cooperativa da Guiana, da República do Paraguai, da República do Peru e da República do Suriname; A Portaria nº201, de 24 de abril de 2020 que revogou a Portaria nº47 e tratou da restrição temporária de entrada de migrantes no país por transporte aquaviário; Já a Portaria Interministerial nº203, de 28 de abril de 2020 revogou a Portaria nº152, impondo nova disciplina de restrições de entrada no País de não nacionais por via aérea; A Portaria Interministerial nº204, de 29 de abril de 2020, revogou as Portarias nº158, 132 e 8, e passou a dispor sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de migrantes, de qualquer nacionalidade, por via terrestre, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa; Finalmente, a Portaria Interministerial nº255, de 22 de maio de 2020, revogou as Portarias Interministeriais nº201, 203 e 204, consolidando em um só ato normativo a restrição de entrada no país de não nacionais de qualquer nacionalidade, por rodovias ou outros meios terrestres, por via aérea ou por transporte aquaviário. (DPU, 2020, p.3-4)



para garantir a simetria de direitos entre os jurisconsorte. Os erros revelam a necessidade de melhor treinamento dos agentes públicos responsáveis por atendimentos presenciais ou por aplicativos de redes sociais, e a prática de outras línguas, não apenas a portuguesa, que viabilizem a mediação institucional para o cumprimento adequado de deveres e direitos entre as partes.

No caso da Polícia Federal (PF) e ao Conare, em muitas de suas repartições há demandas urgentes em, ao menos, duas frentes não excludentes entre si. Uma, garante-os com instrumentos e equipamentos que viabilizem a operacionalidade satisfatória de seus sistemas de informática, evitando atrasos e bloqueios nos processos de documentação de milhares de imigrantes devido á falhas no sistema ou inoperância de equipamentos; dois, treinamento de policiais e demais funcionários técnicos para o atendimento adequado a imigrantes como pessoas de direitos, ainda que potencialmente possam se portar como agentes de delitos. São frequentes as reivindicações de imigrante por maior celeridade nos seus processos de solicitação de vistos e outros documentos, bem como por um tratamento que seja, ao menos, amistoso junto a determinados escritórios da PF. A amistosidade também é reivindicada na busca por serviços junto a outras instituições como ban-

cos, escolas, Unidades Básicas de Saúde (UBSs), hospitais etc.

No que tange ao povo e seus costumes em geral, campanhas de sensibilização e informação com foco no direito à igualdade jurídica, à diferença étnica e cultural, ao acolhimento e à inserção formal no mercado de trabalho, bem como aos demais direitos sociais se fazem necessárias permanentes. Pois o avanço da legislação numa perspectiva de direitos humanos, a despeito de ser necessário e significativo, não garante, por si, o trato civil e respeitoso nas relações sociais de convivência no cotidiano. Não raro, migrantes sofrem abusos, escárnios, xenofobias, preconceitos e outras formas de violência simbólica e física praticados por cidadãos comuns que se julgam no direito de defender a sua pátria contra “invasões de estrangeiros” (expressão muito utilizada pela mídia impressa, falada, digital e eletrônica) que, supostamente, ameaçam seus empregos, direitos sociais e culturais. São conhecidos os casos de seis haitianos, dentre eles uma mulher, alvejados com bala de chumbo, em agosto de 2015, no bairro da Liberdade em São Paulo; em 24 de janeiro de 2022, o congolês Moïse Mugenyi Kabagambe, refugiado no Brasil, foi amarrado e espancado até a morte na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro. Moise foi violentamente assassinado por cobrar 200 reais por duas diárias de

serviço em um quiosque onde trabalhava; em 17 de maio de 2020, o angolano João Miguel foi assassinado a golpes de faca desferidos por um brasileiro que justificou o assassinato dizendo que o imigrante iria receber o Auxílio emergencial, ajuda financeira distribuída pelo governo brasileiro à todas as pessoas de baixa renda durante a pandemia de Covid-19. Outros dois imigrantes também foram atingidos por golpes de faca pelo mesmo agressor, mas, socorridos a tempo, não chegaram a morrer. Muitas outras práticas de xenofobia, não tão extremas quanto as citadas, poderiam ser relatadas. O que importa destacar é que o ódio e a desinformação parecem ser o combustível para a manifestação das várias formas de discriminação e xenofobia.

Não obstante àquelas tragédias, cabe retomar o registro, ainda que breve, acerca das ações de solidariedade praticadas pelo povo e que podem ser estimuladas ou fortalecidas por instituições sociais como igrejas, sindicatos, associações, escolas, clubes etc. As doações espontâneas não colocaram pré-condições de prioridade para o atendimento a esta ou aquela etnia, nacionalidade ou comunidade de imigrantes vulnerabilizados durante a pandemia de Covid-19. Elas, a despeito de não se inserirem em uma ação política típica do Estado Democrático de Direito, podem ocorrer simultaneamente às ações deste sem se confundirem com ele. Pois ocorrem em comu-

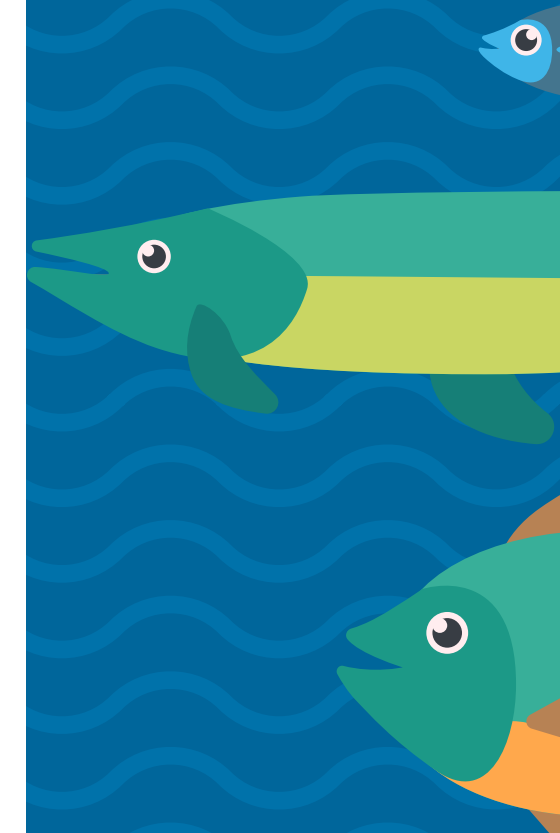
nidades morais que se baseiam no princípio de solidariedade, através do qual os indivíduos criam dispositivos de mediações e socorros entre si, quando um deles ou alguns deles estão em perigo.

A *responsabilização solidária pelo outro* como um dos nossos se refere ao “nós” flexível numa comunidade que resiste a tudo que é substancial e que amplia constantemente as suas fronteiras porosas. Essa comunidade moral se constitui exclusivamente pela ideia negativa de abolição da discriminação e do sofrimento, assim como da inclusão dos marginalizados – e de cada marginalizado em particular – em uma relação de deferência mútua (Habermas, 2002, pp.7-8).

Essas comunidades morais precedem em muito o Estado democrático de direito cujas formas ganharam mais contorno a partir dos fins do século XIX. Mas, elas podem ser substituídas por ou coexistir com ele, apresentando questões morais e étnicas que contribuam para o aprimoramento da democracia e das lutas por reconhecimento. (Habermas, 2002, pp.229-261).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o Estado etnonacionalista, a integração do “outro” se resolve de modo célere e antidemocrático. Havendo a sua necessidade, como trabalhador e ou como reposição de perda demográfica do país, o imigrante deve assimilar os sím-



bolos culturais e condutas morais que caracterizam o povo enquanto nação. Se fugir desta moral, sofre riscos de expulsão sumária. Em síntese, sua integração é condicionada à homogeneização cultural e moral como fortes elementos catalisadores da nação.

Já para os princípios administrativos do Estado democrático de direito, a integração social de imigrantes lastreia-se na igualdade jurídica e no direito à alteridade que dão contornos às características multiétnicas e multirraciais do povo como produto de um contrato político. Neste caso, os valores democráticos, o direito à igualdade política, são os catalisadores da nação e de uma integração que os tornem ativos nas tomadas de decisão.

Apesar das contradições e infraestruturas precárias; dos ataques à democracia e da ascensão da extrema direita em todo o mundo; e das transformações sociais contemporâneas, a experiência brasileira tem potencial para uma política de integração social de imigrantes na perspectiva do Estado democrático de direito. Mas isso requer permanente ação política, fortalecimento das instituições e sensibilização do povo no caudaloso, estreito e agitado rio da democracia. As políticas migratórias, os interesses econômicos, as regras de sobrevivência nesse rio competem entre si, atraindo os “desejados”, expulsando, imobilizando e, paradoxalmente, forçando a mobilidade dos “indesejados”

nas fronteiras geográficas, étnicas e da condição humana, estreitando ainda mais as margens daquele rio.

No Norte global, a xenofobia e o racismo se materializam em margens que barram a correnteza do rio onde migrantes almejam o direito à cidadania, mantendo a sua alteridade; no Sul global, efeitos da colonização ainda inscritos em várias sociedades suscitam governos populistas, prenhes de etnonacionalismo, que tutelam e condicionam a integração social do outro à homogeneização cultural.

Não obstante, de Pacaraima a Londres, do Afeganistão a Angola, de Israel a Faixa de Gaza, das periferias ao centro do mundo globalizados; por instinto de sobrevivência, estilos de vida ou consciência de sua condição histórica nas travessias da vida, imigrantes desafiam a gramática moral que (re)produz e multiplica o etnonacionalismo, e pressionam o Estado democrático de direito por uma maior robustez e amplitude democrática; por sua igualdade jurídica e seu direito à alteridade; por sua liberdade de ficar, partir e circular entre margens mais largas. Pois, como diria Guimarães Rosa, citando seu colega escritor, André Marois, “um rio sem margens é o ideal do peixe”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Lei nº 9.474, de 22 de julho**

de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília, DF: Presidência da República/Casa Civil, 1997.
COMPARATO, Fábio Konder. Variações sobre o conceito de povo no regime democrático. **Revista de Estudos Avançados da USP**, São Paulo, v. 31, n. 11, p. 211- 222, 1997.
CONVERSI, Daniele. **Ethnonationalism in the Contemporary World**: Walter Connor and the study of nationalism. New York: Routledge, 2003.
CONNOR, Walker. **Ethnonationalism**. Princeton: Princeton University, 1973.
DPU – DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. **Ação civil pública com pedido de tutela de urgência**. Porto Alegre, 27 de Maio de 2020.
GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1983
HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**. I: Racionalidade da ação e racionalização social. II: Sobre a crítica da razão funcionalista. Trad. de Flávio B. Siebeneichler. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
_____. **A inclusão do outro**. Trad. de George Sperber; Paulo Astor Soethe. São Paulo: Loyola, 2002.
JAGUARIBE, HÉLIO. **O nacionalismo na atualidade brasileira**. Brasília: FUNAG, [1958] 2013.
KANT, Immanuel. **À paz perpétua**. Porto Alegre: L&PM, 1989
KOIFMAN, Fábio. **Imigrante ideal**: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). São Paulo: Civilização Brasileira, 2012.
LEAL, André Cordeiro. **Processo e jurisdição no estado democrático de direito**: reconstru-

ção da jurisdição a partir do direito processual democrático. 2005. 134 f. Tese. (Doutorado em Direito Processual) – PPG em Direito da Faculdade Mineira de Direito da PUC-MG.
ONU. **Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos**. Resolução n. 2.200 A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966 e ratificado pelo Brasil em 24/01/1992.
MJSP – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE)**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/institucional#:~:text=O%20Comit%C3%AA%20Nacional%20para%20os,22%20de%20julho%20de%201997.>>>. Acesso em 4/12/23.
ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Martin Claret, 2013.
SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Rev. Mana**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 95-131, Abril, 1997.
_____. Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: Maio, M. C. & Santos, R. V. (orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro, Fiocruz/CCBB, 1996.
_____. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 208.
SILVA, João Carlos Jarochinski. Indeferimento prima facie, uma triste inovação. **Consultor jurídico**, 12 de fevereiro de 2021.



O MOVIMENTO SINDICAL E A REPRESENTAÇÃO DAS PESSOAS TRABALHADORAS MIGRANTES NO BRASIL: DIÁLOGOS E DESENCONTROS

Vinícius Cruz Campos

Vinícius Cruz Campos
Doutorando em Relações Internacionais pela Norwegian University of Life Sciences (NMBU). Sua pesquisa aborda a relação entre o movimento sindical brasileiro e as pessoas trabalhadoras migrantes. É mestre em Migração pelo European Masters in Migration and Intercultural Relations (EMMIR) e trabalhou em projetos regionais relacionados à migração laboral na Organização Internacional do Trabalho para América Latina e Caribe. É membro do Observatório das Migrações de São Paulo e do grupo de pesquisa Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses vinculado ao IFCH-Unicamp.

Os sindicatos são historicamente o braço organizado do movimento trabalhista. No entanto, desde o enfraquecimento do Estado de bem-estar social na Europa, o declínio da economia keynesiana e o surgimento de uma agenda neoliberal que se tornou predominante no capitalismo global, os sindicatos têm enfrentado um contexto desafiador para sua sobrevivência (Antunes, 1999; Marino *et al.*, 2017; Pochmann, 2022). Tal realidade inclui uma diminuição significativa na filiação de novos sócios e no financiamento dos sindicatos, menor influência nas decisões corporativas, além da segmentação do mercado de trabalho, que inclui novos tipos de contratos de emprego nos quais os empregadores têm mais poder de barganha (Antunes & Nogueira, 2020; Marino, *et al.*, 2017).

Baseado no princípio da solidariedade internacional entre as pessoas trabalhadoras do mundo, o movimento sindical passou por um período de internacionalização com a construção de laços transnacionais entre entidades trabalhistas para pautar a luta global

por melhores condições de trabalho e fazer frente aos avanços das políticas neoliberais (Agustín & Jørgensen, 2016). Tal internacionalização veio acompanhada da discussão sobre a integração de pessoas trabalhadoras migrantes nos sindicatos nacionais. Este tem sido um tema controverso em diversos países, principalmente devido a preocupações com a desregulamentação do mercado de trabalho e a queda de salários em certas atividades econômicas – o chamado *dumping social* (ILO, 2010).

Apesar de a inclusão de migrantes nos sindicatos ser um tema amplamente estudado pela Academia europeia, o mesmo não acontece no Brasil. Não é de se estranhar. Migrantes podem se sindicalizar no Brasil apenas a partir de 2017 com a promulgação da Nova Lei de Migração. Ademais, ao considerarmos a Europa, a imagem do trabalhador migrante surge prontamente como aquele que desempenha as funções mais desprotegidas: seja no setor de asseio, na construção civil ou na economia de plataforma, como transporte de passageiros,

delivery, compras e transações *online*. O Brasil, no entanto, possui um exército de reserva, isto é, uma massa de trabalhadores e trabalhadoras disposta a receber salários baixos para não morrer de fome, que é majoritariamente nacional, possui CPF, carteira de trabalho e RG. Num país onde impera o capitalismo dependente, há nativos suficientes para serem explorados por regimes análogos à escravidão das oficinas de costura urbanas às lavouras no campo, pela servidão digital na economia de plataformas, ou mesmo pelas empresas que negam a CLT e contratam seus funcionários sem oferecer nenhum tipo de proteção social.

Sendo assim, não é surpreendente que incluir migrantes na base dos sindicatos seja um tema contencioso no nosso país. Afinal, se brasileiros e brasileiras que vivem do trabalho, em sua maioria, não têm acesso a condições decentes e à proteção social, por que incluir migrantes em um movimento que já viu dias melhores (Galvão *et al.*, 2019) e, na opinião de muitos, não tem mais a capaci-

dade de representar os trabalhadores brasileiros?¹

É neste contexto desafiador que se insere a minha pesquisa. Ela é, antes de tudo, um esforço para unir os estudos sobre o mundo do trabalho e as discussões sobre os desafios da população migrante no Brasil. Pessoas trabalhadoras migrantes representam ao mesmo tempo um desafio e uma oportunidade para que o movimento sindical possa respeitar os seus princípios fundadores de internacionalismo e solidariedade da classe trabalhadora, assim como aumentar o seu poder de associação e de negociação. Além disso, é inegável que, apesar de as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores nacionais serem inúmeras, a condição migratória acarreta uma série de vulnerabilidades adicionais aos trabalhadores. Eles, com frequência, desconhecem a legislação trabalhista e o regime de proteção social local, possuem dificuldades para terem suas credenciais educacionais e profissionais reconhecidas e estão mais suscetíveis a sofrerem com a violência e exploração durante a jornada migratória. Os sindicatos possuem os meios e a *expertise* para proporcionar um processo de integração holístico e são importantes aliados para combater exploração da pessoa trabalhadora migrante.

Neste capítulo, discorrerei brevemente sobre dois momentos de aproximação entre o movimento sindical e a pauta migratória no Brasil, são eles: o projeto Sindican-do e a criação da Associação dos Venezuelanos no Estado do Amazonas (ASOVEAM) com o auxílio da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e a Segunda Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (II COMIGRAR). Por fim, apresentarei considerações sobre a importância da intersecção entre o sindicalismo e o movimento de luta por direitos das pessoas migrantes, ressaltando como essas alianças entre membros da sociedade civil podem contrapor práticas hegemônicas de migração, como controles e vigilância de fronteiras, exploração laboral e xenofobia.

SOBRE A METODOLOGIA DESTA PESQUISA

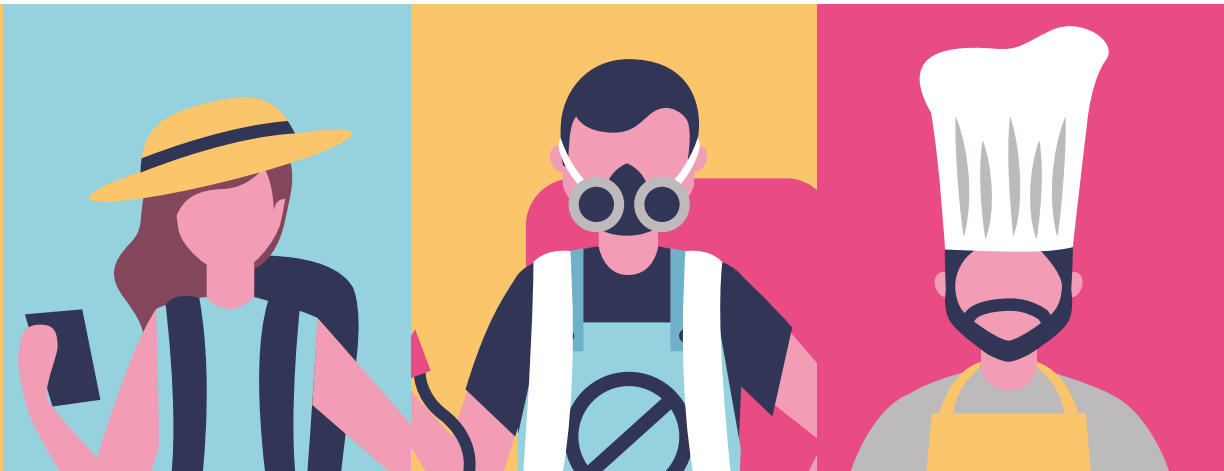
Este capítulo deriva da minha pesquisa de doutorado na *Norwegian University of Life Sciences* (NMBU), cujo tema central é a aproximação entre o movimento sindical e a pauta migratória no Brasil. Para desenvolver este estudo, entrevistei diversos membros da sociedade civil, sindicalistas e pessoas trabalhadoras migrantes. Algumas dessas entrevistas foram formais e seguiram um formato semiestrutu-

rado, outras foram espontâneas e ocorreram durante eventos com a temática de migração. Além disso, conduzi participação observante em eventos preparatórios para a Segunda Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (II COMIGRAR). As entrevistas e notas de campo, além de uma ampla revisão de literatura sobre sindicalismo e trabalho migrante, informam as discussões aqui apresentadas.

A APROXIMAÇÃO DOS SINDICATOS COM A PAUTA MIGRATÓRIA NO BRASIL

Mesmo quando o Estatuto do Estrangeiro não permitia a sindicalização de migrantes, as centrais sindicais já possuíam incidência nas políticas migratórias nacionais. Portanto, seria incorreto afirmar que somente a partir de 2017, com a promulgação da nova Lei de Migração, os sindicatos se envolveram com a pauta migratória.

É certo que, a nível local, essas experiências são mais recentes e estão se multiplicando nos últimos cinco anos. Contudo, quando consideramos, por exemplo, a atuação das centrais sindicais no Conselho Nacional de Imigração (CNIg), é possível perceber que a bancada dos trabalhadores, composta pelas principais centrais sindicais do Brasil, trabalhou a favor de políticas públicas favo-



¹ Opinião compartilhada por vários sindicalistas, trabalhadores migrantes e membros da sociedade civil entrevistados no âmbito desta pesquisa.

ráveis aos migrantes, inclusive liderando a proposta de criação de um visto humanitário para haitianos no Brasil. Valdir Vicente de Barros, representante da UGT e figura histórica na defesa de trabalhadores migrantes no mundo sindical, costumeiramente mostrava sua vontade em apoiar os processos de autonomia de pessoas trabalhadoras migrantes através da inserção dessa população no mercado de trabalho formal brasileiro.

“O Sr. Valdir Vicente informou já ter sido indagado quanto aos impactos do ingresso dos haitianos no mercado de trabalho brasileiro. Manifestou a convicção que o Brasil tem perfeitas condições de absorver com tranquilidade o contingente que até agora ingressou. Disse duvidar que os que vierem desejem retornar ao seu país de origem, como se pretende. Apontou a necessidade de se pensar no aspecto da reunião familiar. Declarou seu contentamento com a disposição do Governo Federal em auxiliar os estados que estão abrigando esses imigrantes, tendo em vista que tal auxílio minimizará o sofrimento dos imigrantes” (Conselho Nacional de Imigração, 2012, p. 4).

Sendo assim, há anos as centrais sindicais atuam em temas migratórios no âmbito de incidência de políticas públicas nacionais. No entanto, a nível local, a atuação dos sindicatos tem se intensificado nos últimos anos. Para ilustrar tal

tendência, exponho dois casos relevantes para a minha pesquisa de doutorado: o projeto Sindicando e a construção da Associação dos Venezuelanos no Estado do Amazonas (ASOVEAM) e a atuação dos sindicatos na Segunda Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apátridia (II COMIGRAR).

O PROJETO SINDICANDO E A ASSOCIAÇÃO DOS VENEZUELANOS NO ESTADO DO AMAZONAS (ASOVEAM)

O Sindicando foi um projeto iniciado em 2019 e desenvolvido em parceria entre o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC) e o Solidarity Center (SC). O CDHIC é uma das poucas ONGs que, ao mesmo tempo, trabalha com a pauta migratória e tem a tradição de estabelecer parcerias com o movimento sindical tendo, por exemplo, coordenado em conjunto com o Sindicato dos Químicos de São Paulo o abrigo temporário para pessoas afegãs refugiadas em Praia Grande.

Por sua vez, o Solidarity Center é uma organização não-governamental internacional parceira da Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais (AFL-CIO), a maior central sindical dos Estados Unidos. O SC tem como missão promover os direitos dos trabalhadores internacionalmente e possui um escritório em São Paulo. No Brasil, possui um departamento de migração, cujo objetivo principal é

aproximar as organizações sindicais da pauta migratória.

O Sindicando foi um projeto que mobilizou diversos atores locais, incluindo governos, universidades, sindicatos, ONGs e trabalhadores migrantes, em oito estados do Brasil com o objetivo de entender a realidade migratória local e oferecer *workshops* de aproximação entre os sindicatos e os migrantes. O projeto tinha como alguns de seus objetivos aumentar os níveis de sindicalização entre migrantes, capacitar e incentivar sindicatos a lidar com a pauta migratória e quebrar preconceitos entre migrantes e sindicatos.

O maior caso de sucesso do Sindicando foi concretizado através da criação da Associação dos Venezuelanos no Estado do Amazonas (ASOVEAM). Foi através de um dos *workshops* do projeto que a União Geral dos Trabalhadores no Amazonas (UGT-AM), através da liderança ativa da sindicalista Pedrinha Lasmar, passou a apoiar a criação de uma associação de venezuelanos no estado através de uma associação.

Um dos maiores indicativos de sucesso da ASOVEAM é que a associação conseguiu alcançar independência em seus processos decisórios e tem buscado novas formas de financiamento. Com o auxílio do movimento sindical e a organização da população migrante local, a ASOVEAM conseguiu atingir espaços de construção de políticas públicas e, não

apenas foi convidada para colaborar na criação do Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Atenção a Migrantes, Refugiados e Apátridas do Amazonas, como ocupa a presidência do Comitê Municipal de Políticas Públicas para pessoas Refugiadas, Migrantes e Apátridas de Manaus desde 2023.

O caso de criação da ASOVEAM, portanto, revela importantes resultados que podem ser usados de inspiração para outras regiões do Brasil. A significância desse processo reside no fato de que a UGT no Amazonas, através do trabalho de Pedrinha, apoiou a população migrante a chegar nos locais de criação e discussão de políticas públicas, onde as associações podem atuar independentemente. Decerto as organizações sindicais podem auxiliar em eventos pontuais, como a criação de currículos, intermediação de vagas e conscientização sobre fatores culturais. No entanto, facilitar a entrada em espaços de construção de políticas onde os migrantes podem vocalizar suas demandas de forma livre possui um efeito mais longo e estrutural na vida da comunidade migrante, quebrando um ciclo de dependência do humanitarismo e tornando-os sujeitos autônomos.

A SEGUNDA CONFERÊNCIA NACIONAL DE MIGRAÇÕES, REFÚGIO E APATRIDIA (II COMIGRAR)

A II COMIGRAR é uma conferência que possui como objetivo final reunir propostas da sociedade civil para a criação de um plano nacional de políticas para a população migrante, refugiada e apátrida no Brasil, bem como para brasileiros residentes no exterior. Ela foi estabelecida pela Portaria SENAJUS/MJSP número 81 de 20 de setembro de 2023, dez anos após o acontecimento da I COMIGRAR, cujo principal resultado foi a criação da Nova Lei de Migração de 2017.

A II COMIGRAR está organizada em duas etapas: uma preparatória e uma nacional. A etapa preparatória compreende conferências livres, que podem ser locais ou nacionais, além de conferências estaduais, cuja organização cabe aos governos dos estados da federação brasileira. Além disso, o governo federal dividiu a II COMIGRAR em seis eixos temáticos, sendo o eixo 2, intitulado inserção econômica e promoção do trabalho decente, o mais relevante para este estudo. Os sindicatos participaram ativamente das conferências relacionadas a esse eixo, como a Conferência Livre Nacional sobre Inserção socioeconômica e promoção do trabalho decente para Migrantes, Refugiados e Apátridas (COMTrabhar) e da Migração Laboral e o Mundo do Trabalho (COMCNlg).

A COMTrabhar possuía um objetivo bastante claro: contribuir para a COMIGRAR com uma

visão sobre o trabalho a partir do mundo do trabalho. Por isso, dois dos três delegados eleitos para representar a COMTrabhar na II COMIGRAR são pertencentes ao movimento sindical. Um deles foi o sindicalista Gelson Santana, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Porto Alegre, conhecido por seu trabalho de inserção econômica e proteção de trabalhadores haitianos. Além disso, foi eleita Diana Soliz, boliviana e primeira migrante a se tornar dirigente sindical no Brasil no Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município de São Paulo.

Somando-se a isso, a COMTrabhar elegeu uma proposta especificamente voltada para o papel dos sindicatos na proteção de pessoas trabalhadoras migrantes:

“Instituir programas e convênios entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), centrais sindicais, federações e sindicatos para acolher migrantes, refugiados e apátridas, e garantir seus direitos laborais conforme a legislação brasileira, além de promover capacitações sobre os direitos trabalhistas” (COMTrabhar, 2024).

Outra conferência que possuiu forte presença do movimento sindical foi a COMCNlg, organizada pelo CNlg. As principais presenças do movimento foram as centrais sindicais nacionais que são membras do Conselho, isto é, CUT, UGT e FS. As discussões se deram em torno do fortalecimento do CNlg, órgão en-

fraquecido pelo governo Bolsonaro que extinguiu diversos conselhos no nível do executivo federal.

A participação dos sindicatos na II COMIGRAR é um importante indicativo de que o movimento sindical está empenhado em dialogar com temas migratórios. No entanto, é certo que tal participação poderia ter sido mais intensa nas conferências preparatórias. Um exemplo é que não havia representações importantes das centrais sindicais na Conferência Estadual de Migrações, Refúgio e Apatridia do estado de São Paulo, o estado com a maior quantidade de migrantes do país.

A COMIGRAR é um importante espaço de participação social para a sociedade civil que leva a cabo discussão de políticas migratórias pautadas nos direitos humanos e tem em conta as dificuldades materiais enfrentadas por essa população no Brasil. A participação do movimento sindical, ainda que relativamente tímida em alguns casos, trouxe contribuições importantes para a discussão com a perspectiva do mundo do trabalho. Percebe-se, então, que os sindicatos tiveram mais interesse de participar das conferências focadas no eixo 2 do que em outros temas que não estejam relacionados ao mundo laboral, possivelmente devido a sua experiência com a questão trabalhista no país.

POR UMA INTERSECÇÃO ENTRE OS ESTUDOS SINDICAIS E MIGRATÓRIOS

A globalização neoliberal reestruturou a divisão internacional do trabalho, causando um declínio na manufatura em países historicamente industriais, incentivou a privatização e a demissão de funcionários públicos, além de criar formas de emprego atípico, que normalmente se traduzem em uma faceta da informalidade (Antunes, 1999; Antunes & Nogueira, 2020; Marino *et al.*, 2017). Além disso, a internacionalização da produção e dos serviços piorou as condições para regulamentar o trabalho dentro das fronteiras nacionais (Marino *et al.*, 2017). Entre os trabalhadores que testemunharam suas condições piorarem estão os trabalhadores migrantes (Chhachhi, 2014). Portanto, o século XXI apresenta um contexto desafiador para o mundo do trabalho.

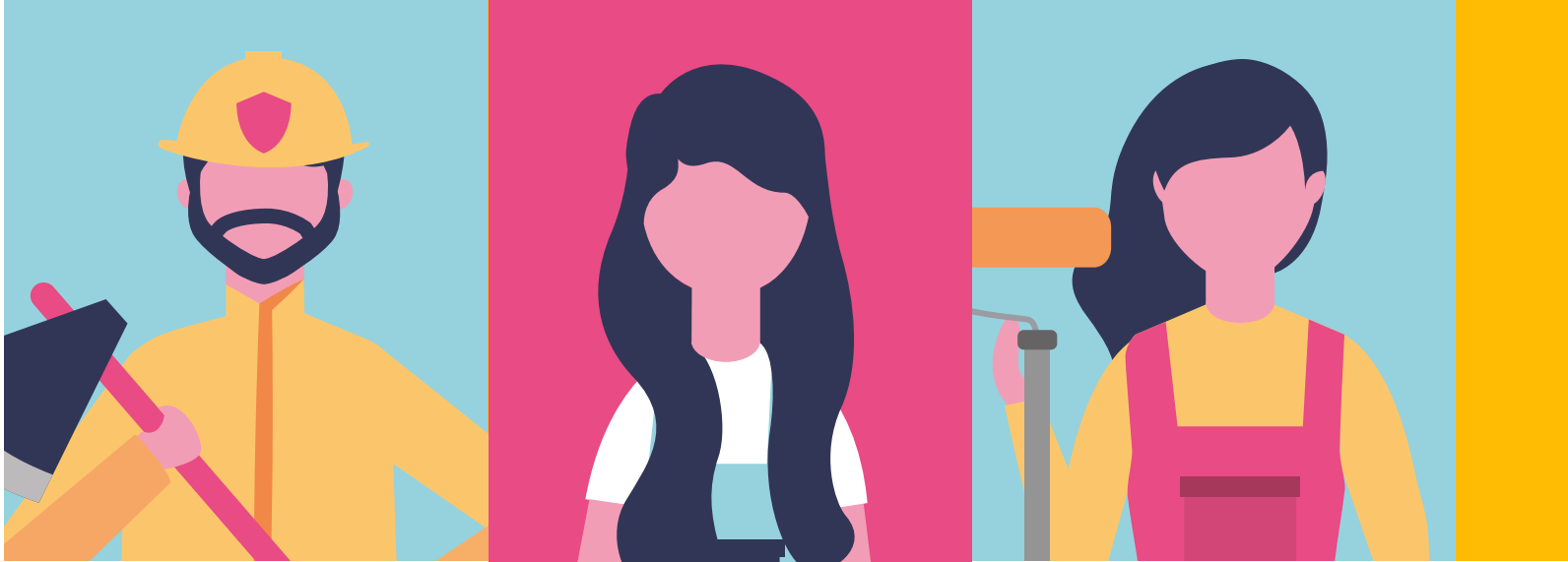
Considerando a crise de representação e financiamento enfrentada pelos sindicatos, essas organizações de trabalhadores tornaram-se mais inclusivas, principalmente de trabalhadores migrantes e informais, como uma forma de recuperar relevância na sociedade (Marino *et al.*, 2017). Entender o trabalhador como branco, nacional, masculino e com emprego formal não era mais uma opção se os sindicatos quisessem sobreviver ao neoliberalismo (Bellucci & Weiss, 2020).

No Brasil, vivemos um momento oportuno para engajar os sindicatos nas lutas dos movimentos por direitos de migrantes. Esta pes-

quisa demonstra que os sindicatos estão dispostos a se envolver com a luta da população migrante seja por motivos baseados no internacionalismo trabalhista ou por questões pragmáticas, como o aumento no número de associados e a retomada de categorias fortes para enfrentar as negociações coletivas.

A proteção dos direitos dos trabalhadores migrantes é uma questão de importância central, e os sindicatos desempenham um papel significativo nesse contexto. Como representantes oficiais dos trabalhadores, os sindicatos possuem autoridade e capacidade para realizar inspeções nos locais de trabalho, o que não é possível para outros atores que atuam na proteção de migrantes. Essa atribuição confere aos sindicatos uma posição privilegiada na prevenção e combate às práticas de trabalho análogos à escravidão.

Além disso, os sindicatos contribuem para uma perspectiva de integração baseada na autonomia da população migrante, distanciando-se de uma abordagem assistencialista e emergencial. Tal perspectiva torna as entidades sindicais importantes propulsores de debates estruturais que afetam não só a migração, mas sim a organização laboral no Brasil como um todo. O movimento sindical questiona, por exemplo, como seria possível falar de trabalho decente para migrantes num cenário em que imperam as reformas



neoliberais, como a trabalhista de 2017 e a da previdência de 2019, que desmontaram a proteção socio-laboral do país. As entidades sindicais também possuem acesso a espaços de construção e discussão de políticas públicas, como conselhos municipais, estaduais e nacionais. Os sindicatos podem, portanto, facilitar a participação de associações de migrantes nesses espaços, como fez no caso da ASOVEAM, contribuindo para a autonomia e independência dos migrantes.

Cabe destacar que os sindicatos devem estar atentos às especificidades da população migrante, reconhecendo suas necessidades e desafios particulares. Nesse sentido, a colaboração com ONGs que possuam *expertise* no atendimento a esse público pode ser altamente benéfica. A experiência acumulada pelas ONGs na interação com migrantes pode complementar o trabalho dos sindicatos, contribuindo para uma abordagem mais abrangente e eficaz na defesa dos seus direitos laborais. É importante que tal colaboração se estabeleça de forma

a evitar qualquer competição por recursos ou protagonismo, compreendendo as competências de cada parceiro e maximizando os benefícios para as pessoas trabalhadoras migrantes.

É imprescindível promover uma maior integração entre os estudos sindicais e os estudos migratórios no contexto brasileiro, pois deve-se pensar de forma conjunta em soluções para a lacuna de trabalho decente para pessoas trabalhadoras migrantes. Estas soluções precisam ir além do assistencialismo e da intermediação de vagas de emprego. Precisa-se aliar as experiências das organizações de luta em defesa dos migrantes com as demandas históricas por mudanças estruturais do movimento sindical. Apenas uma perspectiva holística do processo de integração, que inclui a luta contra as reformas neoliberais, poderá contribuir com a autonomia tanto de trabalhadores migrantes quanto de trabalhadores brasileiros.

REFERÊNCIAS

AGUSTÍN, Ó. G.; JØRGENSEN, M. B. (org.). **Solidarity without Borders: Gramscian Perspectives on Migration and Civil Society Alliances.**

[S. l.]: Pluto Press, 2016. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.2307/j.ctt19qgdww>. Acesso em: 16 mar. 2023.

ANTUNES, R. L. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 1. ed. São Paulo: Boitempo Ed, 1999. (Coleção Mundo do trabalho).

ANTUNES, R.; NOGUEIRA, A. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** 1a ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2020. (Coleção Mundo do trabalho).

BELLUCCI, S.; WEISS, H. (org.). **The Internationalisation of the Labour Question: Ideological Antagonism, Workers' Movements and the ILO since 1919.** Cham: Springer International Publishing, 2020. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/978-3-030-28235-6>. Acesso em: 29 mar. 2023.

CHHACHHI, A. Introduction: The 'Labour Question' in Contemporary Capitalism. **Development and Change**, [s. l.], v. 45, n. 5, p. 895–919, 2014.

COMTRABALHAR. **Planilha de Propostas da COMTrabalhar.** [S. l.: s. n.], 2024.

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO. **Ata da Reunião Extraordinária de Janeiro de 2012.** [S. l.: s. n.], 2012. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/atas_cnig/2012/Reunião_Extraordinária_-_janeiro_-_2012.pdf.

GALVÃO, A. *et al.* REFORMA TRABALHISTA: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. **Caderno CRH**, [s. l.], v. 32, n. 86, p. 253, 2019.

ILO. **In Search of Decent Work. Migrant Worker's Rights: a manual for trade unionists.** Geneva: ILO Publications, 2010. Disponível em: <https://public.ebookcentral.proquest.com/choice/publicfullrecord.aspx?p=809123>. Acesso em: 19 abr. 2022.

MARINO, S.; ROOSBLAD, J.; PENNINX, R. (org.). **Trade unions and migrant workers: new contexts and challenges in Europe.** Cheltenham, UK: Geneva, Switzerland: Edward Elgar Publishing; International Labour Office, 2017. (ILERA publication series).

POCHMANN, M. **O sindicato tem futuro?** São Paulo: Expressão Popular, 2022.



MIGRAÇÕES LATINO- AMERICANAS NO INTERIOR PAULISTA: A FACE DO XENORRACISMO

Juliana Carvalho Ribeiro
Rosana Baeninger
Observatório das Migrações em São Paulo
(NEPO-UNICAMP)

Juliana Carvalho Ribeiro
Pesquisadora no Observatório das Migrações em São Paulo e é pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO/IFCH/UNICAMP), sob supervisão da Prof a . Dra . Rosana Baeninger. Possui doutorado em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (2021), mestrado em Geografia-Tratamento da Informação Espacial pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2015), e graduação em Geografia-licenciatura pela Universidade Federal de Minas Gerais (2007) e em Geografia-bacharelado pela Universidade Federal de Minas Gerais (2005).

Rosana Baeninger
Bacharel e Licenciatura em Ciências Sociais – UNICAMP. Mestra em Sociologia – UNICAMP. Doutora em Ciências Sociais (Área Estudos de População) – UNICAMP. Professora Livre- Docente Aposentada, colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Demografia (IFCH) e no Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/UNICAMP). Coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP).

PRIMEIRAS REFLEXÕES

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Eduardo Galeano

Galeano (1994) nos ensina sobre a importância da utopia como mirada, como norte, como referencial para a caminhada. Uma

caminhada por um mundo melhor. No caso do presente estudo, a caminhada busca um mundo livre do xenorracismo (SIVANANDAN, 2001; Fekete, 2001), no qual pessoas possam migrar sem qualquer preconceito, construindo uma vida digna onde quer que queiram estar. Xenofobia e *racismo* são categorias distintas, mas, frequentemente, observa-se uma sobreposição entre elas, resultando no que ficou conhecido como xenorracismo. Sivanandan (2001) e Fekete (2001), referências internacionais na luta pelos direitos de migrantes na Europa, inspiram reflexões acerca

deste conceito: uma xenofobia que carrega toda a carga do *racismo* construído historicamente. Imigrantes não-brancas/os (pretas/os, pardas/os, indígenas ou amarelas/os) são recorrentemente desqualificadas/os e tratadas/os como inferiores, e esta realidade, cada vez mais evidente e cotidianamente alimentada, longe de ser algo recente, tem raízes que remontam ao período colonial. Dessa forma, a inferioridade incutida às diversas etnias negras africanas e às etnias nativas desta terra nossos indígenas, então chamados de índias/os¹ por europeus era debatida entre religiosos cris-

tãos e referendada pelo Papa, em mais um dos processos que revelavam a fusão entre o Estado e a Religião. Isso determinou a suposta superioridade branca —defendida pelos próprios homens brancos—e, portanto, a superioridade europeia. “A branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os ‘Outras/os’ raciais ‘diferem’” (Kilomba, 2019, p. 75; grifos da autora). Essa justificativa respaldava a retórica da colonização como caminho para catequização civilizacional para nativas/os da América, que precisavam ser “salvos” de sua própria cultura em sua própria terra —o Novo Mundo—que não era mais do que o novo território europeu. Eram os europeus que invadiam e colonizavam as terras e, nesse processo, usavam de diferentes formas de violência. Salientando esta questão, o grifo de Ribeiro (2019, p. 83-84) acerca de negras/os africanas/os escravizadas/os pode ser estendido a indígenas: “[...] a visão colonial que via os corpos negros como violáveis”. Kilomba (2019, p. 33) adjetiva como sádicas as políticas de con-

quista e dominação do colonialismo que produziram “[...] regimes brutais de silenciamento”. Com a ascensão da burguesia e a formação do Estado laico, no século 19, a Europa —e, nesse momento histórico, também os Estados Unidos da América—irá se voltar para seu novo método de produzir verdades: a ciência moderna. Nesse contexto, teorias raciais² —e racistas—começam a ser desenvolvidas e, ao final desse mesmo século, por volta de 1870, chegam ao Brasil, onde também foram utilizadas pela elite branca. Para a formulação dessas teorias, corpos não-brancos eram objetos de estudos³ para se determinar supostas evidências da sua inferioridade, “[...] estabelecendo-se correlações rígidas entre patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais” (Schwarcz, 1993, p. 47). Essa concepção não foi refutada no Brasil. Ao contrário, a elite branca brasileira a abraçou e, desde a independência, perpetua o *racismo* com boa parte da própria população —com origem indígena e negra—então justifi-

cado cientificamente. Negras/os e indígenas representariam o atraso. Atualmente, um olhar crítico a essas teorias já foi postulado e elas são definidas como *Racismo Biológico* —apesar de ainda serem reproduzidas, mesmo que com novas faces, como o xenorracismo. Porém, na República Velha, o *Racismo Biológico* era amplamente praticado e levou à eugenia⁴ —ideia de embranquecimento da população, também reproduzida a partir da Europa. Neste momento histórico, buscava-se “importar” europeus em um projeto político de imigração consagrado pelo governo republicano, que alegava necessidade de substituir a força de trabalho negra, antes escravizada, ao invés de considerá-la em seu novo projeto de nação. Portanto, com a consolidação das elites brancas na América, a noção de raça utilizada para hierarquizar corpos não é rompida, mas reproduzida em outros termos, de outra forma, com outras faces, que consolidam, de maneira contundente, o racismo estrutural e o racismo institucional⁵ que ainda nos acompanham.

1 O termo torna homogêneos os diferentes povos originários da América, não respeitando sua diversidade, e é utilizado, historicamente, de forma pejorativa, com intuítos de inferiorização ou romantização. Atualmente, os povos originários preferem ser chamados de indígenas, que, em latim, significa “natural do lugar em que vive”. Mesmo assim, a forma mais respeitosa é identificar cada grupo étnico por sua etnia, que é a base cultural

da sua identidade. É o que defende, por exemplo, o professor e escritor Daniel Munduruku (Munduruku é sua etnia) em diferentes falas: “Eu não sou índio. Essa palavra não diz o que eu sou, diz o que as pessoas acham que eu sou. Essa palavra não revela minha identidade, revela a imagem que as pessoas têm e que muitas vezes é negativa”. Trata-se de um processo de descolonização do vocabulário e das ideias. Disponível em: <http://www.nonada.com.br/2017/11/daniel-munduruku-eu-nao-sou-indio-nao-existem-indios-no-brasil/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

2 “[...] o termo raça é introduzido na literatura mais especializada em inícios do século XIX [...] inaugurando a ideia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos” (Schwarcz, 1993, p. 47).

3 Como exemplos, podemos destacar a frenologia e antropometria: “[...] teorias que passavam a interpretar a capacidade humana tomando em conta o tamanho e proporção do cérebro dos diferentes povos” (Schwarcz, 1993, p. 48).

4 “O termo eugenia —eu: boa; genus: geração—foi criado em 1883 pelo cientista britânico Francis Galton [...] que buscava provar, a partir de um método estatístico e genealógico, que a capacidade humana era função da hereditariedade” (Schwarcz, 1993, p.48; grifos da autora).

5 Basso (2013) nos apresenta o conceito “racismo institucional”, delegando aos Estados, aos governos e aos parlamentos seu primeiro

Por sua vez, a xenofobia⁶ vai se consolidar na Europa após a Segunda Guerra Mundial, quando seus países se revelam, de forma cada vez mais intensa, destinos de migrantes de diferentes localidades do Sul Global —migração Sul-Norte —realidade que ganha(rá) vigor a cada crise econômica. Ela é alimentada pela ampliação da mobilidade corporal —sobretudo pela progressiva expansão da globalização —e esse sentimento de aversão ao estrangeiro se espalha rapidamente, alcançando a maior parte dos países do mundo.

Institui-se, assim, a busca pelo *migrante ideal* (Bastide; Fernandes, 2008) —apontado, quase unanimemente, como branco, europeu e supostamente civilizado. A chegada da/o migrante não-ideal —“[...] acima dos seres animalizados, impuras formas de humanidade” (Kilomba, 2019, p. 19) —provoca um acirramento das relações sociais, que, por sua vez, é tomado como consequência de um choque cultural. “Diálogos de Samira” —literatura construída (também) por narrativas de um menino refugiado de 13 anos chamado Karim —apresenta trechos que ilustram esse choque: “Se a Europa me ensinou alguma coisa, foi a de que

não existe nada mais assustador do que um africano a lhe atravessar as fronteiras” (Camargos; Caruso, 2015, p. 37); “Escondam o vosso dinheiro, escondam as vossas filhas, os pretos estão a invadir-nos o quintal’. Ouço-lhes os pensamentos quando nos veem aproximar do guichê e lhes entregamos o nosso passaporte do terceiro mundo” (Camargos; Caruso, 2015, p. 37); “Tinha acabado de chegar à Europa e já só queria fugir dela” (Camargos; Caruso, 2015, p. 39).

A migração não-branca requer intervenção e diálogo junto à sociedade receptora para não intensificar o xenorracismo, mas o que se tem assistido atualmente são ataques deliberados por parte de parcelas consideráveis de populações e por representantes governamentais a migrantes não-brancas/os —sobretudo nos Países do Norte, mas, também, no Brasil —com a ressurgência da extrema direita e a consolidação dos neofascismos.

Compreendendo este contexto de aversão, colocamos a lupa sobre a Região Metropolitana de Campinas-SP. Nessa análise, dois pontos devem ser considerados: *i.* o fato de ela atrair migrantes in-

ternacionais que chegam ao Brasil —pelo seu dinamismo econômico e pela sua proximidade com São Paulo-SP —e *ii.* suas características sociodemográficas —Campinas-SP apresenta alto IDH e tem uma população majoritariamente autodeclarada branca. Esses dois pontos indicam caminhos para que o xenorracismo praticado —e denunciado por migrantes internacionais que vivem neste recorte —seja compreendido e analisado —objetivo central deste estudo.

O presente estudo é um desdobramento de uma pesquisa maior, desenvolvida pelo Observatório das Migrações em São Paulo-SP (NEPO-UNICAMP). Mais do que isso, ele resulta de uma parceria entre o Observatório das Migrações em São Paulo-SP (NEPO-UNICAMP), o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Prefeitura de Americana. Este município é, portanto, recorte espacial da pesquisa. Apresentando-se, desde meados dos anos 2000, como novo espaço da migração (BAENINGER, 1999) internacional, ele passou a receber, sobretudo, bolivianas/os e venezuelanas/os, mas, também, outras nacionalidades. Tal presença despertou a necessida-

de de se investigar e analisar as relações laborais migrantes, que permeiam questões econômicas e socioespaciais. A ausência de bases de dados sistematizadas reforça a importância da aplicação de entrevistas, que viabilizam ampla análise qualitativa.

Assim, destaca-se, entre os métodos empregados neste estudo, o processo de escuta, desenvolvido entre fins de abril e meados de agosto de 2022, que alcançou 76 migrantes internacionais então residentes em Americana-SP. As entrevistas foram gravadas e transcritas, após terem sido aplicadas remotamente, via WhatsApp. É importante destacar que as transcrições respeitaram as verbalizações, tendo sido realizadas de forma literal e direta. Todas/os interlocutoras/es receberam nomes fictícios e tiveram suas identidades preservadas. O gênero das/os participantes também foi respeitado. Grifa-se ainda que o roteiro foi previamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNICAMP.

AS MANIFESTAÇÕES COTIDIANAS DO XENORRACISMO: “POR QUE VOCÊ NO VAI PARA SEU PAÍS?”

Por que escrevo?

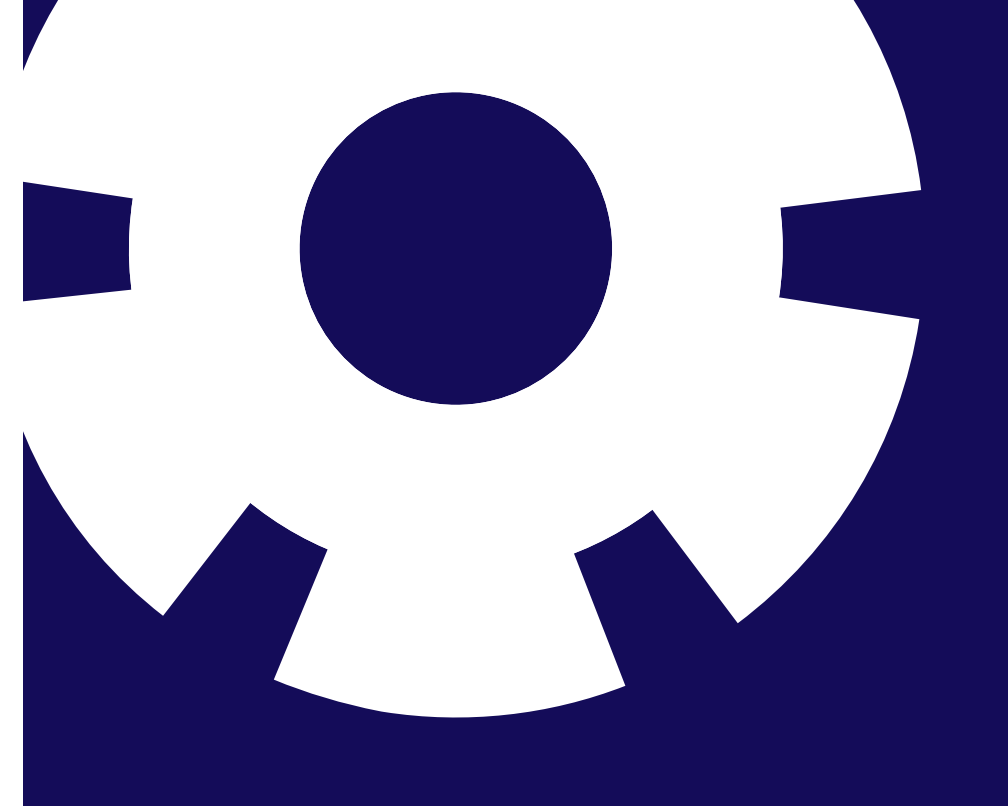
Porque eu tenho de

Porque minha voz,

em todos seus dialetos,

tem sido calada por muito tempo.

Jacob Sam-La Rose



Kilomba (2019) começa suas reflexões em *Memórias da Plan-tação* com este poema de Sam-La Rose, defendendo a urgência de combate à longa história de silêncio imposta pelo colonialismo. A autora defende a necessidade de as/os silenciadas/os-exploradas/os-violentadas/os pelo poder hegemônico tornarem-se “sujeito” e não mais “objeto”, saciando a “fome coletiva de ganhar a voz” (Kilomba, 2019, p. 27). Só assim começaremos, de fato, a trilhar os caminhos, ainda utópicos, que nos levarão ao fim do racismo e, junto a ele, ao fim do xenorracismo.

No Brasil, este sentimento de aversão a migrantes não-brancas/os —eja lupa, neste estudo, foi colocada sobre latino-americanas/os —ganhou corpo com a intensificação das Migrações Sul-Sul. Fenótipos latino-americanos são encarados, muitas vezes, com olhares estigmatizados e racistas,

como um marcador social de diferença hierárquica. A crise econômica da segunda década do século 21 contribuiu para alimentar a xenofobia, como uma espécie de cópia dos Estados Unidos, sobretudo pela população considerada branca no Brasil, em uma atitude que pretende negar a origem latino-americana das/os próprias/os “brancas/os” brasileiras/os —que, em sua maioria, nem são considerados brancas/os na Europa ou nos Estados Unidos.

Analisando a migração não desejada, Caruso (1980, p. 242; grifo do autor) reflete sobre “[...] a formação de população ‘marginal’ nos lugares de destino”, recorrentemente associada à “[...] migração na América Latina”, apontando que ela foi denunciada por autores diversos por contribuir com a formação da “[...] marginalidade”. O autor ainda assinala que “[...] a ‘marginalidade’ é, em geral, con-

protagonismo. O autor caracteriza a construção institucional desta prática: “[...] com suas legislações especiais e seus discursos públicos contra os imigrantes; com sua praxis administrativa discriminatória e arbitrária, que torna amarga a existência dos imigrantes e legitima a superexploração brutal do seu trabalho; com a seleção, de fundo racial, entre nacionalidades ‘boas’ e nacionalidades perigosas, entre imigrantes ‘desejáveis’ e indesejáveis” (BASSO, 2013, p. 85-86; grifos do autor). Ao referenciar aos Estados, aos governos e aos parlamentos o “primeiro protagonismo” desta prática, Basso (2013, p. 85) afirma que “primeiro não quer dizer, é claro, único”, implicando a três fontes o que ele chama de “fábricas [...] de venenos racistas”. Além do Estado, o autor elenca “[...] o mercado [...] e a indústria da mídia de massa”, agindo em conjunto e atendendo às “[...] necessidades cogentes do mercado global, dos Estados Nações e a dita opinião pública” (BASSO, 2013, p. 85).

6 Xenos vem do grego e quer dizer estrangeiro, e fobia, que também vem do grego, quer dizer aversão, horror.

ceituada como não integração na economia capitalista e não participação em organizações sociais e no usufruto de certos serviços urbanos” (Caruso, 1980, p. 242; grifo do autor). Por fim, a marginalidade ainda significa a associação com o crime. Muitas vezes, migrantes latino-americanas/os no Brasil são vítimas de crimes, como a superexploração da sua força de trabalho, mas, ao invés de serem tomadas/os como vítimas, são lidas/os como criminosas/os:

[...] eu me sentiu explorado uma vez [...] Era um serviço que eu fazia, por empreiteira, e eu ia fazer esse serviço e, na verdade, eu contava com o dinheiro... E no fim a pessoa pegou e no pagou... E ficou com o dinheiro. Era pra mim ter levado para a justiça, mas por ser que eu estava lá em uma terra estrangeira, eu no queria arrumar mais problemas pra mim... Eu larguei pra lá [...] Por eu ser estrangeiro mesmo, ele no pagou (Marco, migrante haitiano em Americana-SP).

Muitas veces [me sentí explotada]. As primeras veces fui ruim [choro]. Muito ruim. Porque no tinha cómo sair. Nem para preguntar. Eu quis voltar para a minha terra. Só que eu no sabía falar, yo no sabía ni cómo salir de lá. En frente tenia un cachorro que no deixava salir. Essa casa fue en San Paulo, cuando eu trabalhei en San Paulo, desse jeito. Pero conseguimos salir y comenzamos a trabajar así autónomos. Y

depois poco a poco fomos melhorando. Y hace dos años ya que estamos pagando aquele documento para a oficina. CNPJ. Mas foi muito ruim aquela época. Os donos de lá se separaron. Y aí a oficina faliu porque muitos fugiron. Y cuando eles se separaron, se divorciaron, pra nós fue más fácil salir. Eu y meu marido. Havia un canal, no lembro... que tenia aquele señor que llamava Gugu, que podía ligar lá, y eu queria pedir ayuda [choro], eu queria voltar de volta à minha terra, pero no conseguí. Eu no sabía escrever, nada. [...] Que eu estava grávida de minha filha, da minha primera filha. Y eu queria pedir ayuda. [...] Y eu olhava y pensava: “será que pode me ajudar aquele señor?”. Pero cómo eu no sabía escrever nada, eu fiquei así. Y pasó un tiempo nós salimos daquela casa y fomos trabalhar outro lugar (Gabriela, migrante boliviana em Americana-SP).

Eu trabalhava além do horário e fazia tudo o que me pedia e não recebia por isso... e quando eu reclamava, ele dizia que ia me dispensar (Elis, migrante paraguaia em Americana-SP).

[...] la verdad donde estaba era muy poco el salario. No tenía muchas opciones... ¿Entiende? (Luiz, migrante venezuelano em Americana-SP).

[...] yo trabajé aquí en Americana, mas yo trabajé en uma oficina con compatriotas bolivianos mismo. [...] mas no me pagaram. Praticamen-

te um año intero no me pagaron. Quando fui a cobrar, no tenia nada. Y se escapó para San Paulo, né? El dono de la oficina. Lo encargado dizia que era el administrador y yo confié. Porque él dije que era administrador de la empresa. Entonces se escaparam y no pude hacer más nada (Sonia, migrante boliviana em Americana-SP).

Aquí és conocido varios venezolanos que no tienen sus empleos. Algunos trabajan con bolivianos que tienen oficinas. [...] Y és un poco difícil porque trabajan casi um día completo. Aí és conocido varias historias de venezolanos que trabajaban así y que empeoró por conta de la pandemia. Y [...] estar en una oficina desta, [...] no tiene ni vida propia. És muy difícil (Lilith, migrante venezolana em Americana-SP).

[...] muchas veces. Porque yo no podía... Ni siquiera podía llevar a mis hijos a lo postinho [posto de saúde do SUS] cuando estaban enfermos porque tenía que pagar las horas no trabajadas (Graziela, migrante boliviana em Americana-SP).

He acontecido una cosa aquí... Muchas veces no querian pagar la diaria que devian. Pero yo salir fuera rápido. Porque soy una persona que no nega servicio, soy un profesional, y cobro lo combiando. Si lo combinado fuera 150, deve pagar 150. Entonces yo salir fuera rápido. [...] Pero ficaron me devendo un dinero [...] escucho muchos casos de

persona que és explotado (Rafael, migrante venezolano em Americana-SP).

Eu me sentí [explotada]. Foi outro boliviano [...] Eu trabalhava pra ele [...] meu filho ficava doente na creche e ele não deixava pra eu poder levar o meu filho para hospital [...] Ele era muito exigente conmigo e yo me sentía muito mal (Joana, migrante boliviana em Americana-SP). Voy a hacer una referencia que lo he tenido... Yo fui hacer una faxina en una escuela donde dan cursos y hice mi trabajo, normal [...] Entré la 8h00 y salí a las 17h00 y me pagaron 150. Después, conseguí un trabajo con una empresa para hacer una faxina. Yo trabajé dos semanas con ellos. En una faxina fue la limpieza de un edificio, fue bastante trabajo, bastante. Empezé a las 7h30 y salí a las 18h00 y me pagaron por esto faxina fue 70 reais (Josefina, migrante venezolana em Americana-SP).

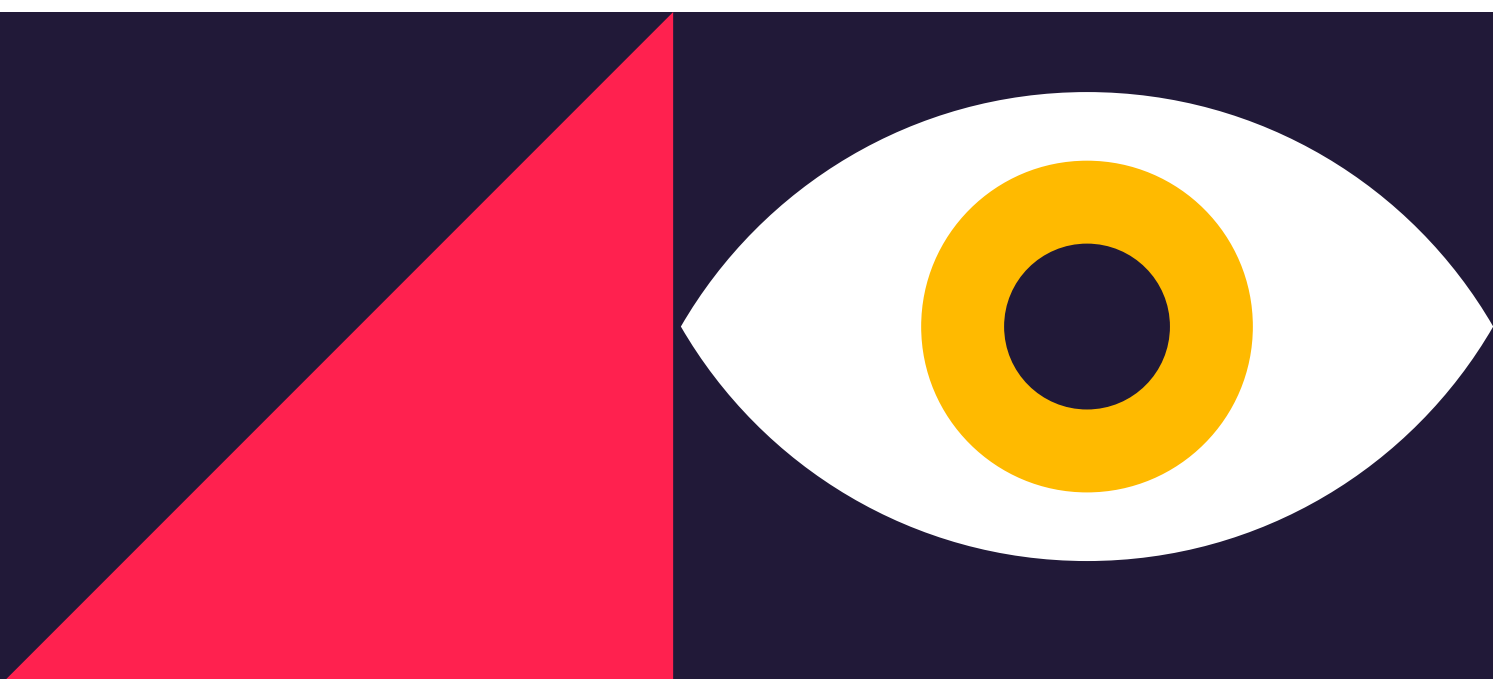
Mi hijo [18 años] podría comenzar a trabajar, mas como ele no tem documento, entonces no consigue, só estamos trabalhando ajudando a otras pessoas. Compatriotas. Con costura. [...] Donde estoy aquí ahora és una familia de bolivianos, né? Y eles me dieron un quarto para morar junto con eles y yo estoy aquí trabajando junto con eles. Junto. Morando juntos en esta casa con eles. Eu trabalho de segunda a sábado y a gente trabalha desde siete horas de la mañana hasta siete de la noche (Eliz, migrante boliviana em Americana-SP).

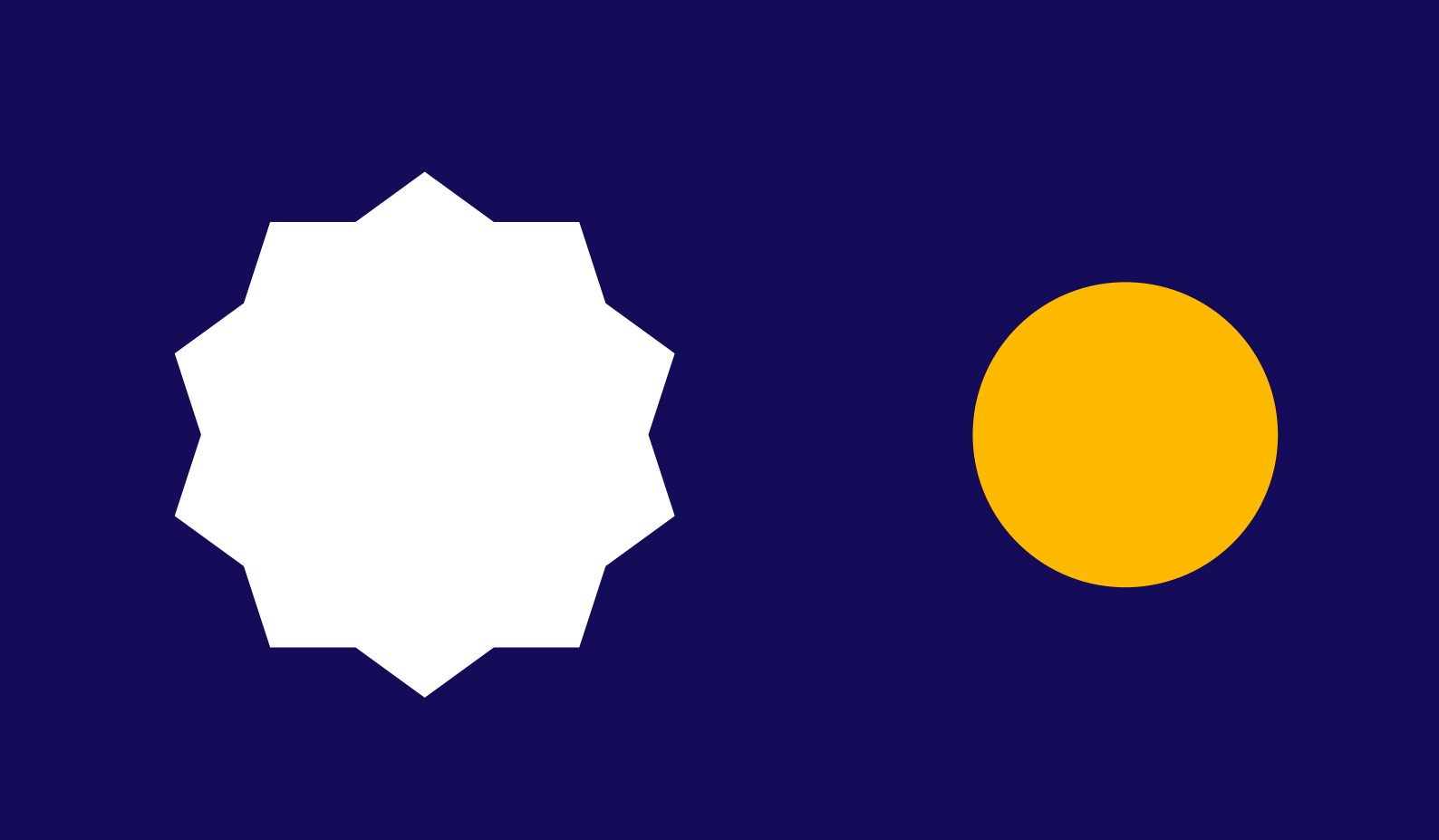
En la empresa donde yo estaba trabajando había una area que era para mujeres. Solo que habían colocado muchos personales y me pasaron para otra area para un trabajo más pesado. Trabajo de hombre. Y entonces yo iba hacer lo trabajo porque precisava del empleo. Pero aí yo comecé con una lesión en mi brazo. Con la cervicale... Y comecé a ir a médicos y creo que por esto me

despidiron también. [...] A mi esposo también (Junia, migrante venezolana em Americana-SP).

Fue explotada una vez y chorei muito, sabe? Eu cheguei en casa y falei: “amor, eu no quero seguir así trabajando...”. Eles falavan muito mal de los inmigrantes, sabe? Falavan que los inmigrantes venen a Brasil para tirar la oportunidad de los brasileiros. Y cosas así, [...] Y eu falava que a minha vontade era voltar para Venezuela, sabe? Y ele falava: “amor, você no pode fazer este, porque se você voltar você no vai a conseguir voltar más aqui para Brasil...”. Por causa da documentación, né? Que ainda no estaba pronta... (Angeles, migrante venezolana em Americana-SP).

Eu posso escribir una enciclopédia... Porque aonde fica meu negócio, chega muito venezolano. A mayoría dos meus clientes son venezolanos. E é cada história que eles contavam... que trabalhava en fazenda y





os caras depois no querian pagar... ou falavam que estavam pagando porque moravan ali y tenian comida... o fazian un servicio que ofrecian por exemplo 50 reais y depois salian con 10, 20 reais. Nossa! Todo dia chega una história... Horrível, horrível... (Alejandro, migrante venezuelano em Americana-SP).

En realidade, [...] foi o trabalho mais ruim que eu he podido pegar. Fue essa lavandería. Porque eu trabalhava demais y eu considerava que era muito pouco dinero. Para todo que eu tenia que fazer (Yolanda, migrante venezuelana em Americana-SP).

Hay personas que son profesionales y no pueden ejercer y tiene que trabajar en cualquier cosa porque la idea és sustentarse (Katherine, migrante venezuelana em Americana-SP).

Eu no [sufrí], mas, segundo o que cuenta mi irmão, que no há podido trabajar un poco más con servicio fijo, sí. Ele fala que sí. As veces, por ser extranjero, dejaron de pagar a ele por su trabajo (Sara, migrante venezuelana em Americana-SP).

Muchos de nosotros sufrimos con la explotación (Luiz, migrante venezuelano em Americana-SP).

E esta é apenas uma das faces do preconceito no País: migrantes transnacionais não-brancas/os no Brasil revelam-se ainda mais marginalizadas/os que pretas/os e pardas/pardos brasileiros/os. São inúmeras as adversidades enfrentadas por essas/es migrantes, para que elas/es possam se estabelecer junto às sociedades receptoras. Esta realidade lança por terra os mitos

de receptividade → suposta cordialidade —como um elemento da cultura brasileira, revelando a situação de vulnerabilidade suportada por migrantes transnacionais.

Tem pessoas que, con pandemia o sin pandemia, é así un poco prejudicioso, sabe? Aquela coisa así de cómo olha os inmigrantes, cuando pasamos na rua, que venimos a tirar la oportunidad, desrespeita los inmigrantes, entendeu? (Angeles, migrante venezuelana em Americana-SP).

Los inmigrantes as veces somos mal vistos (Sonia, migrante boliviana em Americana-SP).

Em decorrência dessa aversão, elas/es se veem cada vez mais distantes de uma digna inserção

no mercado de trabalho ou de sua estabilidade laboral:

[...] eu estou desempregada, né? Eu tenho três crianças que está usando fralda... Leite... A gente paga aluguel, né? A gente tem mais um filho [no] Haiti a gente precisa mandar pra ele, né? Ficou lá com a mia mãe, ele tá doente... E a gente precisa, né? (Ester, migrante haitiana em Americana-SP).

[...] no tem trabajo pra mim. Toda vez que falavam pra mim entregar currículo, eu entregava currículo y falavam pra mi: "ah... eu vou te chamar"... Y nunca chamavam. Ningué ligava pra mim (Verónica, migrante boliviana em Americana-SP).

[Mia principal preocupación és] Um bom emprego (Yasmil, migrante paraguaia em Americana-SP).

[...] eu trabalhava na churrasquería [...]. Eu tenia que hacer muitas cosas que eu no fazia no comienzo [...] ela queria que eu fizesse mais do que eu fazia... Aí uma vez eu tava decidida a ir embora mas no conseguí. Aí tube desempregada y me sustentaba con o seguro desempleo y algunas diárias (Vera, migrante venezuelana em Americana-SP).

Eu estava trabalhando antes da pandemia, mas não tenho registro desde 2018 [...] não tenho nenhum contrato [...] [Trabalho] No mínimo 10 horas por dia [...] Fazendo unha

e bolo pra vender [...] As vagas de emprego se limitaram muito [após a pandemia]. Nem quem tem estudo e profissão está conseguindo emprego... imagina quem não tem... O Brasil já foi um ótimo país, muito bom pra viver, mas hoje em dia só estou aqui ainda por falta de opção (Elis, migrante paraguaia em Americana-SP).

[Mia principal preocupación] És tener un servicio estable, no? Siento por nosotros no tenerlo (Yale, migrante boliviana em Americana-SP).

Estoy trabajando con bicos solamente. Pintura o outra cosa [...] soy muy bien preparado, nosotros tenemos muchas ideas innovadoras para este país. Necesitamos de una institución que nos escuche y que nos apoie para financiar nuestros proyectos. Yo, por ejemplo, tengo un proyecto que no pudo desenvolver aquí en Brasil. Yo necesito financiamiento (Rafael, migrante venezuelano em Americana-SP).

Eu faz um bico de vez em construção civil, mas nem todas as vezes porque ficou difícil, depois da pandemia (Marco, migrante haitiano em Americana-SP).

A origem étnica não-branca, muitas vezes, é utilizada de forma perversa para naturalizar a condição da/o migrante como inferior, o que dificulta o seu acesso até mesmo a serviços básicos —como educação e saúde públicas

→aprofundando a precarização das suas condições de vida. É um imenso conjunto de dificuldades que restringe ou dificulta o acesso a direitos já garantidos por lei:

A gente é rejeitado... Mesmo no posto de saúde, primeramente son los brasileiros. Aí vem os bolivianos. Ainda eles ficam bravos. Falam: "por que você no vai para seu país?; aquí você atrapalha...". Son varias, también na escola: "você, bolivianos, deviam voltar para seu país" (Verónica, migrante boliviana em Americana-SP).

Entonces, cómo falei, eu fui refugiada. Eu tube en refugio. Llegué e después fui transferida para Rondon 2 [primeiro abrigo de trânsito construído para venezuelanos que participam da Estratégia de Interiorização da Operação Acolhida], donde saí para otros estados de Brasil. Entonces fui transferida para Rio de Janeiro, para una casa donde atendian mujeres con neoplasia [...] cómo a gente estava acostumbrada diferente, eu duré três meses alí porque eu no gostei. E aí quando eu decidí sair, ellas mandaron embora a gente, estava chovendo e a gente tube que sair de alí, a gente tava esperando o Uber e ellas falaron que no podía esperar alí porque ellas tinham que ir embora. E a gente tube que sair. Aí [...] tubimos la oportunidad de vir para cá porque una moça de igreja ella ayudou nós. Aí ficamos dos días na casa dela [...] Foi así, fomos

para San Paulo mismo y llegamos lá y cómo eu entreguei currículo ligaron pra mi para un trabajo y veio una pessoa, un brasileiro, ele falou pra ayudar eu e ele trouxe para Americana. Ele trouxe e conseguiu una vaga en una república de mujeres y entonces eu to morando aqui (Vera, migrante venezuelana em Americana-SP).

Nesses embates, o xenorracismo se concretiza no olhar e, cada vez mais, revela-se presente, também, nas falas e nas atitudes para com migrantes, permeando e marcando as experiências de quem é vítima dela. As dificuldades acarretadas são ainda ampliadas quando consideramos o idioma, cujo aprendizado se impõe como grande barreira para as mais variadas frentes da vida migrante:

Fue difícil [o processo de regularização migratória]... Primeramente yo no conseguia... Eu no sabia ainda ler, certinho... No conhecia muito bem... Eu leio en español, mas tudo és en portugués. Este me atrapalhava bastante. Y para aprender, eu precisei de ajuda, né? Y las moças me ayudaram también. Mi filha, más que todo. Ela que começou a entrar na internet, pesquisar como que ia montar a papelada para os documentos, y todo esto. Mas fue difícil (Verónica, migrante boliviana em Americana-SP).

Bueno, cómo no entiendo mucho

el portugués, no sayo de casa. Me quedo en casa y tanpoco tengo lugar donde ir (Yvette, migrante venezuelana em Americana-SP).

Bueno... A la verdad yo voy a ser sincera... A principio lo que me atravesava era el idioma. Esto. El idioma. Porque al principio no lo entendía y no me entendían. Hoy en día, entiendo más (Josefina, migrante venezuelana em Americana-SP).

[...] és peor para venezolanos que no tienen mucha experiencia hablando en portugués. És más difícil que un venezolano consiga un trabajo como recepcionista [...] trabajo que tiene que hablar con el público (Ana, migrante venezuelana em Americana-SP).

Aí eu falava cómo está sendo difícil falar o idioma de vocês... Y aí pasé varios meses na verdade así bien triste (Angeles, migrante venezuelana em Americana-SP).

[...] eles [alguns dos seus parentes que também vieram para o Brasil] mudaron de aqui. Porque eles no se adaptavan a la fala [...] No sabían la fala... falar... Esto fue bem complicado para a eles, sabe? (Angeles, migrante venezuelana em Americana-SP).

Árduo para muitas/os migrantes, o idioma se apresenta fator para a sua “não integração” (Caruso, 1980, p. 242). Migrantes não se sentem pertencentes, o que gera

desconforto, insegurança e traumas ao buscar o sistema público de saúde ou qualquer outro serviço ao qual têm direito. O orgulho de suas origens, porém, pode ser recurso utilizado para resistência de migrantes vítimas de xenorracismo. A identidade cultural e geográfica é parte do que elas/es são e, como não querem ser assimiladas/os, fortalecer esse orgulho é uma forma de existir e resistir, a partir da produção de *territorialidades* (COSTA, 2011).

[...] nós intentamos algunas veces reunirmos nossos amigos venezolanos, son miembros también de la iglesia que frequentamos [...] Hace poco estábamos con los miembros de la iglesia. Enton, siempre la gente está en contacto (Ronald, migrante venezuelano em Americana-SP).

[...] cuando a gente chegou aqui, a gente chegou tipo refúgio, né? Que tinha este pastor peruano. Na verdade era una casa que tinha alugado y que aí chegaram algunos venezolanos, né? Aí conheci algunas pessoas que ainda ten contacto con ellos. Yaqui na ciudad ten otros que moran perto aqui do bairro [...] Enton, de vez en cuando a gente se reúne, faz una sopa... faz alguna cosa aí pra gente conversar... (Alejandro, migrante venezuelano em Americana-SP).

Aqui tem otros vezezelanos. Tem mi cunhado e su família. Também

tem alguns amigos de igreja porque somos alguns que estamos morando aqui. E estamos sempre com eles. Sempre fazemos alguma atividade, alguma coisa juntos. El Natal... (Jose Garcia, migrante venezuelano em Americana-SP).

Essa é uma forma de marcar suas existências e de fazer suas vozes serem ouvidas nos diferentes espaços que ocupam. E, assim, fortalecidas/os, elas/es ficam mais próximas/os de seus direitos, viabilizando, sobretudo, o direito de reterritorialização, conforme desejo demonstrado por interlocutoras/es da pesquisa:

[...] o estrangeiro sempre ta buscando o melhor... Né? No só estrangeiro... A vida humana sempre ta buscando viver a vida melhor (Slovensky, migrante haitiano em Americana-SP).

Eu pretendo continuar porque tenho dos filhos y ele vai continuar,

yo pretendo pelo menos até 18 años deles aquí. Aí, cuando eles for mayor de idade, dá para decidir si eles vai ficar o si eu vou embora. Para a Bolivia (Mariana, migrante boliviana em Americana-SP).

Yo voy quedarme aqui porque és una región que hay muita segurança, sabe? É muy tranquilo, de verdade yo gostar... Tengo conocidos que estan en una ciudad que se llama Recife [...] Ellos dicen que hay muita oportunidade de empleos para allí, só que ellos falam que la delinquencia y la inseguridad és muito forte. Enton yo tengo un poco de miedo (Angeles, migrante venezuelana em Americana-SP).

Sí, tengo. Porque mis hijos están muy bien acá en Americana. Vivimos mucho mejor acá (Graziela, migrante boliviana em Americana-SP).

És muy buena [mi vida en Americana-SP]. Somos una gran familia acá

(Sara, migrante venezuelana em Americana-SP).

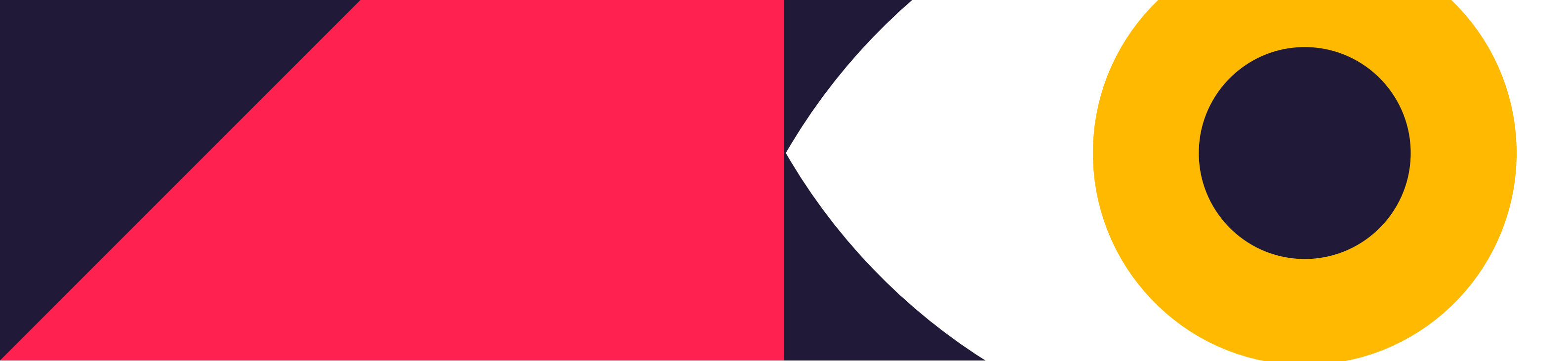
Me quiero quedar unos años más, porque yo vejo que estoy mejor aqui (Julia, migrante boliviana em Americana-SP).

És muy buena [mi vida en Americana-SP]. Tengo amigos venezolanos, también tengo amigos brasileiros. És muy buena (Ana, migrante venezuelana em Americana-SP).

Ah sim, com certeza tenho intención de quedarme! Eu adorei, eu gostei (Rosa, migrante boliviana em Americana-SP).

Bien. Mi vida aqui en Americana és bien, gracias a Diós. Vivimos todos bien, me siento bien (Teresa, migrante venezuelana em Americana-SP).

Eu gostei muito de aquí, me he acostumbrado (Eliz, migrante boliviana em Americana-SP).



Americana és una ciutat muy segura, muy limpia, las personas son muy solidarias. Me gusta mucho vivir acá (Rafael, migrante venezuelano em Americana-SP).

Eu vou ficar muito tempo eu acho aqui (Ana, migrante boliviana em Americana-SP).

[...] minhas filhas no querem sair (Gabriela, migrante boliviana em Americana-SP).

Eu pretende morar aqui [...] ter uma casa (Nora, migrante boliviana em Americana-SP).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da hospitalidade começa aqui: devemos pedir ao estrangeiro que nos compreenda, que fale nossa língua, em todos os sentidos do termo, em todas as extensões possíveis, antes e a fim de poder acolhê-los entre nós?

Jacques Derrida

Para Derrida (2003, p. 15), a hospitalidade não se refere à “convivência tolerante”, pois deve haver, neste conceito, não a imposição da assimilação, mas o processo de reconhecimento e aceitação do outro no ato de acolher. Contudo, a experiência cotidiana vai revelar o que o autor reforça como a forte ambivalência da hospitalidade e da hostilidade —omumente traduzida em manifestações xenorracistas.

O simples respeito às diferenças e aos direitos já conquistados por migrantes internacionais no Brasil poderia viabilizar uma realidade menos conflituosa e marginalizante. Porém, isso não é o que ocorre. Ao contrário, o que fica evidente são os desrespeitos —político, social e individual —que delineiam a realidade cotidiana de xenorracismo que marginaliza migrantes transnacionais não-brancas/os —até mesmo quando procuram acesso a serviços básicos garantidos por lei, como saúde e educação públicas.

As diversas violências que permeiam a realidade migrante —sofridas no âmbito educacional, no acesso à saúde, ou na convivência social —impelem-nas/os à produção estratégica de territorialidades para construção de identidade, pertencimento, abrigo, refúgio, encontros e segurança. A interação pautada na identidade é, assim, resposta ao xenorracismo sofrido quando em contato com nacionais. O aumento do número e a reunião de representantes de uma mesma nacionalidade garantem a elas/es maior segurança em se fazerem presentes.

Por outro lado, nessas situações, evidenciam-se frente a nacionais e passam a receber (mais) olhares pejorativos —olhares que as/os inferiorizam, olhares que questionam a sua presença. O olhar é um mecanismo de xenorracismo. É uma resposta xenorracista ao fenótipo migrante: o olhar do corpo brasileiro para o corpo migrante periférico racializado

quando ele busca sua reterritorialização no País.

A despeito disso —e, também, por isso e contra isso —vivendo o urbano e deixando suas marcas, esses corpos ocupam espaços públicos, ganham ainda mais visibilidade, são fortalecidos, e usam este novo contexto como ferramenta de luta para sua resistência. Dito de outra forma, é a partir de um sentimento de opressão e de dor que elas/es se reúnem buscando proteção, usando a identidade como mecanismo de defesa e para produzir territorialidades uma territorialidade de defesa e de abrigo, uma territorialidade para que estes corpos possam se sentir mais seguros.

Para buscar o pertencer, o uso do idioma natal revela-se importante ferramenta. Ele permite que migrantes reconheçam sua origem e se reconheçam como comunidade. E, nas territorialidades produzidas, migrantes sentem-se livres para conversar utilizando o

idioma de origem: é a língua contribuindo para a construção de identidades e para a produção de territorialidades, garantindo pertencimento, segurança e, consequentemente, felicidade.

Nesse movimento, driblam as dificuldades e seguem o processo de (re)territorialização. E, apesar das saudades que sentem “de casa” e do xenorracismo que enfrentam, muitas/os migrantes conseguem vislumbrar as dificuldades que enfrentariam se retornassem definitivamente à terra natal, o que raramente é colocado como um objetivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSO, Pietro. Imigração, racismo e antirracismo na Europa de hoje. Tradução de Patricia Villen. In: TAVARES, M. A.; GOMES, C. (org.). Intermittências da crise e questão social: uma interpretação marxista. João Pessoa, PB: UFPB, 2013. p. 83-113.
Bastide, Roger; Fernandes, Florestan. Brancos e negros em São Paulo. São Paulo, SP: Global Editora, 2008.
Camargos, Marcia; Caruso, Carla. Diálogos de Samira: por dentro da guerra síria. São Paulo, SP: Moderna Editora, 2015.

COSTA, Rogério Haesbaert. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2011.
DERRIDA, Jacques; DUFOURMANTELLE, Anne. Da hospitalidade (A. Romane, Trad.). São Paulo: Escuta, 2003.
Fekete, L. The emergence of xeno-racism. Race & Class, US, v. 43, n. 2, p. 23-40, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0306396801432003>.
GALEANO, Eduardo. As palavras andantes. 1a ed. Porto Alegre, RS: L&PM Editores, 1994.
Kilomba, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro, RJ: Cobogó, 2019.
RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2019.
SAM-LA ROSE, Jacob. Poetry. Sable: The Literature Magazine for Writers, Winter 2002, p. 60.
Schwarcz, Lília Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1993.
Caruso, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, H. (coord.). Migração interna: textos selecionados. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 211-244. (Elaborado inicialmente em espanhol, para o Grupo de Trabalho sobre Migrações Internas da Comissão de População e Desenvolvimento do CLACSO – Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais. Divulgado, posteriormente, em português, na coletânea de ensaios: Caruso, P. I. Economia política e urbanização. 3. ed. São Paulo, SP: CEBRAP; Brasiliense, 1976).
SIVANANDAN, Ambalavaner. Refugees from globalism. Race & Class, US, v. 42, n. 3, p. 87-100, 2001.



PANDEMIA E RECRUDESCIMENTO DA ESPOLIAÇÃO DE CORPOS- TERRITÓRIOS GUARANI-KAIOWÁ PELO AGRONEGÓCIO DA SOJA-CARNE NA REGIÃO DE DOURADOS-MS¹

Allan Rodrigo de Campos Silva

¹ Pesquisa desenvolvida com o apoio da FAPESP (21/12783-6).
Agradeço também as valiosas contribuições de Luís Felipe Aires Magalhães.

Allan Rodrigo de Campos Silva
Geógrafo, com mestrado e doutorado em Geografia Humana
pela USP e pós-doutorado pela UNESP e pela Universidade
de Londres (QMUL). Pesquisador associado ao DataLuta
- Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e
Territórios e ao Observatório das Migrações em São Paulo.
Tradutor no coletivo editorial Igrá Kniga. Estuda as relações
entre saúde, ambiente, migrações e trabalho. Atualmente é
pesquisador no IPPRI-UNESP.

INTRODUÇÃO

Os territórios e populações indígenas Guarani-Kaiowá da região de Dourados, no Mato Grosso do Sul, foram atingidos de forma severa pela contaminação da COVID-19 a partir de maio de 2020. As altas taxas de contaminação em aldeias, ainda nos primeiros meses da pandemia, estiveram ligadas aos frigoríficos nos quais centenas destes indígenas trabalham/vam. Tais espaços privados, operados pelas empresas BRF e JBS em Dourados, se tornaram centros de espacialização de contágio da COVID-19 devido às falhas nas respostas de corporações e Estado que priorizam o lucro ao invés da vida de trabalhadores e trabalhadoras, em um processo de uso corporativa dos territórios (Silva, 2022a; 2022b).

O recrutamento da força de trabalho indígena pelo agronegócio na região, em condições precárias e, por vezes, análogas à escravidão, inserido em contextos de semi-expropriação e confinamentos territoriais (Barbosa & Schlickmann, 2021; CUT, 2023; Penha, 2024), remete às migrações sazonais de Guarani-Kaiowás para o trabalho no corte da cana no estado de São Paulo e na colheita da maçã no sul do país (Planke, 2010; Motta & Santana, 2019). Nas duas últimas décadas, estes postos de trabalho passaram a competir com ocupações nas empresas de processamento de carnes

na própria região de Dourados. De outro lado, a territorialização do capital (Oliveira, 2001) em terras Guarani-Kaiowá, já confinadas pela própria formação territorial brasileira, sofre um novo acossamento, através do arrendamento ilegal de suas terras para a produção de soja - em geral matéria prima de ração animal.

Após a pandemia da COVID-19, o conjunto de espoliações sobre corpos-territórios Guarani-Kaiowá consolidou-se por meio da cadeia de valor de soja-carne através da expansão dos arrendamentos ilegais para a agricultura, a pulverização-contaminação-adoecimento por agrotóxicos e o recrutamento para o trabalho precário/adoecedor temporário em frigoríficos, atingindo com mais força mulheres indígenas (Foscaches & Klein, 2020; Cunha & Arruzzo, 2021; Silva, 2022a). A este quadro, soma-se ainda o desfinanciamento e a desestruturação/imobilização de órgãos públicos como a FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) e o Ministério Público (MP) ao menos desde o golpe parlamentar de Michel Temer. Nesse contexto, que inclui a aprovação da reforma trabalhista em 2017, as atividades do Ministério Público, da Justiça do Trabalho e mesmo dos Sindicatos foi cerceada, por exemplo, com a possibilidade de sindicatos arcarem com as custas de processos e multas por litigância de má-fé,

assim como abriram caminho para a regularização de contratações precárias, rebaixamento de remunerações, alterações em normas de segurança e saúde (CESIT, 2017).

Assim, em que pese a presença de um conjunto amplo de atores da sociedade civil organizada cujo espectro compreende Sindicatos, Igrejas, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e sua Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), movimentos sociais como a Campanha Permanente de Luta Contra os Agrotóxicos e movimento sócio-territoriais como o MST e a Via Campesina, a perspectiva futura deste enfrentamento entre ambos os regimes de territorialidade, a saber indígenas Guarani-Kaiowá e o agronegócio, aponta para um recrudescimento ainda maior das espoliações sobre corpos-territórios indígenas. Por sua vez, os Guarani-Kaiowá da região de Dourados encontram-se diante de um dilema histórico relativo aos engajamentos no mundo do trabalho e aos usos do solo em um contexto de aparente autonomia dos mercados de terra do trabalho (Boechat, 2014). Dentro da cosmovisão Guarani este dilema opõe de um lado a disposição das terras e corpos para a cadeia da carne-soja para o agronegócio e os seus adoecimentos, ou *ma'etirõ* (espíritos maléficos) e de outro o retomar de terras e corpos a partir do *Teko Porã* (bem-viver Guarani).

FRIGORÍFICOS, TRABALHO E ADOECIMENTO ENTRE OS INDÍGENAS GUARANI-KAIOWÁ DE DOURADOS-MS

Apesar de abrigar cerca de 25% da população do estado de Mato Grosso do Sul, em junho de 2020, Dourados contava com uma taxa de incidência por COVID-19 300% maior do que a capital, Campo Grande (Secretaria do Estado de Saúde do Mato Grosso do Sul, SES-MS, 2020). Na ocasião, seis dos dez municípios do estado com maior incidência da doença se localizavam na Grande Dourados, uma região que concentra frigoríficos. Somente em Dourados localizam-se duas plantas de processamento de carnes, controladas pelas corporações BRF e JBS, com respectivamente 4.200 e 1.500 trabalhadores. Ao longo das duas últimas décadas, em ambas as plantas, consolidou-se a presença de aproximadamente 500 indígenas Guarani-Kaiowá nas linhas de cortes de carnes, na limpeza e manutenção das fábricas (de acordo com dados do Sindicato dos Trabalhadores Indústrias Alimentação, S.T.I.A. de Dourados).

Em 15 de junho de 2020, mais de 1.000 trabalhadores dos frigoríficos já haviam sido contaminados pela COVID-19 - cerca de 70% dos casos do município (SES-MS). Em razão da localização das plantas e do emprego de indígenas, as fábricas da JBS e BRF, em Dourados, foram responsáveis pela espacialização da COVID-19 para

os territórios Guarani-Kaiowá na região (Foscaches & Klein, 2020). Dentre os fatores considerados fundamentais para este contágio da COVID-19 em frigoríficos, destacam-se as temperaturas baixas, a ausência de ventilação adequada, a proximidade entre trabalhadores em turnos volumosos, o compartilhamento de áreas de alimentação e vestiário, a ausência de equipamentos de proteção individual (EPIs) apropriados, condições inadequadas de transporte e moradia (por vezes fornecidos pelas próprias corporações) e a ausência ou o descumprimento de protocolos de prevenção e controle de doenças infecciosas:

As corporações, por sua vez, moveram ações judiciais para garantir o seu funcionamento antes e durante a implementação de protocolos de prevenção e controle para a Covid-19, nem sempre cumpridos mesmo após a sua aprovação. No Brasil, os frigoríficos permaneceram em funcionamento mediante decisão do Tribunal Regional do Trabalho, em 22 de março de 2020, amparada no decreto presidencial 10.282, de 20 março de 2020, que os definiu como atividade essencial durante a pandemia. A medida provisória 927, de 22 março de 2020, dispôs sobre as medidas trabalhistas para o enfrentamento da pandemia, sem contudo fazer qualquer menção a protocolos sanitários. A portaria que determinou as medidas a

serem observadas, visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da Covid-19 em frigoríficos, foi publicada somente em 19 junho de 2020. É nesse espaço de tempo, entre o início de maio e meados de junho de 2020, que o contágio em frigoríficos brasileiros toma o seu curso e inicia a sua espacialização. De acordo com a Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação (CONTAC), mesmo após a aprovação dessa legislação sanitária específica, o contágio nos frigoríficos não diminuiu. Em agosto de 2020, aproximadamente 200.000 pessoas – cerca de 25% da força de trabalho dos frigoríficos no Brasil – já haviam contraído a Covid-19. (Silva, 2022a)

Ademais, onde quer que atuem, frigoríficos caracterizam-se por fazer uso predatório da força de trabalho de imigrantes em situação de vulnerabilidade, em geral não-brancos, a saber: latino-americanos, africanos e asiáticos nos EUA (Carillo & Ipsen, 2021), europeus do leste no Reino Unido e venezuelanos, haitianos e indígenas no Brasil (Baeninger, 2016; Demétrio, 2020; Silva, 2022). Forçados a cumprirem turnos adicionais, muitas vezes sem remuneração e sob constante assédio moral, durante a pandemia, tais trabalhadores se viram diante de um recrudescimento das violações nos seus ambientes de tra-

balho. As empresas, ao invés de pagarem licenças de afastamento médico, pressionaram para que seus funcionários trabalhassem mesmo que apresentassem sintomas da COVID-19. Em carta à empresa, um secretário de saúde dos EUA imputou à JBS o que chamou de cultura de *traballar mesmo que doente - work while sick* (Navarro, 2020) enquanto um relatório do Congresso dos EUA afirmou que as empresas do setor de frigoríficos manipularam os protocolos de prevenção, gerando cerca de 60.000 infecções e mais de 250 mortes, 62 das quais estão ligadas às fábricas da JBS no país (USA, 2022).

Ainda que no Brasil não tenha havido uma investigação pública de fôlego a respeito dos danos coletivos das negligentes práticas corporativas em relação à COVID-19 das empresas do setor, a condenação da JBS na justiça por irregularidades no controle da COVID-19 em fábricas de Rondônia e do Rio Grande do Sul (MPT, 2021) garantem uma dimensão do problema no Brasil. Desafortunadamente o processo movido pelo STIA (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentos) de Dourados contra a JBS - pelas mesmas razões e no mesmo contexto, foi julgado como improcedente (Migalhas, 2021). Na ocasião, o juiz chamou o Sindicato de oportunista por ajuizar a ação sem antes ter colaborado para minimizar os riscos no ambiente

de trabalho, operando uma inversão que, no limite, responsabiliza o próprio Sindicato pelo contágio em massa. Na decisão, o juiz chama de devaneio a atribuição de um nexos causal entre ambiente de trabalho e a infecção por COVID-19, ignorando, por exemplo, a interpretação contrária da médica e pesquisadora da Fundacentro, Maria Maeno e do auditor fiscal do trabalho José Carlos do Carmo (Maeno & Carmo, 2020).

No final das contas, acaba por valer a regra ambígua que responsabiliza trabalhadores pelo contágio através de expedientes racistas e xenofóbicos que atribuem características e comportamentos sanitários específicos a grupos não-brancos, ao mesmo tempo em que empurra imigrantes e trabalhadores indígenas para as linhas de produção como se fossem pessoas descartáveis – ou como dizia Marx, como alguém que levou a sua própria pele para o mercado e agora não tem mais nada a esperar, exceto o – curtu-me (Marx, 1996, p. 304). Justo por isso, os sociólogos Annabel Ipsen e Ian Carillo compreendem as linhas de produção das fábricas de processamento de carnes como zonas sacrificiais racializadas (Carillo & Ipsen, 2020).

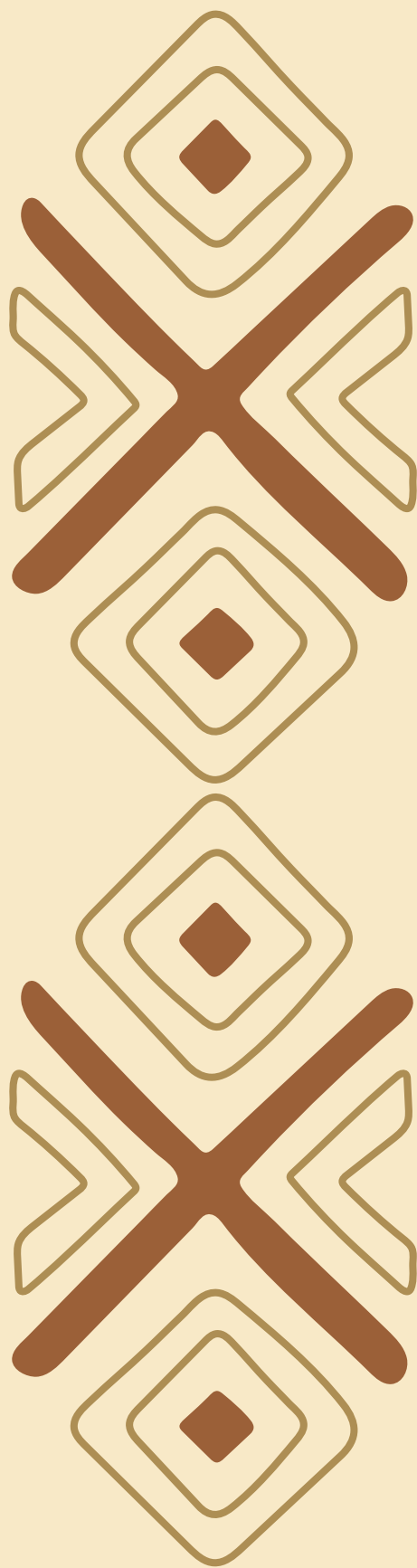
De acordo com o Conselho Missionário Indigenista (CIMI, 2020) e investigação jornalística conduzida pela Agência Pública (Oliveira, 2020), o primeiro caso de COVID-19 entre indígenas no Mato

Grosso do Sul foi registrado em maio de 2020: uma mulher indígena, trabalhadora do frigorífico da JBS de Dourados, habitante de uma aldeia de retomada de Lagoa Rica, no município de Douradina, a cerca de 40 quilômetros de Dourados. Nesta aldeia vivem outros 30 indígenas trabalhadores de frigoríficos.

O regime de trabalho dos frigoríficos, reconhecidamente ligado à produção do adoecimento dos seus trabalhadores (Heck, 2021), com a chegada da pandemia, passou a se conectar à espacialização da Covid-19 em seus territórios, assim como à morte de indígenas por COVID-19. Em que pese o trabalho de bloqueio sanitário auto-organizado pelos indígenas, muitos acabaram sujeitos ao trabalho nos frigoríficos (Foscaches & Klein, 2020). Em 2020, ao menos trinta indígenas da Reserva Indígena de Dourados trabalhavam no frigorífico da JBS (Oliveira, 2020), em 2023 este número já havia triplicado. As lideranças indígenas vêm criticando a JBS e o Estado pela falta de preparo no combate à pandemia: as testagens só começaram a ser realizadas na planta quando a transmissão comunitária já estava estabelecida.

Em entrevista, um estudante de geografia Guarani-Kaiowá relatou casos constantes de resfriados nas aldeias, que eles imputam aos ambientes dos frigoríficos que como se sabe, são ambientes que





catalisam o contágio em massa de doenças infecciosas respiratórias. A primeira morte de uma pessoa indígena no estado associada à COVID-19, foi de um Guarani-Kaiowá morador da aldeia Bororó, na Reserva Indígena de Dourados, que é conurbada à cidade (Barbosa, 2020). A COVID-19 causou a morte de ao menos três indígenas habitantes desta Reserva, onde vivem cerca de 15.000 Guarani-Kaiowá.

A JBS fornece transporte para trabalhadores dos seus frigoríficos. No caso da planta de Dourados, os indígenas utilizam uma linha de ônibus que conecta aldeias aos frigoríficos nos horários que antecedem os turnos, às 3 e às 11 horas da manhã. Em 2023, durante trabalho de campo na aldeia Bororó na companhia de uma liderança Guarani-Kaiowá que atua como agente comunitário de saúde, descobrimos (tanto a liderança indígena, que também desconhecia o fato, como eu) que a linha de ônibus reconhecida pela comunidade como uma linha privada das empresas de processamento de carnes, na verdade é operada pela prefeitura de Dourados - em tese, qualquer pessoa pode viajar se pagar a passagem. No entanto, a abertura recente desta linha de transporte público coletivo - a única linha que circula dentro da aldeia - responde à demanda de transporte de trabalhadores dos frigoríficos, enquanto muitos dos estudantes e trabalhadores de

serviços que querem se deslocar para Dourados fazem uma caminhada até a rodovia local para acessar outras linhas de ônibus, por sequer saberem se tratar de uma linha de transporte público. O caso da linha de ônibus “da JBS” resume e sintetiza o principal dilema dos Guarani-Kaiowá e a territorialização do agronegócio (Oliveira, 2001; Fernandes, 2012), cujos vetores principais acossam corpos, reduzidos a trabalhadores assalariados e a terra, ilegalmente arrendada para o cultivo de soja, como veremos a seguir, levando ao cúmulo a privatização dos tempos-espacos na aldeia.

Como afirmou em entrevista um estudante de geografia Guarani-Kaiowá, o trabalho na planta da JBS é pesado, sujo e intoxicante. Este trabalho, em geral, é executado por imigrantes venezuelanos (Silva, 2018; Silva & Albuquerque, 2021; Demétrio & Baeninger, 2023; Demétrio & Domeniconi, 2018) e haitianos (Fernandes & Castro, 2014; Mamed & Lima, 2015; Silva, 2017; Magalhães, 2017), assim como por mulheres brasileiras brancas, além de homens e mulheres Guarani-Kaiowá (Graf & Coutinho, 2011; Rodeguero, 2016; Tedesco & Kujawa, 2018). A forma como o trabalho é organizado pelas corporações sujeita estas ocupações a constantes e cada vez mais comuns acidentes perfurantes, lesões musculoesqueléticas e intoxicações por inalação de produtos de limpeza industriais e

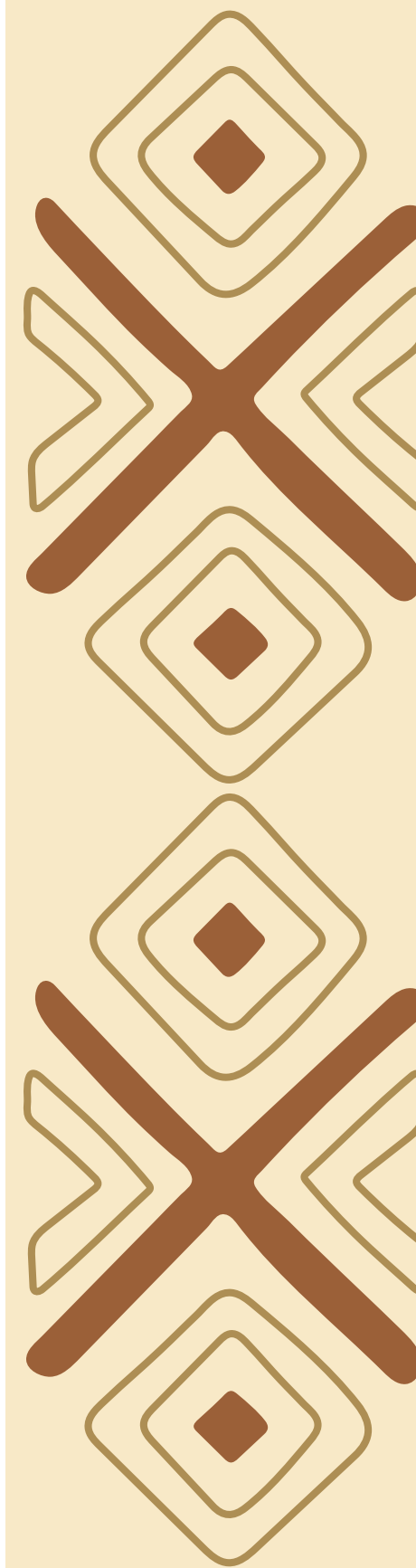
em razão de vazamentos de amônia. Em pesquisa realizada com o médico Roberto Ruiz para a Regional Latino-Americana da União Internacional dos Trabalhadores de Alimentação (Rel-UITA) constatamos um aumento de 100% no número de acidentes envolvendo vazamento de amônia somente no primeiro semestre de 2023 - dois dos quais envolveram a mesma planta da JBS de Dourados em um intervalo de apenas 3 meses (Silva & Ruiz, 2023). Nos casos de lesões e ferimentos, os trabalhadores são em geral afastados por 10 ou 15 dias, *desfalcando equipes* que, de acordo com a solução oferecida pela gerência das fábricas, são obrigadas a aumentar o ritmo de trabalho podendo, por sua vez, acarretar em novos acidentes e afastamentos.

A gestão do trabalho no chão da fábrica tem sido objeto de denúncia por parte de sindicatos e investigações do Ministério Público Federal (MPF). Em março de 2023 o Sindaves (Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Carnes e Aves) de Sidrolândia, a cerca de 150 km de Dourados, organizou um protesto contra o que chamou de “abusos da JBS”, envolvendo alimentação estragada e com insetos, assédio moral e ritmos extenuantes. Desde 2021, a fábrica teria aumentado o ritmo de trabalho em 16% para responder a um aumento nas demandas de exportações, levando ao afastamento de cerca de 10% da sua

força de trabalho por lesões (Giovannaz, 2021). Em junho de 2023, a Justiça do Trabalho condenou a JBS em função dos ritmos extenuantes (Ramos, 2023).

Em entrevista realizada em março de 2023, uma mulher indígena Guarani-Kaiowá (aqui chamada de M.) que trabalhou na fábrica da JBS de Dourados por 9 meses, relata um conjunto de abusos e assédios que ela só foi capaz de compreender uma vez que se afastou do emprego. De acordo com M., ela foi orientada pela gestão da fábrica, desde o início, a atuar no setor de refilamento da linha de processamento, na companhia de outras 3 mulheres indígenas. A função de refilador(a), com um volume médio de cerca de 80 movimentos por minuto, ultrapassa de três a quatro vezes o máximo de volume recomendado para evitar lesões nos tendões (Heck 2022). Em razão da normativa regulamentadora 36, publicada em 2013, que define a forma, tempos e condições de trabalho em frigoríficos diante do esforço físico veloz, intenso e repetitivo em ambientes de temperatura baixa, são obrigatórios o cumprimento de pausas térmicas com duração de 20 minutos a cada turno de 1 hora e 40 minutos, a fim de oferecer um tempo de recuperação de fadiga muscular entre os turnos.

No entanto, diante da velocidade inalcançável da linha de produção, M. declarou ter trabalhado, na companhia das suas colegas mu-





lheres Guarani-Kaiowá, por 3 meses, sem realizar sequer 1 pausa térmica. Sua gerente, uma mulher branca, expressava-se em termos explicitamente racistas, afirmando que mulheres indígenas não sabiam trabalhar, enquanto a manipulava para que utilizasse suas pausas térmicas para limpar o vareio - as carnes acumuladas na linha de produção durante o turno. Como dissemos, somente após se afastar do emprego, *M.* pôde perceber ser alvo de uma prática de distorção da realidade - uma espécie de *gaslighting*, racista anti-indígena. Homens Guarani-Kaiowá (seu próprio marido entre eles) e mulheres brancas eram contratadas e após um período de treinamento de algumas semanas eram transferidas para outras funções da linha de produção, enquanto as mulheres indígenas amargaram o que chamavam de punição nas funções de maior carga e dano sobre seus corpos. Exauridas, as mulheres pedem demissão e abrem espaço para o pior trabalho do frigorífico, cuja rotatividade e precariedade vai mirar e descartar novas mulheres Guarani-Kaiowá.

Durante as entrevistas com os Guarani, ouvi com frequência o termo *ma'etirõ*, utilizado para se referir a seres ou feitiços ou fumaças maléficas, atravessando relatos sobre trabalho, terra e saúde. Cada pessoa pode ter uma compreensão muito pessoal do significado deste termo, que não

se traduz facilmente para o português. A COVID-19 por exemplo, é referida de forma mais ou menos consensual, como uma *ma'etirõ*, fumaça maléfica, entidade imaterial capaz de causar dano, cujas origens e comportamento não podem ser compreendidos e/ou explicados unicamente através da visão. Como nota o antropólogo Pierre Chaumeil (2020), a interpretação dos vírus ou agentes patogênicos é comum também entre povos amazônicos, que os associam à ideia de setas mágicas, "percebidas como entidades vivas, que podem crescer, reproduzir-se, movimentar-se em grande velocidade e percorrer distâncias muito longas. [...]" (2020, p. 2).

No entanto, os contextos territoriais indígenas nos quais esta cosmovisão se forma são muito diferentes dos desertos de monocultivos produzidos pelo agronegócio, a partir de sua compreensão muito própria de controle da natureza através de tecnologias antibióticas, que mais não fazem do que produzir pandemias como a gripe aviária e a COVID-19 (Wallace, 2020). Para Chaumeil, entre indígenas amazônicos, cada tipo de seta é frequentemente associada a um tipo de doença que ela supostamente deve inocular e, às vezes, curar: "Os povos indígenas parecem, portanto, estar bastante familiarizados com a noção de agentes patogênicos no estado natural, mas os vêem como 'controlados', em vez de movendo-se

livremente" (Chaumeil, 2020, p.2)

Uma tal compreensão pode ser considerada bastante acertada também do ponto de vista de uma epidemiologia perspectivista (Afonso Silva, 2023), na qual convivam de fato dois regimes de saberes, sintetizada por exemplo na compreensão Yanomami de *xawara*, ou fumaça da epidemia (Kopenawa, 2015), em geral bastante semelhante ao *ma'etirõ* que, ao posicionar no garimpo a produção da malária, afirma o mesmo que a epidemiologia crítica, ainda que a partir de uma outra cosmovisão, a saber: que o feitiço do adoecimento é o feitiço da mercadoria, propriamente dito. O *ma'etirõ*, fumaça maléfica da cadeia carne-soja, não aparece apenas no ar refrigerado e aprisionado das plantas de processamento de carnes, carregado de altas cargas virais de Sars-Cov-2. Para *M.*, a própria JBS é um *ma'etirõ*. Ele também é sentido quando as nuvens de agrotóxicos para cultivo de soja derivam sobre terras indígenas ou até mesmo no *campus* da UFGD, deixando um rastro de náusea entre estudantes. Em suma, tamanha vulnerabilidade dos Guarani-Kaiowá está ligada à forma específica de mobilização para o trabalho e violência inaudita sobre seus territórios a partir da colonização, como veremos no item a seguir.

Confinamento territorial, mobilização para o trabalho entre os

Guarani-Kaiowá do Mato Grosso do Sul

Os Guarani-Kaiowá do Mato Grosso do Sul vivem reconhecidamente sob um regime de confinamento territorial produzido pela expropriação de seus territórios tradicionais (*tekoha guasu*) pela territorialização do capital (Oliveira, 2001) a partir da colonização do Brasil. Cada aldeia ou *tekoha* enfrenta desafios particulares que vão da invasão armada, à contaminação do ar, das águas, do solo, das plantas, animais e humanos por agrotóxicos, deterioração dos rios, desmatamento, aliciamento para trabalhos degradantes e até problemas de saúde mental, refletidos nos índices de suicídio (Survival, *s.d*; Pires, Caldas & Recena, 2005). Os territórios tradicionais Guarani-Kaiowá podem ser compreendidos como:

‘uma rede de *tekoha* [aldeias] que inclui diversos espaços compartilhados de caça, de pesca, de coleta, de habitação, de ritual religioso e festivo, constituindo-se como o palco das relações intercomunitárias de alianças políticas intercomunitárias e matrimoniais. Este espaço territorial muitas vezes é delimitado por micro-bacias hidrográficas. Dessa forma, a categoria de *tekoha guasu* é atualmente compreendida como um amplo território em rede e não apenas como pequenas ilhas de terras isoladas e delimitadas pelos órgãos indigenistas do Estado

Brasileiro, como, por exemplo, as Reservas Indígenas criadas pelo SPI entre 1910 e 1930, ou ainda, nos dias de hoje, não se limitaria às ocupações inscritas no marco temporal. (Benites, 2014)

Ao menos desde os anos 1970, a partir da organização dos indígenas sob os auspícios da *Aty Guasu* (Grande Assembleia Guarani e Kaiowá) passaram a ser organizadas ações de retomada de territórios, hoje espalhados pelo Brasil. As retomadas ocorrem hoje na própria Terra Indígena de Dourados e se configuram como estratégias de expansão dos seus territórios para áreas cuja posse está presente na memória das comunidades. Os Guarani-Kaiowá foram aos poucos, ainda que à força, confinados às porções que hoje configuram as terras indígenas e áreas de retomada. A invasão organizada das suas terras remete à Guerra do Paraguai (1964-1870) e aos avanços da colonização sistêmica da bacia do rio Paraguai no âmbito da Companhia Matte-Laranjeira (entre 1880 e 1920). Apesar desta intrusão, as terras indígenas foram parcialmente preservadas (com os indígenas semi-expropriados) para que a sua força de trabalho pudesse ser utilizada na colheita de erva-mate e na derrubada de mata para a abertura de novas fazendas (Vieta, 2013).

A partir dos anos 1950 e 1960, com o fim do regime de colonato



e a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, ademais em um período de declínio das economias regionais fechadas (Oliveira, 1993) a expropriação passou a acontecer em outra escala e com mais violência. Neste período, em paralelo ao processo de formação de um mercado nacional de trabalho (no qual o migrante interno não mais se inscreveria em um regime de mobilidade restrita à região), toma lugar um processo de formação de um mercado nacional de terras, com a declaração de grande parte do território Guarani-Kaiowá como terra devoluta, comercializada pelo Estado, à revelia da sua ocupação. Em Dourados, os Guarani-Kaiowá passam a acessar, sempre de forma precária, acirrada pela racialização, postos de trabalho como empregadas domésticas e pedreiros na construção civil.

Com a consolidação dos complexos-agroindustriais da cana e açúcar em São Paulo e no Mato Grosso do Sul e mais tarde o próprio agronegócio da maçã em Santa Catarina, os indígenas semi-expropriados, semi-proletarizados, passam a ser alvos de práticas de arregimentação que, em muitos casos envolveu regimes de trabalho análogos ao escravo (Liebgott, 2021). Os trabalhos no corte de cana minguraram à medida em que os canaviais mecanizaram esta etapa do processo produtivo. A colheita da maçã, cujo trabalho é mais difícil de ser me-

canizado, continuou contratando indígenas - somente uma fazenda em Vacaria-RS é responsável por contratar cerca de 15.000 trabalhadores todos os anos para a temporada de colheita que dura entre 15 e 45 dias. Entre as funções desempenhadas pelos indígenas está a colheita, muitas vezes realizada em meio ao chamado *raleio* químico, que consiste em aplicar agrotóxicos para derubar as maçãs já desenvolvidas, expondo-os a intoxicações agudas e graves. (Motta, 2011)

A arregimentação para o trabalho acontece entre os fazendeiros e uma figura intermediária, às vezes chamada de gato, empreiteiro, recrutador ou cabeçante, que é responsável por estabelecer o ritmo e a duração das migrações temporárias para trabalho na colheita. Estes intermediários organizam o ônibus que faz a viagem e providencia alojamentos coletivos na fazenda, assim como fica responsável pelos contratos de trabalho. Desde os anos 1990, predominam padrões abusivos e de baixíssimos salários (antes unicamente por produtividade, por vezes abaixo de um salário-mínimo). Um expediente comum é a criação de falsas cooperativas que manobram para suprimir direitos trabalhistas. Em Dourados, desde 2014, o Ministério Público, através de parceria com a Funtrab (Fundação do Trabalho), passou a redigir os contratos de trabalho para a colheita da maçã nas fazendas do

sul do país - em tese uma função privada e própria do contratante - como medida para garantir os direitos trabalhistas. No município de Vacaria, o poder público é o mediador por excelência das relações de contratação e trabalho nas fazendas (Motta, 2011). Em que pese todas as medições estatais, os direitos trabalhistas são reiteradamente descumpridos. Ao longo das últimas duas décadas, acumulam-se denúncias de empreiteiros ligados aos crimes de aliciamento, redução de pessoas a condições análogas às de trabalho escravizado e frustração de direitos trabalhistas, assim como a escravidão por dívidas. Para a safra de 2022, mais de 8.000 indígenas foram contratados para a colheita de maçã no sul do Brasil (Mato Grosso do Sul, 2022).

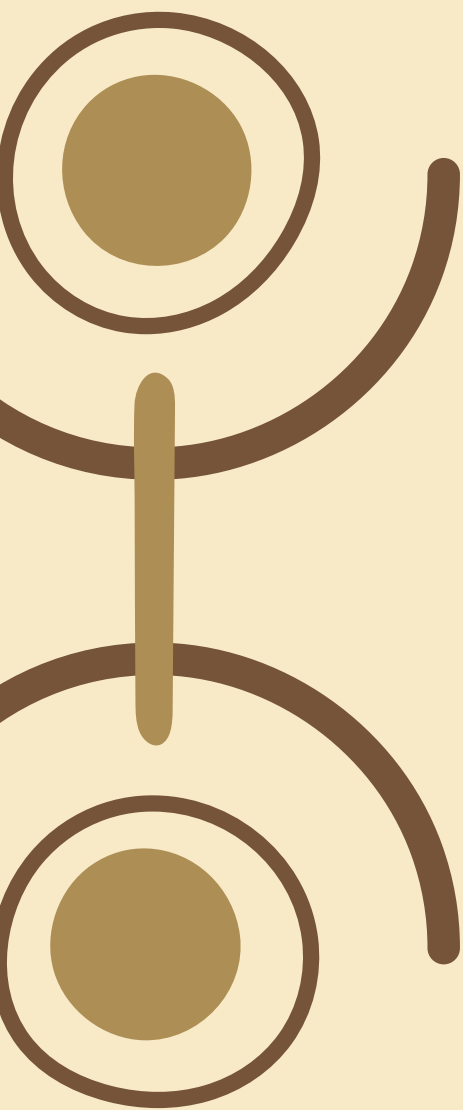
No entanto, diante das péssimas condições e do curto período de tempo dos contratos, os indígenas Guarani-Kaiowá passaram a se engajar paralelamente nos empregos de processamento de carnes. Esta é a primeira vez que ocorre um assalariamento em massa permanente para diversas comunidades que, até então, se relacionavam com o mercado de trabalho apenas de forma parcial e temporária. Em Dourados, de acordo com entrevistas, há casos de indígenas trabalhando há mais de 5 anos nos frigoríficos. No entanto, a rotatividade inerente ao sistema de trabalho nos frigoríficos, com seus ritmos extenuan-

tes, faz com que muitos transitem entre a colheita da maçã e temporadas de trabalho nos frigoríficos. Não obstante, nos últimos anos, os recrutadores das empresas de carnes passaram a distribuir folhetos de vagas entre indígenas aldeados na região de Dourados, demonstrando uma estratégia ativa de contratação desta força de trabalho.

Por sua vez, as *tekoha* [aldeias] enfrentam um desafio recente diante da pressão por arrendamentos de terras para o cultivo de soja, cuja produção já predomina em toda a região em terras não indígenas. Diante dos padrões de reprodução crítica do capitalismo global, em que pese o incremento de produtividade e a expansão em área (Pitta, 2016), o agronegócio se expande através da reprodução de um endividamento crônico capitaneado pelos bancos públicos e pelo rebaixamento constante dos custos de produção, mas também pelo rebaixamento de salários, ou s territorializando para áreas de desmatamento ilegal e terras indígenas - cujo arrendamento é ilegal e, justamente por isso, mais barato.

O arrendamento atravessa uma rede social complexa que envolve arrendatários, cooperativas de compra e a rede de oligopsônios globais, como a Cargill, que conta com uma unidade de processamento em Dourados. A sojicultura, via de regra, faz uso intensivo de agrotóxicos que causam intoxi-





cações, má formação de bebês e abortos - destaque para o herbicida glifosato, cujos danos à saúde humana já estão bastante documentados. Nas aldeias, a disputa em torno das estratégias em relação ao trabalho e à terra convivem sob a forma de um dilema: existem lideranças que optam por arrendarem suas terras para soja, abrindo conflitos com vizinhos e produzindo rupturas totais entre familiares. Mas predomina entre as lideranças indígenas a cosmovisão Guarani, fundamentada no bem viver ou *Teko Porã*, incompatível com o avanço do agronegócio em seus territórios, que em razão da sua força territorial as fazem nomear o Mato Grosso do Sul como a “faixa de gaza do Brasil”. Organizadas desde 2006 sob a *Kuñangue Aty Guasu*, a Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani, elas se opõem frontalmente ao acossamento do agronegócio sobre territórios e corpos Guarani-Kaiowá. Leila Rocha, da *Tekoha Ivy Katu*, afirma:

Vivemos um momento muito sombrio. As grandes empresas estão por trás disso, assim como os bancos e a bancada ruralista. Os latifundiários planejam transformar os locais onde tinham árvores e rios em plantio, sem pensar num manejo sustentável. A comunidade Guarani e Kaiowá segue sem água em meio a pandemia, em meio a muitas doenças. Então é um alerta geral, diante de todos os ataques, despejos, quei-

madadas que avançam nos territórios para dar espaço para invasão de nossos territórios pelos latifundiários. As lideranças, a nossa voz, nossa organização, lideranças na linha de frente também estão sendo perseguidas e criminalizadas. É um momento muito difícil inclusive para nossa saúde mental que não está mais suportando tudo isso. Da mesma forma como vem atacando os Yanomami, aqui [no Mato Grosso do Sul] os fazendeiros chegam invadindo os nossos territórios, os arrendatários ameaçam as lideranças indígenas, a Funai chega com as reintegrações de posse e despejo de toda a comunidade. O despejo já chegou em região de fronteira, já chegou em Kurusu Ambá, em Yvy Katu, chegou ali nas comunidades no entorno de Yvy Katu e hoje não temos quem recorrer, quem recorria antes para barrar reintegração de posse era a Funai, mas eu acredito que a gente ainda tem aliados que podem nos ajudar. Então é um momento muito difícil, mas trago esse alerta, essas informações doloridas e angustiantes. Muita invasão dos Territórios Kaiowa e Guarani com o avanço do arrendamento, lideranças que lutam pelo território em ameaça de morte, bancos, grandes empresas e bancada ruralista por trás dos arrendamentos sem pensar no manejo sustentável. As queimadas estão acontecendo com força! As últimas nascentes estão morren-

do! As árvores agonizando em meio a queimada! E as máquinas agrícolas chegando com peso nos territórios Kaiowá e Guarani, às reintegrações de posse, os despejos/desterritorialização das comunidades chegando e a ‘nova Funai’ usando o termo “invasão” se referindo as retomadas Kaiowá e Guarani! Tempos sombrios! Socorro. (Kuñangue Aty Guasu, 2021)

PERSPECTIVAS: O DILEMA TEKOPORÃ X AGRONEGÓCIO

No âmbito local de Dourados, estes conflitos são bastante invisibilizados por uma classe média economicamente ligada ao agronegócio (comerciantes de insumos, máquinas e equipamentos) enquanto ativistas, pesquisadora(e)s e professora(e)s são perseguida(o)s pelos jornais locais diante da menor ação de solidariedade, principalmente nas áreas de retomadas, sujeitas à violência policial e miliciana a qualquer momento. No âmbito nacional os atores econômicos fazem predominar as suas narrativas de crescimento econômico e emprego, impostas com o consentimento da sociedade brasileira, que tem aceito o sacrifício dos Guarani-Kaiowá como caminho natural do progresso. Sob os governos Temer e Bolsonaro, somou-se ainda o desfinanciamento e a desvirtuação/desestruturação/imobilização de órgãos públicos como a FUNAI e o Ministério Público. Além disso, o

governo Lula 3 apresenta o menor orçamento previsto para reforma agrária entre todos os mandatos anteriores do Partido dos Trabalhadores (PT), enquanto a renúncia fiscal para o setor da soja já atingiu a cifra de 57 bilhões somente em 2022 (IDS, 2023).

Após 20 anos de consenso das commodities, as práticas de espoliação aqui descritas parecem estar apenas em uma fase embrionária, diante do anúncio da abertura de uma das maiores fábricas de alimentos à base de processados de porcos do mundo pela JBS em Dourados em 2024. O anúncio demonstra o capital político e econômico de uma megacorporação, acumulado em meio a uma montanha de denúncias de grilagens de terra, trabalho análogo ao escravo, desmatamento, trabalho infantil e *green washing* (manipulação de informações sobre sustentabilidade de suas práticas) nas cadeias de produção da JBS, financiada por décadas por créditos públicos do BNDES. No mais, este anúncio pode revelar que as práticas aqui descritas podem ser ampliadas de forma inédita em um futuro próximo, fazendo as espoliações aqui descritas apenas um laboratório social para a expansão crítica das suas atividades.

No entanto, o dilema entre o *Teko Porã* (bem viver) e o agronegócio não opõe de forma maniqueísta JBS e os Guarani-Kaiowá. O aparente comportamento autô-

nomos dos mercados de capitais, dirigindo investimentos ao redor da cadeia de valor carne-soja; dos mercados de terras, dispondo territórios para arrendamentos mesmo diante de flagrantes ilegalidades; e do mercado de trabalho, como se respondesse a simples estímulos de oferta e demanda nacionais são, antes de tudo, formas de crise do capital, da terra e do trabalho. Operam sob o signo do capitalismo em colapso (Kurz, 1991), que não deixa de fora de sua crise também o Estado, cujas instituições vão, aos poucos, sendo vexadas à condição de ajudantes de ordens da economia empresarial, com juízes advogando para corporações enquanto atacam sindicatos e Ministério Público fazendo as vezes de Recursos Humanos de fazendeiros. Portanto, assim como o xamã Yanomami alerta que o branco está a fazer o céu cair sobre todos nós, o fim do mundo Guarani-Kaiowá é o fim de todos os mundos.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO SILVA, R. O sonho curto dos napêpê e a pandemia. Igrá Kniga, São Paulo, 2023.
Baeninger, R. (Org). Imigração Haitiana no Brasil. Campinas, SP: Paco Editorial, 2016.
BARBOSA, C. Região onde morreu primeiro indígena no MS tem um médico para atender 17 mil pessoas. In: Brasil de Fato. 21 de junho de 2020.
BARBOSA, L, & SCHLICKMANN, G. A maçã que você come pode ter sido colhida com superexploração de trabalho indígena. In: O Joio e o Trigo. 23 de agosto de 2021 Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2021/08/a-maca-que-voce-come-pode-ter-sido-colhida-com-superexploracao-de-trabalho-indigena> Acesso em 14 de maio de 2024.
BENITES, T. Recuperação dos territórios tradicionais guarani-kaiowá. Crônica das táticas e

estratégias. In: **Journal de la Société des amé-ricanistes**, 100-2 (2014).

BOECHAT, C. O colono que virou suco: terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH-USP, São Paulo, 2014.

CARILLO, I & IPSEN, A. Worksites as Sacrifice Zones: Structural Precarity and COVID-19 in U.S. Meatpacking. **Sociological Perspectives**, 64(5), 726-746. <https://doi.org/10.1177/07311214211012025>

CESIT. Contribuição Crítica à Reforma Trabalhista. Campinas (2017). Disponível em: <https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/06/Dossie-14set2017.pdf> Acesso em 14 de maio de 2024.

CIMI. Nota do Cimi Regional Mato Grosso do Sul sobre a pandemia de Covid-19 entre os Kaiowá e Guarani. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/05/nota-do-cimi-ms-sobre-pandemia-Covid-19-entre-kaiowa-guarani> CUT. MS: Indígenas denunciam condições desumanas de trabalho na colheita da maçã no RS. In: CUT. 23 de Outubro de 2023. Disponível em: <https://ms.cut.org.br/noticias/ms-indigenas-denunciam-condicoes-desumanas-de-trabalho-na-colheita-da-maca-no-rs-bf2b> Acesso em 14 de maio de 2024.

DEMÉTRIO, N, DOMENICONI, J. Migração venezuelana no Brasil: o espaço da fronteira e o espaço da metrópole. In: Migrações Venezuelanas. Rosana Baeninger; João Carlos Jaroshinski Silva (Coord); Catarina von Zuben; Paolo Parise; José Carlos Pereira; Francisco Max; Luís Felipe A. Magalhães, Daniel Menezes; Duval Fernandes; Alberto Jakob; Luis Renato Vedovato; Camila R. da Silva; Natália Demétrio; Joice Domeniconi; Victor Del Vecchio; (Organizadores). – Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.

DEMÉTRIO, N. Imigrantes internacionais na região Centro-Oeste e a pandemia de Covid-19. In: FERNANDES, D.; Baeninger, R. (Coords.); CASTRO, M. da C. G. de.; BALIEIRO, H. G.; ROCHA, J.; BORGES, F.; MAGALHÃES, L. F.; DEMÉTRIO, N.; DOMENICONI, J. (Organizadores). Impactos da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil – Resultados de Pesquisa. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/UNICAMP, 2020.

DEMÉTRIO, N, Baeninger, R. Trabalho nos frigoríficos do Brasil a constituição do precariado migrante e o papel do recrutamento humanitário. **Revista Jurídica: Trabalho e desenvolvimento humano**. V.6 (2023) Disponível em: <https://www.revistatdh.org/index.php/Revista-TDH/article/view/159> Acesso em 14 de maio de 2024.

FERNANDES, B. M. (2012). Movimentos Socio-

territoriais e Movimentos Socioespaciais: Contribuição Teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, (6), 24–34. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i6.1460> FERNANDES, D. & CASTRO, Estudos sobre a migração haitiana ao Brasil e diálogo bilateral, PUC Minas, Belo Horizonte, 2014.

FOSCACHES, N, & KLEIN, T. Dos frigoríficos às plantações de cana: como o agronegócio expôs indígenas à covid-19. In Repórter Brasil, 24 de junho de 2020. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/06/dos-frigorificos-as-plantacoes-de-cana-como-o-agronegocio-expos-indigenas-a-covid-19> Acesso em 14 de maio de 2024.

GIOVANAZ, D. Trabalhadores cruzam os braços na JBS contra ritmo “desumano” de abate para exportação em MS. In: Brasil de Fato, 21 de junho de 2021.

GRAF, L., & COUTINHO, M.. Desvelando sentidos no trabalho de mulheres na produção avícola. **Aletheia**, Canoas , n. 35-36, p. 95-108, dez. 2011. Disponível em

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942011000200008. Acesso em 14 maio 2024.

HECK, F. LER/DORT: velha conhecida nos frigoríficos! In: RUIZ, R (Org.). As pandemias dos frigoríficos, Porto Alegre, 2022.

IDS. O custo da soja para o Brasil. Disponível em: <https://www.idsbrazil.org/noticias/estudo-o-custo-da-soja-para-o-brasil/> KUNANGUE ATY GUASU. “Por trás do arrendamento vem o despejo, vem o grande latifundiário”: o agronegócio contra Vyv Katu Potrerito. Disponível em: <https://www.kunangue.com/por-tr%C3%A1s-do-arrendamento-vem-o-despejo>

KURZ, Robert. da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.

LIEBGOOT, R. Os indígenas e o extenuante trabalho na colheita de maçãs no Sul do Brasil. In: CIMI. Disponível em: <https://cimi.org.br/2021/01/indigenas-extenuante-trabalho-colheita-macas-sul-brasil/> Acesso dem 14 de maio de 2024.

MAENO, M. & CARMO, R. COVID-19 como uma doença relacionada ao trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, vol. 46, e54, 2021. MAGALHÃES, L.. A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti. Tese de Doutorado em Demografia, IFCH-UNICAMP, Campinas, 2017.

MAMED, Letícia Helena; DE LIMA, Eurenice Oliveira. Trabalho, precarização e migração: o processo de recrutamento de haitianos na Amazônia acreana pela agroindústria brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, [S.L.], v. 18, n. 1, jun. 2015. ISSN 2179-7536. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/>

[view/2079](#). Acesso em: 14 maio 2024.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. Volume 1, livro primeiro. Tradução Regis Barbo- sa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MATO GROSSO DO SUL. Em 7 anos, parceria garantiu trabalho para 32 mil indígenas na colheita de maçã no Sul do Brasil. 10 de março de 2022. In: <https://agenciadenoticias.ms.gov.br/em-7-anos-parceria-garantiu-trabalho-para-32-mil-indigenas-na-colheita-de-maca-no-sul-do-brasil/>

MIGALHAS. Juiz diz que Seara atuou contra covid e chama sindicato de oportunista (2021). Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/352114/juiz-diz-que-seara-atuou-contra-covid-e-chama-sindicato-de-oportunista> Acesso em 14 de maio de 2024.

MOTTA, G. & SANTANA, M. Trabalho assalariado e trabalhadores indígenas nos pomares de maçã no Sul do Brasil. UFRJ, Rio de Janeiro, 2019.

MPT. JBS de São Miguel do Guaporé (RO) é condenada por surto de Covid-19 entre seus trabalhadores. 2021. Disponível em: <https://www.prt24.mpt.mp.br/informe-se/noticias-do-mpt-ms/2-uncategorised/1339-jbs-de-sao-miguel-do-guapore-ro-e-condenada-por-surto-de-covid-19-entre-seus-trabalhadores> NAVARRO, N. Weld County Warned JBS About Its ‘Work While Sick’ Culture A Week Before Shutting Them Down. CPR News. Disponível em: <https://www.cpr.org/2020/04/17/weld-county-warned-jbs-about-its-work-while-sick-culture-a-week-before-shutting-them-down>

OLIVEIRA, A. U. de. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, F., Elegia para uma re(li)gião: Sude- ne, nordeste: planejamento, e conflitos de clas- ses. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1993.

OLIVEIRA, R. Contaminação de indígenas em Dourados partiu de frigorífico da JBS. Agência Pública. 10 junho 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/06/contaminacao-de-indigenas-em-dourados-partiu-de-frigorifico-da-jbs/>

PENHA, Daniela. Indígenas do Mato Grosso do Sul são os mais explorados por trabalho escravo. In: Brasil de Fato, 07 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/05/07/indigenas-do-mato-grosso-do-sul-sao-os-mais-explorados-por-trabalho-escravo> Acesso em 14 de maio de 2024.

PLANKE, Gleice. Degradação do trabalho na cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema: Os desafios da intensificação da produtividade no corte (toneladas/dia/homem), acidentes e processo de exploração. **Revista Pegada**, v. 11 n. 1, jun-2010.

PIRES, D, CALDAS, E, RECENA, M Uso de agro- tóxicos e suicídios no Estado do Mato Grosso

do Sul, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 21, n. 2, p. 598-605, 2005.

PITTA, F. As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008. Tese em Geografia Humana, FFLCH-USP, 2016.

RAMOS, V. Ritmo produtivo extenuante em fri- gorífico da JBS causa doenças ocupacionais, diz Justiça do MS. In: Brasil de Fato, 19 de ju- nho de 2023.

RODEGUERO, M.O frigorífico na aldeia: algu- mas implicações do trabalho nas indústrias de carne para os Kaingang do Toldo Chimbangue. **Revista Teoria e Cultura**. V.11 n.2 (2016) Dispo- nível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12285> Acesso em 14 de maio de 2024

SILVA, A.R.C. A pandemia da COVID-19 em ter- ritórios de frigoríficos no Brasil e dos EUA. **Tra- vessia: Revista Migrante**, (94),(2022a)

SILVA, A.R.C. Emergência da COVID-19 e pro- dução do espaço de contágio em territórios de frigoríficos no Brasil e nos EUA. **Revista Cam- po-Território**. v. 17 n. 47, Outubro de 2022: Es- tudos agrários críticos e COVID-19: movimen- tos socioterritoriais e luta pela terra no Brasil / Dossiê “ESTUDOS AGRÁRIOS CRÍTICOS E COVID-19”. (2022b)

USA. Select subcommittee on the coronavirus crisis. Staff Report, May 2022.

SILVA, A. & RUIZ, R. Em 2023 aumentam em 100% os acidentes com vazamentos de amô- nia nos frigoríficos. Rel-UITA. 23 de junho de 2023. Disponível em: <http://rel-uita.org.br/em-2023-aumentam-em-100-os-acidentes-com-vazamentos-de-amonia-nos-frigorificos>

SILVA, C. Migração de venezuelanos para São Paulo: reflexões iniciais a partir de uma análise qualitativa. In: Migrações Sul-Sul. 2a ed. Cam- pinas: NEPO: UNICAMP, 2018.

SILVA, J & ALBUQUERQUE, E.. Operação Acolhida: avanços e desafios. In: Refúgio, Mi- grações e Cidadania. Cadernos de debates 16. (2021) Instituto Migrações e Direitos Humanos. Disponível em: https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2021/10/IMDH_Cader- no_ed16_web.pdf acesso em 14 de maio de 2024.

SILVA, S. Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil. **Revista Brasile- ira de Estudos da População**. V. 34, n.1 (2017) Disponível em:

<https://rebep.emnuvens.com.br/revista/article/view/873> Acesso em 14 de maio de 2014.

SURVIVAL, sem data. Os Guarani em território brasileiro sofrem com a presença violenta de fazendeiros. Disponível em: <https://survival-brasil.org/povos/guarani>

TEDESCO, J, & KUJAW, H. Indígenas operários: Novas dinâmicas e simbologias nos proces- sos de luta pela terra no sul do Brasil. **Revista Tempos Históricos**. V.22 n.2 (2018) Disponível

em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/20496> Acesso em 14 de maio de 2024.

VIETTA, K. Histórias territoriais: a privatização das terras kaiowá como estratégia para a guarnição da fronteira brasileira e outras histórias. In: Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 26-63, jul./dez. 2013.

WALLACE, R. Pandemia e agronegócio: doen- ças infecciosas, capitalismo e ciência. Tradu- ção: Allan Rodrigo de Campos Silva. São Paulo, Elefante & Igrá Kniga, 2020.



MIGRAÇÃO E PANDEMIA: TRABALHADORES HAITIANOS EM UM FRIGORÍFICO NO SUL DO BRASIL

Wendy Ledix

Wendy Ledix
Sanitarista graduado pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Mestre em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP), com estágio docente concluído. Doutorando no Departamento de Medicina Preventiva (Saúde Coletiva) da Faculdade de Medicina da USP e no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Possui experiência em Vigilância Sanitária e Epidemiológica; Saúde mental e Estudos sobre migração, trabalho e saúde. Membro do Grupo de Estudo "Impactos das Novas Morfologias do Trabalho sobre a Vida e Saúde da Classe Trabalhadora" do Instituto de Estudos Avançados da USP.

INTRODUÇÃO

Historicamente, o Brasil foi destino de vários fluxos migratórios, que permanecem até os dias de hoje e a partir de 2010, a busca por novas perspectivas de vida tem levado muitos migrantes haitianos a procurarem o Brasil como destino (Handerson, 2015). A integração dos migrantes na sociedade brasileira, bem como a inserção laboral não obedece a um critério único. Isto é, a depender do migrante (ou refugiado), há um tratamento específico.

Neste trabalho, trataremos a questão dos trabalhadores migrantes haitianos em um frigorífico no sul do Brasil, no quadro de uma atualização de uma investigação, intitulada “Trabalho e processos sociais de saúde-doença: trabalhadores haitianos no sul do Brasil”, realizada em 2018 no curso de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) que objetivou investigar as condições de recrutamento, demissão, trabalho e saúde de trabalhadores haitianos

residentes em Coronel Vivida, no Sudoeste do Paraná, vinculados à indústria de alimentação, especificamente, um frigorífico, sediado em Itapejara d’Oeste.

Com o advento da pandemia de COVID-19, a migração internacional - embora um direito restrito, acaba ficando mais restrito e os deslocamentos locais de migrantes internacionais, no caso, os haitianos, se torna um imperativo, especialmente para aqueles que exercem o dito “trabalho essencial”. O adoecimento destes sujeitos objetificados causou um grande impacto midiático e a falta de assistência precarizou ainda mais esses indivíduos já precários.

A produção de dados se deu por uma revisão da literatura sobre o tema, através de entrevista coletiva (grupo focal), por meio de diálogos e convivência (pesquisa participante) durante as férias do ano letivo de 2018 e, por fim, por um acompanhamento da situação durante a vigência da COVID-19. Com base nesse alicerce metodológico e para a escrita deste mate-

rial, decidi fazer o desenvolvimento do mesmo em três módulos: 1) a travessia, que vai nos permitir entender como os sujeitos conseguiram chegar no Brasil (e no lugar de trabalho); 2) a inserção no frigorífico e o processo laboral; e por fim, a pandemia na pandemia.

A travessia

“Passamos por muitos países, muitas cidades, mas o nosso destino era aqui [no Brasil]. O trajeto foi assim: Haiti – República Dominicana – Colômbia – Equador – Peru e até chegar no Rio Branco (Brasil). De lá, fomos para São Paulo e em seguida, mudamo-nos para Coronel Vivida”, afirmou o André¹.

“Eu deixei o Haiti no dia 07 de abril de 2015 e cheguei no Brasil (São Paulo) no dia 30 do mesmo mês. Ou seja, 23 dias de viagem. Saí do Haiti para ir na República Dominicana, de lá, fui para Colômbia, Equador, Peru até chegar aqui no Brasil. Eu entrei pelo Acre, depois

eu fui para o Rio Branco e respectivamente São Paulo – Pato Branco – Coronel Vivida”, disse o João.

“Depois de um caminho longo, cheguei no Brasil em novembro de 2014. Do Acre, eu fui para o Rio Branco e de lá, fui para São Paulo. Eu não tinha ninguém para me receber, fiquei na casa dos padres católicos (a bem provável “Casa do Migrante”). Depois, estando em São Paulo, onde eu comecei a trabalhar regularmente por mais de um ano, consegui o contato de um amigo que trabalhava em Itapejara d’Oeste que me avisou que a empresa estava recrutando trabalhadores [haitianos] e que eu poderia vir caso eu quisesse. Foi assim que eu cheguei em Itapejara d’Oeste [...] depois eu vim morar em Coronel Vivida”, contou o Pedro.

O percurso, praticamente, foi o mesmo no caso destes três relatos. Do Haiti, estes procuram ter o visto dominicano e como naquela época não havia a obrigatoriedade de se ter um visto de trânsito (ou de turismo) para entrar na Colômbia, eles aproveitam e seguem em direção ao Equador. Nessa caravana, distinguem-se duas categorias de migrantes: 1) Uma, que a solidariedade de parentes, familiares e amigos do Haiti e de outros países da diáspora haitianos, que conseguem juntar cerca (ou mais) de 4 mil dólares para seguir o trajeto até chegar no Brasil; 2) uma outra, mesmo tendo o

dinheiro suficiente, prefere buscar trabalhar em cada país que passa, não apenas para usufruir dos momentos – bons ou ruins - que a migração propicia, mas também para poder expressar uma certa solidariedade para com os que não conseguem seguir o caminho de uma vez; e 3) e por fim, uma terceira, que, com a insuficiência de recursos financeiros, teve que parar a cada país a fim de trabalhar para conseguir financiar o restante do caminho.

O principal problema encontrado pelos haitianos no Equador é a complicada e praticamente inacessível possibilidade de regularização da situação migratória. De acordo com o Serviço Jesuítas para Refugiados e Migrantes, por muito tempo, existiu um consulado haitiano no país para lidar com a documentação exigida pelo governo (Loudor, 2011). Deste modo, a documentação precisava ser provida a partir do Haiti, o que dificultava todo e qualquer trâmite. Isso manteve os haitianos em um estado de reféns de uma circunstância de irregularidade, pois entraram no país como turistas e não alteravam essa condição. A partir de então, decorriam todos os tipos de violações de direitos, sendo o direito ao trabalho digno e seguro, geralmente, o mais transgredido.

Cárdenas (2014) mostra que, à medida que a promessa de cidade moderna é absorvida em Quito, centenas de haitianos sem docu-

mentação são contratados pelo setor da construção civil, cuja principal marca é a ausência de contratos e direitos trabalhistas preservados. O estudo coordenado por Louijuste (2013), tendo a questão laboral dos haitianos em Quito como enfoque, indicou que cerca de 95% dos entrevistados haviam sido seduzidos por redes de tráfico que operam no Haiti e no Equador, mediante o discurso de que será possível estudar e trabalhar ao mesmo tempo, sendo os estudos assegurados pelo próprio governo equatoriano.

Como mecanismo de recrutamento, Carrera (2014) ressalta também a utilização de anúncios nas rádios do Haiti, impulsionando viagens para o Equador e o entrelaçamento entre ações de igrejas evangélicas e migração haitiana, enfatizando o relato das pessoas que, em trânsito pelo território equatoriano, são recebidas nas casas de religiosos equatorianos, assim como são orientadas por eles a seguir o curso da viagem.

Do Equador, alguns seguem a rota em direção ao Brasil, passando pelo país andino: Peru. Segundo Mamed (2015), diante das dificuldades de acesso ao visto de imigração temporária como turista no Peru, aumentou-se a vulnerabilidade dos sujeitos durante a passagem pelo país, sendo inúmeros relatos deles referentes à extorsão, violência e medo. Neste circuito, onde eles dependem das redes de tráfico e seus coio-

1 Nome fictício dado ao entrevistado. Isso vai se repetindo ao longo do texto. A cada entrevistado, um nome diferente.





tes para efetuar a passagem pelo território peruano, esquivando-se ou negociando com a fiscalização nas fronteiras, os haitianos guardam especialmente a memória dos abusos sistemáticos sofridos por parte dos agentes policiais e civis peruanos.

Durante as conversas com os trabalhadores haitianos em Coronel Vivida, o que restou de marcante e que não foi possível transcrever um certo grau de fidelidade foram os suspiros, os movimentos faciais, etc. Entre lembranças ruins e brilho nos olhos, os migrantes contaram as suas próprias histórias com a sensação de um certo sentimento de empreendimento, de gestão da vida longe do local de nascimento. Isso que eu denomino de “protagonismo migrante” não suprime um certo sofrimento que vai além do sofrimento psíquico, físico, sócio-político. Trata-se do sofrimento transnacional: conceito que estou desenvolvendo no meu doutoramento no departamento de Medicina Preventiva da Universidade de São Paulo.

A INSERÇÃO (O RECRUTAMENTO) NO FRIGORÍFICO E O PROCESSO

LABORAL

Para compreender o processo laboral, é preciso buscar entender como os ditos sujeitos inseridos chegam a ser assim chamados. No âmbito da migração internacional, isso é ainda mais latente. Alguns conseguem chegar até a empresa, outros foram procurados pela empresa. Tal é o caso do líder do grupo dos haitianos em Coronel Vivida que não pensou duas vezes para contar como ele foi recrutado.

O ônibus chegou e o recrutamento começou! Junto com o motorista, vieram os recrutadores. Pelo jeito que foi feito, parece que eles tinham um perfil específico de recrutados. Eles nos olharam da cabeça aos pés antes de fazerem a seleção: uma forma de escravidão moderna. Neste dia, 54 escravos foram recrutados e eu fazia parte. Mesmo assim, com muita esperança, embarcamos no ônibus em direção a um lugar ainda desconhecido. Por fim, chegamos em Coronel Vivida, na quinta-feira, dia 15 de setembro de 2013, onde iríamos numa casa com 3 banheiros. No dia seguinte, fomos na empresa assinar o contrato e já na segunda, começamos

a trabalhar na Agrogen, que, hoje em dia, tornou-se Vibra.

Durante a primeira década do século XXI, grandes transformações econômicas e a organização do setor da indústria frigorífica do Brasil fizeram com que ele se tornasse um dos líderes em produção e exportação de proteína animal, ocupando uma posição de destaque no cenário mundial do agronegócio. De acordo com a expectativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), até o ano de 2020, era de que a produção nacional de carnes suprisse 44,5% do mercado mundial, sendo que a carne de frango tivesse 48,1% de participação nas exportações e a suína, 14,2%. Estas estimativas apontam a possibilidade do Brasil manter a posição de primeiro exportador mundial de carnes bovina e de frango (Brasil, 2012).

Neste contexto, era preciso assegurar uma rotatividade constante da força de trabalho. A emergência do Brasil fez com que certos cargos ficassem sem operários, dado que muitos trabalhadores nativos entram em certos trabalhos e não ficam; e saem à

procura de melhores condições de trabalho. Contudo, uma força de trabalho permanente responderia melhor às exigências do mercado local e internacional. No caso aqui estudado, a chegada dos [trabalhadores] migrantes haitianos representou uma boa alternativa para a empresa em questão. Se por lado, estes sujeitos, finalmente, conseguiram chegar em um lugar, ponto marcador de uma pausa nas peripécias da vida na migração, ou melhor dizer, no eterno deslocamento, por outro lado, as ondas bárbaras de racismo, xenofobia e de discriminação (e preconceitos) de diversas naturezas não têm conseguido achar uma pausa. Analisando as narrativas, isso poderia ser explicado sob três ângulos:

A chegada dos haitianos em Coronel Vivida, uma cidade interiorana do Paraná de 684,4 km² que contava com 21 749 habitantes no censo do IBGE de 2010, criou um grande estranhamento. Além da sensação de invasão, criou-se a ideia de que estes chegaram para roubar as vagas de emprego dos brasileiros. Os trabalhadores haitianos compõem um exército industrial de reserva, utilizado pelo setor empresarial para chantagear os trabalhadores brasileiros, sob o pretexto de que há como substituí-los caso não queiram trabalhar da melhor forma possível, de acordo com os princípios do frigorífico;

Percebeu-se, além da evasão

dos brasileiros, uma série de demissões. Na cadeia produtiva, é comum encontrar um migrante desempenhando o papel de duas pessoas, dois trabalhadores. Essa condição laboral fez veicular a notícia de que os migrantes são bons trabalhadores e, portanto, melhores do que os brasileiros.

Quem são os que chegaram? Pessoas migrantes. Como são? Pretos. De onde vêm? Haiti. Essas categorias ou distinções sociais reunidas em um único corpo formam um corpo vulnerabilizado, perigoso e fragilmente precário. Contudo, em um momento de um suposto crescimento do Brasil, onde “melhores condições de trabalho” são buscadas, essas pessoas migrantes chegaram, aceitando trabalhos [essenciais] que os nativos não querem mais, ainda recebendo menos...O que acabou, de certa forma, fragilizando a luta pelo trabalho digno.

O desconhecimento das leis trabalhistas, as barreiras idiomáticas, a sensação de culpa por ter entrado no “país dos outros” irregularmente e o peso da responsabilidade para com aqueles que ficam no Haiti poderiam ser pontos-chave para entender a condição de vida laboral dos sujeitos. Um haitiano que já entendia o português brasileiro chegou a ser demitido da empresa porque, além de servir de intérprete para os que tinham dificuldade com o idioma, ele também denunciava os abusos sofridos pelos traba-

lhadores de forma geral.

Além dos maus-tratos, os trabalhadores recebem a ameaça de serem mandados embora por justa causa, sem seguro. “Às vezes, eles nos exigem para trabalhar mais rápido. Uma vez, carregando uma caixa, o chefe me empurrou, querendo que eu andasse mais rápido”, contou um dos entrevistados. Inclusive, não é só o chefe que se achou no direito de agir assim, “um trabalhador brasileiro da mesma linha do que eu, me deu uma fitada uma vez sem saber o porquê”, continuou.

O trabalho pode ser penoso, mas para os trabalhadores migrantes haitianos, não há como fugir, já que eles foram trazidos pela empresa, colocados em um lugar onde não conhecem absolutamente nada. Eles sequer sabem como procurar um novo emprego e muito menos trabalhar como profissionais já que o reconhecimento dos diplomas era e é impossível. Diante disso, o duro aceite de ficar neste trabalho, de acordo com um relato, é porque “o custo de vida na cidade está subindo, enquanto o salário fica o mesmo [...] tenho irmão e mãe no Haiti, que estou ajudando”. Isso abre o horizonte para entender as faces do desgaste do trabalhador.

Contudo, pela visão de Braga (2012), ainda que existisse uma situação de inadaptação desorganizando a massa migrante, seu progresso material seria inequívoco e, a final das contas, “esse grupo,

mesmo isolado no mundo urbano, ver-se-ia precariamente integrado tanto ao mercado de trabalho quanto ao regime salarial” (Braga, 2012, p. 65). Mesmo assim, o peso da responsabilidade para com eles mesmos e para com as pessoas deixadas no Haiti, fez com que os trabalhadores desenvolvessem uma certa resiliência no trabalho. Pesquisas mostram que as remessas de migrantes, entre 2005 e 2014, representam mais de 20% do PIB haitiano e sustentam famílias no Haiti; realizam investimentos (Magalhães; Baeninger, 2016), criando empregos. De acordo com o Banco Mundial (2021, apud² Ledix, 2021), em 2019, as remessas têm chegado a 37,1% do PIB do Haiti, que perdeu apenas para Tonga (37,6%) no que diz respeito aos países que mais recebem dinheiro de fora. Tudo isso provém, direta ou indiretamente, de forças de trabalho nos diversos países das diásporas haitianas.

O elemento analítico mais importante do processo de trabalho para a compreensão do bem-estar laboral é o trabalho mesmo. É possível distinguir diferentes formas de consumo da força de trabalho no processo de produção que implicam formas distintas de desgaste do trabalhador. Estas formas de trabalho são vinculadas à extração da mais-valia absoluta que é a forma mais primitiva de exploração do trabalhador.

“Eu trabalhava na câmara fria, mas a minha carteira não estava assinada para esse setor. O chefe me abusou e me mandou trabalhar nesse setor onde o trabalho é mais duro [...]. A minha carteira foi assinada com um valor baixo, enquanto eu trabalhava num setor onde eu deveria receber mais. Eu recebia 1339 reais e pelo que eu sei, quem trabalha na câmara fria deveria receber mais”, lamentou o Pedro.

“À medida que o frango vem, você tem que trabalhar. Senão, tudo vai cair no chão. Assim, vai ter que trabalhar mais rápido e quando tem muito trabalho, nós voltamos para casa às 3 da manhã, enquanto deveríamos bater cartão à 01:48. Às vezes, eles nem pagam as horas extras”, disse a Maria.

Na linha de produção frigorífica, percebeu-se uma coisificação ou objetificação dos trabalhadores, onde máquinas competem com humanos e que estes tentam acompanhar a velocidade das máquinas. A exemplo disso, um participante da pesquisa contou o caso de um colega ausente:

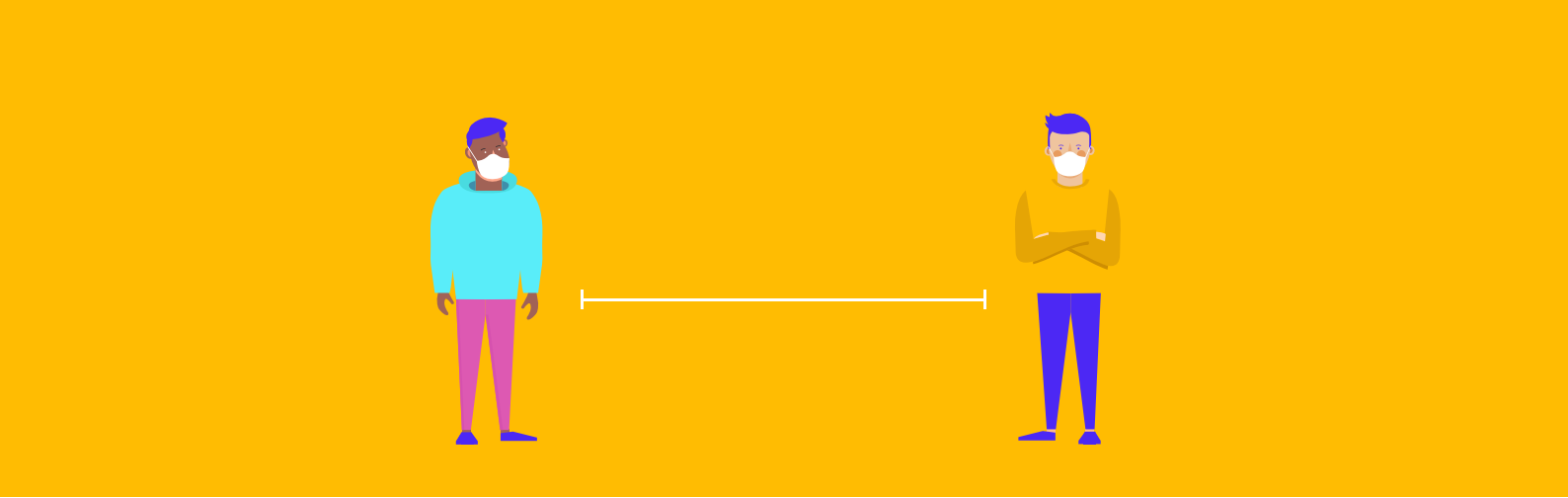
“Leva estava trabalhando quando o chefe da linha acelerou o ritmo, aumentando a velocidade da máquina. Ele teve que tentar dar conta da quantidade de frangos que estava chegando. Assim, machucou a mão com a faca. O dirigente lhe chamou para assinar

um documento, atestando que ele se machucou por ser inexperiente. Leva veio conversar comigo para eu traduzir para ele e quando vi o que estava escrito, pedi para ele não assinar”, relatou o Paulo.

Mesmo com os relatos de dor, sofrimento e até mesmo de morte que ocorrem no frigorífico, não se pode negar que os migrantes – inclusive, todos os trabalhadores – desempenham um trabalho fundamental para a manutenção da cultura de consumo do país e do exterior, no caso das exportações. Esse mesmo fundamental trabalho, com o advento da pandemia, tornou-se um “trabalho essencial”; portanto, não pode parar.

A PANDEMIA NA PANDEMIA

O ano de 2019 é marcado por um evento [inesperado] que tomou início em Wuhan, na China, e se espalhou muito rapidamente para o resto do globo: é o vírus SARS-COV-2, que, pela sua expansão em vários países, acarretou a pandemia de COVID-19. A intenção neste título “a pandemia na pandemia”, não é apenas expor sobre COVID-19, mas sim, mostrar que, antes do aparecimento do vírus, pessoas ao redor do mundo já viviam uma pandemia com outros agentes (ou fatores) patógenos. São eles: a superexploração do trabalho; traumas e lesões causadas pelo trabalho; acidentes mortais no local de trabalho; entre



outros. Estes agentes patógenos não estão presentes apenas no Brasil – especialmente no trabalho de migrantes em frigoríficos –, mas também em muitos países ditos desenvolvidos. O que dá o caráter pandêmico.

No frigorífico, objeto da pesquisa, ficou evidente que o próprio trabalho provoca a sua perda. Não a perda do trabalho em si, mas a perda da força [de trabalho], do trabalhador.

“Um colega haitiano chamado Dunois, depois de uma cirurgia no fígado, morreu em junho de 2016 e o seu filho nasceu em agosto. O Doly não teve a sagrada chance de ver o seu pai. Até agora, nenhuma reparação. A mãe, desempregada, não recebeu nada da empresa”, contou o líder dos haitianos.

Esse relato pode ser uma das inúmeras mortes decorrentes do trabalho. Quando não há morte, o trabalhador pode ficar na invalidez. Um corpo inválido para a produção.

“O espaço adocece. O benzeno utilizado na desintoxicação do meio de trabalho é muito nocivo. Eles pedem para os trabalhadores saírem por 6 horas depois da aplica-

ção do produto, enquanto deveriam fazer isso 6 horas antes dos trabalhadores chegarem. Karine, uma amiga brasileira foi atingida no fígado. Ela, recentemente, recebeu um aviso médico, atestando que ela não vai mais poder trabalhar”, relatou o líder.

“Bens, de 23 anos, fez uma cirurgia no coração que ficou com um aparelho. Nenhuma outra empresa que contratá-lo. Saiu a perícia e o advogado mandou o documento no seu WhatsApp lhe informando que a doença não é ocupacional”, declarou o Gustavo.

Desta forma, tendo em vista a saúde ocupacional, podemos buscar entender o trabalho com um problema ambiental, sendo que ele coloca o trabalhador em contato com agentes químicos, físicos, biológicos, psicológicos e sobretudo humanos, que lhe causam acidentes e enfermidades. E nesses centros de adoecimento, sempre há um médico do [próprio] trabalho e um advogado, contratados pela empresa, para examinar os trabalhadores e defender a empresa em caso de um processo judicial.

Assim como na pandemia de COVID-19, uma das regras de contenção do vírus foi o confinamen-

to, essa regra é norma que regula a vida laboral no frigorífico, onde os sujeitos ficam confinados – por período de tempo bem definido – para servir a cadeia de produção para o consumo local e internacional. Com as ditas medidas preventivas, dentro da crise sanitária, os migrantes acabam enfrentando várias outras crises: 1) uma crise de saúde, já que são expostos ao vírus, geralmente em contextos de grandes aglomerações em que o distanciamento social é, no mínimo, dificultado. Nesses locais, cuidados em saúde, água tratada, saneamento e nutrição são muitas vezes difíceis de encontrar; 2) uma crise de proteção, devido ao fechamento das fronteiras para conter a propagação do vírus; 3) uma crise socioeconômica, especialmente aqueles que trabalham “informalmente”, sem acesso à proteção social; 4) uma crise de visibilização, devido à impossibilidade de encontrar dados sobre os migrantes tendo a ver com números de atendimentos, mortes e onde estes sujeitos foram atendidos. Isso tudo porque as fichas de notificação não tinham a variável “nacionalidade” e quando esta foi incorporada, não ficou como preenchimento obrigatório.

2 BANQUE MONDIALE. Repatriements de fonds. Migration Data Portal, 2021.

São os verdadeiros “ambulantes invisíveis” (Ledix, 2021, p. 151); 5) uma crise identitária, devido ao desprovimento do direito, sobretudo político. O que dificulta a digna reclamação de outros direitos e a garantia de direitos humanos. Duplamente excluídos, os migrantes haitianos - não naturalizados- não conseguem votar no Brasil, sequer no Haiti.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A migração não é um tema recente (ou emergente) na história brasileira. Quando a sua operação não se faz sentir pelo processo da escravidão, trazendo forçadamente do continente africano serem chamados de negros para a composição de uma colônia de povoamento e de exploração [humana], ela se manifesta através do desejo de branquear o país, convidando europeus a habitarem especificamente o Sul do país. O que deixa entender que o Brasil é constituído por migrações e que a ideia de achar que o migrante não vem para ficar é, portanto, meramente equivocada.

A chegada dos grandes fluxos migratórios haitianos em 2010 fez com que o Brasil promulgasse a sua Nova Lei de Migração (Lei no 13445/2017) em 2017 que substituiu o Estatuto do Estrangeiro (Lei no 6.815/80), segundo o qual, o migrante era visto como perigoso

e potencial ameaça à soberania nacional. Mesmo com essa lei que prevê garantias de diversos direitos básicos, vários fatores têm e vêm impactando a vida destes trabalhadores: o processo migratório, o processo laboral e as condições de vida. Esses impactos sobre os migrantes da linha de produção frigorífica, cuja desproteção trabalhista é evidenciada através dos riscos e acidentes de trabalho, se agravam ainda mais em tempo pandêmico. No quadro de uma força de trabalho ambulante que logo transformou-se em proletariado precário, a temática do “problema social” está à superfície.

Os migrantes compartilham os perfis de adoecimento e morte da população em geral, em função da idade, gênero, distinção social ou grupo específico de risco. Além disso, devido à condição migrante, eles podem adoecer ou morrer por causas relacionadas ao trabalho ou à vida na migração. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2005), pessoas em muitos países estão expostas a estresse prejudicial que leva ao aumento da ansiedade e depressão, transtornos por uso de álcool e outras substâncias, violência e comportamento suicida. As causas sociais dos problemas de saúde mental são múltiplas, variando de causas individuais de

sofrimento a questões que afetam toda uma comunidade, sociedade, país, continente ou o planeta. “Grupos marginalizados e vulneráveis – como refugiados e populações migrantes com ou sem deficiência que já estão enfrentando problemas de saúde mental- podem estar em risco particular” (WHO, 2005, p. 21).

Diante das configurações da migração haitiana no Brasil, enfatizando especialmente o caso dos trabalhadores haitianos em frigoríficos, descobriu-se um mero “precariado3 haitiano no universo brasileiro” (Ledix, 2018, p. 35). Em termos de Políticas Públicas, além da criação de uma Coordenadoria Nacional de Saúde do Migrante e de Políticas Públicas de Inclusão (educação, moradia, empreendedorismo, ect), propõe-se uma federação dos grupos organizados haitianos não somente para pensar em estratégias de melhoria da vida em terra estrangeira, mas também para reclamar a nossa plena cidadania em terra de nascença. Em síntese, vivemos em dois mundos, dois países. A nossa presença no Brasil não nos ausenta do Haiti.

Afinal, para admitir que cuidar da população migrante é cuidar do cidadão local, para compreender que o tripé saúde-doença-cuidado não tem fronteira, para difundir a ideia de um mundo sem barreiras físicas, para se convencer

de que habitar a terra exige uma certa lucidez de querer compartilhá-la, é preciso ter uma ciência consciente, como nas palavras do médico francês do Renascimento “science sans conscience n’est que ruine de l’âme” (ciência sem consciência arruína a essência da coisa ou da arte). Portanto, com e para uma ciência sem complacência, a crise da COVID-19 é, ou deveria ser, sem sombra de dúvida, uma oportunidade para reinventar a mobilidade humana e a vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

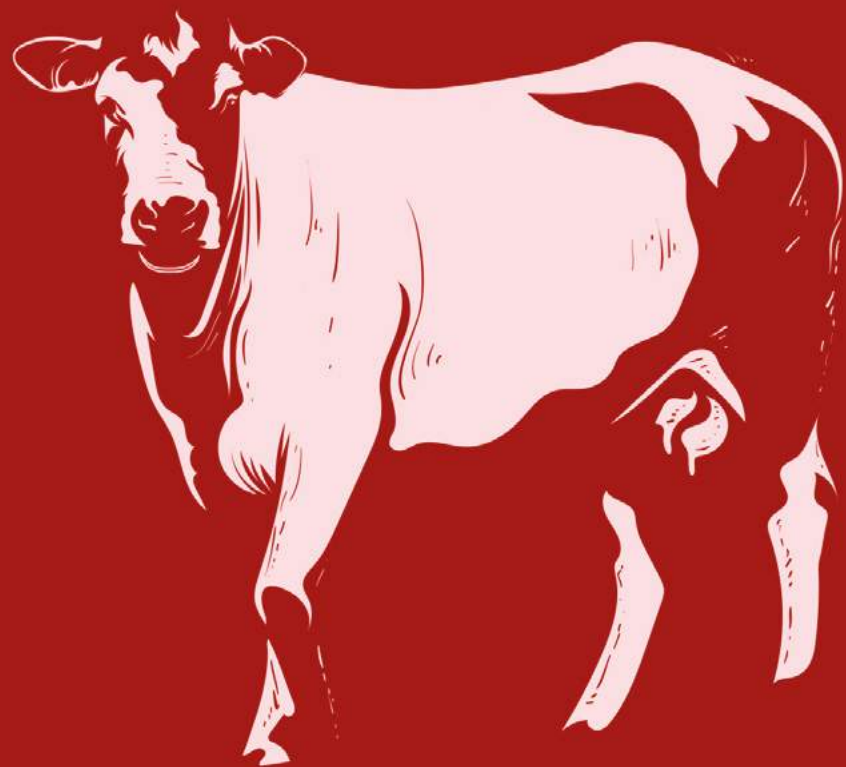
BRAGA, Ruy. **A política do precariado:** do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo: USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.
BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.** Exportação. [online] Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/exportacao>>. Acesso em: 27 nov. 2018.
CÁRDENAS, Iréri Ceja. **Negociación de identidades de migrantes haitianos em Quito.** 2014. 112 p. Tesis (Maestría em Antropología Visual y Documental. Antropológico) – Departamento de Antropología, Historia y Humanidades, Fa-

culdad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Quito – Ecuador.
CARRERA, Gabriel Bernal. **La migración haitiana hacia Brasil:** Ecuador, país de tránsito. In: OIM – Organización Internacional para las Migraciones. La migración haitiana hacia Brasil: características, oportunidades y desafíos. Buenos Aires: OIM – Oficina Regional para América del Sur, 2014, p. 67 – 82.
HANDERSON, Joseph. **Diáspora:** As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal de Rio de Janeiro, 2015.
LOUIDOR, Woolly Edson. **Los flujos haitianos hacia América Latina:** situación actual y propuestas. Servicio Jesuita para Refugiados - Latinoamérica y el Caribe, 2011.
LOUIJUSTE, Pierrette. **El problema laboral de los haitianos en Quito.** Informe (Trabajo de investigación semestral em la Antropología Urbana, Carrera de Comunicación). Facultad de Ciencias Humanas y de la Educación Social, Universidad Politécnica Salesiana, Quito - Ecuador, 2013.
LEDIX, Wendy. **Trabalho e processos sociais de saúde-doença:** trabalhadores haitianos no sul do Brasil. 2018. 71 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Saúde Coletiva) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.
----- **Migração, trabalho e saúde:** trabalhadores haitianos em canaviais na República Dominicana. 2021. Dissertação – Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2021.
MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BAENINGER, Rosana. **Imigração haitiana no Brasil e remessas para o Haiti.** In: Imigração haitiana no Bra-

sil / Rosana Baeninger; Roberta Peres; Duval Fernandes; Sidney Antonio da Silva; Gláucia de Oliveira Assis; Maria da Consolação G. Castro; Marília Pimentel Cotinguiba (orgs.). Jundiá, Paco Editorial: 2016.
MAMED, Letícia. **Haitianos na Amazônia:** A morfologia da migração haitiana pelo Acre e o horizonte de inserção precarizada no Brasil. Ruris - Revista do Centro de Estudos Rurais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP. No prelo. 2015.
WHO. **Mental health:** facing the challenges, building solutions. Library Cataloguing in Publication Data, 2005.

3 O termo vem a partir de duas palavras: proletariado – precário.





MIGRAÇÕES SUL-SUL NO ARRANJO ESPACIAL DOS FRIGORÍFICOS: PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Natália Demétrio
Rosana Baeninger

Natália Demétrio
Possui graduação em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Estadual de Campinas (2006-2010), mestrado (2011-2013) e doutorado (2013-2017) em Demografia, ambos pela Universidade Estadual de Campinas, com pós-doutorado no Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" (Nepo-Unicamp) (2017-2024). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade Federal de Roraima no curso de Ciências Sociais.

Rosana Baeninger
Bacharel e Licenciatura em Ciências Sociais – UNICAMP. Mestra em Sociologia – UNICAMP. Doutora em Ciências Sociais (Área Estudos de População) – UNICAMP. Professora Livre- Docente Aposentada, colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Demografia (IFCH) e no Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/UNICAMP). Coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP).

INTRODUÇÃO

As migrações internacionais têm uma importância histórica na reprodução do modelo agro-exportador brasileiro. Já em 1550, a “necessidade de braços para a lavoura canavieira” trouxe ao país mais de 3 milhões de africanos escravizados (BAENINGER, 2016, p.14). Na virada dos séculos XIX e XX, a imigração europeia de massa foi fundamental para a acumulação de capital no âmbito do complexo cafeeiro (Hall, 2003; BAENINGER, 2016). No pós-Segunda Guerra Mundial, as migrações dirigidas encaminharam ao país mão-de-obra técnica e qualificada, essencial à mecanização da agricultura e à industrialização (Paiva; Paiva; Bastos, 2013), ao mesmo tempo em que a migração interna produziu toda a força-de-trabalho demandada pelos complexos agroindustriais formados

no bojo dos planos nacionais de desenvolvimento (Silva, 1999). Ao adentrarmos no século XXI, a expansão das atividades frigoríficas faz da agroindústria da carne a principal forma de inserção laboral de imigrantes internacionais no mercado de trabalho formal brasileiro (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2021), trazendo inúmeros desafios teóricos e metodológicos à compreensão desse fenômeno.

Seja por se concentrar em áreas de avançado envelhecimento populacional (CCGE, 2008), seja por se consolidar como o segmento do agronegócio mais intensivo em força-de-trabalho (BAENINGER; Gomes; Demétrio, 2020), os arranjos espaciais dos frigoríficos protagonizam a formação de novos espaços da migração (BAENINGER, 1999), com destaque para os fluxos provenientes do Sul Global (BAENINGER, 2017). O

objetivo desse artigo é avançar na compreensão desse fenômeno, combinando os estudos sobre urbanização e agronegócio (Elias, 2013; Canales; Canales, 2013; Gras; Hernández, 2013; Sposito, 2010), à perspectiva de análise sobre transnacionalismo (Faist, 2000) e migrações Sul-Sul (BAENINGER, 2018).

MIGRAÇÕES SUL-SUL NOS FRIGORÍFICOS BRASILEIROS: O RECRUTAMENTO HUMANITÁRIO E A PRODUÇÃO DE NOVAS REDES MIGRATÓRIAS

A produção de uma geografia econômica comandada pelo agronegócio traz profundas transformações na dinâmica da urbanização brasileira, alterando os rumos e as características de suas migrações (Elias, 2018; Carmo

et al, 2018). Apesar de a inserção internacional do país estar historicamente vinculada à produção agropecuária, é preciso considerar a virada agroexportadora na América Latina, nesse século XXI, como expressão da reprimarização da economia e da pauta exportadora brasileira, da crise do Estado, de seus planos nacionais de desenvolvimento e do processo de financeirização do mercado de commodities (Canales; Canales, 2013; Brandão, 2007; Gras; Hernández, 2013). Altamente vinculado às reformas neoliberais dos anos 1980, o agronegócio é fruto das maiores possibilidades de circulação do capital, com a formação das corporações transnacionais redesenhando a divisão global do trabalho agrícola (Gras; Hernández, 2013).

Os impactos urbanos dessa forma de produzir são diversos. A combinação de um padrão de residência urbano à dinâmica agro-exportadora produz uma série de cidades agrárias onde são adensados os vínculos globais através da produção e processamento de commodities (Canales; Canales, 2013). Dentre tais espacialidades, destacam-se as chamadas cidades do agronegócio (Elias, 2013), bem como inúmeras pequenas localidades que rompem com as tendências de redistribuição da população pensadas no bojo dos processos de transição urbana (Canales; Canales, 2013).

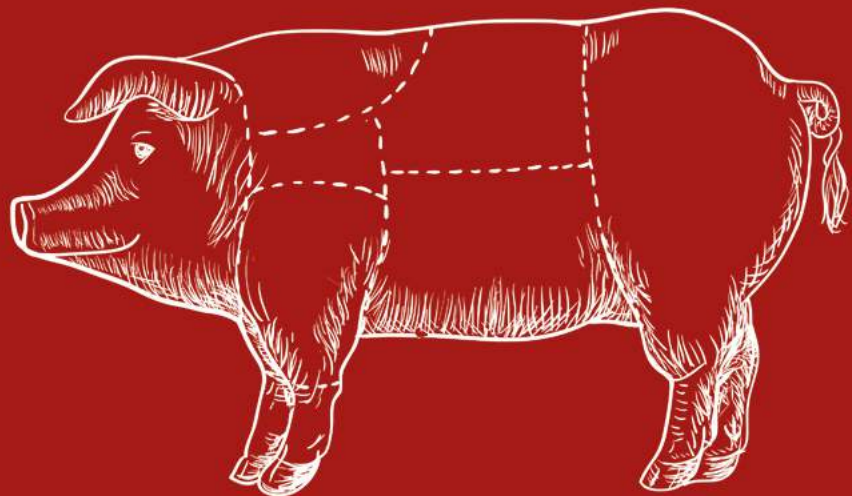
A produção de arranjos espa-

ciais eminentemente híbridos e multiescalares (Moura, 2009), onde as “heranças deixadas por uma história complexa” (Brandão, 2007, p.90) coexistem com as novas funções assumidas no âmbito global, exige um novo olhar para a rede de cidades. Na interpretação de Santos (2013), o desenvolvimento dos meios de comunicação articula uma divisão territorial do trabalho que atravessa hierarquias tradicionais, rompe com a clássica diferenciação entre regiões ricas e pobres, impondo a multidirecionalidade dos fluxos. Para o autor, foi-se o tempo no qual a rede urbana podia ser entendida como uma rede de drenagem de lucros de intensidade compatível às funções hierárquicas assumidas pelos nós urbanos. Esse esquema – por meio do qual os menores centros são sistematicamente encaixados nas cidades maiores, sempre associadas a alcances espaciais mais amplos –, já não é suficiente. Na globalização, a região expressa não apenas as “relações necessárias entre um núcleo e seu entorno imediato”, mas também a união entre os diferentes pontos de apoio à produção que, mesmo não contíguos, tornam-se unificados pela técnica (Santos, 1993, p.45).

Segundo Sposito (2010), esse contexto redefine as perspectivas teóricas sobre cidades médias e pequenas, tradicionalmente associadas ao tamanho populacional dessas localidades à classificação

de suas funções em redes urbanas hierárquicas. “A partir dessa ótica, as cidades médias desempenhavam papéis de intermediação entre as cidades pequenas e as cidades grandes e metropolitanas, no âmbito de uma mesma rede urbana” (Sposito, 2010, p.52). Os arranjos espaciais do agronegócio rompem com essa linearidade de hierarquias e funções, instalando o que Santos (2013) denominou de curto circuito da rede de cidades: a conexão imediata entre o lugar da produção e os interesses do capital hegemônico globalizado. Nesse contexto, verifica-se o reforço das interações entre o global e o local. “De um lado, a hiperescala da circulação do capital e das informações, e de outro, a hipoescala da localidade, onde se estabelece as relações de produção” (Diniz, 2003, p.102).

A instalação desses processos globais tanto rompe com regionalizações tradicionais, diluindo fronteiras engessadas por redes de articulação políticas locais e nacionais (Ribeiro, 2004; Limonad, 2004; Sassen, 1998), quanto “promove as migrações em todas as direções” (Ianni, 2011, p. 21), alavancando a rotatividade migratória e a diversidade das formas de deslocamento (BAENINGER, 2012). Essas transformações são evidentes nos segmentos mais intensivos em força-de-trabalho e localizados em áreas de acelerado envelhecimento populacio-





nal, altamente dependentes da migração interna e internacional para produção da população excedente demanda por esses capitais (Renner; Patarra, 1980). Esse é o caso dos frigoríficos, setor do agronegócio que mais gera emprego no Brasil, concentrado na porção centro-sul do país e a mais importante forma de inserção laboral entre imigrantes internacionais no mercado de trabalho formal brasileiro (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2021).

É nesse contexto que o arranjo espacial dos frigoríficos despon-ta-se como espaço transnacional das migrações Sul-Sul. De acordo com Faist (2000), a perspectiva teórica sobre transnacionalismo conecta duas dimensões principais: as questões envolvendo os bloqueios ou as permissões à entrada e circulação de não-nacionais no território; e o papel das redes construídas a nível do indivíduo, desenvolvendo vínculos que atravessam as fronteiras

nacionais. Ou seja, os espaços transnacionais são construídos, de um lado, pelos vários recursos de pessoas móveis ou imóveis e, de outro, pelas regulamentações jurídicas que constroem essas conexões.

O autor discute a emergência dos espaços transnacionais como fenômeno associado à globalização da produção, mas cuja análise deve contemplar também redes de reciprocidade e controle altamente dependentes dos lugares onde se desenvolvem (Faist, 2000). Existe, portanto, uma diferença fundamental entre ambos os conceitos. Em contraste com os estudos sobre globalização, os espaços transnacionais não podem ser compreendidos como fenômeno desterritorializado. Enquanto os processos globais são largamente descentrados de territórios nacionais específicos, os processos transnacionais são ancorados territorialmente e abrangem dois ou mais Estados-Nação,

envolvendo o protagonismo de atores das esferas do Estado e da sociedade civil (Faist, 2000). Grosso modo, se a escala global diz respeito à reprodução do capital, os vínculos transnacionais dialogam com a reprodução da população (Faist, 2000).

Faist (2000) estabelece ainda uma tipologia dos espaços transnacionais segundo as dinâmicas originárias que impulsionam sua formação. Na análise feita pelo autor, a direção do 'chute inicial' remete à migração internacional Sul-Norte. A compreensão dos arranjos espaciais dos frigoríficos como espaço transnacional das migrações Sul-Sul revisita essa perspectiva teórica. Particularmente no caso da migração haitiana e venezuelana, protagonistas na composição desse nicho de trabalho migrante (Waldinger, 2005), o desenvolvimento desses espaços transnacionais alude às migrações de crise (Clochard, 2008; BAENINGER, 2016), às migrações dirigidas

(BAENINGER, 2018) e ao recrutamento humanitário.

Por recrutamento humanitário entende-se uma forma de mobilização para o trabalho que "não assume um formato empresarial, mas se dá dentro de um quadro 'ação social'", com forte apelo filantrópico e de assistência social (Bicudo, 2021, p.65). O encontro entre empregadores e trabalhadores ocorre, assim, pela mediação de atores paraestatais (Amar, 2020), em especial instituições religiosas que, por seu caráter humanitário, refutam o rótulo de agências de emprego (Bicudo, 2021). Esses agentes organizam sistemas de triagem não exatamente "em função das necessidades de cada empresa", e sim pelo "princípio da isonomia", sem o favorecimento de candidatos com "experiência reconhecida" (Bicudo, 2021, p.67). A condição básica para concorrer a uma vaga de trabalho vincula-se, em primeiro lugar, à sua "classificação de 'imigrante' ou 'refugiado'" (Bicudo, 2021, p.67).

Não se trata [...] de uma intermediação especializada em determinada função, como nas empresas de terceirização [...] ou nessas cooperativas autônomas [...]; mas, sim, de um agente intermediador que permite acessar indivíduos cujo único denominador comum

de sua situação social presente é a de serem, em conjunto, definidos como outros (Bicudo, 2021, p.68-69).

Embora as redes migratórias (Truzzi, 2008) e as solidariedades étnicas (Waldinger, 2005) tenham um efeito multiplicador sobre esse fluxo, o recrutamento humanitário demanda o olhar para outros agentes mediadores da inserção laboral (Guimarães, 2008). Particularmente na migração venezuelana, com a Operação Acolhida, existe uma bem estabelecida divisão de tarefas entre o Estado, cuja função é garantir a documentação; as Forças Armadas, responsável por gerenciar o fluxo migratório e coordenar sua redistribuição em território nacional; instituições religiosas e ONGs, encarregadas pela acolhida humanitária; além do apoio financeiro de inúmeras organizações internacionais, muitas das quais influenciadas por estratégias do Norte Global em formar países "tampões" capazes de conter essa população longe de suas fronteiras (AGIER, 2006; SOUZA; Ru-seishvili, 2020).

Os frigoríficos como elemento fundamental para o desenvolvimento de espaços transnacionais das migrações Sul-Sul no Brasil expressam, assim, particularida-

des importantes. Não se encaixam nas perspectivas teóricas sobre mercado de trabalho dual (Piore, 1979)¹; não se caracterizam pelas redes de subcontratação que incidem na informalidade do trabalho (Sassen, 2010); as solidariedades étnicas não dão conta de explicar a inserção laboral especializada nesse setor (Waldinger, 2005), fato que tampouco se confunde com a exportação organizada de trabalhadores (Sassen, 2010). Esse fenômeno abarca, portanto, as contradições específicas do mercado de trabalho brasileiro (Guimarães, 2008); o Brasil como país possível, mas não o desejado (BAENINGER, 2016); as garantias previstas pela Nova Lei de Migração e pelo Estatuto do Refugiado; o acesso à documentação; e à centralidade dos atores paraestatais na mediação laboral (MOREIRA, 2012; Amar, 2020; Bicudo, 2021).

Se é verdade que a presença de ONGs e instituições religiosas também realizam a mediação para o trabalho em outros grupos populacionais, entre imigrantes internacionais o protagonismo desses atores assume maior importância relativa face à chegada de nacionalidades sem raízes históricas com o Brasil, a ausência de uma comunidade de

¹ Esse aporte teórico dialoga com a existência de um mercado de trabalho primário, ocupado majoritariamente por nacionais, com empregos bem remunerados e relativamente estáveis; e de um setor oposto – o mercado secundário – no qual estão concentrados os imigrantes em ocupações rejeitadas pela população local (Piore, 1979). Oliveira (2003) estabelece duras críticas à incorporação dessa abordagem para a realidade brasileira, onde o peso da informalidade e da precarização desponta-se como dimensão estruturante das relações de trabalho no país.

apoio e às dificuldades de inserção social e laboral. Ademais, a própria condição mesma de migrante e refugiado associa-se um estigma (Goffman, 1988) que garante inserção privilegiada em determinados nichos de trabalho (Silva, 2013; Bicudo, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recrutamento humanitário como nova modalidade de agenciamento do trabalho migrante dialoga com a particularidade das migrações Sul-Sul, com os processos históricos de formação do mercado de trabalho brasileiro, com a reestruturação produtiva em escala global e seus rebatimentos na rede de cidades nacional (Sassen, 1998), com a formação dos arranjos espaciais dos frigoríficos. A compreensão desse fenômeno revisita a perspectiva teórica das redes em processos migratórios transnacionais (Faist, 2000), além de iluminar os novos caminhos da migração internacional no país (BAENINGER, 2014).

Acompanhando os “circuitos econômicos do agronegócio” (Sposito, 2010, p.56), a ampliação das conexões escalares entre pequenas e médias cidades expressam a constituição de novas espacialidades na rede urbana brasileira, redesenhadas pelos mecanismos de desencaixe entre

o local e o global (Giddens, 1992)2. A reconfiguração das hierarquias sociais que tradicionalmente acomodaram os processos de redistribuição da população no Brasil tanto questiona o nacionalismo metodológico presente na explicação da migração (BAENINGER, 2012; GLICK SCHILLER, 2007), quanto impõe a necessidade de um olhar mais atento para os vínculos construídos a nível do indivíduo (Faist, 2000), com o recrutamento humanitário constituindo uma dimensão importante para a construção desses laços transnacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, Michel. Refugiados diante da nova ordem mundial. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, p.197-215, 2006.
Amar, P. O Arquipélago da Segurança: estados de segurança humana, políticas de sexualidade e o fim do neoliberalismo. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2020.
BAENINGER, R. **Região, Metrópole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes no Brasil – 1980/1996**. (Tese de Doutorado) – Campinas-SP, IFCH – UNICAMP, 1999.
BAENINGER, R. *Fases e Faces da Migração em São Paulo*. Campinas: Núcleo de Estudos de População - NEPO/UNICAMP, 2012
BAENINGER, R. Migrações Internacionais no século 21: desafios para uma agenda de pesquisa. Trabalho apresentado em el VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado em Lima- Perú, del 12 al 15 de agosto de 2014.
BAENINGER, Rosana. Migração Transnacional: elementos teóricos para o debate. In: BAENINGER, Rosana et al. (Orgs). *Imigração Haitiana no Brasil*. Jundiá: Paco Editorial, 2016.
BAENINGER, R. Cenários das Migrações Internacionais no Brasil. In: BERQUÓ, E. (Org.) **Demografia na Unicamp: um olhar sobre a**

produção do Nepo. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2017.
BAENINGER, R. Governança das migrações: migrações dirigidas de venezuelanos e venezuelanas no Brasil. *In*: BAENINGER, R. et al. **Migrações Venezuelanas**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2018.
BAENINGER, R.; Gomes, R. A.; **Demétrio, N. B.** População e Cidades - Espaços Regionais da Agricultura Globalizada: Trabalhadores Rurais e Imigrantes Internacionais no Agronegócio em São Paulo. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Nepo/Unicamp, 2020, v.1. p.200
Bicudo, M. V. G. C. de C. Mobilização do “trabalho imigrante” em São Paulo: estudo sobre intermediação e usos do trabalho. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
Brandão, C. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
Canales, A. I.; Canales, M. C. De la metropolización a las agropólis: el nuevo poblamiento urbano en el Chile actual. *Polis*, 12, 31-56, 2013.
Carmo, R. L.; Silva, C. C. da; CAmarGO, K. C. M.; FURTADO, S. C. Urbanização e expansão da soja no cerrado: o caso de Lucas do Rio Verde (MT). **Textos Nepo 84**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” / Unicamp, 2018.
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). **Populações e políticas sociais no Brasil**: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008. Disponível em: https://www.cgEE.org.br/documentos/10195/734063/18demografia_livro_2008_6418.pdf/80852175-0ebe-4e-53-a623-d7c1852a7e7d?version=1.0. Acesso 18/05/2020.
Cavalcanti, L.; Oliveira, T.; Silva, B. G. Imigração e refúgio no Brasil: Retratos da década de 2010. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.
Clochard, Olivier. Les réfugiés dans le monde entre protection et illégalité. *EchoGéo*, v. 2, 2007.
Diniz, C. C. Repensando a questão regional brasileira: tendências e desafios. In: ACUNA, C.; RIELLA, A. (Org). **Território, Sociedad y Región: Perspectivas desde el Desarrollo Regional y Local**. Montevideo: Facultad de Ciencias Sociales, 2003.



Elias, D. *Globalização e Agricultura*. São Paulo: EdUSP, 2003.
Elias, D.; PEQUENO, R. (Orgs). *Tendências da Urbanização Brasileira*: Novas Dinâmicas de estruturação urbano-regional. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.
Faist, Thomas. The Bridging Function of Social Capital: Transnational Social Spaces. In: The Volume and Dynamics of International Migration and Transnational Social Spaces. Oxford University Press, 2000.
Giddens, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
GLICK-SCHILLER, Nina. “The centrality of ethnography in the study of transnational migration – seeing the wetland instead of the swamp”. In SAHOO, Ajaya. Kumar e MAHARAJ, Brij. *Sociology of Diaspora – a reader*. India: Rawat Publications, 2007, p. 118-155.
Goffman, Erving. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1988. 159p.
Goffman, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1988. 159p.
Gras, C.; Hernández, V. *El Agro Como Negocio: Producción, Sociedad y Territorios en la Globalización*. Buenos Aires: Biblos, 2013.
Guimarães, N. A. Empresariando o Trabalho: Os Agentes Econômicos da Intermediação de Empregos, esses Ilustres Desconhecidos Dados - Revista de Ciências Sociais, vol. 51, núm. 2, 2008, pp. 275-311 Universidade do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Brasil.
Hall, M. M. Os fazendeiros paulistas e a imigra-

ção. *In*: Silva, Fernando Teixeira da. et al. (org.). **República, Liberalismo, Cidadania**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2003. p. 154-163.
Ianni, O. *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
Limonad, E. Brasil século XXI, regionalizar para que? Para quem? In: Limonad, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (org.) *Brasil século XXI: Por uma regionalização? Processos, Escalas, Agentes*. São Paulo: Max Limonad, 2004.
MOREIRA, J. B. **Política em relação aos refugiados no Brasil (1947-2010)**. 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
Moura, R. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. Tese de doutorado. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Paraná, 2009.
Oliveira, F. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
Piore, M.J. Birds of Passage: Migrant Labor Industrial Societies. Cambridge University Press. New York, 1979.
Renner, C. R.; Patarra, N. L. Migrações. In: SANTOS; LEY; SZMRECSÁNYI (org). Dinâmica da População. São Paulo: T. A. Queiróz Editora, 1980.
Ribeiro, A. C. T. Regionalização: fato e ferramenta. In: Limonad, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (org.) *Brasil século XXI: Por uma regionalização? Processos, Escalas, Agentes*. São Paulo: Max Limonad, 2004. p. 194-212.
Paiva, M. R. R.; Paiva, O. C.; Bastos, S. R. Profissão e destino dos imigrantes italianos entrados

em São Paulo no Pós-Segunda Guerra Mundial. *In*: BAENINGER, R.; DEDECCA, C. S. (org.). **Processos Migratórios no Estado de São Paulo**: estudos temáticos. Campinas: Núcleo de Estudos de População, 2013. p.129-142.
SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo* (5a ed.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
Sassen, S. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
Sassen, S. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre. Editora Artmed. 2010.
Silva, M. A. M. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
Silva, R. de C. Imigrantes africanos solicitantes de refúgio na indústria avícola halal brasileira. **TRAVESSIA** - Revista do Migrante - Nº73 - Julho - Dezembro / 2013, p.21-30.
SOUZA, A. R. de; Ruseishvili, S. As organizações cristãs de abrangência nacional em face da questão dos refugiados. **Contemporânea**: Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 10, n. 2, p. 537-555, maio/ago. 2020. Sposito, M. E. B. Novas Redes urbanas. GEOGRAFIA, Rio Claro, v.35, n.1, p.51-62, jan./abr. 2010.
Truzzi, O. Redes em processos migratórios. *Tempo Social*, v. 20, p. 199-218, 2008.
Waldinger, R. Networks and niches: The continuing significance of ethnic connections. In G. Loury, T. Modood, & S. Teles (Eds.), *Ethnicity, Social Mobility, and Public Policy: Comparing the USA and UK*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p.342-362

2 Para Giddens (1992), a necessidade de controlar fontes de matérias-primas, a busca por novos mercados e por trabalho barato e especializado coloca diferentes partes do planeta em conexão. É nesse sentido que a modernidade, ao interligar espaços não contíguos geograficamente, cria mecanismos de desencaixe entre tempo e espaço. A globalização significa a radicalização desse processo.



“ONDE VOCÊ MORA?”: UM OLHAR SOBRE A QUESTÃO DA MORADIA NA COMUNIDADE ANGOLANA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Poliana Teixeira da Fonsêca

Poliana T. da Fonseca
Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós- Graduação
em Geografia Humana da Universidade de São Paulo –
PPGH/USP; Membro do Grupo de Trabalho do Centro de
Estudos Migratórios e Laboratório de Geografia Urbana da
Universidade de São Paulo – GT CEM-LABUR); Membro
do Observatório das Migrações em São Paulo – Núcleo de
Estudos de População “Elza Berquó”, NEPO/UNICAMP).

INTRODUÇÃO

O acesso à moradia está vinculado a um direito universal fundamental: a garantia de que as pessoas tenham a oportunidade de encontrar um local seguro e adequado para viver. Esse direito engloba não apenas ter uma residência, mas também outros aspectos vitais, tais como proteção contra despejos forçados, garantia de condições habitacionais adequadas, priorização dos grupos populacionais mais vulneráveis, disponibilidade de moradias em locais acessíveis com custos de aluguel ou aquisição razoáveis, respeito às diversas identidades culturais e facilidade de acesso à infraestrutura e serviços públicos.

O direito à moradia adequada se estende igualmente aos migrantes. No contexto brasileiro, a proteção dos direitos dos migrantes é

garantida pela Lei de Migração, nº 13.445/2017, que de forma explícita reconhece e assegura esse direito

Art. 3º. A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes: [...] XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social. (BRASIL, p. 3, 2017, grifo nosso)

A partir dessa lei de âmbito federal, o I Plano Municipal de Política para a População Imigrantes (PM-PPI) foi instituído através do Decreto Municipal nº 59.965, de 07 de dezembro de 2020. O PMPPI foi instituído com a finalidade de garantir que as pessoas migrantes tenham acesso aos serviços oferecidos pelas entidades públicas, tais como

saúde, educação, assistência social, entre outros. Neste mesmo plano, a subseção VII menciona a Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), versa sobre a responsabilidade das moradias adequadas para os migrantes, sendo elas transitórias, de curto, médio ou longo prazo. É responsabilidade da SEHAB difundir informações sobre os programas de habitação e campanhas sobre moradia digna, incluir os migrantes nos programas de acesso à casa própria, fazer parcerias com agências de financiamento e concessão de crédito para construção de unidades habitacionais, intermediar a relação entre o migrante (locatário) e o proprietário ou imobiliária para que não haja discriminações e exigências excessivas no momento da contratação e fiscalizar as condições de habitabilidades das residências de aluguéis coletivos.

Dito isso, o presente estudo tem como propósito a investigação das circunstâncias das moradias da população angolana na cidade de São Paulo, durante o período compreendido entre 2014 e 2019. A comunidade angolana constitui uma parte significativa dos migrantes que têm escolhido São Paulo como destino. De fato, entre os anos 2000 e 2022 foram registrados 7.987 angolanos no Sistema de Registro Nacional Migratório somente na cidade de São Paulo².

Assim, procederemos à análise da situação de moradia dos angolanos utilizando como fonte os registros no Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI), especificamente na categoria de “condições de moradia”. Esse quesito destaca os diferentes tipos de modalidade de moradia dos migrantes, abarcando elementos como aluguel, pensão ou ocupação, entre outras possibilidades. É válido ressaltar que a base de dados do CRAI é de domínio público.

Essa temática tem sido objeto de investigação em diversas pesquisas acadêmicas, como a dissertação de Núria Carbassa (2022), que direciona seu estudo para a questão da moradia e assistência social de mulheres migrantes originárias do Sul Global e que residem na cidade de São

Paulo. A pesquisadora constata que a presença significativa desse grupo de mulheres migrantes em diversas ocupações, aliada à escassez de informações sobre assistências e programas evidencia a insuficiência no acesso às políticas de habitação.

Outra autora que merece atenção é Flávia Martins (2019), cuja pesquisa pondera sobre as lutas dos imigrantes e refugiados em sua busca por uma moradia digna após sua chegada no Brasil, principalmente àqueles oriundos do Sul Global. Ao enfatizar o cenário paulistano, Martins sublinha o aumento nos custos associados à aquisição e ao aluguel de imóveis, além das exigências e da burocracia impostas pelo mercado imobiliário formal. Isso, por sua vez, leva as pessoas imigrantes e refugiadas a explorarem moradias alternativas como ocupações.

Finalmente, este trabalho oferece uma visão geral das condições de moradia em que os migrantes angolanos se encontravam no momento do seu registro no CRAI. Os resultados desse estudo indicam uma insuficiência de políticas para lidar eficazmente com as diversas realidades e condições com as quais essas pessoas chegam e tentam permanecer em São Paulo.

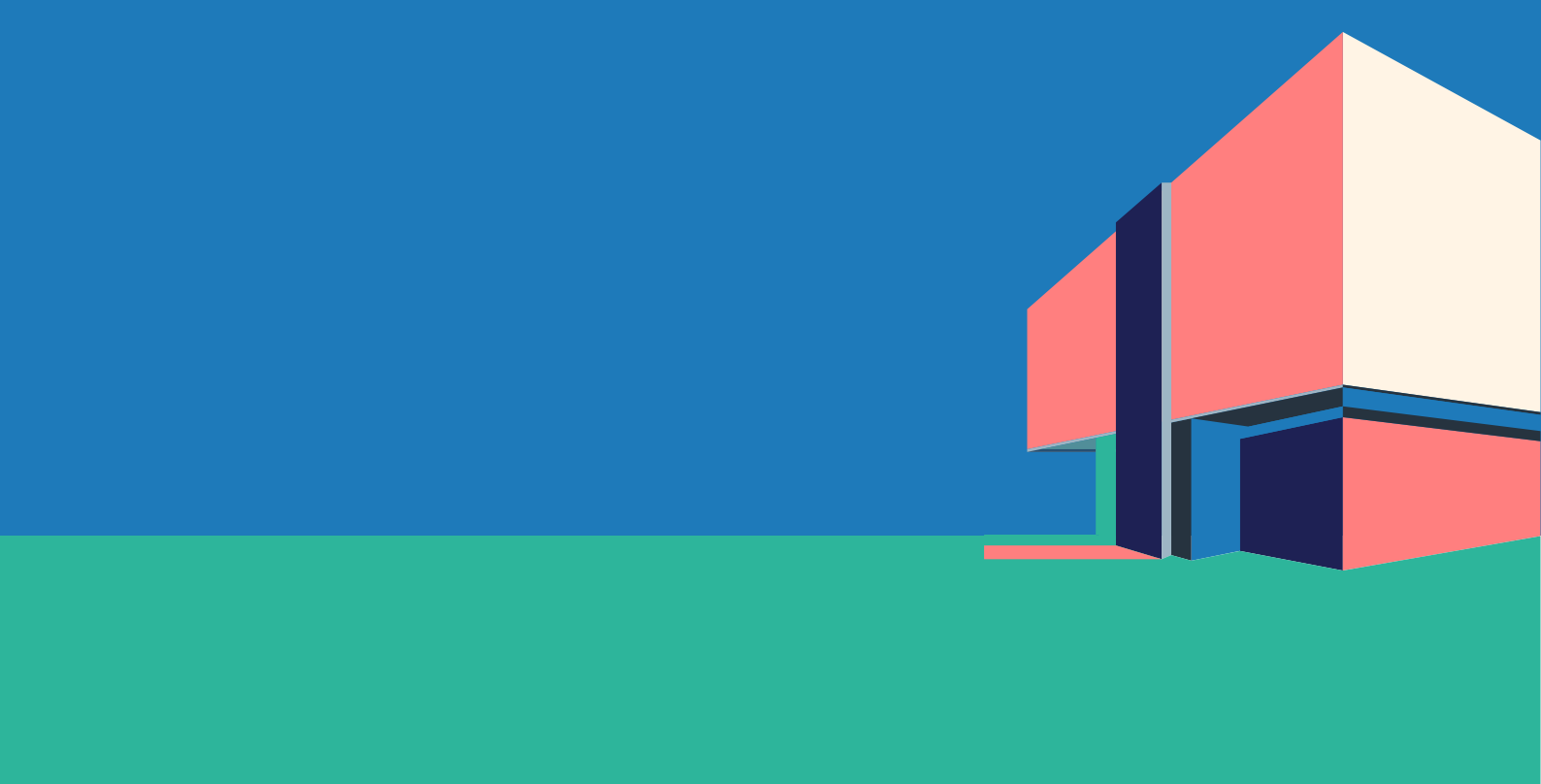
METODOLOGIA

O CRAI é uma entidade vinculada à Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania e desempenha um papel fundamental ao oferecer assistência especializada para imigrantes. O Centro começou suas atividades em novembro de 2014 disponibilizando diversos serviços que incluem orientação e regularização para documentação, capacitação e formação de servidores públicos e profissionais, assistência social, apoio jurídico e atendimento psicológico. Assim, os dados do CRAI contribuem para o conhecimento da população migrante e suas necessidades, possibilitando a posterior elaboração de estratégias e programas específicos para atender essas demandas de forma eficaz.

Primeiramente, a técnica de coleta de dados empregada baseou-se em informações secundárias, ou seja, dados preexistentes. Em seguida, utilizamos o Microsoft Excel para a organização do conjunto de dados, aplicamos a função “filtro” com o propósito de selecionar e analisar exclusivamente a população angolana. Posteriormente, as informações foram dispostas em gráfico segmentando-as de acordo com categorias de análise que incluem situação de rua, ocupação, casa de

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo e bolsista CAPES/PROEX.

2 A base de dados do Sistema de Registro Nacional Migratório (SINCRE/SISMIGRA) pode ser acessada através do Portal de Imigração do Ministério da Justiça e Segurança Pública através do link <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401205-sismigra>. Os dados também podem ser acessados no Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo, o qual foi utilizado neste estudo. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/>. Acesso em: 13 out. 2023.



acolhimento, igreja ou instituição religiosa, aluguel ou pensão, casa de parentes ou amigos, casa própria. É válido ressaltar que, para a análise das discussões não foram incluídas as categorias “Outros” e “Não informado”.

Acompanhando os dados acima, procedemos com a elaboração do mapa de localização com o número da presença dos migrantes angolanos nos bairros indicados dos dados do CRAI. O mapa foi criado utilizando o software especializado QGIS 3.32.3 “Lima”, que é um Sistema de Informação Geográfica gratuito. Para a base cartográfica dos bairros da cidade de São Paulo, utilizou-se o formato vetorial em shapefile, disponibilizado no Portal de Dados Abertos da Prefeitura Municipal de São Paulo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre 2014 e 2019, um total de 3.189 cidadãos angolanos se ca-

dastraram no Centro de Referência e Acolhimentos para Imigrantes, sendo que grande parte solicitaram refúgio. Desse grupo, 57% dos migrantes são do sexo masculino e 43% são do sexo feminino. A maioria dos homens se encontra na faixa etária de 30 a 39 anos, enquanto que as mulheres estão na faixa etária de 18 a 29 anos.

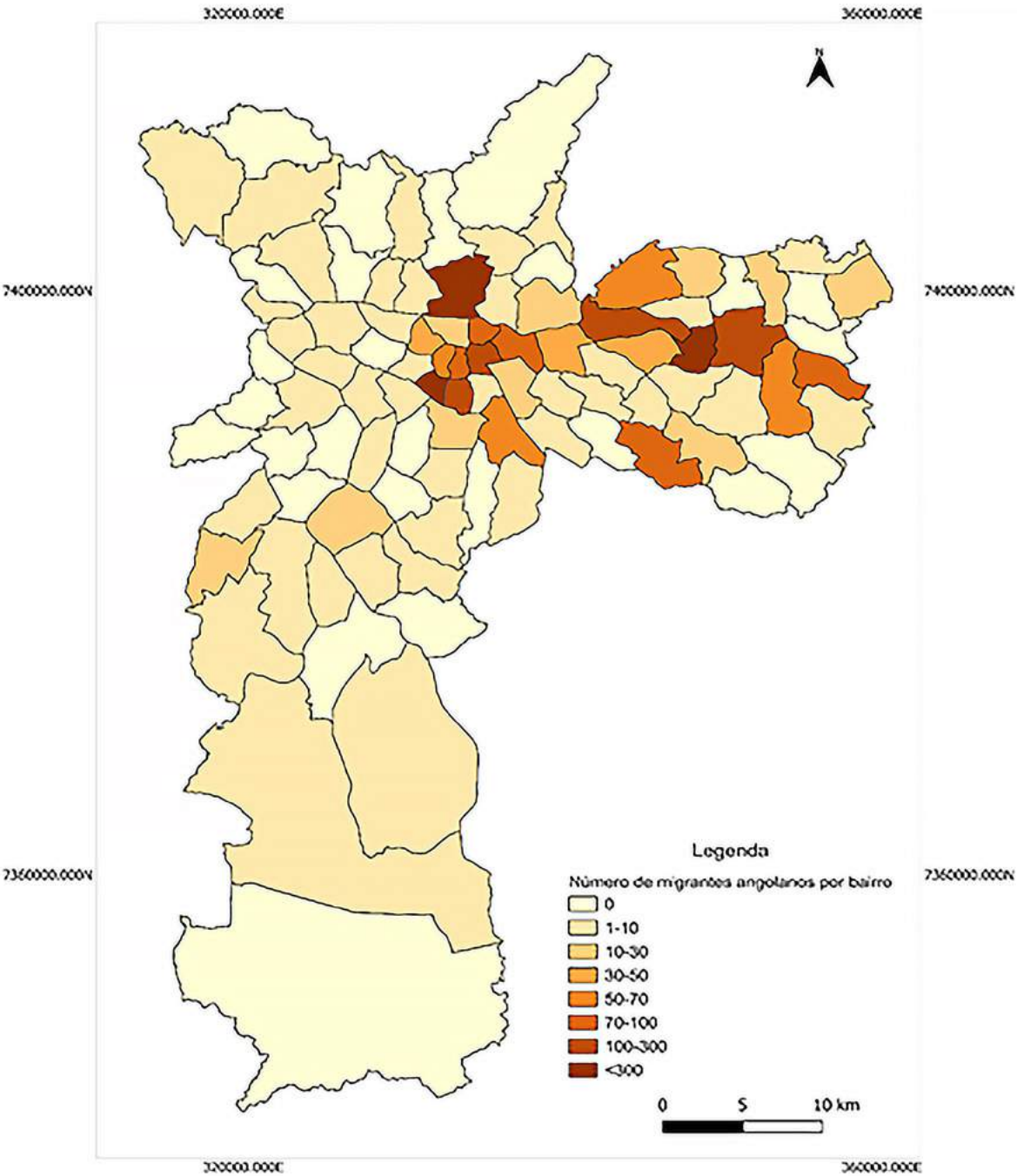
De forma geral, a comunidade angolana concentra-se nos bairros centrais e zona leste, conforme evidenciado na Figura 1. Os bairros da porção central da cidade, nos quais a maioria da população angolana se encontra, abrangem Liberdade, República, Sé, Santa Cecília e Bela Vista, sendo este último mais numeroso, com 445 pessoas. Por outro lado, na porção leste da cidade, encontramos os bairros Brás, Penha, Itaquera, José Bonifácio, Guaianases, Pari, com destaque para Artur Alvim, que abriga 370 pessoas.

Vale ressaltar o bairro Santana, localizado na zona norte, com 241 imigrantes angolanos.

Nas localidades citadas acima, é notável a diversidade nas condições de moradia dos imigrantes, conforme demonstrado na Figura 2. As condições de moradia mais predominantes são em imóveis alugados ou pensões. Em seguida, encontramos aqueles que estão hospedados com familiares e amigos, e, por último, os que encontraram acomodação em centros de acolhida. Essas são as principais moradias da população angolana.

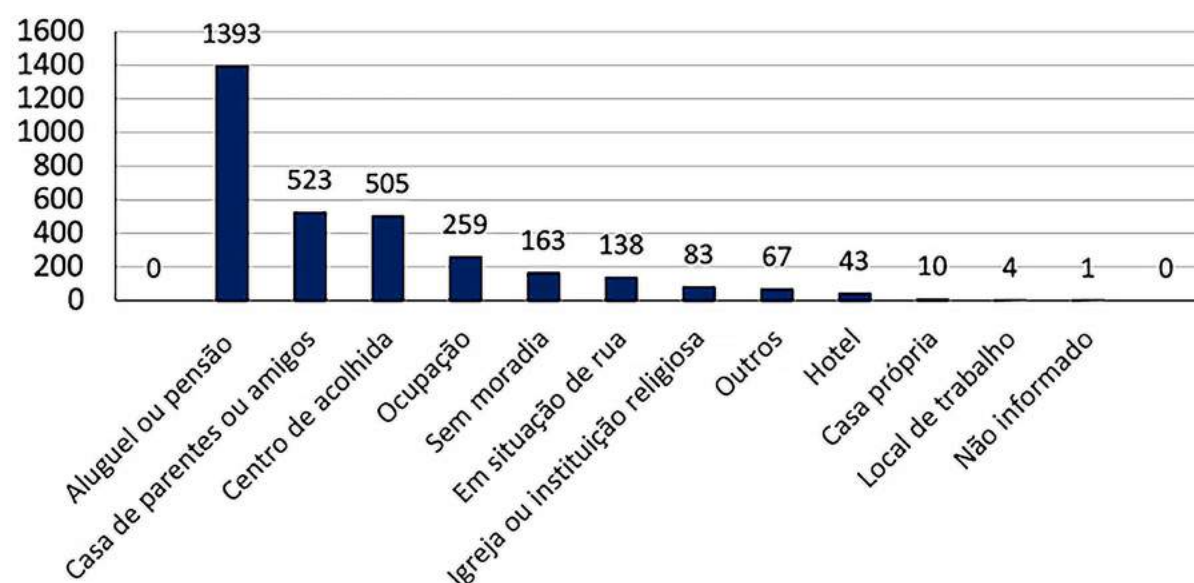
Quando observamos a categoria aluguel ou pensão, constatamos um total de 1393 pessoas. O bairro que abrigou o maior contingente foi o Artur Alvim, com um total de 251 migrantes. Para entender a justificativa por trás dessa escolha de bairro, é necessário considerar algumas hipóteses. De acordo com o Informe Urbano (2021) ela-

Figura 1 - Número de migrantes angolanos por bairro na cidade de São Paulo, 2014-2019



Sistema de Referência de Coordenadas: SAD69/UTM zone 23S - EPSG 29193
Fontes: População Angolana inscrita no CRAI em Dados Abertos do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI)
Base Cartográfica dos distritos da cidade de São Paulo em Dados Abertos da Prefeitura Municipal de São Paulo
Autora: Poliana T. da Fonseca

Figura 2 - Condições de moradia da população angolana na cidade de São Paulo, 2014-2019



Fonte: Base de dados do Centro de Referência e Atendimentos para Imigrantes - CRAI

borado pelo CRAI, uma possibilidade é que a escolha desse bairro esteja relacionada ao custo mais acessível do aluguel ou pensão em comparação com outras regiões da cidade. Além disso, deve-se mencionar a presença de um loteamento de prédios baixos, conhecido como COHAB. Outra hipótese válida é que o bairro conta com estações de trem e metrô: a Estação de Metrô Artur Alvim, da linha 3 Vermelha do Metrô, e a Estação de Trem 11 Coral da CPTM, assim, o transporte público é mais acessível nessa localidade.

Quanto à moradia em hotéis, o CRAI conta com o registro de 43 pessoas. As localizações desses hotéis variam, mas é notável a predominância da população angolana na região leste, principal-

mente nos bairros Brás e Penha. É relevante mencionar que, no momento em que se cadastraram no CRAI, a grande maioria dessas pessoas estava desempregada e procurava a instituição para apoio na regularização migratória e informações para vaga em centro de acolhida. Nesse contexto, é razoável pensar que residir em um hotel se deve, em parte, à flexibilidade das exigências de documentação e garantias. Os hotéis podem ser uma estadia transitória enquanto o migrante aguarda os processos de regularização de documentos ou até mesmo necessidade de acesso imediato à acomodação. Ademais, nos bairros mais centrais da zona leste há maior acessibilidade ao transporte e equipamentos públicos.

Um total de 523 migrantes moram, ainda que temporariamente, em casa de amigos e parentes.

Assim como a categoria “aluguel ou pensão”, o bairro Artur Alvim se destaca com 104 pessoas. Os vínculos familiares e de amizade no local de chegada constituem uma rede social. Segundo Weber Soares (2004, p. 107), a rede social é uma “[...] manifestação de redes pessoais cotidianas ancoradas em relações sociais de parentesco e de amizade”. Essa rede desempenha um papel crucial nas estratégias de moradia, principalmente, auxiliando os recém-chegados a se adaptarem a um novo ambiente. Além disso, pode haver a divisão das despesas da moradia com familiares, amigos, pessoas do mesmo país ou até mesmo de outro

país, aliviando o impacto no orçamento individual de cada morador.

No quesito “Ocupação”, identificamos que 259 pessoas no registro do CRAI estavam morando em ocupações, sendo esta a terceira situação de moradia mais frequente entre os migrantes angolanos. O bairro Santana é a localidade mais expressiva desse grupo, com 71,8% dos migrantes que adotaram essa alternativa. A apropriação de prédios desocupados tornou-se uma opção recorrente para os migrantes, principalmente aqueles localizados nas regiões mais centrais da cidade. Ao analisar a ocupação Vila das Belezas e 21 de abril na cidade de São Paulo, Santos (2022) expõe que as ocupações são um grande coletivo de luta por moradia que une as questões de habitação ao mesmo tempo que integra tanto residentes locais quanto migrantes em busca de moradia digna. Ainda segundo o autor, por um lado, as ocupações apontam para as deficiências de políticas públicas relativas à habitação; por

outro, elas cumprem a função de acolhimento dos migrantes que buscam por essa alternativa, principalmente por aqueles que não conseguem arcar com o custo do aluguel ou por aqueles em que o período de estadia em centros de acolhida findou.

Os migrantes angolanos no quesito “Sem moradia” tiveram 126 pessoas, sendo grande parte situada no bairro Bela Vista; e, em “Situação de rua” tiveram 138 pessoas localizadas como em “outros municípios”. Contudo, na cidade de São Paulo, o bairro Bela Vista também foi o mais numeroso em migrantes angolanos em situação de rua. Nas duas categorias pode-se observar que as datas de entrada no Brasil e a data de cadastro no CRAI são muito próximas em dias e meses e ano. Embora exista um plano de ação no Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (2020, p. 36) para ampliar o número de vagas nos centros de acolhida, por exemplo, elas ainda são insuficientes.

Os migrantes que conseguiram uma vaga em Centros de Acolhida somaram 505 pessoas. Além das vagas na rede de assistência social, a Prefeitura Municipal de São Paulo dispõe de 572 vagas em centros de acolhida destinadas para imigrantes. Essas vagas são distribuídas em quatro centros de acolhida que são especializados em atender pessoas migrantes e estão vinculadas a entidades como Serviço Franciscanos de Solidariedade (SEFRAS), no bairro Bela Vista; Missão Scalabriniana, no Pari; Associação Palotina, em Penha; e, Associação Comunitária (ASCOM), em São Mateus. Alguns desses centros oferecem vagas mistas, permitindo a hospedagem de homens, mulheres e crianças. Já em outros, ou são exclusivos para mulheres e crianças ou somente para homens. Apesar da existência de um número razoável de Centros de Acolhida, há uma capacidade limitada tanto de ocupantes quanto de tempo de permanência. Em certos casos, como bem ressaltou

Aline Sayuri Cawamura (2023, n.p) a infraestrutura do local pode não ser adequada para comportar uma família inteira.

Também ocorre de casais preferirem permanecer juntos nas ruas do que serem separados por centros de acolhida que possuem vagas apenas para homens ou apenas para mulheres. Há ainda aqueles para quem os endereços dos equipamentos são inviáveis, seja por conta do trabalho que exercem (ou que procuram oportunidade de exercer) ou por conta do difícil deslocamento para outras áreas e serviços da cidade.

Um grupo de 83 migrantes teve a oportunidade de encontrar abrigo em “Igreja ou instituição religiosa”, localizadas principalmente nas regiões centrais da cidade. Hospedar-se em Igrejas ou instituições religiosas é uma alternativa comum para os recém-chegados. Vale mencionar que, em alguns desses espaços, as principais refeições são fornecidas como parte da assistência oferecida. Por outro lado, há um prazo determinado para a permanência nesses locais.

Apenas quatro pessoas tinham como moradia o próprio Local de Trabalho, todos localizados em outro município. É importante salientar que essas pessoas do sexo masculino, tinham a situação migratória como “Solicitante de Refúgio”; três delas procuraram o CRAI com o intuito buscar auxílio

para regularizar a documentação migratória, e uma delas, estava em busca de vaga em casas de acolhimento. Apesar de três pessoas estarem empregadas com carteira assinada, morar no local de trabalho cria uma situação ambígua em relação à direitos trabalhistas.

Por fim, um pequeno grupo de migrantes, composto por apenas 10 pessoas, residem em casa própria. Algumas pessoas desse grupo estão no Brasil há um longo período, com datas de entrada que variam desde o final da década de 1980 até início dos anos 1990, enquanto a entrada mais recente foi em 2019. A aquisição da casa própria oferece ao migrante a segurança de não estar sujeito a ameaças indevidas e de despejo, conferindo-lhe maior estabilidade e retirando-o de situações de vulnerabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As leis e planos destinados a auxiliar os migrantes a acessarem moradias dignas frequentemente se revelam insuficientes (Carbassa, 2022). É crucial considerar planos e lugares de acolhida, principalmente para os recém-chegados. Além disso, o mercado imobiliário formal pode se mostrar aguerrido para muitos migrantes, não se limitando apenas aos angolanos (Martins, 2019) A extensa lista de documentações e exigências revelam um processo burocrático que, em diversas ocasiões, se torna intransponível para o migrante. Por outro lado,

o migrante pode se deparar com barreira linguística, com a falta de informação sobre políticas habitacionais, bem como informações sobre os direitos e deveres do inquilino e do proprietário. Tudo isso torna o direito à moradia adequado mais difícil de ser alcançado.

Em consequência, muitas pessoas recorrem à informalidade para obter uma moradia, como ocupações apontadas por Santos (2022). Embora não conste nos dados do CRAI a categoria “cortiços”, essa é uma realidade de local de moradia para muitos migrantes. No contexto de moradia digna, as ocupações estão longe de serem ideais, devido às constantes ameaças de remoção e à falta de infraestrutura.

A base de dados do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes é uma ferramenta valiosa para averiguarmos as condições de moradia dos migrantes. Contudo, poderia ser aprimorada pela separação da categoria “Aluguel ou pensão”, o que permitiria uma compreensão mais precisa de quantos migrantes conseguem alugar de fato um imóvel, visto que morar em pensões pode não ser exigidas tantas formalidades. Além disso, a categoria “Outros” poderia ser melhor especificada. Por exemplo, a condição de moradia “Outros”, seriam os cortiços, ou repúblicas?

Há soluções viáveis para proporcionar moradia adequada aos migrantes, no entanto, é imperativo que essas soluções sejam

eficazmente postas em prática. Deve haver um maior esforço, principalmente do setor público, em fazer com que a comunidade migrante tenha acesso a informação sobre as políticas de habitação, financiamentos e auxílios para aluguel, isso pode ser realizado através da distribuição de materiais informativos como folders e panfletos, em locais públicos estratégicos. Adicionalmente, a promoção de eventos para formação de parcerias pode ser uma estratégia efetiva para sensibilizar o mercado imobiliário, bem como os proprietários de imóveis.

A compreensão sobre a comunidade angolana não se encerra neste trabalho, deixando espaço para pesquisas futuras que aprofundem a análise das ocupações, ou os desafios enfrentados para aluguel ou compra de um imóvel, ou até mesmo o histórico de mo-

radia dos imigrantes angolanos, incluindo eventuais experiências em diferentes tipos de moradias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº13.445 de 24 de maio de 2017. Dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/no-va-legislacao/item/13760-lei-n-13-445-de-24-de-maio-de-2017> Acesso em: 13 out. 2023

CAWAMURA, A. S. As dificuldades de refugiados e imigrantes em situação de rua na cidade de São Paulo. MigraMundo, São Paulo, 24 abr. 2023. Disponível em: <https://migramundo.com/dificuldades-imigrantes-situacao-de-rua-cidade-sao-paulo/>. Acesso em: 19 out 2023

CARBASSA, N. M. **Migrar e morar sendo mulher: experiências de mulheres migrantes nas políticas públicas de assistência social e habitação.** 138f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. 2022

Imigrantes no Cadastro Único: perfil dos cadastrados e dos beneficiários. Informes urbanos. n. 48, maio, 2021. Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul (IPPDH); Organização Internacional para as Migrações (OIM). **Migrantes Regionais na Cidade de São Paulo: direitos sociais e políticas públicas.** Argentina. 2017. Disponível em: <https://www.ippdh.merco->

[sur.int/wp-content/uploads/2017/01/Migrantes-regionales-en-San-Pablo_PT.pdf](https://wp-content/uploads/2017/01/Migrantes-regionales-en-San-Pablo_PT.pdf) . Acesso em: 20 out. 2023

MARTINS, F. L. S. Contexto migratórios recentes e alienação da moradia: pautas emergentes nos movimentos de ocupação. Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana. GT - 5 mobilidade, migração e espaço urbano. 2019. Local Tatro da Ufes e CCHN. p. 1293-1312

I Plano Municipal de Políticas para Imigrantes: 2021-2024. São Paulo. 2020. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/MIGRANTES/PUBLICACOES/Plano%20Municipal_Produto%20Final_Atualizado_02.pdf. Acesso em: 16 out. 2023

SANTOS, E. A. Moradia e Migração: ocupações sob ameaça de remoção. In: PULHEZ, M. M.; SANTHIAGO, R. **Cadernos de Estudos Urbanos.** São Paulo: Instituto das Cidades, Universidade Federal de São Paulo, 2022. p. 124 -135.

SOARES, W. Análise de redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional. **Revista Brasileira De Estudos De População**, v. 21, n. 1, p. 101-106, 2004. Disponível em: <https://rebeq.org.br/revista/article/view/284> . Acesso em: 20 out. 2023

VARGEM, A. A. Entre selfies e escombros: imigrantes e refugiados após o desabamento no Largo Paissandu. **Migramundo**, São Paulo, 22 mai. 2018. Disponível em: <https://migramundo.com/selfies-escombros-imigrantes-refugiados-apos-o-desabamento-largo-paissandu/>. Acesso em: 19 out 2023





IMIGRANTES INTERNACIONAIS EM HELIÓPOLIS: NOTAS DA PESQUISA “PERIFÉRICOS NA PERIFERIA”¹

Sabrina Oliveira Santos
Luís Felipe Aires Magalhães

¹ Enquanto pesquisa em curso, gostaríamos de agradecer a interlocução dos pesquisadores e pesquisadoras integrantes do Observatório das Migrações em São Paulo, especialmente àqueles e àqueles que participam diretamente desta pesquisa, como Aline Lima, Caio Fernandes, Camila Rodrigues da Silva, Mona Perlingeiro e Fátima Chaves. Agradecemos também a todos e todas e todos integrantes da UNAS que também atuam na pesquisa, especialmente aos educadores Reginaldo José, Aluizio Marino e André Silva, à presidenta Antônia Cleide e aos jovens pesquisadores do Observatório De Olho Na Quebrada.

Sabrina Oliveira Santos
Bacharel em Ciências e Humanidades e em Políticas Públicas pela Universidade Federal do ABC. Pós-graduada em Urbanismo Social, Gestão Urbana, Políticas Públicas e Sociedade no Insper. Atua como multiplicadora no Observatório De Olho Na Quebrada, coletivo de jovens que produz dados, questiona narrativas e organiza agendas locais para favelas e comunidades urbanas. É pesquisadora associada ao Laboratório de Estudos e Projetos Urbanos e Regionais (LEPUR/UFABC) e assistente de pesquisa no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Tem experiência na área de Políticas Públicas e Economia, com ênfase em planejamento urbano e territorial, desigualdades socioespaciais, cartografia social e movimentos populares.

Luís Felipe Aires Magalhães
Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestrado e Doutorado em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-Doutorando no Núcleo de Estudos de População ‘Elza Berquó’ (NEPO / UNICAMP) e pesquisador credenciado no Departamento de Demografia e no Programa de Pós-Graduação em Demografia da UNICAMP. Coordenador-adjunto do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO - UNICAMP), pesquisador do Observatório das Metrópoles de São Paulo (PUC-SP) e pesquisador do Observatório da Emigração Brasileira (NEPO / UNICAMP). Coordenador do Projeto “Dinâmicas Urbanas, Transformações Econômicas e Migração na Macrometrópole Paulista” (CNPq / MCTI N°10/2023).

INTRODUÇÃO: OS PERIFÉRICOS NA PERIFERIA

A imigração internacional na cidade de São Paulo tem se expandido no século XXI, com transformações importantes quanto ao seu perfil social, demográfico e étnico - racial (Magalhães, Bógus e Baeninger, 2018). Os fluxos migratórios europeus e asiáticos da primeira metade do século XX (Baeninger, 2012a) deram lugar, na segunda metade, à imigração latino-americana (Silva, 1997; Baeninger, 2012b) e a novos fluxos asiáticos (Yang, 2011; Bae, 2019). Atualmente, o mosaico étnico - racial é formado por maior diversidade de fluxos não só de latino-americanos como também de africanos, asiáticos e caribenhos, condicionando uma imigração

internacional na qual predomina a modalidade migratória sul sul (Baeninger, 2018), o que traz desafios importantes não apenas de análise como também de políticas públicas - nas mais diversas áreas, tendo em vista o fato de a imigração ser um fato social total (Sayad, 1998).

As migrações Sul Sul (Baeninger, 2018) são produto de transformações econômicas, sociais e políticas em escala global, nas quais a mobilidade humana, diante do agravamento das desigualdades regionais e nacionais e da permanência e agravamento de conflitos causadores de deslocamentos forçados, tem adquirido sentidos e direções distintos, emanados do Sul Global, tendo como destino e trânsito outros países também do Sul Global.

São migrações mais reversíveis, rotativas, femininas, individuais e voltadas ao trabalho, se comparadas com as modalidades migratórias anteriores. O fio condutor de seus diversos fluxos é, precisamente, o trabalho, enquanto mediador da produção e da reprodução da existência em uma sociedade global marcada pela exploração do trabalho, pela deterioração das condições de vida, pela incerteza crescente promovida pelo avanço do capital frente às conquistas sociais e pelo desmonte do Estado e de seus instrumentos atenuadores da vulnerabilidade social. Basso (2015) e Villen (2015), ao analisarem os processos de criminalização da migração em razão do agravamento da xenofobia no contexto de crise do capital, definem estas transfor-

mações como criadoras de uma condição, estrutural, de “periféricos na periferia”, permeada pela centralidade do trabalho:

“Nesse sentido, é preciso, antes de tudo, entender as características dessa base sócio-histórica da imigração em sua relação com o trabalho, ou seja, a particularidade da força de trabalho de imigrantes e refugiados provenientes de países periféricos que, por meio dos deslocamentos internacionais, se encontram novamente vivendo e trabalhando num país periférico: daí a denominação periféricos na periferia” (Villen, 2015, p. 250).

De um lado, os periféricos na periferia (Basso, 2015; Villen, 2015) são produto, em escala global, das transformações recentes do capitalismo contemporâneo (avanço da inflexão ultra liberal, financeirização da riqueza e captura do Estado por parte das elites financeiras, com consequente desmonte de programas sociais e instrumentos de mitigação da vulnerabilidade) e de seus impactos na dinâmica das migrações internacionais (migrações Sul Sul, tendo em vista o agravamento da discriminação e criminalização de imigrantes, especial mas não exclusivamente nos países do Norte Global, e a própria condição de dependência de remessas, que reproduz em escala ampliada os fluxos migratórios). E são, de outro

lado, produto, na escala regional, das desigualdades socioespaciais urbanas que lhes condicionam a habitar áreas, especialmente metropolitanas, deterioradas e vulneráveis. Interessa-nos, neste texto, particularmente esta segunda dimensão: a presença de imigrantes internacionais no território da favela de Heliópolis.

A PESQUISA EM HELIÓPOLIS

Heliópolis é uma favela localizada na zona sudeste da cidade de São Paulo, entre os distritos de Sacomã e Ipiranga. Desde o seu surgimento, em 1971, ela está situada em um terreno que desfruta de uma posição privilegiada dentro do contexto urbano: localizada a apenas oito quilômetros do centro de São Paulo, suas fronteiras são definidas pela Estrada das Lágrimas, Avenida Almirante Delamare e Avenida das Juntas Provisórias, vias que se estendem até a divisa com o município de São Caetano do Sul (GEOSAMPA, 2023). Além disso, Heliópolis está a menos de um quilômetro das estações intermodais Sacomã e Tamanduateí, que integram ônibus municipais e intermunicipais, linhas ferroviárias e, mais recentemente, linhas de metrô. Esses fatores, junto à significativa concentração industrial nos arredores, contribuíram para um aumento vertiginoso da densidade populacional da região nas últimas décadas (Sampaio, 1990).

Devido ao grau de dissonân-

cia entre as bases cartográficas de seus setores censitários e os mapeamentos coletivos feitos pelos próprios moradores – a partir de critérios históricos, sociais, afetivos e culturais –, os dados relativos à sua população geram controvérsias. Enquanto o Censo Demográfico de 2010 registra uma população de 41.118 habitantes, distribuída em 12.105 domicílios (IBGE, 2010), cobrindo uma área de 624.214,84 m² (GEO-SAMPA, 2023), o Observatório De Olho na Quebrada estima, para o mesmo ano, uma população de aproximadamente 200 mil pessoas, ocupando uma extensão de 1 milhão de m² (UNAS, 2023).

A União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (UNAS) configura-se como a principal organização civil no território. A sua criação, em 1978, remonta ao período de consolidação da favela, caracterizado por uma série de conflitos (Sampaio, 1990), incluindo disputas com grileiros – que se valiam da força e da apropriação de terras que não lhes pertenciam, exigindo aluguéis indevidos – e represões policiais durante a ditadura civil-militar (1964-1985) que não respondiam às reivindicações por moradias e pela regularização das terras (Alves et al., 2022).

Ao longo dos anos, a entidade desenvolveu uma intrincada rede de proteção social, estreitando os laços entre os serviços educacionais, culturais e de assistência



e os movimentos sociais da região. Um exemplo dessas inter-relações é evidenciado pelas iniciativas e programas socioeducativos implementados nos onze Centros para Crianças e Adolescentes (CCAs) situados no bairro e em seus entornos, os quais operam em uma gestão compartilhada entre a UNAS e a Prefeitura Municipal de São Paulo (SME, 2023).

Uma das ações desenvolvidas em 2022 dentro dos CCAs, no contexto de retorno das atividades presenciais após a pandemia de COVID-19, concentrou-se no acolhimento de crianças e adolescentes matriculados em situação de imigração e/ou refúgio, bem como suas famílias.

Esse perfil foi identificado pela

primeira vez em meio a uma pesquisa conduzida pelo Observatório De Olho Na Quebrada em colaboração com o projeto Violência Aqui Não Entra, Não (VANEN). O objetivo inicial do estudo era conduzir uma investigação sobre os sentimentos de segurança e de desconforto no bairro, diante do aumento das violações sofridas pelas crianças e adolescentes¹. Através de mapas afetivos, os pesquisadores se dedicaram a compreender as suas perspectivas e narrativas sobre os seus territórios. Participaram desse processo 256 crianças e adolescentes, com idades entre 6 anos e 14 anos e 11 meses. Entre elas, quatro crianças imigrantes: duas venezuelanas, uma haitiana e uma angolana.

Os desenhos e as conversas mantidas com essas quatro crianças revelaram, entre tantos aspectos, como foram os seus processos de inserção socioterritorial (MOREIRA, 2014), isto é, de que maneira elas e suas famílias passaram a interagir com o bairro. Em uma via de mão dupla, essas experiências proporcionaram profundas reflexões entre os pesquisadores, não apenas sobre a adaptação dos recém-chegados, mas também sobre a capacidade da comunidade em inseri-los nos programas, políticas e serviços locais, bem como em facilitar formas cotidianas de inserção socioterritorial.

A pesquisa destacou, principalmente, a falta de conhecimento

por parte das organizações civis e das instituições de ensino de Heliópolis em relação ao número de crianças imigrantes matriculadas nas instituições de ensino, bem como as reais necessidades e dificuldades que enfrentam no acesso aos serviços e na realização de

seus direitos. Além disso, a pesquisa revelou também a carência de práticas transculturais, cujo propósito é unir culturas sem estabelecer hierarquias entre elas, na elaboração dos projetos político-pedagógicos.

Evidenciou-se, com isso, a ne-

cessidade de se aprofundar a discussão e realizar pesquisas qualitativas sobre a inserção socioterritorial de imigrantes em Heliópolis. As contribuições seriam verdadeiramente enriquecedoras se conseguissem explorar as percepções, perspectivas e experiên-

¹ No início da pandemia, enquanto o Disque 100 observou um aumento geral no número de denúncias de agressões a outros grupos sociais vulneráveis durante os meses de março a junho de 2020 - com um aumento de 47% nas denúncias de violência contra idosos, pessoas com deficiência e pessoas privadas de liberdade, e um aumento de 37% nas denúncias de violência contra mulheres -, o grupo que registrou menos denúncias foi o de crianças e adolescentes. O que se observou é que a rede de proteção destinada a essa faixa etária enfrentou dificuldades em garantir sua segurança, especialmente devido à suspensão ou diminuição das atividades presenciais, resultando na redução dos canais de denúncia e das oportunidades de identificação das situações de violência por parte de professores, educadores e outros atores externos (CNU, 2021).

Imagens 1 e 2 - Mapas afetivos feitos pelas crianças venezuelanas



Fonte: Observatório De Olho Na Quebrada e Projeto Violência Aqui Não Entra, Não, 2022.

Imagem 3 - Mapa afetivo feito pela criança haitiana



Fonte: Observatório De Olho Na Quebrada e Projeto Violência Aqui Não Entra, Não, 2022.

Imagem 4 - Mapa afetivo feito pela criança angolana



Fonte: Observatório De Olho Na Quebrada e Projeto Violência Aqui Não Entra, Não, 2022

cias dos próprios imigrantes, com o objetivo de compreender como esses indivíduos vivenciam e verbalizam os processos de inserção socioterritorial.

Segundo o Banco Interativo - Números da Imigração Internacional para o Brasil (Observatório das Migrações em São Paulo, 2023), a cidade de São Paulo apresenta 394.818 registros de imigrantes internacionais entre 2000 e 2022. Os principais fluxos deste período são da Bolívia, China, Haiti, Estados Unidos, Peru, Colômbia, Argentina, Venezuela, Paraguai e Japão.

O perfil revelado por estes registros (71,12% de solteiros, 60,1% de homens e apenas 3% com idade de 65 anos ou mais) indica que se trata de uma migração essencialmente para trabalho. No entanto, um percentual nada desprezível de 10,2% do total de registros foi de pessoas de até 10 anos de idade, o que indica a existência de demanda por matrículas na rede básica de ensino, especialmente na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Outros 29,45% do total possuem entre 15 e 25 anos, o que indica, por seu turno, a existência de demanda por matrículas no Ensino Médio e Ensino Superior. Do total de registros de imigrantes, 50.917 (12,89%) têm como ocupação a categoria de "estudantes".

Tendo em vista a ausência, a

este momento, de dados de imigração na unidade espacial do distrito, a partir dos quais teríamos um conhecimento mais preciso sobre a presença de imigrantes em Heliópolis, lançamos mão de uma proxy a esta informação, justificada pela própria importância relativa dos dados sobre imigrantes em situação de idade escolar na cidade de São Paulo: o número de matrículas de estrangeiros na rede básica de ensino.

O município de São Paulo possui 21.528 matrículas de estrangeiros na rede básica de ensino², seja ela pública ou privada (INEP, 2023). Em relação ao número total de matrículas (2.693.361), elas representam 0,79%, um percentual residual que, no entanto, esconde a relevante presença de crianças migrantes em contextos espaciais específicos (distritos centrais do Brás e Pari, além de Perus, Guaianazes, Sacomã e Cidade Tiradentes), bem como a complexidade do desafio de acolher e inserir essas crianças no sistema educacional, respeitando suas especificidades culturais, linguísticas, religiosas e étnicas. Em relação ao total de matrículas de estrangeiros no sistema educacional do Estado de São Paulo (37.274), a cidade de São Paulo representa 57,75%.

De modo a compreender de forma mais precisa a presença de imigrantes internacionais em

Heliópolis e suas principais características, o Observatório das Migrações em São Paulo elaborou o projeto de pesquisa "Periféricos na Periferia", que tem como objetivo, partindo desta pesquisa piloto em Heliópolis, mapear e identificar o perfil sociodemográfico de imigrantes em territórios periféricos da cidade de São Paulo.

A pesquisa, iniciada em março de 2023, possui três etapas.

A primeira etapa, em curso, consiste na identificação dos parceiros institucionais locais e em sua capacitação sobre os temas de migração e refúgio. Na pesquisa em Heliópolis, este parceiro tem sido a UNAS. A parceria institucional com a UNAS tem apresentado enormes potencialidades no que se refere ao conhecimento do território, a mobilização de agentes de pesquisa dentre os próprios moradores e a difusão de informações importantes sobre a rede de apoio a imigrantes existente na cidade. Observatório das Migrações e UNAS elaboraram juntos o questionário digital entregue aos educadores sociais da UNAS nos quais estes identificaram a presença de imigrantes nos CCAs (Centros de Crianças e Adolescentes) em que atuam.

Ainda nesta primeira etapa, ocorreu o início da capacitação dos educadores sociais, por parte da equipe de pesquisadores do

Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO / UNICAMP) envolvida neste projeto. A capacitação será finalizada nos próximos meses, a partir de um conteúdo programático voltado não apenas à capacitação dos educadores sociais como também, e principalmente, à sua replicação por parte destes educadores para outros moradores de Heliópolis. Competirá, finalizando esta primeira etapa da pesquisa, aos educadores sociais a tarefa de identificar os imigrantes no território e apresentar a pesquisa a eles.

A segunda etapa da pesquisa consistirá na capacitação dos

próprios imigrantes, identificados e mobilizados na etapa anterior pelos educadores sociais. Esta capacitação tem como objetivo oferecer aos imigrantes residentes em Heliópolis um conjunto de informações a respeito da rede de acolhimento e assistência a imigrantes da cidade de São Paulo: a localização dos espaços de acolhida e de atendimento, os serviços oferecidos, as formas de acesso, a documentação necessária para acessá-los etc. Buscará, também, fornecer informações sobre os próprios serviços oferecidos pela UNAS, de modo a inserir os imigrantes no contexto

da sociabilidade comunitária no território de Heliópolis.

A terceira etapa da pesquisa será a realização de um diagnóstico sociodemográfico da imigração internacional em Heliópolis. Este diagnóstico terá duas metodologias: uma qualitativa, na qual serão entrevistados os imigrantes identificados na primeira etapa e participantes da capacitação da segunda etapa, e uma quantitativa, na qual estes e outros imigrantes responderão ao questionário da pesquisa, elaborado pelos pesquisadores do Observatório das Migrações em São Paulo em parceria com a UNAS. Este diagnóstico busca-

Imagem 5 - Início da capacitação dos educadores sociais de Heliópolis



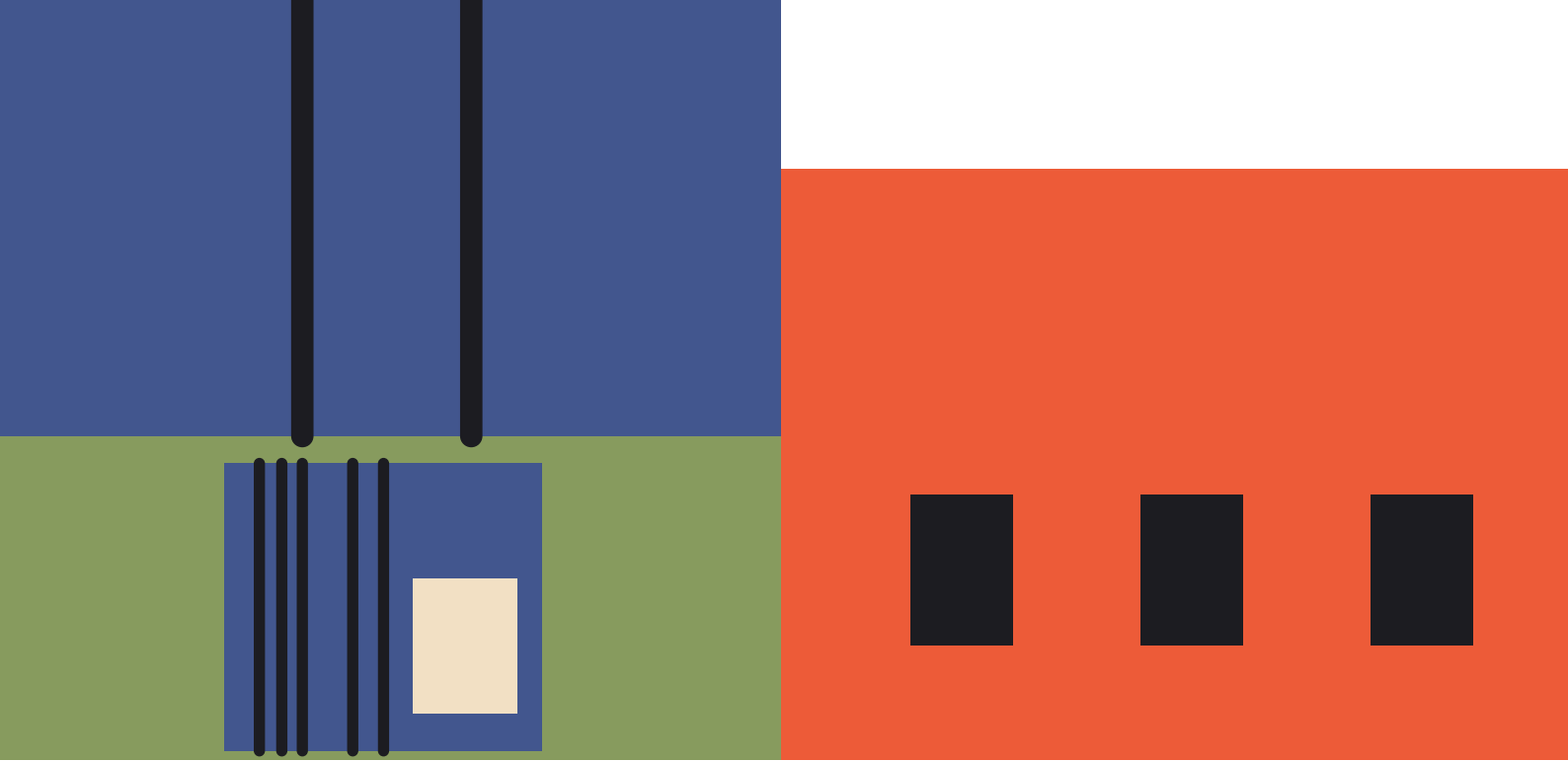
2 Constituída pela Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

rá identificar o perfil da imigração internacional em Heliópolis, sobretudo quanto à nacionalidade, sexo, estrutura etária, estado civil, composição familiar, escolaridade, condições de saúde, condição laboral, renda, documentação, recebimento de benefício social e envio de remessas aos familiares no país de origem. Complementar a este diagnóstico, será realizada também uma exposição fotográfica com registros de imigrantes residentes em Heliópolis, realizados pelo fotógrafo e produtor Chico Max, parceiro do Observatório das Migrações em São Paulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa “Periféricos na Periferia”, não obstante ter como objeto o mapeamento e o diagnóstico da presença migrante em territórios periféricos na cidade de São Paulo, identificando seu perfil social, demográfico e econômico, tem uma dimensão extensionista fundamental: a conversão do tema da imigração internacional de objeto de pesquisa a tema de capacitação de educadores sociais, e a constituição da questão dos espaços e serviços de acolhimento como tema também da capacitação de imigrantes.

Como pesquisa ainda em curso, tem se deparado com desafios importantes, como as dificuldades de os imigrantes participarem das etapas da pesquisa, tendo em vista as demandas e urgências relacionadas ao trabalho e à vida familiar. Todavia, a parceria institucional entre Observatório das Migrações em São Paulo e UNAS tem logrado superar este e outros desafios, evidenciando uma característica fundante da pesquisa acadêmica comprometida com a transformação social: a atuação em rede.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, Antônia Cleide; SALA, Laila; MESQUITA, Delma Lúcia de; SANTIS, Marília de; GOMES, Marineide de Oliveira. (2022). Como tudo começou: os caminhos do Bairro Educador, Heliópolis. In: Alves, A. C. Onde antes só havia chão: a história como possibilidade no Bairro Educador, Heliópolis. [s.l.] Synergia, 2022.

Bae, Ester. (2019). Uma nova face da imigração: um estudo dos expatriados Sul Coreanos e sua inserção social em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Baeninger, Rosana. (2012a). Fases e faces da migração em São Paulo. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp.

Baeninger, Rosana (2012b). Imigração boliviana no Brasil. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp, FAPESP, CNPQ, UNFPA.

Baeninger, Rosana; Bógus, Lucia Maria Machado; MOREIRA, Julia Bertino; VEDOVATO, Luís Renato; FERNANDES, Duval; SOUZA, Marta Rovey de; BALTAR, Cláudia Siqueira; PERES, Roberta Guimarães; WALDMAN, Tatiana Chang; Magalhães, Luís Felipe Aires (Orgs). (2018). Migrações Sul - Sul. Campinas - SP, Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp.

Basso, Pietro. (2015). Racismo de Estado e antirracismo de classe. In: Revista Margem Esquerda, v. 24, p. 57-71.

CNJ. Covid-19: painel expõe dados de violações a direitos de crianças e adolescentes. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/covid-19-painel-expoe-dados-de-violacoes-adireitos-de-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em: 21 out. 2023.

BRASIL. IBGE. Censo Demográfico, 2000. Disponível em: www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 out. 2023.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Censo Escolar. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar>. Acesso em: Outubro de 2023.

DECRETO Nº6.975, DE 7 DE OUTUBRO DE 2009.

GOMES, Marineide de Oliveira. (2020). Políticas Públicas para a(s) infância(s): o Bairro Educador e as lutas e conquistas da União de Núcleos e Associações de Moradores de Heliópolis e Adjacências (UNAS). Dissertação (Mestrado em Estado, Governo e Políticas Públicas) – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO Brasil).

Magalhães, Luís Felipe Aires; Bógus, Lucia Maria Machado; Baeninger, Rosana. Migrantes e Refugiados Sul - Sul na cidade de São Paulo: Trabalho e espacialidades. In: Baeninger, Rosana; Bógus, Lucia Maria Machado; MOREIRA, Julia Bertino; VEDOVATO, Luís Renato; FERNANDES, Duval; SOUZA, Marta Rovey de; BALTAR, Cláudia Siqueira; PERES, Roberta Guimarães; WALDMAN, Tatiana Chang; Magalhães, Luís Felipe Aires (Orgs). (2018). Migrações Sul - Sul. Campinas - SP, Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp.

MOREIRA, Julia Bertino. (2014). Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local. REMHU: Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana, 22 (43), 85–98.

Observatório das Migrações em São Paulo. (2023). Banco Interativo - Número da imigração internacional para o Brasil, 2000 - 2022 (jan. - abr.). Campinas - SP: Observatório das Migrações em São Paulo - NEPO/UNICAMP.

Observatório De Olho Na Quebrada e Projeto Violência Aqui Não Entra, Não (2022). Quebradas seguras para crianças: mapeando o Fundão do Ipiranga. No prelo.

Sampaio, Maria Ruth de Amaral. Heliópolis: o

percurso de uma invasão. 1990. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

SÃO PAULO. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. GeoSampa. Disponível em: https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx.

Sayad, Abdelmalek. (1998). A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade. São Paulo, EDUSP.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Prefeitura do Município de São Paulo. Portal Institucional, 2023. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: 20 out. 2023.

Silva, Sidney Antônio da. (1997). Costurando sonhos: Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo, Paulinas.

TV CULTURA. Vídeo: Estrada das Lágrimas, 1400, 1990. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BhXtiWgAYQ>. Acesso em: 20 out. 2023.

TV CULTURA. Vídeo: Retratos de Genésia, 1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O3qBmdUGUp0>. Acesso em: 20 out. 2023.

UNAS – UNIÃO DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE HELIÓPOLIS E REGIÃO. Sítio Institucional. Disponível em: <https://www.unas.org.br/institucional>. Acesso em: 20 out. 2023.

Villen, Patrícia. (2015). O estigma da ameaça ao emprego pelos periféricos na periferia: crise e imigração no Brasil. In: RUA - Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Nudetri/Unicamp, Campinas, SP, v. 21, n. 2, p. 247–264.

Yang, Eun Mi. (2011). A “Geração 1.5” dos imigrantes coreanos em São Paulo: identidade, alteridade e educação. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).





EIXO 3:
REFLEXÕES
CONCEITUAIS
E TEÓRICO-
METODOLÓGICAS



QUE MARCADORES SOCIAIS FAZEM A DIFERENÇA? CONTRIBUIÇÕES PARA UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Roberta Guimarães Peres

Roberta Peres
Professora adjunta da Universidade Federal do ABC.
Atua no CECS – Centro de Engenharia, Modelagem e
Ciências Sociais Aplicadas, no Bacharelado em Ciências e
Humanidades e Bacharelado em Políticas Públicas, sub-área
de Planejamento, monitoramento e avaliação de políticas
públicas. Docente do Programa de Pós graduação em
Ciências Humanas e Sociais. Socióloga (1999-2004), Mestre
(2004-2006) e Doutora (2006-2009) em Demografia pela
Universidade Estadual de Campinas, com bolsa do Institute
de Recherche pour le Développement (IRD - França) e CNPq.
Pós-Doutorado em Demografia (FAPESP). É coordenadora
do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Humanidades
da UFABC desde 2022.

O presente artigo propõe uma reflexão com o objetivo central de aprofundar o diálogo entre a perspectiva interseccional (Crenshaw, 2002) e os estudos sobre migração internacional no Brasil. Para tanto, parte de uma discussão teórica e metodológica sobre a aplicação desta perspectiva ao panorama das migrações internacionais contemporâneas, buscando problematizar a definição de marcadores sociais que fazem a diferença em processos migratórios. A hipótese é que as categorias de gênero, raça e classe, que têm sustentado os debates em diferentes frentes – não apenas acadêmicas, mas que atravessam de movimentos sociais a redes sociais digitais – são o início, e não o fim, da construção de uma pers-

pectiva interseccional para o estudo das migrações internacionais.

O campo dos estudos migratórios tem avançado e se desenvolvido de forma interdisciplinar e busca em diferentes perspectivas compreender o complexo panorama desses processos sociais, seja em perspectiva histórica – recompondo fluxos migratórios invisibilizados, sobretudo em função de seu volume (Salles, et alii, 2013) – ou contemporânea, em que o cenário global se articula às dimensões locais (Baeninger, 2014), aumentando a diversidade, variando as rotas, bem como o papel dos países num sistema internacional desigual, orientados por vetores como a divisão internacional do trabalho em contextos de crises sobrepostas.

Historicamente, esses avanços do campo de estudo das migrações têm proporcionado a superação de diferentes paradigmas teóricos e metodológicos para a interpretação de processos sociais migratórios, desconcentrando o peso da inserção laboral como a chave para a orientação de deslocamentos (Harris e Todaro, 1970) e incluindo novas categorias de análise para a construção de problemáticas que possam responder à complexidade dos deslocamentos.

Destaca-se um ponto de inflexão fundamental dos estudos migratórios: se até meados do século XX as teorias migratórias, marcadas por uma perspectiva economicista das migrações, iluminaram – e isolaram – as traje-

tórias laborais e o cálculo racional de custo-benefício individual do migrante como fundamentais para a compreensão dos processos, as teorias feministas trouxeram novos elementos à tona, iniciando um novo momento para os estudos migratórios em que a “diferença, como categoria analítica” (Brah, 2006, p. 359), é central.

Refletindo o intenso debate no âmbito dos estudos feministas, as primeiras contribuições, clássicas, chamavam a atenção para o fato de mulheres sempre terem migrado (Morokvasic, 1980), que a ideia de “feminização das migrações” não era uma novidade em si, mas resultado de uma história de invisibilização das mulheres (Boyd e Grieco, 2003). Era preciso, portanto, retirar as mulheres do papel de “acompanhantes dos migrantes” (seus pais, companheiros) para recolocá-las, na interpretação de processos migratórios, como protagonistas de suas trajetórias (Peres, 2009). Esse ponto de inflexão, definido como “teoria compensatória” (Harzig, 2003) forçou o início do debate sobre as diferenças entre ser homem e ser mulher em fluxos migratórios, bem como compôs a disputa sobre o conceito de gênero e seus desdobramentos teóricos. Num momento em que os dados coletados sobre migrações, com todas as suas limitações de partida, não definiam o sexo do migrante, as preocupações com as diferenças decorren-

tes desse marcador representaram um avanço fundamental para o desenvolvimento do campo de estudos migratórios.

A partir deste primeiro momento, outras categorias foram construídas para a análise de processos migratórios: para além dos diferenciais por sexo, era preciso compreender as migrações a partir não só dos lugares de destino – abordagem em que a inserção laboral era central – mas também a partir dos contextos de origem (Patarra, 2006). A dimensão do domicílio, e não somente da pessoa migrante, sua posição na família e as relações de poder operantes (Bila, 1994), os recursos disponíveis ao longo de todo o projeto migratório, as etapas migratórias, que reorientam os destinos, as formas de deslocamento, as redes sociais (Peres, 2009). Todas essas dimensões são profundamente marcadas por diferenças que, em fluxos migratórios, funcionam como dispositivos de seletividade de migrantes, de espaços, de expectativas temporais, ou seja: de modalidades migratórias e projetos migratórios (Almeida e Baeninger, 2013).

O entendimento dessa diversidade de categorias de análise e conceitos teóricos necessária à interpretação das migrações proporcionou o aprofundamento do diálogo com as teorias feministas, especialmente aquelas dedicadas à relação de interação entre

diferentes marcadores sociais e as consequências dessa interação em processos sociais. O debate feminista, a partir da disputa e redefinições dos conceitos de gênero, avança em diferentes esferas – não só acadêmicas – no diálogo sobre a urgência de colocar em perspectiva permanente a interação de diferentes categorias analíticas. Piscitelli (2008, p. 264), a partir da reconstrução da trajetória dos conceitos de interseccionalidade e categorias de articulação nas teorias feministas, define “como suas utilizações adquirem conotações distintas no que se refere à conceitualização das diferenças”. No caso desta contribuição, partimos de uma aproximação da perspectiva da discriminação interseccional (Crenshaw, 2002) para construirmos um debate sobre a importância da identificação de marcadores, para além das dimensões de gênero, raça e classe, para a interpretação de processos sociais migratórios contemporâneos. Segundo a autora:

A discriminação interseccional é particularmente difícil de ser identificada em contextos onde forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo, de forma a colocar as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação. Por ser tão comum, a ponto de parecer um fato da vida, natural ou pelo menos imutável, esse



pano de fundo (estrutural) é, muitas vezes, invisível (Crenshaw, 2002, p. 176).

As preocupações de Crenshaw (2002) se traduzem na dimensão não excludente das discriminações de gênero e de raça e como as consequências da interação entre essas ou mais formas de subordinação violam direitos humanos. Partindo dessa premissa, propõe-se uma discussão sobre como avançar na interpretação das migrações, especialmente de mulheres, tendo como centralidade a definição de marcadores sociais da diferença. A proposta é uma discussão que possa romper paradigmas teóricos e metodológicos no campo das migrações e superar, de fato, através da perspectiva interseccional, o paradigma *push and pull*, materializando o que preenche o universo da diferença em processos migratórios, além do cálculo racional individual de migrantes (homens, nessa perspectiva economicista). Reafirmar que as migrações não se explicam apenas através desse cálculo é um pressuposto teórico se levarmos em conta os avanços da perspectiva interseccional a partir dos estudos feministas.

É preciso, portanto, aprofundar as análises para além desse pressuposto, construindo, para diferentes processos migratórios, marcadores da diferença. O avanço, neste sentido, não é só teórico, mas também metodológico: como, afinal, medir essas

diferenças e suas implicações? Daí a importância de se construir diferentes categorias – teóricas e metodológicas – para a análise e interpretação desses processos sociais, visando não apenas o desenvolvimento do campo de estudos migratórios, mas também o subsídio a políticas públicas de acolhimento, ao debate global e local sobre a governança das migrações, especialmente em tempos de crises sobrepostas.

A perspectiva interseccional, amplamente divulgada e, consequentemente, com tantos sentidos e definições diferentes, tem se materializado nos estudos migratórios – especialmente, demográficos – através de incorporação de dados relacionados a sexo, raça/cor e classe – em muitos casos em *proxys* com variáveis de renda. Essa incorporação já se traduz num avanço se levarmos em consideração que a dimensão dos diferenciais por sexo foi o marco das teorias compensatórias dos anos 1990. O reconhecimento de que essas dimensões sobrepostas ou, segundo Crenshaw (2002), em interação, resultam em diferentes dinâmicas migratórias já supera em muitos aspectos as teorias clássicas de migração e as perspectivas metodológicas delas decorrentes.

No entanto, refletindo sobretudo o panorama das migrações do século XXI, essas três dimensões, absolutamente fundamentais, podem interagir com outras cate-

gorias de articulação de desigualdades, que não se apresentam da forma estrutural como gênero, raça e classe. O olhar das pesquisadoras e pesquisadores preocupadas com a interpretação das migrações a partir da perspectiva interseccional deve, assim, perseguir esses outros marcadores, a fim de defini-los e construí-los como componentes de um conjunto de desigualdades que fazem a diferença em fluxos migratórios, reunindo, ao longo do tempo, um aparato teórico e metodológico que consolide a superação de paradigmas clássicos das migrações, bem como oriente políticas em diferentes esferas voltadas a pessoas migrantes.

Categorias como idade, nacionalidade – para além das questões étnicas mas também referentes ao posicionamento desigual no sistema internacional – idioma, status marital, número de filhos, status no país de destino, inserção laboral, qualificação e seu reconhecimento, tempo de residência no destino, religião, e outras categorias, articuladas a raça, classe e gênero (abrangendo dimensões de sexualidade e identidade) ressignificam a interpretação das migrações para além do volume, das remessas, do mercado de trabalho, dos tipos de visto, das rotas.

O entendimento dessas categorias analíticas anteriormente tomadas como exemplo de marcadores sociais da diferença a partir da articulação entre gênero,

raça e classe também aponta para a emergência de uma perspectiva decolonial (Vergés, 2020) dos estudos migratórios. Marcadores construídos a partir das migrações Sul-Sul (Baeninger, et alii, 2018), de suas características e especificidades, podem contribuir com a metodologia de pesquisas sobre essa modalidade migratória, rompendo com a repetição de marcadores consolidados no contexto das migrações Sul-Norte, muito mais voltados ao destino de fluxos migratórios do que à sua origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade dos processos migratórios contemporâneos tem exigido a superação de paradigmas clássicos para sua interpretação. As teorias feministas representam uma fonte de diálogo intenso e transformador ao campo de estudos sobre migração, uma vez que proporcionaram um importante ponto de inflexão ao retirar mulheres da invisibilidade em processos migratórios e, desde então, tem sido referência para o entendimento do panorama migratório do século XXI.

=A perspectiva interseccional ganhou espaço em diferentes esferas de debate e, com isso, diferentes significados. A proposta deste artigo foi, a partir de uma aproximação da definição de interseccionalidade de Crenshaw (2002), guardando suas especificidades, provocar uma discussão sobre que marcadores sociais fa-

zem a diferença em processos migratórios. A hipótese de que a articulação entre gênero, raça e classe são o início da construção de uma análise interseccional e não o seu fim, convida a construirmos outras categorias de análise que, em interação – e não apenas em sobreposição – inferem, orientam, direcionam, selecionam, impulsionam ou constroem fluxos migratórios.

Por fim, uma condição fundamental para seguirmos avançando nesta perspectiva: são as vozes migrantes aquelas que melhor definem que dimensões, afinal, fazem diferença em suas trajetórias. E cabe a pesquisadoras e pesquisadores interessadas no tema das migrações traduzir em categorias teórico-metodológicas essas vozes migrantes. Por isso, nada sobre elas, sem elas.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Gisele Maria Ribeiro de; Rosana Baeninger. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS. Vol. 6. 2013.
Baeninger, Rosana; BÓGUS, Lucia; MOREIRA, Julia Bertino; VEDOVATO, Luis Renato; FERNANDES, Duval; SOUZA, Marta Roverly; BALTAR, Claudia Siqueira; PERES, Roberta Guimarães; WALDMAN, Tatiana; MAGALHÃES, Luis Felipe Aires. Migrações Sul-Sul. Núcleo de Estudos de População Elza Berquó, Unicamp, 2018.
Baeninger, Rosana. Migrações internas no Brasil do século XXI: entre o local e global. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.
BILAC, E. Gênero, família e migrações internacionais. Seminário de Emigração e Imigração no Brasil contemporâneo. São Paulo. Programa de Avaliação e acompanhamento das Migrações Internacionais, 1994.
BOYD, M & GRIECO, E. Women and Migration: Incorporating gender into international mi-

gration theory. Migration Policy Institute. Washington, 2003.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação, Cadernos Pagu 26, p.329-365, 2006.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, Estudos feministas 1, p.171-189, 2002.

HARRIS, John R.; TODARO, Michael P. Migration, Unemployment and Development: A Two-Sector Analysis. The American Economic Review, vol. 60, no. 1, 1970, pp. 126–42.

HARZIG, C. Immigration policies : a gendered historical comparison. In : MOROKVASIC, M.; EREL, U.; SHINOZAKI, K. (eds) Crossing Borders and shifting boundaries. Vol I, Gender on the move. Oplanden, 2003.

MOROKVASIC, M Birds of passage are also women... International Migration Review, vol XVIII, nº4, 1984.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações interanacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. Estudos avançados, n. 20, vol 57, p. 7-24, 2006.

PERES, R. G. Mulheres na fronteira: a migração de bolivianas para Corumbá-MS. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Demografia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Campinas, 2009.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 11, n. 2, 2008.

Salles, Maria do Rosário; BASTOS, Sênia; PAIVA, Odair da Cruz; PERES, Roberta Guimarães; Baeninger, Rosana (orgs). Imigrantes internacionais no pós-segunda guerra mundial. Coleção Por Dentro do Estado de São Paulo. Observatório das Migrações em São Paulo. Nepo/Unicamp, 2013.

Vergès, Françoise. Um feminismo decolonial. Ubu Editora, 2020.





SOBRE OUTRAS, SOBRE NÓS REFLEXÕES SOBRE O PARTICULAR E O HUMANITÁRIO A PARTIR DO "REASSENTAMENTO SOLIDÁRIO" DE PALESTINAS NO BRASIL

Laís Meneguello Bressan

Laís Meneguello Bressan
Doutoranda em Antropologia pelo Institut de Hautes Études Internationales et du Développement (IHEID). Mestra em Antropologia pela mesma instituição e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisadora no Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP) e bolsista de Desenvolvimento Tecnológico Industrial/CNPq, coordenando a frente de divulgação científica do projeto "Dinâmicas Urbanas, Transformações Econômicas e Migração na Macrometrópole Paulista", sediado na Universidade Federal do ABC (UFABC).

INTRODUÇÃO

Esta reflexão aceita o convite de Lila Abu-Lughod para se entender a “etnografia do particular” (1991) como forma legítima de construção do saber científico. Aqui, esse recurso é utilizado para fomentar reflexões sobre o processo de identificação e de integração de refugiadas em seu país de acolhida, a partir das trajetórias de Aisha e Huda – jovens palestinas e muçulmanas na condição de refugiadas reassentadas¹ – na sociedade brasileira.

Para a autora acima, o olhar para e o estudo do *outro* muito

facilmente leva à construção de artificial “homogeneidade, coerência e atemporalidade” quando tratamos de traços culturais deste ou daquele grupo (ABU-LUGHOD, 1991, p. 58). Tais construções são, muitas vezes, ferramentas eficazes para a manutenção de relações assimétricas de poder entre os que generalizam e os que são generalizados.

O contexto em questão ilustra a necessidade inegociável de flexibilidade sobre o ponto a partir do qual pesquisadoras e pesquisadores entendem e retratam

outras e outros. Neste caso específico, as duas jovens integram um multifacetado grupo que, nos últimos 76 anos, tiveram sua condição de outros tangenciando sistematicamente sua interação com o mundo.

Outros por terem sua mobilidade no Oriente Médio orientada, assistida, cerceada por uma agência da ONU especificamente destinada a prestar assistência humanitária àqueles forçadamente deslocados de seu território² desde a institucionalização do estado de Israel em 1948 – que se deu

através de um plano de partilha da Palestina, cujas negociações foram conduzidas pela própria ONU e oficializadas em sua resolução 181/1947; *outros* por, a partir dos desdobramentos políticos da partilha, palestinos não terem seu Estado reconhecido por diversos Estados-membros da ONU – com destaque para o não reconhecimento do Estado da Palestina pelos sete países que compõem o G7³; *outros* por, desde a *Nakba* (palavra árabe para catástrofe/ desastre, e como ficou conhecido pelo mundo árabe o êxodo forçado de palestinos ocasionado pela guerra árabe-israelense decorrente das supracitadas negociações de 1948), palestinos estarem em diáspora⁴ pelo mundo, sendo, em vários momentos, tratados

como um fardo pelos países de acolhida e/ou pelos financiadores do regime humanitário global (JENSEHAUGEN, 2023).

Até hoje, portanto, palestinos seguem sendo uma das principais referências da condição de apatridia e de refúgio no mundo, a depender do referencial⁵. Um grupo que vive em luta para ir além dessas categorias e de seus condicionamentos, enquanto a resposta do regime humanitário global se apresenta através de uma narrativa de constante busca por “soluções duradouras⁶” para integrantes deste grupo de um lado, e da negação de seu “direito de retorno⁷” de outro.

O REASSENTAMENTO

Para Aisha e Huda, o reassen-

tamento no Brasil foi apresentado (para não dizer imposto) como a solução duradoura. Em 2007, ainda crianças, elas chegaram ao país através do “Programa de Reassentamento Solidário”. Na ocasião, o Brasil anunciou este “ato de generosidade” (HAMID, 2019; SCHIOCCHET, 2014) das mais variadas formas, nas mais variadas plataformas frente à comunidade internacional.

Firmado em 1999, este programa de reassentamento iniciou suas atividades naquele mesmo ano quando anunciou a chegada de 23 afegãos ao país⁸ (DOMINGUEZ e BAENINGER, 2006). Em 2004, durante reunião em comemoração ao 20º aniversário da Declaração de Cartagena⁹, dezesseis países da América Latina assina-

1 “O reassentamento é uma ferramenta de proteção que envolve a realocação de pessoas refugiadas, e consiste na transferência delas de um país de refúgio para um terceiro país que concordou em admiti-las e conceder-lhes assentamento permanente. Os países de reassentamento proporcionam ao refugiado proteção legal e física, incluindo o acesso a direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais semelhantes aos desfrutados pelos nacionais” (ACNUR, 2024).

2 “Em dezembro de 1949, a Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA) para fornecer ajuda humanitária aos mais de 700.000 refugiados e pessoas deslocadas que foram for-

çadas a fugir de suas casas na Palestina como resultado da guerra árabe-israelense de 1948. Também em dezembro de 1949, a Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu criar o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a partir de 1º de janeiro de 1951, com o objetivo principal de lidar com refugiados na Europa que ficaram desabrigados pela Segunda Guerra Mundial. No entanto, desde seu início, o ACNUR teve o mandato de lidar com refugiados em todo o mundo, e começou a fazê-lo de forma diligente durante a década de 1960” (UNRWA e UNHCR, 2007, p. 2, tradução livre).

3 Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido.

4 “De acordo com os últimos números fornecidos pelo Escritório Central Palestino de Estatísticas, cerca de 7,3 milhões de palestinos vivem nesta diáspora global, abrangendo desde o Oriente Médio à América do Sul e Austrália. No entanto, o órgão apenas contabiliza os palestinos que possuem documentos de identidade ou estão registrados como refugiados — por isso, o tamanho real da população da diáspora pode ser muito maior” (GIRIT, 2024). Além disso, este mesmo órgão estima que 2 milhões de palestinos tenham sido deslocados de seu território só nesta última incursão de Israel em território palestino, iniciada em outubro de 2023 (PCBS, 2024).

5 “Um apátrida não é considerado um nacional de nenhum país. Um refugiado é alguém que fugiu de seu país para escapar de conflito ou perseguição e cruzou uma fronteira internacional. Embora a maioria dos refugiados tenha uma nacionalidade, uma pessoa pode ser apátrida e refugiada. No entanto, a maioria dos apátridas vive no país em que nasceu e nunca cruzou uma fronteira internacional” (UNHCR, s.d., tradução livre).

6 Um dos pilares estruturantes da ação de agências e organizações dedicadas à assistência humanitária, sobretudo o ACNUR, que atua nas frentes de “repatriação voluntária”, “integração local” e “reassentamento” enquanto soluções duradouras – e é agência a partir da qual o jargão “soluções duradouras” se disseminou no contexto humanitário.

7 Precisamente, o que permitiria a “repatriação voluntária”, a primeira das três soluções duradouras que balizam as ações de assistência humanitária ao redor do mundo.

8 Entre trabalhadoras e trabalhadores do aparato humanitário nacional, circula a informação de que a maioria desses afegãos acabaram por retornar ao seu país ou região devido a dificuldades de adaptação (Dados de campo da autora, 2014).

9 Declaração que estende a definição de refugiados para além dos elementos dispostos da Convenção de 1951 e no Protocolo de 1967, incluindo também aqueles que deixam seus países por sentirem-se ameaçados com situação de “violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública” (ACNUR, 1984, p. 3).

ram a *Declaração e Plano de Ação do México*. O documento estendeu o programa de reassentamento para todos os países signatários e “revigorou a generosa tradição do asilo na América Latina” (DECLARAÇÃO DO MÉXICO E PLANO DE AÇÃO, 2004, p. 1), assegurando o compromisso desses países com relação à acolhida de refugiados, notadamente aqueles advindos de países vizinhos, latino-americanos. Na ocasião, o documento obteve o status de instrumento mais sofisticado do mundo para ajudar e proteger aqueles que, forçadamente, se deslocam deixando suas casas e países, como afirmou o então Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), António Guterres (UNITED NATIONS, 2005).

Em 2007, o processo de reassentamento de um grupo composto por Aisha, Huda e outros 115 refugiados palestinos¹⁰ que por quase 5 anos estiveram *ilhados*¹¹ no campo de refugiados de Ruweished – localizado no deser-

to entre as fronteiras da Jordânia e do Iraque – foi percebido como um avanço do programa nacional de Reassentamento Solidário; uma expansão de seu escopo e prova de seu sucesso (UNHCR, 2007). No entanto, é importante contrastar a ampla promoção brasileira de sua solidariedade e acolhimento à diversidade na arena internacional, a partir do reassentamento do pequeno grupo de 117 refugiados palestinos, com a conjuntura migratória global contemporânea, que tem no migrante “a figura política de nosso tempo” (NAIL, 2015, p. 235). O século XXI é marcado pelo aumento exponencial de movimentos migratórios ditos forçados e espontâneos. Estimativas apontam que no ano de 2007 havia 11,4 milhões de refugiados sob o mandato do ACNUR e 4,6 milhões sob o mandato da UNRWA (UNHCR, 2008, p. 2); em 2023, estes números subiram para 31,6 milhões de refugiados sob o mandato do ACNUR e 6 milhões sob o mandato da UNRWA

(UNHCR, 2024, p. 12). Ainda assim, o reassentamento de 117 palestinos no Brasil foi amplamente difundido como um ato pioneiro.

Diversas complicações que, por um esforço institucional, pouco ecoaram para além do aparato humanitário brasileiro foram desencadeadas a partir deste processo de reassentamento, que foi marcado por desarmonias, sobretudo entre os palestinos reassentados e o ACNUR, como retratou Hamid em sua tese de doutorado intitulada *(Des)Integrando Refugiados: Os Processos do Reassentamento de Palestinos no Brasil* (2019). Tendo como principal marco um acampamento “entre maio de 2008 e abril de 2009, à porta da sede do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em Brasília” (HAMID, 2019, p. 256) de um grupo de representantes deste grupo de palestinos reassentados, que protestavam por não terem “suas demandas atendidas pelas instituições responsáveis por aplicar o programa de

reassentamento¹²” (*ibid.*).

Antes de chegar ao campo de refugiados Ruweished, fundado em 2003 e a partir do qual esforços para reassentamentos foram conduzidos, muitos já haviam passado anos em acampamentos não oficiais na chamada “no man’s land”, ou terra de ninguém – espaços que não estavam “sob jurisdição de nenhum estado, de difícil acesso e potencialmente inseguros” (SAKHR, 2005). Após esforços para a reunificação de famílias separadas pelo fechamento de fronteiras, Ruweished recebeu, em 2005, 743 pessoas que estiveram ilhadas na *terra de ninguém*, entre as fronteiras do Iraque e da Jordânia.

Anos de pressão do governo jordaniano, levaram à decisão do ACNUR de fechar este campo de refugiados, emitindo um apelo à comunidade internacional solicitando asilo para as cerca de mil pessoas ainda abrigadas naquele local. Países como Suécia e Canadá responderam ao pedido, selecionando indivíduos integráveis em suas sociedades. Aos remanescentes – em linhas gerais, indivíduos em idade avançada e famílias numerosas que tentavam não serem separadas – restou aguardar a manifestação solidária de novos países.

Em 2007, ainda no campo, famílias palestinas receberam um

enviado do governo brasileiro, a quem ironicamente apelidaram de “Embaixador Brasileiro para Ruweished”, que lhes disse algo como “você são brasileiros nascidos fora do Brasil, que finalmente retornarão à sua terra natal” (SCHIOCCHET 2014, p. 5). Na ocasião, foi apresentado um vídeo promocional sobre o país que mostrava, entre outras coisas, mulheres no carnaval, causando consternação entre os idosos que se manifestaram negativamente frente ao processo migratório. Já no Brasil, foram recebidos por representantes da diplomacia nacional com bolas de futebol e camisas da seleção brasileira.

Nos bastidores desta ação, entretanto, Imran Riza, então representante do ACNUR na Jordânia, fez uma declaração dizendo que durante as negociações humanitárias para redirecionar as pessoas acampadas em Ruweished, as últimas delas – precisamente os 117 palestinos que viriam ao Brasil – “se tornaram bolas que eram jogadas de um lado para outro, dependendo dos interesses políticos” (CHADE, 2007).

No Brasil, o cenário não foi tão diferente: as dificuldades no processo de integração daquelas pessoas geraram tensões internas no aparato humanitário. Segundo diferentes pessoas ligadas a instituições humanitárias

no Brasil, o erro foi do ACNUR, pois o dinheiro disponibilizado para financiar o reassentamento de palestinos não foi suficiente ou devidamente atribuído; foi do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), já que uma vez sob a jurisdição brasileira seria deles a responsabilidade pela integração deste grupo; foi da Cáritas, porque sua equipe não estava preparada para atender muçulmanos; em última instância, o erro foi dos palestinos por serem “muito politizados”, “acostumados a não trabalhar”, “muito dependentes do assistencialismo internacional e nacional”, “ingratos” (Dados de campo da autora, 2014).

“Eles eram aqueles que ninguém mais queria (...), e o Brasil, por motivos humanitários, aceitou todos de braços abertos. Não fosse pelo Brasil, eles ainda estariam lá, (...) todos tinham algum tipo de problema. Alguns relacionados à saúde, outros políticos (...), e pensavam que estavam em posição de escolher” (Representante do CONARE em SCHIOCCHET, 2014, p. 3).

“Existem maneiras de escrever sobre outras vidas de modo a amenizar sua representação enquanto outras?” perguntaria Abu-Lughod em seu icônico texto *Writing against culture*, de 1991. Para ela, a aborda-

10 Este número oscila levemente de acordo com a fonte. Aqui, adoto a quantidade trabalhada por SCHIOCCHET (2014), cujo trabalho é utilizado neste texto.

11 O termo técnico empregado pelo ACNUR, em inglês, para situações análogas é stranded, traduzido pelo dicionário de Cambridge como “preso, abandonado” (STRANDED, 2024).

12 O blog <https://acampadosnoacnur.blogspot.com/> serve como memória documental do período.

gem de trajetórias individuais seria uma forma potente de subverter o processo de construção e manutenção da alteridade, bem como de problematizar a utilização estratégica e maniqueísta de um entendimento estático de outros, a partir de uma leitura homogeneizante de sua cultura. Para a autora, generalizações dificilmente podem ser caracterizadas como neutras. Especialmente quando podem, em algum grau, corroborar com a propagação de ideias que eclipsam nuances, contradições, e transformam a noção de cultura em uma “ferramenta essencial para produzir o outro” da maneira que se pretende (*Ibidem*, p. 143).

Por esta razão, combinar reflexões sobre o particular ao clássico fazer científico nos traz profundidade e complexidade no processo de compreensão da diferença, forjado na análise da interação entre indivíduos e microcosmos. É neste quadro teórico-metodológico que apresento reflexões sobre minhas interações com Aisha e Huda, entre os anos de 2014 e 2024.

Conheci Aisha e Huda enquanto conduzia a pesquisa de campo que originaria minha dissertação de mestrado, que revisitou o programa de reassentamento solidário de palestinos, 7 anos após sua implementação. A ideia era considerar a tão midiaticizada e politizada narrativa de integração, passadas a atenção e euforia públicas em torno do processo.

Àquela altura, a assistência de

dois anos concedida pelo ACNUR havia acabado. Uma família estava sendo despejada por falta de meios para pagamento de seu aluguel; um idoso do grupo havia falecido na fila do SUS por problemas respiratórios adquiridos durante o tempo no deserto; outro estava deprimido e com problemas de abuso do álcool, e – como me contaram seu conterrâneos – sintonizado 24h por dia no único canal de notícias em árabe que pode encontrar; um se encontrava em situação de rua devido ao abuso de drogas que o fez abandonar sua mulher e seus filhos; outro ainda, havia brigado, em Brasília, pelo direito de deixar o Brasil e voltar para um campo de refugiados no Oriente Médio. Neste contexto, e sabendo do sentimento geral do grupo de saturação e frustração com pesquisadores e jornalistas, questionei minha agenda de pesquisa – dada a necessidade constante de se repensar o papel do(a) pesquisador(a) ao longo de uma pesquisa, bem como no papel de potencial legitimador(a) da alteridade construída e difundida em diferentes frentes.

Quando estava decidida a re-desenhar minha pesquisa, tive a chance de entrar em contato com uma das famílias reassentadas que reafirmou a necessidade que tinham de apresentar sua atual situação: “escreve aí que a ONU usou a gente”, me disse um dos palestinos.

Sua família se encontrava em si-

tuação de extrema vulnerabilidade a despeito dos diferentes artigos jornalísticos sobre ela nos sites das organizações envolvidas no processo de reassentamento, que noticiavam o bom desempenho do grupo de maneira geral, de algumas famílias em específico, continuando a exaltar os esforços de integração e o generoso ato do país.

UMA E OUTRA

A seguir, reflito sobre as tensões, conflitos e estratégias das duas pessoas que muito capturaram minha atenção nesta trajetória de pesquisa. A proximidade que pudemos estabelecer me permitiu perceber as singularidades de suas experiências no país em um período fundamental de seus “ciclos de vida” (ECKERT E STEIL, 2010) – quando entravam na adolescência e se viram impelidas a se entenderem diariamente na condição de *outra(s)*.

Nos encontros com elas, pude inverter a premissa clássica e já tão questionada da antropologia que por tanto tempo fomentou o estudo de *outros, nativos*. Ali, em minha condição de “antropóloga nativa”¹³, escreveria, sim, sobre outros. No entanto, e dado o contexto, optaria pelo sentido do termo “outro” sugerido pela etimologia da palavra: “um entre dois [sujeitos]” (OTHER, 2024).

Portanto, busco aqui ensaiar caminhos para se refletir sobre experiências individuais, para além da imperativa necessidade analítica de generalização para validação. A ideia deste texto é jogar luz a processos individuais inseridos e influenciados por um contexto e um fenômeno incansavelmente analisado e dissecado para, quem sabe, contribuir com nuance para tais análises.

Para tanto, vale explicitar que Aisha e Huda são nomes fictícios, e que todas as informações relevantes para a identificação delas foram alteradas ou omitidas. O objetivo elementar destas páginas é o de trazer elementos para pensarmos nos impactos íntimos e individuais que resultam da contemporânea necessidade de se *rotular para governar*¹⁴. Sem, é claro, pretensões de se traduzir em palavras os sentimentos e experiências pertencentes a outrem. No limite, e sobretudo, esta não será uma reflexão sobre outras, mas sim sobre nós.

Apresento-lhes, assim, minhas interlocutoras. Elas, que ao final da infância, passaram a se repensar e reinventar enquanto crianças, filhas, cidadãs e então mulheres, esposas e mãe (no caso de Huda), sob a imposição inescapável de duas categorias fixadoras a partir das quais eram vistas na

sociedade de acolhida: muçulmana e refugiada.

AISHA

Quando a conheci, Aisha estava no início de sua adolescência, e sua vida era fundamentalmente ocupada pela rotina escolar, como tantas garotas daquela idade. Por falar o português mais fluente de sua comunidade, passou também a acompanhar pessoas do grupo de palestinos reassentados em consultas médicas, odisseias burocráticas e lutas por direitos. Sua vida, no entanto, nem sempre foi assim. Suas memórias de infância são majoritariamente situadas nos dois campos de refugiados em que viveu com sua família desde que foram impelidos a abandonar sua casa no país de primeiro acolhimento.

Aisha guarda os registros materiais dessas memórias em uma pasta escolar, seu álbum de família - dentro dela, além de algumas fotos de revistas que ela “na esperança de um dia tirar fotos bonitas assim”, dois conjuntos diferentes com algumas poucas fotografias cada. O primeiro, mostra sua família em atividades diárias em um campo de refugiados: sempre com o deserto sem fim figurando ao fundo, nas fotos sua versão criança aparece brincando com outras crianças, lendo o Alcorão, comen-

¹³ Ainda que fora do escopo desta análise, faz-se necessário reiterar que o emprego, nesta reflexão, da categoria nativa a partir de sua definição base – “próprio do lugar onde nasce” –, abre caminhos para sua problematização em perspectiva histórica.

¹⁴ Em “Labelling Refugees: Forming and Transforming a Bureaucratic Identity”, Zetter (1991) analisa as consequências nas vidas das pessoas, do processo de atribuição a ele/as do rótulo refugiado/a.

do, rezando. O segundo conjunto é composto por fotos dela e de sua família em diferentes espaços públicos, já no Brasil.

A narrativa de solidariedade foi o que trouxe Aisha e sua família para o Brasil. No entanto, foi também este mesmo discurso que, mais tarde, deslegitimou as demandas palestinas por direitos no país. Aisha, com a franca visão de mundo de uma então garota, resumiu a questão de minha pesquisa narrando o processo de reassentamento de sua família de maneira clara:

“As pessoas retratam a vida em um campo de refugiados como se fosse extremamente difícil e dolorosa. Claro que não é fácil. Tudo é muito simples, mas ainda é a vida. É a mesma coisa. (...) Somos muito gratos ao Brasil por nos dar a chance de deixar o campo e as dificuldades” – (dizia apontando para as cicatrizes de picadas de escorpião em seus pés, já previamente discutidas). “Mas nós não pedimos para vir, não tivemos escolha. E quando chegamos, não pudemos reclamar dos problemas que tínhamos e ainda temos aqui, porque o Brasil havia sido bom em nos aceitar. Se soubéssemos que existem muitos brasileiros enfrentando problemas, não teríamos escolhido vir. Toda vez que vejo um brasileiro dormindo nas ruas, sinto que não podemos reclamar, apesar de muitas coisas estarem erradas.”

Àquela altura, eram recorrentes os relatos de pessoas do grupo que, ao demandarem seus direitos, recebiam respostas apontando para a quantidade de brasileiros nas ruas e para a ingratidão daqueles que haviam recebido uma casa pronta, com aluguel pago por dois anos, através do programa de Reassentamento Solidário.

Observar a dinâmica fluida e complexa de identificação individual e coletiva com o Brasil a partir de minhas interações com Aisha e sua família, fundamentou minhas reflexões acadêmicas. Apesar das adversidades socioeconômicas que a família até hoje enfrenta, gostar do Brasil é uma característica compartilhada entre todos. O Brasil foi o local que lhes permitiu pertencer, ainda que de maneira controversa. No entanto, enquanto os pais de Aisha contam e recontam com constante pesar sobre seus dias de glória antes da guerra, enquanto agradecem, porém lamentam a atual situação, Aisha vê no Brasil o seu lar, onde conquistou uma liberdade que jamais teria se não estivesse aqui.

Ela se sente brasileira e têm, estruturadas, as estratégias que usa para desempenhar sua liberdade. Frente à obrigação familiar de usar hijab, usa jaquetas para cobrir-se com seu capuz; frente à proibição familiar de usar redes sociais, tem seu pseudônimo; frente à proibição de manter contato com amigos, guarda um

celular secreto. Em 2019, Aisha driblava os altos e baixos emocionais, consequência do acúmulo de traumas pelos quais passou, fazendo planos para o futuro. “Querem que eu me case, mas não quero me casar, quero estudar. Estou preparando meu pai para isso.” Hoje, mais de 15 anos após sua chegada ao Brasil, seus planos mudaram: após um intenso processo de convencimento de seus pais, Aisha se casou com um rapaz brasileiro e, juntos, fazem planos enquanto ela diz se sentir, pela primeira vez, livre. Por hora, os estudos universitários deram lugar a aulas de dança, até que ela e seu marido se estabeleçam financeiramente, e ela diz tentar se inteirar o mínimo possível sobre o contexto político de seu lugar de origem. “Dói muito, quero focar no futuro.”

HUDA

“Entendo que nos trazer para o Brasil trouxe coisas positivas para o país, e estou feliz que eles fizeram política com a gente, porque realmente precisávamos de algo além de nossa vida naquele campo. No entanto, eu não acho que isso dá o direito de as pessoas nos tratarem como eles fazem. Todo mundo veio para trabalhar e viver uma vida normal, mas nossas condições aqui não eram boas desde o início. Mas lembro que quando ainda vivíamos no campo, sempre íamos a um balanço que alguém construiu lá

perto. Lembro de balançar, olhar para o céu e pensar ‘será que um dia vamos deixar este lugar? Será que teremos uma vida normal?’ Agora que estou aqui, estou pronta para enfrentar qualquer dificuldade, porque ainda parece um sonho para mim”.

Esta fala de Huda me chamou a atenção. Esquiva e tímida, levou um tempo até que ela aceitasse falar comigo sobre sua experiência no Brasil. Com o tempo, entretanto, o que começara com narrativas de suas memórias de infância, evoluiu para longas conversas sobre identidade e pertencimento.

Uma vez me disse que nunca entenderá as escaladas de violência e os intensos desdobramentos dos conflitos em sua região mas, ao mesmo tempo, também não conseguia entender a imagem tendenciosamente negativa apenas sobre o povo palestino, correntemente reproduzida neste canto do mundo. “Falam de nós

como se guerra fosse a única coisa que fizéssemos”.

“É como se nós, árabes, precisássemos sempre ser lembrados do que alguns dos nossos fizeram para países ocidentais. Lembrança? Todos os anos somos obrigados a lembrar e rezar pela memória, por exemplo, das vítimas do 11 de setembro. Eu concordo que muitas pessoas inocentes morreram lá e isso é muito triste. Mas e quanto a lembrar dos nossos? Todos os nossos que morreram por causa deles?”

A simples experiência de caminhar com Huda pela cidade era um evento etnográfico. Caminhando a seu lado, pude claramente notar a forma inquisitiva como as pessoas olhavam para nós. Em um desses passeios, enquanto íamos à farmácia comprar tinta para que eu tingisse seu cabelo, ela espontaneamente começou a me dizer o quanto aprendeu a não se importar com a maneira como as pessoas olhavam para

ela na rua quando estava usando o hijab. “Eu só fico um pouco envergonhada quando vejo alguém da escola, porque lá é o único lugar onde meu pai me permite não usar”. Ela narrou as dificuldades que ela e outras jovens palestinas tinham passado quando começaram a frequentar a escola em uma pequena cidade brasileira: “as pessoas na escola não sabiam nada sobre nossa situação aqui e nos chamavam de terroristas o tempo todo. Não foi fácil, tivemos que aprender. Incomoda, mas tento não me afetar mais.” A postura de Huda em relação ao modo como ela se percebia no país era, naquela época, quase de resignação. Ela parecia ter se cansado de resistir à ideia do senso comum de que palestinos eram politizados e perigosos.

“Mas você sabe, eu não culpo os brasileiros que nos chamam de terroristas. Eu entendo. Todas as notícias vindas da minha região



são de guerra, morte e sofrimento. De pessoas brigando por religião e política. Algumas pessoas lá fazem guerra e usam o Alcorão para justificar. Eles não leem o livro, preferem seguir o que os líderes dizem, e estes usam a religião para justificar a violência. A menos que eu não tenha entendido o Alcorão, não há nada ali dentro que apoie a guerra. Se as pessoas fossem mais inteligentes e lessem o Alcorão, perceberiam que Deus não apoia a violência, e diz que somos todos seres humanos da mesma maneira.”

Mais do que estar refugiada, Huda se encontrava na condição de refugiada palestina reassentada. O acúmulo de tais categorias sociais provavelmente a influenciou na trajetória para a clara compreensão de sua posição no

mundo, apesar da pouca idade.

Minhas interações com Huda sempre me deixaram atônita. Diversas foram as vezes que, enquanto a ouvia falar, perguntava-me silenciosamente: “Huda tem lido Fassin (2009)¹⁵ ou Said ([1979] 2007)¹⁶?” Ouvir suas ideias muito me auxiliaram a lançar luz sobre uma ampla gama de tópicos que cerceiam a existência daquele grupo de palestinos, no Brasil e além: as identidades fluidas - em oposição à imagem estática disseminada pelas instituições; a atualização de suas memórias em seu presente processo de identificação - selecionadas de acordo com os encontros no novo lugar (HAMID, 2010); e a construção dialética de si a partir das várias esferas às quais pertence, constituintes de

sua condição como um indivíduo que integra um grupo cuja identidade foi construída e cristalizada por diferentes atores ao redor do mundo, reverberando em seu país de acolhida.

Huda era uma criança durante a longa jornada de sua família, e costuma dizer que “tenta esquecer”, mas “nunca negar” suas memórias de infância. Com lágrimas nos olhos, narrou algumas das dificuldades que sua família encontrou nos acampamentos em que viviam: as tempestades de areia, o calor, a morte de uma de suas amigas devido a um incêndio no acampamento. Também contou que antes de sair do país em que vivia antes da fuga, pouco havia pensado sobre suas origens. Seu tempo no campo a impeliu a “aprender a ser palestina”. “Nun-

ca precisei pensar sobre quem eu era. Mas depois de nossas experiências [de, por exemplo, ter acesso negado a diversos países no próprio Oriente Médio por ser palestina], comecei a me entender como palestina e a ter orgulho disso, mesmo que eu provavelmente nunca vá para lá”.

Ao contrário de Aisha, Huda teve grandes dificuldades no aprendizado da língua, o que a levou a desistir dos estudos antes de completar o ensino médio, fazendo com que perdesse o direito a um benefício da assistência social. Tentou trabalhar em alguns lugares, mas as limitações impostas pelo pai, bem como a timidez com a comunicação não ajudaram. Paralelamente a estas dificuldades de integração, seu pai buscava incansavelmente encontrar uma pessoa com quem ela se casasse. Por duas vezes, Huda se recusou a aceitar a escolha do pai, chegando a passar alguns dias fora de casa em protesto. Na terceira vez, entretanto, aceitou casar-se com uma pessoa que, muito embora ainda não conhecesse, sabia que pertencia a uma família menos conservadora que a sua. “Poderei ter celular e facebook”, me disse feliz enquanto eu caminhava com ela, sua mãe e uma prima para uma prova de maquiagem para o casamento. Hoje mãe, Huda ocupa seus dias com afazeres domésticos na casa que divide com a família de seu marido. Diz estar

realizada e sente ainda mais orgulho de sua religião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentar algumas de minhas interações com Aisha e Huda, busquei contrastar as conjunturas políticas – tantas vezes paralisantes – com suas atomizações em percepções e estratégias de jovens mulheres que aprenderam tanto a navegá-las quanto a resisti-las. Pretendi contrapor a dura burocracia inerente ao processo de reassentamento com experiências pessoais, buscando enfatizar como a vida flui, extrapola e negocia categorias fixadoras. Longe de pretender trazer à tona novos paradigmas, espero ter conseguido lembrar a nós mesmos como categorias institucionais não podem conter complexidades individuais.

Como pesquisadora, durante aqueles encontros entre a *outra* e eu, não conseguia deixar de pensar nas narrativas institucionais ouvidas anteriormente. “Palestinos são ingratos”, “foram pagos para nos causar problemas”. O caso dos palestinos vindos de Ruweished acabou se tornando um exemplo quase caricatural das consequências de uma rasa compreensão do outro, sobretudo quando comparado à ambiciosa imagem de generosidade construída sobre o Brasil a partir do caso.

A fabricação de tal narrativa levou o refúgio, que é direito, a ser concedido aos palestinos enquanto dádiva, cerceada por con-

trapontos que constantemente os lembravam do privilégio concedido, frente à desigual realidade brasileira. Este ponto fica evidente nas falas de Aisha que, se por um lado, quando ainda criança, vivenciava de perto as dificuldades de sua comunidade como porta-voz dela em odisseias burocráticas, por outro, lidava com as contradições que afloravam em si a partir do discurso institucional de *palestinos reassentados privilegiados*.

Para Didier Fassin, questão central ao humanitarismo contemporâneo é sua auto compreensão a partir de uma relação dicotômica entre a “má sorte de alguns e a boa consciência de outros” (2010, p. 2). Receptores de ajuda ficam em dívida com doadores, tendo a obrigação de “contar suas histórias, (...) sempre para mostrar sua gratidão. (...) Para além, os que recebem atenção humanitária sabem muito bem que se espera que mostrem a humildade do devoto e não a expressão de demandas por direitos” (FASSIN, 2010, p. 3).

Naquela altura, a esperança da nova terra foi “convertida em uma batalha política conspícua entre os refugiados e as agências governamentais nacionais e internacionais responsáveis por sua proteção” (MOULIN, 2011, p. 149). Enquanto “círculos diplomáticos aplaud[iam] a liderança humanitária brasileira” e o governo celebravam o funcionamento democrático de sua avançada lei nacional para refugiados, as demandas e

¹⁵ Em “O Império do Trauma: Uma Investigação na Condição da Vítima”, Fassin e Retchman (2009) citam o cenário pós-traumático dos Estados Unidos provocado pelo 11 de setembro enquanto ilustração do desequilíbrio das relações de poder contidas na genealogia do trauma.

¹⁶ Em “Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente” Said ([1979] 2007) escrutina o pensamento científico ocidental sobre o oriente, profundamente galgado em uma visão colonialista de mundo, que o divide em dois blocos: um ocidente civilizado, desenvolvido, científico versus um oriente retrógrado, exótico, belicoso. Said aponta para como esta perspectiva pauta amplamente a forma como ocidentais entendem o mundo oriental até hoje.

protestos palestinos “indica[vam] que, nas sociedades periféricas, os preceitos dos direitos humanos ainda residem em uma fronteira utópica” (MOULIN, 2011, p. 152).

A imagem palestina estática e homogeneizada difundida pelo nexos humanitário brasileiro, contrasta-se com o grupo heterogêneo composto por pessoas de diferentes origens, classes sociais, trajetórias e gerações, cujo primeiro encontro se deu no campo de Ruweished alguns anos antes da vinda ao Brasil. Como sugere Peteet e Hamid, “observar essas diferenças é essencial para que não nos limitemos ao paradigma nacionalista que estruturou muitos dos estudos sobre a Palestina, na medida em que reduzem a pluralidade exposta à ideia de homogeneidade dos palestinos e unicidade de sua luta” (PETEET, 2005, *apud* HAMID, 2012, p.75). Ao mesmo tempo, contudo, é importante não ofuscar a importância do projeto nacional palestino como parte constitutiva de sua busca por segurança, igualdade e cidadania (HAMID, 2012, p. 52).

Embora nunca tenha estado em seu país, assim como tantos palestinos nascidos em diáspora, a fala de Huda reflete de forma sensível o momento em que, ainda na infância, compreendeu a maneira como sua existência se balizava pela “palestinidade”, percepção que carregou para sua nova morada onde viveu, por um lado, “a

personificação do exílio, experiência constitutiva mais definidora da ‘cultura palestina’” (GUPTA e FERGUSON, 2001, p. 205) e, por outro, a vontade de integração.

Jogar luz às complexidades individuais que vão da pertença inescapável a uma luta histórica aos sonhos e revelações de uma jovem mulher, aponta para a necessidade de um acompanhamento qualitativo cuidadoso das realidades vivenciadas por outras e outros – sendo que a melhor maneira de o fazer é por meio da reflexão constante sobre nosso próprio posicionamento neste processo. Minha condição de jovem pesquisadora me permitiu, ao longo dos anos, acompanhar as diferentes fases, tensões e conciliações de Aisha e Huda em seus processos de integração e identificação no Brasil. Me permitiu enxergar os diferentes, complementares e, também, contraditórios aspectos constitutivos de um país que, embora galgado em um discurso de tolerância e solidariedade, expressa desconhecimento e desinteresse com relação ao diferente que ele diz acolher.

Mais do que seguir o script, centrando as observações na multiplicidade de processos contidos na integração de jovens mulheres muçulmanas em uma sociedade menos disciplinadora, pude enxergar limitações reais, impostas por esta mesma sociedade e sua mobilização de categorias orientado-

ras/simplificadoras, sob pessoas que, aos cobrarem seus direitos, deixaram de lhe pertencer – já que, rapidamente, o Brasil deixou de ser “a terra natal à qual retornariam” (SCHIOCCCHET, 2014, p. 5).

Nas inúmeras vezes em que, em casa, conversava com Aisha ou Huda sobre sonhos, planos, amores, geopolítica, guerra e religião, esquecia-me das categorias que duramente limitavam e limitam suas vidas. Era só quando, ao nos prepararmos para sair de casa, ouvia alguém da família dizer “não esqueça do hijab”, que voltava a refletir sobre a grande possibilidade de alguém do lado de fora projetar sobre elas as preconcepções violentas sobre o que é diferente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-LUGHOD, Lila. Writing Against Culture. In: FOX, Richard G. Recapturing Anthropology: Working in the Present. NM: School of American Research Press, 1991.

ACNUR. Soluções duradouras. Acnur/Unhcr, 2024. <https://www.acnur.org/portugues/construirfuturos/melhores/solucoesduradouras/#:~:text=sobre%20integra%C3%A7%C3%A3o%20local,Reassentamento,e%20conceder%20lhes%20assentamento%20permanente>. Acesso em: 24/07/2024.

ACNUR. Declaração e Plano de Ação do México para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina. Cidade do México: 2004. <https://cartagena30.acnur.org/pt-br/declaracao-e-plano-de-acao-do-mexico-para-fortalecer-a-protecao-internacional-dos-refugiados-na-america-latina/>. Acesso em: 13/08/2024.

ACNUR. Declaração de Cartagena. Cartagena: 1984. https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf. Acesso em: 13/08/2024.

CHADE, Jamil. Brasil recebe refugiados palesti-

nos. Estadão, 2007. <https://www.estadao.com.br/internacional/brasil-recebe-refugiados-palestinos/>. Acesso em: 22/07/2024.

DOMINGUEZ, Juliana A.; BAENINGER, Rosana. Programa de Reassentamento de Refugiados no Brasil. Anais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2006.

ECKERT, Cornelia; STEIL, Carlos Alberto. Apresentação. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 9-15, jul./dez. 2010

FASSIN, Didier. Humanitarian reason: a moral history of the present. University of California Press, 2012.

FASSIN, Didier; RETCHMAN, Richard. The empire of trauma: An inquiry into the condition of victimhood. Princeton University Press, 2009.

FERGUSON, James; GUPTA, Akhil. Culture, Power, Place: Explorations in Critical Anthropology. US: Duke University Press, 2001.

GIRIT, Selin. Quantos refugiados palestinos há no mundo e onde estão? BBC News Brasil, 13/01/2024. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c51z7yv3r19o#:~:text=De%20acordo%20com%20os%20C3%BAltimos,Am%C3%A9rica%20do%20Sul%20e%20Austr%C3%A1lia>. Acesso em: 20/08/2024.

HAMID, Sonia C. (Des)Integrando Refugiados: Os Processos do Reassentamento de Palestinos no Brasil. Editora UnB, 2019.

JENSEHAUGEN, Jorgen. Chronic Refugees: A Burden on Poor Countries. Peace Research Institute Oslo, PRIO Blogs, 14 de Novembro de 2023. Disponível em: [https://blogs.prio.org/2023/11/chronic-refugees-a-burden-on-](https://blogs.prio.org/2023/11/chronic-refugees-a-burden-on-poor-countries/)

[poor-countries/](https://blogs.prio.org/2023/11/chronic-refugees-a-burden-on-poor-countries/). Acesso em: 26/08/2024.

MOULIN, Carolina. Os direitos humanos dos humanos sem direitos – Refugiados e a política do protesto. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 26 N° 76, 2011.

NAIL, Thomas. The figure of the migrant. Stanford University Press, 2015.

OTHER. In: Online Etymology Dictionary. Disponível em: <https://www.etymonline.com/search?q=OTHER>. Acesso em: 20/08/2024.

PCBS (Palestinian Central Bureau of Statistics). Israeli Occupation Aggression on Palestine since Oct.7th 2023, Latest Update 12:00, 20/08/2024. State of Palestine. Disponível em: <https://www.pcbs.gov.ps/Default.aspx>. Acesso em: 21/08/2024.

SAID, Edward. Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente. Companhia de Bolso, 2007.

SAKHR, Karmen. Reuniting refugee families at Ruweished camp. UNHCR, 2005. <https://www.unhcr.org/news/reuniting-refugee-families-ruweished-camp>. Acesso em: 22/07/2024.

SAMPAIO, Cyntia. Programa Brasileiro de Reassentamento Solidário: evolução e reflexões para seu fortalecimento. ACNUR, 2010.

SCHIOCCCHET, Leonardo. The Least of “The Undesirables”: 117 Palestinian Refugees in Brazil between Humanitarianism and Nationalism. In: RSC International Conference, Oxford, 2014.

STRANDED. In: Dicionários Cambridge, Dicionário inglês-português online. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles-portugues/stranded?q=STRANDED>.

Acesso em: 22/07/2024.

UNHCR. Who we protect. UNHCR Global Website, s.d. Disponível em: <https://www.unhcr.org/about-unhcr/who-we-protect/stateless-people#:~:text=What%20is%20the%20difference%20between,has%20crossed%20an%20international%20border>. Acesso em: 28/08/2024.

UNHCR. Global Trends – Forced Displacement in 2023. UNHCR, 2024. Disponível em: <https://www.unhcr.org/global-trends-report-2023>. Acesso em: 28/08/2024.

UNHCR. 2007 Global Trends - Refugees, Asylum-seekers, Returnees, Internally Displaced and Stateless Persons. UNHCR, June 2008.

UNHCR. Iraq: Brazilian resettlement breakthrough for Palestinians in desert camp. UNHCR Briefing Notes, 2007. Disponível em: <https://www.unhcr.org/news/briefing-notes/iraq-brazilian-resettlement-breakthrough-palestinians-desert-camp>. Acesso em: 22/07/2024.

UNITED NATIONS. Mexico Plan of Action for refugees is world’s most sophisticated, UN refugee chief says. UN NEWS, 2005. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2005/10/155812>. Acesso em: 22/07/2024.

UNRWA e UNHCR. The United Nations and Palestinian Refugees. UNRWA e UNHCR, Janeiro de 2007.

ZETTER, Roger. Labelling refugees: Forming and transforming a bureaucratic identity. Journal of refugee studies, v. 4, n. 1, p. 39-62, 1991.



MIGRANTES DE CRISE E PLAC: ESCLARECENDO CONCEITOS E EVIDENCIANDO POLÍTICAS PÚBLICAS

Helena Regina Esteves de Camargo
Ana Cecília Cossi Bizon

Helena Regina Esteves de Camargo
Bacharel em Letras - Tradução e Interpretação (Unibero)
/ Mestre e Doutora em Linguística Aplicada (Unicamp);
Vinculação institucional atual: Pesquisadora do Observatório
das Migrações em São Paulo / Professora visitante da UFABC.

Ana Cecília Cossi Bizon
Doutora em Linguística Aplicada pela Unicamp e docente
do Departamento de Linguística Aplicada do Instituto de
Estudos da Linguagem dessa mesma instituição. Seus
interesses de pesquisa voltam-se à área de Português como
Língua Adicional (PLA) em contextos minoritarizados. É líder
do GP/CNPq IndisciPLAr: Português como Língua Adicional
em uma perspectiva indisciplinar e autora de diversos artigos
científicos e materiais didáticos para o ensino de PLA. Em
2019, criou o Grupo de Acolhimento em Línguas (GAL), um
coletivo de tradutores sociais e intérpretes comunitários,
cujo objetivo é desenvolver políticas de línguas e de inserção
para a população migrante e refugiada de Campinas e região.

INTRODUÇÃO

Muito já foi discutido e publicado sobre “Português como Língua de Acolhimento – PLAc” desde que Amado (2013) introduziu o termo no contexto brasileiro de ensino de Português como Língua Adicional (doravante, PLA). À época da publicação do artigo *O ensino de Português como Língua de Acolhimento para refugiados* (Amado, 2013), o Brasil deparava-se com um fluxo de migrantes muito maior do que vinha recebendo desde a chamada Grande Migração, uma política migratória de embranquecimento da população empregada do Estado brasileiro entre 1870 -1930, responsável pela vinda de cerca de 3,7 milhões de pessoas (Moraes, 2014), principalmente de origem latino-europeia, como italianos, espanhóis e portugueses. Diferentemente do ocorrido nos séculos XIX e XX, no começo da década de 2010, o Brasil começa a receber movimentos

migratórios cuja origem e destino são países periféricos e semiperiféricos (Wallerstein, 1974), o que o coloca na rota das “migrações Sul-Sul” (Baeninger, 2018). É o momento em que cidadãos haitianos, em número maior que de outras nacionalidades, passam a fazer parte de nossa população, seguidos de sírios, venezuelanos, bolivianos, congoleses, afegãos e outras nacionalidades.

Consideramos importante lembrar que a motivação desses migrantes para deixarem suas origens está intrinsecamente relacionada à “face perversa da globalização” (Santos, 2001), a qual amplia o papel político das empresas na regulação da vida social, ao mesmo tempo em que encolhe as funções sociais e políticas do Estado, ocasionando altos índices de desemprego, generalização da fome e do desabrigo, proliferação de enfermidades, acesso restrito à educação de qualidade, entre ou-

tras causas de desesperança, tais como guerras, perseguições políticas e ideológicas, e desastres naturais. Assim, entendemos que são as crises as propulsoras dos movimentos migratórios contemporâneos. Como, ao chegarem ao Brasil, esses migrantes encontraram (e ainda encontram) um país despreparado para acolhê-los, entendemos que as crises também são suas receptoras, evidenciando o caráter bilateral da crise como o fator mais relevante dessa conceituação (Bizon; Camargo, 2018). Portanto, adotamos o termo “migrantes de crise”, conforme ampliado por Baeninger e Peres (2017), para nos referirmos àqueles que deixam suas origens devido a crises e encontram outras em seus destinos, englobando pessoas em situação de refúgio, mas não se limitando a elas. É importante pontuar que também se enquadram nessa categoria todos os migrantes “cujos deslocamen-

tos são também socialmente condicionados por problemas econômicos, políticos, civis, religiosos, ideológicos e humanitários” (Bizon; Camargo, 2018, p. 712).

Notamos que, algumas vezes, os termos *PLAc* e *migrantes de crise* parecem ser empregados em referência unicamente aos que se encontram em situação de refúgio, excluindo outros migrantes de crise que devem ser contemplados nas políticas públicas de acolhimento. Neste capítulo, nos propomos a (i) revisar nossa concepção de *acolhimento* (Bizon; Camargo, 2018) a fim de aprofundá-la; (ii) esclarecer nosso entendimento de *migrantes de crise* a partir da ampliação do termo proposta por Baeninger e Peres (2017); (iii) ilustrar a efetivação de uma política de acolhimento a migrantes de crise realizada por meio da parceria do Grupo de Acolhimento em Línguas – GAL/Unicamp, liderado pela segunda autora deste texto, com prefeituras das cidades da Região Metropolitana (RMC) de Campinas-SP.

ACOLHIMENTO A MIGRANTES DE CRISE = POLÍTICAS PÚBLICAS A MIGRANTES DEMANDANTES DESSAS POLÍTICAS

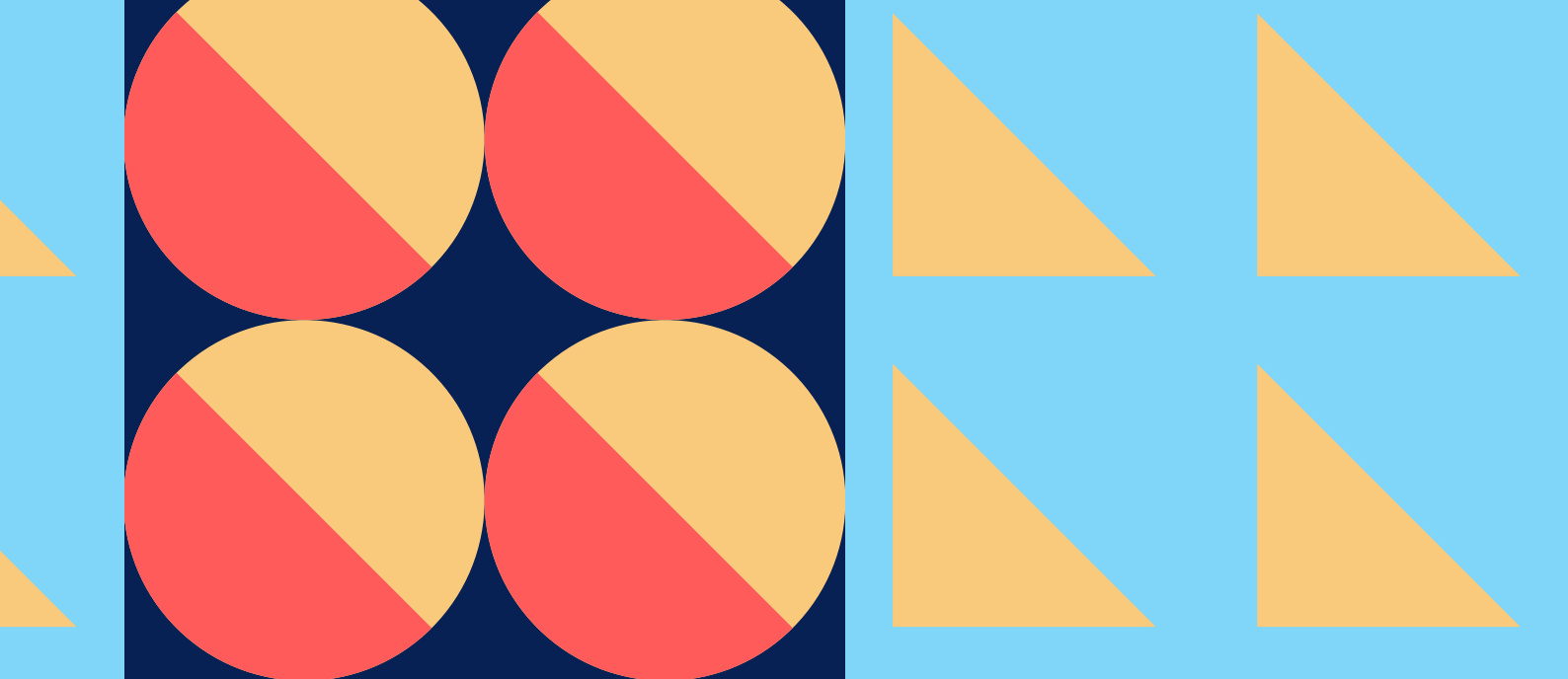
Sayad (2000) nos faz ver que um *imigrante* é aquele que se deslocou a um país, mas, para fazê-lo, emigrou do seu país de origem. Nas palavras do pensador argelino, “não existe imigra-

ção em um lugar sem que tenha havido emigração a partir de um outro lugar” (Sayad, 2000, p. 11). Portanto, *imigrante* e *emigrante* são duas faces de um mesmo processo. Por isso, optamos por retirar os prefixos que especificam as direções dos movimentos para referirmos como *migrantes* àqueles que se deslocam de um país a outro. Acreditamos que, além de contemplar as duas faces do processo migratório, o termo *migrantes* também reflete melhor o dinamismo das migrações atuais, indicando que o Brasil é tanto destino quanto rota (Baeninger; Peres, 2017).

Sayad (2000) ainda nos convida a olhar para a migração como um “fato social total”, uma vez que diz respeito à sociedade em sua totalidade, ou seja, a partir de uma perspectiva histórica (diacrônica) e das estruturas contemporâneas da sociedade e de seu funcionamento (sincrônicas), relacionando as realidades dos migrantes e da migração ao colonialismo e às políticas migratórias. A partir de uma reflexão sobre o caráter provisório do migrante, Sayad observa que tanto os migrantes quanto a sociedade e seu Estado receptor se interessam por esse estado de provisoriedade. Enquanto para os migrantes essa provisoriedade “alimenta a ilusão de um retorno, sem a qual não suportariam a realidade de marginalização social que lhes é imposta” no destino, para o Estado, essa mesma provi-

soriedade “constitui um alibi para não incluí-los plenamente no acesso às políticas públicas e direitos sociais destinados aos seus nacionais” (Sayad, 1998, apud Pereira, 2019, p. 4). A reflexão de Sayad nos parece apontar não apenas para a crise materializada em despreparo para receber os migrantes em seu destino, mas também para casos potenciais de “reterritorialização precária” (Haesbaert, 2004; Bizon, 2013), dado que a apropriação do espaço (territorialização) pelos indivíduos, entendida como processo realizado por meio do acesso aos direitos sociais, está inviabilizada. Claro que nem todos os que se deslocam têm as mesmas motivações e condições, mas, como apontado por Camargo (2021, p. 140), “conforme variam as experiências vivenciadas pelo migrante em seu processo migratório, as possibilidades de reterritorialização estarão mais ou menos condicionadas às políticas públicas”. Portanto, além do caráter bilateral da crise, consideramos o fato de serem demandantes de políticas públicas outra característica a compor a definição do conceito “migrantes de crise” (Camargo, 2021). Não queremos, contudo, homogeneizar migrantes, pois reconhecemos que o termo engloba várias categorias migratórias, além de causas e condições diversas de deslocamento. Apenas consideramos necessário diferenciar migrantes de crise de outros





que se deslocam em condições mais favoráveis e, assim, podem ter acesso a seus direitos sociais sem depender de políticas públicas.

Quando pensamos em políticas públicas de acolhimento, pensamos naquelas políticas voltadas a migrantes de crise. Nesse sentido, assim como Camargo (2019; 2022), defendemos uma acepção do termo acolhimento atrelada a políticas e a direitos, afastando-nos dos discursos de fraternidade que autorizam o lugar do voluntariado nesse contexto e “compreendem o Outro fundamentalmente como vulnerável, como aquele que não tem, a quem tudo falta” (Bizon; Camargo, 2018, p. 715). Ao contrário, defendemos que o ato de acolher precisa propiciar agenciamentos no território, considerando os migrantes como protagonistas de seus processos de reterritorialização. Portanto, acolhimento não pode ser visto como uma relação construída unilateralmente, em que o Estado receptor, desconsiderando as vo-

zes dos migrantes e apagando as particularidades de seus deslocamentos e das construções culturais e sociolinguísticas que os constituem, determina as ações necessárias e cabíveis a eles (Bizon; Camargo, 2018). Reiteramos que o acolhimento deve ser concebido como uma atitude construída com o Outro (Bizon; Camargo, 2018) e, sendo assim, é “um movimento de mão dupla em direção a um encontro” (Camargo, 2021, p. 142). O deslocamento da sociedade acolhedora é percebido no momento em que esta, em vez de adotar posturas assimilacionistas e proibicionistas, se permite deixar alterar pelos migrantes, em um movimento de constante revisão, incorporação, hibridização e recriação: acolhedor e acolhido vão se (des)reterritorializando no ato de acolher.

Da mesma forma que acolhimento se refere a políticas públicas voltadas a migrantes de crise e evoca uma disposição da sociedade em se deixar modificar pelo Outro, entendemos *língua de acolhimento* como

parte da área de ensino-aprendizagem de línguas adicionais voltadas a migrantes de crise a partir da seguinte proposição:

Uma língua que se pretenda acolhedora precisa ser maleável, passível de ser moldada pela interação com o Outro, receptível a recriações, e não impositora de formas rígidas. É uma língua que recebe bem as “práticas translíngues” (CANAGARAJAH, 2013), permitindo-se alterar em suas normas, em seu léxico, em seus sons, lembrando que, para acolher, é necessário fazermos um movimento em direção ao Outro, e não só esperar/aceitar que o Outro se movimente a nós, ainda que nos empenhemos para ensiná-lo. Isso, a meu ver, é acolhimento linguístico. Quando o ensino de PLA para migrantes de crise for pensado e empreendido nessa perspectiva, entendo que a língua portuguesa poderá ser considerada uma **língua de acolhimento** (Camargo, 2019, p. 113, grifos originais).

Tendo esclarecido o que compreendemos por migrantes

de crise, acolhimento e língua de acolhimento, passamos, a seguir, a ilustrar a efetivação de algumas políticas de acolhimento, com destaque para o oferecimento de cursos-piloto de PLAc. Antes, no entanto, apresentamos brevemente o Grupo de Acolhimento em Línguas (GAL), por meio do qual essas políticas estão sendo planejadas e implementadas em parceria com Instituições gestoras de políticas públicas.

GRUPO DE ACOLHIMENTO EM LÍNGUAS (GAL)

O Grupo de Acolhimento em Línguas (GAL) foi criado pela segunda autora deste artigo, em 2020, como parte de um de seus projetos de pesquisa, a saber, Políticas de línguas e de (re)territorialização para estudantes internacionais, migrantes e refugiados¹, e está vinculado ao Grupo de Pesquisa IndisciPLAr: Português como Língua Adicional em uma Perspectiva Indisciplinar (CNPq)², liderado por Ana Cecília Cossi Bizon e vice-liderado pelo Prof. Dr. Leandro Rodrigues Alves Diniz.

Definindo-se, inicialmente, como um coletivo de tradutores e intérpretes comunitários para atuação em políticas de acolhimento e (re) territorialização de migrantes de crise em Campinas e região (Bizon, 2020), o GAL veio ampliando seus objetivos, configurando-se, atualmente, como um Grupo de pesquisadores e estudantes da área de Português como Língua Adicional que busca – na conexão entre pesquisa, formação de professores de PLAc e ações de extensão universitária em parcerias com diferentes atores públicos³ – produzir conhecimentos potencialmente capazes de subsidiar políticas públicas e de línguas voltadas à inserção de migrantes e refugiados. E, dentre essas políticas, estão a tradução social e a interpretação comunitária (Gorovitz, 2021; Nordin, 2021)⁴.

É significativo frisar que os objetivos do GAL estão fortemente alicerçados na ideia de que os direitos linguísticos são parte dos direitos fundamentais do cidadão, e a manutenção de barreiras linguísticas constituem-se em grave

violação dos direitos humanos (Oliveira; Silva, 2017).

Conforme explicam Bizon e Deus (2021, p. 524), as ações do GAL visam:

(i) firmar a importância de políticas de *acolhimento em línguas* (BIZON; CAMARGO, 2018) – e não apenas em LP [Língua Portuguesa] – a migrantes de crise e outras minorias que não têm o português como primeira língua, de modo a lhes garantir o pleno acesso a direitos civis e contribuir para uma inserção culturalmente sensível e significativa na sociedade local; (ii) desenvolver, no âmbito da LA Indisciplinar (MOITA LOPES, 2006), pesquisas e autoformação que abranjam as (sub)áreas de PLAc, em suas diferentes demandas, e de Tradução e Interpretação Comunitária.

De modo a garantir formação contínua para seus membros no que diz respeito à Tradução e Interpretação Comunitária, o GAL, desde 2021, conta com a parceria do Grupo de Pesquisa e Extensão Mobilang⁵, liderado pela Profa. Dra. Sabine Gorovitz, da Universi-

1 O referido projeto de pesquisa está em vigor desde 2020 e conta com o apoio da Unicamp, por meio da concessão de 6 bolsas BAS (Bolsa de Auxílio Social) a estudantes de graduação em Letras e Linguística.

2 Cf. <https://www2.iel.unicamp.br/indisciplar/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

3 Fazem parte desse grupo de atores públicos os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Prefeituras Municipais, o Ministério Público do Estado de São Paulo, e Instituições de Pesquisa, como o Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” da Unicamp, e o Observatório de Migrações em São Paulo.

4 De acordo com Nordin (2021, p.44), a interpretação comunitária é um direito fundamental que garante o acesso de pessoas não falantes do idioma aos serviços públicos locais. Pode ser definida como uma especialidade da interpretação que, por meio da interpretação bidirecional realizada em um ambiente comunitário entre indivíduos de diferentes idiomas, permite o acesso de estrangeiros aos serviços médicos, educacionais, judiciários, entre outros do país que os acolhe [...]. No entanto, apesar de ser um direito fundamental, a interpretação comunitária sempre foi ignorada pela academia, pelo governo e também pela sociedade civil brasileira”.

5 Cf. <http://www.mobilang.unb.br/>.

dade de Brasília (UnB).

Desde o seu surgimento, tendo tradutores e intérpretes comunitários de 7 línguas (árabe, espanhol, crioulo haitiano, francês, inglês, lingala e swahili), o GAL realizou inúmeras ações, as quais encontram-se parcialmente relatadas em Bizon (2020), Bizon e Deus (2021) e Bizon, Saintil e Deus (2021). Ainda hoje, grande parte dessas ações são realizadas de maneira voluntária, porém, passos importantes foram dados para a oficialização de parcerias que referendam o migrante de crise como um demandante de política pública e o acolhimento como uma política pública – o que implica, necessariamente, a transformação de ações pontuais, voluntárias e horizontalizadas em programas contínuos, que se deem no atravessamento de horizontalidades e verticalidades⁶ (Bizon; Camargo, 2018), sendo planejados e implementados por pessoas com formação na área de Português como Língua de Acolhimento e remunerados para tanto. Acreditamos ser este um movimento fundamental para reconhecer o papel central que as licenciaturas em Português como Língua Adicional/Língua Estran-

geira/Segunda Língua no Brasil têm (podem ter) no planejamento e na implementação de políticas públicas e de línguas para o contexto de migração de crise, bem como para a constituição de espaços de atuação para egressos desses cursos. A nosso ver, são essas pessoas as mais qualificadas para, em conjunto com profissionais de outras áreas, desenhar políticas linguísticas (as quais incluem o ensino de PLAc) que sejam responsivas às demandas do contexto das migrações de crise.

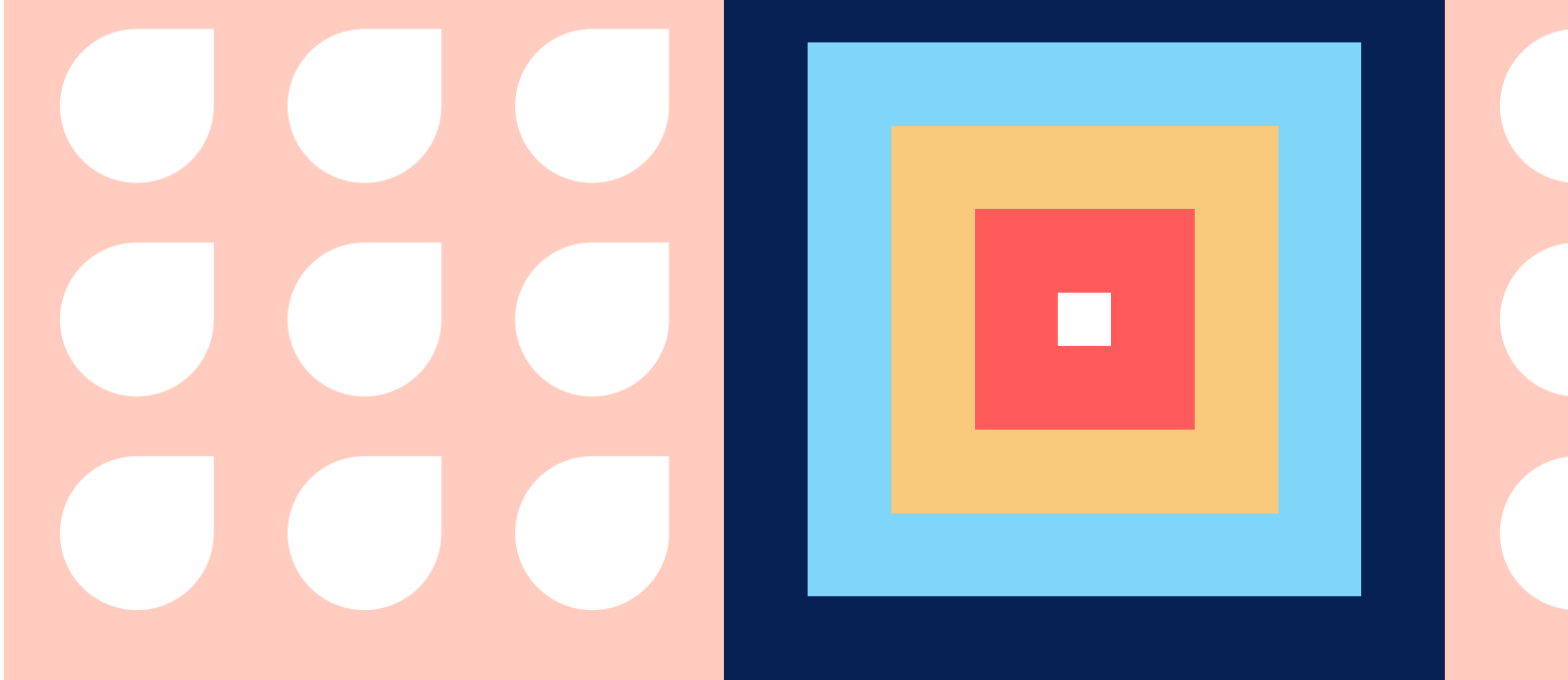
Atualmente, Secretarias Municipais de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH) e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de 4 prefeituras municipais são parceiros do GAL. Além de Campinas-SP, outras 3 cidades da RMC vêm se beneficiando de suas ações: Vinhedo, Americana e Jaguariúna. Vale esclarecer que foram as prefeituras que, sabendo da existência do Grupo por meio de reportagens nas mídias, entraram em contato em busca de auxílio para a construção de programas de acolhimento à população migrante em suas diferentes demandas.

GAL E PREFEITURAS

MUNICIPAIS: POLÍTICAS PÚBLICAS E DE LÍNGUAS NO ATRAVESSAMENTO DE HORIZONTALIDADES E VERTICALIDADES

Em Campinas, desde 2020, o GAL vem colaborando com a SMADSH com serviços de tradução social e interpretação comunitária que contemplam inúmeros migrantes e refugiados do município e região. Tendo se iniciado logo no início da pandemia de COVID-19, essa parceria se mantém, tendo, atualmente, dois eixos principais: (i) a interpretação comunitária em interações entre migrantes e médicos em hospitais da cidade, especialmente em crioulo-haitiano e em árabe; e (ii) um projeto de acolhimento linguístico a crianças migrantes (especialmente haitianas) e suas famílias em um Centro de Educação Infantil (cf. Bizon; Deus, 2021; Bizon; Saintil; Deus, 2021). No escopo desse projeto, foi realizada a tradução de materiais informativos direcionados aos responsáveis pelas crianças, como bilhetes da coordenação pedagógica para os responsáveis, protocolo para as matrículas escolares, formulário de anotação de sintomas de doenças apresentados pelas crianças, orientação

⁶ Alinhando-nos a Milton Santos (2000), compreendemos verticalidades e horizontalidades como eixos espaço-temporais não apenas materiais, mas também simbólicos, necessariamente imbricados em relações de poder, que não são dicotômicos nem estanques e se atravessam, produzindo “diversas escalas e diferentes tipos de relação entre agentes, espaço e produção” (Bizon; Camargo, 2018, p. 716). As horizontalidades são os espaços de todos, e nelas se encontram tanto as instituições quanto as pessoas em suas agências cotidianas. Nas verticalidades, encontram-se os agentes do espaço hegemônico (instituições estatais e privadas), que materializam suas ações por meio de políticas oficiais/institucionalizadas. Sendo assim, enquanto as horizontalidades permitem múltiplas racionalidades (formas de convivência e regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm nele) e ações mais locais, pontuais, criativas e menos burocratizadas, as verticalidades limitam essas racionalidades a lógicas de gerenciamentos especialmente pautados pela burocracia e por valores econômicos e ações de escopo global.



para datas comemorativas e para lanches comunitários, dentre outros. Além disso, um intérprete de crioulo-haitiano do GAL atua, em reuniões entre a escola e as famílias, como mediador linguístico. O projeto, em pleno funcionamento, prevê ainda (i) a publicação de recursos pedagógicos para o fortalecimento e a valorização das línguas das crianças migrantes nas escolas, como um dicionário/glossário de expressões em crioulo-haitiano/português; (ii) uma coleção de livros de brincadeiras, canções e histórias infantis haitianas em versão bilíngue crioulo-haitiano/português, que contará também com roteiros pedagógicos para utilização desses textos pelo(a) professor(a); e (iii) o oferecimento de cursos de PLAc para as famílias.

Em Vinhedo, o GAL é parceiro da Secretaria de Assistência Social e Cidadania desde 2022, especialmente para a interpretação comunitária. Mais de 15 atendimentos do intérprete de crioulo-haitiano/

português já foram realizados, em contextos que abarcam asilos, hospitais, Polícia Federal, Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e fórum. Dessa considerável demanda, nasceu o primeiro convênio do GAL com uma prefeitura, que se encontra em tramitação na Unicamp e funcionará por meio da Secretaria de Extensão do Instituto de Estudos da Linguagem. Assim, inicialmente apenas recebendo uma ajuda de custo para a locomoção até o local dos atendimentos, os intérpretes do GAL que atenderem aos chamados de Vinhedo passarão a ser remunerados adequadamente, e parte da verba despendida pela Prefeitura para a Extensão poderá ser revertida para a formação continuada dos tradutores e intérpretes do GAL, bem como para os estudos científicos realizados pelo Grupo. Um círculo virtuoso que integra e fomenta a formação profissional, a pesquisa e a ação social.

Em Jaguariúna, a parceria com

o GAL se iniciou em 2021, quando quatro funcionárias do CRAS Cruzeiro do Sul entraram em contato com o Grupo para discutir possibilidades de cooperação em um projeto de acolhimento à população migrante de crise do município. De acordo com as assistentes sociais, uma das maiores dificuldades durante os atendimentos, em especial a haitianos, cubanos e venezuelanos, era imposta pelo desconhecimento do crioulo-haitiano, francês e espanhol por parte delas, e da pouca proficiência em português por parte dos migrantes. Por isso, o ensino de PLAc foi colocado como prioridade no projeto de acolhimento, assim como a formação dos funcionários do CRAS para o contexto de migração e refúgio, incluindo, então, o conhecimento de aspectos dessa migração, assim como das histórias e das construções culturais dos países dos estudantes.

Várias reuniões entre membros do GAL e do CRAS foram realizadas, ao longo de 2022 e início de

2023, com o objetivo de não só estruturar o projeto de acolhimento, mas também de encontrar caminhos de viabilizá-lo, o que significa dizer apoio político e financeiro das instâncias mais verticalizadas da gestão pública municipal. É preciso dizer que as assistentes sociais do CRAS de Jaguariúna tiveram papel central na concretização desse apoio, pois foi por meio delas, amparadas (também) pelas discussões realizadas nas reuniões com o GAL, que os gestores puderam compreender a importância (i) do oferecimento do curso de PLAc em uma perspectiva multilíngue e transcultural para essa população⁷, e (ii) dos possíveis impactos positivos para os migrantes, assim como para a sociedade local.

Após várias tratativas, finalmente, em setembro de 2023, iniciou-se o primeiro curso-piloto de PLAc na cidade, com carga didática de 30h. Com um total de 27 alunos, o curso foi ministrado pela segunda autora deste artigo, que também é docente na Segunda Habilitação em Português como Segunda Língua/Língua Estrangeira da Unicamp, e pôde vincular o curso à disciplina de Estágio Supervisionado da Habilitação. Com isso, o(a)s licenciando(a)s pude-

ram participar da implementação do curso, auxiliando no planejamento e na docência das aulas. Os relatórios de final de disciplina dos estudantes da Habilitação, com suas reflexões teóricas sobre o contexto, poderão contribuir para o aprimoramento do curso que, esperamos, possa se tornar uma política pública – que também é uma política linguística – oficializada e permanente na cidade. Um indício de que isso possa se concretizar é a repercussão que a iniciativa provocou no meio político do município, gerando uma Moção de Congratulação e Louvor ao Programa de Comunicação sem Fronteiras⁸, título dado pelo CRAS-Jaguariúna para o projeto-piloto de acolhimento promovido em cooperação com o GAL:

Conforme consta no texto da Moção, o município conta com 174 migrantes residentes, sendo a maioria haitianos, e realiza atendimento a eles, ou seja, tem para essa população uma política verticalizada – institucionalizada pelo CRAS –, que se expande também verticalmente para as Secretarias de Assistência Social e de Educação e se imbrica em horizontalidades ao estabelecer a parceria com a Unicamp por meio do GAL. Vale pontuar que, apesar de a Unicamp

ser uma instituição e, portanto, um ator, de certa forma, vertical, as horizontalidades se fazem presentes nessa parceria, uma vez que as ações do GAL, partindo das demandas do território, são locais. É nessa localidade que a liberdade de criação, informada cientificamente, mas também sensível às próprias demandas, se configura como um espaço de prontidão às emergências.

Em Americana, a parceria firmou-se em 2022, a partir do contato de uma funcionária da SMAS-DH, que atua como coordenadora da Política de Atenção aos Migrantes, Imigrantes e Refugiados e do Comitê MigraRe. Da mesma forma que em Vinhedo, inicialmente, a demanda era por auxílio para o atendimento a casos em que a tradução social e/ou a interpretação comunitária eram necessárias, e muitos atendimentos foram feitos em contextos variados.

Com a atuação de liderança desta coordenadora, bastante comprometida com a questão de migração e refúgio⁹, rapidamente outras ações foram propostas ao GAL, dentre elas um curso de Português como Língua de Acolhimento. A exemplo do ocorrido em Jaguariúna, o curso de PLAc oferecido pela Prefeitura Muni-

cipal de Americana concretizou-se como uma experiência-piloto, com carga didática de 60h, e aulas ministradas duas vezes por semana, no período noturno. Tendo sido noticiado em várias mídias do município, o curso foi relatado como uma política de alta relevância, conforme se vê na matéria a seguir¹⁰ (grifos nossos):

Inicialmente, fazemos notar como, em quase todo o texto (1o., 3o., 4o. e 5o. parágrafos), são citados diferentes agentes que

Campinas e de Piracicaba, cujo objetivo é planejar e implementar ações para o combate ao trabalho escravo no contexto de migração e refúgio. Tal Rede conta com a participação de procuradores do Ministério Público do Trabalho, de funcionários dos CRAS de cidades da RMC e da RMC de Piracicaba, do Grupo de Acolhimento em Línguas (GAL) e da Diretoria Executiva de Direitos Humanos (DeDH) da Unicamp.

¹⁰ Disponível em: <https://www.americana.sp.gov.br/americana-index.php?a=noticia&id=29425>. Acesso em: 11 nov. 2023.

MOÇÃO Nº 120/2023

A
Câmara Municipal de Jaguariúna,

Moção de Congratulação e Louvor ao Programa de Comunicação sem Fronteiras, que oferece aulas gratuitas de língua Portuguesa para migrantes estabelecidos em Jaguariúna. O mundo vive hoje um cenário de guerra e desajuste sociais, isto tem trazido para todos os Países consequências no que se refere ao acolhimento de migrantes, que procuram sua sobrevivência social e econômica. O Brasil tem recebido vários Estrangeiros nestas condições, aqui em Jaguariúna a grande maioria é de Haitianos, tendo Cubanos e Venezuelanos, num total de 174 migrantes residentes na cidade. Desde 2021, a Prefeitura, por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Cruzeiro do Sul, realiza atendimento aos migrantes. Este Programa é uma parceria da Prefeitura de Jaguariúna através das Secretarias de Assistência Social, Secretaria da Educação e Unicamp, através da professora Ana Cecília Cossi Bizon, do Instituto de Estudo da Linguagem.

Diante do exposto, apresento à Mesa, depois de dispensar às formas de praxe e ouvir o Douto Plenário, Moção de Congratulação e Louvor ao Programa de Comunicação sem Fronteiras.

Havendo a aprovação desta Moção, seja a mesma encaminhada as seguintes Secretarias:

- ✓ **Secretaria de Assistência Social**
- ✓ **Secretaria de Educação**
- ✓ **Instituto de Estudo da Linguagem da Unicamp**

Câmara Municipal de Jaguariúna, 06 de novembro de 2023.

a. VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA- SILVA
Cópia conforme o original apresentado nesta Edilidade, em Sessão Ordinária realizada em 07 de novembro de 2023.
Câmara Municipal de Jaguariúna, 08 de novembro de 2023.

VEREADOR ROMILSON SILVA
Presidente

⁷ Importante registrar que, para a concretização da perspectiva multilíngue, transcultural (e multinível) do curso de PLAc, foi adotada a Coleção Vamos Junto(a)s! Curso de Português como Língua de Acolhimento, que se encontra disponível no site do NEPO: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/colecao-vamos-juntosas/>.

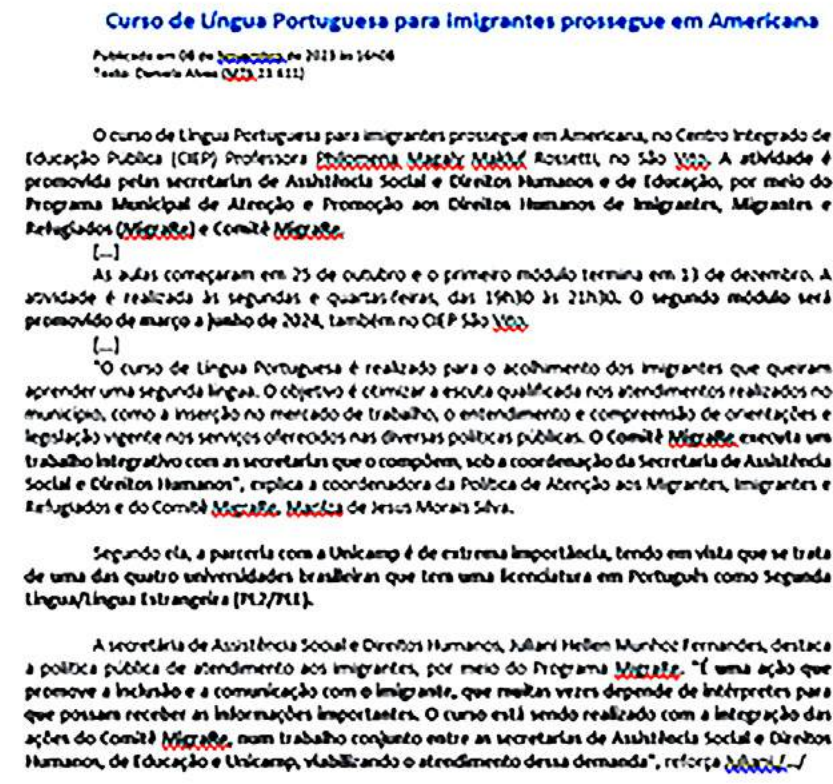
⁸ Disponível em: <https://jaguariuna.sp.leg.br/mocao-120-23/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

⁹ Vale dizer que essa funcionária é líder da Rede de Promoção do Trabalho Decente para Imigrantes das Regiões Metropolitanas de

operam em diversas instâncias sociais, o que, a nosso ver, indica o quão necessários são o diálogo e a cooperação que a política pública em questão exigiu: Secretarias de Assistência Social e Direitos Humanos, Secretaria de Educação, Comitê MigraRe e Unicamp. É possível perceber a imbricação das verticalidades com as horizontalidades, representadas por essas diferentes instâncias sociais, lembrando que os eixos vertical e horizontal não formam duas partes homogêneas de uma simetria, sendo perpassados um pelo outro (Bizon; Camargo, 2018).

Igualmente significativa é a importância dada à parceria com a Unicamp pelo fato de ser uma das quatro universidades do país a oferecer um curso de graduação em Letras com Habilitação em Segunda Língua/Língua Estrangeira. Pode parecer uma menção muito rápida, mas, a nosso ver, trata-se do reconhecimento de que a política pública não pode ser uma decisão que cabe às instâncias hegemônicas/oficiais, lançando luz no papel que desempenham as horizontalidades na eficácia de políticas verticais.

A afirmação de que haverá um segundo módulo do curso de PLAc (2o. parágrafo) nos parece um indicativo de que a forma mais bem sucedida de realizar políticas públicas é no atravessamento dos dois eixos, convocando à agência os diversos atores sociais.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ilustração de políticas públicas executadas por 4 municípios com a parceria do GAL aponta para um horizonte de esperança em que ações voltadas a migrantes de crise podem deixar de se limitar ao voluntariado. É justamente por serem demandantes de políticas públicas que migrantes de crise, direta ou indiretamente, podem provocar o deslocamento de ações originadas no “espaço banal” (Santos, 2001) para o espaço institucional. Um movimento de encontro e imbricação dos eixos, formando um espaço em que as políticas sejam oficiais/institucionais sem excesso de burocratização e responsivas a múltiplas racionalidades, sem a predomi-

nância da lógica econômica.

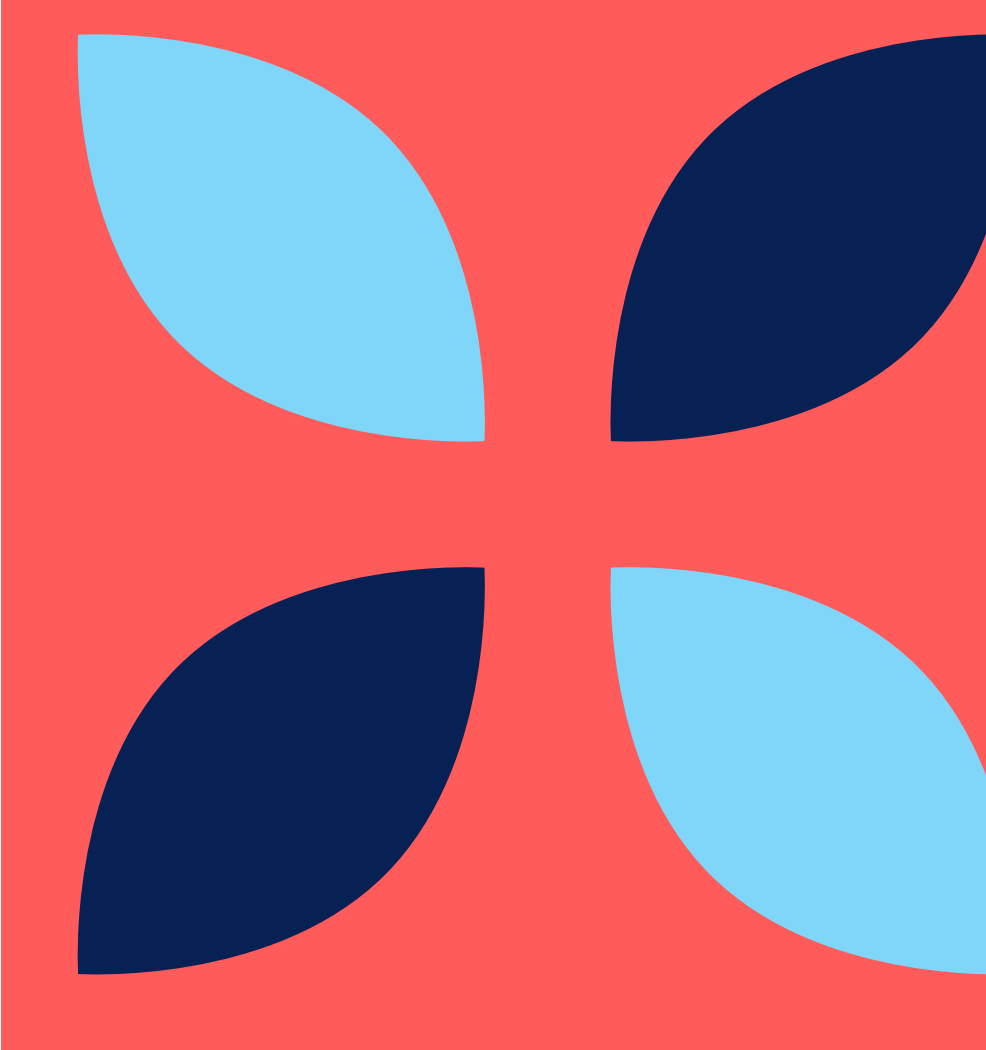
É importante ressaltar que migrantes de crise necessitam de acolhimento na forma de política, pois, como o movimento que eles impulsionam nos faz ver, esses cidadãos podem e devem ser vistos como potenciais agentes de transformação social, trazendo contribuições para toda a sociedade. Defendemos que migrar é um direito humano, assim como desenvolver-se na sociedade receptora, e advertimos que, pouco provavelmente, a “face perversa da globalização” (Santos, 2001) vai deixar de gerar crises e, portanto, de causar deslocamentos humanos; se, hoje, os migrantes são os outros, amanhã, podem ser cada um de nós. Ao garantirem

seus direitos por meio de políticas públicas, os migrantes não atuam apenas em benefício próprio, mas no de todos os cidadãos, lembrando que “fazer por eles, é fazer por mim” (Camargo, 2021).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, R. S. O ensino de português como língua de acolhimento para refugiados. Revista da Sociedade Internacional Português Língua Estrangeira, v. 4, n. 2, 2013. Disponível em: http://www.siple.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=309:oensino-de-portugues-comolingua-de-acolhimento-para-refugiados&catid=70:educacao-7&Itemid=113.
BAENINGER, R. A.; PERES, R. G. Migração de crise: a imigração haitiana para o Brasil. Revista Brasileira de Estudos da População, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 119-143, jan./abr. 2017.
BAENINGER, R. et al. (Orgs.). Migrações Sul-Sul. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.
BIZON, A. C. C. Narrando o exame Celpe-Bras e o convênio PEC-G: a construção de territorialidades em tempos de internacionalização. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 2013. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/911713>.
BIZON, A. C.; CAMARGO, H. Acolhimento e ensino da língua portuguesa à população oriunda de migração de crise no município de São Paulo: por uma política do atravessamento entre verticalidades e horizontalidades. In: 249 BAENINGER, R. et al. (Orgs.). Migrações Sul-Sul. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacao/migracoes-sul-sul/>. Acesso em: 15 nov. 2023.
BIZON, A. C. C.; DEUS, V. C. Acolhimento a crianças migrantes e suas famílias em Centro de Educação Infantil. In: BAENINGER, R. A. et. al. Atlas Temático Populações Vulneráveis: Trabalho Infantil. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO)/Unicamp, 2021, v.1, p. 20-40. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacao/atlas-populacoes-vulneraveis-trabalho-infantil/>. Acesso em: 15 nov. 2023.
BIZON, A. C. C.; SAINTIL, S. A. R.; DEUS, V. C. Cartilha bilingue português-crioulo haitiano: diretrizes para retorno às aulas presenciais em Centro de Educação Infantil. In: BAENINGER, R. A. et. al. Atlas Temático Populações Vulneráveis: Trabalho Infantil. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO)/Unicamp, 2021, v.1, p. 41-50. Disponível em: ht-

[tps://www.nepo.unicamp.br/publicacao/atlas-populacoes-vulneraveis-trabalho-infantil/](https://www.nepo.unicamp.br/publicacao/atlas-populacoes-vulneraveis-trabalho-infantil/). Acesso em: 15 nov. 2023.
CAMARGO, H. R. E. Diálogos transversais: narrativas para um protocolo de encaminhamentos para políticas de acolhimento a migrantes de crise. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 2019.
CAMARGO, H. R. E. “Fazer por eles é fazer por”: acolhimento como ato de (des)reterritorialização. Travessia - Revista do Migrante, São Paulo, ano XXXIV, n. 91, p. 133-145, maio/ago. 2021.
GOROVITZ, S. A mediação linguística como garantia de direitos no Brasil. In: CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DA AMÉRICA LATINA (Org.). Tradução humanitária e mediação cultural para migrantes e refugiados. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2021, p. 69-73. Disponível em: <https://memorial.org.br/wpcontent/uploads/2021/06/Tradu%C3%A7%C3%A3o-humanit%C3%A1ria-e-media%C3%A7%C3%A3o-cultural-paramigrantes-e-refugiados.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2023.
OLIVEIRA, G. M.; SILVA, J. I. Quando barreiras linguísticas geram violação de direitos humanos: que políticas linguísticas o Estado brasileiro tem adotado para garantir o acesso dos imigrantes a serviços públicos básicos? Gragoatá, Niterói, v.22, n. 42, p. 131-153, jan.-abr. 2017.
PEREIRA, J. C. A. Abdelmalek Sayad: a imigração, sua provisoriedade e seus paradoxos. Travessia - Revista do Migrante, São Paulo, ano XXXII, n. 85, p. 3-6, jan./abr. 2019.
SANTOS, M. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.
WALLERSTEIN, I. The modern world system: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the 16th century. v. 1. Nova York: Academic Press, 1974.





RECEPÇÕES EXPULSIVAS E A HIPERMOBILIDADE DA MIGRAÇÃO HAITIANA: INVESTIGAÇÕES ETNOGRÁFICAS

Thauany V.B. P. Freire

Thauany Freire
Doutoranda em Geografia Humana na USP. Sua pesquisa (FAPESP | 20/06119-3), investiga as dinâmicas da territorialização da migração haitiana na metrópole de São Paulo. Atualmente, ela é pesquisadora visitante no Center for Place, Culture, and Politics (CUNY, New York), sob a orientação da Prof. Ruth W. Gilmore, e desenvolve atividades de pesquisa no Department of Latin American & Latino Studies (UIC, Chicago) sob a orientação de Soledad Álvarez Velasco. Seu período de estágio no exterior é financiado pela FAPESP (23/05169-5). Concluiu graduação e mestrado no Depto. de Geografia da USP, se dedicando a compreender o nexo entre deslocamentos populacionais e a reprodução do urbano capitalista. Participa do Observatório das Migrações de São Paulo e do grupo de pesquisa Geografia urbana: a vida cotidiana e o urbano.

INTRODUÇÃO

Em junho de 2020, diversas reportagens passaram a veicular o caso de pessoas haitianas que, após terem percorrido longas e arriscadas travessias terrestres, foram detidas por agentes de controle migratório ao alcançarem a fronteira entre o México e os Estados Unidos. Uma das reportagens chamava a atenção para o fato de que 24% das pessoas na região de Darien, em trânsito para os EUA, tinham iniciado suas rotas no Brasil (Gutierrez, 2021). Outras matérias, por sua vez, noticiavam os problemas diplomáticos e humanitários envolvidos na situação das crianças brasileiras que, junto de seus pais, foram forçadas à deportação para o Haiti (Sanchez, 2021; “Quase 50 crianças brasi-

leiras, filhas de haitianos, já foram deportadas pelos EUA, ONU News”, 2021; Veloso, 2022; “Haitians Being Returned to a Country in Chaos”, 2022). Os veículos midiáticos colocavam em questão, assim, a posição do Brasil como um país de trânsito migratório para o Norte - fenômeno que passou a ganhar análises cada vez mais profundas e detalhadas no campo dos estudos migratórios (Miranda, 2021; Diémé, Tonhati e Pereda, 2020; Jesus, 2020) .

O trânsito de haitianos entre o Brasil e a América do Norte faz parte da dinâmicas territoriais recentes da migração haitiana, notadamente caracterizada pela oscilação entre a hipermobilidade migratória¹ e o confinamento (Álvarez Velasco, 2021; Leite e

Giavarotti, 2020). Por um lado, políticas migratórias de matriz securitária e racial (Valdez, 2016) são postas em ação em diversos países, sobretudo no Norte Global, dificultando a regularização migratória, o ingresso e a permanência de pessoas haitianas em seus territórios. Com frequência, “as políticas de controle também confinam migrantes a interromper seu processo de mobilidade” (Álvarez Velasco, 2021), produzindo a *imobilidade forçada* [Ibdem.] de migrantes em campos de espera e detenção. Por outro lado, a manutenção da ordem mundial capitalista segue agravando as crises sociais, políticas e econômicas no Haiti (Pierre-Charles, 1990; Seguy, 2015, 2014) exigindo da população a contínua aposta

na migração para o exterior², e, levando-a, portanto, a incluir novas possibilidades de destino em seus horizontes.

No entanto, ao agenciar estratégias de migração para novos espaços de mobilidade, pessoas haitianas têm encontrado múltiplas dificuldades para aí permanecer e realizar seus projetos migratórios, sendo levadas, assim, a um contínuo movimento de reemigração, que aqui conceituo a partir do termo *hipermobilidade migratória*. Como veremos, essa qualidade hipermóvel da mobilidade haitiana atual não compreende apenas projetos que miram o Norte Global, mas um conjunto mais amplo de agenciamentos migratórios em múltiplas direções e escalas, então movidos para garantir condições de sobrevivência e de existência social.

A partir de dados etnográficos por meio de entrevistas em profundidade, conversas diárias e observação participante junto do cotidiano de homens e mulheres haitianas moradores/as da Zona Leste da cidade de São Paulo – problematizaremos as determinações sócio-raciais que, em diferentes sociedades de destino, levam nossos interlocutores a agenciar deslocamentos sucessivos. A base metodológica de nossa pesquisa é formada por entrevistas

em profundidade realizadas com homens e mulheres haitianas entre 2021 e 2023. Nossa investigação lançou mão de uma ampla série de entrevistas e aproximações etnográficas junto de um mesmo grupo de interlocutores pelo período de dois anos, procurando analisar diversos fatores atuantes nas transformações de suas mobilidades migratórias, bem como nos modos como refletem sobre suas experiências na metrópole de São Paulo. Em alguns casos, as entrevistas têm ocorrido por celular, acompanhando seus deslocamentos e processos migratórios em outros destinos. Nessas interrogações nascem das experiências daqueles migrantes transnacionais (Feldman-Bianco, 2018; Glick Schiller; Basch ; Blanc-Szanton, 1995, 1992) que procuram e se engajam para construir condições de permanência e fixação em diferentes destinos, sem, contudo, encontrá-las de forma satisfatória.

DESTINOS ALTERNATIVOS E OS HORIZONTES AO NORTE

Diante dos processos globais - que a um só tempo dificulta a permanência nos destinos historicamente mais almejados e impele à continuidade da emigração - pessoas haitianas passam a agenciar novas maneiras de levar adiante

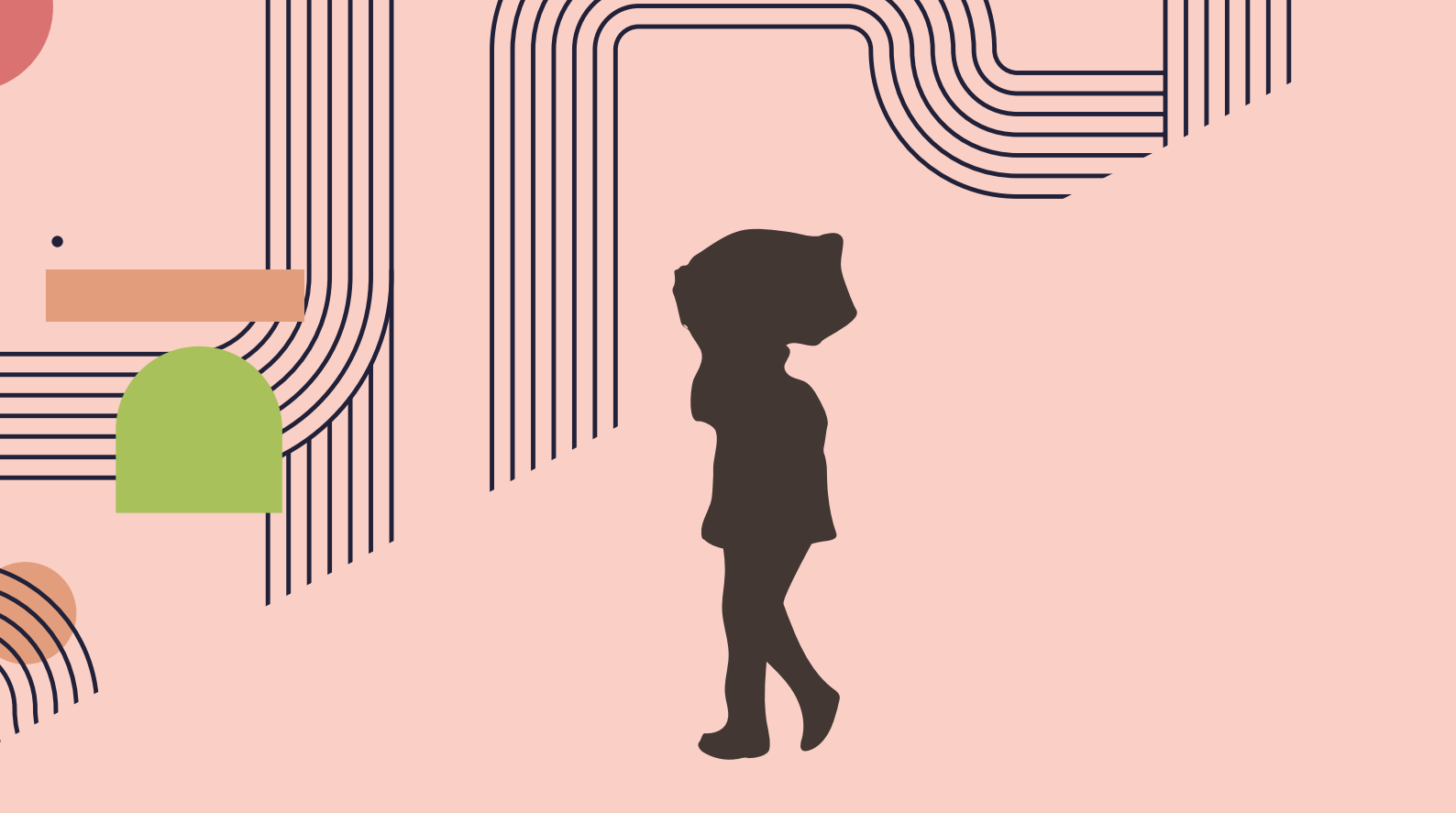
suas aspirações migratórias, recalculando rotas e concebendo novas possibilidades de destino. É nesse contexto, portanto, que o Brasil e outros países da América do Sul passaram a figurar, desde o final dos anos 2000, como possíveis espaços de mobilidade para homens e mulheres haitianas (Baeninger e Peres, 2017; Joseph, 2017; Cotinguiba, 2014). Diante da entrada desse novo conjunto de países na geografia da mobilidade haitiana, emergem muitas interrogações sobre qual posição cada país ocupa nos planos migratórios das pessoas haitianas e em que medida compreendem espaços de trânsito ou destinos finais desse grupo migratório. A pergunta se torna pertinente porque muitos desses países, incluindo o Brasil, se apresentam de maneira ambígua na trajetória de migrantes haitianos/as: ao mesmo tempo são destinos - senão permanente, ao menos de curto a longo prazo - e espaços de passagem a partir do qual haitianos e haitianas agenciam projetos de reemigração para outros destinos, em geral, ao Norte Global.

No âmbito desta questão, diversos pesquisadores têm chamado a atenção para fenômenos que revelam a circularidade “em etapas” de haitianos e haitianas em direção ao Norte Global. Alex Dias

1 A noção de hipermobilidade é de uso corrente entre autores/as que procuram qualificar as formas espaço-temporais dos fluxos de capital e trabalho no interior daquilo que denominam de capitalismo global (Ohmae,1996 in Sassen, 2020; Hudson e Lewis, 1985). Neste artigo, lanço mão do radical hiper e elaboro o conceito de hipermobilidade migratória para caracterizar o recente aumento em escala, ritmo e intensidade dos movimentos migratórios vividos por pessoas haitianas em diáspora.

2 Nesse âmbito, é importante ressaltar que não apenas uma grande parte da população precisa vincular seu próprio horizonte de vida ao ato migratório, mas também que grande parte da população que permanece no país precisa vincular sua capacidade de sobrevivência e existência social às remessas financeiras daqueles e daquelas que partem rumo a outro país. A bibliografia sobre a importância das remessas para a reprodução social do Haiti tem sido nomeada de “síndrome emigratória”(Baeninger & Magalhães, 2014).





de Jesus (2020), por exemplo, destaca que “as dificuldades de ingresso nos destinos prioritários da migração haitiana provocaram o surgimento de uma migração por etapas” (Jesus, 2020, p. 259), caracterizando uma dinâmica em que a residência temporária em determinados países do Sul Global precisa ser usada para alcançar os destinos almejados. Os antropólogos Ermitte St. Jacques (2001) e Louis Bertin (2015), por sua vez, concluem que, recentemente, países caribenhos adquiriram um status de “escada” para imigrantes haitianos, modulando um processo no qual “os países

mais pobres enviam migrantes para os menos pobres, e os países menos pobres enviam migrantes para as nações industrializadas” (St. Jacques, 2001, p.7 In Louis, 2015: p 58).

Essa característica “em etapas” da mobilidade haitiana fica evidente, sobretudo, nos casos daquelas pessoas cujo objetivo de seguir ao Norte foi previamente calculado, tornando os períodos vividos em destinos alternativos ao Sul Global parte de um percurso maior em direção a um destino final. Também fica evidente nos casos em que contratempos e imprevistos ao longo das rotas

em direção aos países desejados forçaram uma espera em países periféricos de duração maior do que a prevista (ver Joseph, 2015; Cotinguiba; Cotinguiba, 2016; Mamed e Lima, 2016). No entanto, metodologias de campo baseadas em entrevistas em profundidade³ e inspiradas pelo método longitudinal – três ou mais ciclos de entrevistas realizadas com as mesmos/as interlocutores/as ao longo de dois anos - mostram que as visões de pessoas haitianas sobre os espaços por onde passam mudam ao longo de suas experiências migratórias e que muitas delas, em diferentes momentos

de suas vidas, apostam seriamente na permanência indefinida e na realização de projetos migratórios em países da América do Sul.

A noção de *etapa*, nesses casos, pode se mostrar insuficiente pois, ao caracterizar uma forma de mobilidade prévia e fixamente programada, oculta o fato de que muitas vezes os planos de trânsito para o Norte são gerados por tentativas frustradas de permanência e realização de planos de vida em diferentes outros destinos. Nesse sentido, para além de considerar como o Norte Global opera enquanto centro gravitacional da mobilidade desse contingente migratório, torna-se importante rastrear, nas experiências e nas ideias das pessoas haitianas, uma dinâmica mais ampla de hiper-mobilidade migratória que, ao ser impulsionada por frustrações e adversidades, envolve deslocamentos espaciais consecutivos e em múltiplas direções.

Buscando compreender qual o lugar do Brasil dentro da mobilidade haitiana, a pesquisa de Dieme, Tonhati e Pereda (2020) conclui que o Brasil é visto por pessoas haitianas como um “Norte alternativo”, ou seja, um país possível de se escolher ao invés de um país do Norte Global. Embora menos desenvolvido do

que aqueles, o Brasil é percebido como capaz de responder a certas expectativas de formação educacional, inserção laboral e também de oferecer uma vida com maior segurança do que aquela experimentada no Haiti. Alguns de nossos achados de pesquisa também revelam que algumas famílias haitianas consideram a oferta gratuita de serviços de saúde e os programas de assistência social qualidades que fazem do Brasil um destino desejável.

Os pesquisadores (Ibdem.) também observaram que haitianos e haitianas situam o Brasil em suas experiências de mobilidade como um espaço de passagem. Concluem, assim, que além de alternativo, o país é um “Norte temporário” para muitos/as haitianos/as (Ibdem.). As pessoas entrevistadas por eles mencionavam, por exemplo, que as incertezas no mundo do trabalho, as dificuldades de ascensão profissional-salarial e a impossibilidade de conciliar estudos e rotina de trabalho os/as levavam a buscar a realização de suas aspirações em outros países. No entanto, a experiência aqui vivida não era vista como um mero fracasso, mas como uma tática para acumular condições e “capitais de mobilidade” (Oliveira e Kulatis, 2017 in Ibdem.: p. 141) ne-

cessários para alcançar destinos ao Norte.

Essa posição do Brasil em relação ao Norte Global se deve ao fato de que no mundo social haitiano há uma relação indissociável entre as práticas e conceitos organizadores da diáspora e o imaginário em torno dos países centrais do capitalismo. Handerson Joseph (2015a) formula essa ideia destacando a conexão intrínseca, existente no universo haitiano, entre as categorias *dyaspora* e *peyi blan*⁴. O autor chama atenção para o modo como o adjetivo *blan* se situa dentro das categorias haitianas nativas designando tudo o que aparece como sendo o outro do Haiti, tais como pessoas, lugares e objetos próprios de um mundo modernizado e economicamente desenvolvido. tanto quanto um espaço geográfico, formam também um “espaço simbólico imaginado, praticado e vivido”, (Joseph, 2015a, p.70), notadamente idealizado por muitas pessoas em mobilidade como uma utopia e sonho a alcançar. Nesse contexto, todos os demais países fora do centro capitalista são considerados *pa peyi blan* (literalmente, “não-países brancos”), ou ainda, *ti peyi* (literalmente, pequenos países), por não possuírem os atributos próprios de um

³ A base metodológica de nossa pesquisa é formada por entrevistas em profundidade realizadas com homens e mulheres haitianas entre o final de 2021 e o final 2023. Nossa investigação lançou mão de uma ampla série de entrevistas e aproximações etnográficas junto de um mesmo grupo de interlocutores pelo período de dois anos, procurando analisar diversos fatores atuantes nas transformações de suas mobilidades migratórias, bem como nos modos como refletem sobre suas experiências na metrópole de São Paulo. Em alguns casos, as entrevistas têm ocorrido por celular, acompanhando seus deslocamentos e processos migratórios em outros destinos.

⁴ Dyaspora é uma palavra em crioulo haitiano e também uma categoria nativa haitiana com múltiplos sentidos sociais, usada de forma prática para nomear tanto pessoas que migram para o exterior, retornam para o Haiti e se reencaminham para o exterior, como também objetos, dinheiro, casas e ações por elas providenciadas (JOSEPH, 2015b). A tradução literal de *peyi blan* é país(es) branco(s) e seu uso é dirigido aos países europeus e da América do Norte (Ibdem.).

país desenvolvido – rendimentos em moeda forte, paisagens urbanas que denotam riqueza, mercadorias industrializadas de qualidade, clima temperado etc.

Vale ressaltar, no entanto, que o lugar do Norte Global no imaginário diaspórico haitiano não é um dado imanente e essencial à cultura do país caribenho, sendo, ao contrário, resultado de dinâmica produzida historicamente por uma forma social na qual a socialização pelo trabalho e pelo dinheiro é uma mediação imperativa da existência social e subjetiva dos indivíduos (Postone, 2014). Uma vez que as condições salariais e de trabalho predominam entre os critérios organizadores da “atratividade” migratória de cidades e países, a hierarquia dos espaços desejados irá replicar as hierarquias da economia global.

DESLOCAMENTOS SUCESSIVOS E EM MÚLTIPLAS DIREÇÕES

Nossas pesquisas de campo mostram que, nas últimas décadas, as experiências de frustração vividas nos *ti peyi* não reforçaram apenas o clássico plano de migrar para o Norte, mas incluíram também projetos de reemigração entre diferentes países do Sul Global. É o caso, por exemplo, de N., que partiu para o Equador em 2008 com o objetivo de cursar o ensino superior, mas deparando-se com a impossibilidade de rea-

lizá-lo e sofrendo cotidianamente com agressões de viés antinegro em Quito, decidiu redefinir seus planos e partiu para o Brasil em 2010. Há também o caso de C., que ao se frustrar com as condições salariais vividas no Brasil entre 2014 e 2017, migrou para o Chile, e após novas frustrações laborais lá vividas, retornou para o Brasil em 2018, onde viveu mais 2 anos antes de decidir partir para os Estados Unidos. Casos como esses, onde um ou mais projetos de migração são postos em ação em busca das condições esperadas, são comuns e perfazem a dinâmica de circularidade da migração haitiana entre diversos países do Sul Global.

Após já terem tentado a vida em um ou mais países sul-americanos anteriormente, diversas motivações mais imediatas levam nossos/as interlocutores/as a querer alcançar um novo destino. Entre aqueles que vieram de países como Chile e Equador, apareceram como motivos expulsivos a recorrência sistemática da antinegitude cotidiana, os baixos salários e o alto custo de vida. A Guiana Francesa, por sua vez, tem sido frequentemente descrita como um país cujo governo *não gosta de haitiano*, dado que, além da também presente xenofobia racializada (Oliveira e Faustino, 2022), aí persistem as dificuldades de regularização migratória e as dificuldades de inserção labo-

ral e social que a indocumentação produz em suas vidas cotidianas. No Suriname e na República Dominicana – dois outros espaços frequentes nas trajetórias pregressas de meus interlocutores – foram relatadas, mais uma vez, violências diretas e indiretas de conteúdo antinegro-xenofóbico, a falta de oportunidades nos mercados regulares de trabalho e o baixo valor das moedas locais.

Motivações semelhantes estão presentes nas ideias de migrantes haitianos/haitianas que desejam deixar o Brasil para alcançar outros destinos. Dentre as principais queixas, estão os baixos salários, as impossibilidades de ascensão salarial e profissional, e a desvalorização do real, que torna impossível o envio de montantes financeiros significativos para seus parentes no Haiti. Assim como acontece em outros países, muitos jovens haitianos que vieram com a intenção de estudar e se qualificar profissionalmente têm suas expectativas frustradas já nos primeiros anos de chegada ao perceberem a quase impossibilidade em conciliar o custo e o tempo dos estudos com jornadas extenuantes de trabalho. Não raramente, o Brasil aparece como o destino alternativo no qual se esgotaram as últimas tentativas de realização migratória antes de seguir para o Norte – sendo menos frequente, embora não raros, projetos de reemigração para países



latino-americanos.⁵

É preciso ressaltar, ainda, que, além da mobilidade sucessiva entre diferentes países, existe a mobilidade interna de haitianos/as dentro do território brasileiro. Baeninger e Pires (2017) chamaram a atenção para o modo como a migração interna se apresenta como uma especificidade da mobilidade deste grupo migratório, descrevendo como as entradas pelas fronteiras foram sucedidas pela alocação laboral em cidades do Sul e Sudeste do país.

Além desses movimentos iniciais que perfaziam as rotas iniciais de entrada e ingresso de haitianos/as no mercado de trabalho brasileiro, pesquisadores observam “tendências de migração interna das grandes para as pequenas cidades dos estados do Sul do Brasil, onde os serviços (aluguel, transporte, saúde, escola etc.) são mais acessíveis e baratos” (Oliveira, 2016, p. 78-79).

Nossas pesquisas de campo realizadas em São Paulo também mostram que a migração interna

se dá com frequência entre esta cidade, outros municípios do interior e cidades do Sul do país⁶. Não raramente observamos casos em que, ao se depararem com as condições degradantes de trabalho nas agroindústrias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, migrantes haitianos se dirigem para São Paulo à procura de outras formas de emprego. Inversamente, há também casos daqueles/daquelas que se dirigem para cidades do interior do estado ou para cidades da região Sul tendo

5 Uma reportagem da Folha de São Paulo, publicada em 2016, destacou os casos de imigrantes haitianos que “para fugir da crise brasileira”, partiram de ônibus para cidades chilenas em busca de melhores alocações no mercado de trabalho e salários mais altos. O recorte espacial do nosso campo, no entanto, nos permitiu contato apenas com homens que fizeram o percurso de ida e de retorno, indo do Brasil ao Chile em um certo período, e após decepções, retornaram para o Brasil. Matéria disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1768958-para-fugir-da-crise-haitianos-trocam-o-brasil-pelo-chile.shtml>

6 A escassez de registros de entradas e saídas entre os estados não nos permite mensurar as intensidades e as escalas recentes da mobilidade interna de haitianos dentro do Brasil e outros territórios nacionais. Procuramos dimensionar esta realidade a partir de pesquisas qualitativas baseadas em convívios etnográficos, conversas informais e entrevistas em profundidade.

em vista formas menos instáveis de alocação laboral nas indústrias e de menores custos de vida. Em geral, trata-se daquele grupo de migrantes que em São Paulo viam de ocupações autônomas e informais, marcadas pela instabilidade da remuneração e longos períodos de desocupação. Além dessas situações, também constatamos casos de pessoas que retornaram para São Paulo após terem migrado para outros estados sem sucesso em suas buscas.

Essas diferentes escalas espaciais e direções que compõem a hipermobilidade migratória das pessoas haitianas revela que as condições salariais, de trabalho e de moradia com as quais elas são recebidas nos seus múltiplos destinos funcionam como forças expulsivas que as empurram para um padrão de contínuo e sucessivo de deslocamentos espaciais. Ou seja, as sucessivas passagens de um espaço a outro não têm apenas como horizonte o Norte Global, mas compõem uma trajetória complexa, multiescalar e multidirecional marcada pela contínua busca por realizações e aspirações que, na maioria dos espaços por onde passam, tem suas possibilidades de realização cerceadas.

SEMPRE À PROCURA

Durante minha pesquisa de campo, tenho entrevistado e convivido com muitas pessoas que, apesar das dificuldades financeiras

vidadas no Brasil, sustentam a intenção de aqui permanecer por um tempo indefinido. Muitas delas, por exemplo, investem no sonho do imóvel próprio comprando um terreno e se organizando para construir suas casas, projetam o futuro educacional e profissional dos filhos nas cidades onde vivem e planejam a chegada de pais, filhos e irmãos com a intenção de envelhecerem aqui juntos. Em geral, são pessoas que enxergam com desconfiança a ideia de que nos Estados Unidos as condições de vida das pessoas haitianas são melhores. Ainda assim, ao longo de uma série longitudinal de entrevistas em profundidade – ou seja, que acompanha as mesmas pessoas ao longo de um período de tempo, no caso dois anos –, percebemos a invariável aparição de um horizonte – às vezes mais, às vezes menos vago – de reemigração. Ou seja, diante das frustrações, da piora das condições de vida ou da aparição de oportunidades melhores em outros lugares, a busca por um novo destino poderá ser mais seriamente considerada. Observamos, portanto, que a ideia de seguir procurando um destino melhor está permanentemente na órbita da mobilidade haitiana e é para onde o imaginário das pessoas converge quando as experiências vividas no presente se apresentam adversas e insatisfatórias.

De acordo com L., homem haitiano de 35 anos que chegou em

São Paulo no ano de 2017, os haitianos estão *sempre à procura de oportunidades*:

Estou no meu trabalho há 5 anos, mas não vou ficar lá não. Não quero trabalhar num trabalho que me humilha. Minhas férias são mês que vem. Depois quando eu voltar, vou sair. Não sei como vai ser. Você sabe que a maioria já saiu do Brasil? (...) Penso em partir no ano que vem. Não sei. (...) Nós, haitianos, estamos sempre à procura de oportunidades.

L. generaliza sua própria condição para aquela do povo haitiano com quem compartilha não só um território de origem mas também conteúdos particulares de uma experiência migratória marcada pela permanente busca por oportunidades. Ao justificar as razões pelas quais tem pensado em partir para os Estados Unidos, ele destaca o comportamento desrespeitoso do seu patrão e explica que o principal problema do Brasil é o salário insuficiente para pagar transporte, aluguel, comprar comida para a família. L. também conta que já está há bastante tempo sem enviar dinheiro para sua mãe no Haiti, descumprindo assim um de seus principais objetivos migratórios.

O sempre no enunciado de nosso interlocutor merece atenção, pois, se por um lado, conota o exagero típico das forças de expressão, por outro, é um advérbio usado de

forma precisa para qualificar uma busca que nunca se completa. Esta segunda significação representa uma ideia recorrente entre homens e mulheres haitianas com quem tenho conversado em campo: a ideia de que, com frequência, as condições presentes de vida de haitianos e haitianas são negativas e/ou insatisfatórias, fazendo com que a realização do projeto migratório seja sempre e consecutivamente adiada para o futuro. Um futuro que se apresenta também na forma de um destino espacial a alcançar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

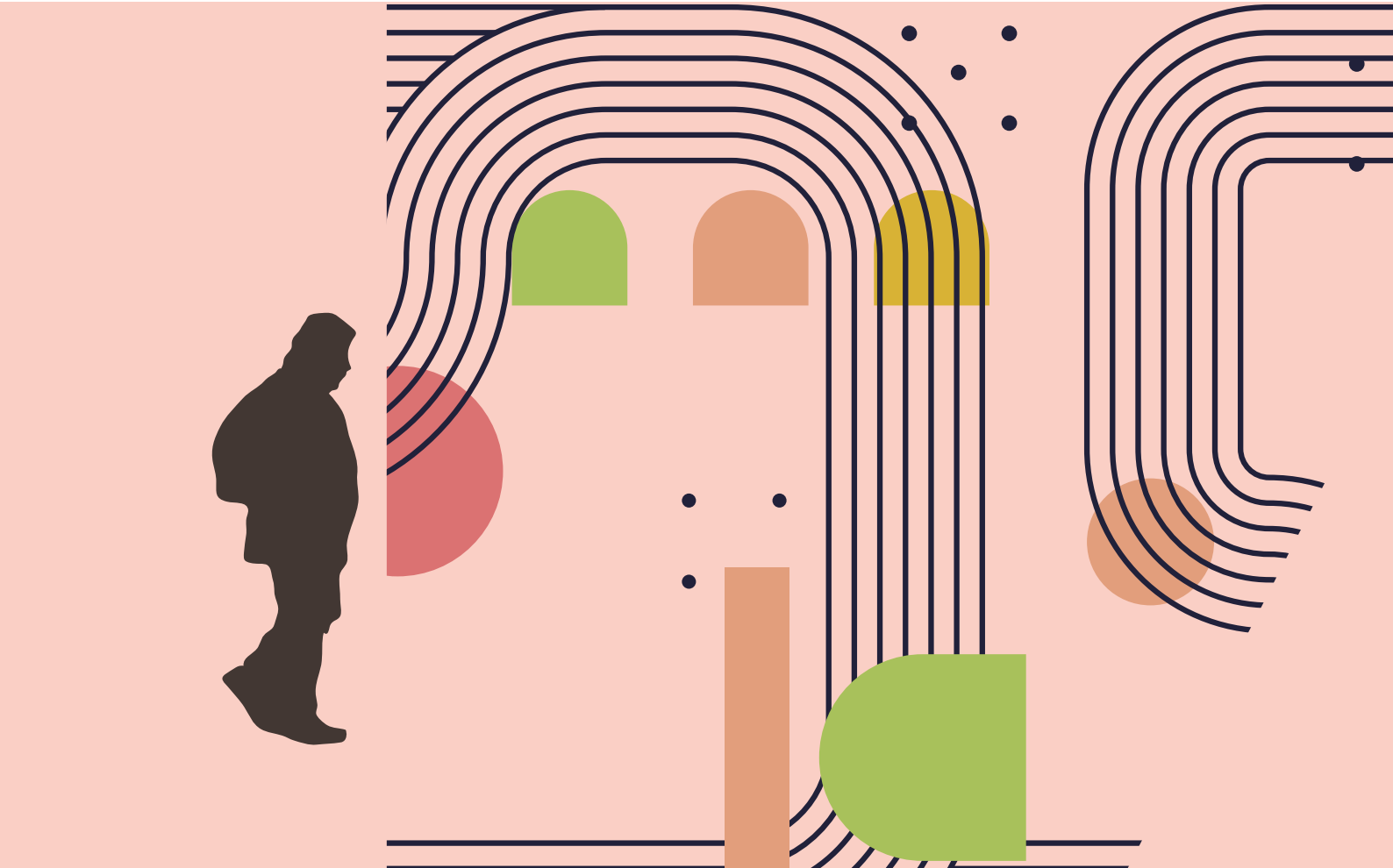
Ao refletirem sobre suas perspectivas de presente e futuro,

nossos interlocutores trazem à tona o fato de que as estruturas competitivas e racializadas do mundo do trabalho e da vida cotidiana inviabilizam a realização de suas aspirações migratórias, e, em muitos casos, dificultam condições de existência digna nas cidades de recepção. Em outros termos, nossos dados etnográficos apontam para o caráter expulsivo das formas pelas quais migrantes haitianos têm sido recebidos no mundo do trabalho e na vida social de diferentes sociedades de destino. Esta realidade, por sua vez, os leva a agenciar sucessivos processos de reemigração, conformando uma dinâmica migratória que pode ser descrita pelo

conceito de hipermobilidade.

Nossas pesquisas etnográficas revelam, ainda, que apesar dos países centrais serem os principais depositários das expectativas de realização migratória das pessoas haitianas, os deslocamentos espaciais por elas agenciados têm múltiplas escalas, direções e durações. Não raramente, migrantes planejam e desejam a permanência em diversas cidades sul-americanas, mas ao se encontrarem em condições precárias de sobrevivência e de existência social no presente, precisam imaginar novos futuros e procurar oportunidades em outros espaços.

Ao problematizarmos a característica hipermóvel da mobilidade





haitiana, não nos interessa questionar porque o Brasil e outros países não têm sido destinos dignos do enraizamento permanente e fiel de migrantes. Ou seja, assim como a perspectiva das transmigrações (Glick Schiller, N; Basch, L; Blanc-Szanton, 1995; 1992), vamos na contramão daquelas análises que alimentam expectativas de assimilação e lamentam o fato de que migrantes internacionais não se fidelizam exclusivamente à cultura e aos modos de vida das nações receptoras (Ibdem.). Nosso questionamento nasce, como já analisado antes, da perspectiva daqueles migrantes internacionais que desejam construir condições de permanência em diferentes destinos – mesmo que

simultaneamente à manutenção de vínculos com outros países – sem, contudo, conseguir.

Torna-se fundamental, portanto, analisar criticamente os fundamentos dos processos globais que têm transformado a população haitiana numa força de trabalho global entremediada na situação oscilante entre hipermobilidade e imobilidade. Tais processos envolvem desde os mecanismos expulsivos que agem no território haitiano sob os imperativos históricos da territorialização do capital neste país (que incluem colonização, escravidão, ocupação estadunidense e regimes políticos autoritários), como aqueles que, de acordo com as gramáticas descri-

minatórias de cada país, agem de modo a deteriorar as condições de vida da população imigrante haitiana nos vários espaços de sua mobilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAENINGER, R.; PERES, R.. (2017). Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 34, n. 1, p. 119–143, jan. BERTIN M. LOUIS, JR. (2015). My Soul Is in Haiti: Protestantism in the Haitian Diaspora of the Bahamas. NEW YORK UNIVERSITY PRESS: New York and London. COTINGUIBA, Geraldo Castro (2014). Imigração haitiana para o Brasil – a relação entre trabalho e processos migratórios. Dissertação de Mestrado. Porto Velho: UNIR, Programa de Pós-graduação em História e Estudos Culturais. COTINGUIBA, M.; COTINGUIBA, G. (2016). Fronteiras e aspectos do rito de mudança de categoria jurídico-política dos sujeitos haitianos em mobilidade transnacional no Brasil. In: Imigração haitiana no Brasil. Jundiá, UNICAMP/Paco Editorial. DIÉMÉ, K.; TONHATI, T. M. P.; CORDOVA, L. DEL P. P. (2020). A Migração Haitiana e a Construção

de seus “Nortes”: Brasil um “Norte” Alternativo e Temporário. Revista Brasileira de Sociologia – RBS, v. 8, n. 19, 18 ago. FAUSTINO, D. M.; OLIVEIRA, L. M. (2022) “Xenofobia ou xenofobia racializada? Problematizando a hospitalidade seletiva aos estrangeiros no Brasil”. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Urbana (REMHU)*, v. 29, n. 63, pp. 193-210. FELDMAN-BIANCO, Bela (2018). “Anthropology and ethnography: the transnational perspective on migration and beyond”, Etnográfica [Online], vol. 22 (1). GLICK SCHILLER, N.; BASCH, L.; BLANC-SZANTON, C. (1995) From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration. *Anthropological Quarterly*, v. 68, n. 1, p. 48-63. <https://doi.org/10.2307/3317464> GLICK SCHILLER, N.; BASCH, L.; BLANC-SZANTON, C.. Transnationalism: a new analytic framework for understanding migration. *Annals of the New York Academy of Sciences*, v. 645, n. 1, p. 1-24, 1992. <https://doi.org/10.1111/j.1749-6632.1992.tb33484.x> HANDERSON, JOSEPH. (2015b). Diaspora: As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. Tese (Doutorado em Antropologia) – UFRJ/Museu Nacional, Rio de Janeiro. HUDSON, Ray e Jim LEWIS (1985), “Introduction: Recent Economic, Social and Political Changes in Southern Europe”, in R. Hudson e J. Lewis (Ed.), *Uneven Development in Southern Europe*, Londres, Methuen, pp. 1-53 JESUS, Alex Dias. (2010). Redes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul. 2020. 311 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Mato Grosso do Sul. JOSEPH, Handerson. (2015a) Diaspora: Sentidos sociais e mobilidades haitianas. Universidade Federal do Amapá. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 51-78, jan./jun. JOSEPH, Handerson. A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. PERILOS GT CLACSO – Migración Sur-Sur, 1 n.1, oct/ 2017. LEITE, Ana Carolina Gonçalves; GIAVARETTI, Daniel Manzione. (2020). “Padrão territorial e crise do trabalho: o confinamento como forma de territorialização das relações sociais capitalistas contemporâneas.” Cuadernos de Geo-

grafía: Revista Colombiana de Geografía 29 (1): 32-50. doi: 10.15446/rcdg.v29n1.76443. MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BAENINGER, Rosana. (2014) O Haiti é aqui: Haitianos em Santa Catarina e o conceito de syndrome emigratória: In: XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em São Pedro/SP – Brasil, de 24 e 28 de novembro de 2014. Anais. MAMED, Leticia; LIMA, Eurenice Oliveira (2016). Movimento de trabalhadores haitianos para o Brasil nos últimos cinco anos: rota de acesso pela Amazônia Sul Ocidental e o acampamento público de imigrantes no Acre. In: Imigração haitiana no Brasil. Jundiá, UNICAMP/Paco Editorial. MIRANDA, Bruno. (2021). Mobilidades haitianas no corredor Brasil-México: Efeitos do controle migratório e da securitização fronteiriça. *Périplos: Revista De Estudos Sobre Migrações*, 5(1). Recuperado de https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/34723 OHMAE, Kenichi (1996). The end of the nation state: The rise of regional economies. London: Harper Collins. OLIVEIRA, Márcio; KULAITIS, Fernando. (2017), “Habitus imigrante e capital de mobilidade: a teoria de Pierre Bourdieu aplicada aos estudos migratórios”. Mediações - Revista de Ciências Sociais, v. 22, nº1, p. 15-47. PIERRE-CHARLES, Gérard (1990). Haiti (1930-1975): A Crise Ininterrupta. In: CASANOVA, Pablo González (Org.). América Latina: História de meio século, v. 3, 296p. Brasília: Editora UnB. POSTONE, M. (2014) Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. Editora Boitempo: São Paulo. SASSEN, Saskia. (2000). Spatialities and Temporalities of the Global: Elements for a Theorization. *Public Culture*, Volume 12, Number 1, Winter 2000, pp. 215-232. North Caroline: Duke University Press. SEGUY, Franck (2014). A catástrofe de janeiro de 2010, a ‘Internacional Comunitária’ e a recolonização do Haiti. 389f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas. SEXTON, J. (2008). [Amalgamation Schemes: Antiracism and the Critique of Multiracialism](#). University of Minnesota Press, 2008 ST. JACQUES, ERMITTE (2001). “‘Today Haitians, Tomorrow Bahamians’: Reassessing the Integration of Haitian Immigrants in the Baha-

mas.” MA thesis, University of Florida, Gainesville, 2001. VALDEZ, Inés. (2016) Punishment, Race, and the Organization of U.S. Immigration Exclusion. *Political Research Quarterly*, Utah, v. 69(4), ed. 1, p. 640–654. ÁLVAREZ VELASCO, Soledad (2020). From Ecuador to Elsewhere: The (Re)Configuration of a Transit Country. *Migration and Society: Advances in Research* 3, p. 34–49. ÁLVAREZ VELASCO, Soledad (2021). “A mobilidade e a imobilidade se constituem por uma relação dialética fundadora”. Entrevista com Soledad Álvarez Velasco. [O estrangeiro, 22/07/2021]. Disponível em: <https://oestrangeiro.org/2021/07/22/a-mobilidade-e-a-imobilidade-se-constituem-por-uma-relacao-dialectica-fundadora-entrevista-com-soledad-alvarez-velasco/> [último acesso em 17.10.2023] WILDERSON III, Frank B. (2021) Afropessimismo. Afropessimismo . São Paulo, Todavia. pp 400. GUTIERREZ, Felipe. Cerca de 24% dos haitianos que tentam migrar por terra para os EUA partiram do Brasil, apontam dados da ONU. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/10/06/cerca-de-24percent-dos-haitianos-que-tentam-migrar-por-terra-para-os-eua-partiram-do-brasil-apontam-dados-da-onu.ghtml>>. Acesso em: 14 jan. 2024. SANCHEZ, Mariana. EUA deportam 47 crianças brasileiras para o Haiti. BBC News Brasil, 28 set. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58714011>>. Acesso em: 14 jan. 2024. Quase 50 crianças brasileiras, filhas de haitianos, já foram deportadas pelos EUA. ONU News. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2021/09/1765042>>. Acesso em: 14 jan. 2024. VELOSO, Natália. EUA deportaram 580 crianças nascidas no Brasil para o Haiti, diz HRW. Poder 360, 22 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/internacional/eua-deportaram-580-criancas-nascidas-no-brasil-para-o-haiti-diz-hrw>>. Acesso em: 14 jan. 2024. Haitians Being Returned to a Country in Chaos. Human Rights Watch, 24 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2022/03/24/haitians-being-returned-country-chaos>>. Acesso em: 14 jan. 2024.



A ENCUESTA NACIONAL DE CONDICIONES DE VIDA (ENCOVI): UM OLHAR A SITUAÇÃO INTERNA DA VENEZUELA

JOSELIN M. UTRERA. A

Joselin M. Utrera A.
Socióloga formada na Universidad Central de Venezuela
(UCV), mestra em demografia, e atualmente doutoranda em
demografia, ambos pela Universidade Estadual de Campinas
(IFCH/UNICAMP).

INTRODUÇÃO

A crise económica, social e política da Venezuela abrangeu todos os estratos da sociedade, obrigando mais de sete milhões de venezuelanos a abandonar o país devido ao estado crítico das condições de vida, desde o difícil acesso aos alimentos, à deterioração do sistema de saúde e do sistema educativo, a crise do transporte devido à escassez de gasolina, cortes e mal funcionamento dos serviços públicos, entre outros, resultando num conjunto de crises que se agravaram entre elas, prejudicando o desenvolvimento básico da vida e causando a mobilidade de pessoas em condições vulneráveis sem estar sob um cenário de conflito armado, uma guerra ou um desastre natural (Freitez, 2019; FIDH; PROVEA, 2020).

A crise tornou-se perceptível através da mobilidade das pessoas e da sua presença, primeiro nos países do norte global, e mais tarde nos países da América do Sul, principalmente Colômbia, Chile, Equador e Peru. Este fluxo inesperado, massivo e vulnerável se deslocou intensamente pela região sul-americana desde aproximadamente 2015, atravessando fronteiras em busca de melhores condições de vida. É neste contexto que estudos e pesquisas qualitativas e quantitativas são necessários para tornar visíveis as características, necessidades e potencialidades deste fenómeno, bem como garantir cuidados dig-

nos, acolhimento e integração nas sociedades de destino (Mazuera-Arias et al., 2021).

Em meio a um clima de tensões políticas internas na Venezuela, escassez, hiperinflação, manifestações sociais e agravamento da crise económica e social, o acesso a informações que confirmavam a real situação interna da Venezuela caracterizou-se por ser escondido e repetidas vezes utilizado a favor da política partidária. É neste momento de escuridão informativa, meados de 2014, dada a ausência de rigor e o acesso limitado às informações de interesse público administradas pelo Estado venezuelano que nasce a Encuesta Nacional de Condiciones de Vida (ENCOVI) (Virtuoso, 2015).

Fazendo uso de fontes bibliográficas e dados publicados pela ENCOVI em seu site oficial, este documento se propõe apresentar a Encuesta Nacional de Condiciones de Vida (ENCOVI) como fonte de informação sobre o contexto interno da Venezuela, trazendo a modo de resumo os principais indicadores da edição de 2022, de relevância para a análise dos avanços e retrocessos na Venezuela.

A ENCOVI é uma fonte particular que tem como referência para a sua criação outras pesquisas nacionais e públicas da Venezuela: como a Encuesta Social datada de 1998 e o Censo Demográfico, ainda sendo uma pesquisa realizada de forma particular, ENCOVI nasce como resposta às restrições

de acesso à informação pública, que apesar de continuarem em funcionamento através dos seus diferentes órgãos estatais não colocam a informação produzida à disposição da opinião pública e dos cidadãos (Virtuoso, 2015).

O NASCIMENTO DE UMA FONTE DE INFORMAÇÃO.

A ENCOVI foi desenhada por uma equipe técnica privada formada por profissionais das três principais universidades venezuelanas, a particular Universidade Católica Andrés Bello (UCAB), e as públicas: a Universidade Central da Venezuela (UCV) e a Universidade Simón Bolívar (USB), estabelecendo a equipe que trabalharia por uma pesquisa que fosse reflexo das condições de vida reais da população venezuelana, e utilizaria seu conhecimento e experiência de pesquisa social para dar uma resposta particular à ausência de pesquisas deste tipo no setor público (a última pesquisa oficial sobre o tema foi a Encuesta Social de 1998) (Freitez, 2018).

A ENCOVI é a resposta de importantes académicos do país à paralisação das publicações dos principais indicadores sociais e económicos de interesse público para monitoramento das condições de vida da população e posterior proposta de desenho e planejamento de políticas públicas na Venezuela. Esta pesquisa ao longo do tempo ganhou credibilidade, confiança e surgiu como uma

referência na descrição do agravamento das condições de vida da população desde 2014 até o presente, fornecendo informações em diversas áreas para a opinião pública através de apresentações da informação obtida na imprensa nacional (Virtuoso, 2015).

O objetivo principal de ENCOVI é a produção de informações relevantes que possibilitem conhecer as condições de vida da população venezuelana, bem como identificar a violação de direitos sociais fundamentais, incluindo inicialmente seções que tratam os temas de moradia, alimentação e nutrição, pobreza, educação, saúde, mortalidade geral e infantil, mercado de trabalho, migração internacional, transferências sociais e sistemas de previdência social e segurança cidadã (Freitez, 2018).

Até 2024, ENCOVI tem realizado oito edições. Inicialmente a amostra foi baseada no Censo venezuelano e na pesquisa continua de domicílios: Encuesta de Hogares por Muestreo (EHM), o tipo de amostragem utilizado é estratificado por conglomerados de pontos amostrais nas comunidades, classificando-os em estratos, a metodologia foi desenvolvida pelo Centro de Investigación Social (CISOR) (Freitez, 2018). As entrevistas são realizadas presencialmente nas residências com um membro qualificado, e na sua edição 2019-2020, ENCOVI deixa para trás a versão em papel para utilizar dispositivos de captu-

ra eletrônica (UCABVE, 2023).

Dada a dificuldade de obter dados atuais e oficiais para o cálculo da amostra, e sabendo da ausência dos resultados do XV Censo de Población y Vivienda da Venezuela, a partir da edição 2021, ENCOVI começou usar outras estratégias para não comprometer o cálculo da amostra, complementando os dados do Censo 2011 com os resultados obtidos na edição de 2019-2020, e para manter a comparabilidade e mostrar as mudanças demográficas do país se utilizaram as estimaciones de población do World Population Prospects (WPP) 2019 (ENCOVI, 2021).

Apesar de sua grande abrangência e das atualizações feitas anualmente, ENCOVI ainda enfrenta algumas dificuldades para chegar a todos os estados do país para realizar a coleta de dados. Para ENCOVI 2019-2020 foi planejada uma amostra de 16 mil domicílios, quando ocorreu também a pandemia de COVID-19 e gerou uma emergência de saúde pública, a pesquisa exigiu uma paralisação abrupta e a amostra foi reduzida para 9.932 domicílios. Para ENCOVI 2021 a amostra foi de 14 mil domicílios e para ENCOVI 2022 a amostra foi reduzida para 2.300 domicílios e a agenda temática abordada também foi reduzida. Estas mudanças fazem parte dos desafios logísticos, metodológicos e financeiros que ENCOVI, como todas as pesquisas desta natureza, precisa enfrentar

(UCABVE, 2023; ENCOVI, 2020).

Estas mudanças também são reflexo de outras limitações da equipe quanto ao escopo da pesquisa, relacionadas ao tamanho da equipe e sua formação, a elementos técnicos como atualização dos setores remotamente, tamanho do instrumento (788 questões no questionário ENCOVI 2021, reduzido para a edição 2022), condições de transporte dos equipamentos para outros estados do país em meio a uma crise de combustíveis, entre outros cenários (UCAB, 2022).

Ao longo de suas oito edições, a ENCOVI se propôs a traçar um retrato das condições de vida dos venezuelanos em meio a uma progressiva deterioração da situação social. Ano após ano, a ENCOVI disponibiliza para os cidadãos um resumo dos seus resultados através de alguns indicadores em seu site oficial. A abordagem dos temas ao longo de todas as suas edições (2014-2022) tem sido muito útil para compreender a situação interna que forçou a migração de mais de sete milhões de pessoas para outros países sul-americanos.

Segundo Freitez & González (2015), quando as informações eram mais necessárias para analisar as mudanças na sociedade venezuelana, foi quando se encontraram as maiores dificuldades no acesso às informações de um dos mais completos sistemas de produção estatística construí-

dos na segunda metade do século XX. A partir disso, ENCOVI se propôs a gerar informações de qualidade e com a maior precisão possível para identificar os avanços e restrições nas condições de vida do seu cotidiano, que vão desde a sua percepção de segurança, dos serviços públicos, da sua situação laboral. Atualmente a pesquisa abrange todas aquelas questões que preocupam e reduzem a qualidade de vida da população venezuelana.

Virtuoso (2018) destaca que esta pesquisa não deve ser confundida com a aplicação de uma pesquisa de opinião pública onde são medidas as percepções. O autor ressalta que ENCOVI é um instrumento de ação, feito para medir as condições objetivas nos temas selecionados, implicando uma grande complexidade no método de estudo e uma fonte importante para construir propostas futuras que respondam eficientemente aos problemas.

UMA RADIOGRAFIA DA SITUAÇÃO INTERNA DA VENEZUELA EM 2022

A seguir, para entender que tipo de informação ENCOVI produz, são apresentados alguns indicadores de interesse da oitava edição realizada em 2022, a mais recente. A ENCOVI 2022 foi realizada num contexto pós-pandemia da COVID-19 e após uma crise generalizada de mobilidade devido à escassez de gasolina. A pesqui-

sa registrou as sequelas após a emergência sanitária na retomada das atividades produtivas, laborais e educacionais dos venezuelanos e venezuelanas (ENCOVI, 2022).

Pela primeira vez em sete anos, ENCOVI 2022, registrou redução da pobreza no país, porém, as disparidades entre os diferentes estratos sociais aumentaram e foi registrada menor presença de meninos, meninas e adolescentes no sistema escolar (UCAB Comunicaciones, 2022). Quanto aos aspectos gerais da situação venezuelana em 2022, a ENCOVI identificou a fragilidade das instituições estatais para responder e atender às necessidades da população mais vulnerável num contexto de pandemia. Da mesma forma, recuperar o sistema estatístico nacional, democratizar seu acesso e transparência nos processos de planejamento e gestão, para trabalhar na recuperação da confiança das instituições na Venezuela (ENCOVI, 2023).

Identificou-se que a deterioração dos serviços básicos (água, segurança, telecomunicações, energia) persiste, o acesso ao crédito bancário foi reduzido e a falta de recursos humanos. A nível económico, houve uma recuperação nos níveis de atividade económica e o país saiu da hiperinflação. No entanto, foi identificado um baixo nível de rendimento real dos consumidores e a Venezuela continua a ser uma das economias mais inflacionárias do mundo (ENCOVI, 2023).

A nível demográfico, estimou-se que a população era de 28,3 milhões de pessoas, diferente dos 32 milhões estimados a partir do Censo de 2011 e dos 34 milhões projetados em 2024 no site oficial do Instituto Nacional de Estadística (INE) da Venezuela (INE, 2024). Menos pessoas, em decorrência da emigração, do aumento da mortalidade e da redução da natalidade, entendendo que a migração significou a saída da população jovem em idade reprodutiva e idade ativa, se alteraram as taxas de envelhecimento e tornou-se notória a perda das vantagens do bonus demográfico. Uma mudança que pode se associar a migração, devido a diferença entre um ano e outro, é o número médio de membros do domicílio: passou de 4,05 membros em 2021 para 3,25 membros em 2022 (ENCOVI, 2023).

A demógrafa e coordenadora do projeto ENCOVI, Anitza Freitez, indicou que se trata de uma situação preocupante, uma vez que esta perda altera a estrutura da população e não se pode esperar um retorno da mesma magnitude dos movimentos de saída. Durante a pandemia, esperava-se um fluxo significativo de retornos, em decorrência da perda de oportunidades nos países de destino, porém, isso não aconteceu, mas surgiram movimentos circulares, categorizados como retornos instáveis (UCABVE, 2023).

EDUCAÇÃO

No âmbito educativo, ENCOVI 2022 revelou que para o ano letivo 2021-2022, menos estudantes retornaram às aulas presenciais: passando de 7.241.573 estudantes no período 2020-2021 para 7.051.074 estudantes no período 2021-2022. A cobertura global para pessoas entre os 3 e os 24 anos era de 63% em 2022, dois pontos percentuais menos que em 2021 e sete pontos percentuais menos que em 2020. Da mesma forma, a cobertura educacional foi reduzida para 93% para a população em idade de educação inicial, primária e secundária (3 a 17 anos), menos dois pontos percentuais em relação a 2021. As estimativas indicam que um milhão e meio de crianças e adolescentes ficaram fora do sistema educativo para o ano letivo 2021-2022. Apenas uma recuperação de quatro pontos percentuais (de 18% em 2021 para 22% em 2022) foi observada na cobertura da população em idade universitária (18 a 24 anos) (ENCOVI, 2023).

No que diz respeito às desigualdades de gênero no acesso à educação, indicadores como o nível de cobertura de acordo com o gênero mudaram consideravelmente ao longo do tempo: para o ENCOVI 2016, a cobertura foi de 74% para os homens e 78% para as mulheres, e para o ENCOVI 2022 esta lacuna é reduzida e vai para 62% para homens e 63% para mulheres. Uma das hipóteses para a mudança deste

indicador está relacionada à migração, inicialmente a saída dos homens do sistema educacional, que eventualmente são seguidos pelas mulheres (ENCOVI, 2023).

Outro aspecto a destacar nesta edição foram os motivos de abandono dos estudos, identifica-se através da ENCOVI uma dificuldade entre a permanência no sistema educativo, o custo que isso acarreta e os benefícios que pode trazer no futuro, identificando como os principais motivos para o abandono dos estudos: o desinteresse e a falta de relevância da oferta educativa. Quando desagregada por gênero, o trabalho também aparece no caso dos homens, a maternidade e o cuidado no caso das mulheres. A esta última constatação acrescenta-se que o indicador sobre o apoio domiciliar na aprendizagem é uma responsabilidade que é exercida em 71% dos casos pela mãe (78% em 2021) e em 11% dos casos pelos avós (5% em 2021) (ENCOVI, 2023).

SAÚDE

Em relação à saúde, ENCOVI 2023 registrou que 1 em cada 5 pessoas relatou haver tido algum problema de saúde. E 9 em cada 10 pessoas procuraram atendimento médico, embora 7% tenham relatado ter ido ao farmacêutico. A saúde na Venezuela é pública e gratuita, porém, 9 em cada 10 pessoas que procuraram atendimento médico receberam prescrição de algum medicamento e

em 65% dos casos tiveram que comprar todos os medicamentos do próprio bolso. De acordo com os quintis de renda da população, 58% do quintil mais pobre (Q1) foram à consulta médica, percentual que sobe para 70% quando se trata do quintil mais rico (Q5) (ENCOVI, 2023).

POBREZA

Desde 2017, devido à hiperinflação, a medição da pobreza através do método da linha de pobreza deixou de ser uma medida adequada para alcançar as variâncias de todos os segmentos da população, a renda da população estava desfasada por conta da inflação, o que na aplicação do método empobrecia todas as pessoas. Este indicador atingiu o seu limite máximo em 2016 quando foi identificado que 85,7% dos domicílios estavam em situação de pobreza, para o ENCOVI 2017 o indicador foi superior a 90%. A partir desse momento, a ENCOVI considerou adotar uma nova perspectiva e inclui a medição da pobreza utilizando o método da pobreza multidimensional (Espanha, 2018).

Na ENCOVI 2022, foi registrada pela primeira vez desde 2014, uma melhora na renda e no emprego da população, calculando a pobreza pelo método multidimensional (desde 2017) que considera fatores como moradia, serviços, padrão de vida, educação, trabalho e proteção social, atribuindo um peso a cada dimensão para

o cálculo. Este indicador permitiu observar quais os aspectos que se deterioraram mais de um ano para o outro: em 2022, se registrou que o 50% dos domicílios alcançados pela pesquisa não eram pobres, em 2021 aumenta para 65,2% o que indicava incremento da pobreza nos domicílios venezuelanos. Entre 2019 a 2022, ENCOVI mostrou que a pobreza das famílias por razões sociais (habitação, saúde e educação) aumenta de 31% em 2019 para 42% em 2022, enquanto por razões económicas (rendimento e emprego) cai de 69% em 2019 para 58% em 2022 (ENCOVI, 2023; España, 2018).

A desigualdade também se faz presente na renda económica dos domicílios, a diferença entre o decil mais pobre e o decil mais rico é de 70 vezes. O decil mais pobre (D1) tem uma renda média de 7,9 dólares americanos, enquanto o decil mais rico (D10) tem uma renda média de 553,2 dólares americanos (ENCOVI, 2023). Segundo Espanha (2018), a concentração de oportunidades e a administração de políticas públicas nas grandes cidades tornou o país mais desigual a nível territorial. Isso não mudou e no ENCOVI 2022, 40% dos domicílios com maior renda estavam em Caracas, que concentra apenas 16% dos domicílios em todo o país.

No âmbito da alimentação, ENCOVI 2017 estimou que 80% dos domicílios na Venezuela estavam em situação de insegurança alimentar, foi relatado que as pes-

soas começaram a reduzir o número de refeições realizadas ao longo do dia devido à insuficiência de renda para comprar alimentos ou devido à escassez de produtos nas lojas e supermercados do país. Para ENCOVI 2022, apesar dos domicílios terem reportado níveis mais elevados de segurança alimentar, devido à melhoria na percepção do acesso aos alimentos, apenas 21,9% dos domicílios não tinham segurança alimentar (ENCOVI, 2023).

As medidas aqui apresentadas são um reflexo da realidade venezuelana durante os últimos anos, ENCOVI mostra a traves dos seus indicadores como aconteceu ao longo do tempo a degradação econômica, social e institucional numa Venezuela que permanece submersa numa crise generalizada que se descompõe em múltiplas crises e se agravam uns às outras.

MIGRAÇÃO INTERNACIONAL

ENCOVI começou a medir a migração a partir da edição de 2017, desde então se consolidou como uma importante fonte de conhecimento interno dos movimentos migratórios internacionais, devido à ausência total de informação oficial publicada pelo sistema estatístico nacional. Neste processo, decorridos seis anos e cinco edições da ENCOVI, a pesquisa capta a nível interno e particular parte da transformação da Venezuela de país de imigração a país de emigração (ENCOVI, 2023).

Em relação a variável idade, ENCOVI 2017, identificou que 57% da população emigrante tinha entre 15 e 29 anos, uma população jovem em idade economicamente ativa. Em 2022 foi possível observar a redução da população jovem com idades entre 15 e 29 anos para 42% e incrementou a participação de pessoas com 50 anos para 8% (era de 5% em 2017) (ENCOVI, 2023).

Trata-se de uma migração masculina, com uma razão de sexo de 116 homens para cada 100 mulheres, e o principal motivo para emigrar é a procura de emprego em outro país, 75% dos pesquisados na ENCOVI 2022 relataram estar emigrando a trabalho, em segundo lugar se encontra o reagrupamento familiar com 10%, pode se deduzir a existência de uma estabilidade dos migrantes venezuelanos nos países de destino: por um lado econômica, com condições para custear a viagem do grupo familiar e por outro lado, estabilidade migratória, o membro que emigrou primeiro tem conhecimento dos processos para a regularização migratória que alcançariam o grupo familiar (ENCOVI, 2023).

A origem destes migrantes mudou muito ao longo das edições, em 2017 o 33% dos migrantes eram da Gran Caracas e 21% de cidades médias/rurais, em 2022 são as cidades médias/rurais que mais expulsaram população (33%) enquanto apenas 12% emigraram da Gran Caracas (ENCOVI, 2023).

Outra mudança importante é a

diversificação do nível educativo dos migrantes, em 2017 dos emigrantes 40% tinham nível universitário, em 2018 diminui para 36%. Este cenário altera-se no período 2019-2022, o capital educativo predominante entre os emigrantes recentes passa a ser o nível médio com 51%, entanto a porcentagem de migrantes com nível superior foi de 23%. Em 2021, 11% dos emigrantes tinham o ensino primário ou menos, 53% tinham o nível de ensino médio ou secundário e 32% nível universitário. Para 2022, 21% dos migrantes tinha nível educativo básico, 49% dos migrantes no grupo do ensino médio e 30% tinha nível superior (ENCOVI, 2023).

A desvalorização da moeda e dos salários devido à hiperinflação, a precariedade do mercado de trabalho foram motivações que impulsionaram a migração por razões econômicas, somadas a outros fatores como o deficiente funcionamento dos serviços, a insegurança, a desconfiança nas instituições do Estado, entre outros. A urgência de compensar esta carência através de melhor renda econômica é apenas uma parte de um conjunto de elementos para recuperar o bem-estar e o acesso aos direitos humanos fundamentais, como a vida, a liberdade, a alimentação, a educação, o trabalho digno e o direito de escolha permanecer no local de origem (Mazuera-Arias et al., 2021; Freitez, 2019).

Embora ENCOVI mostre como principal motivo para emigrar seja “Trabalho”, a associação da migração a razões econômicas não é a única forma de explicar a migração venezuelana, é importante ter em mente que a partir da insuficiência de renda econômica somado as diversas dificuldades no acesso a serviços básicos como saúde, educação e serviços sociais como habitação, serviços públicos de água, eletricidade, transportes e comunicações, afetam de um modo geral o bem-estar da população. Privações que no local de origem geram um contexto de alta vulnerabilidade que impulsiona a mobilidade forçada das pessoas que não vem possível o exercício básico da vida e de um Estado ausente que não garante o contexto propicio para praticar as atividades domésticas, laborais e educativas da população (Mazuera-Arias et al., 2021).

REFLEXÃO FINAL

Em 2021, o Observatório Venezuelano de Finanças (OVF) informou que a economia venezuelana saiu da recessão com um crescimento de 6,8% e no primeiro trimestre de 2022 a atividade econômica cresceu 7,8%. Sinais de ligeira recuperação da produção petrolífera, medida através de indicadores indiretos, aumento dos gastos correntes do governo e fim da hiperinflação (OVF, 2022a; 2022b). O ano de 2022 começou

na Venezuela com estimativas de recuperação econômica, depois de passar por duas desvalorizações da moeda e pela revogação da Lei de Ilícitos Cambiarios em 2018, que permitiu a circulação de moedas estrangeiras no país sem penalização por isso, essencial para sair da hiperinflação que estava sofrendo desde 2017 (Deutsche Welle, 2018).

Contudo, nem a estabilidade do bolívar nem a dolarização impediram o aumento dos preços dos produtos básicos de consumo, tanto em bolívares como em dólares. Para aqueles que viviam apenas com bolívares, isto não teve um efeito real no seu poder de compra, nem mesmo para aqueles que receberam dólares. O aumento de preços acontecia semanalmente e, no final de 2022, havia ameaça de ressurgimento da inflação (Swissinfo.Ch, 2022; OVF, 2023).

O início de 2024, num contexto de levantamento das sanções econômicas à Venezuela, a expectativa é de um aumento da produção petrolífera de aproximadamente 150 mil barris de petróleo por dia, 20% da produção atual, o que por sua vez geraria um crescimento do PIB entre 5% e 7%, dependendo da duração da licença. Por outro lado, a inflação deverá desacelerar e a sua base ficará em 100%, desde que o Banco Central da Venezuela (BCV) consiga manter uma taxa de câmbio estável (OVF, 2024).

Não há como na realidade dos venezuelanos explicar as estimações de bons indicadores econômicos se não há um reflexo na realidade das pessoas, especificamente, na situação econômica das pessoas, nos serviços públicos, na educação, na saúde, nos serviços de transporte e em linhas gerais, no bem estar delas. O secretismo entorno a situação interna só beneficia o governo, as estatísticas públicas serão sempre um instrumento que aponta os sucessos e os fracassos de uma gestão, os pontos fortes e fracos através dos resultados são fundamentais na prestação de conta e no planejamento interno. Sabendo disso, o governo venezuelano administra as estatísticas públicas com nebulosidade, opacidade e pouca transparência em benefício próprio, dificultando as críticas da opinião pública e de seus ferrenhos detratores (Freitez; Lauriño; Delgado, 2020).

Embora durante os últimos três anos a Venezuela tenha novamente apresentado cenários com projeções favoráveis, resta ver o reflexo dessas mudanças no cotidiano das pessoas. E ainda há necessidade de dados, de prestação de contas sobre o orçamento nacional e do cumprimento do dever constitucional de manter a população informada através de dados produzidos por órgãos estatais, além de mantê-los como fonte privada de informação para mascarar uma gestão inconsistente do governo venezuelano.

Este cenário foi favorável à criação do ENCOVI e de outras investigações por parte de empresas privadas, surgindo como fontes confiáveis de informações sobre a situação do país. Porém, ao ter fonte de financiamento privada, a informação que produzem é tratada como um ativo, utilizado para gerar o seu sustento e persistência das pesquisas ao longo do tempo. O que os leva a publicar e selecionar a informação considerada relevante, sem disponibilizar ao público as suas bases de dados. É aqui que se faz necessária a luta pela retomada das instituições públicas e das estatísticas que elas produzem.

Este documento se propôs a fornecer um resumo considerando alguns indicadores interessantes da informação publicada pela ENCOVI sobre as condições de vida dos venezuelanos. Passando por três grandes aspectos abordados na pesquisa: educação, saúde, pobreza e desigualdade, áreas que apresentaram melhorias em relação às edições anteriores. A migração foi considerada para este texto, dado a importância dos estudos sobre o fenômeno migratório venezuelano na região com informação produzida a nível interno, em contraste das poucas e convenientes informações apresentadas oficialmente pelo governo venezuelano sobre a mobilidade da população.

Na Venezuela, a confiança nas estatísticas públicas se dissolve

a cada dia, perde-se a imparcialidade e a transparência a ponto de não publicar os dados oficiais da última década, desonerando automaticamente os órgãos estatais que têm tradição na produção de dados de sua função pública, relegando-os à execução e análise dos resultados das suas operações estatísticas à porta fechada, sem qualquer possibilidade de servir de base ao planejamento do futuro do país.

BIBLIOGRAFÍA

COMUNICACIONES UCAB. ENCOVI 2022: cae la pobreza, aumenta la desigualdad y se agrava la crisis educativa. El Ucabista, Caracas, Venezuela. 10/11/2022. Disponible en: <https://elucabista.com/2022/11/10/encovi-2022-cae-la-pobreza-aumenta-la-desigualdad-y-se-agrava-la-crisis-educativa/> Acceso en: 10 jan. 2022

DEUTSCHE WELLE. La ANC de Venezuela deroga el régimen de ilícitos cambiarios. Bonn, Alemania, 02/08/2018a. Disponible en: <https://www.dw.com/es/la-anc-de-venezuela-deroga-el-r%C3%A9gimen-de-il%C3%ADcios-cambiarios/a-44936269>. Acceso en: 15 jan. 2022.

ENCOVI – ENCUESTA NACIONAL DE CONDICIONES DE VIDA. Encovi 2022. Caracas, Venezuela, 2022. Disponible en: <https://www.proyectoencovi.com/encovi-2022> Acceso en: 6 de jan. 2024

ENCOVI – ENCUESTA NACIONAL DE CONDICIONES DE VIDA. Condiciones de vida de los venezolanos: ENCOVI 2022. Caracas, Venezuela, 2023. Disponible en: https://assets.website-files.com/5d14c6a5c4ad42a4e794d0f7/636d0009b0c59ebfd2f24acd_Presentacion%20ENCOVI%202022%20completa.pdf Acceso en: 30 dez. 2024.

ENCOVI – ENCUESTA NACIONAL DE CONDICIONES DE VIDA. Documento técnico ENCOVI 2021. Caracas, Venezuela, 2021. Disponible en: https://assets.website-files.com/5d14c6a5c4ad42a4e794d0f7/6153a991f57a4692b5d525de_Documento%20Tecnico%20ENCOVI%202021%20NP.pdf Acceso en: 19 jan. 2024

ENCOVI – ENCUESTA NACIONAL DE CONDICIONES DE VIDA. Informe interactivo ENCOVI 2019-2020. Caracas, Venezuela, 2020. Disponible en: <https://www.proyectoencovi.com/informe-interactivo-2019>. Acceso en: 30 dez. 2022.

ESPAÑA, L. Del mayor nivel histórico de pobre-

za a la crisis humanitaria. En: FREITEZ, A. (coord.). Espejo de la crisis humanitaria venezolana. Caracas, Venezuela: Universidad Católica Andrés Bello, 2018. p. 27-40

FREITEZ, A.; LAURIÑO, L.; DELGADO, M. Sistematización de la investigación sobre la migración venezolana desde el contexto de origen. Caracas, Venezuela: Equilibrium – Centro para el Desarrollo Económico (CenDE), 2020.

FREITEZ, A. Crisis humanitaria y migración forzada desde Venezuela. En: GANDINI, L.; ASCENCIO, F. L.; PRIETO-ROSAS, V. (coord.). Crisis y migración de población venezolana: entre la desprotección y la seguridad jurídica en Latinoamérica. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019. p. 33-58.

FREITEZ, A. Aspectos metodológicos de la ENCOVI 2017. En: FREITEZ, A. (coord.). Espejo de la crisis humanitaria venezolana. Caracas, Venezuela: Universidad Católica Andrés Bello, 2018. p. 241-255.

FREITEZ, A.; GONZÁLEZ, M. Introducción. En: FREITEZ, A., GONZÁLEZ, M., ZÚÑIGA, G. (coord.). Una mirada a la situación social de la población venezolana. Caracas, Venezuela: Universidad Católica Andrés Bello, 2015. p. 7-12.

INE – Instituto Nacional de Estadística. Página Inicial. 2024. Disponible en: <http://www.ine.gov.ve/> Acceso en: 18 jan. 2024

MAZUERA-ARIAS, R. et al. Informe de movilidad humana venezolana IV. Caminantes y retornados: ilusión y decepción. San Cristóbal, Venezuela: Observatorio de Investigaciones Sociales en Frontera – ODISEF, 2021.

OVF – OBSERVATORIO VENEZOLANO DE FINANZAS. Perspectiva económica de Venezuela en el contexto de la flexibilización de las sanciones. Caracas, Venezuela, 2024. Disponible en: <https://observatoriodefianzas.com/perspectiva-economica-de-venezuela-en-el-contexto-de-la-flexibilizacion-de-las-sanciones/>. Acceso en: 15 ene. 2024.

OVF – OBSERVATORIO VENEZOLANO DE FINANZAS. Venezuela al borde de la Hiperinflación. Caracas, Venezuela, 2023. Disponible en: <https://observatoriodefianzas.com/venezuela-al-borde-de-la-hiperinflacion/>. Acceso en: 05 jan. 2024.

OVF – OBSERVATORIO VENEZOLANO DE FINANZAS. Venezuela salió de la recesión pero el crecimiento es débil. Caracas, Venezuela, 2022a. Disponible en: <https://observatoriodefianzas.com/venezuela-salio-de-la-recesion-pero-el-crecimiento-es-debil/>. Acceso en: 11 ago. 2022.

OVF – OBSERVATORIO VENEZOLANO DE FINANZAS. La actividad económica se expandió 12,3% durante el primer semestre 2022. Caracas, Venezuela, 2022b. Disponible en: <https://observatoriodefianzas.com/la-actividad-economica-se-expandio-123-durante-el-primer-semestre-2022/>. Acceso en: 05 jan. 2024.

FIDH – FEDERACIÓN INTERNACIONAL POR LOS DERECHOS HUMANOS; PROVEA – PRO-

GRAMA VENEZOLANO DE EDUCACIÓN-ACCIÓN EN DERECHOS HUMANOS. La emergencia humanitaria compleja de Venezuela se agrava por efecto del Covid-19: comunidad Internacional debe impulsar acuerdos humanitarios urgentes que promuevan soluciones a la crisis alimentaria y sanitaria. Caracas, Venezuela, 2020.

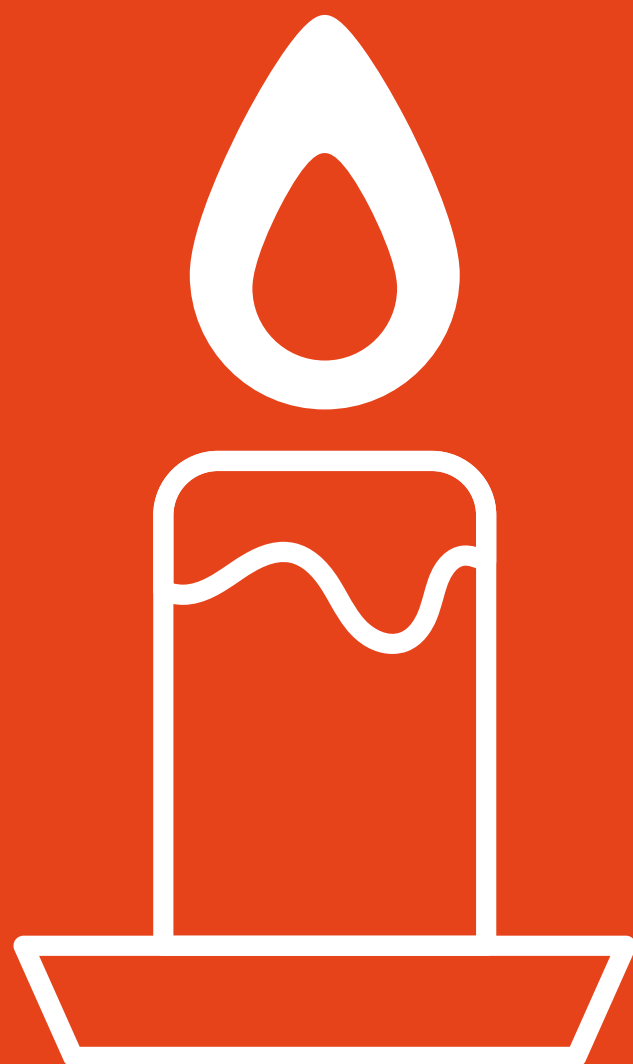
SWISSINFO.CH. Venezuela sale de la hiperinflación pero el bolsillo no siente cambio. 13/09/2022. Disponible en: <https://www.swissinfo.ch/spa/afp/venezuela-sale-de-la-hiperinflaci%C3%B3n-pero-el-bolsillo-no-siente-cambio/47260544#:~:text=Venezuela%20cerr%C3%B3%202017%20con%20una,mensual%20por%20debajo%20del%2050%25>. Acceso en: 19 jan. 2024.

UCAB – UNIVERSIDAD CATÓLICA ANDRÉS BELLO. Encuesta Nacional de Condiciones de Vida: documento técnico 2021. Caracas, Venezuela, 2022. Disponible en: https://assets.website-files.com/5d14c6a5c4ad42a4e794d0f7/6153a991f57a4692b5d525de_Documento%20Tecnico%20ENCOVI%202021%20NP.pdf. Acceso en: 18 jan. 2024.

UCABVE. Presentación de resultados: Encuesta Nacional de Condiciones de Vida (ENCOVI) 2022. Youtube, 10/11/2023. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=-tVJIYEHdKk>. Acceso en: 10 jan. 2024

VIRTUOSO, F. Presentación. En: FREITEZ, A., GONZÁLEZ, M., ZÚÑIGA, G. (coord.). Una mirada a la situación social de la población venezolana. Caracas, Venezuela: Universidad Católica Andrés Bello, 2015. p. 5-6.

VIRTUOSO, F. Presentación. En: FREITEZ, A. (coord.). Espejo de la crisis humanitaria venezolana. Caracas, Venezuela: Universidad Católica Andrés Bello, 2018. p. 7-9.



RELIGIÃO, MIGRAÇÃO E REFÚGIO: UM DEBATE SOBRE A RETÓRICA VISUAL DA MIGRAÇÃO VENEZUELANA NO BRASIL

SUZANA RAMOS COUTINHO
RICARDO TOSHIO BUENO HIDA

Suzana Ramos Coutinho
Pós-doutora em Antropologia Social pela University of Cambridge (2013), Ph.D. pela Lancaster University (2009), possui mestrado em Antropologia Social e graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina. É fotógrafa profissional pelo SENAC São Paulo e especialista em Fotografia como Arte Contemporânea pelo SENAC São Paulo. É professora do Programa Pós-graduação em Ciência da Religião da PUC/São Paulo e professora Assistente Doutor I da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Ricardo Toshio Bueno Hida
Mestre e doutorando em Ciência da Religião pela PUC-SP e pesquisador do NEO- Núcleo de Estudos Novas Religiões e Espiritualidades da PUC-SP. Suas pesquisas giram em torno da relação das diferentes mídias, sobretudo digitais, política e religião.



INTRODUÇÃO

As crises política, social e econômica que vêm afetando a Venezuela, intensificadas na atual década, colocaram a emigração internacional como alternativa de sobrevivência para mais de sete milhões de venezuelanos, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, 2023). Os graves fatores geradores desses deslocamentos populacionais acabaram por se traduzir em uma verdadeira crise humanitária, que acabou por impulsionar um fluxo migratório significativo para vários países da América Latina, incluindo o Brasil. Este fenômeno tem gerado um amplo debate sobre as políticas migratórias, seu impacto socioeconômico e reflexões em torno das representações visuais destes grupos na mídia nacional.

Este fluxo migratório faz parte de um movimento maior de venezuelanos buscando refúgio e melhores condições de vida em vários países, mas tem características específicas no contexto brasileiro devido à proximidade geográfica e às políticas adotadas pelo Brasil. A dinâmica Sul-Sul e a

reconfiguração das modalidades migratórias para o Brasil são também consideradas, levando em conta o contexto da mobilidade internacional do capital e disputas por poder na América Latina e no campo social global (Domeniconi & Baeninger, 2021). Este panorama é complementado por estudos que discutem os impactos da migração venezuelana no Brasil, desde desafios logísticos e sociais até oportunidades para políticas públicas mais eficazes e inclusivas (Silva, 2018).

Este cenário internacional desencadeou ampla divulgação midiática nacional e internacional sobre os refugiados venezuelanos, abordando a crise política, social e humanitária que assola a Venezuela. A representação visual da migração venezuelana para o Brasil tem sido um tema explorado em diversos estudos, refletindo tanto em discursos midiáticos quanto em pesquisas acadêmicas. Um foco comum é a maneira como as representações sociais e visuais abordam o aspecto humanitário da migração, evidenciando termos como “crise migratória”, “refugiados” e “acolhida” em dis-

curso midiáticos (Souza & Correia, 2023). Essas representações são cruciais para entender a percepção pública e a resposta social ao fenômeno migratório.

A análise e discussão das representações visuais são fundamentais para compreender as nuances da migração venezuelana para o Brasil. Este debate se propõe a pensar caminhos sobre as percepções sociais e políticas em relação aos migrantes, bem como os desafios e oportunidades decorrentes desse processo. Essas representações impactam diretamente nas políticas públicas e na maneira como a sociedade brasileira percebe e acolhe os migrantes venezuelanos, evidenciando a importância da mídia e da pesquisa acadêmica na construção de narrativas sobre a migração.

Argumentamos neste artigo que a mídia brasileira desempenha um papel crucial na forma como os refugiados venezuelanos são percebidos socialmente, influenciando significativamente na maneira como suas identidades sociais e religiosas são (des)feitas e (re)construídas. Compartilhamos aqui o conceito analítico proposto

por Sanders, Fiddian-Qasmiyeh e Snyder (2016), de “interseções”, a fim de chamar a atenção para o modo como as identificações religiosas e outras identificações sociais dos migrantes se tornam interconectadas dentro das hierarquias e instituições de suas sociedades anfitriãs. Os estudos sobre migração e religião se concentraram não apenas no que os migrantes e membros da sociedade anfitriã fazem em suas práticas religiosas, rituais e organizações, mas também no que pensam e acreditam: os significados e a persuasão de sua fé pessoal e ensinamentos religiosos. É necessário ir além, incluindo, também, o aspecto político: considerar analiticamente como as crenças e suas representações podem e informam os esforços dos defensores para moldar as políticas governamentais, particularmente aquelas que acolhem em vez de restringir a imigração.

Reconhecendo a relevância da religião, optamos por incluí-la como categoria analítica junto ao debate proposto por Bischoff, Falk and Kafehsy (2010, p. 7), que apontam que as imagens e sua produção, transferência e recepção formam um sistema de práticas de mídia que têm um impacto poderoso na percepção e na vida cotidiana. Essas práticas visuais, de acordo com as autoras, não apenas reproduzem pontos de vista de diferentes grupos, mas realmente os produzem: “a visibilidade não apenas significa o que

pode ser referido como uma crescente ‘inundação de imagens’, mas uma mudança na consciência, que concorda práticas visuais um papel muito mais substancial nos processos de pensamento e na aquisição de ‘conhecimento’” (2010, p. 7).

Partindo desse referencial, este texto visa oferecer três frentes de reflexão para um entendimento, ainda que parcial, sobre o debate em torno da relação entre religião e migração, articulando este tema em torno da representação visual da migração venezuelana no Brasil. Na primeira parte, oferecemos uma contextualização da migração venezuelana para o Brasil e o papel da religião neste contexto. Na segunda parte, articulamos teoricamente o tema das representações visuais da migração e da religião para, ao final, trazer algumas perspectivas sobre as representações visuais dos venezuelanos no Brasil e o entendimento sobre o papel da religião.

MIGRAÇÃO VENEZUELANA PARA O BRASIL E O PAPEL DA RELIGIÃO NA MIGRAÇÃO

Assim como no Brasil, a partir do início do século XIX a Venezuela foi destino de migração de europeus, notadamente portugueses e espanhóis. Farias (2022) aponta que, na primeira metade do século XX, a chegada de estrangeiros foi incentivada pelos governos locais com fins de povoamento e também como decorrência de uma recém-nascida indústria pe-

troleira. A partir dos anos de 1960 até 1982, o país recebeu grande número de migrantes econômicos sul-americanos, com destaque para os colombianos; além do tradicional fluxo de ibéricos - sobretudo da Ilha da Madeira - atraídos pelo crescimento do setor petrolífero. A queda no valor do barril do petróleo promoveu uma reviravolta na migração e foi a vez, entre 1983 e 1988, de venezuelanos buscarem novas oportunidades no exterior. Vale observar que, embora entre os anos de 1999 e 2013, no governo de Hugo Chávez, o valor dos barris de petróleo tivesse contado com importante alta no mercado internacional, não houve reversão tampouco contenção do movimento migratório, uma vez que a economia do país sofreu os danos contínuos decorrente de uma inflação interna de preços descontrolada somada à forte repressão do governo a seus opositores políticos. O sucessor de Chávez, Nicolás Maduro, assumiu a presidência em 2013 e seu governo não só foi incapaz de conter a crise, mas agravou todos os índices. Desde o início, a gestão de Maduro foi marcada por políticas econômicas controversas, crises políticas internas, tensões diplomáticas e denúncias domésticas e internacionais de violação de direitos humanos.

Tal cenário foi o combustível para um processo migratório sem precedentes na história do país. Combinando dados da ACNUR

com informações disponíveis na plataforma R4V (2021) até outubro de 2021, havia 79,5 milhões de refugiados no mundo, dos quais 5,91 milhões são venezuelanos. Um relatório do Banco Mundial (2021) aponta que 80% dos venezuelanos que deixaram o país encontram-se em países da América do Sul. Tal cenário obrigou o Estado brasileiro a vigorar novas leis com relação aos imigrantes. Em 24 de maio de 2017 foi aprovada a Lei nº 13.445/17 substituindo o então vigente “Estatuto do Estrangeiro” de 1980, combatendo a xenofobia, reafirmando o movimento migratório como direito de todas as mulheres e homens, e facilitando o acesso dos imigrantes ao mínimo necessário em questões de saúde, emprego e documentação. Já em 21 de junho de 2018, pensando-se na situação dos haitianos, venezuelanos e sírios, o Estado também aprovou a Lei nº13.684, dispondo sobre medidas de assistência emergencial a pessoas vulneráveis por conta de crises humanitárias. O governo do Brasil também criou em 2018 a Operação Acolhida, para organizar a chegada dos venezuelanos no país, com o objetivo de minimizar problemas de infraestrutura em Roraima, transferindo os imigrantes voluntariamente para outras cidades.

O relatório da ACNUR (2020) aponta que entre 2018 e 2021, 10.062 venezuelanos seguiram para o Paraná, 10.074 para Santa

Catarina, 9.279 para São Paulo e outros tantos milhares Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A chegada dos venezuelanos nesses estados não se deu de forma tranquila, embora contasse com o apoio de entidades da sociedade civil e grupos religiosos. Segundo Farias (2022), foram registrados em todo o território brasileiro inúmeros casos de xenofobia e a temática da migração pautou diferentes discursos partidários pautando discussões eleitorais, não tão eloquentes quanto em Roraima, mas carregados de estereótipos como bem colocam Lima, Garcia e Fachine (2020) em um estudo que procurou identificar a midiatisação dos refugiados no Brasil. A ideia central é de um fluxo contínuo decorrente dos erros cometidos por um governo que, embora apresentasse indícios de problemas graves, contava com forte apoio popular. Os pesquisadores relatam que “haitianos recebem mais assistência que sírios e venezuelanos, sendo que o apoio da Igreja está entre as principais” atuações (Lima, Garcia e Fachine, 2020, p.63). Mais adiante revelam que para os venezuelanos, as entidades da sociedade civil agiram de forma discreta, cabendo aos atores públicos e agências internacionais o protagonismo no acolhimento a esse grupo.

A religião neste contexto migratório pode também se tornar uma plataforma de acolhimento, apoio,

resistência, empoderamento e interface com uma nova realidade, principalmente no caso das religiões mundiais, em cujos templos religiosos é possível encontrar referências comuns para com a vida no país de origem. Hirschman (2004) aponta que a religião pode oferecer refúgio, respeito e recursos. No primeiro caso, os imigrantes podem encontrar nos templos e organizações mantidas por tradições religiosas brigo físico e recursos de primeira necessidade. Já quando se pensa em respeito, fala-se de dignidade humana, a partir de necessidades primeiras supridas, mas também o reconhecimento de sua existência enquanto ser humano e no caso de fiéis, a respeitabilidade de pertencer àquele grupo, uma imagem social positiva. Quando o pesquisador se refere a recursos, pode-se pensar também na ajuda ao imigrante na reconstrução de sua vida, seja com educação, apoio financeiro, trabalho ou mesmo suporte em iniciativas de empreendedorismo.

Ribeiro e Negro (2022, p. 74) lembram, a partir de Tostes, que “o espaço religioso permite ao migrante recriar sua identidade- mesmo que em outra religião- o fato de ele ter à disposição um leque maior de expressões religiosas aumenta suas possibilidades de arranjos religiosos e de múltiplas participações”. Até porque a religião, enquanto constructo social, reforçando mitos, ritos, estrutura linguística, valores identi-

tários e cosmovisão de um povo, ajuda o recém ingresso na sociedade a compreender o *modus vivendi* e *operandi* do grupo.

Há uma clara atuação das igrejas cristãs no amparo aos venezuelanos que chegam ao Brasil, apoiando as iniciativas estatais. Tais ações de acolhimento, pautadas por princípios evangélicos, procuram minimizar as enormes dificuldades do processo migratório, sejam elas de ordem material, física ou emocional. A participação dos venezuelanos nas atividades religiosas e mesmo os processos de conversão colaboram na melhor e mais rápida integração nas comunidades brasileiras em que se encontram.

REPRESENTAÇÕES VISUAIS DA MIGRAÇÃO E DA RELIGIÃO – DEBATE TEÓRICO

Há um debate recorrente na história da representação visual que diz respeito à questão ontológica da presença de verdade como um elemento imerso na imagem fotográfica. Wright (2016) aponta para a questão que, ao longo da história da fotografia, a imagem foi submetida a duas teorias polarizadas da representação: a do realismo e

da convenção. Os realistas assumiram uma relação estreita da fotografia com o que ela representa, enquanto o convencionalismo chamou esse relacionamento em questão, reconhecendo a maneira arbitrária que as imagens fotográficas são construídas. Enquanto a oposição realista-convencionalista ainda constitui uma questão relevante dentro de uma estrutura de alfabetização visual moderna, alguns autores propuseram uma abordagem para fotografias que incorporam parcialmente a suposição desses dois ângulos teóricos diferentes. A relação entre a foto e sua representação, de acordo com Nikielska-Sekula (2021) é, portanto, mediada por um fator humano, em um nível de criação (o fotógrafo) ou em um nível de interpretação (público).

Já discutimos em artigos anteriores (Coutinho, 2021) que no contexto deste debate, a imagem não é pensada como um “veículo” que dá publicidade e faz referência ao imigrante e sua experiência, dando destaque ou revelando o fenômeno. Nossa proposta é pensar o fenômeno migratório com a ajuda das imagens, à luz delas. Como já afirmou Köhn (2016), à medida que

experimentamos o mundo através de representações e retóricas visuais, o ato de ver e tornar visível assume uma tremenda relevância teórica e política.

A retórica visual, neste contexto, está focada no entendimento do modo como as imagens comunicam, como elas funcionam em um ambiente social e cultural, e como elas incorporam significados. No contexto da mídia, imagens são vistas como veículos de informação sobre eventos mundiais importantes. É preciso considerar as imagens veiculadas em meios de comunicação como parte de uma intrincada rede pertencente a um fenômeno cultural. A retórica é usualmente considerada como uma chave de persuasão, classicamente utilizada para nos convencer sobre um ponto de vista (na era moderna, muito utilizada para o convencimento de compra). No entanto, podemos considerar que a retórica também tem um papel na formação da identidade e na capacidade de reforçar crenças (Wright, 2016, p. 318).

Como disciplina de pesquisa acadêmica – sobretudo no contexto das ciências sociais – as fotografias da imprensa são par-



tualmente problemáticas. Marcus Banks observou que esse uso ilustrativo da fotografia de jornal serve “como uma pista visual para permitir que os leitores sigam a história ao longo dos dias à medida que se desenrolar” (Banks, 2001, p. 16). Nas últimas duas décadas, observou-se um aumento significativo na migração de pessoas e na disseminação de imagens. A importância e o impacto das imagens e representações visuais emergiram como temas de grande interesse para a pesquisa acadêmica. Estudos têm adotado uma iconologia crítica para examinar os estereótipos visuais e clichês comumente associados à migração. Essas análises desvendam as suposições subjacentes a essas representações e investigam as práticas de exclusão social que elas perpetuam.

É crucial não apenas avaliar como as imagens podem forjar novos discursos, mas também considerar o contexto social e institucional que limita suas funções. Observa-se que o impacto da mídia sobre a representação migratória tem sido insuficientemente explorado nas pesquisas (Wright, 2002). Nesse sentido, Malkki (1995, p. 9) destacou a proliferação de fotografias de refugiados, notando que tais imagens são agora ubíquas e que a maioria das pessoas já se deparou com elas, formando uma imagem visual bastante definida de “como é um refugiado”. A representação

visual de migrantes desempenha um papel essencial, mas negligenciado, na formação do estereótipo destes grupos.

As imagens desempenham um papel importante nesta construção discursiva de ideias estereotipadas. Bischoff (2010) indica que no contexto do debate midiático, os autores, os retratados e os destinatários referem-se mutuamente aos símbolos visualmente definidos e às imagens ligadas à imaginação. É apenas o poder do discurso, e aqui sobretudo do discurso visual, que cria aquilo que nomeia. “Neste sentido, a criação de estereótipos deve ser considerada um ato performativo – como faz Judith Butler – que através de constante repetição e apresentação cria cada vez mais manifestações do estereótipo.” (Bischoff 2010, p. 55). O que é percebido como familiar ou desconhecido, como parte da comunidade ou não, é muitas vezes o resultado de imagens mentais e materiais: as comunidades são imaginadas e, segundo Falk (2010) portanto, constituídas, entre outras, por certos tipos de visualizações.

A maioria dos estudos que se dedicam analiticamente à representação visual dos migrantes nos meios de comunicação social criticam o uso de distorções e clichês. Por exemplo, Terence Wright (2002) analisa diversas fotos de imprensa que retratam migrantes e salienta que muitas destas imagens referem-se à iconografia

cristã para construir a imagem dos refugiados indefesos e vitimados. Francesca Falk (2010) explora o tema do barco (superlotado) como uma metáfora visual e verbal no discurso sobre refugiados e asilo. A autora argumenta (2010, p. 88) que imagens de refugiados na tradição da iconografia cristã são de fato difundidas, analisando e relacionando imagens de imigrantes veiculadas em jornais europeus retratadas em referência ao famoso Pietà de Michelangelo. A autora mostra como é frequentemente associado à invasão em campanhas políticas anti-migração. Estes e outros trabalhos, como o de Kafehsy (2010), revelam como os migrantes são criminalizados ou descritos como vítimas passivas sem agência. Assim, pretendem descobrir os preconceitos ideológicos “inconscientes” das representações dos meios de comunicação de massa.

É sobre a produção fotográfica sobre a migração e religião em contexto nacional que passamos a refletir sobre a forma como a mídia aborda questões relacionadas aos imigrantes, incluindo os aspectos religiosos. A representação da religiosidade dos imigrantes na mídia brasileira é um tema de particular interesse, sobretudo se considerarmos a importância da religião na identidade de muitos grupos migratórios, assim como na sociedade brasileira de modo geral. Importante notar que a mídia desempenha um papel crucial

na moldagem das percepções públicas sobre imigrantes e também de suas práticas religiosas.

NARRATIVAS VISUAIS – MIGRAÇÃO E RELIGIÃO EM DEBATE

A representação religiosa dos imigrantes na mídia nacional é um aspecto fundamental que influencia a percepção pública sobre essas comunidades. A religião, como elemento intrínseco da identidade cultural e social, desempenha um papel significativo em como eles são percebidos e, consequentemente, integrados na sociedade brasileira. Pezzoli-Olgati (2020) tem apontado que a religião é frequentemente explorada para corroborar uma distinção ontológica entre “eles” e “nós”. Especificamente, a cobertura dos meios de comunicação visual e audiovisual

contribui extensivamente para enquadrar a migração como uma “crise” insolúvel e como uma ameaça à identidade nacional – muitas vezes identificada no contexto brasileiro como “cristã”. No entanto, estas imagens estereotipadas são desafiadas por fotografias, obras de artes visuais, esculturas e instalações, documentários e produções artísticas que contestam essas representações generalizadas e altamente problemáticas da migração.

As imagens tornaram-se um local público de informação, construção de significado e debate. Além disso, ao apresentarem biografias individuais e pessoais, encurtam a distância entre as pessoas em movimento e os seus públicos através da identificação emocional e da empatia. É neste contexto

de representação que as imagens fotográficas sobre migração estão inseridas. E é justamente nos contextos de mobilidade e mudança que se revelam com mais clareza as implicações socioculturais das práticas religiosas.

Neste contexto de visualizações controversas e de políticas de imagem, a religião desempenha um papel importante. Se as representações visuais estereotipadas tendem a usar a religião como um marcador de diferenças intransponíveis, muitas produções visuais abordam a religião de uma forma mais sutil. Outras imagens, no entanto, podem “omitir” o aspecto religioso e dar destaque a outros elementos. Nosso objetivo aqui não é oferecer uma visão exaustiva do tema, mas através de uma imagem – registrada pelas lentes



do fotógrafo André Coelho¹ – pensarmos a imagem como recurso metodológico que traz entendimento ao papel da religião no contexto da migração venezuelana.

A pesquisa elaborada por Lima, Garcia e Fachine (2020), pesquisadores do IPEA, é uma ferramenta útil para a nossa análise e apontam caminhos para a reflexão aqui proposta. Os autores investigaram o discurso midiático sobre os fluxos migratórios recentes a partir de elementos

obtidos nas matérias de jornais de circulação brasileira sobre os temas relacionados à mobilidade à mobilidade de haitianos (2011-2018), sírios (2012-2018) e venezuelanos (a partir de 2014) para o Brasil na perspectiva da sua integração em comunidades locais. Os conteúdos analisados possibilitaram identificar palavras-chave mais representativas para cada nacionalidade, nos interessando aqui como foco de análise os venezuelanos. As palavras que se

destacam no noticiário sobre os venezuelanos estão relacionadas, segundo os autores, “às condições de êxodo (crise humanitária e situação econômica), às indicações geográficas com ênfase nas fronteiras (Brasil, Venezuela, Boa Vista, Roraima e Pacaraima) e a questões sobre a política de refúgio (acordos de governo, interiorização, pedidos de refúgio, integração local, política de chegada e fluxo migratório).” (2020, p. 42).

É importante notar que diferen-

temente dos sírios e dos haitianos, que receberam maior destaque para os motivos relacionados com guerra e conflitos ou às questões ambientais - quase em pé de igualdade com guerra e conflitos, segundo os autores (Lima, Garcia e Fachine 2020), os venezuelanos apontam questões econômicas e crise humanitária como principais causas da imigração. Os autores apontam que muitos atenderam aos critérios de elegibilidade vigentes para o *status* de refugiado, “tendo as alegações de grave e generalizada violação de direitos humanos sido aceitas pelo governo brasileiro.” (2020). Neste sentido, a mídia passou a descrevê-los principalmente como refugiados, solicitantes de refúgio ou migrantes, além de mencioná-los na categoria de fluxos migratórios. A partir de 2015, as solicitações de refúgio dos venezuelanos cresceram substancialmente e hoje representam o maior número de solicitações no Brasil.

Ao comparar a atuação da sociedade civil com relação às nacionalidades estudadas pelos pesquisadores do IPEA, os autores afirmam que os haitianos recebem mais assistência que sírios e venezuelanos, sendo que o apoio da Igreja está entre as principais formas de assistência. Os sírios, segundo os autores,

“receberam apoio da Cáritas/São Paulo, bem como do Instituto de Reintegração do Refugiado (Adus), e principalmente da comunidade síria em São Paulo” (2020, p. 63). Já no caso dos venezuelanos, “as entidades da sociedade civil aparecem com menor intensidade no noticiário relacionado a sua acolhida, mantendo-se o destaque para atores governamentais e agências internacionais.” (2020, p. 63).

Os dados apresentados pelos autores acima nos indicam caminhos explicativos para o padrão de imagens fotográficas dos venezuelanos veiculadas na mídia nacional. O fluxo intenso da entrada de refugiados venezuelanos é retratado pela mídia em imagens de pessoas “caminhando pelas margens das estradas, ou do governo enviando tropas federais para reforçar a segurança, além de vários episódios de violência e xenofobia retratados pela mídia nos últimos anos.” (2020, p. 52). A ausência de imagens retratando dados/aspectos/contexto religioso é marcadamente notório no caso dos venezuelanos. A imagem de André Coelho, neste sentido, reitera visualmente o que os pesquisadores do IPEA já indicavam no artigo. O protagonismo do governo brasileiro no suporte aos imigrantes venezuelanos princi-

palmente por meio da Operação Acolhida², os esforços de atuação de grupos religiosos nacionais junto a outros grupos de imigrantes com demandas específicas (como haitianos e sírios) coloca a religião no contexto imagético na conjuntura venezuelana em segundo plano.

No caso das imagens retratando a migração venezuelana na mídia brasileira, a função pública da fotografia é crucial. A representação imagética da migração não envolve apenas crítica social ou política, mas também diferentes formas de representar este movimento contemporâneo. Retratando histórias pessoais, traumas e sonhos, a representação da religião é desenvolvida principalmente em duas direções. Primeiro, as crenças e os rituais estão ligados a práticas pessoais que funcionam como um espaço simbólico de resiliência e de esperança. Em segundo lugar, as referências a narrativas, motivos, símbolos e rituais religiosos bem conhecidos criam um terreno comum entre as figuras visuais e o público. A religião é apresentada como parte de um imaginário cultural e não como um marcador de filiação a uma instituição, e as referências religiosas abrem um terreno comum de debate onde o público é “convidado” a participar

¹ Foto publicada em 19 de julho de 2018. Disponível em <https://www.vice.com/pt/article/a-imigracao-venezuelana-para-o-brasil-em-imagens/>. Acesso em 27/08/2024.

FOTO 1 – André Coelho. Imagem reproduzida com a autorização do autor.



² Iniciativa humanitária coordenada pelo Exército Brasileiro em parceria com agências da ONU e organizações não governamentais. Esta operação foca na interiorização, ou realocação, dos imigrantes venezuelanos de Roraima para outras partes do Brasil, proporcionando acesso a emprego, saúde, educação e integração social. Além disso, o Brasil tem facilitado a regularização da situação migratória desses indivíduos, permitindo que tenham acesso a documentos e aos serviços públicos básicos.

e a assumir papéis como intérpretes ativos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos aprofundar neste artigo não somente elementos da migração venezuelana para o Brasil, mas também estabelecer conexões teórico-metodológicas entre religião e as representações visuais em contexto migratório. Este fenômeno representa não apenas uma crise humanitária em desenvolvimento, mas também apresenta desafios e oportunidades para a política migratória brasileira e a percepção social dos migrantes.

Da violação dos direitos humanos aos números dramáticos na economia, passando por uma política externa conturbada, tem-se um retrato de uma Venezuela desalentada, empobrecida, violenta e internacionalmente isolada. Pode-se também, nesse sentido, perceber, na imagem apresentada no presente artigo, uma imagem que reforça a situação de abandono, vulnerabilidade e desesperança às quais são submetidos os imigrantes venezuelanos que buscam refúgio no Brasil. Buscamos enfatizar que, além dos desafios políticos e logísticos, as representações visuais dos migrantes na mídia são essenciais para formar a opinião pública e a política de acolhimento.

Se historicamente refugiados são, de forma frequente, percebidos como indivíduos que perdem

parte de sua identidade, de seu passado e lugar no mundo, tal imaginário é reforçado sobremaneira pela imprensa brasileira no caso dos refugiados venezuelanos. As igrejas, ssobretudo católicas e as diferentes denominações evangélicas, por outro lado, criam nas políticas de acolhimento aos imigrantes não apenas condições de resgatar minimamente a dignidade e a segurança, mas a possibilidade de integração à comunidade local, reforçando uma identidade universal, de fraternidade e solidariedade. Ora, ainda que as ações das diferentes entidades religiosas que atuam junto aos venezuelanos no Brasil sejam reconhecidas publicamente, seu registro por parte da mídia não favorece o discurso de vulnerabilidade dessa população. Muito pelo contrário, imagens de guarida e assistência, acabam por reduzir o impacto de uma mensagem jornalística que reforça a situação caótica em que os refugiados vivem.

As representações visuais, como mencionado, são construídas e influenciadas por narrativas preexistentes. Isso frequentemente enfatiza a vulnerabilidade dos migrantes, ignorando o contexto mais amplo de suas experiências e habilidades. A utilização dessa técnica pode ter um impacto negativo na percepção pública e nas políticas relacionadas, fomentando estereótipos em vez de enco- rajar uma compreensão mais ma- tizada. A religião, por outro lado,

desempenha um papel importan- te na experiência dos migrantes venezuelanos, pois oferece con- solo espiritual e uma plataforma para integração social e comuni- tária. Instituições religiosas forne- cem serviços essenciais além do suporte material e ajudam os mi- grantes a se inserir na sociedade. Além de resolver os problemas que os migrantes enfrentam atu- almente, essa integração cria uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR (2023) - <https://www.acnur.org/portugues/2023/09/12/mais-de-quatro-milhoes-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-lutam-para-acessar-necessida-des-basicas-nas-americas/#::-text=De%20acordo%20com%20os%20números,Améri-ca%20Latina%20e%20do%20Caribe>. Acces- sed 02 Apr 2024

Baeninger, R., Demétrio, N. B., & Domeniconi, J. (2019) Imigração Internacional na Macrome- trópole Paulista: Novas e Velhas Questões. Ca- dernos Metrópole, 22(47), 17–40.

Banks, Marcus. Visual Methods of Social Rese- arch (2001) London: SAGE.

Bischoff, Christine, Falk, Francesca and Ka- fehsty, Sylvia (eds). (2010) Images of Illegalized Immigration: Towards a Critical Iconography of Politics. New Brunswick and London: Transac- tion Publishers.

Bischoff, Christine. The Making of “Illegali- ty”: Strategies of Illegalizing Social Outsiders (2010) In: Bischoff, C., Falk, F. & Kafehsy, S. (Eds.), Images of illegalized immigration: Towards a critical iconology of politics. Transcript.

Braga AMC, Romizi F, Lanza, LMB (2022) Mi- gração e Religião em Perspectiva: Trajetórias Migratórias, Contextos Religiosos e Interfaces com Políticas Públicas. Relegens. <https://dx.doi.org/10.5380/rt.v11i2.89247>

Coutinho, Suzana Ramos. Migração e Im- gem: Perspectivas Teóricas Da Retórica Visual (2021) Cadernos CERU, v. 32 n. 2.

Coutinho S, Sanches WL (2021) O pluralismo religioso e as religiões em movimento. Revista de Cultura Teológica, 99: 256-275.

Coutinho, S, Santos, JE (2022) Migration and Syrian Conflict: The Narrative Behind the Im- age. Revista Vista, v. 9, p. 1-15.

Domeniconi, J., Baeninger, R., & Belmonte De- métrio, N. (2021) Migrações venezuelanas:: tra-

balhadores do conhecimento no Brasil. Revista Brasileira De História & Ciências Sociais, 13(26), 182–203.

Encovi. Encuesta Nacional de Condiciones de Vida 2019-2020. Informe de resultados. Proyecto ENCOVI, 2020. Available via <https://www.proyectoencovi.com/informe-interacti-vo-2019> . Accessed 20 Feb 2024

Falk, F. Invasion, infection, invisibility: An icono- logy of illegalized immigration (2010) In: Bis- choff, C., Falk, F. & Kafehsy, S. (Eds.), Images of illegalized immigration: Towards a critical ico- nology of politics (pp. 83–100). Transcript.

Farias IF (2022) Qualidade de vida de migran- tes venezuelanos vivendo no Brasil/ MsC The- sis. Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Frederiks, Martha. Religion, Migration, and Identity A Conceptual and Theoretical Explo- ration (2015). Mission Studies 32, pp. 181–202.

Köhn, Steffen. Mediating mobility: visual an- thropology in the age of migration (2016) New York, Wallflower Press.

Lima JBB, Garcia ALJCR, Fechine VMR (2020) A Mdiatização do refúgio no Brasil (2010-2018). In:Viana AR (ed) Fluxos Migratórios o Brasil: haitianos, sírios e venezuelanos, 1st edn. IPEA. Rio de Janeiro, pp 38-69

Maigret, E. Sociologia da comunicação e das mídias (2010) São Paulo: Senac.

Malkki, L. Purity and Exile: Violence, memory and national cosmology among Hutu refugees in Tan- zania (1995) Chicago: Chicago University Press.

Marinucci R (2011) Reconfiguração da identi- dade religiosa em contexto migratório. Estudos de Religião 25:97-118

Nikielska-Sekula, K. “Have You Just Taken a Picture of Me?”: Theoretical and Ethical Impli- cations of the Use of Researcher-Produced Photography in Studying Migrant Minorities (2021). In: Nikielska-Sekula, K. & Desille, A.

(eds.), *Visual Methodology in Migration Stu- dies*, IMISCOE Research Series. https://doi.org/10.1007/978-3-030-67608-7_2

Niño EAL (2020) Migração, Cidades e Fron- teiras: a Migração Venezuelana nas Cidades Fronteiriças do Brasil e da Colômbia. Espaço Aberto. 10: 51-67, Available via UFRJ: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAber-to/article/view/29956> Accessed 21 Feb 2024

Pezzoli-Olgati, Daria. People On The Move (2020). Cross Currents Vol. 70, No. 3, pp. 263-275.

R4V. Regional refugee and migrant response plan for refugees and migrants from Venezue- la (2019) Coordination Platform for Refugees and Migrants from Venezuela.. Available via Plataforma R4V [https://www.iom.int/sites/de- fault/files/press_release/](https://www.iom.int/sites/de-fault/files/press_release/) Accessed 20 Feb 2024

Ribeiro CO, Negro FM (2022) Migração, diversi- dade religiosa e o princípio pluralista: O concei- to de irreligiosação de Andres Torres Queiruga e a dramaticidade das experiências de migra- ção. Revista de Teologia da Unicap., V5N1 :66– 86. <https://doi.org/10.25247/2595-3788.2022>.

Rocha GV, Ribeiro NVP (2019) Fluxo migra- tório venezuelano no Brasil: análise e es- tratégias. Available via Revista Jurídica da Presidência. <https://dspace.almg.gov.br/hand- le/11037/32272>. Accessed 20 Feb 2024

Ruseishvili S, Teodoro GM (2023) Comunida- des de fé e incorporação migrante: venezuela- nos no interior do estado de São Paulo. Reli- gião e Sociedade. <https://doi.org/10.1590/0100-85872023v43n-2cap03>

Saunders, J., Fiddian-Qasmiyeh, E. E Snyder, S. (Eds). (2016) Intersections Of Religion and Mi- gration: Issues at the Global Crossroads. New York: Palgrave MacMillan.

Silva, Camila Rodrigues. (2018) Sínteses, refle-

xões e perspectivas sobre a política de inte- riorização de venezuelanos em 2018. In: Bae- ninger, Rosana; Silva, João Carlos Jaroshinski (Orgs). Migrações Venezuelanas. Campinas, SP: NEPO/Unicamp.

Souza, G. C. de, & Alves Correia, I. (2023). Re- presentações sociais dos discursos midiáti- cos sobre a migração de venezuelanos para o Brasil. Revista Territórios E Fronteiras, 16(2), 196–210.

Souza P, Alfayva NM (2022) A Crise Migratória Dos Refugiados Venezuelanos No Brasil e a Garantia Dos Direitos Humanos. Confluências. <https://doi.org/10.22409/conflu.v24i2.54645>

UNHCR – The UM Refugee Agency, World Bank Group (2021) Integração de Venezue- lanos Refugiados e Migrantes no Brasil. Avai- lable via Policy Research Working paper do Banco Mundial. <https://www.acnur.org/por- tugues/wp-content/uploads/2021/05/5-pa- ges-Integration-of-Venezuelan-Refugees- -and-Migrants-in-Brazil-pt.pdf> . Accessed 20 Feb 2024

Usarski F (2016) A dinâmica entre migração e religião e o capital analítico da Ciência da Re- ligião. Reflexões sobre o estado da arte e de- safios contemporâneos. In: Baggio F, Parise P, Sanchez WL (ed) Mobilidade humana e iden- tidades religiosas, 1st edn. Paulus, São Paulo, pp 63-84

Van Dijk, T. Editorial - Discourse and racism (1999) Discourse and Society, p. 147.

Wright, Terence. Moving images: The media representation of refugees’ (2002) Visual Stu- dies, 17(1), 53–66.

Wright, Terence. Press photography and visual rhetoric (2016) In: Margolis, Eric and Pauwels, Luc (eds). *The Sage handbook of visual research methods*. London, Sage.



O QUE SE NARRA
ÀS CRIANÇAS
SOBRE MIGRAÇÃO
E REFÚGIO:
UMA ANÁLISE
DA LITERATURA
INFANTIL

Regilene A. M. Oliveira da Silva
Antônio Carlos Rodrigues de Amorim

Regilene AM Oliveira da Silva
Estudante do curso de Pedagogia da Unicamp e pesquisadora de temas em humanidades, como refúgio, deslocamento humano e literatura infantil.

Antônio Carlos Rodrigues de Amorim
Professor Titular na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Pesquisador do Laboratório de Estudos Audiovisuais (Olho) e pesquisador associado no Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor). Experiência de investigação é na área de Educação, com ênfase nas relações entre Currículos e Culturas Audiovisuais. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq.

INTRODUÇÃO

Com a intenção de pesquisar sobre as representações de pessoas imigrantes e refugiadas que circulam em livros de literatura infantil publicados no Brasil entre os anos de 2010 e 2023, vem sendo desenvolvida uma pesquisa na Faculdade de Educação da Unicamp. Com equipe composta por estudantes de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, sob a coordenação do Prof. Dr. Antonio Carlos Rodrigues de Amorim, o projeto tem financiamento das agências CNPq, FAPESP/Unicamp e pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) de Campinas, dentro das ações coordenadas pelo Núcleo de Estudos da População “Elza Berquo” (NEPO/Unicamp). Interessa-nos,

dentre outros aspectos, compreender se essas representações contribuem para a ruptura ou continuidade da imagem na forma como são percebidos, reconhecidos, interpretados e interpelados discursivamente na materialidade dos livros infantis, cuja circulação predominantemente se destina à escola.

É claro que as representações sobre pessoas em condição de refúgio, ou a quem foi impingida a migração forçada, têm seus efeitos de sentido em várias outras agências discursivas, tais como os meios de comunicação. Pelo seu efeito de rápida produção e ressignificação icônica, pode-nos auxiliar uma busca nos principais jornais do país, como G1 e Folha de São Paulo, percebemos que

imigrantes e refugiados estão associados a palavras como “invasora”, “recusa”, “crise” “sem autorização”. Na edição de 07 de novembro de 2022, o mesmo jornal chamou a situação dos imigrantes de “mundo paralelo”, pois seu ritmo de crescimento tem se dado de maneira que é superior ao ritmo de crescimento da população mundial.

No Brasil ainda assistimos a atos violentos contra os imigrantes por motivos de racismo e xenofobia e notícias de discriminação contra filhos de imigrantes e trabalhadores em situação de refúgio se espalham pelas redes. Assim, as representações sociais, olhadas a partir dessa pequena amostragem de notícias em veículos de comunicação com grande poder

de penetração e formação cultural de uma parcela importante da população brasileira, demarcam imigrantes e refugiados com quem chega ao país como uma classe de pessoas que designados como o “outro”, o “diferente” e até mesmo “o inferior”. Como romper com esses discursos estabelecidos pelos sistemas de mídia? Como podemos apresentar novas representações que possam desassossegar e comover o público no sentido de movê-lo junto, de deslocar o seu olhar para a história de pessoas em situação de refúgio e migração?

Tais perguntas são um bom contraponto para a materialidade visual e da palavra escrita, que elegemos para nossa pesquisa. Pelo que está demonstrado na literatura acadêmica especializada e na comunidade de escritoras/es e ilustradoras/es desses livros, os focos privilegiados são de buscar rupturas com os estereótipos e criar outros modos de narrar as histórias de vida contidas nos movimentos de imigração e refúgio.

Compreender o que é narrado às crianças nas literaturas infantis sobre esse tema contemporâneo, quais temas são explorados, quais valores e quais potências tais obras espelham é parte fundamental da resposta que se tem construído para pensar deslocamentos. Para Cogo e Silva (2016), a diáspora Haitiana, que já enfrentou o discurso midiático de fuga do Haiti e que transitou

para Invasão do Brasil, demonstra que a enunciação das dinâmicas migrantes de chegada e acolhida orientam e direcionam a construção subjetiva social sobre quem é a pessoa imigrante.

Sendo a literatura um campo de aproximação com a realidade social e capaz de dialogar com a própria história humana, ela carrega consigo a aptidão para interromper enunciados hegemônicos favorecendo a compreensão do caráter mutável das identidades, confrontando representações sobre os outros consideradas absolutas e entrelaçando experiências humanas no tempo e no espaço. Por meio da narrativa imagética e textual, suas representações são capazes de educar o imaginário infantil, onde se constitui o intelecto e as emoções para olhar o mundo.

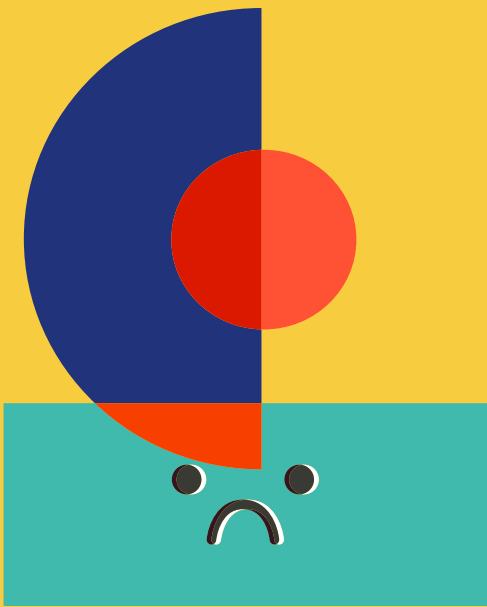
Inicialmente, apresentamos um conceito amplo do papel da literatura infantil frente a essas questões sociais atuais, na compreensão de que ela não pode se isolar da realidade em que vivemos. Ao incorporar demandas e diálogos com os dramas humanos, favorece a qualificação das relações e se opõe à normalização de comportamentos e desumanização de grupos de pessoas. Na segunda parte, é apresentado um estudo de imagens dos livros que trazem o deslocamento como tema e estratégias de elaboração de sentido. Cada vez mais sofisticada, na publicação desses livros, as imagens

têm estimulado não apenas a percepção afetiva e solidária com o outro, mas se têm revelado como exercício amplo do olhar para ir além daquilo que se apresenta, propiciando um plano da sensação, entre o livro e quem o lê.

Como forma de síntese comparativa entre os livros estudados, elaborou-se um quadro que apresenta o Tema e a Potencialidade de cada obra, revelando que as narrativas não tratam apenas de histórias individuais, mas da força de um comum, do qual cada um de nós somos feitos como parte da humanidade.

Durante o trajeto de pesquisa, o uso das cores, de sombras e da luz nas obras chamou nossa atenção e, a partir da análise dos eventos nos livros “Em fuga”, “Refúgio” e “O barco de histórias”, tentamos construir uma relação entre o uso da sombra e da luz pelos autores, sugerindo uma nova interpretação a partir dessa potencialidade.

Um dos aportes teóricos que subsidiaram a descrição e análise dos livros veio da Teoria das Representações do psicólogo Serge Moscovici (2003), segundo o qual enxergamos o mundo a partir das representações que criamos dele. Brison (2012), para quem, diante da nova realidade, a literatura deve se apresentar como conceito amplo. Lucia Santaella (2012), Gens (2012) e Ramos e Panozzo (2012) também são citados sobre a forma estética do livro infantil e as estratégias de elaboração de





sentido a partir das suas ilustrações. Eugénia Vilela (2000) nos ajudou a pensar sobre os corpos, lugares, espaços e deslocamentos não apenas como materialidade ou como localização, mas como histórias e memórias.

METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa, inicialmente partimos da seleção de livros de literatura infantil em si com ampla discussão dos seus elementos imagéticos e narrativos. Os livros de literatura infantil foram escolhidos a partir da característica principal de terem personagens (i)migrantes, refugiados ou em situação de deslocamento, e que as narrativas tematizassem os dramas de pessoas e grupos. De início, revisamos e discutimos em nossos encontros diversas obras relacionadas ao tema, que compõem o acervo do Laboratório de Estudos Audiovisuais – OLHO. Especialmente para a iniciação científica de Regilene Oliveira da Silva, cujo registro dos resultados parciais está neste capítulo, foram selecionados nove livros em sintonia com o tema da pesquisa, apresentados no seguinte Quadro.

A escolha dos livros e dos temas se respaldou também em uma revisão bibliográfica, passo primordial para qualquer pesquisa científica, pois nos permite um maior aprofundamento e permite a delimitação do tema em bus-

ca de novas problematizações. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida através do Sistema de Bibliotecas da UNICAMP utilizando as palavras-chave “Literatura Infantil”, e disponível na coleção da biblioteca e publicado nos últimos 10 anos, o que nos rendeu cerca de 2.000 resultados. Couto e Hillesheim (2021), ao analisarem obras de autores latino-americanos de literatura infantil sobre migrações contemporâneas, assumem a literatura infantil em seus efeitos estéticos, éticos e políticos — que, no caso das migrações internacionais contemporâneas, transforma os números, as crises e os riscos, também, em histórias.

A partir dessa revisão, foram identificados os temas dos textos e suas potencialidades, que, para completo entendimento, são os valores mais amplos como empatia, pertencimento, acolhida e afirmação de cultura. Os principais temas encontrados durante a análise dos livros foram: Experiências de deslocamento, chegada e acolhida, experiência em campo de refugiado (Quadro 1).

Seguido a isso, fizemos um resumo de cada livro, o que nos permitiu alcançar outras dimensões para além das questões estruturais das obras (elementos paratextuais e extratextuais, cores, diagramação, tipografia, número de páginas), como o próprio ato de existir da imagem.

Com esse exercício, estabelecemos tópicos a serem trabalhos em sala de aula ou na mediação desses livros, como as brincadeiras, o modo de se vestir e os temas das conversas das crianças que vivem em campos de refugiados. Também foi possível notar quais territórios humanos as imagens espelham. Neste capítulo, não serão abordados resultados do projeto.

Convergindo as entrevistas dos autores, a história de refugiados e suas aproximações com a literatura infantil, ressignificamos a circunstancialidade das ilustrações dentro do texto e a dimensão subjetiva que elas atingem, como os sentidos do corpo, os afetos, e as emoções.

LITERATURA INFANTIL PARA UMA REALIDADE MULTICULTURAL

A literatura infantil, para Faria (2002), é como uma obra de arte que “abre portas” para que criança conheça e explore o mundo. Hermes e Kirchner (2019) vão um pouco além e atribuem à literatura infantil outros objetivos como tais como educar, instruir, educar, instruir, desenvolver a inteligência, ser o ponto de partida para ensinar algum conteúdo programático ou mesmo ser um dos instrumentos para tentar entender o que se passa com as crianças no campo pessoal.

A presente investigação nos

Quadro 1 - Temas e potencialidades das obras organizado por ano de publicação

TEMA	POTÊNCIA DA OBRA	OBRA ANO	AUTOR/ILUSTRADOR	PAÍS
Experiência de deslocamento	Empatia com a realidade do outro, meios de deslocamento, brincadeiras infantis, a espera, objetos de deslocamento.	Para onde vamos (2016)	Jairo Buitrago; Rafael Yockteng	Colômbia
Experiência de deslocamento	Perdas, autoestima, pertencimento, mudança do olhar, acolhimento, representações de cores, luz e sombras.	Em Fuga(2018)	Pimm van Hest; Aron Dijkstra	Holanda
Experiência de deslocamento	Empatia, medos, representações de corpos migrantes, cores e sombras, objetos do deslocamento.	Migrantes2021)	Issa Watanabe	Peru
Experiência de deslocamento	Empatia, resgate, acolhimento, escuta ativa, outras representações como meio de transporte, roupas e brinquedos.	Refúgio (2021)	Sandra Le Guen; Stéphanie Nicolet	França
Experiência de deslocamento	Objetos do deslocamento, meios de deslocamento, o corpo, resgate, testemunho/ vozes do infantil.	O barco de histórias (2021)	Kyo Maclear; Rashin Kheiri-riyeh	Canadá
Chegada	Não - familiar, medo, o diferente, o outro, memória, separação, acolhida, construção da identidade, receptividade.	Eloisa e os bichos (2013)	Jairo Buitrago; Rafael Yockteng	Colômbia
Chegada	Meio do deslocamento, afetos, objetos da infância, brincadeiras, adjetivos positivos, autoestima, imagem positiva de si mesmo e dos outros, nome, memória e testemunho infantil.	A menina que abraçava o vento (2017)	Fernanda Paraguassu	Brasil
Chegada	Barreiras como idioma, costumes, medos, insegurança, sentimento de não existência, os desenhos da criança, o familiar e não familiar, acolhida, amizade, papel da natureza, os sentidos do corpo no papel da adaptação, saudade.	Mustafá (2019)	Marie-Louise Gay	Canadá
Compartilhando histórias e cultura em campo de refugiados	Empatia com a realidade do outro, desejo de partir e não partir, esperar-esperançar, sentidos do corpo (olhos, pés, pernas, mãos), brincadeiras e brinquedos, comida favorita, roupas, conversas entre refugiados, sonhos e medos. Atividades no campo da arte. Grupos humanitários. Saberes e fazeres de quem mora num campo de refugiados.	Dois meninos de Kakuma (2018)	Marie Ange Bordas	Quênia

mostrou que cada elemento de um livro pode conversar com olhos, o coração e o pensamento do leitor. Pois um livro também é uma experiência sensorial e afetiva. Para Barthes (2011), tudo, até o menor detalhe de uma narrativa, tem uma significação. Pensando na necessidade de um novo (ou mais amplo) entendimento da função da literatura para a infância contemporânea, Brison (2012) se refere aos livros como sendo de dois tipos, “livros-espelhos” e “livros-janelas”.

Para essa autora, os “livros-espelhos” refletem e fortalecem a cultura da criança. A criança é representada dentro do texto e aprende a valorizar sua cultura. A leitura desses textos auxilia outras crianças a superarem estereótipos e a tolerar diferentes formas de ser. Os “livros-janelas”, por outro lado, oferecem a todos a oportunidade de conhecer e aprender sobre outras culturas, ou seja, é um livro que proporciona uma experiência de sentido social.

A atual crise das pessoas em situação de refúgio tem impactado nações, refazendo seu tecido social. Por isso, a literatura infantil já não pode se limitar a “abrir portas” ou servir como ferramenta didática, mas deve atuar na busca pela colaboração entre os povos e até mesmo no aumento do senso de comunidade humana. Nos aproximamos do conceito de literatura multicultural como gênero de Martens “et al” (2015), que define

que a literatura não tem apenas o papel de ajudar crianças e jovens a compreender suas identidades culturais, mas oportunizar o aprendizado sobre outras realidades, ampliando a perspectiva dos alunos e quebrando atitudes de preconceito e xenofobia.

Se, de um lado, temos as grandes mídias explorando narrativas e imagens num processo de alienação da história do outro, de outro, poderemos contar com a literatura infantil e sua potencialidade de restaurar essas histórias, recontando-as e “(re)humanizando as experiências daqueles que atravessam fronteiras” (Sciurba et al, 2020).

A escola figura como um terceiro espaço, onde as culturas podem se encontrar nas suas diferenças, oportunizando às crianças uma rede de conexões interculturais e favorecendo o contato com pessoas e histórias diversas. Barthes (2006, p.21) afirma que “o brio do texto é sua vontade de fruição: lá onde precisamente ele excede a procura, ultrapassa a tagarelice, e através do qual tenta transbordar”. Para Ramos e Panozzo (2012), uma obra, pela forma estética, é capaz de romper com as experiências dos leitores colocando-os diante de novas questões. A autora afirma ainda que a literatura, por meio da educação estética e artística, assume caráter emancipatório do pensamento e da humanização do sujeito leitor.

Como possibilitar o surgimento de um leitor atento às articula-

ções entre palavra e imagem? Armando Gens (2012), em “Livro com ilustração: um exercício do olhar”, propõe que as atividades em sala de aula ofereçam um contexto favorável para que estudantes se exercitem em olhar o livro com ilustrações. O autor refere-se à contemplação da imagem e ao silêncio que ela evoca. A contemplação e análise do objeto devem ser reconhecidas como uma prática onde “abram o livro!” deva ser substituído por “olhem o livro!”, afirma. A sofisticação e o investimento das editoras em “ilustração, projetos gráficos e capas, no sentido de formar gosto estético” nos livros analisados são pro-

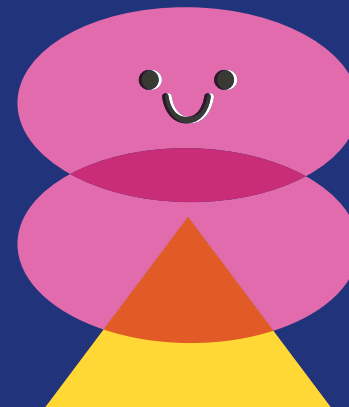
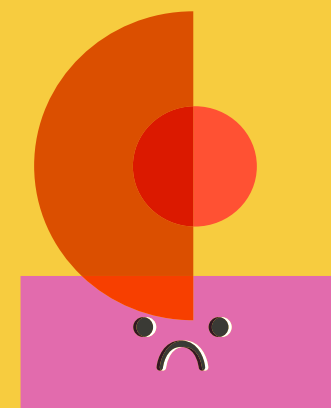
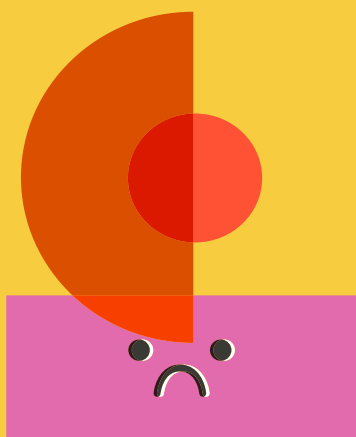
vas de que a educação não deve atender apenas às demandas da razão, mas da emoção.

Para Gens (2012), os novos protocolos de leitura iniciam com a leitura dos elementos extratextuais como capa, sobrecapa, quarta capa, lombada, orelha, e etc. O novo modo de ler exige o exercício de todos os sentidos do corpo com o objetivo de promover a sensibilidade do leitor. Para o ilustrador Rui de Oliveira, em postagem no seu blog <https://ruideoliveira.blogspot.com/2010/06/refletindo-sobre-as-aguas-das-imagens.html>, as imagens estão na aura dos textos e a sua leitura vai se dar sempre por aproximações. Essa é

uma capacidade que pode ser cultivada e não exige um método rígido, afirma o autor. Ilustrador desde 1970, afirma que o papel das ilustrações é abrir novas portas interpretativas e que nesse sentido o coautor é aquele que a examina. Para ele, a imagem dentro do livro está entre as intenções do autor e a subjetividade do ilustrador. Como uma passagem secreta que dá acesso a única história que importa, a do próprio leitor.

AS IMAGENS NOS LIVROS SOBRE MIGRAÇÃO E REFÚGIO

Para a leitura de imagens, Tavares (2019) parte do uso de estratégias de elaboração de sentidos



centradas em inferências, cuja investigação adota critérios como formas, cores, esquemas de tons e contrastes. É necessário estabelecer formas de acesso à leitura por imagens, afirma a autora, através dos modos de educar o olhar para a percepção de elementos composicionais e dos modos de contemplar o livro.

Lúcia Santaella (2012) aponta modos de leitura que são distintos

da leitura da palavra. Para a autora, é possível utilizar a linguagem verbal para “traduzir” imagens. No entanto, somos capazes de lê-las até por meio de outras imagens, sem a necessidade da relação com o texto. Para ela, a alfabetização visual é aprender a ler imagens e desenvolver a observação de seus aspectos e traços constitutivos, detectar o que se produz no interior da própria imagem.

Vivemos em um meio imagético e, até mesmo enquanto dormimos, continuamos a ver imagens nos sonhos. Logo, não é possível negligenciar uma educação de leitura das imagens. Santaella (2012) traz ainda a diferença existente entre percepção e interpretação de uma imagem. “Reconhecer uma imagem não significa que compreendemos o seu campo de referência, o seu simples reco-

nhecimento não fornece chaves para interpretá-la” (p.22).

Na imagem é possível reconhecer elementos como carrinho, bonecos, garrafas, embalagens, duas crianças e a própria brincadeira. No entanto, a interpretação ampla se dá a partir do contexto. A brincadeira alude ao deslocamento efetuado pela criança e sua família num processo desgastante de imigração. Esse é o conteúdo da obra. Os objetos do brincar, como afirma Kishimoto (2010), carregam seus próprios significados e representações - muitas vezes daquilo que extrapolam a linguagem - e podem ser influenciados pelo contexto cultural, social e histórico.

Ao contemplar a imagem em folha dupla notamos como o autor tenta nos contar aquilo que é ocupado pelo silêncio do texto; não só o de palavras, mas a suspensão do fôlego, o impacto visual da página dupla que atinge nosso corpo in-

teiro. Em entrevista presente no artigo de HUANG (2021), Buitrago nos conta que esteve na casa de imigrantes na cidade mexicana de San Luis (Potosí, México), onde ouviu os testemunhos de imigrantes e histórias sobre “la Bestia”, como é conhecido o trem que atravessa o México e vai até os Estados Unidos. O lugar da imagem dentro do livro infantil tem a capacidade de preencher contextos de narrativa, descrição e até de representação. Remetendo àquilo que não está sendo contado diretamente nem mesmo pelo próprio texto.

As imagens nos livros que expressam o argumento da imigração são expressivas, poéticas e simbólicas. Não deixam de ser códigos socioculturais que potencializam a capacidade imaginativa do leitor, dialogando e tensionando seu campo de representações, ao mesmo tempo que fazem da leitura uma experiência educacional e humanizadora.

DIVAGAÇÕES

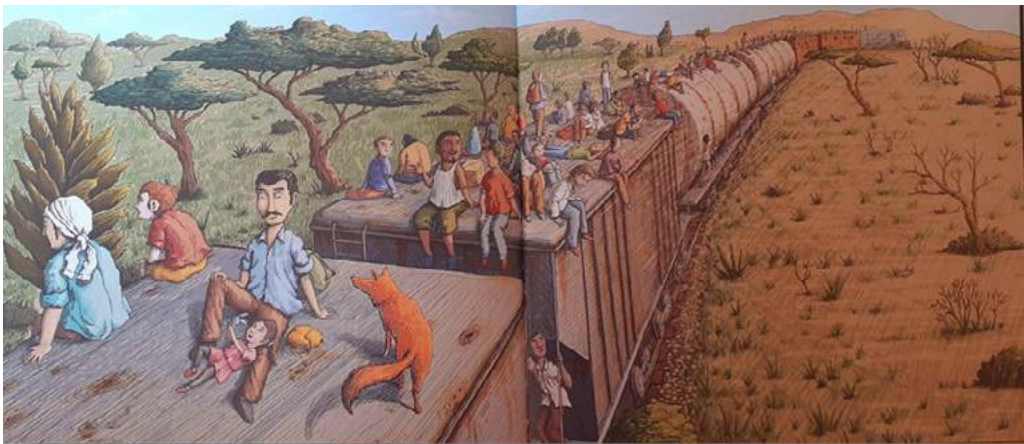
Se, de um lado, percebemos, em alguns veículos midiáticos, o poder de criar senso comum e de estigmatizar grupos reforçando preconceitos através de alguns modos de representar pessoas ou grupos sociais imigrantes e refugiados, vislumbramos pela literatura a constituição de um campo capaz de romper com esses enunciados, colocando em perspectivas as diferenças, as sensibilidades, os sentidos éticos e estéticos variantes nos/dos processos de deslocamentos.

A análise da literatura infantil que trata de contextos de (i)migração e refúgio permitiram compreender algumas representações que essas narrativas espelham ou geram como novos sentidos. Em vez de apresentar o outro como “o diferente”, “o incivilizado”, o “inferior”, tais discursos funcionam, segundo Moscovici (2003) como um trabalho representacional para familiarizar o não-familiar.

Figura 1 - Para onde vamos



Figura 2 - Para onde vamos





As narrativas do deslocamento e dos processos de migração e refúgio são, nas imagens dos livros ilustrados, a própria fonte para compreender e pesquisar o momento histórico que vivem as pessoas em tais condições socio-culturais. As obras trazem imagens e alegorias com intenções conscientes em planos visíveis aos olhos, mas também atuam de modos subcutâneos, que dependem do repertório, da trajetória e da subjetividade do leitor. Significando dizer que existe a história, o social, a cultura e a realidade concreta, mas a mágica da ilustração é o truque de um artista e cabe a cada leitor revelá-lo segundo suas aproximações. Abrir-se para a conexão com este plano da sensação é uma das finalidades educativas da leitura, particularmente nas escolas.

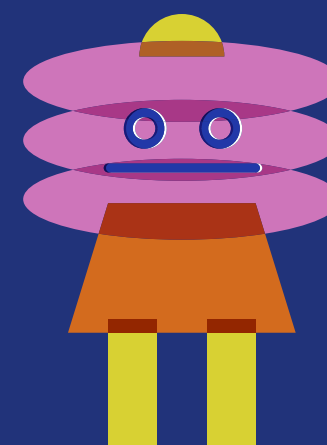
Concluímos que os temas tratados nos livros estudados são muito importantes do ponto de vista

da formação de sujeitos. Auxiliam na dinâmica dos jogos de poder que endereçam, discursivamente, lugares fixos e estáveis para determinados sujeitos, agindo ativamente para a restauração das narrativas de migração abordadas pelas obras em oposição ao que as grandes mídias vêm explorando. A inclusão desses livros no currículo escolar beneficia jovens e crianças migrantes e não migrantes, pois como vimos, a literatura infantil tem amplas capacidades para empoderar culturas, afirmar existências, espelhar sentimentos e circunstâncias, humanizando histórias de grupos que experimentam a exclusão social e principalmente sobrepujando visões dominantes.

Para discutir contextos complexos como estes, necessitamos de uma literatura infantil de caráter multicultural, no sentido de que todas as crianças têm o direito de entrar em contato com imagens

que representem sua cultura e a si mesmas naquilo que ouvem, veem e leem, como argumenta Brison (2012). Mas que também despertam empatia, oportunizem o conhecimento de outras realidades, as barreiras enfrentadas por quem chegou de outra realidade, e, por extensão, o engajamento contrário a narrativas desumanizantes.

Como professoras/es, primeiro precisamos nos deixar tocar pelas narrativas, no dizer de Vilela (2000). Nos comover, no sentido de permitir se abalar e se envolver nas obras para apreender seus elementos e propor percursos a partir de um olhar fértil sobre as soluções visuais e textuais de cada uma. É através do exercício do olhar e da contemplação dos trabalhos aqui citados que os recursos de cada história se apresentarão como um projeto aberto e capaz de discutir possibilidades que estão ao nosso alcance.



Percebeu-se, por fim, que a experiência do deslocamento é uma experiência corporal e sensorial, e que as marcas entre o corpo-sujeito e as suas circunstâncias narram performances de corpos instáveis a partir dos quais se tece o egresso, o transitório, e o inconstante na reinvenção da própria vida. Os corpos das imagens, nos livros de literatura para crianças, compõem esse mapa do sensível, ainda a ser cartografados e experimentado, quando constituirmos lugares comuns para as narrativas de solidariedade e afetos partilhados nas diferenças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. O prazer do texto. Perspectiva, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/318165/mod_resource/content/1/BARTHES%2C%20Roland%20-%20O%20prazer%20do%20texto%20-%20ED%20perspectiva%2C%202004.pdf. Acesso em: 11 abr. 2024.

BUITRAGO, Jairo. Para onde vamos. Ilustrações de Rafael Yockteng. Tradução de Márcia Leite. São Paulo: Editora Pulo do Gato, 2016.

BRISON, Sabrina A. Knowledge of multicultural literature among early childhood educators. ERIC Education Resources . Multicultural Education, v.19, n.2, p.30-33 Win. 2012. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ1001522> Acesso em: 11 abr. 2024.

COGO, D.; SILVA, T. Entre a “fuga” e a “invasão”: alteridade e cidadania da imigração haitiana na mídia brasileira. Revista FAMECOS, v.23, n.1, 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/21885> Acesso em: 11 abr. 2024.

COUTO, Caroline; HILLESHEIM, Betina. Literatura infantil: diálogos com as migrações contemporâneas. Lit. teor. hist. crit. [online]. 2021, v.23, n.2, p.217-244. Epub, July 21, 2021.

FARIA, Elizabeth Coelho de. Partilhando emoções e (re)descobrimdo sentimentos : surpresas e descobertas no encontro da criança com a literatura infantil .2022 . Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/295889> Acesso em: 11 abr. 2024.

GENS, Armando. Livro com ilustração: um exercício do olhar. Revista de Estudos em Língua Portuguesa e Literatura, v. 16, ano VII, jul./dez., 2022 - DOSSIÊ: Leitura nas Aulas de Língua Portuguesa. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/1003> Acesso em: 10 nov. 2022.

HERMES, Vaniele S.; KIRCHNER, Helenice Ana. A importância da literatura infantil no processo de aprendizagem da infância. Seminário de Educação da UCEFF - UCEFF - Unidade Central de Educação Faem Faculdade. 2019. Disponível em: https://eventos.uceff.edu.br/eventosfai_dados/artigos/semic2019/1124.pdf Acesso em: 11 abr. 2024.

MARTENS, Prisca; MARTENS, Ray; DOYLE, Michelle Hassay; LOOMIS, Jenna; FUHRMAN, Laura; FURNARI, Christie; SOPER, Elizabeth;

STOUT, Robbie. Building Intercultural Understandings Through Global Literature. The Reading Teacher, v.68, n.8, p. 609-617, 2015. International Literacy Association (ILA) Disponível em: <https://ila.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/trtr.1359> Acesso em: 11 abr. 2024.

MOSCOVICI, S. Representações sociais: investigações em psicologia social. P. A. Guareschi, Tradução. 4.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

PANOZZO, Neiva Senaide Petry; RAMOS, Flávia Brocchetto. A literatura infantil como possibilidade de multiletramento. Revista de linguagem e ensino, Universidade de Pelotas, v.15, n.1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/view/15409> Acesso em: 11 abr. 2024.

SANTAELLA, Lucia. Leitura de imagens. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

SCIURBA, Katie; HERNANDEZ, Sera J.; BARTON, Reka C. Humanizing the journey across the Mexico - U.S. Border: multimodal analysis of children's picture books and the restoring of latinx (im)migration. Spring Nature BV, 2020. 18 Outubro 2020 . Disponível em: <https://discovery.ebsco.com/c/7zh5jk/viewer/pdf/tjhxuw7qpr> Acesso em: 11 abr. 2024.

TAVAREZ, Márcia. Estratégia Inferencial para ler o livro ilustrado. Revista Graphos, v. 21, n.1, 2019. Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/view/46554> Acesso em: 11 abr. 2024.

VILELA, Eugénia. Corpos inabitáveis: errância, filosofia e memória. Revista Enrahonar: an international journal of theoretical and practical reason, n.31, 2000, p. 35-52. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/objeto/7916> Acesso em: 11 abr. 2024.



EIXO 4:
**POLÍTICAS PÚBLICAS
E ACESSO A DIREITOS**



DIREITO MIGRATÓRIO E POLÍTICA NACIONAL DE MIGRAÇÃO, REFÚGIO E APATRIDIA: A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM CONSENSUAL PARA PROTEÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA

LUIS RENATO VEDOVATO
ANA ELISA SPAOLONZI QUEIROZ ASSIS

Luis Renato Vedovato
Livre Docente pela UNICAMP, Doutor em Direito
Internacional pela Faculdade de Direito da USP. Professor
de Direito Internacional da UNICAMP e da PUC de
Campinas.

Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis
Livre Docente pela UNICAMP, Doutora em Educação
pela Faculdade de Educação da UNICAMP; Vinculação
institucional atual: Professora da Faculdade de Educação
da UNICAMP.

INTRODUÇÃO

A Lei 13.445, de 24 de maio de 2017, batizada de Lei de Migração, apesar de também trazer disposições sobre concessão de nacionalidade brasileira (Capítulo VI da Lei), abarca, no seu artigo 120, a seguinte disposição:

Art. 120. A Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia terá a finalidade de coordenar e articular ações setoriais implementadas pelo Poder Executivo federal em regime de cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com participação de organizações da sociedade civil, organismos internacionais e entidades privadas, conforme regulamento.

§ 1º Ato normativo do Poder Executivo federal poderá definir os objetivos, a organização e a estratégia de coordenação da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia.

§ 2º Ato normativo do Poder Executivo federal poderá estabelecer planos nacionais e outros instrumentos para a efetivação dos objetivos desta Lei e a coordenação entre órgãos e colegiados setoriais.

§ 3º Com vistas à formulação de políticas públicas, deverá ser produzida informação quantitativa e qualitativa, de forma sistemática, sobre os migrantes, com a criação de banco de dados.

A criação da Política Nacional

de Migrações, Refúgio e Apatridia, portanto, não é uma liberalidade governamental, ela é uma determinação legal¹. Desde 2017, porém, pouco se avançou para construção de tal política, podendo ser identificados dispositivos normativos contrários aos princípios norteadores da Lei de Migração, focada na proteção de direitos humanos, essencialmente. Porém, a captura do tema migração pelo jogo político partidário fez que qualquer avanço na política pública migratória se tornasse muito difícil².

No dia 23 de janeiro de 2023, o Ministério da Justiça e da Segurança Pública edita a Portaria 290/2023, que “institui Grupo de Trabalho voltado para o estabelecimento da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, bem como revisão do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017”.

A partir da citada portaria, a Secretaria Nacional de Justiça, pela Portaria SENAJUST/MJSP nº 70, de 16 de fevereiro de 2023, designa membros do Grupo de Trabalho (GT) para realização da tarefa.

Tal GT recebeu a incumbência de identificar os elementos centrais para estabelecimento da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (PNMRA) do país. Todavia, esse é um trabalho

que exige, acima de tudo, fazer um retrato preciso das privações e vulnerabilidades enfrentadas pela população alvo da regulação.

Com ampla consulta à comunidade, consideramos que o trabalho foi realizado de forma louvável e indica a necessidade de uma constante consulta à população alvo. Isso possibilita que ajustes sejam feitos na PNMRA, com vistas a identificar privações e vulnerabilidades e essas possam ser objeto de políticas públicas específicas³ (Vedovato & Baeninger, 2022).

Com essa premissa, sugere-se o uso da metodologia da abordagem consensual, construída pelo Professor Peter Townsend⁴ e pela Professora Joanna Mack⁵. Aprovada em 2006 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tal metodologia, consiste na medição da pobreza multidimensional, pela abordagem consensual.

Uma discussão sobre a população migrante, refugiada e apátrida envolve aspectos multidimensionais relacionados com o desenvolvimento social. Há, portanto, vínculo entre a abordagem consensual para medição da pobreza multidimensional e tema aqui tratado.

Nas páginas seguintes, apresentamos a metodologia, fazemos uma consideração sobre como a dignidade humana será analisada e, finalmente, concluímos, direcionando esforços para subsidiar futuras aplicações dessa metodologia, bem como usar seus resultados no aperfeiçoamento da PNMRA. Com isso, pretendemos contribuir com o estímulo ao uso e com a divulgação de um poderoso instrumento de identificação das privações do público-alvo analisado.

IDENTIFICANDO AS PRIVAÇÕES

As principais formas de medição direta da pobreza buscam identificar as privações e os padrões de vida das pessoas, tendo sido construídas em uma longa trajetória (Gordon e Pantazis, 1997). Do mapa da pobreza de Charles Booth, de 1886, até Peter Townsend, no século XX, as pesquisas enfrentavam o desafio de estabelecer as condições de vida das pessoas consideradas em situação de pobreza, vivendo, portanto, com privações.

O pioneiro a utilizar uma abordagem de privação relativa, ou seja, a privação que cada um identifica,

para determinar a pobreza em amplos aspectos da vida, foi Peter Townsend, em 1979, levando em consideração elementos pessoais e sociais.

A metodologia de Peter Townsend e Joanna Mack sobre pobreza multidimensional, por meio da abordagem consensual, visa identificar as privações relativas. E o caminho é, num primeiro momento, por meio de grupos focais (de 8 a 12 por pesquisa), identificar as necessidades socialmente percebidas, com base em uma lista de direitos constitucionais e de bens classificados como relevantes em pesquisas sobre pobreza multidimensional em vários países do mundo⁶.

Em cada grupo focal, deve-se chegar ao consenso sobre se o bem ou direito debatido é classificado como (i) necessário; (ii) desejável; ou (iii) um luxo. Se em 50% ou mais dos grupos focais, o bem ou direito é classificado como necessário, está-se diante de uma necessidade socialmente percebida (NSP)⁷.

Na segunda etapa, é feita a pesquisa domiciliar para validar os resultados dos grupos focais. O questionário aplicado depende

¹ Em 2017, foi publicado trabalho indicando os pontos mais relevantes a serem inseridos na política - TORELLY, Marcelo; KHOURY, Aline; VEDOVATO, Luís Renato; GONÇALVES, Verônica Korber (org.). Política de refúgio do Brasil consolidada. Brasília: Organização Internacional para as Migrações, Agência das Nações Unidas Para as Migrações, Ministério da Justiça, 2017.

² Cf. VEDOVATO, L. R. Do Dream Act ao Muro - Direitos Fundamentais diante da política partidária. In: Rosana Baeninger; Alejandro Canales; Luis Renato Vedovato. (Org.). Migrações Fronteiriças. 1ed. Campinas (SP): NEPO/UNICAMP, 2018, v. 1, p. 30-40.

³ VEDOVATO, L. R.; BAENINGER, R. As necessidades socialmente percebidas e a população refugiada: contornos do conceito de dignidade humana. In: André de Carvalho Ramos; Carolina de Abreu Batista Claro; Gilberto M. A. Rodrigues; Guilherme Assis de Almeida. (Org.). 25 anos da lei brasileira de refúgio: perspectivas e desafios. 1ed. Brasília - DF: Agência da ONU para Refugiados - ACNUR, 2022, v. 1, p. 127-136.

⁴ cf. TOWNSEND, P. Poverty in the United Kingdom: A survey of household resources and standards of living. Londres: Penguin Books, 1979. <https://www.poverty.ac.uk/system/files/townsend-book-pdfs/PIUK/piuk-whole.pdf>

⁵ cf. MACK, J., & LANSLEY, S. Poor Britain. Londres: G. Allen & Unwin, 1985. <https://www.poverty.ac.uk/system/files/poor-britain-Mack&Lansley.pdf>.

⁶ Cf. GOMES, J. D. G.; OLIVEIRA, V. A. P.; RIBEIRO, L. F.; VEDOVATO, L. R. Pensando a Pobreza entre Crianças no Brasil: relatório de aplicação de grupos focais a partir da metodologia da abordagem consensual. PESQUISA & DEBATE (SÃO PAULO, 1985. ONLINE), v. 32, p. 1-23, 2020.

⁷ UCHÔA de Oliveira, F., Nandy, S., Fraga Fernandez, G., Del Vecchio, V., Spaoloni Queiroz Assis, A. E., & Vedovato, L. R. (2021). O que os



dos resultados dos grupos focais.

Na primeira parte da pesquisa, grupos focais, são identificadas as necessidades socialmente percebidas. Na segunda parte da pesquisa, são identificadas as privações relativas. Vale aqui destacar que as necessidades socialmente percebidas podem ser inseridas no conteúdo do conceito da dignidade humana⁸.

Na segunda etapa, os resultados dos grupos focais são testados; assim, é possível encontrar consensos entre os respondentes separados por grupos de acordo com sexo, classe social, raça e nível educacional. O nível de consenso é grande quando se trata de direitos humanos garantidos em tratados internacionais ou direitos fundamentais expostos na Constituição Federal, como exposto no texto “Trabalho decente para uma vida digna: um estudo piloto a partir da abordagem consensual na cidade de Campinas”, de autoria de Uchôa de Oliveira, F., Nandy, S., Fraga Fernandez, G., Assis, A.E. S. Q. e Vedovato, L. R., em 2022, na Revista Jurídica Trabalho E Desenvolvimento Humano⁹; ou

ainda em Uchôa de Oliveira et al. (2021, p. 7), em que se demonstra mais de 80% de consenso quando temas de direitos fundamentais são levados em conta.

Nesse sentido, a universalidade de direitos humanos pode ser evidenciada entre os consultados e mostra-se como um caminho para sua comprovação para toda sociedade onusiana, como definido na II Conferência Mundial de Direitos Humanos, de Viena, em 1993.

A APLICAÇÃO DA METODOLOGIA À PNMRA

A PNMRA deve trazer um caminho para não nacionais alcançarem seus direitos e se afastarem de privações. Como grupos enfrentam privações das mais variadas, é relevante consultar a população alvo. Tendo em vista que a formulação da PNMRA é urgente e já está em andamento, defendemos que a adoção da metodologia proposta torna viável essa consulta com o intuito de mapear as privações e traçar caminhos para o alcance de direitos.

Assim, os grupos focais seriam instrumentos para reconhecer

quais são as necessidades socialmente percebidas pela população de migrantes, pessoas em situação de refúgio e apátridas. Dessa forma, poder-se-ia construir os contornos da dignidade humana, lembrando que a situação de vulnerabilidade do grupo não interfere na identificação de tais contornos, pois os consensos são altos quando se observa os resultados da pesquisa domiciliar, que é a segunda etapa da pesquisa, seguindo a metodologia¹⁰.

Além disso, a consulta à população alvo dá centralidade a tais pessoas de forma científica, podendo assim trazer para elas o protagonismo na construção da PNMRA, porém, com amostras que possam representar todo grupo e, consequentemente, poder garantir sua dignidade focando na erradicação de suas privações. O lema, “nada sobre nós, sem nós” ouvido por James Charlton pela primeira vez na África do Sul em 1993, ainda que uma bandeira forte diretamente associada à luta pelos direitos das pessoas com deficiência, faz sentido em qualquer contexto de

minorias vulneráveis e/ou em situação de privação.

CONCLUSÃO

A proposta que aqui registramos é focada na necessidade de se construir a PNMRA a partir de consulta à população alvo, colocando-a no papel de protagonista da construção da citada política, que deve ser construída por determinação legal.

O método da abordagem consensual para medição da pobreza multidimensional permite identificar privações relativas e, com isso, construir uma política que possa atender satisfatoriamente aquele grupo. Logo, espera-se que a PNMRA não seja estática e que possa sofrer adaptações lastreadas em pesquisas científicas capazes de indicar os aprimoramentos necessários. Esperam-se, a partir da política apresentada pelo governo, oportunidades de atualizações no melhor interesse de migrantes, pessoas em refúgio e apátridas vivendo no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOMES, J. D. G.; OLIVEIRA, V. A. P.; RIBEIRO, L. F.; VEDOVATO, L. R. . Pensando a Pobreza entre Crianças no Brasil: relatório de aplicação de grupos focais a partir da metodologia da Abordagem Consensual. PESQUISA & DEBATE (SÃO PAULO). 1985. ONLINE, v. 32, p. 1-23, 2020. LEVITAS, R. ‘The concept and measurement of social exclusion’ in Pantazis, C., Gordon, D. and Levitas, R. **Poverty and Social Exclusion in Britain, Bristol**, Policy Press, 2006. LEVITAS, R., Pantazis, C., Fahmy, E., Gordon, D., Lloyd, E. and Patsios, D. **The Multi-dimensional Analysis of Social Exclusion**, London, Department for Communities and Local Government (DCLG), Londres, 2007. MACK, J., & LANSLEY, S. **Poor Britain**. Londres: G. Allen & Unwin, 1985. <https://www.poverty.ac.uk/>

[system/files/poor-britain-Mack&Lansley.pdf](https://www.poverty.ac.uk/system/files/poor-britain-Mack&Lansley.pdf) PEREIRA, G. Preferencias adaptativas: Un desafío para el diseño de las políticas sociales. **Isegoría**, 36, Art. 36. 2007 <https://doi.org/10.3989/isegoria.2007.i36.63> TOWNSEND, P. **Poverty in the United Kingdom: A survey of household resources and standards of living**. Londres: Penguin Books, 1979. <https://www.poverty.ac.uk/system/files/townsend-book-pdfs/PIUK/piuk-whole.pdf> UCHÔA DE OLIVEIRA, F. M. de, NANDY, S., FERNANDEZ, G. F., DEL VECCHIO, V., ASSIS, A. E. S. Q., & VEDOVATO, L. R. O que os brasileiros pensam ser necessário para que se tenha um padrão de vida digno em seu país? Estudo piloto na cidade de São Paulo. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, 4. 2021. <https://doi.org/10.33239/rjtdh.v4.87>

Uchôa de Oliveira, F., Nandy, S., Fraga Fernandez, G., Elisa Spaolonzi Queiroz Assis, A., & Vedovato, L. R. V. (2022). Trabalho decente para uma vida digna: um estudo piloto a partir da abordagem consensual na cidade de Campinas. *Revista Jurídica Trabalho E Desenvolvimento Humano*, 5. <https://doi.org/10.33239/rjtdh.v5.120> Uchôa de Oliveira, F., Nandy, S., & Vedovato, L. R. (2023). Preferências Adaptativas, Pobreza Multidimensional e Políticas Públicas: Os Contornos da Dignidade Humana. *Direito Público*, 19(104). <https://doi.org/10.11117/rdp.v19i104.6954> VEDOVATO, L. R.; ASSIS, Ana Elisa Spaolonzi Queiroz ; OLIVEIRA, F. M. U. ; NANDY, S. . Lei de Migração e o tratamento das Vulnerabilidades: Migração, Pobreza e Tráfico de Pessoas. In: Augusto Grieco Sant’Anna Meirinho et al.. (Org.). *Tráfico de pessoas: uma visão plural do tema*. 1ed.Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2021, v. 1, p. 246-262. VEDOVATO, L. R. Do Dream Act ao Muro - Direitos Fundamentais diante da política partidária. In: Rosana Baeninger; Alejandro Canales; Luis Renato Vedovato. (Org.). *Migrações Fronteiriças*. 1ed.Campinas (SP): NEPO/UNICAMP, 2018, v. 1, p. 30-40. VEDOVATO, L. R.; ASSIS, Ana Elisa Spaolonzi Queiroz ; OLIVEIRA, F. M. U. ; NANDY, S. . Lei de Migração e o tratamento das Vulnerabilidades: Migração, Pobreza e Tráfico de Pessoas. In: Augusto Grieco Sant’Anna Meirinho et al.. (Org.). *Tráfico de pessoas: uma visão plural do tema*. 1ed.Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2021, v. 1, p. 246-262. VEDOVATO, L. R.; BAENINGER, R. . AS NECESSIDADES SOCIALMENTE PERCEBIDAS E A POPULAÇÃO REFUGIADA: CONTORNOS DO CONCEITO DA DIGNIDADE HUMANA. In: André de Carvalho Ramos; Carolina de Abreu Batista Claro; Gilberto M. A. Rodrigues; Guilherme Assis de Almeida.. (Org.). 25 anos da lei brasileira de refúgio : perspectivas e desafios. 1ed. Brasília - DF: Agência da ONU para Refugiados - ACNUR,, 2022, v. 1, p. 127-136.

8 brasileiros pensam ser necessário para que se tenha um padrão de vida digno em seu país? Estudo piloto na cidade de São Paulo. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, 4. <https://doi.org/10.33239/rjtdh.v4.87>

8 Cf. VEDOVATO, L. R.; BAENINGER, R. . AS NECESSIDADES SOCIALMENTE PERCEBIDAS E A POPULAÇÃO REFUGIADA: CONTORNOS DO CONCEITO DA DIGNIDADE HUMANA. In: André de Carvalho Ramos; Carolina de Abreu Batista Claro; Gilberto M. A. Rodrigues; Guilherme Assis de Almeida.. (Org.). 25 anos da lei brasileira de refúgio : perspectivas e desafios. 1ed.Brasília - DF: Agência da ONU para Refugiados - ACNUR,, 2022, v. 1, p. 127-136.

9 Cf. Uchôa de Oliveira, F., Nandy, S., Fraga Fernandez, G., Elisa Spaolonzi Queiroz Assis, A., & Vedovato, L. R. V. (2022). Trabalho decente para uma vida digna: um estudo piloto a partir da abordagem consensual na cidade de Campinas. *Revista Jurídica Trabalho E Desenvolvimento Humano*, 5. <https://doi.org/10.33239/rjtdh.v5.120>

10 Cf. Uchôa de Oliveira, F., Nandy, S., & Vedovato, L. R. (2023). Preferências Adaptativas, Pobreza Multidimensional e Políticas Públicas: Os Contornos da Dignidade Humana. *Direito Público*, 19(104). <https://doi.org/10.11117/rdp.v19i104.6954>





JUSTIÇA RESTAURATIVA E MIGRAÇÃO: TRAJETÓRIA E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA MIGRATÓRIA NA CIDADE DE SÃO PAULO

CAIO DA SILVEIRA FERNANDES
CLARISSA PAIVA G. E SILVA
LUDMILLA REGINA DE SOUZA SILVA

Caio da Silveira Fernandes
Possui graduação e mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, é bolsista de Pós-doutorado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). É pesquisador associado do "Observatório das Migrações de São Paulo" (UNICAMP) e integra o grupo de pesquisa "Mobilidades, Teorias, Temas e Métodos" (MTTM/USP).

Clarissa Paiva Guimarães e Silva
Mestra em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco – FDUSP (2021). Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas – FDSM (2017). Pesquisadora pelo observatório das Migrações São Paulo (NEPO - UNICAMP). Atuou como Assessora de Projetos na organização sem fins lucrativos Missão Paz em São Paulo. Atualmente está como Assessora Nacional de Proteção na Cáritas Brasileira organização-membro da Cáritas Internationalis. Tem experiência na área de Direito Internacional Humanitário, atuando principalmente nos temas de: direitos humanos, proteção contra abuso e exploração sexual (PSEA), refúgio e migrações.

Ludmilla Regina de Souza Silva
Mestra em Demografia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP). Graduada em Relações Econômicas Internacionais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e em Comércio Exterior pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (FATEC). Pesquisadora do Observatório das Migrações no Estado de São Paulo (Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó"/UNICAMP). Suas pesquisas abrangem os seguintes temas: saúde sexual e reprodutiva; saúde pública; migração e refúgio; família, gênero e cuidados.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história do país, muitos foram os processos migratório provenientes, em sua maioria, do continente Africano, Asiático e Europeu, construindo a demografia e a sociedade brasileira. Hoje, o país se depara com um novo cenário, caracterizado por fluxos migratórios diversos, envolvendo realidades que não buscam apenas estabilidade econômica, mas também proteção e asilo. É neste contexto mais atual que a migração internacional e o tema dos direitos passou a ganhar mais destaque, demandando respostas sensíveis e eficazes por parte dos Estados.

Nesse sentido, a questão do acolhimento de migrantes, solicitantes de refúgio e refugiados emerge como uma questão urgente, despertando, em parte da sociedade, a demanda por elaboração e implementação mais eficaz de políticas. É neste movimento que a atenção se volta, cada vez mais, à necessidade de preservação à dignidade humana e a defesa dos Direitos Humanos como princípios nesse processo.

Para tal, um dos aspectos fundamentais é que as atuais políticas públicas se baseiem no respeito pela história e memória das migrações passadas, reconhecendo os desafios enfrentados por aqueles que escolheram o Brasil como seu país de acolhimento. Isso se deve ao fato de que as normas e legislações nem sem-

pre foram tão acolhedoras. Por muitos anos, o Brasil adotou uma abordagem de controle na recepção de migrantes, exemplificada, dentre outras, pela instituição do Estatuto do Estrangeiro em 1980, consequência direta das ditaduras que prevaleciam na América do Sul naquela época. (Sprandel, 2015)

Mesmo com a promulgação da nova Constituição Federal, em 1988, que deixa claro em seu Art. 5º, que: *“todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes”*, o estatuto não sofreu revogação, pelo contrário, permaneceu vigente até meados de 2017, com a aprovação da nova Lei de Migração.

Entretanto, até que o país elaborasse uma nova proposta de lei em âmbito federal, um longo caminho foi percorrido também em instâncias municipais e estaduais. Esse tecer teve a participação crucial de muitos atores e movimentos da sociedade civil e resultou em possibilidades normativas para uma outra mirada sobre as migrações. Destarte, destacamos a cidade de São Paulo, precursora ao buscar tais estratégias e lograr a elaboração de políticas públicas para migrantes a nível municipal. É esse percurso, especificamente, e seus principais desafios atuais

que serão debatidos neste artigo.

O texto está dividido em três seções além desta introdução e das considerações finais. A primeira, busca debater o conceito de justiça restaurativa, enfatizando suas possíveis relações com o tema da migração internacional. Desse modo, o intuito é articular injustiças do passado a questões da atualidade, argumentando que a demanda por direitos a essa população pode ser vista de forma mais ampla e contraposta aos imperativos únicos do presente. Na segunda seção, fazemos um breve resgate histórico das reivindicações por direitos na cidade de São Paulo e que explicitam as tensões entre o Estatuto do Estrangeiro e a perspectiva da migração pela lente dos direitos. Na terceira e última parte, apresentamos alguns dos desafios que o município tem enfrentado na implementação dos direitos conquistados, assim como os obstáculos na ampliação da agenda migratória na cidade.

MIGRAÇÃO NO BRASIL: JUSTIÇA RESTAURATIVA E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

A justiça restaurativa, ao se estabelecer como um novo paradigma no sistema jurídico, vai além de simples menções, almejando a cura das feridas decorrentes de infrações. Segundo Elliott (2018) e Salm e Leal (2012), essa é uma proposta de justiça que se baseia em princípios, valores, práticas e em uma ética de cuidado e interco-

nexão. Isso se torna especialmente relevante quando confrontados com situações de alta complexidade social e política, nas quais as perspectivas apresentadas não parecem refletir adequadamente as necessidades e preocupações dos migrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade.

Em nosso caso específico, considerando a transição do Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980) para a Lei de Migração no Brasil (Lei nº 13.445/2017), a aplicação empírica e analítica dos princípios restaurativos se revela uma oportunidade única. Isso não se limita meramente à imposição de penas como tínhamos no passado, mas envolve ativamente todos os participantes - vítima, infrator e comunidade - na resolução dos conflitos que surgem a partir de incidentes migratórios e possibilidades de resgatar elementos do passado nas análises atuais. Assim, essa abordagem abrange não apenas os períodos ditatoriais na América Latina (1950 - 1985), mas também os desafios contemporâneos enfrentados por migrantes e refugiados, criando um espaço

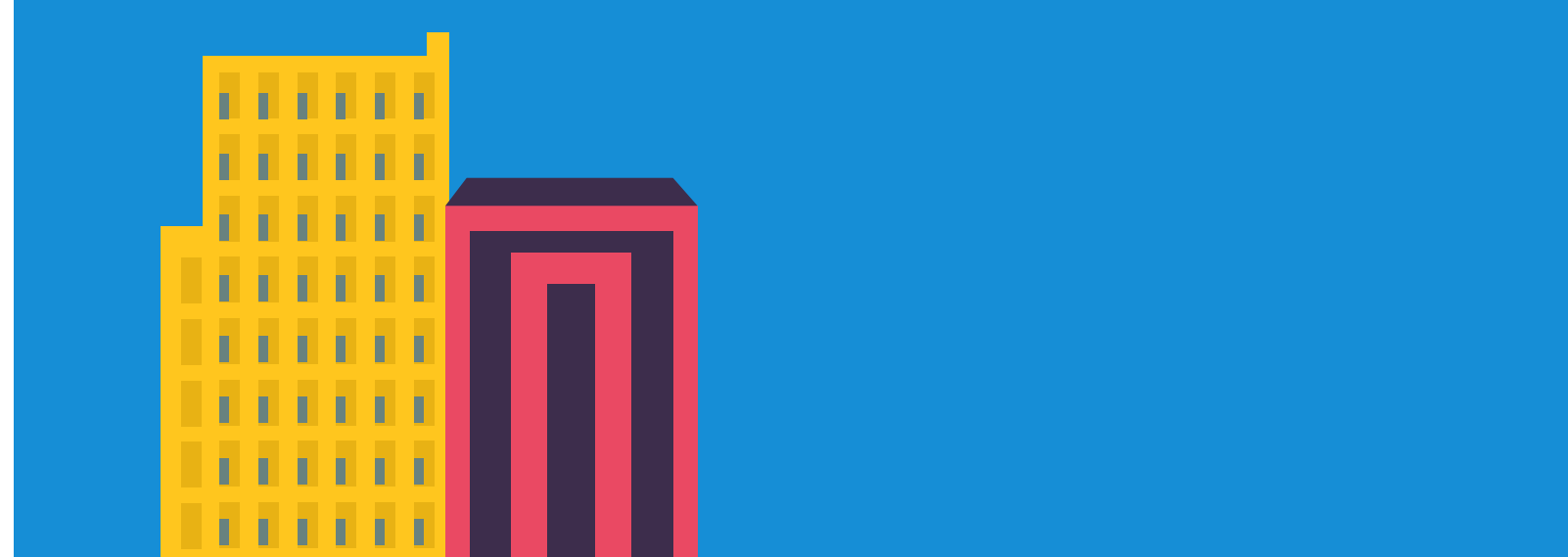
para a compreensão, reconciliação e restauração de laços em um cenário multifacetado.

Com o aumento notável na chegada de migrantes, solicitantes de refúgio e refugiados no Brasil, tem-se gerado uma série de complexidades com relação a termos polissêmicos como: recepção, integração e inclusão, dentre outros. A diversidade de origens, motivos para o deslocamento e experiências entre os migrantes, bem como o contexto local dos lugares em que passam a conviver, contribuem para um quadro complexo e heterogêneo. Além disso, a falta de recursos adequados e estruturas de recepção em algumas regiões do país podem exacerbar a tensão entre migrantes e comunidades locais à medida que buscam recursos escassos, como emprego e moradia.

Desse modo, conflitos entre migrantes e o Estado também são uma preocupação importante, pois diferenças culturais, étnicas e religiosas podem levar a tensões e atritos entre os próprios migrantes ao receberem tratamento desigual. Portanto, refletir sobre

a melhoria das políticas públicas passa por abranger tanto a resolução de conflitos entre migrantes e a comunidade local, como também a gestão de conflitos envolvendo o Estado, realçando uma problemática política cuja centralidade se posiciona a partir da coexistência das diferenças. Para compreender essa complexa realidade, é crucial adotarmos abordagens de justiça restaurativa e mediação de conflitos, método que busca promover a compreensão mútua e a resolução pacífica de disputas. Tais abordagens também podem desempenhar um papel imprescindível na construção de políticas públicas mais eficazes e humanizadas para lidar com as emergências locais e globais advindas do contexto da mobilidade humana. Contribuindo, inclusive, para uma cultura de paz.

Embora a prática da justiça restaurativa e mediação de conflitos não seja tradicionalmente aplicada no contexto da migração e refúgio no Brasil, exceto dentro do âmbito do direito penal, acreditamos que suas ferramentas de diálogo oferecem uma abordagem





valiosa para refletir acerca de conflitos aparentemente insolúveis. A complexidade dos abrigos, por exemplo, é uma delas e que muitas vezes acolhe uma diversidade de origens culturais e experiências traumáticas, podendo levar a tensões e desafios consideráveis. A aplicação de práticas de justiça restaurativa e mediação de conflitos nesses ambientes pode ser particularmente benéfica, proporcionando um espaço seguro para que os residentes dos abrigos expressem suas preocupações, resolvam disputas e promovam um ambiente de convivência mais harmoniosa. Portanto, a justiça restaurativa e a mediação de conflitos surgem como métodos alternativos e complementares que têm o potencial não de suprimir, mas de se somar a alternativas para o tratamento de conflitos, promovendo uma resolução mais colaborativa.

Ao identificar meticulosamente os danos causados, com ênfase na dor, mágoa e agravo, as práticas de justiça restaurativa buscam ativamente a reparação. Elas não se restringem às consequências legais, mas aspiram à restauração

das relações imediatas, das conexões entre passado e presente e à transformação de atitudes. É um convite à reconstrução e à reconstituição, proporcionando a todos os afetados a oportunidade de participar ativamente do processo restaurativo.

Nesse cenário, a participação da sociedade civil torna-se crucial. Ela desempenha um papel vital nas mudanças estruturais necessárias, garantindo não apenas a implementação efetiva de princípios restaurativos, mas também contribuindo para a elaboração, defesa e garantia dos direitos da população migrante. A inclusão ativa da sociedade civil não apenas fortalece o processo de justiça restaurativa, mas também produz um ambiente propício para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para todos, independentemente de sua origem.

Assim, as melhorias nas políticas públicas requerem a criação de estruturas dedicadas à efetiva implementação da justiça restaurativa e da mediação de conflitos, com profissionais devidamente capacitados e treinados para cumprir esse papel com excelên-

cia. Além disso, é imperativo difundir programas de sensibilização e conscientização de forma abrangente, direcionados tanto à população local como aos migrantes, a fim de aprofundar a compreensão das necessidades e desafios enfrentados por essa população. Um exemplo inspirador dessa jornada pode ser observado na cidade de São Paulo, onde notáveis avanços têm sido feitos na promoção de políticas públicas mais inclusivas para migrantes e refugiados.

PAVIMENTANDO CAMINHOS: UM BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

Em maio de 2013 foi criada, no município de São Paulo, a Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig), com o objetivo de articular políticas públicas voltadas a essa população de maneira transversal e intersecretarial. A iniciativa, pioneira no Brasil, foi reconhecida nacional e internacionalmente por sua perspectiva voltada aos direitos dos migrantes que residiam no município, e por demarcar a condição de migrante

e não a de estrangeiro, como ponto de partida para elaboração de ações institucionais.

O caminho percorrido até a criação da Coordenação foi longo e envolveu muitos atores políticos institucionais e não institucionais (Breitenvieser, 2019); evidenciou o protagonismo da escala urbana em transformações políticas relevantes (Holston e Appadurai, 1999); e disputou formas alternativas de conceber a migração internacional em contraposição ao paradigma vigente até então de ameaça à segurança nacional. O objetivo desta seção é reconstruir, de forma breve, essa trajetória para identificar a penetração do tema na esfera pública institucional do município.

Como argumenta (Breitenvieser, 2019) esse foi um processo tortuoso e conflitivo que se inicia ainda no início dos anos 1990. Perpassando diversas gestões da prefeitura, as demandas dessa população estão diretamente relacionadas com o seu crescimento no país e na cidade. Se até o final dos anos 1980 os fluxos migratórios internacionais para o Brasil ainda eram pouco expressivos, nos anos 1990 esses números começam a se ampliar, com destaque para migrantes provenientes de países transfronteiriços (Sales, 1996; Pattara, 2005; Pattarra e Baeninger, 2006)

Essa transição de um fenômeno com pouca presença no debate

público para, em seguida, tornar-se um tema relevante na agenda do município, pode ser identificada nas passagens da gestão Erundina (1989-1992) e Paulo Maluf (1993-1996). Como constatou Breitenvieser (2019), no primeiro período não há indícios sobre debates ou normativas centradas na migração internacional. Ao contrário, o tema que aparece associado à migração é o aumento da população em situação de rua e voltado, sobretudo, a migrantes internos. Porém, já na gestão seguinte, o tema aparece vinculado à educação, inaugurando as primeiras tensões e reivindicações relacionadas aos direitos dos migrantes na cidade.

Em âmbito federal, estava em voga o Estatuto do Estrangeiro, como já apontado anteriormente, uma política migratória restritiva que, dentre outros aspectos, não permitia a matrícula de migrantes indocumentados. Em consonância a essa concepção, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo passou a proibir a frequência escolar e impor o cancelamento de matrículas aos migrantes nessa condição. A medida perdurou por 5 anos e atingiu, estima-se, cerca de 400 crianças (Waldman, 2012). As reivindicações que gravitavam em torno da questão também trouxeram à tona alguns protagonistas dessa pauta, sobretudo ligados à igreja católica, com destaque para o Centro Pastoral do Migrante e a

Comissão de Justiça da Arquidiocese de São Paulo (Sampaio e Baraldi, 2019). É necessário ressaltar que o Estatuto do Estrangeiro não autorizava manifestações políticas por essa população, tornando a mediação desses conflitos via instituições terceiras quase a única possibilidade de atuação política.

Entretanto, é importante sublinhar que a pauta da educação não se tornou uma pauta sobre a migração internacional. Obviamente, esse movimento contribuiu para fortalecer laços que seriam essenciais posteriormente, porém, a questão pública a ser tratada era a educação e não a migração. Em outras palavras, não estava explícita a menção à condição de migrante como um marcador de desigualdade a ser superado via políticas públicas transversais; essa era uma batalha travada para o acesso aos direitos universais promovidos na esteira da “redemocratização” (Breitenvieser, 2019; Waldman, 2012).

Partindo do princípio de que as conquistas na educação aconteceram de baixo para cima, podemos identificar que a primeira iniciativa via projeto municipal da prefeitura foi proposta na gestão Marta Suplicy (2001-2004). Nesse período, o contexto nacional e internacional apresentava mudanças favoráveis. Já em 1998, começavam articulações no âmbito do Mercosul para debater regionalmente a migração internacio-

nal. Entre idas e vindas, em 2002 é aprovada a criação do Acordo sobre Residência do Mercosul¹, que almejava facilitar a regularização migratória aos nacionais dos Estados Parte e associados. Em âmbito nacional, o Estatuto do Estrangeiro era cada vez mais questionado por diversas entidades, sobretudo por vedar a possibilidade de o migrante usufruir de uma série de políticas universais garantidas nos anos anteriores.

Já em âmbito municipal, a migração internacional passava a ser enxergada sob duas perspectivas distintas: a primeira era a de promover internacionalmente a cidade de São Paulo como lugar de diversas culturas. O projeto chamado “São Paulo: cidade dos mil povos” foi criado em 2002 e formalizou, por exemplo, a “Praça Kantuta”, importante reduto dos bolivianos que residem na cidade. Cabe destacar que a produção legislativa da cidade e do Estado, em sua grande maioria, via conselhos de comunidades migrantes de décadas anteriores ou em mandatos oficiais, formulava a questão da migração na chave da valorização cultural (Sampaio e Baraldi, 2019), com pouco espaço de discussão sobre políticas para migrantes. Assim, o projeto elaborado na gestão Marta Suplicy de alguma forma refletia uma gramática mais ampla de debate

acerca da migração em São Paulo.

Na segunda perspectiva, enquadrava-se a migração como problema público ligado, sobretudo, a questões de saúde. O contexto dessa formulação vinha desde anos anteriores, pois chamava a atenção a situação de trabalho precário, sobretudo entre os bolivianos, nas oficinas de costura no centro da cidade. E como consequência, as condições insalubres em que exerciam esse trabalho também eram destacadas, demarcando as oficinas como lugares de potencial risco à saúde pública. A saída foi propor, em 2002, o projeto “Somos Hermanos”, desenvolvido pela Coordenação da Saúde da Subprefeitura da Mooca em parceria com a Pastoral do Migrante. O objetivo era promover a conscientização acerca da saúde nos locais de habitação e trabalho, além de proporcionar a sensibilização de agentes de saúde com relação aos migrantes atendidos (Dornelas, 2009).

É importante destacar, que a condição de indocumentado dos migrantes suscitava receio com relação à utilização dos serviços públicos, sob suposto risco de deportação. Da mesma maneira, havia muita desinformação por parte dos agentes públicos em reconhecer os direitos dos migrantes aos serviços de saúde, independente da situação docu-

mental, além de problemas com o idioma. Nesse sentido, algumas das atividades desenvolvidas foram: capacitação dos funcionários, contratação de migrantes para atuarem como agentes no Programa de Saúde da Família (PSF), tradução de materiais informativos sobre saúde (Sampaio e Baraldi, 2019). Esse projeto, inclusive, fez com que algumas entidades da sociedade civil, como a Missão Paz, ganhassem bastante legitimidade perante a comunidade e ao poder público (Dornelas, 2009). O projeto foi encerrado em 2005 já na gestão de José Serra (2005-2006).

O tema da migração voltou a figurar de modo mais relevante na primeira gestão do prefeito Gilberto Kassab (2006-2008). Na ocasião, uma comissão formada por membros da sociedade civil reivindicava a criação de uma Coordenadoria de Movimentos Migratórios e Comunidades Estrangeiras. Ainda que a Coordenadoria não tenha sido criada, eram cada vez mais claros os esforços coordenados por diversos atores para alçar a condição de migrante como referência para a criação de políticas públicas transversais, ao invés das iniciativas pontuais elaboradas em anos anteriores.

O contexto internacional e nacional também caminhava nessa direção. Em 2009, o Acordo



sobre Residência do Mercosul passava, finalmente, a vigorar, facilitando a regularização de milhares de migrantes sul-americanos residentes no país. Também em 2009, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva sanciona a Lei 11.961/2009, que dispõe sobre uma Anistia Migratória. Nesse mesmo ano, o Projeto de Lei 5.655/2009 foi apresentado como alternativa ao então Estatuto do Estrangeiro, mas sem obter sucesso. Portanto, o que se observa na virada para a década de 2010 são múltiplas iniciativas levadas à cabo em vários espaços institucionais e não institucionais para formular a questão da migração no âmbito dos direitos, distanciando-a de uma questão de segurança nacional.

É nesse cenário de tensão entre uma representação da migração pela via da segurança e outra pela via dos direitos em que a cidade de São Paulo vai ter um papel importante. O cenário migratório no Brasil e na cidade se transformava radicalmente. Se até 2010 o des-

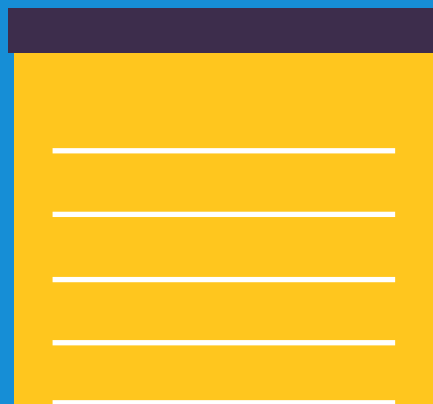
taque eram as migrações intrarregionais sul-americanas, a partir de 2011, com a chegada, inicialmente de milhares de haitianos e, posteriormente, de migrantes e refugiados de outras partes do mundo, o quadro muda por completo, assim como os desafios para a gestão dessa população. No cenário nacional, ficava claro que a rigidez normativa do Estatuto do Estrangeiro não contemplava a complexidade migratória no país. Além disso, os municípios que recebiam esses migrantes, com destaque para a cidade de São Paulo, enfrentavam inúmeras dificuldades políticas e sociais para lidar com as questões trazidas por eles

A efervescência entre disputas ideológicas, em especial entre uma visão de migração associada à segurança nacional, herdada da época da ditadura, e uma visão de direitos, a cidade de São Paulo passa a ser uma referência importante durante o processo de atualização da nova lei de migração brasileira por ser a primeira experiência de política pública,

integrada e realizada no Brasil para a população migrante. Em 2013, sob a gestão de Fernando Haddad (2013-2016), movimentos que já se articulavam há décadas encontraram campo fértil para a inserção e formalização da pauta migratória no município de forma transversal. O prefeito já havia incluído a iniciativa em seu plano de governo e, em meados do primeiro ano de mandato criou a CPMig, no âmbito da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC). O objetivo da Coordenação era: “...articular as políticas públicas migratórias no município de forma transversal, intersetorial e intersecretarial” (Prefeitura de São Paulo, 2023)². Como consequência, inaugurou-se o Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante (CRAI) em 2014, promulgou-se a lei 16.478/2016, que formaliza a Política Municipal para a População Imigrante (PMPI), criou-se, em 2017, o Conselho Municipal de Imigrantes e, por fim, em 2020, elaborou-se o 1º Plano Municipal de Políticas para Imi-

¹ O Acordo foi promulgado somente em 2009 após ratificação tardia do governo paraguaio, mas está em voga desde então. Para saber mais sobre o percurso institucional da criação dessa normativa, ver: Fernandes (2019).

² Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_decente/coordenacao/index.php?p=156223. Acesso em: 01/12/2023.



grantes.

Essa trajetória revela anos de movimentos, articulações e diálogos que tornaram possível a formulação de uma série de iniciativas para a elaboração e consolidação das políticas públicas para migrantes na cidade de São Paulo. Porém, ainda que a cidade tenha equipamentos públicos voltados a essa população em específico, há muitos obstáculos e desafios a serem superados. Esse será o tema da próxima seção do artigo.

DESAFIOS NA GESTÃO DA POLÍTICA MIGRATÓRIA EM SÃO PAULO: LEI 16.478/16

Esta seção propõe explorar os desafios inerentes à gestão da Política Municipal para a População Imigrante (PMPI), com especial enfoque na implementação da Lei 16.478/16. Ao examinar os elementos dessa legislação, busca-se compreender não apenas as mudanças normativas, mas também as implicações práticas e os obstáculos enfrentados na

construção de uma abordagem mais inclusiva e eficiente para a população migrante na maior cidade do Brasil. Nessa jornada analítica, lançamos luz sobre as nuances, complexidades e perspectivas emergentes relacionadas à gestão da política migratória em São Paulo.

A promulgação da Lei nº 16.478/16, e sua subsequente regulamentação por meio do Decreto nº 57.533/163, constituíram um passo significativo na consolidação das iniciativas governamentais e apoio da sociedade civil em relação aos direitos e condições dos migrantes internacionais na cidade. Elaborada de maneira colaborativa, com a participação ativa do Comitê Intersetorial da Política para a População Imigrante estabelecido em 2015, a lei em questão tem como principal propósito a estipulação de objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias para a concretização eficaz da Política Municipal para a População Imigrante (Brei-

tenvieser, 2019). Mais além, de acordo com Breitenvieser (2019), a Lei visa concretizar o propósito de transformar a política para migrantes em uma política de Estado menos suscetível a alterações decorrentes de mudanças de governo, consolidando, desse modo, a institucionalização da questão migratória na cidade.

Uma das notáveis características distintivas desta Lei, é o seu desenvolvimento sob a égide da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania em São Paulo. Este diferencial reflete uma abordagem fundamentalmente centrada nos direitos humanos, marcando uma notável divergência em relação a então perspectiva predominante em âmbito federal. No contexto nacional, a questão migratória muitas vezes foi abordada sob a ótica da segurança pública, ressaltando a preocupação com controles e regulamentações.

No entanto, a Lei Municipal optou por uma abordagem mais humanitária e inclusiva, reconhe-

cendo o migrante não apenas como um sujeito de direitos, mas como parte cidadã da cidade. Este contraste revela uma visão mais progressista da gestão migratória e destaca o compromisso da cidade de São Paulo em alinhar suas políticas aos princípios fundamentais dos direitos humanos, promovendo uma perspectiva mais aberta, justa e compassiva para com a população migrante.

Nesse sentido, é importante ressaltar que uma das diretrizes fundamentais contidas nesta Lei foi a necessidade de que a política migratória de São Paulo fosse implementada de maneira integrada com outras políticas e serviços públicos. A natureza transversal dessa política também se manifesta por meio de suas ações prioritárias, conforme disposto no artigo 7º do texto oficial:

Art. 7º São ações prioritárias na implementação da Política Municipal para a População Imigrante:

I — garantir à população imigrante o **direito à assistência social**, assegurando o acesso aos mínimos sociais e ofertando serviços de acolhida ao imigrante em situação de vulnerabilidade social;

II — garantir o **acesso universal da população imigrante à saúde**, observadas: as necessidades especiais relacionadas ao processo de deslocamento; as diferenças de perfis epidemiológicos; as características do sistema de saúde do país de origem;

III — promover o **direito do**

imigrante ao trabalho decente, atendidas as seguintes orientações: igualdade de tratamento e de oportunidades em relação aos demais trabalhadores; inclusão da população imigrante no mercado formal de trabalho; fomento ao empreendedorismo;

IV — garantir a todas as crianças, adolescentes, jovens e pessoas adultas imigrantes o **direito à educação** na rede de ensino público municipal, por meio do seu acesso, permanência e terminalidade;

V — **valorizar a diversidade cultural**, garantindo a participação da população imigrante na agenda cultural do Município, observadas: a abertura à ocupação cultural de espaços públicos; o incentivo à produção intercultural;

VI — coordenar ações no sentido de dar acesso à população imigrante a programas habitacionais, promovendo o seu **direito à moradia** digna, seja provisória, de curto e médio prazo ou definitiva;

VII — incluir a população imigrante nos programas e ações de esportes, lazer e recreação, bem como garantir seu **acesso aos equipamentos esportivos** municipais (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2016b, Art. 7, destaque dos autores)

Apesar dos avanços significativos nos últimos anos, a PMPI em São Paulo, desde sua implementação, enfrenta desafios para sua efetiva gestão. A consolidação progressiva da PMPI, exemplificada pela articulação com a CP-

Mig, a manutenção e expansão do CRAI e a implementação de programas como o curso “Somos Tod@s Migrantes”, destaca-se como um passo importante na promoção dos direitos e acolhimento dos migrantes na cidade. Contudo, é importante reconhecer que, apesar dessas conquistas, persistem obstáculos à plena realização dos objetivos da política migratória municipal.

Um dos principais desafios está relacionado ao pouco apoio local à PMPI logo após a sua criação em 2016. Tubini (2019) observa que o tema migratório foi negligenciado no Programa de Metas 2017-2020, que, apesar de abordar de forma mais ampla a questão dos direitos humanos, fez poucas menções à população imigrante. Evidencia-se que, nesse programa, a abordagem adotada pela administração municipal foi contrária à abordagem propositiva e estruturada preconizada pela PMPI, uma vez que se concentrou em reações a eventuais violações de direitos, ao invés de promover direitos por meio de políticas e programas destinados à população migrante.

Além disso, a complexidade no compartilhamento de informações entre secretarias e outros órgãos municipais, mesmo quando estão colaborando em programas intersetoriais, e a falta de ferramentas compartilhadas para monitoramento e avaliação constituem problemas que permeiam

³ O Decreto 57.533/16 que regulamenta a Lei nº 16.478/16, que institui a Política Municipal para a População Imigrante, está disponível em: [http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-57533-de-15-de-dezembro-de-2016#:~:text=Tipifica%20os%20equipamentos%20p%C3%BAlicos%20da,\(gest%C3%A3o%202021%2D2023\)](http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-57533-de-15-de-dezembro-de-2016#:~:text=Tipifica%20os%20equipamentos%20p%C3%BAlicos%20da,(gest%C3%A3o%202021%2D2023).). Acesso em: 07/12/2023



a política migratória. Tubini (2019) destaca a importância da participação de diversos atores e da articulação entre eles para o êxito dessa política, ressaltando como essa lacuna pode dificultar a avaliação do progresso e a identificação das áreas que necessitam de ajustes ou aprimoramentos ao longo do tempo.

Com relação ao orçamento, é possível observar que a PMPI carece de informações detalhadas acerca dos recursos financeiros necessários para sua implementação, algo que também pode se configurar como um impasse para a sustentabilidade da política ao longo do tempo. Conforme relata Sampaio e Baraldi (2019), um dos principais desafios na definição do montante total do orçamento direcionado à população migrante deriva da natureza transversal do tema e da atuação de múltiplos atores. Contudo, a ausência de informações precisas relacionadas aos recursos financeiros destinados a essas ações coloca a política à mercê das futuras administrações.

Outros desafios também se apresentam, como, por exemplo,

a efetiva participação de migrantes na formulação de políticas públicas, conforme diretriz do texto legislativo, e a integração com outras legislações municipais, estaduais e nacionais, a fim de evitar que a política opere de forma isolada. Nesse contexto, a ausência de uma política nacional configura-se como um grande obstáculo, uma vez que impõe dificuldades à garantia dos direitos dos migrantes e à homogeneização das ações no território.

Concluindo, observa-se que com a criação da CPMig e a instituição da Lei 16.478/16, a cidade de São Paulo experimentou um notável avanço no campo migratório. Isso ocorre não apenas pela inclusão efetiva do tema na pauta governamental da cidade, que direciona a atenção local para essa questão, mas pela inovação ao institucionalizar uma política de caráter transversal. Contudo, apesar da iniciativa pioneira da cidade é imperativo reconhecer que a plena integração dos migrantes como cidadãos requer ainda mais avanços.

Os elementos discutidos nesta seção estão longe de encerrar

esta discussão. Pelo contrário, eles representam o ponto de partida para uma análise necessária e urgente das complexidades que cercam a política migratória na cidade. Sobretudo, grande diferencial promovido pelo município de São Paulo: a implementação de uma abordagem centrada nos direitos humanos que visa garantir ao migrante um recomeço digno e o legítimo status de cidadão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o foco nas melhorias das políticas públicas relacionadas aos fluxos migratórios no Brasil, a aplicação da justiça restaurativa e da mediação de conflitos se apresenta como uma via promissora. Para garantir o sucesso dessa abordagem, é imperativo que as autoridades governamentais, organizações da sociedade civil e demais partes interessadas trabalhem de maneira coletiva junto aos migrantes.

Refletir sobre a reconfiguração das estruturas que moldam a esfera pública e a implementação dos Direitos Humanos no país, especialmente no que se refere à

recepção de migrantes, solicitantes de refúgio e refugiados, equivale a contemplar a oportunidade de proporcionar-lhes a liberdade de exercer a cidadania em um Estado democrático de direito. Nesse contexto, o direito ao livre desenvolvimento da personalidade pressupõe a existência de uma proteção ampla, abrangendo todas as dimensões da vida dos indivíduos, salvaguardando sua integridade e dignidade ao acessar os serviços públicos disponíveis para a sua integração.

A trajetória das políticas públicas para migrantes em São Paulo revela um percurso complexo e progressivo, desde a década de 1990 até a criação da CPMig em 2013 e da implementação da Lei 16.478 de 2016. Ao longo desse período, observamos uma evolução significativa na abordagem da migração, inicialmente associada a demandas específicas, como educação e saúde, até sua consolidação como uma pauta de direitos humanos transversal. No entanto, apesar dos avanços, persistem desafios a serem superados na implementação efetiva

dessas políticas e na garantia dos direitos dos migrantes na cidade.

REFERÊNCIAS

BREITENVIESER, Camila. Políticas para migrantes: formação da agenda do governo municipal de São Paulo. Dissertação de mestrado. Fundação Getúlio Vargas - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. 2019. 205f.
DORNELAS, Sidnei. Para sair do confinamento: a experiência das visitas às oficinas de costura de imigrantes bolivianos no quadro do projeto Somos Hermanos. In. Travessia: a revista do migrante. n.63. 2009. p. 20-25.
ELLIOTT, Elizabeth. Segurança e Cuidado: Justiça Restaurativa e sociedades saudáveis. São Paulo: Palas Athena, 2018.
FERNANDES, Caio. Regularização migratória e segurança: a criação do Acordo sobre Residência do Mercosul. In. Travessia: a revista do migrante. n.86, 2019. p. 157-173.
IBGE. Território brasileiro e povoamento: Presença Negra. Disponível em: <<https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros.html>> Acesso em: 20 de outubro de 2023.
IBGE. Território brasileiro e povoamento: O Sol nascente do Brasil: um balanço da imigração japonesa. Disponível em: < <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/japoneses/destino-dos-imigrantes.html#:~:text=Da%20d%C3%A9cada%20de%2030%20at%C3%A9,da%20imigra%C3%A7%C3%A3o%20japonesa%20no%20Brasil.>> Acesso em: 20 de outubro de 2023.
IBGE. Território brasileiro e povoamento: Imigrantes italianos: entre a italianità e a brasilidade. Disponível em: < <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/italianos.html>.> Acesso em: 20 de outubro de 2023.
HOLSTON, James; APPADURAI, Arjun. Introduction: Cities and Citizenship. In. HOLSTON, James (Ed.) Cities and Citizenship. Duke University Press, 1999. p. 1-18.
LAFFER, Celso. A Reconstrução dos Direitos Huma-

nos: Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.
MOREIRA, Adilson José. Tratado de Direito Antidiscriminatório. Editora: Contracorrente, 2020.
PATARRA, Neide. Lopes. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. In. São Paulo em Perspectiva, vol. 19. n.º3. 2005.
_____. e BAENINGER, Rosana. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. In. Rev. bras. Ci. Soc. vol.21 no.60, 2006
SALM, João; DA SILVA LEAL, Jackson. A Justiça Restaurativa: multidimensionalidade humana e seu convidado de honra. Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis, p. 195-226, 26 jul. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2012v33n64p195>> Acesso em: 20 de outubro de 2023.
SAMPAIO, Cynthia; BARALDI, Camila. Políticas migratórias em nível local: análise sobre a institucionalização da política municipal para a população imigrante de São Paulo. Cepal. 2019. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/items/a3d0a1ab-3f4e-4665-8d63-659bc2d-d3ed3>. Acesso em: 29/10/2023.
SALES, Teresa. Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul. Revista brasileira de estudos de população, v. 13, n.1, 1996. p. 87-98.
SÃO PAULO. Lei nº 16.478, de 2016. Dispõe sobre a Política Municipal para a População Imigrante. São Paulo, SP, 08 de Julho de 2016. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16478-de-08-de-julho-de-2016/>.
SPRANDER, Marcia Anita. Migração e Crime: a lei 6.815 de 1980. In. REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, Ano XXII, n. 45, 2015, p. 145-168.
TUBINI, Juliana. Política Municipal para a População Imigrante de São Paulo: desafios da transversalidade. Dissertação de mestrado. Fundação Getúlio Vargas - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. 2019.
WALDMAN, Tatiana. O acesso à educação escolar de imigrantes em São Paulo: a trajetória de um direito. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo: Faculdade de direito. 2012. 236f.



"SÃO MUITAS PESSOAS QUE SÓ O CORPO ESTÁ AQUI": A MIGRAÇÃO DE CRISE E O PAPEL DO INTÉRPRETE COMUNITÁRIO NA GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS

Verônica Carvalho de Deus
Louise Hélène Pavan

Verônica Carvalho de Deus
Graduada em Letras - Português e Letras - Português como Língua Estrangeira/Segunda Língua pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e mestra em Linguística Aplicada pela mesma instituição. Atualmente, é doutoranda vinculada ao Departamento de Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem - IEL/Unicamp e faz parte do Grupo de Acolhimento em Línguas da Unicamp e realiza capacitação na School of Social Policy, Sociology and Criminology da Universidade de Birmingham, em Birmingham, no Reino Unido.

Louise Hélène Pavan
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual de Campinas, na linha de pesquisa Linguagens e Educação Linguística, e realizou doutoramento sanduíche na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. É mestra em Linguística Aplicada, licenciada em Letras-Português como Segunda Língua/ Língua Estrangeira e bacharel em Estudos Literários (Unicamp). É membro do grupo de pesquisa IndisciPLAr: Português como Língua Adicional em uma Perspectiva Indisciplinar e autora do livro "Eu sou longe de casa: o (des) acolhimento na busca por refúgio".

INTRODUÇÃO

No início de 2020, fruto de um longo processo de estudo e experimentação por parte da Profa. Dra. Ana Cecília Cossi Bizon, e respondendo a necessidades observadas na relação entre a população migrante e a Prefeitura Municipal de Campinas, o Grupo de Acolhimento em Línguas (GAL) inicia suas atividades¹. Com atuação bastante ativa durante a pandemia de Covid-19, o coletivo de tradutores e intérpretes realizava traduções para cinco línguas: árabe, crioulo haitiano, espanhol, francês e inglês (Bizon; Deus, 2021).

Após esse início, o Grupo foi oficializado por meio do projeto de

pesquisa Políticas de línguas e de (re)territorialização para estudantes internacionais, migrantes e refugiados, que, no meio do primeiro semestre de 2020, recebeu quatro bolsas direcionadas aos participantes (Bizon, 2020). Desde então, como explicam Camargo e Bizon (no prelo), em artigo presente neste livro,

o GAL veio ampliando seus objetivos, configurando-se hoje como um Grupo de pesquisadores e estudantes da área de Português como Língua Adicional que busca – na conexão entre pesquisa, formação de professores de [Português como Língua de Acolhimento (PLAc)], e ações de ex-

tensão universitária em parcerias com diferentes atores públicos – produzir conhecimentos potencialmente capazes de subsidiar políticas públicas e de línguas voltadas à inserção de migrantes e refugiados.

No momento da escrita do presente artigo, final de 2023, temos como parceiros dois Centros de Educação Infantil de Barão Geraldo e as Prefeituras de Jaguariúna, Americana e Vinhedo, além da Prefeitura Municipal de Campinas. A todos oferecemos, com certa regularidade, os serviços de tradução social e interpretação comunitária, e, especificamente

em Americana e Jaguariúna, iniciamos a realização de cursos de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) (Pavan; Deus, no prelo; Camargo; Bizon, no prelo). Os cursos, além de atender a uma demanda dos migrantes da região, também são espaço de formação de professores, sendo um dos contextos de estágio da licenciatura em Português como Segunda Língua/Língua Estrangeira (PL2/LE) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Após quase três anos de trabalho no contexto, as necessidades expressas pelos agentes das instituições parceiras e suas experiências com as populações migrantes e refugiadas em suas respectivas cidades nos confirmaram dados demográficos que vínhamos observando nos diferentes relatórios relativos à migração de crise no Brasil nos últimos anos.

De acordo com o Banco Interativo do Nepo², nos últimos 22 anos, o Brasil emitiu Registros Nacionais Migratórios (RNMs) para quase 2 milhões de migrantes, contando com um crescimento contínuo de registros a partir de 2009. No período, o estado de São Paulo, sozinho, realizou quase 600 mil registros, sendo a unidade federativa que mais recebeu migrantes no país. O aumento das migrações está conectado

a alguns processos históricos de emigração que ocorreram na América Latina, como é o caso da entrada do Brasil na rota migratória haitiana a partir de 2010, após um terremoto que matou mais 150 mil pessoas e destruiu parte importante da estrutura do país (Baeninger; Peres, 2017; Fernandes; Castro, 2014). Outro pico de registros é visto no ano de 2019, marcado pela migração venezuelana para o país, em um fluxo que cresceu consistentemente a partir de 2017 (UNODC, 2021).

Durante os anos de atuação do GAL, trabalhamos diretamente com as populações migrantes de crise, especialmente haitianos, que se estabeleceram em Campinas e região, com a intenção de não simplesmente fazer traduções e interpretações, mas sim de proporcionar um *acolhimento em línguas* (Camargo, 2022; Bizon; Camargo, 2018). Para isso, buscamos estabelecer ações de acolhimento transculturais, realizadas no *diálogo* com os migrantes e não apenas *para* eles, desconsiderando suas vozes e necessidades específicas no processo de planejamento.

Diferentemente de uma perspectiva de acolhimento que busca *integrar* os migrantes à população local, por meio das nossas ações buscamos o fortalecimento políti-

co dessa população (Maher, 2007, p. 257), agindo em dois dos três cursos de ação apontados por Maher (2007) como essenciais: a politização do grupo minoritarizado e a educação do seu entorno. Partindo dessa base teórico-metodológica, o GAL tem atuado por meio de quatro vertentes: i) tradução social e interpretação comunitária; ii) ciclos de formação para agentes públicos; iii) cursos de PLAc voltados para migrantes; e iv) pesquisa.

Os três primeiros tipos de ação são realizados com apoio dos nossos parceiros, levando em conta as necessidades das populações migrantes locais levantadas pelos agentes que convivem diariamente com elas. Já a pesquisa, realizada visando gerar inteligibilidades a respeito das especificidades de cada um dos contextos de atuação, ocorre, igualmente, em diálogo com nossos parceiros, mas, além disso, compreende o diálogo com os migrantes e com os próprios membros do GAL. Como exemplos de pesquisas sendo realizadas pelo Grupo, é possível citar a dissertação de mestrado, ainda em processo de elaboração, da primeira autora deste artigo, sobre o trabalho desenvolvido pelo GAL em um dos Centros de Educação Infantil.

Os dados da pesquisa foram

¹ As primeiras ações que inspiraram a criação definitiva do Grupo de Acolhimento em Línguas foram historiadas anteriormente (BIZON; DEUS, 2021; BIZON, 2020). Por vezes, nos textos, o GAL é chamado de Banco de Tradutores e Intérpretes, pois esse era seu nome quando foi criado.

² As informações foram retiradas do Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros (Sincra) e do Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra), e a tabulação foi feita pelo Nepo/Unicamp. As informações tabuladas podem ser encontradas na seguinte página: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sincra-sismigra/>.





gerados em entrevistas realizadas com uma professora do CEI, duas orientadoras pedagógicas e o tradutor-intérprete comunitário do Grupo que atuou na creche. Os trechos utilizados neste artigo fazem parte da entrevista realizada com o tradutor-intérprete, Roger³, que é também quem atende a maioria das solicitações que chegam ao GAL, tendo a vista a grande demanda de trabalhos de interpretação comunitária e tradução social com o par crioulo haitiano-português por todos os nossos parceiros.

As falas de Roger apresentam suas reflexões e propõem questões a respeito do trabalho realizado pelo intérprete comunitário em seus diferentes contextos de atuação. A partir da análise dos excertos selecionados, buscamos compreender os diferentes espaços ocupados tanto pela língua portuguesa quanto pelas línguas dos migrantes, além de explorar o papel da tradução social e inter-

pretação comunitária nas políticas de acolhimento enquanto direitos linguísticos fundamentais para a garantia dos direitos humanos.

INTERPRETAR PARA ACOLHER

A interpretação comunitária parte da tradução como forma de garantia de direitos humanos. Isso porque, a língua estrangeira, que interdita o migrante ou o refugiado quando este chega em um país estrangeiro, é a primeira forma de violência a ele imputada pelo processo migratório de deslocamento, como afirma Derrida (2003). Essa interdição, primeiro como proibição de falar e ser entendido, ao mesmo tempo que de escutar e entender o outro, é, ademais, o que coloca o estrangeiro no entre (no inter, do inter-dito), entre duas línguas, entre duas culturas. A condição de estrangeiridade que assola quem chega de fora⁴ não diz respeito apenas a uma condição territorial de não pertencimento a uma nação – e a

tudo que a ela pode ser conectado –, mas de estrangeiridade em relação “à língua do direito na qual está formulado o dever de hospitalidade, o direito ao asilo, seus limites, suas normas, sua polícia, etc.” (Derrida, 2003, p. 15).

Ser estranho à língua do outro, portanto, é ser estranho à sua cultura, às normas sociais, aos direitos a acesso a serviços públicos jurídicos e de saúde. Todos esses elementos fazem parte do processo de hospitalidade, do abrir as portas ao outro que chega e que deve se submeter às regras da casa, ou do país, para ser acolhido. Nesse sentido, acolher o outro migrante não se dá de forma desinteressada ou incondicional, como assevera Derrida (2003). Apesar de a incondicionalidade ser essencial para que a hospitalidade seja idealizada, na prática, tal incondicionalidade esbarra nas condições pessoais ou estatais impostas para que o acolhimento ocorra. Desse modo, migrantes e

refugiados são recebidos, desde que... se submetam às leis, aos costumes, às normas sociais, à língua do país de acolhimento.

Tal submissão escancara o limite entre a utopia acolhedora e a realidade do acolhimento, expondo o que de hostilidade há na romantização presente quando nos dizemos hospitaleiros. Por isso, indo ao encontro da hos(ti)pitalidade proposta por Derrida (2003; 2000), entendemos, em diálogo com Pavan (2022), o ato de acolher como inerentemente desacolhedor, o que significa dizer que, fora de uma lógica binária logocêntrica do *ou* (ou acolhedor, ou desacolhedor), vislumbramos a possibilidade da simultaneidade de um (des)acolhimento (acolhedor e desacolhedor, ao mesmo tempo).

Essa perspectiva auxilia-nos a pensar na interpretação comunitária como imprescindível nesse processo, já que “a língua da hospitalidade dita a forma como o (des)acolhimento acontecerá” (Pavan, 2022, p. 131). Como mencionamos anteriormente, o estrangeiro deve pedir a hospitalidade em uma língua que não é sua e, em casos específicos, como de refugiados, justificar a violação dos direitos humanos na língua do outro para que possa permanecer no país. Segundo Derrida (2003, p.

15), essa seria a questão fundante da hospitalidade: “devemos pedir ao estrangeiro que nos compreenda, que fale nossa língua?” Em situações delicadas como essa, em que o *status* jurídico, a condição de refúgio e a permissão para permanência estão em jogo, a interpretação se configura como parte fundamental para a garantia de um acolhimento humano que se contraponha ao desacolhimento atravessado pela violação de direitos linguísticos.

De acordo com Garcia e Gorovitz (2020, p. 79), por exemplo, “[n]o Brasil, o acesso à justiça dos migrantes e refugiados tem sido usurpado pela ausência de mediação linguística entre o solicitante de direito e o agente do estado, cujo papel seria avaliar a solicitação para deferi-la ou não”. No caso das entrevistas para concessão de deferimento ou indeferimento da condição de refúgio, as autoras reiteram que o serviço é, em grande parte, executado por migrantes que obtiveram o *status* de refugiado anteriormente e atuam voluntariamente para auxiliar familiares ou membros da comunidade do solicitante. Este não é o único exemplo que as autoras apresentam. No caso das interpretações forenses⁵, elas comentam, apoiando-se em Almeida e Nordin

(2017), que os intérpretes são pessoas conhecidas dos juízes ou do judiciário com conhecimento de português e outra língua estrangeira, mas não profissionais qualificados formados para atuarem como intérpretes comunitários.

A partir desses exemplos, percebe-se como, apesar de existir o direito a intérpretes para que as mediações linguísticas aconteçam e facilitem o acesso a direitos jurídicos, garantindo, assim, utopicamente, o acolhimento, o desacolhimento presentifica-se no impedimento ao acesso a esses direitos e recursos pela falta de intérpretes qualificados e, sobretudo, pela não responsabilização governamental em fornecer esse serviço (Garcia e Gorovitz, 2020). Diante disso, em consonância com Oliveira e Silva (2017), defendemos o posicionamento de que as barreiras linguísticas podem constituir violação de direitos humanos.

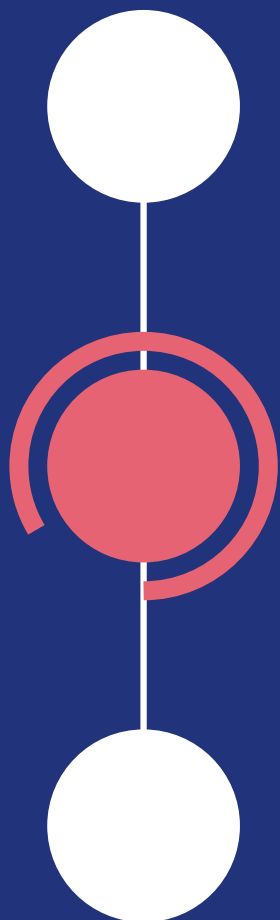
De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, todos os seres humanos seriam⁶ iguais perante a lei internacional, independentemente de país, de religião, de orientação sexual, de raça: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção”. Nessa asserção, prevê-se uma homogeneização que inibe a diferença e, a

3 Nas transcrições os nomes de todos os participantes foram anonimizados, com exceção do nome da pesquisadora e da coordenadora do GAL, Profa. Dra. Ana Cecília Cossi Bizon.

4 Segundo Koltai (2000), a palavra “estrangeiro” tem sua origem etimológica no latim *extraneus*, prefixada pela partícula “extra”, que se refere a algo estranho, de fora.

5 A interpretação forense é aquela que ocorre em juízo, em audiências e julgamentos, por exemplo. Como explicam Almeida e Nordin (2017, p. 488), “a interpretação forense é ferramenta de implementação do devido processo legal e de assecuração da ampla defesa e do contraditório no processo penal”.

6 Apesar de o verbo ser conjugado no presente, na Declaração, optamos por utilizar o futuro do pretérito por entendermos que algumas



nosso ver, no lugar de reconhecer e reafirmar a humanidade de quem está passando por situações que a distanciam dos Direitos Humanos acaba por ampliar essa barreira. Não somos todos iguais. Não nascemos no mesmo local, não temos acesso às mesmas relações sócio-culturais, não temos as mesmas características fenotípicas, não falamos a mesma língua. São essas diferenças que nos fazem humanos e são essas mesmas diferenças que, ao não serem reconhecidas, geram violação dos direitos.

A diferença linguística é uma das questões principais que deve ser trazida à baila, pois não falar a língua ou não ter acesso a recursos linguísticos que permitam entender o que outro diz amplifica a vulnerabilidade de migrantes e refugiados de diversas formas, como restrição de acesso à saúde, educação, trabalho decente, regularização da situação migratória. Nesse contexto, a interpretação comunitária, “especialidade da interpretação que, por meio da interpretação bidirecional realizada em um ambiente comunitário entre indivíduos de diferentes idiomas, permite o acesso de estrangeiros aos serviços médicos, educacionais, judiciários, entre outros do país que os acolhe” (Nordin, 2021, p. 21). A tradução comunitária seria, então,

uma forma de garantia dos direitos humanos, pois, ao não falar a língua estrangeira, damos a possibilidade ao migrante de entender e de ser entendido, damos a possibilidade, sobretudo, de entender os seus direitos, de ter acesso a esses direitos e de ter autonomia para tomar suas decisões.

O GAL, nesse cenário, atua para suprir, ainda que de forma localizada, uma lacuna já diagnosticada em estudos anteriores (IPEA, 2015; Gorovitz, 2021). A falta de intérpretes para atuarem em contextos de atendimento médico, educacional e jurídico aponta para o descaso governamental com políticas de línguas sensíveis ao outro e a questões humanitárias. Tendo em vista as diferentes nacionalidades dos migrantes brasileiros, o Grupo oferece intérpretes para árabe, crioulo haitiano, francês, inglês e espanhol, que são acionados para prestar serviços de interpretação em diferentes contextos, como já mencionado.

Temos uma parceria com um centro de educação infantil que conta com um número elevado de famílias haitianas e realizamos atendimentos para acompanhar migrantes de diferentes nacionalidades a consultas médicas, reuniões com equipes de assistentes sociais e profissionais relacionados, conversas com equipes de asilos, escolas e funcionários da

Polícia Federal e idas a bancos e cartórios. Indo contra a ideia de um assistencialismo despreparado, os intérpretes passam por formação específica para poderem atuar na área, e, ademais, a maior parte dos profissionais é aluno do curso de Letras e da Segunda Habilitação em Português como Segunda Língua/Língua Estrangeira, da Unicamp, o que lhes fornece uma visão sensível às diferenças linguístico-culturais.

ANOTAÇÕES METODOLÓGICAS

O trecho que servirá como base para a análise trata-se da transcrição⁷ de uma entrevista realizada pela primeira autora deste artigo com Roger, um dos tradutores-intérpretes de crioulo haitiano do Grupo de Acolhimento em Línguas. Roger é migrante haitiano, estudante da Unicamp e participa do GAL desde sua criação. Além disso, é formado em interpretação forense em um curso oferecido pelo Mobilang⁸, grupo de pesquisa e extensão da Universidade de Brasília (UNB).

Para a análise dos dados, utilizaremos o aparato teórico proposto por Gal e Irvine (2019), que, para

compreender como nos posicionamos sobre aquilo que nos rodeia (pessoas, situações, signos, etc.), enfocam os processos de diferenciação que traçamos em nossa fala. O que interessa às autoras “é a forma como regimes de valor operam no dia a dia, penetrando práticas e ações ordinárias”⁹ (Gal; Irvine, 2019, p. 13), e os contrastes que traçamos, quando abordamos diferentes assuntos, são um campo fecundo para construir compreensões sobre como esses regimes se estabelecem.

Ao falarmos, Gal e Irvine (2019) explicam que focamos nossa atenção em determinados signos. Enquanto o próprio ato de dedicar atenção a um signo se deve ao funcionamento ideológico que informa os pontos de vista que adotamos, é a partir dessa atenção, dispendida a determinados signos e não a outros, diferenciando-os dos seus arredores, que criamos os índices (Gal; Irvine, 2019, p. 18). Constituindo estes índices, então, somos levados a hipotetizar sobre eles e contrastá-los com aqueles criados por outros pontos de vista, dessa forma, engendrando a comparação no processo de produção

de significados. A comparação é, então, uma forma de ideologizar diferenças (Gal; Irvine, 2019, p. 19).

A partir disso, Gal e Irvine propõem quatro categorias que podem nos auxiliar na compreensão das diferenciações e dos processos de comparação que se estabelecem: *eixo de diferenciação, re-matização, recursividade fractal e apagamento*. Na análise que realizaremos, são de interesse especial os eixos *de diferenciação*, por meio dos quais são organizadas as comparações realizadas pelo falante; a *rematização*, uma comparação em que o contraste entre índices é tomado como o contraste entre as representações do que indiciam, ou seja, ao comparar as formas de comunicar de pessoas de diferentes países, o contraste entre os estilos de comunicação é entendido como um contraste entre o caráter nacional do povo desses países (por exemplo: americanos e brasileiros se comunicam de maneiras diferentes, porque o povo americano é objetivo em suas palavras e o povo brasileiro toma em conta as subjetividades em sua fala); e o *apagamento*, que, como próprio nome

pessoas são menos humanas que outras em determinadas circunstância, como no caso do extermínio das populações indígenas, pessoas negras, comunidade LGBTQIA+, refugiadas, entre outras.

7 Convenções de transcrição:

:: - alongamento
... - pausa curta
[risos] - descrição de atividade não verbal
[Uhum] - interrupção
/- autocorreção ou reestruturação da frase
MUITO - ênfase

8 Para mais informações sobre o grupo, é possível acessar a sua página, “Sobre o Mobilang”: http://mobilang.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8&Itemid=422.

9 No inglês: “is the way regimes of value operate in everyday life, penetrating ordinary practices and actions.”

diz, é um funcionamento que inviabiliza determinados fenômenos, situações, pontos de vista, etc.

A VULNERABILIDADE DA MIGRAÇÃO FORÇADA E O PAPEL DO INTÉRPRETE

O trecho a seguir faz parte de uma seção da entrevista em que conversávamos sobre sugestões de ações futuras para o GAL e suas visões sobre elas. Nele, Roger responde a um questionamento sobre a expansão do trabalho do Grupo para algo mais oficializado, uma situação em que cada prefeitura teria seu próprio intérprete:

Verônica: Isso é uma coisa que a gente tem pensado assim também, né? Por exemplo, você acha que seria uma coisa possível, ter um intérprete para a Prefeitura assim: “ah! A Prefeitura tem um intérprete que eles podem mandar para essas/ para esses casos”. Ou você acha que:: que não daria/

que é uma coisa que não daria certo?

Roger: Eu acho que dá certo, sim. Inclusive/ inclusive nas minhas/ eu até comentei com a Ana, né? Tipo, mesmo que fosse particular, para tentar apresentar essa proposta e:: para algumas outras prefeituras, sem ser essa Prefeitura que a gente está atendendo.

V: Uhum.
R: Inclusive expandir, por exemplo, a nível estadual, tal. Mandar um tipo “ah, okay, desenvolvemos esse trabalho, tal, e tal e tal... Caso que for preciso”. Porque é necessário, muita gente...

V: É muita gente, né?
R: São muitas pessoas que SÓ o corpo está aqui. [pausa] O sistema trabalhista é cheio de abuso.

V: Uhum.
R: Até para os próprios brasileiros.
V: Sim.
R: Imagine para eles.
(...)

R: E muitos deles não falam, e:: Tipo, às vezes, a:: [pausa] a necessidade de sobrevivência faz com que/ ou a falta de informação faz com que eles se rendem de um jeito, que acaba prejudicando mais em vez de ajudar.

V: Sim.
R: E:: isso assusta.
Roger responde positivamente à ideia das Prefeituras terem intérpretes próprios e levanta algumas reflexões para justificar esse posicionamento. Nesse sentido, com base nas suas experiências enquanto migrante e tradutor-intérprete, bem como nas informações adquiridas durante a sua graduação, ele explica: “são muitas pessoas que SÓ o corpo está aqui. [pausa] O sistema trabalhista é cheio de abuso” (linhas 13-14). Ao ressaltar a presença apenas do corpo destas pessoas que vieram para o Brasil de maneira forçada, por conta de uma crise em seu país – as crises podem ser de di-

versas ordens, como situações de guerra, perseguição política e/ou religiosa, desastre natural, entre outras (Baeninger; Peres, 2017) –, Roger aponta para o intenso processo de apagamento que a mobilidade pode causar nas vidas desses migrantes.

A partir dos dizeres de Roger, em situações de mobilidade forçada, a única posse que parece restar ao migrante ao chegar no país de destino ou trânsito é o corpo. Um corpo que se torna força de trabalho em um sistema de produção capitalista, uma ferramenta produtiva, que pode ser usada para gerar renda para o seu sustento e também, como é o caso de muitos migrantes haitianos, para enviar remessas para a família que permaneceu no Haiti (Baeninger; Peres, 2017; Fernandes; Castro, 2014).

Essa atenção dada ao corpo unicamente evidencia tanto o apagamento que pode se dar, nessas situações, dos bens simbólicos que esses migrantes carregam consigo, como a(s) sua(s) língua(s) materna(s) e outros conhecimentos adquiridos no país de origem¹⁰, quanto algo próprio da mobilidade em situações de crise. Em muitos casos de deslocamento forçado, as pessoas não têm a possibilidade de carregar nada consigo além

de seus corpos, sendo que pertences, objetos de memória, laços familiares e de amizade, relações simbólicas, referentes linguísticos e culturais se perdem, compondo o que de material e imaterial não pode ser levado junto com esse corpo (Pavan, 2023, p. 211). Por isso, quando Roger comenta que “SÓ o corpo está aqui”, somos remetidas ao tudo que ficou em seu país de origem e que foi fundamental para sua construção identitária.

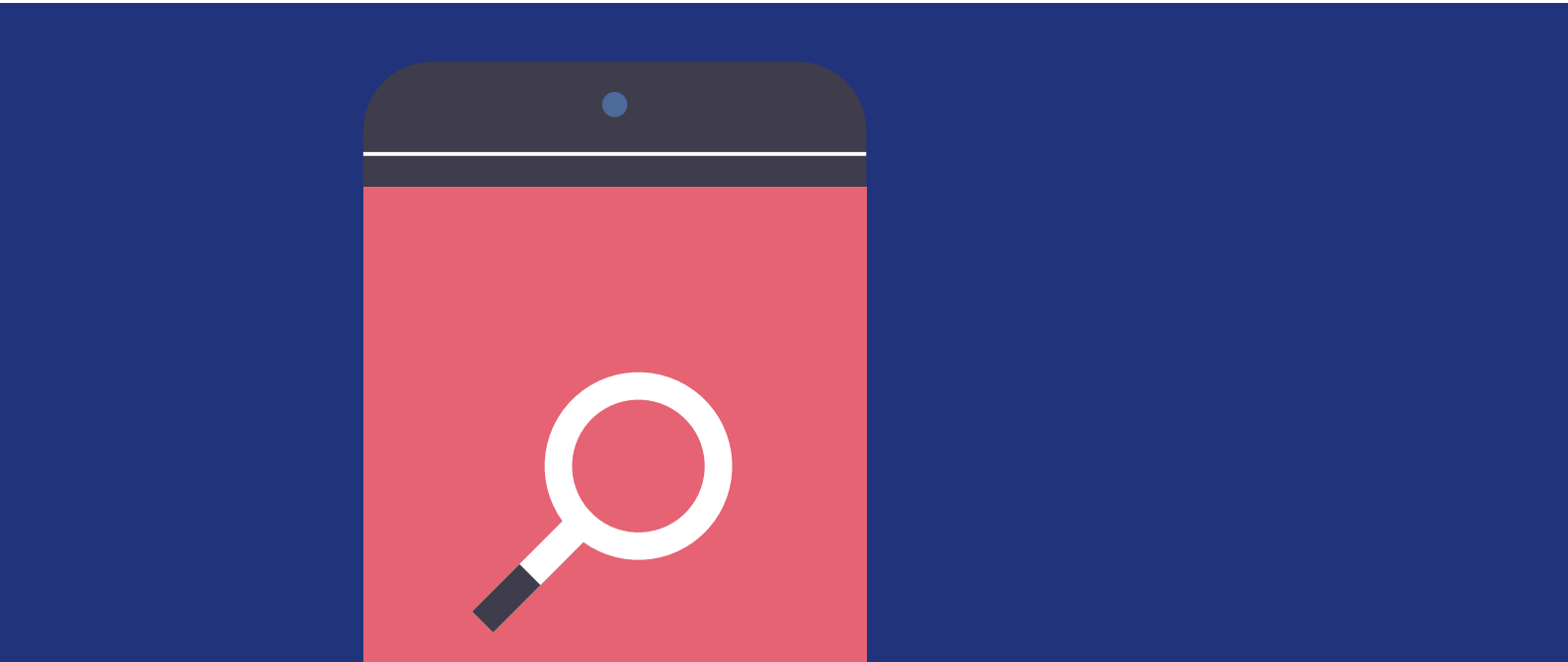
Esse corpo que se encontra só (sozinho) se submete ao sistema trabalhista “cheio de abusos” para sobreviver. Esses abusos, portanto, configuram violações aos Direitos Humanos que prevêem “direito a uma remuneração justa e satisfatória que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social”. O trabalho deve garantir uma existência compatível com a dignidade humana, mas e quando é esse mesmo trabalho que priva o sujeito de sua dignidade? Temos materializado, então, um corpo sem direitos, nesse caso trabalhistas, por ser estrangeiro, como veremos mais à frente, e destituído de sua humanidade.

Nas suas falas seguintes, com-

plementando a informação sobre os abusos do sistema trabalhista no Brasil, Roger adiciona “até para os próprios brasileiros” (linha 16), “imagina para eles” (linha 18). Aqui, ele organiza um contraste entre brasileiros e migrantes, partindo de um eixo de diferenciação que coloca a nacionalidade como princípio organizador de uma comparação entre situações trabalhistas. O contraste, neste momento, ocorre a partir de uma rematização em que os trabalhadores brasileiros indiciam menor probabilidade de serem suscetíveis a abusos trabalhistas, enquanto os trabalhadores migrantes indiciam uma maior probabilidade. Há, junto desses significados indiciados, ainda outros que justificam a diferenciação realizada e ficam mais visíveis na fala seguinte do tradutor-intérprete: “E muitos deles não falam, e:: tipo, às vezes, a:: [pausa] a necessidade de sobrevivência faz com que/ ou a falta de informação faz com que eles se rendem de um jeito, que acaba prejudicando mais em vez de ajudar” (linhas 20-22).

Nessa fala, Roger reconhece que, mesmo sofrendo com situações injustas no local de trabalho, muitos dos migrantes não denunciavam a questão, algo que poderia ser um dos motivos pelos quais os

¹⁰ Levantamentos realizados já apontaram que vários dos migrantes de crise que chegam ao Brasil têm formação universitária ou Ensino Médio completo. No caso dos migrantes venezuelanos, são 85% aqueles trabalhando em cargos que exigem nível de escolaridade menor ao adquirido (Shamsuddin et al., 2021). Já a tendência à imigração de pessoas qualificadas é uma realidade no Haiti desde as primeiras ondas migratórias para o Brasil (Fernandes et al., 2011). Estes são apenas alguns exemplos documentados deste fenômeno, mas o apagamento dos conhecimentos ocorre também em dimensões que não são comumente relacionadas à educação formal.



trabalhadores migrantes acabam sendo mais suscetíveis aos abusos. Aqui, o “não falar” é tomado pelo intérprete como um índice, a partir do momento em que ele o destaca dos outros signos no seu dizer e passa a conjecturar sobre o seu papel na vida dos migrantes sobre os quais está falando e o colocar em contraste com outros signos (Gal; Irvine, 2019, p. 18).

Suas conjecturas, expostas nas frases subsequentes, são a respeito dos motivos pelos quais esses migrantes escolhem permanecer em silêncio, e ele coloca “a necessidade de sobrevivência” e “a falta de informação” como possíveis causas. Enquanto a primeira diz da necessidade de ter dinheiro para ser capaz de se sustentar, colocando o trabalho, ainda que cheio de abusos, como um meio para a aquisição de uma condição financeira mínima que não pode ser perdido, a segunda evidencia justamente a condição de estrangeiridade em relação ao direito do país em que se chega (Derrida, 2003). O não saber, nesse caso, pode se dar por conta de uma mera ignorância a respeito do que é ou não aceitável em um ambiente de trabalho no Brasil, porém, em situação extremamente relevante aos trabalhos realizados pelo GAL, também pode se dar devido ao desconhecimento da língua oficial do país, que acarre-

taria também o desconhecimento dos direitos trabalhistas.

Se, Roger conjectura, os migrantes deixam de denunciar as condições abusivas na intenção de não perder a sua fonte de renda, o que acontece, na verdade, seria algo diferente. Em sua fala, o intérprete organiza um eixo de diferenciação ao redor do silêncio e seus significados: de um lado, estabelece-se o não-falar como maneira de manter o emprego, uma forma de “ajudar” (linha 22) na manutenção da sobrevivência no país; por outro, para Roger, o não-falar indicaria rendição (“faz com que eles se rendem de um jeito”, linhas 21-22) aos abusos, algo que seria prejudicial (linha 22), de maneira geral.

Esse silêncio seria, então, uma rendição aos abusos, uma forma de expressar a desistência em resistir e lutar por condições melhores de vida e trabalho. Nesse sentido, o silêncio é imposto, pois denunciar o abuso significaria, provavelmente, perder o emprego e, nas circunstâncias socioeconômicas em que muitos migrantes se encontram, essa não é uma possibilidade. Consequentemente, ao serem silenciados e terem que se submeter a condições degradantes de trabalho, tais pessoas perdem a autonomia de escolha, a possibilidade de denúncia e, em última instância, perdem

seus direitos como humanos, uma vez que a submissão a abusos é compulsoriamente admitida. Roger, entretanto, não deixa o peso da situação recair apenas sobre os ombros dos migrantes que, de uma forma ou de outra, deveriam ter resistido, mas reconhece que o funcionamento das estruturas do sistema trabalhista empurra esses migrantes para uma situação limite, em que a perda do trabalho abusivo, muitas vezes em situações análogas à escravidão¹¹, significaria a perda da única fonte de renda que lhes forneceria a subsistência.

Com base em sua fala, é possível apontar que Roger compreende bem a gravidade da situação desses migrantes que ocupam um lugar de estrangeiridade em relação à língua e aos direitos do Brasil. É justamente por seus conhecimentos a respeito desse contexto que ele afirma que o trabalho oferecido pelo GAL de interpretação comunitária é de extrema importância e deve ser disponibilizado para o máximo de instituições que pudermos alcançar, mesmo que dentro de certo limite (“eu até comentei com a Ana, né? Tipo, mesmo que fosse particular, para tentar apresentar essa proposta e:: para algumas prefeituras”, linhas 5-7; e “inclusive expandir, por exemplo, a nível estadual, tal”, linha 9).

A interpretação comunitária, em seus variados contextos, vai além da mediação linguística e da garantia de direitos linguísticos, fundamentais para a democratização de direitos. Acreditamos que ela extrapola o domínio linguístico, ao qual é muitas vezes limitada, contemplando, sobretudo, o acesso a Direitos Humanos, como o direito ao trabalho (sem abusos), à educação e à saúde (Oliveira; Silva, 2017). A falta de intérpretes preparados para auxiliar nas interações necessárias “impede que esses indivíduos tenham acesso a recursos e serviços fundamentais para a sua segurança e bem-estar” (Alanen, 2009 *apud* Oliveira; Silva, 2017, p. 135). Seria por meio da língua e do trabalho de intérpretes para as populações migrante e refugiada que seus Direitos Humanos seriam garantidos – ou, pelo menos, menos violados.

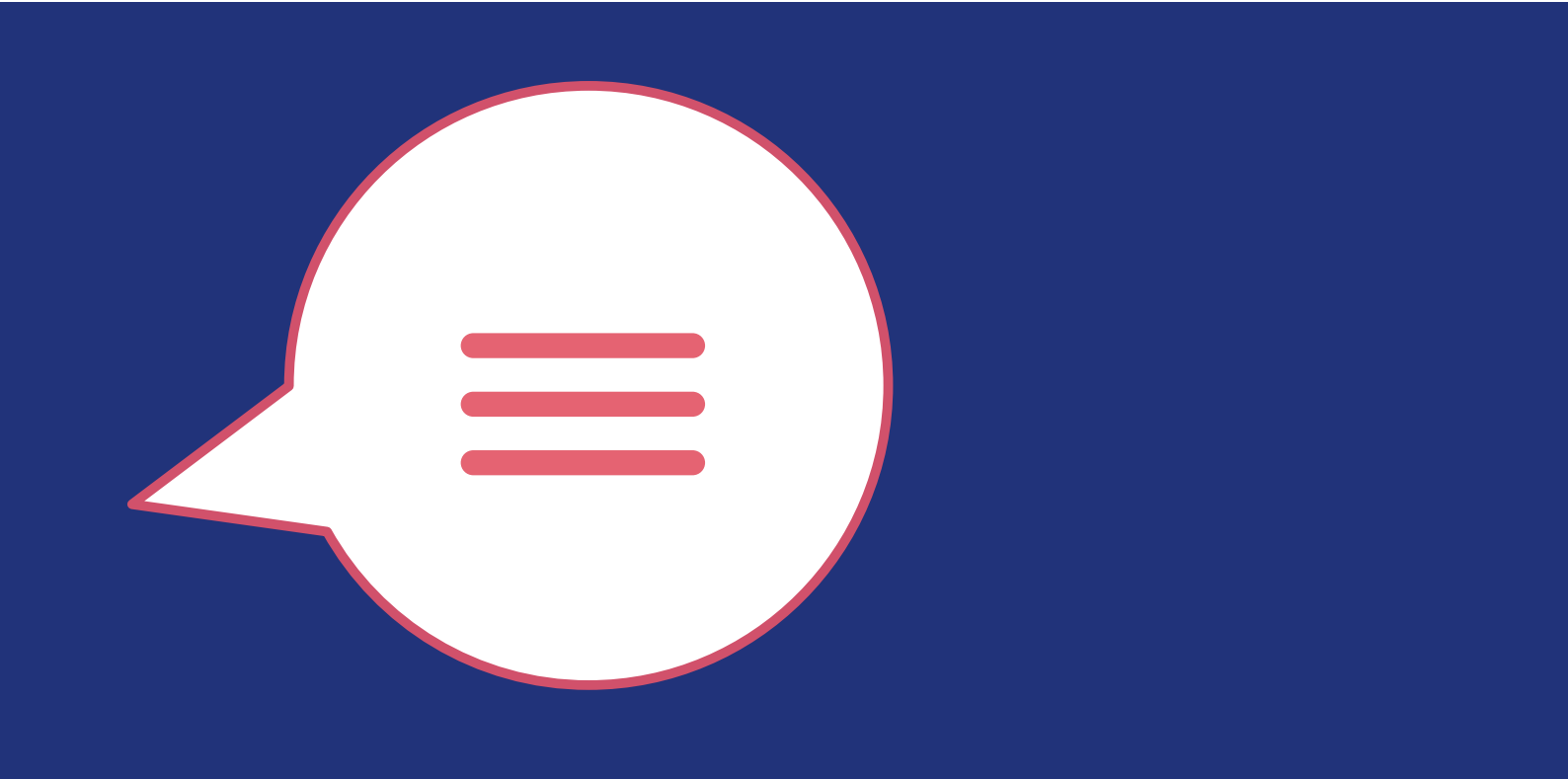
CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interpretação comunitária é solicitada, em muitos casos, em caráter emergencial por conta dos contextos em que ela é necessária, como ocorre com a maioria dos serviços que devem fazer o atendimento de migrantes de crise (hospitais, CRAS, departamentos policiais, entre outros). Estabelecer políticas públicas de acesso a esses serviços, conectando as instituições solicitantes a pessoas qualificadas que podem atender a demanda. Isso poderia ocorrer por meio do estabelecimento de vínculos entre instituições requerentes e bancos de tradutores e intérpretes ou coletivos, como é o caso do Mobilang e do GAL, respectivamente, ou por meio da contratação de intérpretes para atuarem em determinada região. Aliada à criação de

protocolos para facilitar o acesso aos serviços de interpretação, esta estrutura poderia amparar os agentes públicos nos momentos em que as interpretações se fazem necessárias.

Por meio da análise da fala de Roger, percebemos a necessidade da expansão de projetos como o GAL, por exemplo, a nível estadual, como comenta o entrevistado. Essa proposta reforça a atuação ainda hoje localizada da interpretação comunitária que precisa alcançar outras prefeituras e, mais do que isso, precisa ser reconhecida como fundamental para que migrantes possam ter acesso a direitos fundamentais e não passem por situações abusivas. No entanto, reconhecemos que temos um longo caminho ainda a ser percorrido, pois, para que essa expansão ocorra, agentes públicos precisam, antes de tudo,

¹¹ Em 2023, por exemplo, o número de casos de migrantes resgatados de situações de trabalho análogo à escravidão dobrou, em comparação a 2021: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/27/por-que-dobrou-o-numero-de-trabalhadores-imigrantes-resgatados-do-trabalho-escravo-no-brasil>.





entender a necessidade da mediação linguística e cultural, além dos benefícios que tal serviço oferece, uma vez que, como ressaltava Nordin (2021, p. 46), “proporciona autonomia comunicativa para ambas as partes, ou seja, a presença linguística do indivíduo naquele local ou evento”.

O reconhecimento, no entanto, não exige os provedores do serviço e os usuários de passarem por formações que os qualifiquem. Os primeiros, para desenvolverem as habilidades necessárias e compreenderem os princípios éticos que devem guiar seu trabalho como intérpretes para uma correta conduta profissional¹². E os usuários, por sua vez, para se preparem para as situações de interpretação e facilitarem a interação, falando de maneira pausada, sem conversas paralelas quando pos-

sível, e cientes de que é direito de todos a confidencialidade, imparcialidade e precisão do discurso. Reforçamos, portanto, que, além de profissionalização e valorização dos profissionais da área da interpretação (Nordin, 2021), é essencial ações voltadas para o que Maher (2007) denomina *educação do entorno*, ou seja, que busquem informar o entorno (especialmente os agentes públicos que convivem com os migrantes no dia a dia) a respeito das diferenças culturais, no intuito de criar espaços de convivência transculturais, pautados no respeito e valorização das diferenças, sobretudo, as diferenças linguísticas.

O GAL é um grupo que atua buscando a instrução proposta por Maher, criando projetos voltados à educação linguística que se institucionalizaram por meio de

parcerias com Prefeituras. As aulas de Português como Língua de Acolhimento, oferecidas pelo Grupo, são um exemplo de ação que, ao ter início na horizontalidade, passou por um processo de verticalização, ganhando aspectos das verticalidades, sem, no entanto, perder as características das horizontalidades. Conforme explicam Bizon e Camargo (2018, p. 716),

Vale apontar que o horizontal e o vertical não se apresentam em uma relação dicotômica, como se fossem duas partes homogêneas de uma simetria. Ambos os eixos estão imbricados em relações de poder que produzem diversas escalas e diferentes tipos de relação entre agentes, espaço e produção. Todo espaço – sempre performático (BUTLER, 2010) e, portanto, (re)construído discursiva e politicamente nas relações sociais – é

perpassado por esses eixos e, embora as verticalidades pareçam mais determinantes na organização das políticas públicas, as horizontalidades criam formas de convivência e de regulação a partir do próprio espaço, por meio de microagências, que podem mudar a realidade. É no atravessamento dessas agências que podemos resistir aos processos de reterritorialização precária (HAESBAERT, 2004), criando possibilidades de apropriação (LEFEBVRE, 1974) dos espaços, ou seja, possibilidades de pertencimento. É também nesse atravessamento que políticas de línguas (MAHER, 2010; 2013; RAJAGOPALAN, 2013), compreendidas aqui não apenas como ações planejadas e executadas de cima para baixo (pelos agentes verticais), mas também de baixo para cima (a partir dos agentes horizontais) podem ser pensadas e efetivadas, alçando ao protagonismo agentes não hegemônicos.

O mesmo esperamos que ocorra com o fornecimento de serviços de interpretações que já têm encontrado mais espaço dentro das instituições públicas de Campinas e região.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, R. A.; PERES, R. G. Migração de crise: a imigração haitiana para o Brasil. *Revista Brasileira de Estudos da População*, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 119-143, jan./abr. 2017.

BIZON, A. C. C. Acolhimento e solidariedade em contexto de pandemia: a experiência do banco de tradutores e intérpretes da Unicamp. In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (Org.). *Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19*. Campinas: Núcleo de Estudos de

População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2020. p. 584 – 608.

BIZON, A. C. C.; CAMARGO, H. R. E. Acolhimento e ensino da língua portuguesa à população oriunda de migração de crise no município de São Paulo: Por uma política do atravessamento entre verticalidades e horizontalidades. In: BAENINGER et al. (Orgs.). *Migrações Sul-Sul*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2018, p. 712-726.

BIZON, A. C. C.; DEUS, V. C. Acolhimento a crianças migrantes e suas famílias em Centro de Educação Infantil. In: BAENINGER, R. et al. (coord.). *Populações vulneráveis*. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2021. p. 517-550.

BRASIL. Migrantes, apátridas e refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL): IPEA, 2015.

CAMARGO, H. R. E. Acolhimento e Português como Língua de Acolhimento. In: LIBERALI, F.; VIEIRA, D. A. (Orgs.). *Português para Imigrante: Denunciando Injustiças Sociais*. São Paulo: Pontes Editora, 2022. p. 49-66.

DERRIDA, J. Hospitality. *Angelaki: Journal of the Theoretical Humanities*, [s.l.], v. 5, n. 3, p. 3-18, dez. 2000. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09697250020034706>.

DERRIDA, J. Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade / Jacques Derrida [Entrevistado]; Anne Dufourmantelle; Tradução Antonio Romane. São Paulo: Escuta, 2003.

FERNANDES, D.; MILESI, R.; FARIAS, A. Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório. *CADERNOS de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania*, v. 6, n. 6, p. 73-98, 2011.

FERNANDES, D.; CASTRO, M. C. G. Relatório do Projeto “Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral”. Organização Internacional para as Migrações, 2014.

GAL, S.; IRVINE, J. T. (2019). *Signs of difference: language and ideology in social life*. Cambridge: Cambridge University Press.

GARCIA, F. D.; GOROVITZ, S. O intérprete comunitário: sua agência na entrevista de solicitação de refúgio. *TradTerm*, São Paulo, v. 36, p. 72-101, dezembro/2020.

GOROVITZ, S. A mediação linguística como garantia de direitos no Brasil. In: CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DA AMÉRICA LATINA (org.). *Tradução humanitária e mediação cultural para migrantes e refugiados*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2021.

KOLTAI, C. Política e psicanálise. *O estrangeiro*. São Paulo: Escuta, 2000.

MAHER, T. M. A Educação do Entorno para a Interculturalidade e o Plurilinguismo. In: KLEIMAN, A. B.; CAVALCANTI, M. C. (orgs.). *Linguística Aplicada – suas Faces e Interfaces*. Campinas: Mercado de Letras, 2007, p. 255-270.

NORDIN, J. N. A interpretação comunitária e a garantia de direitos para migrantes e refugiados – contrastes Brasil x Suécia. In: CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DA AMÉRICA LATINA (org.). *Tradução humanitária e mediação cultural para migrantes e refugiados*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2021.

OLIVEIRA, G. M.; SILVA, J. I. Quando barreiras linguísticas geram violação de direitos humanos: que políticas linguísticas o Estado brasileiro tem adotado para garantir o acesso dos imigrantes a serviços públicos básicos?. *Gragoatá, Niterói*, v. 22, n. 42, p. 131-153, jan-abr. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.

PAVAN, L. H. Ser-estar longe de casa: experiências de (des)acolhimento de estudantes refugiados. 2022. 213f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

PAVAN, L. H. Da banalidade da vida: objetos de deslocamento de pessoas em situação de refúgio. In: PALMA, D.; LIMA, E. (Orgs.). *Entre palavras e imagens: ensaios e pesquisas em memória, tradução e intermedialidade*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

PAVAN, L. H.; DEUS, V. C. Grupo de Acolhimento em Línguas: Direitos Linguísticos para população migrante de crise e refugiada. *Conectadas – Revista Interdisciplinar de Extensão e Cultura da UFABC*, (no prelo).

SHAMSUDDIN, M.; ACOSTA, P. A.; SCHWENGBER, R. B.; FIX, J.; PIRANI, N. Integration of Venezuelan Refugees and Migrants in Brazil. *World Bank Group*, 2021. Disponível em: <<http://documents1.worldbank.org/curated/en/498351617118028819/pdf/Integration-of-Venezuelan-Refugees-and-Migrants-in-Brazil.pdf>>. Acesso em: 16 de nov. 2023.

UNDOC. Fluxo de migrantes venezuelanos no Brasil cresceu mais de 900% em dois anos. 2021. Disponível em: <<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2021/07/fluxo-de-migrantes-venezuelanos-no-brasil-cresceu-mais-de-900-em-dois-anos.html#:~:text=Cerca%20de%20262%2C5%20mil,disparar%20922%25%20no%20bi%C3%AAnio%20anterior>>. Acesso em: 16 de nov. de 2023.

¹² Para mais informações a respeito das habilidades do intérprete comunitário e dos princípios éticos que guiam a profissão, consultar Nordin (2021).



ATENDIMENTO EM SAÚDE EM CONTEXTOS FRONTEIRIÇOS – MIGRANTES, DIREITOS E ESTRUTURAS EM RORAIMA

JOÃO CARLOS JAROCHINSKI SILVA

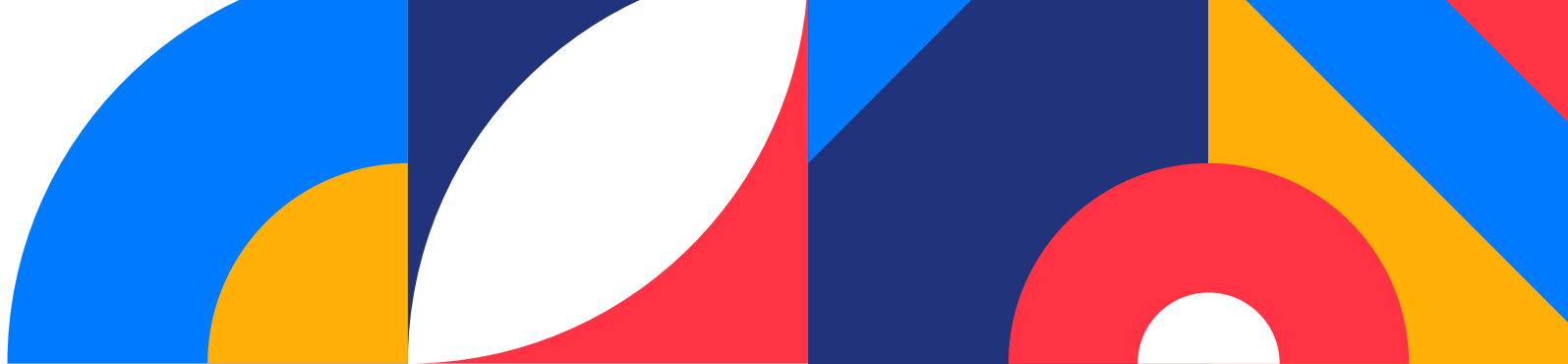
MARIANA CARDOSO DOS SANTOS

STÉFANIE ANGÉLICA GIMENEZ JAROCHINSKI SILVA

João Carlos Jarochinski Silva
Professor Adjunto do curso de Relações Internacionais e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, ambos UFRR (Universidade Federal de Roraima); diretor do Centro de Ciências Humanas (CCH/UFRR); Pós-doutor pelo Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO/Unicamp); Doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) com ênfase em Relações Internacionais; Mestre em Direito Internacional pela UNISANTOS (Universidade Católica de Santos); Especialista em Filosofia pela UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto); Advogado graduado pela FADI (Faculdade de Direito de Sorocaba); Bacharel e Licenciado em História pela USP (Universidade de São Paulo).

Mariana Cardoso dos Santos
Formada em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (2018) e Administração com ênfase em Comércio Exterior pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2012). É mestranda do curso de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima, na temática de migração e saúde. Atuou por mais de dois anos em projetos de apoio a Operação Acolhida no norte do Brasil e atualmente em programa de resposta a emergências humanitárias em todo o país.

Stéfanie Angélica Gimenez Jarochinski Silva
Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Especialista em Enfermagem em Centro Cirúrgico e Central de Material e Esterilização pela UNIFESP/EPM. Especialista em Educação na Saúde para Preceptores no SUS (PSUS) pelo Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa (IEP/HSL). Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP/EPM). Atualmente é servidora, enfermeira, do Estado de Roraima com atuação no Hospital Geral.



INTRODUÇÃO

O artigo propõe abordar a seguinte indagação: o sistema de saúde em Roraima atendia adequadamente às necessidades de sua população, a qual engloba a lógica de uma região fronteira, antes do aumento expressivo de migrantes, especialmente vindos de partes mais distantes da Venezuela a partir de 2015? Ou, os problemas recorrentes no atendimento e cuidado com a saúde, amplamente discutidos na mídia e que motivaram o governo federal a anunciar a implantação de um hospital federal no estado, são de fato resultantes da mobilidade humana em direção e pela região?

As hipóteses orientadoras foram delineadas da seguinte maneira: 1. O Sistema de Saúde de Roraima já era inadequado para um contexto de fronteira e para atender às demandas da população já residente nesse espaço fronteiriço; 2. O aumento da chegada e circulação de pessoas pela região é responsável pelo esgotamento e ineficiência na prestação de atendimento para a população local.

Para abordar essa problemática, adotou-se uma contextualização fundamentada no método qualitativo, considerado apropriado para compreender as relações, representações, crenças, percepções

e opiniões que surgem das interpretações humanas sobre como vivem, constroem seus artefatos, e percebem a si mesmos (Minayo, 2010). Destaca-se que uma das autoras vivencia profissionalmente em seu cotidiano as dinâmicas de atendimento em saúde em um dos hospitais de Roraima.

A pesquisa qualitativa contribuiu significativamente para a compreensão desses fenômenos, estabelecendo conexões entre o atendimento a migrantes, sua presença no sistema de saúde e como essa dinâmica pode afetar a prestação de serviços de saúde em contextos marcados por fronteiras.

Diante desse embasamento, a resposta à questão proposta foi delineada por meio de uma revisão de literatura que problematizou a dinâmica do atendimento aos migrantes em Roraima, considerando sua localização na fronteira como um elemento fundamental para o planejamento e estruturação do sistema de saúde no estado. Essa revisão reforçou a importância da comunicação e capacitação para lidar com esse contexto específico. Portanto, a análise busca elucidar se o aumento expressivo da presença de migrantes é o fator preponderante para a ineficiência na prestação de saúde nesse espaço, conforme

indicado por algumas autoridades e discursos midiáticos, ou se a presença mais acentuada de migrantes apenas evidenciou que o sistema de saúde local já era inadequado para atender às suas demandas.

MIGRAÇÃO, FRONTEIRAS E DIREITOS

As migrações, enquanto fenômenos humanos, não foram inicialmente limitadas, exceto pela oposição da natureza ou de outros indivíduos que já ocupavam determinados espaços ou os impediam de deixar uma localidade. Contudo, com o surgimento dos Estados Nacionais, houve o estabelecimento da demarcação de territórios, por meio da definição de fronteiras, para delimitar o espaço nacional em contraposição a outros países. Esse processo de demarcação territorial permitiu aos Estados identificar as pessoas sob sua autoridade, ou seja, seu povo, que passou por um processo de construção de laços e distinção em relação a pessoas de outras nacionalidades (Sayad, 1998).

Nesse contexto, os países passaram a buscar o controle sobre quem entrava e permanecia em seus territórios, utilizando a soberania como instrumento para essa seleção. Assim, o reforço nos con-

troles migratórios e fronteiriços tornou-se uma maneira de reforçar a identidade nacional.

A atual obsessão por fronteiras na representação contemporânea do mundo está relacionada às questões de segurança estratégica, ações unilaterais de apropriação de áreas contestadas, marcação de territórios nos Estados e dispositivos de proteção contra mobilidades consideradas indesejáveis. As fronteiras assumiram a forma de “membranas assimétricas”, permitindo a saída, mas protegendo a entrada de indivíduos vindos do outro lado (Foucher, 2009).

Jarochinski Silva e Oliveira (2015) destacam que a fronteira não é apenas uma barreira física, mas também um local de encontro com o outro. Ela é um lugar de passagem de pessoas e intercâmbio de bens materiais e simbólicos. As fronteiras nacionais podem ter diferentes significados, dependendo das expectativas de quem as atravessa, seja como turista ou morador de uma cidade fronteiriça. No entanto, as fronteiras também assumem a condição de periferia em relação aos centros de decisão e desenvolvimento do país, demarcando a amplitude e a forma como as relações de troca entre populações se constituem.

Apesar dos esforços dos Esta-

dos em reforçar o controle sobre quem entra e permanece em seus territórios, o avanço dos direitos, especialmente no sistema internacional que consolidou os direitos humanos, resultou em garantias para as pessoas, limitando as ações estatais e garantindo que a soberania não sobreponha a dignidade da pessoa, que no caso em tela, seja o de garantir o acesso e o atendimento em saúde da população, conforme estabelecido em instrumentos internacionais e, especificamente no caso brasileiro, na Constituição Federal.

CONTEXTUALIZAÇÃO

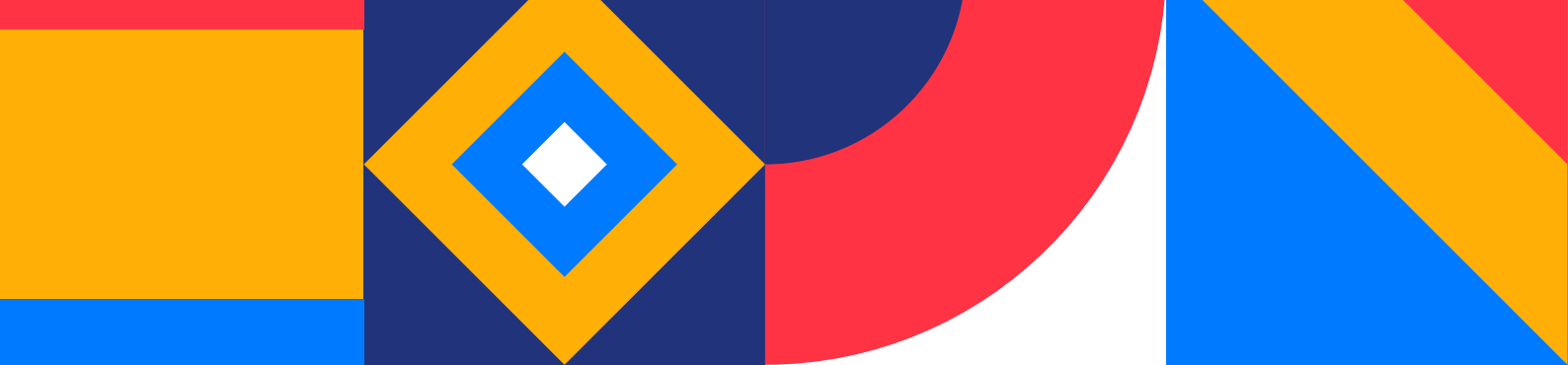
As migrações internacionais têm sido uma preocupação central para a maioria dos Estados, dada a multiplicidade de questões que esses movimentos trazem à tona. No contexto globalizado de intensa mobilidade de pessoas, os países enfrentam desafios significativos em seus relacionamentos interculturais, dinâmicas de integração, garantia de acesso aos direitos e o atendimento de saúde dessas pessoas.

Atualmente, uma parcela expressiva das milhões de pessoas que circulam em todo o mundo migram de regiões com baixo desenvolvimento para áreas que também possuem dificuldade em

termos de assegurar processos de inserção socioeconômica e acesso a direitos para essa população, naquilo que podemos classificar como um fenômeno Sul-Sul (Jarochinski Silva & Baeninger, 2022) em virtude do aumento das barreiras nos países mais ricos ou de processos determinados por uma mobilidade forçada, em que os fatores de expulsão são mais determinantes do que a capacidade de atração das localidades que podem ser acessadas por essas pessoas (Jarochinski Silva & Abrahão, 2018; Magalhães, Baeninger & Bógus, 2018).

Portanto, uma expressiva parte das migrações contemporâneas são complexas e resultam de sistemas socioeconômicos injustos, conflitos armados, perseguições, explorações diversas, violência e violações dos direitos humanos (Carballo, Grocutt & Hadzihasanovic, 1996).

Nesse contexto é que se enquadra a mobilidade humana que se dirige ao Brasil, visto que este é, em muitos casos, o destino possível (Baeninger, Demétrio, Magalhães e Domeniconi, 2021). Embora os números de migrantes internacionais em seu território não sejam próximo da média global (é estimado que entre 2011 e 2020, conforme registros administrati-



vos de solicitações de residência e de reconhecimento de refúgio, aproximadamente 1,3 milhão de imigrantes morem no Brasil) e não sejam tão expressivos quanto em escala global, houve um aumento considerável nos últimos anos, já que de acordo com o censo demográfico de 2010, naquele ano moravam 592.570 imigrantes no país (Cavalcanti et al, 2021).

Além disso, em relação ao Brasil, se destaca o fato de que nos últimos anos houve o aumento da chegada de pessoas por meio das fronteiras secas, como o caso dos venezuelanos e haitianos são os mais exemplares (Jarochinski Silva & Abrahão, 2018; Magalhães, Baeninger & Bógus, 2018), resultando em dificuldades específicas, já que historicamente são regiões com baixos índices de desenvolvimento humano e em que a presença estatal está atrelada à dinâmica de Defesa e Segurança e a prestação de serviços como saúde é bastante inferior ao que é realizado nas regiões centrais e mais desenvolvidas do Brasil.

Nas regiões de fronteira, onde as populações residentes em um dos lados buscam suprir necessidades não atendidas em seus locais de origem atravessando a fronteira, questões de saúde ganham especial atenção. A cidade

de Boa Vista, em Roraima, situada próxima às fronteiras com a Guiana e a Venezuela, desempenha um papel crucial nesse contexto. O aumento da mobilidade humana nessas regiões gera desafios para os sistemas de saúde, demandando políticas específicas para garantir o acesso universal à saúde, principalmente devido ao déficit nos serviços dos países de origem (Dal Prá, Mendes & Mioto, 2007).

A presença de imigrantes em sociedades não familiares traz desafios significativos, especialmente no acesso aos serviços de saúde. A falta de estrutura e de preparo das equipes de saúde para lidar com as diferenças culturais e a falta de formação adequada podem impactar negativamente na qualidade da assistência prestada a esse grupo, além de elementos estruturais, como prédios e equipamentos não adequados aos novos parâmetros de cuidado, visto que os avanços tecnológicos e a melhoria dos procedimentos possuem relevância significativa na qualidade dos serviços prestados em saúde.

Em Roraima, nota-se um fenômeno crescente de movimentos migratórios nos últimos anos, acrescentando mais grupos ao estado que historicamente já se caracteriza como um ponto de convergência de diversas etnias

e culturas. Esse cenário transcultural destaca a importância da estrutura e da preparação dos profissionais de saúde para lidar com a diversidade de pacientes, pois estes últimos são responsáveis pela promoção de relações interpessoais compreensivas e de respeito às diferenças culturais. A compreensão das crenças culturais e o desenvolvimento de práticas culturalmente competentes são essenciais para proporcionar cuidados eficazes (Leininger, 1998),

O sistema de saúde de Roraima funciona basicamente em sua capital, Boa Vista, notadamente seus hospitais, já que os do interior do estado atendem demandas de baixa complexidade, referenciando os atendimentos para a capital. Os hospitais da cidade recebem uma grande demanda de pessoas que vêm de outros países em busca de atendimento médico/saúde. Destaca-se que toda a rede enfrenta um aumento da demanda de pacientes migrantes, especialmente da Venezuela e Guiana.

Antes da instalação da Operação Acolhida, entre janeiro e abril de 2017, o Hospital Geral de Roraima (HGR) recebeu 3.827 pacientes migrantes, o que corresponde a um aumento de 200% nos atendimentos em relação a todo o ano anterior (Silva, 2017). Além disso,

o índice de internações de pessoas relacionadas a esse público aumentou de 72 em 2014, para 376 em 2016. (Dourado, 2016). Optou-se por essa datação, pois ela é anterior ao início da Operação Acolhida, a qual também teve contornos relacionados ao atendimento em saúde e que trouxe o aumento da capacidade do número de atendimentos, mas com pouca interação com os sistemas estadual e municipal de saúde previamente existentes, os quais se deseja analisar.

Boa Vista destaca-se como uma das capitais brasileiras com seu núcleo urbano mais próximo das fronteiras nacionais⁴. A cidade está situada a aproximadamente 120 quilômetros da República Cooperativa da Guiana e a 220 quilômetros da República Bolivariana da Venezuela. A proximidade geográfica com as fronteiras exerce um impacto significativo no cotidiano dos habitantes dessas áreas. É relevante ressaltar que as regiões fronteiriças do estado de Roraima, tanto com a Venezuela quanto com a Guiana, encontram-se distantes de suas respectivas capitais nacionais, uma condição paralela à de Boa Vista.

Dessa forma, essa tríplice fronteira é caracterizada pelo isolamento em relação aos centros federais, conferindo a Boa Vista e sua estrutura de serviços, es-

pecialmente na área hospitalar, um papel de referência para uma região muito mais abrangente do que o próprio estado de Roraima, como é o caso do hospital para o público infantil que atende nessa área, o Hospital Municipal Santo Antônio, que mesmo de administração municipal, faz uma série de atendimentos para a população de outras cidades e países vizinhos.

REVISÃO DE LITERATURA

Mondardo e Staliano (2020) fizeram uma revisão de literatura sobre as produções em saúde e fronteira entre novembro de 2017 e abril de 2018 e ressaltam algumas informações importantes. Pela universalidade e gratuidade dos serviços do Sistema Único de Saúde brasileiro, o SUS, o Brasil acaba tendo maior protagonismo no atendimento em saúde nas suas regiões de fronteira. Dependendo da situação de atendimento, pode-se ter várias situações entre os países: lugares onde os países fronteiriços possuem serviços de saúde similar, então há a duplicação em ambos os lados; lugares onde um lado possui proeminência em determinados serviços e o outro, em outros, e a população opta dependendo da necessidade; e lugares onde um lado oferece serviços e o outro não, levando ao direcionamento do fluxo para um país.

Nos arcos de faixa de fronteira brasileiros, em especial o Norte, o Brasil está dotado de melhor infraestrutura no campo de saúde em comparação a seus vizinhos. Uma segunda revisão de literatura, sobre o papel do gestor de saúde em região de fronteira, Hortelan et al (2019) traz como afirmação a preferência de moradores de outros países pela qualidade da assistência de saúde brasileira, e dá como certa a sobrecarga advinda dessa preferência.

Retornando a revisão de Mondardo e Staliano (2020), eles definem que os trabalhos chamam atenção para a necessidade de um sistema de vigilância integrado para os países fronteiriços, buscando a melhoria do acesso à informação e controle de doenças específicas. Ademais, questões históricas fazem com que seja comum e frequente a presença de povos indígenas em municípios da faixa de fronteira, trazendo ainda mais complexidade e necessidades específicas às questões de saúde dessas regiões.

Tudo isso enfatiza a importância do pensar as especificidades socioculturais destas populações: “a fronteira agrega características específicas que impactam diretamente a vida e o cotidiano dos indivíduos” (Mondardo e Staliano, 2020, p. 112), e “indicam ainda a importância de articulação com os

demais setores, como educação, meio ambiente e habitação, para favorecer as ações de promoção da saúde e prevenção de doenças” (Mondardo e Staliano, 2020, p. 110).

No período analisado pelos autores (2017 e 2018), as especificidades de condição de vida e problemáticas da região com a Venezuela e Colômbia, eram a falta de oportunidades sociais, o narcotráfico e a guerrilha. Eles concluem afirmando que as iniciativas governamentais não são suficientes e que existe pouca preocupação para a criação de políticas públicas voltadas para esses espaços, além de que a preocupação governamental e acadêmica existente é de característica epidemiológica, com foco no controle de doenças, valorizando a dimensão biológica em detrimento das questões subjetivas, psicológicas e socioespaciais, além de carecer significativamente de estudos e atuações interdisciplinares “voltadas à saúde comunitária das populações fronteiriças (nacionais e estrangeiras), da diversidade de povos indígenas, bem como a criação e manutenção de políticas públicas que promovam qualidade de vida e saúde em nível de integração local e regional” (Mondardo e Staliano, 2020, p. 113).

No que tange acesso, pessoas domiciliadas em cidade contígua ao território nacional entram no país de maneira facilitada desde antes da criação da Nova Lei

da Migração, com o Estatuto do Estrangeiro, lei nº 6.815 (Brasil, 1980). De acordo com Branco e Torronteguy (2013), o estatuto ao prever que o morador de municípios fronteiriços ao Brasil possa entrar em território nacional apresentando documento de identidade, exercer atividade remunerada no país, e frequentar estabelecimentos de ensino, é um facilitador para a utilização do sistema de saúde.

Eles ressaltam ainda que tendo previsão legal para os itens citados:

Essa mesma lei poderia ter previsto o acesso aos serviços de saúde pelos mesmos motivos que levaram o legislador a incluir no texto legal estas prerrogativas ao fronteiriço. Como pode ser observado, o legislador se preocupou com o estrangeiro enquanto trabalhador, possível fonte de renda e exploração de mão de obra, mas não com a manutenção de sua saúde (Branco & Torronteguy, 2013, p. 935).

Ainda de acordo com Branco e Torronteguy (2013), essa situação levou a conflitos, pois na falta de regras e normas aplicáveis a todas as cidades de fronteira, a decisão acabava sendo do gestor local, podendo agir de acordo com critérios de oportunidade e conveniência e dentro dos seus próprios conceitos. Atualmente, contamos com a lei nº13.445, de 2017 (Nova Lei de Migração), na qual o art. 4º assegura acesso a serviços

públicos de saúde sem discriminação em razão de nacionalidade e condição migratória (Brasil, 2017), mas mesmo na falta dela, a Constituição Federal estabelece expressamente que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, porém alguns gestores e operadores do direito não tinham esse mesmo entendimento.

Os autores explicitam que a grande preocupação dos gestores é financeira. Valença (2019) afirma ser a situação na fronteira Brasil-Venezuela um amplificador da preocupação financeira dos gestores da saúde na região, pois estes argumentam que o movimento migratório intenso iniciado em 2015 seria um dos principais elementos para a ineficiência do atendimento em virtude da insuficiência de recursos, já que isso resultaria no aumento da demanda de serviços de saúde por pessoas venezuelanas em Roraima.

Silva (2017) aponta que além da questão financeira, observa-se na realidade de Roraima a ausência de capacitação profissional para o atendimento dessas pessoas. A formação da equipe de saúde não privilegia aspectos que facilitem a comunicação e interação entre equipe, paciente e familiares desse paciente. Em um contexto de aumento da mobilidade humana no mundo, esses aspectos deveriam ser valorizados na formação dos profissionais, ainda mais em um contexto fronteiriço como Roraima, em que o atendimento

em saúde em relação à fronteira é permanente e para além dos migrantes, visto que há, por exemplo, a necessidade de melhoria dos cuidados para com os diversos povos indígenas presentes nesses espaços.

Ainda, Hortelan et al (2019) identificou nos estudos em sua revisão, que não foi observado o papel do gestor de saúde pública nas regiões de fronteira, mas sim o do gestor municipal:

Agente de ações nos serviços públicos de saúde, o qual participa do planejamento e organização das redes regionalizadas e hierarquizadas segundo os princípios e diretrizes do SUS juntamente com o estado. Além disso, participa, controla, executa e avalia os serviços de vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, alimentação e dietética, saneamento básico e saúde do trabalhador sob a responsabilidade no âmbito municipal. Destaca-se também que colabora com o governo federal e estadual na fiscalização da vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras (Hortelan et al, 2019, p. 233).

Os autores argumentam que as dificuldades encontradas são: sobrecarga pelo fluxo facilitado na fronteira, déficits nas contas públi-

cas dos municípios (pois a população extra não é contabilizada pelo governo federal e não há repasse condizente), defasagem na quantidade de mão de obra, ausência de programas de saúde nas áreas de fronteira, precariedade social dos países vizinhos. Hortelan et al (2019) concluem como solução viável acordos bilaterais de integração à saúde, campo de estudo pouco explorado pela literatura nacional e internacional.

A peculiaridade da gestão de saúde em fronteiras é um problema antigo. Em 1996, o Subgrupo de Trabalho Nº11 Saúde ou SGT 11, constituído como órgão deliberativo, já debatia assuntos relacionados à preocupação com essas áreas, buscando planejar ações em saúde conjuntas nos países do Mercado Comum do Sul (Mercosul). A partir dessas discussões e das carências de respostas para problemas de saúde identificados nas fronteiras desses países, em 2004 o Ministério da Saúde do Brasil e a Organização Pan-Americana da Saúde, apresentaram como proposta de integração em Saúde o Sistema Integrado de Saúde do Mercosul.

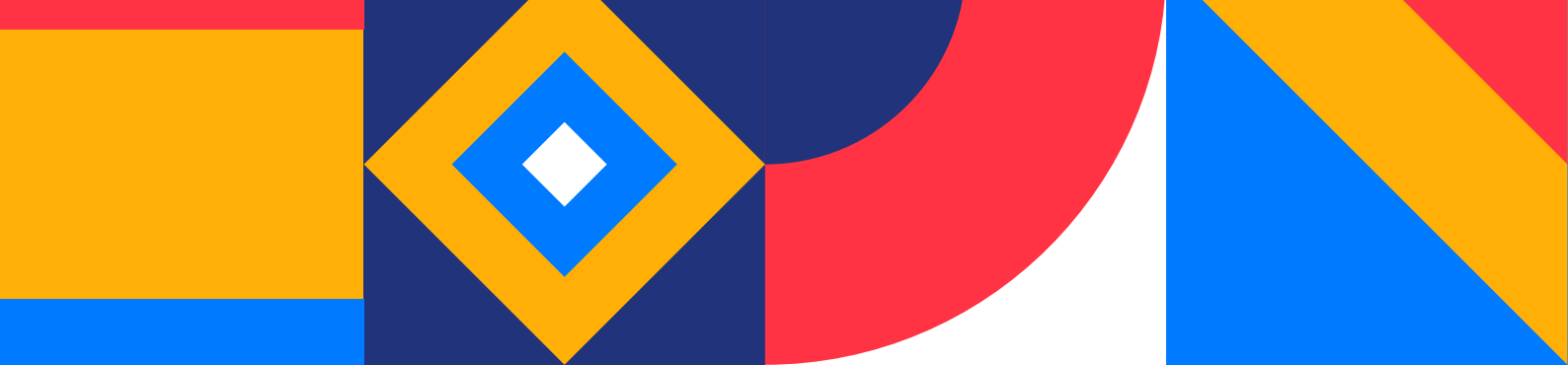
Em seguida, no ano de 2005, foi lançado o Programa Integrado de Saúde das Fronteiras, ou SIS Fronteiras. Vinculado à Diretoria

de Programas e Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, abrangia todos os municípios brasileiros em divisa com outros países, previa o repasse financeiro para o desenvolvimento de três fases: Diagnóstico Local e Plano Operacional; Qualificação de Gestão; e Implantação de Serviços (Fabríz, 2019).

O programa, porém, foi encerrado definitivamente em 2014, após diversas dificuldades em sua implantação. Fabríz (2019) elenca a dimensão estrutural como ponto crítico para os gestores, que avaliavam equipamentos e materiais insuficientes e recursos humanos escassos. Ademais, a dificuldade no compartilhamento de ações e integração entre países, além da interferência política, influenciaram negativamente a condução dos processos do SIS Fronteiras.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONTEXTO EM RORAIMA A PARTIR DA REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura revelou diversos aspectos cruciais a serem considerados em regiões fronteiriças, como é o caso de Roraima. Um elemento fundamental apontado foi a gratuidade do atendimento médico no Brasil, o que tem atraído a população re-



sidente do lado não brasileiro da fronteira em busca de cuidados de saúde assegurados por lei. No entanto, essa característica não parece estar integrada ao planejamento e à definição da estrutura de saúde nas áreas fronteiriças.

Outro ponto recorrente nas análises refere-se à precariedade das estruturas estatais, incluindo os serviços de saúde, em comparação com outras regiões do território brasileiro. Mesmo em condições normais, a qualidade dos serviços prestados nessas áreas é inferior, e a oferta de cuidados é deficiente em comparação aos centros mais desenvolvidos do país. A dinâmica de alocação orçamentária para esses atendimentos também influencia nas decisões das autoridades municipais e estaduais em relação ao cuidado com essas comunidades. Isso fica evidente em situações como as exigências de documentos para prestação de serviços de saúde que não estão respaldadas na legislação vigente sobre o assunto, como observado em ações no estado de Roraima realizadas após a chegada mais efetiva de migrantes internacionais ao estado.

Entre os pontos levantados para a resolução dos problemas em contextos fronteiriços na área da saúde, um dos autores des-

tacou a necessidade de acordos bilaterais. No entanto, conforme evidenciado na busca por informações mais abrangentes sobre o tema, há uma escassez de pesquisas nessa área, o que seria crucial no contexto da saúde. A criação de acordos bilaterais oferece perspectivas de entendimento e padronização nos atendimentos em ambos os lados da fronteira, fortalecendo capacidades que seriam reguladas por acordos diplomáticos ou paradiplomáticos.

Contudo, considerar essa hipótese em relação a Roraima é complexo. Apesar do crescimento econômico acelerado da Guiana, o país ainda enfrenta carências significativas em termos de oferta de saúde, incluindo escassez de profissionais e equipamentos. Isso dificulta a partilha de responsabilidades no âmbito da saúde.

Quanto à Venezuela, que já foi em outros momentos uma referência em certos tratamentos, como na área de cardiologia para os residentes em Roraima, a atual grave crise social impede a viabilidade de estabelecer esse tipo de acordo. Entretanto, a dificuldade em obter maiores referências sobre isso serve de incentivo para possíveis pesquisas futuras.

Analisando os aspectos ressaltados pela literatura revisada,

percebe-se que muitos dos problemas apontados indicam que Roraima não segue as melhores práticas em termos de gestão de saúde, como descrito na contextualização. Embora poucos autores abordem a questão da mobilidade humana como um fator que tensiona o sistema de saúde, fica claro na interpretação do texto que a falta de ações, orçamento, capacitação e planejamento tornam essas localidades vulneráveis a qualquer evento que gere aumento na demanda por serviços de saúde. Isso pode ser resultado do crescimento da população devido à chegada de migrantes, bem como de eventos como pandemias ou catástrofes que afetam a região.

Portanto, em resposta à questão orientadora, atribuir as dificuldades de atendimento exclusivamente à chegada de migrantes internacionais é mascarar problemas já existentes. A mobilidade humana deve ser integrada ao planejamento em saúde em qualquer localidade, especialmente fronteiriça.

Embora números expressivos justifiquem medidas emergenciais para lidar com o aumento repentino na demanda por atendimento, essas medidas se tornam ainda mais problemáticas se não hou-

ver estrutura e equipes capacitadas para enfrentar essa situação. A mobilidade humana não é algo novo em áreas de fronteira, mas o aumento na demanda destacou a fragilidade de um sistema de saúde mal estruturado e pouco adaptado às especificidades das regiões fronteiriças.

Ignorar a realidade dos serviços prestados pelos órgãos governamentais em áreas de fronteira, onde há maior circulação de pessoas migrantes, contribui para que a “disputa” pelo acesso aos serviços de saúde transforme-se em elemento promotor de práticas xenofóbicas por parte de agentes governamentais e setores da população. Abordar a política migratória e a proteção das pessoas refugiadas visando à integração requer, necessariamente, que o atendimento a essas pessoas seja parte integrante do funcionamento das localidades onde a mobilidade é uma realidade. Isso não apenas garante um melhor funcionamento diário desses espaços, mas também aumenta a capacidade de resposta em situações emergenciais, como a enfrentada em Roraima.

Isso aponta para a urgência de uma reestruturação, especialmente em termos estruturais e de capacitação, pois os problemas em obter atendimento, assim como as dificuldades das equipes de saúde em prestar esse atendimento, resultam em preconceito e xenofobia institucional. Esses

aspectos são prontamente explorados por forças políticas que tentam se eximir de responsabilidade pelo cenário, culpabilizando os migrantes pela ineficiência na prestação de cuidados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Baeninger, R., Belmonte Demétrio, N., Magalhães Fernandes, D., & Domeniconi, J. (2021). Cenário das migrações internacionais no Brasil: Antes e depois do início da pandemia de covid-19. *Revista Jurídica Trabalho E Desenvolvimento Humano*, 4.

Branco, M. L. & Torronteguy, M. A. A. (2013). O SUS na fronteira e o Direito: em que medida o estrangeiro tem direito ao SUS. *Caderno Ibero-americano de Direito Sanitário*. Brasília, v. 2, n. 2, jul./dez. 2013.

Brasil. (2017) Lei da Migração, Lei Nº13.445, de 24 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm#art124>

Carballo, M., Grocutt, M. & Hadzihasanovic, A. (1996). Women and migration: a public health issue. *World Health Statistics Quarterly*, v. 49, n. 2, p. 158-64.

Cavalcanti, L., Oliveira, T., Silva, B. G. (2021). Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. *Série Migrações*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra.

Dal Prá, K. R.; Mendes, J. M. R.; Mioto, R. C. T. (2007) O desafio da integração social no MERCOSUL: uma discussão sobre a cidadania e o direito à saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, supl. 2, pp. 164-173.

Dourado, A. MP abre procedimento para apurar causas da superlotação nos hospitais. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 23 nov. 2016. Cidade, p. 8.

Fabriz, L. A. (2019). Sistema Integrado de Saúde nas Fronteiras entre o Brasil e o Paraguai no estado do Paraná: um estudo avaliativo. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem em Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto-SP.

Hortelan, M. S., Almeida, M. L., Fumincelli, L., Zilly, A., Nihei, O. K., Peres, A. M., Sobrinho, R. A. & Pereira, P. E. (2019). Papel do gestor de saúde pública em região de fronteira: scoping review. *Acta Paul. Enferm.* 32(2):229-36.

Jarochinski Silva, J. C. & Abrahão, B. (2018). Migração pela Sobrevivência – o Caso dos Venezuelanos em Roraima. In: Jubilut, L. L., Frinhani,

F. M. D., Lopes, R. O. (orgs.). *Migrantes Forçados@s: Conceitos e Contextos*. Boa Vista: EDU-FRR, pp. 636-661.

Jarochinski-Silva, J. C., & Baeninger, R. (2022). O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 29, 123-139.

Jarochinski Silva, J. C. & Oliveira, M. M. (2015) Migrações, fronteiras e direitos na Amazônia. *REMHU — Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, v. 23, n. 44, p. 157- 169, jan./jun. 2015.

Leininger, M. (1998). *Enfermagem Transcultural: Imperativo da Enfermagem Mundial*. Revista de Enfermagem, Lisboa, n. 10, p. 32-36.

Magalhães, L. F. A., Baeninger, R. & Bógus (2018). Migração de Dependência: considerações teóricas e metodológicas sobre a imigração haitiana no Brasil. In: Jubilut, L. L., Frinhani, F. M. D., Lopes, R. O. (orgs.). *Migrantes Forçados@s: Conceitos e Contextos*. Boa Vista: EDU-FRR, pp. 695-731.

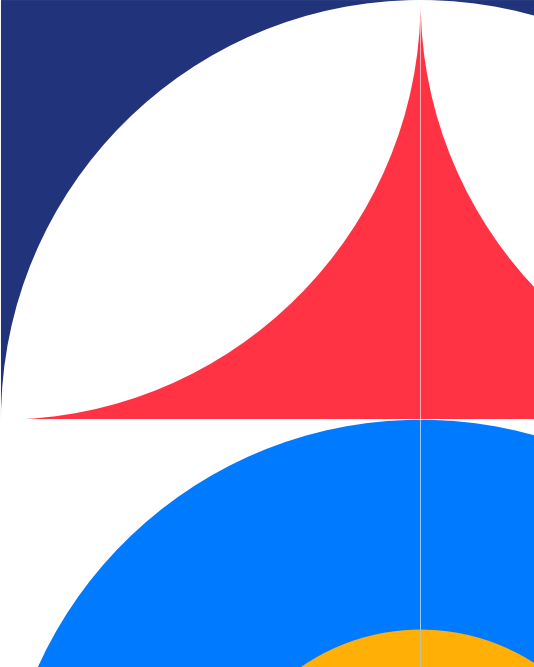
Minayo, M. C. S. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

Mondardo, M & Staliano, P. (2020). Saúde na Fronteira Brasileira: Políticas Públicas e Acesso a Serviços. *Revista Espaço Aberto*, PPGG – UFRJ. Rio de Janeiro, V. 10, N. 1, pp. 99-116.

Sayad, A. A Imigração. São Paulo: EDUSP, 1998.

Silva, S. A. G. J. (2017). Dificuldades no atendimento a pacientes estrangeiros em Roraima: na perspectiva da saúde do trabalhador. 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro-RJ.

Valença, L. C. (2019). A migração venezuelana e a gestão de saúde na zona de fronteira Brasil/ Venezuela nos anos 2017 e 2018. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Federal de Roraima. Boa Vista-RR.





A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS DESACOMPANHADAS E SEPARADAS NO BRASIL

Deborah Esther Grajzer

Deborah Esther Grajzer
Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), especialista em Migração Infantil. Possui graduação em Relações Internacionais e Pedagogia pela UFSC. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Jurídicos e Sociais da Criança e do Adolescente (Nejusca) da Universidade Federal de Santa Catarina e do Observatório das Migrações de São Paulo (NEPO-UNICAMP). Trabalhou em organizações internacionais, como a OIM e o UNICEF e da sociedade civil, como a Visão Mundial e a AVSI Brasil.

INTRODUÇÃO

Os fluxos migratórios da contemporaneidade são marcados por sua crescente intensificação e complexidade, tanto no que tange os países de origem quanto de destino, sendo as causas que levam uma pessoa a migrar cada vez mais variadas, como a busca por melhores oportunidades econômicas, fuga de conflitos, perseguições políticas, desastres e mudanças climáticas, como terremotos, grandes enchentes e outros fatores.

Segundo o Relatório Mundial das Migrações de 2022, lançado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), desde 2020, existem 281 milhões de migrantes em todo o mundo. O número cresce a cada ano, prin-

cipalmente em razão de conflitos. Grande parte dos migrantes internacionais está em idade de trabalho e há uma preponderância de homens nesse total de indivíduos. Entre 2018 e 2020, as mulheres representaram 20% das quase 77.000 pessoas que chegaram à Europa via mar e por terra pelas rotas do Mediterrâneo Oriental, Central e Ocidental, bem como pela rota atlântica da África Ocidental. A maioria vive na Europa (87 milhões) e na Ásia (86 milhões). Os dois continentes concentram cerca de 61% dos migrantes do mundo (OMI, 2022).

Já o relatório Tendências Globais (Global Trends), lançado em 2023 pelo ACNUR, informa que o deslocamento forçado bateu um novo recorde histórico atin-

gindo 108,4 milhões de pessoas em 2022. A Guerra na Ucrânia é a principal responsável pelo novo aumento dos fluxos migratórios. Embora as crianças representem 30% da população mundial, correspondiam a 40%¹ de pessoas deslocadas de maneira forçada em 2022 (ACNUR, 2023).

Neste contexto, o Brasil tem recebido nos últimos anos um número cada vez maior destes fluxos migratórios internacionais. Entre 2013 e 2022, os solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado mais frequentes eram das seguintes nacionalidades: venezuelana, com 210.052 solicitações, haitiana, com 38.884, cubana, com 17.855 e angolana, com 11.238 (OBMIGRA, 2023).

Dentre os fluxos mencionados,

os com origem na Venezuela tem se configurado como o mais expressivo e crescente nos últimos anos e o Brasil registrou cerca de 212 mil solicitações de residência temporária e refúgio a pessoas venezuelanas entre 2015 e 2019, sendo quase 64 mil crianças e adolescentes migrantes. Além disso, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) estimou em 2019, que mais de 400 crianças e adolescentes chegaram ao Brasil desacompanhadas, ou seja, sem a tutela de um adulto.

Por se tratar de sujeitos de pouca idade, distantes de suas casas e, muitas vezes, sozinhas, ou seja, sem um tutor legal, as crianças desacompanhadas estariam ainda mais vulneráveis a situações de violação de direitos humanos, como exploração sexual, trabalho infantil, tráfico de crianças. Desse modo, a proteção específica e adequada torna-se essencial para sua sobrevivência. O foco deve ser, portanto, garantir o melhor interesse da criança, independente dos motivos que a levaram a se deslocar ou de seu *status* migratório no país de acolhimento.

A PROTEÇÃO INTEGRAL E O ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS MIGRANTES E REFUGIADAS NO BRASIL

A migração forçada pode ocorrer como uma forma de escapar da pobreza e da discriminação em busca de acesso a direitos fundamentais e serviços básicos. Todos

os anos, milhares de pessoas migram de um país para outro, ou mesmo internamente, em busca de segurança, proteção, melhores condições de vida, ou pela própria sobrevivência. Todavia, nem sempre o ato de migrar é realizado de maneira voluntária.

É fundamental ressaltar a distinção entre migrantes e pessoas que podem ser consideradas refugiadas. O termo “migrante” abrange aqueles que se deslocam dentro de seu próprio país ou internacionalmente em busca de melhores condições de vida, muitas vezes motivados por questões econômicas ou educacionais, e têm a possibilidade de retornar ao seu país de origem ou residência habitual a qualquer momento.

Por outro lado, uma pessoa refugiada, conforme definido pela Convenção de 1951 é aquela que atravessa fronteiras internacionais devido a um fundado temor de perseguição, seja de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 1951), e necessitam de proteção internacional.

Posteriormente, o termo será ampliado no âmbito da América Latina, com a elaboração da Declaração de Cartagena em 1984, que passou a abarcar a grave e generalizada violação de direitos como um de seus elementos, em virtude de regimes ditatoriais que eclodiram em diversas situações de conflitos armados, praticados

sistematicamente na região durante as décadas de 1970 e 1980 (JUBILUT; MADUREIRA, 2014). É importante destacar que somente os refugiados têm direito à proteção internacional específica.

Nota-se que toda pessoa refugiada é, por definição, também migrante, mas nem todo migrante se enquadra na definição legal de refugiado. Enquanto os migrantes podem ter diversos motivos para buscar uma nova residência, os refugiados são movidos por uma necessidade imperativa de proteção internacional devido a ameaças à sua vida, liberdade ou segurança pessoal em seus países de origem. Ao abordar questões relacionadas à migração e ao acolhimento de pessoas em situação de deslocamento, é crucial reconhecer as crianças em suas condições de sujeito em desenvolvimento, reconhecendo as distintas necessidades e direitos desse grupo populacional específico.

A fim de compreender o lugar da criança e do adolescente solicitante de refúgio ou residência temporária no ordenamento jurídico, torna-se de extrema importância identificar a legislação relativa aos direitos da criança e do adolescente. Para tanto, destaca-se a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, instrumento normativo internacional de extrema relevância para os direitos da criança refugiada, solicitante de refúgio ou de residência temporária, e sua aplicabilidade a partir da

¹ Esta estimativa demográfica foi feita a partir dos deslocamentos de refugiados palestinos sob mandato da UNRWA, pessoas em situação semelhante à de refugiados, solicitantes de refúgio e outras pessoas que precisam de proteção internacional. Baseiam-se nos dados disponíveis do ACNUR e nas estimativas da população mundial (Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU).





Lei 8.069/1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), apesar de a Constituição Federal de 1988 já garantir, em seu art. 227, o princípio da proteção integral e demais direitos sociais da criança e do adolescente.

O Brasil também é signatário da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, por meio do Decreto 50.215 de 28 de janeiro de 1961, contando com legislação ordinária específica para instrumentalização da Convenção em território nacional, qual seja, a Lei 9.474 de 22 de julho de 1997. Assim, a partir de instrumentos jurídicos internacionais concernentes aos direitos das crianças e adolescentes refugiadas, é possível observar o compromisso do ordenamento jurídico brasileiro com o princípio da proteção inte-

gral e melhor interesse da criança.

A Constituição Federal de 1988 já garantia, em seu art. 227, o princípio da proteção integral e demais direitos sociais – como educação, saúde, alimentação, moradia, lazer e segurança – sem mencionar nenhuma distinção entre brasileiros e migrantes, princípio reforçado com a Lei n. 8.069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Esses marcos normativos produziram uma significativa mudança, culminando na substituição da legislação menorista. Desse modo, “[...] o menor de 18 anos abandonado materialmente, vítima de maus tratos, em perigo moral, desassistido juridicamente, com desvio de conduta ou autor de infração penal (art. 2º), colocava-se como uma legislação tutelar” (Veronese, 2011, p. 25-26).

A partir da Doutrina da Proteção Integral se reconheceu a condição da criança e do adolescente como pessoas em fase de desenvolvimento, capazes de fazerem escolhas e participarem de forma ativa e autônoma da vida em sociedade. A criança passou a ser ouvida e a ter suas ideias e opiniões consideradas, deixando de ser vista como incapaz, constituindo-se, enquanto titular de direitos plenos e específicos. O direito à liberdade contempla a possibilidade de solicitação de refúgio, sendo descrito no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente no art. 16, inciso “VII - buscar refúgio, auxílio e orientação”². Logo, toda criança e todo adolescente enquanto sujeitos de direitos civis, humanos e sociais poderão solicitar essa condição migratória. Conforme Cruz (2020),

[...] compreender a criança e o adolescente como sujeitos de direitos no ordenamento jurídico brasileiro significa, sobretudo, compreendê-los como pessoas, dotadas de dignidade e personalidade. Contudo, ainda que se pretenda a sua percepção e participação nas questões da vida civil e cidadã como um todo, o viés individualista e patrimonialista ainda preponderante na regulamentação das relações civis distribui sobre crianças e adolescentes as classificações de incapaz e relativamente incapaz, categorias estas determinantes para o exercício de direitos e participação das crianças em diversas situações jurídicas e sociais (Cruz, 2020, p. 107).

Frente à situação de crianças e adolescentes refugiados ou solicitantes de refúgio, desacompanhados ou separados, tem-se que a ordem constitucional e infraconstitucional vigente não admite discriminações de qualquer natureza. Antes de serem consideradas refugiadas, o ordenamento jurídico brasileiro as compreende enquanto crianças.

Ao olhar para o atual fluxo venezuelano destaca-se a situação das crianças migrantes e refugiadas que chegaram em Roraima nos últimos anos e a realidade desse estado fronteiriço que é porta de entrada de grande parte da popu-

lação proveniente da Venezuela. O que se observa é que nem todas essas crianças e adolescentes chegam acompanhados de seus pais ou responsáveis legais.

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), estima-se que mais de 6 milhões de pessoas já deixaram a Venezuela desde 2015, o que se assemelha ao número de refugiados da Ucrânia (6,8 milhões) e Síria (6,6 milhões). Apesar dos números serem similares, o financiamento internacional para resposta humanitária aos migrantes e refugiados venezuelanos tem sido cada vez mais reduzido.

A grande maioria dos venezuelanos que migraram para o Brasil a partir de 2016 chegaram nos municípios de Pacaraima e Boa Vista, e muitos se encontravam em condições de vulnerabilidade, vivendo em situação de rua, especialmente os indígenas da etnia Warao. No ano de 2018, em média, 5 mil pessoas deixaram a Venezuela por dia, em busca de melhores condições de vida (ACNUR, 2019). Em referência aqueles que chegam no Brasil se observa o aumento do fluxo de famílias completas não indígenas, e de crianças desacompanhadas e separadas (UASC³, na sigla em inglês). É nessa mudança no perfil do fluxo migratório dos últimos anos em que se concentram as

mulheres e crianças. Essa situação foi agravada por instabilidades sociais, econômicas e políticas no Estado venezuelano.

Em fevereiro de 2018, o Estado brasileiro reconheceu oficialmente a situação de vulnerabilidade que se encontravam as pessoas oriundas da Venezuela dando início a Operação Acolhida. Tal Operação configura-se como uma ação conjunta de natureza humanitária coordenada pelas Forças Armadas e por órgãos da esfera federal, estadual e municipal, com o apoio de organizações internacionais, nacionais e organizações não-governamentais (ONGs). Logo que ingressam no Brasil, a maioria dos migrantes venezuelanos passam pelo Posto de Recepção e Apoio (PRA) para identificação e o Posto de Interiorização e Triagem (PTRIG) para regularização migratória. Além desses serviços foram instalados abrigos humanitários, de caráter provisório e emergencial em Roraima e no Amazonas.

Entre as organizações presentes em Pacaraima e que apoiam no fluxo e atendimento a crianças e adolescentes destacam-se: a Defensoria Pública da União (DPU); o Ministério da Cidadania; a Polícia Federal; o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV); a Organização Internacional para as Migrações (OIM); o ACNUR; o Fundo

2 BRASIL. Lei n. 6.815 de 1980. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/_508142/000986045.pdf?sequence=1. Acesso em: 04 jan. 2022.

3 Texto original em inglês: “Unaccompanied and separated children”.

de Populações das Nações Unidas (UNFPA); o Unicef; a AVSI Brasil; a Visão Mundial e a Comarca de Pacaraima. Em alguns casos de proteção à criança ainda é necessária a atuação junto ao Conselho Tutelar. Além da cidade de Pacaraima, a Operação Acolhida oferta serviços em Boa Vista e Manaus.

Uma das iniciativas da Operação é o processo de interiorização, cujo objetivo é levar de forma voluntária migrantes e refugiados venezuelanos para outras cidades do Brasil. Trata-se de uma forma de inclusão socioeconômica e de possibilidade de oferta de melhores oportunidades a migrantes e refugiados, a fim de reduzir a pressão sobre as comunidades locais de Roraima e Manaus, que já acolhem grande parte dessa população que se encontra na região Norte do Brasil. No período de abril de 2018 a abril de 2023 mais de 100.000 pessoas já haviam sido interiorizadas (OIM, 2023).

A Missão Pacaraima da Defensoria Pública da União teve início em 18 de junho de 2018, com o objetivo de promover e garantir os direitos das crianças e dos adolescentes, em particular atender às dificuldades migratórias, de acordo com a Doutrina de Proteção Integral e o superior interesse da criança. A abordagem da instituição é a aplicabilidade da Resolução Conjunta CONANDA/CONARE/CNIg/DPU, Nº1 de 9 de agosto de 2017, instrumento por meio do qual os quatro citados órgãos ino-

vam no ordenamento jurídico ao criar um protocolo de atendimento a crianças e adolescentes migrantes, considerados separados ou desacompanhados, em pontos de fronteira, mas também aplicável aos casos de pessoas físicas localizadas no território nacional (Grajzer; Chaves, 2019).

Para o atendimento na cidade fronteiriça de Pacaraima, utiliza-se como parâmetro a classificação de desacompanhada, separada e indocumentado presente no artigo 1º da Resolução Conjunta CONANDA/CONARE/CNIg/DPU de 2017. Essa definição alinha-se com as normas internacionais e visam garantir uma abordagem humanitária e proteção de pessoas em situações de migração forçada e vulnerabilidade.

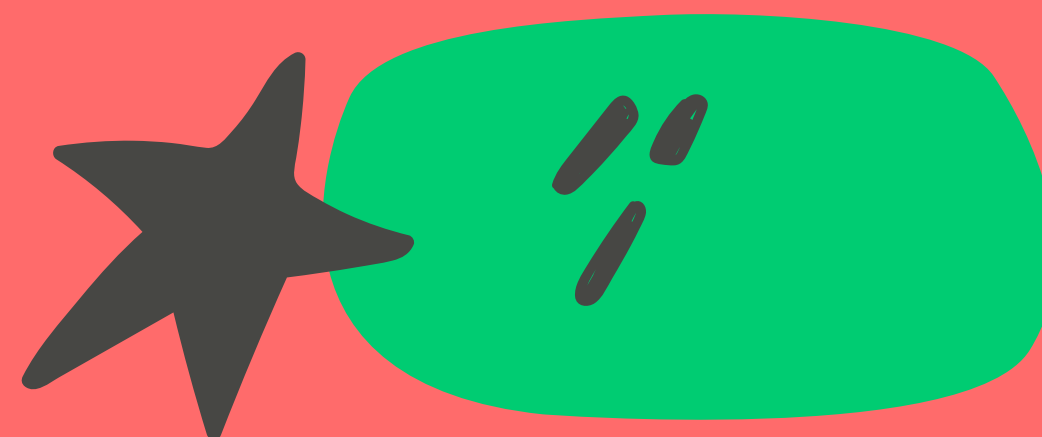
- i) Indocumentadas – aquelas que, apesar de estarem acompanhadas de seus genitores, não possuem documento de identificação apto para comprovar o vínculo parental ou possuem apenas cópia de documento original;
- ii) Separadas – acompanhadas por uma pessoa adulta que não é o responsável legal no seu ingresso em território brasileiro;
- iii) Desacompanhadas - aquelas que não possuem nenhuma pessoa adulta que acompanhe no seu ingresso em território nacional. (CONANDA/CONARE/CNIg/DPU, 2017, p.1).

A separação da criança de sua família pode acontecer tanto no

contexto anterior à migração (devido a fatores adversos), no início do deslocamento (em travessias consideradas perigosas e/ou ilegais, por exemplo) como no seu decorrer. Muitas vezes essas crianças e adolescentes acabam não sendo identificadas nas fronteiras, seja por estarem com outras famílias, seja por se identificarem como maiores de idade ou mesmo por escolherem rotas alternativas onde não há controle migratório.

No contexto brasileiro o que se observou foi uma chegada cada vez maior dessas crianças e adolescentes desde o aumento do fluxo venezuelano em 2018, o que acarretou não apenas em mecanismos de proteção com a Resolução conjunta, como na elaboração de iniciativas por parte do UNICEF em parceria com a sociedade civil. O Projeto de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes Separados e Desacompanhados iniciou as atividades nos Posto de Triagem (PTrig) de Pacaraima e Boa Vista no dia 16 de dezembro do ano 2019, sendo implementado pela AVSI Brasil, em parceria com o Unicef para garantir a proteção integral de crianças e adolescentes desacompanhados e separados (UASC, na sigla em inglês) e indocumentados, em articulação com a rede de proteção e acolhimento do estado de Roraima.

Além de garantir e promover o direito à proteção de crianças e adolescentes, o Projeto acima



mencionado busca prevenir possíveis casos de tráfico de crianças e exploração sexual, especialmente quando não há nenhuma documentação de identificação da criança. Nesse sentido, o atendimento é realizado por uma equipe multiprofissional especializada em proteção de crianças e adolescentes, composta por profissionais da área da psicologia, do serviço social, do direito, da pedagogia, entre outros.

Em acordo com o Painel de Atendimento da Missão Pacaraima elaborado pela Defensoria Pública da União (DPU), no período de março de 2022 a abril de 2024 foram atendidas 9.608 crianças migrantes em especial dificuldade migratória, dessas 1.244 encontravam-se desacompanhadas (12%), 5.133 separadas (50%) e 3.245 acompanhadas (32%). É importante destacar que em todas essas modalidades mencionadas havia crianças documentadas e indocumentadas.

Um dos aspectos mais notáveis

da Resolução CONANDA nº 232, de 28 de dezembro de 2022, é o reconhecimento explícito da necessidade de proteção para crianças e adolescentes que possuem documentos, mas que não há comprovação de filiação ou vínculo com os pais devido à falta de documentação adequada dos genitores. Esse avanço é crucial, pois reconhece que a ausência de documentação que comprove vínculos com seus responsáveis não deve privar essas crianças e adolescentes do acesso aos direitos e à proteção que lhes são devidos. Salienta, ainda, em seu art. 5º, que criança e adolescente desacompanhados, separados ou indocumentados não serão criminalizados em razão de sua condição migratória, com base no art. 3º, III, da Lei nº13.445 de 2017.

A Resolução CONANDA nº 232 representa um avanço significativo na garantia dos direitos das crianças e adolescentes que se encontram fora do país de origem desacompanhadas, separadas ou

indocumentadas, e dá outras providências, sendo aplicada a todo território nacional sem qualquer discriminação e em igualdade de condições.

Além da oferta de assistência jurídica gratuita e monitoramento de possíveis violações de direitos humanos, a Defensoria Pública da União (DPU) se dedica ao enfrentamento de casos de tráfico de pessoas, com o imediato acionamento da Polícia Federal, adoção de medidas de proteção e participação em atividades de educação em direitos humanos focadas na prevenção dirigida a potenciais vítimas. Entre essas atividades, pode-se destacar rodas de conversa com a comunidade migrante e indígena sobre os direitos da criança e não uso da violência física e verbal.

Outro ponto de atenção refere-se ao acionamento do Conselho Tutelar em casos de urgência para apoio à autoridade de fronteira para a tomada das medidas protetivas necessárias e sempre que os direitos de crianças e ado-

lescentes forem ameaçados ou violados, nos termos do art. 98 da Lei nº 8.069/1990. O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, responsável por zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

A Resolução Conjunta nº 1 de 2017 e a Resolução nº 232 de 2022 do Conanda, voltadas à proteção de crianças e adolescentes desacompanhados, separados e indocumentados, representam avanços significativos no âmbito normativo para abordar as particularidades dessa população e sua condição migratória. A ênfase na regularização migratória e na garantia de proteção imediata reflete um esforço nacional em assegurar os direitos fundamentais.

Em síntese, a complexidade do cenário demanda uma abordagem conjunta e integrada, que una esforços de organizações internacionais, governamentais e não governamentais, a fim de enfrentar os desafios específicos a que são expostos crianças e adolescentes em contextos de migração forçada e que se encontram desacompanhadas, separadas e indocumentadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do contexto apresentado, torna-se evidente a necessidade de se reconhecer e garantir os direitos das crianças e adolescentes em situação de migração forçada, especialmente no caso de pessoas refugiadas e solicitantes

de refúgio. Esses indivíduos, muitas vezes desacompanhados ou separados de suas famílias, enfrentam desafios significativos em sua jornada, incluindo a falta de acesso a serviços básicos, como saúde e educação, exposição a situações de violência e exploração, e o risco de serem marginalizados ou discriminados.

É fundamental ressaltar que a legislação internacional e nacional, incluindo a Convenção sobre os Direitos da Criança e o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece a obrigação de proteger e promover os direitos desses indivíduos em fase de desenvolvimento. O princípio da proteção integral reconhece a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, capazes de fazerem escolhas e participarem ativamente da sociedade, e não mais como meros objetos de tutela.

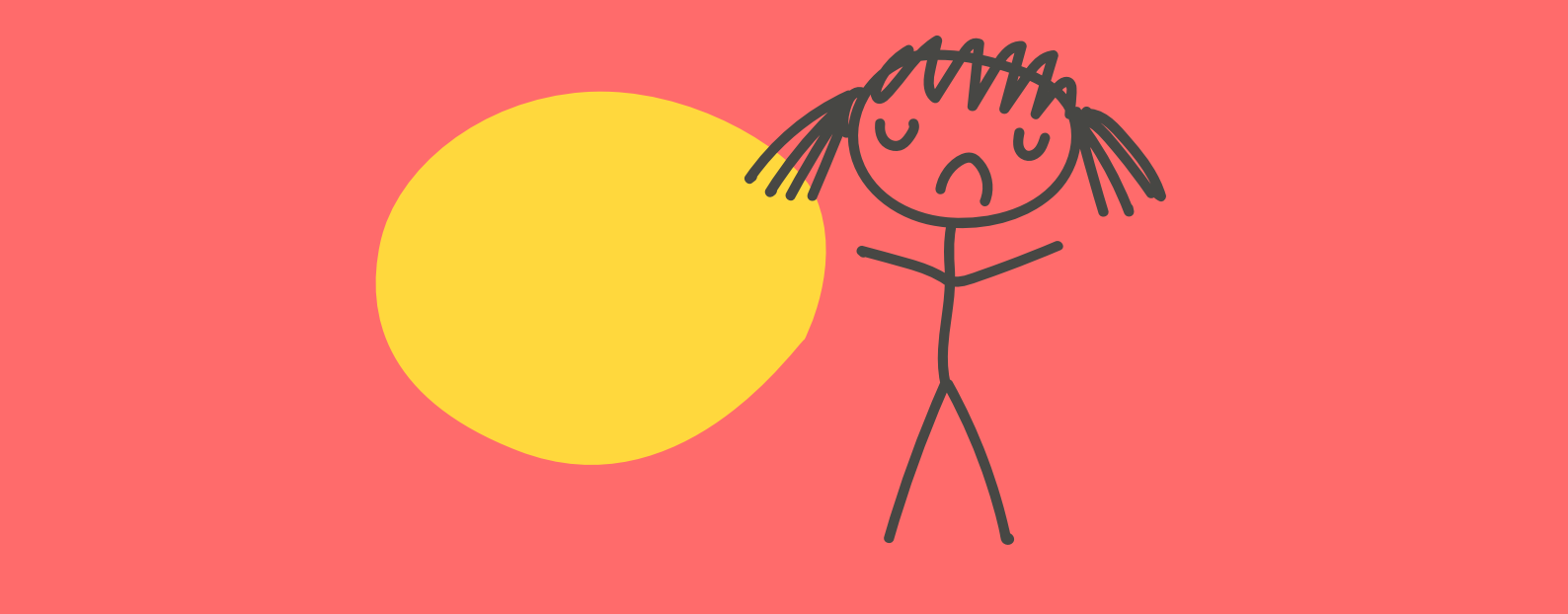
Apesar dos avanços legais e conceituais, ainda persistem desafios significativos na efetivação desses direitos, especialmente em contextos de conflitos armados e de crises humanitárias, como a Guerra na Ucrânia, a intensificação dos conflitos na Faixa de Gaza e as crescentes violações de direitos humanos na Venezuela. Tais situações acabam por gerar um movimento maciço de pessoas que irá acarretar na resposta dos países de recebimento e acolhimento.

Em referência às crianças migrantes e refugiados que chegam ao Brasil, estas estarão amparadas tanto pela legislação nacional

quanto no Direito Internacional. Com destaque para a doutrina da proteção integral enunciada no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, e o direito à regularização documental, conforme estabelecido na Lei de Migração de 2017. É importante ressaltar que mesmo os migrantes que tenham ingressado de maneira irregular no território brasileiro, sejam adultos ou crianças, têm o direito de buscar autorização de residência, o que deve ser promovido pelo Estado.

Nesse sentido, evidencia-se os esforços da Operação Acolhida criada em 2018, e a atuação do governo brasileiro, das organizações internacionais, e da sociedade civil no que tange ao atendimento, documentação e a integração da população venezuelana como uma medida que visa juntar os esforços de diferentes atores para que essa população possa ser acolhida de maneira imediata, e encaminhada para serviços especializados da rede pública, especialmente nos casos de crianças desacompanhadas, separadas e indocumentadas.

Desse entendimento decorre a necessária proteção específica, não apenas pelo expressivo contingente de crianças e adolescentes que migram a cada ano pelo globo, mas também pelas peculiaridades jurídicas que tais grupos ensejam. Nesse sentido, a Resolução Conjunta CONANDA/CONARE/CNlg/DPU, Nº1, de 9 de



agosto de 2017 bem como a Resolução Nº 232 do CONANDA se configuram como boas práticas guiadas pela Doutrina da Proteção Integral e o superior interesse da criança, visando à proteção de crianças migrantes desacompanhadas, separadas e indocumentadas que se encontram em todo o território nacional.

Por fim, é imperativo que governos, organizações internacionais, sociedade civil e outros atores relevantes intensifiquem seus esforços para garantir a proteção e assistência adequadas às crianças e adolescentes em situação de migração forçada. Isso inclui o fortalecimento do sistema de garantia de direitos, o acesso a serviços de saúde, educação e apoio psicossocial, além do combate à discriminação e à violência. A garantia dos direitos das crianças e adolescentes em situação de migração forçada não é apenas uma questão de justiça e humanidade, mas também fundamental para promoção de um desenvolvimento sustentável e inclusivo em nível local e global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRUZ, Taís Vella. Longe de casa: aspectos do devido processo legal de refúgio no Brasil e o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente no contexto das solicitantes desacompanhadas ou separadas. 2020. Dissertação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/67239/R%20-%20D%20-%20TAIS%20VELLA%20CRUZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jan. 2024.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. Painel de Atendimento da Missão Pacaraima. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJoiOTUzYjliMTctNTM3NS00YT-NiLWFmZDltMzM3NDUyZDk5NDgzliwid-Ci6lJUZ3ZDAxM2EwLTZiZjktNDQyZi05ZDRjL-TE2MWRmMzEOMjNkZS9J>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. UNICEF lança apelo global e pede U\$ 64,5 milhões para resposta à crise migratória venezuelana, 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-lanca-apelo-global-e-pede-usd-64-5-milhoes-para-resposta-a-crise-migratoria-venezuelana>. Acesso em: 05 dez. 2023.

GRAJZER, Deborah; CHAVES, João F. C. Crianças venezuelanas em trânsito: a atuação da Defensoria Pública da União em Pacaraima. In: XI Encontro Nacional sobre Migrações, 2019, São Paulo. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/3488/3346>. Acesso em: 16 dez. 2023.

JUBILUT, Liliana Lyra; MADUREIRA, André de Lima. Os desafios de proteção aos refugiados e migrantes forçados no marco de Cartagena + 30. REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 22, n. 43, p. 11-33, Dez. 2014. Disponível em: <https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/467/382>. Acesso em: 17 jan. 2024.

OBMigra. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Seguran-

ça Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2023. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Relat%C3%B3rio%20Anual/Resumo%20Executivo%2005.12%20-%20final.pdf. Acesso em: 06 jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES - OIM. Relatório Mundial das Migrações 2022. OIM: Publicações, 2022. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2022>. Acesso em: 04 dez. 2023.

----- Informativo de Interiorização referente a Março de 2023. Disponível em: Informe_Interiorizacao_Abr23 (iom.int). Acesso em: 04 dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, 1951. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1. Acesso em: 05 dez. 2023.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES - UNHCR. Global Trends forced displacement in 2022. Disponível em: Global Trends Report 2022 | UNHCR. Acesso em 08 dez. de 2023.

----- Número de refugiados e migrantes da Venezuela no mundo atinge 3,4 milhões. ACNUR, 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/02/25/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-no-mundo-atinge-34-milhoes/>. Acesso em: 08 dez. 2023.

VERONESE, Josiane Rose Petry; SILVEIRA, Mayra; CURY, Munir (Coords.). Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. São Paulo: Conceito Editorial, 2011, p.25-26.



IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL EM SANTO ANDRÉ - SP: PERFIL, DESAFIOS INTERPRETATIVOS E URGÊNCIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Daniel Kaussinís
Luís Felipe Aires Magalhães

Daniel da Silva Kaussinís
Bacharel em Ciências e Humanidades e Ciências Econômicas pela Universidade Federal do ABC. Durante sua trajetória acadêmica, esteve envolvido em projetos de extensão voltados para imigração influenciando para que seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) fosse dedicado à inserção laboral e sociocultural dos imigrantes na Região Metropolitana de São Paulo, com foco no município de Santo André. Nesse projeto, ele desenvolveu um banco de dados interativo após organizar e padronizar dados da Polícia Federal entre os anos 2000 e 2020. Atualmente, é vinculado à Universidade Federal do ABC.

Luís Felipe Aires Magalhães
Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestrado e Doutorado em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-Doutorando no Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" (NEPO / UNICAMP) e pesquisador credenciado no Departamento de Demografia e no Programa de Pós-Graduação em Demografia da UNICAMP. Coordenador-adjunto do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO - UNICAMP), pesquisador do Observatório das Metrópoles de São Paulo (PUC-SP) e pesquisador do Observatório da Emigração Brasileira (NEPO / UNICAMP). Coordenador do Projeto "Dinâmicas Urbanas, Transformações Econômicas e Migração na Macrometrópole Paulista" (CNPq / MCTI Nº10/2023).

INTRODUÇÃO: AS MIGRAÇÕES SUL SUL

Este artigo analisa o perfil da imigração internacional na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), com foco na cidade de Santo André, à luz da reflexão sobre as relações empreendidas entre as transformações econômicas globais que levaram ao surgimento da migração Sul Sul e o retorno da migração internacional ao Brasil no século XX.

A migração internacional é resultado de transformações econômicas, sociais e políticas, desigualdades nacionais, escassez de oportunidades laborais e de reprodução material da vida, expansão do processo de dominação imperialista e do agravamento de tensões sociais políticas, culturais,

étnico-raciais e ambientais, dentre outros fatores, estruturais e conjunturais. Abdelmalek Sayad, sociólogo argelino dedicado ao estudo do fenômeno migratório, propôs uma reflexão sobre a natureza transitória do imigrante ao examinar as dimensões políticas, sociológicas e econômicas. Para ele, tanto o Estado quanto a sociedade receptora engendram estruturas e mecanismos que perpetuam essa condição transitória (Sayad, 1998), produzindo uma transitoriedade permanente que confere ao imigrante um estatuto político subalternizado (Gaudemar, 1977).

As reflexões de Sayad revelam a complexidade intrínseca da imigração: sua análise totalizante, crítica e rigorosa do ponto de vista

teórico e metodológico caracteriza as migrações enquanto um fato social total, exigindo metodologias e fontes de dados igualmente abrangentes para sua compreensão (Baeninger, 2018). Esta complexidade parece-nos ainda maior quando se centra a atenção no Estado como mediador e regulador da vida social, à medida que os migrantes se deslocam através de vários espaços nacionais.

Na estrutura interpretativa de Sayad (1998), o conceito de “dupla ausência” é central, pois descreve o dilema enfrentado pelos imigrantes, que permanecem invisíveis e integrados perversamente na sociedade, ao mesmo tempo que contribuem economicamente para os seus países de origem. Desta forma, a experiência do imi-

grante em seu país de residência, frequentemente temporária, é marcada por uma integração social incompleta, resultando em uma sensação de não pertencimento total e privação de uma cidadania plena (Sayad, 1998).

Sayad enfatiza ainda o “Pensamento de Estado” enquanto conceito crucial para a compreensão da dinâmica da imigração, influenciando a distinção entre nacionais e não nacionais e a naturalização de ideias como fronteira, so/berania e integração. O “Pensamento de Estado” está no cerne do assimilacionismo (Baeninger, 2012; Truzzi, 2012), da discriminação e da negação de direitos enfrentada pelos imigrantes, baseada na ideia de separação entre “nós” e “eles”.

Nesse contexto, a migração assume uma relevância crescente no cenário brasileiro, especialmente nas grandes metrópoles, como a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), onde se inclui o município de Santo André. Nos últimos anos, observamos um aumento significativo nos fluxos migratórios para essa região, englobando uma diversidade de grupos étnicos e culturais, como haitianos, venezuelanos, chineses, bolivianos e peruanos. Dos 4.817 registros de chegadas entre 2000 e 2022, mais da metade (2.499, ou 51,87% do total) ocorreu após o ano de 2016.

A chegada desses novos migrantes não só enriquece a diversidade cultural da região, como

também desafia as estruturas institucionais e sociais a se adaptarem e promoverem uma abordagem inclusiva que reconheça e valorize a contribuição desses grupos para a sociedade.

Diante do exposto, com o status de imigrante ou de refugiado, os “periféricos na periferia” (BASSO, 2015; VILLEN, 2016) apresentam-se como um dos temas mais urgentes da atual mobilidade e interações internacionais. Portanto, não é errado compreender a migração internacional como uma resposta às desigualdades nacionais por parte de uma “globalização inacabada” (Martine, 2005).

Neste sentido, o Brasil tornou-se um importante destino para imigrantes no século XXI, com um influxo significativo e crescente de diversas origens, incluindo haitianos, sírios, venezuelanos, africanos e asiáticos. Este perfil da migração internacional no Brasil representa aproximadamente 70% de todos os registros da Polícia Federal, com aproximadamente um milhão de imigrantes iniciando processos de entrada documentada.

A NOVA ETAPA DA IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL (2000 A 2022)

No século XXI, mais fortemente a partir de 2008, como consequência especialmente da crise capitalista deste mesmo ano, o Brasil emerge como um destino possível, embora não o mais desejado, nas

migrações internacionais (Magalhães, 2017). Entre 2000 e 2022, é inegável a expansão do número de registros e a maior diversidade de contextos migratórios no Brasil. Se, de um lado, as mudanças nos fluxos migratórios internacionais levaram a um aumento na migração de trabalhadores altamente qualificados (Domeniconi e Baeninger, 2023), de outro lado, o padrão de desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro sub aloca estes imigrantes qualificados em ocupações aquém de suas formações técnico - profissionais (Baeninger, 2017). Além disso, o acordo de residência do Mercosul permitiu, ainda que com limites, a livre circulação entre os países membros, aumentando também a migração regional na América Latina.

Nesta nova conjuntura, a imigração haitiana caracterizou-se como um dos principais movimentos migratórios das últimas décadas no Brasil. Influenciada pela crise capitalista de 2008 (Magalhães, 2017), pela emergência de novas modalidades migratórias (Baeninger, 2018) e pelo agravamento das tensões econômicas, sociais e ambientais no país (Baeninger, 2016), a emigração haitiana encontrou o Brasil, que entre 2004 e 2014 passou por importante processo de expansão econômica com relativa inclusão social (Magalhães, 2017), enquanto destino possível.

Na próxima seção deste capítulo,



tulo, traçaremos um perfil da imigração internacional na cidade de Santo André.

A IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL EM SANTO ANDRÉ

O Estado de São Paulo contempla 645 municípios, incluindo sua capital, São Paulo, com mais de 11,4 milhões de habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2022 (FIBGE, 2023). A capital paulista é município polo de uma vasta e densa Região Metropolitana, conhecida como RMSP, composta por 39 municípios e habitada por quase 20,7 milhões de pessoas.

A RMSP é caracterizada por

intensa relação de integração e complementariedade entre seus municípios. Estas relações influenciam desde processos históricos estruturais, como o desenvolvimento econômico e a expansão industrial, até questões contemporâneas como a disseminação da pandemia de Covid-19 (Bógus e Magalhães, 2022) e a imigração internacional (Magalhães e Bógus, 2021).

Historicamente, a imigração desempenhou um papel crucial no desenvolvimento urbano e social da RMSP, com cerca de 2,5 milhões de imigrantes internacionais chegados entre os séculos XIX e XX. Atualmente, a

região é o maior centro empresarial e financeiro do país, abrigando sedes de grandes empresas e complexos industriais e segue sendo passagem ou destino de imigrantes internacionais, conforme evidenciado abaixo pelo fluxo de registros de estrangeiros na região de 2000 a 2022.

Atualmente, o Estado de São Paulo se destaca como o principal destino dos imigrantes internacionais no Brasil, abrigando cerca de 33% desse grupo, o equivalente a 595.369 pessoas, com a RMSP destacando-se, com 445.393 imigrantes, o equivalente a 75% do total do Estado e 25% do país.

Juntamente com São Bernardo

do Campo, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, Santo André forma o ABC Expandido, historicamente um eixo crucial do encaminhamento para a capital, na antiga Hospedaria dos Imigrantes, dos imigrantes vindos do Porto de Santos e que seriam alocados no trabalho nas lavouras de café do interior. Também é uma região de fundamental importância para o desenvolvimento industrial do país, sobretudo entre as décadas de 1930 e 1980.

O município de Santo André, originalmente um bairro, foi elevado à categoria de distrito no início do século passado e tornou-se um centro procurado por imigrantes

devido às oportunidades de emprego na indústria, juntamente com preços acessíveis de terra. Este crescimento foi impulsionado ainda mais após a Segunda Guerra Mundial, quando a região se tornou um destino-chave para migrantes, tanto internos como internacionais, e se consolidou como um importante polo industrial no Brasil.

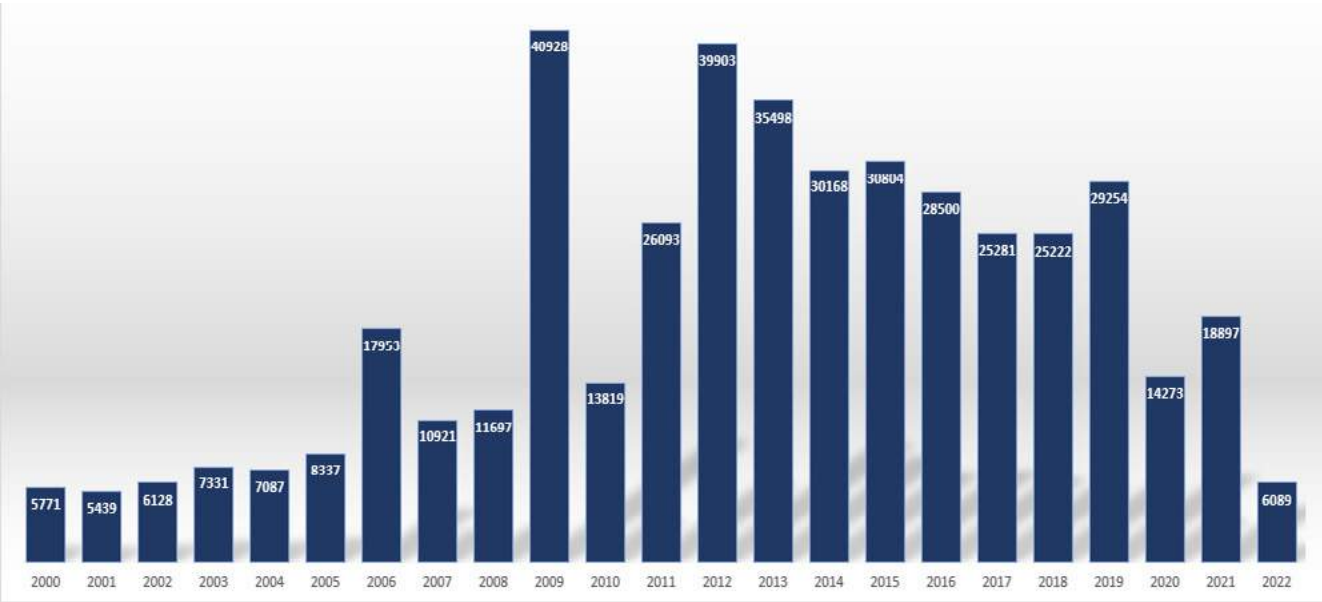
Nas décadas seguintes, as indústrias se expandiram para cidades vizinhas, primeiro dentro e depois fora da Região Metropolitana de São Paulo (Bógus et al, 2023), num movimento conceituado como “desconcentração concentrada” (AZZONI, 1986).

Na década de 1980, a crise do pe-

tróleo e a situação econômica do país causaram desaceleração no crescimento industrial, levando a demissões em massa e redução salarial. Santo André e o Grande ABC foram severamente afetados, com uma queda significativa nos empregos na indústria. O projeto Eixo Tamandaty foi crucial nesse período, buscando reurbanizar áreas anteriormente ocupadas por indústrias. A instalação da UFABC em Bangu foi parte desse projeto, impulsionando o desenvolvimento de Utinga (Aquino, 2015; Pericles, 2020).

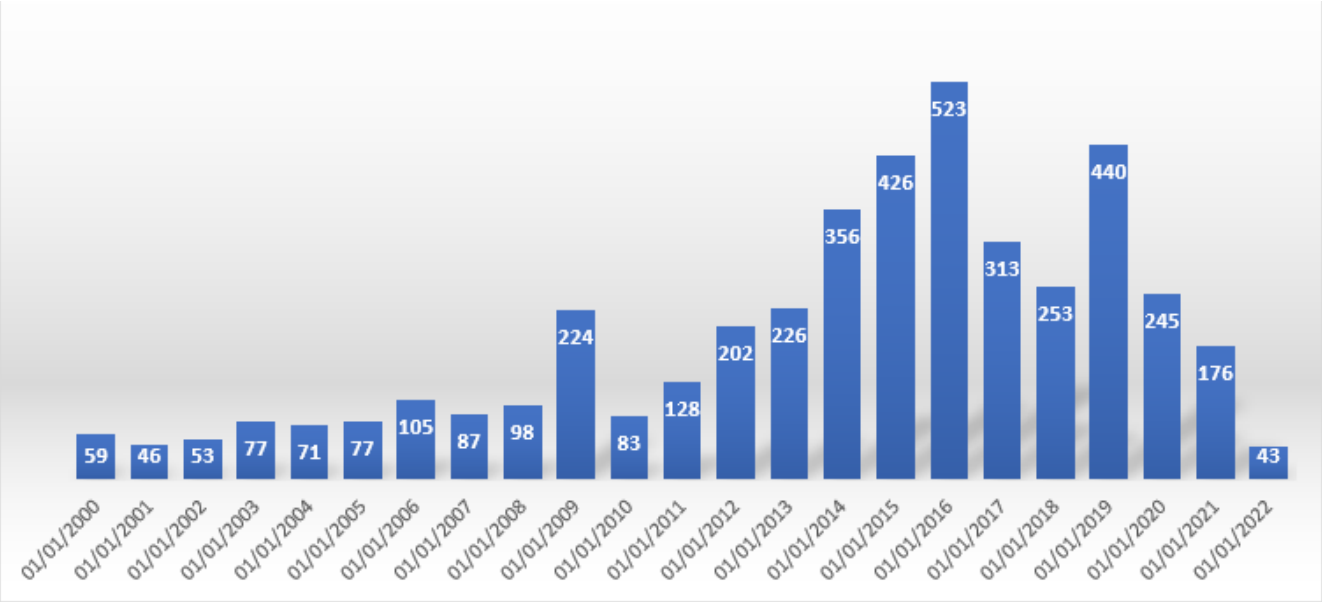
Com uma população estimada em 723.889 habitantes e uma área de 175 km², Santo André possui 2.937 registros de imigrantes

Gráfico 1 – Fluxo de registros de estrangeiros na Região Metropolitana de São Paulo (2000 – 2022)



Fonte: Observatório das Migrações em São Paulo. Banco Interativo - Números da imigração internacional para o Brasil, 2000 - 2022. Campinas - SP: Observatório das Migrações em São Paulo - NEPO / UNICAMP. Elaboração própria dos autores. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sincre-sismigra/>

Gráfico 2 – Registros de estrangeiros no município de Santo André - SP (2000 a 2022)



Fonte: Observatório das Migrações em São Paulo. Banco Interativo - Números da imigração internacional para o Brasil, 2000 - 2022. Campinas - SP: Observatório das Migrações em São Paulo - NEPO / UNICAMP. Elaboração própria dos autores. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sincre-sismigra/>

entre 2000 e 2022, com características demográficas semelhantes ao padrão nacional, segundo os dados do Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO / UNICAMP). Comparado com outros municípios da RMSP, Santo André é o terceiro com o maior número de imigrantes, representando aproximadamente 1% da população de imigrantes na região. Isso evidencia o papel significativo da cidade na absorção e integração de imigrantes na RMSP.

Diante do atual contexto, os imigrantes desempenham um papel significativo no cotidiano dos municípios da RMSP, especialmente em Santo André, influenciando tanto a paisagem urbana quanto a dinâmica social e econômica. É essencial entender as necessidades e desafios desse grupo para

melhor compreensão das políticas públicas necessárias para acolhê-lo.

Em Santo André, há uma predominância de homens (1.761 ou 59,9%) e mulheres (1.175 ou 40,1%) na faixa etária de 25 a 40 anos (51,24%). As principais nacionalidades presentes são haitianos (1.487), colombianos (378), bolivianos (244) e venezuelanos (233). Suas ocupações variam, com destaque para estudantes, vendedores e pedreiros. Quanto aos tipos de visto, a maioria possui vistos temporários (48,96%) e permanentes (39,12%), predominantemente concedidos pela Lei de Acordo Residência Mercosul e pela Lei 6815/80, o antigo Estatuto do Estrangeiro. A maior parte dos imigrantes ganha de 1 a 3 salários-mínimos, com predominância de profissionais com ensino

no médio completo. As principais atividades empregadas incluem limpeza, locação de mão de obra temporária e abate de aves.

A relação entre a renda dos imigrantes e seu nível de educação é analisada por meio de registros de matrículas no Ensino Básico e Superior no Brasil. Os dados são coletados em colaboração com secretarias estaduais e municipais de educação, abrangendo escolas públicas e privadas. Os registros de alunos migrantes no Ensino Básico vão de 2010 a 2019, com disponibilidade desde 1995 no portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Já a análise do Ensino Superior é feita pelo Censo da Educação Superior, que reúne informações sobre todas as Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil.

Em Santo André, havia 331 imigrantes matriculados no ensino básico. Destes 183 são mulheres (55,29%) e 148 homens (44,71%), a faixa etária apresentava 92,04% entre 1 e 19 anos. A maioria estava no ciclo do Fundamental I e II (56,79%), seguido pelo ensino médio (16,31%) e o ensino infantil (12,08%). Destaque para haitianos (25,67%), japoneses (18,12%), americanos (10,57%) e bolivianos (6,04%).

No ensino superior, o município apresenta 14 imigrantes matriculados no ensino superior, distribuídos uniformemente entre as faixas etárias de 15 a 64 anos. A proporção de sexo era igual, com 50% de homens e 50% de mulheres. A maioria estava matriculada na Universidade Federal do ABC (50%), seguidas por instituições privadas sem fins lucrativos (35%) e instituições privadas com fins

lucrativos (14,28%).

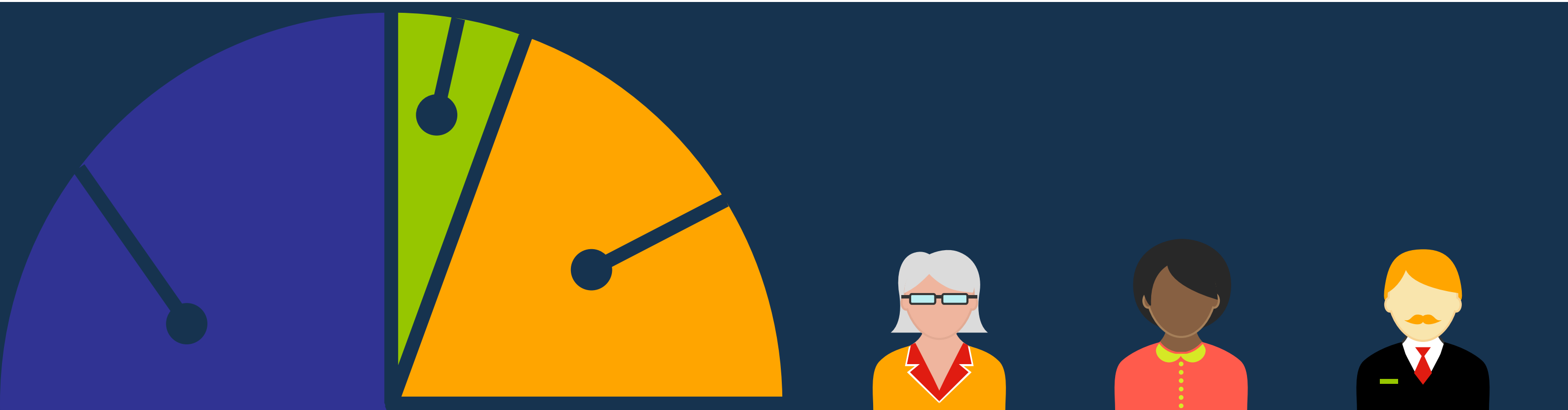
QUE POLÍTICAS PÚBLICAS SÃO NECESSÁRIAS?

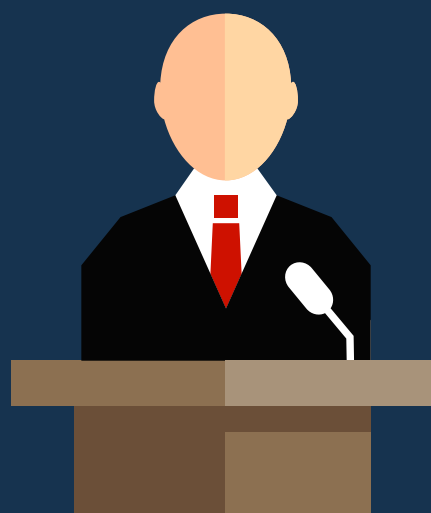
Abdelmalek Sayad (1998) indica que a migração é um fato social total que incide nos territórios, nos indivíduos e nos grupos sociais, sejam eles migrantes ou não. A marginalização social do imigrante em seu país de destino ou de trânsito é uma realidade, como vimos, produto do “Pensamento de Estado”, o que também explica a ausência ou escassez de políticas públicas para migrantes e pessoas em situação de refúgio no país.

Em Santo André, a maioria dos imigrantes, 1.505 indivíduos (51,24%), está na faixa etária de 25 a 40 anos, considerada idade ativa economicamente. O aumento da imigração em Santo André é atribuído à facilidade de trans-

porte oferecida pelos trens da CPTM, especialmente a Linha 10 - Turquesa, e aos aluguéis mais acessíveis em comparação com São Paulo. O bairro de Utinga se destaca como ponto central para os imigrantes haitianos, proporcionando um sentimento de pertencimento dada a existência de redes migratórias lá estabelecidas. Esta dinâmica foi destacada na dissertação “*Reve de Brazil: A Inserção de um grupo de imigrantes haitianos em Santo André, São Paulo - Brasil*”, (AQUINO, 2015) que ressalta a importância do espaço comum para os imigrantes se reconhecerem e se apoiarem.

A Lei de Migração Brasileira, Lei 13.445/17, representa uma mudança significativa na abordagem do Estado brasileiro em relação à imigração, buscando proteger a dignidade humana e tomar deci-





sões mais humanizadas com base em normas de Direitos Humanos. No entanto, o Presidente Michel Temer vetou partes importantes da Lei, prejudicando a recepção e o reconhecimento de certos grupos de imigrantes, o que vai contra interpretações constitucionais. Esses vetos criaram um clima desfavorável para os imigrantes, agravado em razão da conjuntura política e econômica adversa da regulamentação da Lei.

Partindo da estrutura organizativa da II Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, podemos agrupar as dificuldades enfrentadas por migrantes e refugiados em Santo André e na RMSP em seis grupos: i) igualdade de tratamento no acesso a serviços públicos, ii) regularização documental, iii) trabalho decente, iv) prevenção e enfrentamento a violação de direitos, v) participação social e vi) proteção das diversidades.

A respeito da igualdade de tratamento no acesso a serviços públicos, é fundamental a criação de programas de capacitação e de sensibilização sobre migração e refúgio para profissionais da gestão pública tanto no município como na RMSP, bem como a garantia do direito a votar e ser votado nas eleições brasileiras - uma pauta federal.

Sobre regularização documental, é relevante e urgente a ampliação da emissão de vistos de reunião familiar e de acolhida humanitária para que imigrantes e refugiados possam trazer seus familiares ao Brasil, bem como a criação de uma política flexível, gratuita e ágil de validação de diplomas.

Sobre proteção do trabalho decente, é urgente a criação de um Programa Nacional de Trabalho Decente para Imigrantes e Refugiados, com ações de fiscalização das condições de trabalho, bem

como a criação de um acordo internacional que reconheça os anos de trabalho e de contribuição previdenciária entre os países signatários.

Em relação à prevenção e enfrentamento a violação de direitos, são importantes políticas públicas como a criação de um canal de comunicação de denúncia de violações exclusivo para imigrantes, em diversos idiomas e o incentivo à contratação de imigrantes e refugiados por órgãos do Estado como o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Defensoria Pública da União (DPU).

Sobre as dificuldades relacionadas à participação social de imigrantes e refugiados, são importantes políticas públicas municipais de reconhecimento das associações migrantes como órgãos de interesse público municipal e a criação de conselhos municipais de imigrantes nos municípios

da RMSP (só o município de São Paulo conta, atualmente, com este conselho).

A respeito da proteção das diversidades, é importante a capacitação dos gestores públicos sobre as especificidades da população migrante, ações de promoção à tolerância religiosa e maior rigor na punição de crimes de ódio, xenofobia e quaisquer formas de discriminação contra imigrantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E AGENDA DE PESQUISAS FUTURAS

Neste trabalho, analisamos as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes na RMSP, em particular em Santo André. A coleta de dados pela Polícia Federal e sua organização pelo Banco Interativo das Migrações Internacionais do Observatório das Migrações em São Paulo são fundamentais para

compreender a situação dos imigrantes na RMSP. A falta de dados oficiais sobre esse grupo é resultado de uma xenofobia estrutural (Silva e Magalhães, 2020) que os torna invisíveis na sociedade e nas políticas públicas. O Estado precisa atuar no sentido de garantir direitos e dignidade a esses imigrantes, em vez de ignorá-los. Apesar de algumas ações positivas, como a anistia migratória (realizada no ano de 2009) e a criação de espaços de atendimento à população migrante (muito concentrados em São Paulo), ainda são escassas as políticas públicas para imigrantes e refugiados, tanto nos municípios da RMSP como no restante do país. Neste sentido, neste texto realizamos algumas proposições de políticas públicas para superar essa invisibilidade e subalternização da população migrante no país.

Os dados consultados sobre imigrantes no Brasil podem não ser representativos devido a problemas de preenchimento de questionários e falta de padrões. O SISMIGRA¹, principal fonte consultada, não inclui imigrantes indocumentados. A anistia migratória é essencial para aumentar a documentação dos imigrantes e melhorar seu acesso a serviços no Brasil.

Desta forma, para avançar na compreensão da dinâmica migratória em Santo André e suas implicações sociais, econômicas e culturais, é essencial estabelecer uma agenda de pesquisa abordando questões críticas e pouco exploradas. Isso inclui a análise detalhada da territorialização da migração internacional na cidade, utilizando dados do Censo Demográfico de 2022 e do SISMIGRA para mapear áreas de concentra-

1 Sistema de Registro Nacional Migratório.

ção, padrões de assentamento e interações com a população local. Além disso, é importante investigar a informalidade entre os imigrantes, com foco em questões de gênero, e realizar entrevistas qualitativas para compreender as etapas da migração internacional e possíveis migrações internas dentro de Santo André. Esses estudos podem fornecer instrumentos cruciais para o desenvolvimento de políticas e programas mais eficazes visando a integração e o bem-estar dos imigrantes na sociedade brasileira.

Para além destas propostas de políticas públicas, é importante, ainda, reconhecer e institucionalizar mobilizações em curso, como a campanha “Regularização Já”, uma iniciativa da sociedade civil que busca a regularização de imigrantes no Brasil. A falta de regularização leva os imigrantes à informalidade, trabalho precário e falta de acesso aos direitos básicos, aumentando sua vulnerabilidade social. A mobilização desta-

ca a importância da regularização para garantir condições dignas de vida para os imigrantes e evitar situações de exploração e falta de acesso a serviços essenciais.

Quanto aos desafios da agenda futura de pesquisas, os últimos anos se caracterizam por uma queda acentuada na migração - especialmente entre 2019 e 2022, atribuída à Pandemia de Covid-19 - e o agravamento das desigualdades sociais no país (Bógus e Magalhães, 2023). A falta de dados específicos sobre o impacto da Covid-19 nos imigrantes no Brasil dificulta uma compreensão mais precisa deste período (Silva e Magalhães, 2021), ao passo que a precariedade habitacional, o trabalho informal e a segregação social aumentam os desafios enfrentados por essa população, tanto na RMSP em geral, como em Santo André, em específico.

Anexo - Acesso ao Banco de Dados Interativo (Região Metropolitana de São Paulo)

Neste capítulo, não pudemos

nos aprofundar no estudo do perfil da migração internacional na Região Metropolitana de São Paulo. Para facilitar o acesso aos dados relativos à RMSP, desenvolvemos um Banco de Dados com a consolidação das informações colhidas pelo departamento da Polícia Federal. Este banco de dados foi pensado usando como suporte o Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO, UNICAMP), sobre os números da migração internacional para o Brasil. Para acessar o banco, basta [clique aqui](#) ou apontar o seu celular para o QR Code abaixo.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Adriano Alves de Aquino. Reve de Brezil : a inserção de um grupo de imigrantes haitianos em Santo André, São Paulo - Brasil. Universidade Federal do ABC (UFABC), Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais. Dissertação de Mestrado, 2015.

BAENINGER, Rosana. Migração transnacional: elementos teóricos para o debate. In: BAENINGER, Rosana et al. (org.). Imigração haitiana no Brasil. Jundiaí, Paco Editorial, 2016, 684p.

BAENINGER, Rosana et al. (orgs.). Migrações Sul-Sul. 2 ed. Campinas, Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo)/Unicamp, 2018, 976 p.

BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália; DOMENICONI, Jóice. Espaços das Migrações Transnacionais: Perfil sociodemográfico de imigrantes da África para o Brasil no Século XXI. In: REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, v. 27, n. 56, ago. 2019, p. 35-60.

BASSO, Pietro. Racismo de Estado e antirracismo de classe. Margem Esquerda – Ensaio Marxistas, Boitempo, n. 24, jun., pp. 56-71. 2015.

BÓGUS, Lucia Maria Machado; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. Desigualdades Sociais e Espacialidades da Covid-19 em Regiões Metropolitanas. In: Revista Cadernos CRH, v. 35, Dossiê 3, 2022.

BORIN, Marisa do Espírito Santo; BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho; LANFRANCHI, Carolina Teixeira Nakagawa; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. A Dialética da Inclusão Perversa: População em situação de rua e imigrantes. In: OLIVEIRA, Ana Claudia de; JUNQUEIRA, Maria Aparecida; WANDERLEY, Mariangela Belfiore (Eds). Constelações Urbanas: Territorialidades, fluxos, manifestações estético-políticas. São Paulo: EDUC, 2018.

BRASIL. Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de maio de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm Acesso em: 19 fev. 2023.

BRASIL, Câmara dos Deputados. PL 2726/2020. Brasília, DF. Em tramitação. 2020a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2252866>.

BRITO, Fausto. (1995), Os Povos em Movimento: As migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: PATARRA, Neide Lopes (Org.). Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo. v. 1. Campinas: Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil. Pg. 53-66.

COTINGUIBA, Geraldo. Imigração haitiana para o Brasil: a relação entre trabalho e processos migratórios (Dissertação de Mestrado). Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, RO, 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: Fevereiro de 2023.

KOIFMAN, Fábio. Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). São Paulo: Ed. José Olympio, 2015.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. (2017), A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti. Tese de doutoramento. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BÓGUS, Lúcia (Orgs.). (2019), Cidades e Políticas Públicas. São Paulo: Centro Paula Souza.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires, BÓGUS, Lúcia e BAENINGER, Rosana. (2018), Migrantes haitianos e bolivianos na cidade de São Paulo: transformações econômicas e territorialidades migrantes. REMHU, Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, Brasília, v. 26, n. 52, Pg. 75-94.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires, BÓGUS, Lúcia e BAENINGER, Rosana. Covid-19 e Imigração Internacional na Região Metropolitana de São Paulo. In: REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, v. 29, n. 61, abr. 2021, p. 15-32.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Níveis de Integração dos Municípios Brasileiros em RM's, RIDE's e AU's à Dinâmica da Metropolização. Rio de Janeiro - RJ, 2012.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO. Banco Interativo: Números da Imigração Internacional para o Brasil (2000 - 2022). Campinas - SP: Observatório das Migrações em São Paulo, NEPO - UNICAMP, 2023.

ONU, Organização das Nações Unidas. Manual VI - Methods of Measuring of Internal Migration. Disponível em: https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/files/do_cuments/2020/Jan/un_1970_manual_vi_-_methods_of_measuring_internal_migration_0.pdf. Acesso em: Janeiro 2023.

PÉRICLES, Nathanael. A experiência de vida dos haitianos e haitianas nas relações de gênero em Utinga (Santo André). Universidade Federal do ABC (UFABC), Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais. Dissertação de Mestrado, 2020.

SAYAD, Abdelmalek. A Imigração ou Os Paradoxos da Alteridade. São Paulo: Edusp, 1998.

SILVA, Carla Craice da. MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. Imigrantes, direitos e a pandemia

da Covid-19. Disponível em: SANTOS, Márcio André dos; PARADIS, Clarisse. As Humanidades e os Efeitos da Covid-19: Reflexões a partir da Unilab. Horizontes ao Sul, n. 1, 2020. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/c64666_649897065ab54d58af3013e-6078f1f12.pdf

SILVA, João Guilherme C. M. G. Xavier da; MACEDO, Fernando Vicente A. Belarmino. de. Resposta a fluxos migratórios e inclusão social de imigrantes haitianos no Brasil. Enap – Escola Nacional de Administração Pública, Casoteca de Gestão Pública [s. l.], 2018. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3287>. Acesso em: 26 fev. 2023.

SINGER, Paul. (1995), Economia política da urbanização. São Paulo, Brasiliense. 152p.

TOLEDO, Roberto Pompeo de. A Capital da Solidão: Uma história de São Paulo das Origens a 1900. São Paulo: Editora Ponto de Leitura, 2003.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em Processos Migratórios. In: Revista Tempo Social, v. 12, pp. 199 – 218, 2008.

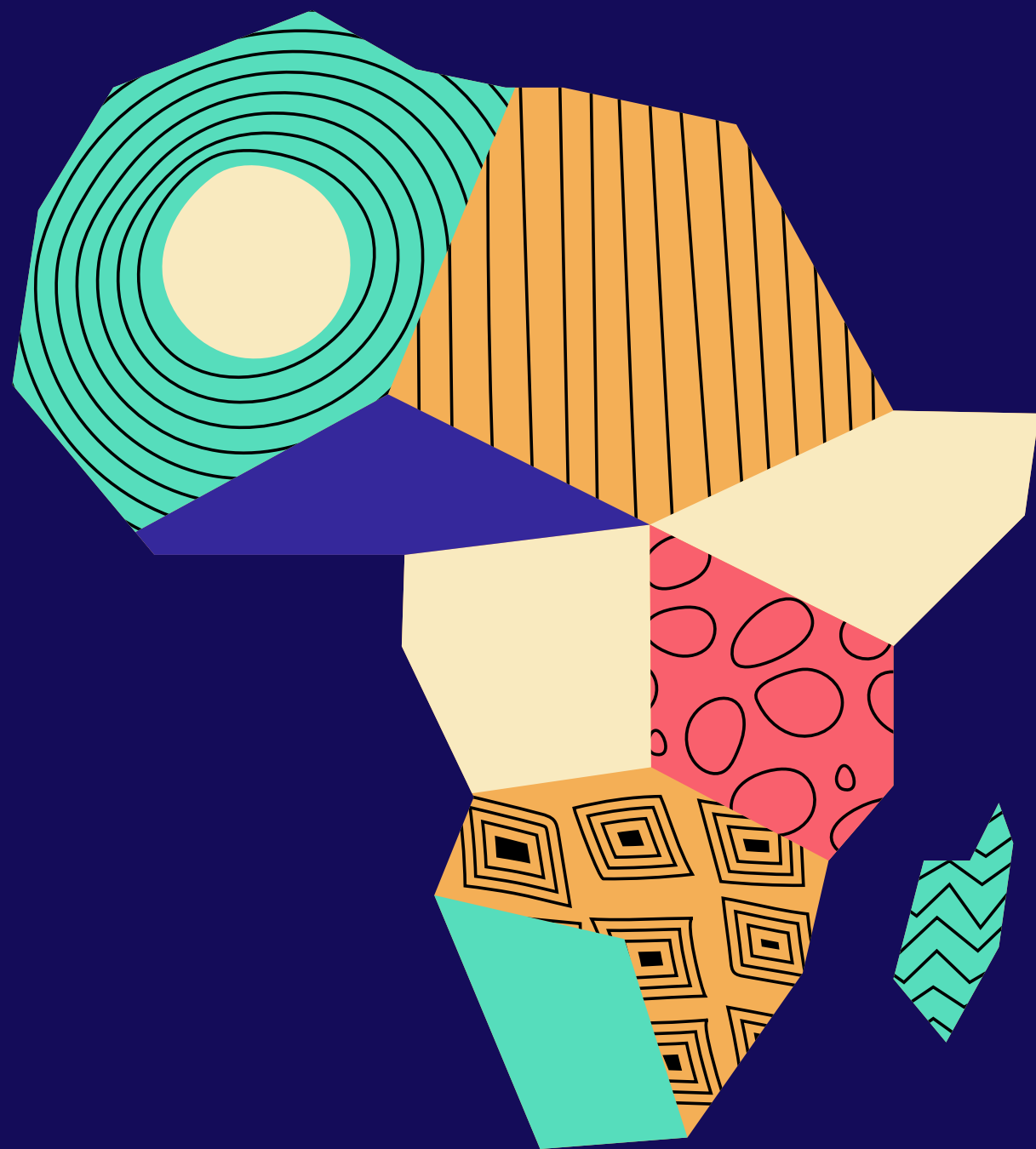
UNCTAD. HandBook of statistics 2017. Geneva, 2017. Disponível em: <http://unctadstat.unctad.org/EN/Index.html>.

VAINER, C. B. . Estado e Migração no Brasil: da imigração à emigração. In: Neide Lopes Patarra. (Org.). Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Fundo de Populações das Nações Unidas, 1995, v. , p. 41-52.

VILLEN, Patrícia. (2016), Periféricos na periferia. In: BAENINGER, Rosana et al. (org.). Imigração haitiana no Brasil. Jundiaí, Paco Editorial. 684p.

ZANINI, Maria Catarina; ASSIS, Gláucia de Oliveira; BENEDUZI, Luis Fernando. Ítalo-brasileiros na Itália no Século XXI: “Retorno” à terra dos antepassados, impasses e expectativas. In: REMHU, Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, Brasília, Ano XXI, n. 41, p. 139-162, jul./dez. 2013.





ENCRUZILHADAS DA LUTA CONTRA A EXPULSÃO: O CASO EMBLEMÁTICO DA SUL-AFRICANA NDUDUZO SIBA

Karina Quintanilha

Karina Quintanilha
Doutora em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-UNICAMP), tendo sido contemplada pelo Print-Capes com bolsa sanduíche na Università Ca'Foscari di Venezia, na Itália. É advogada e mestra em Ciências Sociais formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com especialização em Migração e Refúgio na perspectiva de direitos humanos pela Universidad Nacional de Lanús, na Argentina. É co-fundadora do Fórum Internacional Fonté ki Kwaze - Fronteiras Cruzadas na Universidade de São Paulo (USP), e atualmente pesquisadora vinculada ao Departamento de Sociologia da FFLCH-USP, onde está responsável pela coordenação das atividades do projeto de extensão Fronteiras Cruzadas realizado em parceria com o Laboratório de Pesquisa Social (LAPS/USP). Integra o grupo de pesquisa "Metamorfoses do Mundo do Trabalho" (CNPq-UNICAMP) e do grupo de estudos "Cidade e Trabalho" (FFLCH-USP).

O instituto jurídico da expulsão, enquanto medida de retirada compulsória de pessoa não nacional de um determinado país, é um aspecto da política migratória pouco conhecido e invisibilizado, sobretudo no que diz respeito aos efeitos da “expulsabilidade” no cotidiano da vida e do trabalho de pessoas migrantes que estão ou estiveram em conflito com a lei (Domenech; Dias, 2020; Quintanilha, 2024, no prelo; Domenech, 2018; Moraes, 2014, 2016).

A partir de pesquisas interdisciplinares nessa seara, principalmente do direito e da sociologia, este artigo discute o caso emblemático da imigrante sul-africana Nduduzo Siba que, desde 2017, luta contra uma portaria de expulsão emitida pelo Estado brasileiro.

Essa luta, que resultou em uma mobilização coletiva por meio da campanha #NduduzoTemVoz com inúmeros desdobramentos no campo jurídico, social, político e cultural que foram analisados na dissertação da autora (Quintanilha, 2019), ocupa um espaço importantíssimo no debate público sobre o tratamento discriminatório do Estado e a criminalização da migração em suas encruzilhadas de gênero, raça/etnia, classe e condição migratória.

Tendo em vista a importância desse debate, busca-se demonstrar de que forma a luta de Nduduzo inaugura uma disputa por uma perspectiva de direitos humanos nas políticas de expulsão com base nas conquistas da Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017),

especialmente no artigo 54 que prevê a ressocialização como critério de reconsideração da expulsão em casos de crimes cometidos sem violência.

Com esse objetivo, o artigo está organizado em três momentos, o primeiro abordando brevemente os aspectos jurídicos da expulsão e do direito de permanência na legislação brasileira, o segundo trazendo relatos da própria Nduduzo sobre os efeitos da criminalização para as mulheres migrantes em conflito com a lei e, por último, as batalhas da sul-africana contra a expulsão no Judiciário e no Ministério da Justiça e Segurança Pública que seguem em aberto até a publicação deste artigo, expondo as contradições do Estado brasileiro na garantia dos direitos das

pessoas migrantes conquistados na referida lei.

EXPULSÃO E O DIREITO DE PERMANECER NA NOVA LEI DE MIGRAÇÃO (2017)

Até a aprovação da nova Lei de Migração em 2017, fruto das lutas mobilizadas por migrantes e suas entidades representativas, as normas aplicáveis à expulsão eram estipuladas pelo autoritário e inconstitucional Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980)¹. Esta legislação implementada pela ditadura empresarial-militar (1964-1988), período em que consolidou-se a ideologia da segurança nacional no combate aos inimigos internos e externos (Moraes, 2014), previa um amplo rol para a aplicação da retirada compulsória de estrangeiros em casos de: “atentado contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o tornasse nocivo à conveniência e aos interesses nacionais; estrangeiro/a que praticasse fraude para entrar ou permanecer no país; estrangeiro/a que, havendo entrado de maneira ilegal no país, dele não se retirasse no prazo estabelecido; estrangeiro/a que se entregasse à vadiagem ou à mendicância, ou que violasse proibição prevista em lei específica para estrangeiro”.

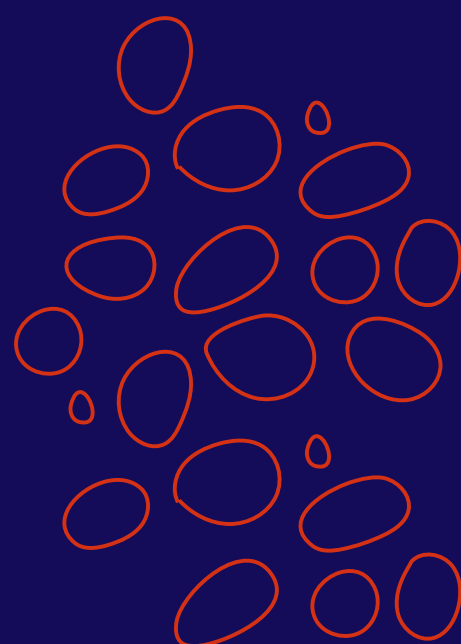
A revogação do Estatuto do Estrangeiro e a sua substituição pela Lei de Migração (prejudicada pelos 20 vetos do presidente interino Michel Temer) se fez tardiamente em relação aos direitos conquistados na Constituição Democrática Federal de 1988, porém teve o condão de reconhecer juridicamente as pessoas migrantes como sujeitas de direito, alinhando o tratamento da questão migratória aos preceitos e garantias constitucionais, embora na prática persistam uma série de barreiras para a sua aplicação (Villen e Quintanilha, 2020).

De acordo com a atual Lei de Migração, a expulsão é medida administrativa de retirada compulsória de migrante ou visitante do território nacional que tenha sido condenado, por sentença transitada em julgado, por algum tipo de crime doloso passível de pena privativa de liberdade, devendo ser garantidos os direitos ao contraditório e a ampla defesa. Essa lei prevê algumas hipóteses que impedem a expulsão, por exemplo: “a) quando a/o expulsanda/o tiver cônjuge ou companheiro/a residentes no Brasil; b) tiver ingressado no Brasil até os 12 anos de idade, residindo desde então no país; c) for pessoa com mais de 70 anos, residindo no país há mais de 10 anos, considerados a gravidade e o fundamento

da expulsão; d) para os casos em que configure extradição inadmitida pela lei pátria, por exemplo se o extraditando for beneficiário de refúgio ou asilo”, como previsto no artigo 55 da referida lei. Também é expressamente vedada por lei a expulsão coletiva. De praxe, a regra é: terminou de cumprir a pena, decreta-se a expulsão.

No que diz respeito a uma perspectiva de direitos nos processos de expulsão, a grande novidade conquistada na nova Lei de Migração refere-se ao que está disposto no artigo 54, inciso II do §1º: “poderá dar causa à expulsão a condenação por crime comum doloso passível de pena privativa de liberdade, consideradas a gravidade e as possibilidades de ressocialização em território nacional” (grifo nosso). Como asseverou a jurista Adriana Gomes de Proença, tal aspecto da ressocialização “é uma inovação de extrema relevância trazida pela Lei de Migração, pois, com base nela, egressos/as estrangeiros/as que tenham conseguido sua reinserção social no Brasil, como é o caso de Nduduzo, podem ter a chance de permanecer no país” (Proença, 2020, p. 492).

Também nesse sentido, de acordo com recente publicação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a análise da aplicação desse instituto jurídico deve ser



¹ Para mais informações sobre os procedimentos de expulsão antes da nova lei de migração, consultar: Proença (2022), Navarrete (2015), Padovani (2015), Moraes (2016).

realizada caso a caso pela autoridade “considerando-se o vínculo da pessoa no país (relações de educação, trabalho, socioafetivas, culturais, entre outras) e seu desejo de permanecer no território nacional” (Brasil, 2022, p. 50).

No que diz respeito ao modo de operar o processo de expulsão no Brasil, é importante compreender que diferentes instituições estão envolvidas, sendo elas o Judiciário, a Polícia Federal, o Ministério Público e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Mais especificamente, a Portaria 432/2019, da Secretaria Nacional de Justiça, subdelegou a competência sobre a prática do ato expulsório ao Coordenador-Geral de Imigração Laboral e ao Coordenador de Processos Migratórios no âmbito do Departamento de Migrações do MJSP com competência para decretar ou revogar a expulsão administrativamente. Além disso, a decretação da expulsão é acompanhada de um prazo de impedimento de reingresso no país.

Nos últimos dez anos, dados oficiais apontam que foram decretadas 7.382 expulsões pelo Estado brasileiro. Apenas em 2022 foram emitidos 684 decretos de expulsão, um aumento de 80% em relação a 2012, o que reforça a importância desse debate. Um

levantamento do MJSP indica que o crime mais frequente – responsável por mais de 90% das expulsões – é o tráfico internacional de drogas².

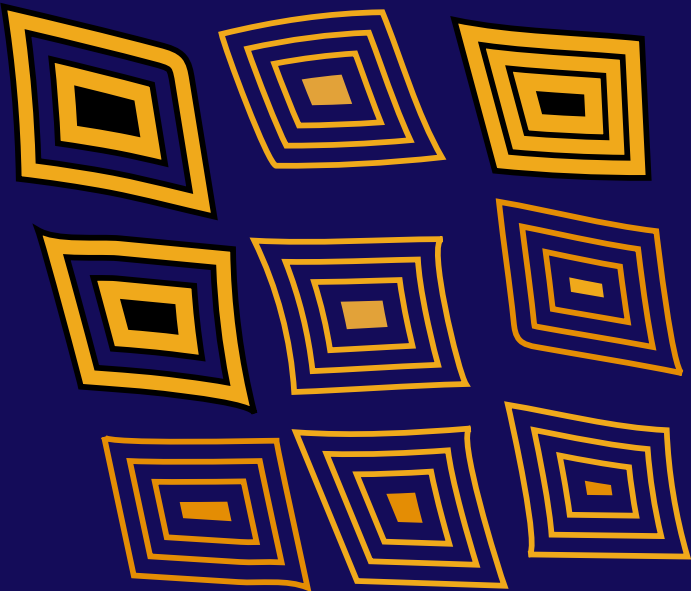
Na realidade, a imensa maioria dessas pessoas não nacionais presas e depois sujeitas à expulsão são processadas no sistema de justiça criminal brasileiro por terem sido acusadas de atuarem como “mulas do tráfico”, a maioria proveniente de países da periferia do capitalismo em um contexto socioeconômico de extrema desigualdade. No caso das mulheres imigrantes presas, desde 2001, cerca de 90% foram acusadas de atuar como “mulas”, e na maioria das vezes são presas em flagrante no Aeroporto de Guarulhos, o maior e mais importante da América do Sul. De acordo com o Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), principal organização que tem sistematizado esses dados e promovido debates sobre a situação de mulheres migrantes no cárcere: “Essas mulheres desempenham papéis de alto risco e não têm poder nas cadeias de produção do tráfico. No entanto, são comumente processadas criminalmente como se fossem grandes traficantes internacionais. As dificuldades de comunicação na prisão são inúmeras, entre as quais

se destaca a falta de ofertas para estudar” (ITTC, 2016 *apud* Quintanilha, 2019, p. 161).

Independente desse papel absolutamente secundário na estrutura de poder do tráfico internacional de drogas, essas mulheres são “demonizadas” pelo sistema de justiça criminal, não raro recebendo penas ainda mais duras e longas do que as brasileiras por serem “estrangeiras”, sendo tratadas como um perigo para a sociedade e estando à margem dos direitos. Após o cumprimento de pena, ainda estão sujeitas a uma nova penalidade jurídica: o processo administrativo de expulsão, que pode perdurar por anos e representa um verdadeiro labirinto jurídico (Quintanilha, 2024, no prelo; Sestokas, 2021) com inúmeros efeitos no cotidiano da vida e do trabalho, como no caso emblemático de Nduduzo abordado a seguir.

“O CASTIGO NÃO ACABA”

Nduduzo G.D., conhecida no Brasil por seu nome artístico Nduduzo Siba, é uma mulher negra, solteira e jovem sul-africana de 33 anos³. É natural de Durban, província de Kwazulu-Natal, território do povo zulu na costa leste da África do Sul. Formada em Administração de Recursos Hum-



nos, ela conta que, antes de decidir tirar férias no Brasil, durante um momento conturbado de sua vida pessoal em que estava sendo pressionada em relação a um casamento, havia trabalhado como aeromoça e também como recepcionista em um hospital.

Nduduzo começou a ser conhecida na cena cultural de São Paulo durante a sua participação na peça de teatro “Inútil Canto, Inútil Pranto pelos Anjos Caídos”, baseada em um texto escrito pelo dramaturgo Plínio Marcos durante a ditadura, encenada por um grupo da Escola de Artes Dramáticas da Universidade de São Paulo (EAD-USP). Nesta peça, ela encena parte de sua própria história de

quando foi presa: “caí em uma armadilha, acreditei em alguém que não devia, fui presa acusada de carregar entorpecentes em caixas de perfume...”. A performance recria o momento em que foi presa após embarcar no Aeroporto de Guarulhos quando pretendia retornar ao seu país.

A sul-africana, que não falava português, foi imediatamente encaminhada à Polícia Federal (PF), acusada de carregar entorpecentes em sua mala. Segundo Nduduzo, uma amiga havia lhe pedido para trazer perfumes do Brasil para a África do Sul que, sem que ela soubesse, continham substâncias ilegais.

Depois de cumprir uma pena de

3 anos e 6 meses na prisão – com algumas reduções de pena por ter bons antecedentes –, Nduduzo compara a experiência que teve na prisão ao Apartheid na África do Sul: “É como não existir (...) você não é ninguém, você é um número, uma estatística, anos e anos vivendo dessa forma”. Nesse período em que compartilhou o mesmo destino de outras milhares de mulheres brasileiras e migrantes, a imensa maioria negras, presas no Brasil no contexto da “guerra às drogas” considera que pagou o preço “por ser mulher, preta, africana” (Siba, 2019)⁴.

Em diversas falas públicas, Nduduzo destaca a discriminação étnico-racial e de gênero como fa-

² Fonte: <<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/25062023-Do-Estatuto-do-Estrangeiro-a-Lei-de-Migracao-a-evolucao-da-jurisprudencia-do-STJ-sobre-expulsao-de-estrangeiros.aspx>>

³ Todas as informações divulgadas sobre a interlocutora tiveram a sua concordância e foram amplamente divulgadas por ela durante entrevistas concedidas à mídia e na própria Campanha #NduduzoTemVoz.

⁴ Para uma análise crítica em uma perspectiva de gênero, raça e classe sobre a realidade brasileira do encarceramento em massa recomenda-se: PASTORAL CARCERÁRIA. Luta Antiprisonal no Mundo Contemporâneo: um Estudo Sobre Experiências de Redução da População Carcerária em Outras Nações. 2018. Disponível em: <http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2018/09/relatorio_luta_antiprisonal.pdf>.

tores que pesam ainda mais sobre as mulheres migrantes em conflito com a lei no Brasil, enumerando uma série de barreiras que ela e outras mulheres na mesma situação enfrentam na sociedade brasileira “por ser mulher, negra, africana”.

Durante os anos que estou aqui, aprendi a lidar com as dificuldades de estar em um país que não só não fala a sua língua, não só não tem a comida que você está acostumado, não apenas não pratica e nem tem qualquer envolvimento com a sua cultura ou suas tradições, não só não compartilha das mesmas opiniões políticas que você. Aprendi que devo tomar uma posição. É difícil se manter sozinha. É difícil se manter sozinha quando você está em um ponto de desvantagem. Qual é a desvantagem? A desvantagem que tenho atualmente é ter nascido mulher. Não apenas isso. Ter nascido preta. Não apenas isso. Ter nascido em um continente que o mundo todo olha com desprezo e acredita que nada de bom pode sair desse continente. Eu paguei o preço por ser africana, e não é só isso. (...) Aprendi que o castigo não acaba. Não há fim para o castigo. Não há nível de punição. E com isso fica difícil acreditar na liberdade. É difícil acreditar em igualdade. (Siba, 2019)

Também nesse sentido, no que diz respeito ao tratamento do Estado brasileiro e da sociedade

sobre a migração africana contemporânea, os sociólogos Alex Vargem e Bas’Ilele Malomalo destacam que imigrantes africanos continuam sendo tratados desde uma perspectiva colonialista racista, ou como “caso de polícia”. Segundo os autores, esse tratamento é explicitado nas políticas migratórias uma vez que as migrações africanas continuam sendo alvo de altas taxas de indeferimento de solicitações de refúgio e enfrentam inúmeras barreiras na regularização migratória (Vargem e Malomalo, 2015).

Como destacado por Nduduzo “o castigo não acaba”. Principalmente no caso das pessoas migrantes egressas, a sanha punitiva do Estado não termina com o cumprimento de pena, e se perpetua em todas as relações sociais, de trabalho e institucionais, comprometendo os direitos mais básicos dessas pessoas e também provocando intenso adoecimento pelo impedimento de “existir” livremente.

**ENCRUZILHADAS
DA LUTA CONTRA A
EXPULSÃO: A CAMPANHA
#NDUDUZOTEMVOZ**

Nduduzo recebeu a informação sobre a publicação da portaria de expulsão quando estava cumprindo a parte final da sentença em liberdade. Como muitos migrantes nessa situação, proibidos pelo Estado de voltar a seus países de origem até o final do cumprimento

da pena, seja no regime fechado ou aberto, Nduduzo estabeleceu nesse período novas relações sociais na cidade de São Paulo, trabalhando em peças de teatro e eventos culturais, vendendo comidas típicas da África do Sul e desenvolvendo projetos como professora de dança zulu, disposta a começar uma vida nova e independente no Brasil.

Após a intimação da Polícia Federal (PF), Nduduzo compareceu ao Departamento da Delegacia de Imigração (Delemig) em 20 de fevereiro de 2018 e lá recebeu a notícia de que teria 10 dias para apresentar um recurso administrativo contra a portaria de expulsão (Portaria nº 739 do Ministério da Justiça publicada em 4 de setembro de 2017).

A ameaça de expulsão, acompanhada de uma penalidade de impedimento de retorno ao Brasil por mais de 10 anos, abriu um novo capítulo na história de Nduduzo. Essa ameaça gerou um movimento de resistência com base nas redes de apoio construídas por ela dentro e fora da Penitenciária Feminina da Capital (PFC), principalmente por meio de sua relação com os coletivos culturais, do teatro, com a Professora Carmina Juarez da EAD-USP, responsável pelo projeto Voz Própria no qual a sul-africana participou na PFC, e com o Fórum Internacional Fronteiras Cruzadas, do qual a autora é co-fundadora na USP, que iniciou a organização da campanha cole-

tiva #NduduzoTemVoz.

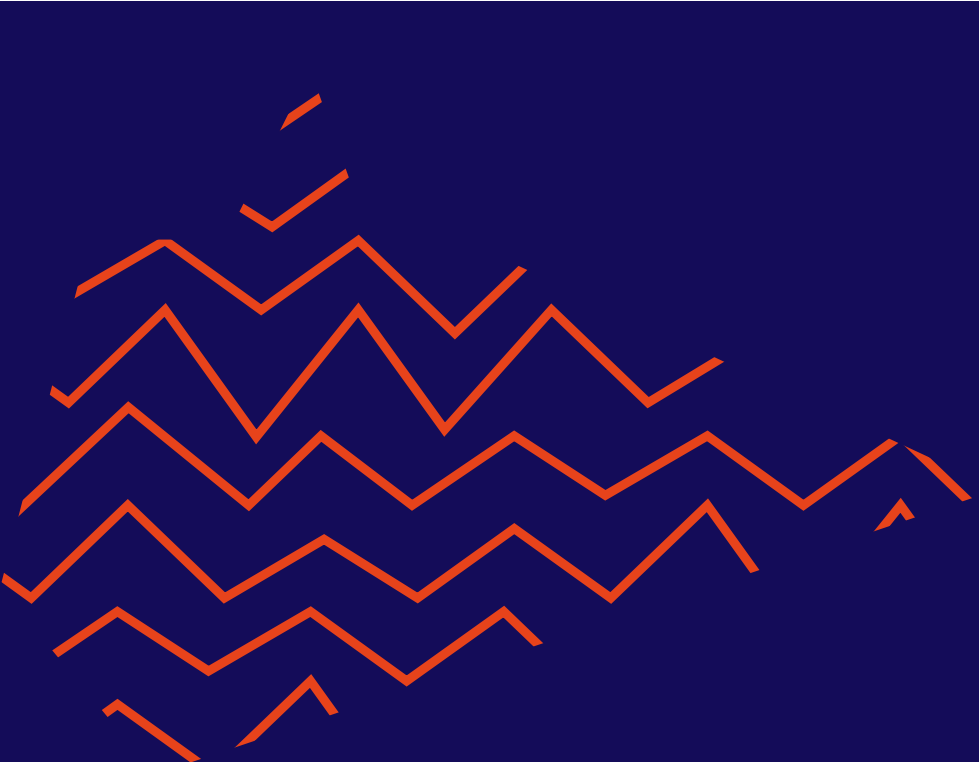
A partir de então, as encruzilhadas da luta de Nduduzo pelo seu direito de permanecer no Brasil envolveram três frentes de mobilização. A primeira diz respeito à articulação dessa rede de apoio e solidariedade que organizou a campanha pública para visibilizar o caso tendo como principal argumento o direito à ressocialização previsto na Lei de Migração. A segunda frente de mobilização teve como foco o desenvolvimento de estratégias jurídicas em defesa da sul-africana nas instâncias administrativas e no Judiciário, incluindo a produção de provas para a organização de um dossiê demonstrando a ressocialização de Nduduzo. E uma terceira frente, que perdura até o momento,

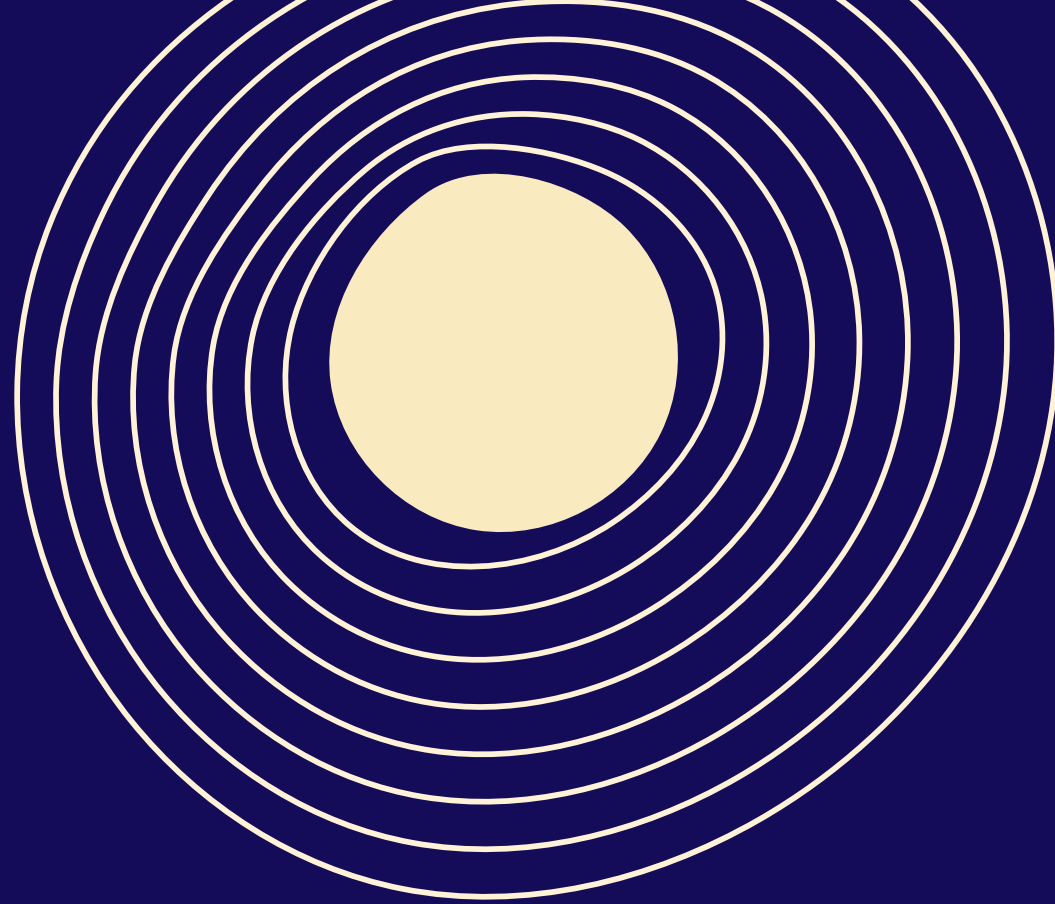
envolve a incidência de parlamentares, do campo da esquerda, solidários à causa de Nduduzo junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) por meio do envio de abaixo-assinados contra a expulsão e ofícios reivindicando a revogação da expulsão e a plena garantia do direito à regularização migratória.

A pesquisa engajada e colaborativa da autora com a luta de Nduduzo aconteceu neste contexto, tendo contribuído para o desenvolvimento dessas três frentes de mobilização coletiva que resultaram na formação de uma rede sociotécnica em torno da campanha #NduduzoTemVoz (Quintanilha, 2019).

Foi inicialmente mobilizado um grupo de Whatsapp que aos pou-

cos se multiplicou e agregou diferentes atores sociais, desde ativistas, acadêmicos, advogados, artistas, fotógrafos, vídeo-makers, jornalistas, representantes políticos e de organizações não-governamentais. Em 8 de março de 2018 – no Dia Internacional das Mulheres – foi lançada publicamente a campanha #NduduzoTemVoz por meio da fanpage no Facebook facebook.com/NduduzoTemVoz. Naquele dia, apoiadoras/es se uniram à Nduduzo para distribuir panfletos da campanha durante as manifestações pelos direitos das mulheres no centro da cidade de São Paulo, uma oportunidade para alavancar essa luta para um amplo público mobilizado através da vanguarda feminista e demais movimentos sociais.





Os embates sobre a “expulsabilidade” de Nduduzo chegaram ao Judiciário e ao MJ logo no início da campanha, com o apoio do ITTC e da DPU que já prestavam assistência à Nduduzo. A DPU ingressou com uma ação judicial para revogar a expulsão com pedido de urgência e apresentou recursos administrativos ao MJSP do Governo Federal, defendendo o direito de permanência da sul-africana principalmente com base no dispositivo da “ressocialização” previsto na lei de migração.

Para contribuir com essa proposta de defesa jurídica, a campanha se mobilizou com Nduduzo para encaminhar documentos e produzir evidências de seus laços sociais e de trabalho no Brasil. Assim, foram sendo constituídas as

provas no âmbito judicial e administrativo à medida em que a campanha avançava.

Como parte dessas estratégias, em 2018, Nduduzo obteve o indulto – perdão do restante da pena que estava sendo cumprida em liberdade. O pedido à Justiça foi elaborado por advogadas do ITTC e da campanha #NduduzoTemVoz, tendo sido encaminhado à Justiça com o apoio do então Vereador Eduardo Suplicy do Partido dos Trabalhadores (PT-SP). Esse fato jurídico novo foi juntado no processo judicial e nos recursos administrativos como mais uma evidência da ressocialização.

Neste aspecto de produção de evidências da “ressocialização”, a principal estratégia da campanha foi a organização de um Dossiê

(que continua a ser alimentado, especialmente pelas atividades ininterruptas de Nduduzo no campo das artes, da política e da mobilização social) reunindo elementos que comprovam a sua efetiva integração no país (trabalho, moradia, redes de sociabilidade), destacando o reconhecimento público de seu trabalho com cultura e ativismos junto a mulheres egressas do sistema prisional que foi ganhando repercussão desde a sua saída da PFC.

Neste primeiro momento, os esforços no embate jurídico produziram efeitos positivos. A princípio, a ação judicial da DPU em favor do direito de permanência da sul-africana no Brasil resultou em uma sentença emblemática que suspendeu a expulsão com base

na análise da ressocialização e do não cometimento de crime considerado grave, reconhecendo que a expulsão no caso seria medida desproporcional e, portanto, sujeita ao controle de legalidade do ato administrativo pelo Judiciário.

Essa decisão do juiz federal Victorio Giuzio Neto, da 1ª instância do TRF3, representou uma importante vitória no cenário de disputas sobre uma perspectiva de direitos humanos na aplicação da Lei de Migração no que tange aos casos de expulsão que chegam ao Judiciário.

Apesar da vitória, o processo seguiu para a 2ª instância em razão da insistência da Advocacia Geral da União (AGU) em apresentar recursos contrários à Nduduzo, repetindo o argumento comumente utilizado nos processos judiciais envolvendo a expulsão de que essas pessoas representam um “perigo” e são “nocivas” para a sociedade brasileira, sem individualizar e analisar de fato cada caso concreto. Essa forma de criminalização da migração, que foi intensificada nos anos do governo da extrema-direita no país entre 2019 e 2022, trata-se de uma prática que espelha o racismo estrutural (Almeida, 2017) na sociedade e nas instituições, sendo observada em decisões judiciais e normativas desde o período colonial no Brasil⁵.

Nesse sentido, a despeito da vi-

sibilidade e da conquista de uma sentença emblemática que revogou a expulsão na 1ª instância da Justiça Federal, em 19 de agosto de 2021, a 3ª Turma do TRF3 decidiu por unanimidade acatar o recurso de apelação da União, negando a anulação judicial da portaria de expulsão.

Diante dessa nova encruzilhada, Nduduzo contou com o apoio da emergente rede Vidas Imigrantes Negras Importam na cidade de São Paulo – criada pela necessidade de dar respostas mais estruturadas aos recorrentes casos de graves violações de direitos humanos que têm se intensificado contra migrantes não-brancos no Brasil (Quintanilha, 2024, no prelo; Malomalo, 2016). Essa rede contribuiu para organizar um novo abaixo-assinado acompanhado da mobilização #NduduzoFica nas redes sociais e uma série de medidas jurídicas, como a juntada de Memoriais no processo judicial, bem como a apresentação de uma petição para reivindicar a “reabilitação criminal”, com o apoio do ITTC e da DPU. No dia 9 de Maio de 2024 foi emitida a sentença julgando procedente esse pedido e declarando Nduduzo reabilitada, ou seja, anulando os seus registros criminais e resultando em uma prova irrefutável de sua ressocialização.

Como se vê, por meio de diversas estratégias de mobilização,

a campanha #NduduzoTemVoz conseguiu alcançar importantes conquistas e também angariar o apoio de parlamentares do campo da esquerda que compreenderam a importância dessa luta para além do caso individual de Nduduzo. Além de Eduardo Suplicy (PT-SP) – que já havia solicitado em 2018 a revogação da expulsão de Nduduzo ao Ministro da Justiça e à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) – mais recentemente, em 2023, a Deputada Federal Erika Hilton (PSOL-SP) encaminhou um ofício às autoridades do Ministério da Justiça solicitando “providências relativo ao caso de Nduduzo G. D. e de reconsideração da Portaria no 739, de 31 de agosto de 2017 (ato de expulsão do território nacional)”, incluindo a necessidade de medidas de regularização migratória para fins de autorização de residência no Brasil.

Como destacado no ofício da Deputada Erika Hilton, considerando o novo contexto político de eleição do governo Lula em 2023 e a ampliação das lutas migrantes nos últimos anos no país existe a esperança de avanços na política migratória a partir de uma perspectiva de direitos humanos, e em especial sobre a garantia de direitos de mulheres que, como a Nduduzo, estão com decretos de expulsão ativos há mais de 5 anos

5 Ver: Quintanilha, Karina F. Notas históricas sobre ‘pessoa perigosa’ e a deportação sumária da Portaria 666. Revista jurídica eletrônica CONJUR, 07 ago. 2019.

no Brasil, trabalhando e construindo laços afetivos no país⁶.

Como o próprio Conselho Nacional de Justiça reconheceu, é preciso garantir os direitos das pessoas migrantes em conflito com a lei e egressas, considerando o acesso à regularização migratória enquanto perdurar o procedimento de expulsão, assim como cabe à autoridade competente “analisar a pertinência da execução da medida, observando igualmente aspectos da vida da pessoa migrante que apontem para sua ressocialização no território nacional, que podem demonstrar a desnecessidade de execução da retirada compulsória” (Brasil, 2022, grifo).

Até o momento, como foi evidenciado, Nduduzo tem enfrentado inúmeras violações de direitos. É representativo dos efeitos dessas violações o depoimento de Nduduzo, estampado na “Carta Aberta ao Judiciário: contra a expulsão de Nduduzo Siba do Brasil, pela defesa dos direitos garantidos pela Lei de Migração” que recebeu mais de 600 assinaturas: “Este decreto de expulsão está me matando. Eu quero renascer novamente. Eu quero viver aqui. Eu sei que tem quem queira me ouvir cantar. Tem quem queira me ver dançar. Tem quem queira me ver atuar nos palcos. Então eu quero viver. Quero ficar aqui” (Siba, 2022, apud Aguiar et.al., 2022).

Ao longo da campanha, Nduduzo, que atualmente integra o corpo artístico do Teatro Oficina em São Paulo, foi se destacando como *ativista*, com relevante papel junto aos movimentos sociais da negritude, das mulheres, da migração, das diásporas africanas e abolicionistas penais (contra as políticas de encarceramento em massa), tendo um posicionamento corajoso diante de tantas dificuldades e batalhas cotidianas enquanto mulher, trabalhadora, negra e imigrante africana no Brasil. A sua história tem repercutido em inúmeras reportagens na mídia e um filme longa-metragem dirigido por Natália Keiko, com o apoio da SPCine, está para ser lançado em 2024. Recentemente, Nduduzo foi homenageada por parlamentares do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) ligadas ao movimento negro durante eventos organizados na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), na Câmara Municipal de São Paulo e na Marcha da Consciência Negra.

Após enfrentar tantas encruzilhadas para fazer valer os seus direitos previstos em lei, a permanência de Nduduzo no Brasil depende agora de uma nova decisão da autoridade competente do Poder Executivo que revogue a portaria de expulsão e garanta a regularização migratória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como buscou-se demonstrar neste artigo, o processo de expulsão enfrentado por Nduduzo revela questões emergentes sobre as encruzilhadas entre encarceramento em massa feminino, criminalização da migração e a necessidade de uma permanente mobilização para garantir os direitos de pessoas migrantes, particularmente de migrantes das diásporas negras que historicamente têm sido alvo de sistemáticas violações de direitos humanos e do racismo estrutural no Brasil.

A análise do caso da sul-africana ressalta o aspecto político, cultural e coletivo de sua resistência que não consiste apenas em salvar guardar os seus direitos, mas também em trazer à tona desafios para nossa sociedade como um todo: “tenho o sonho de despertar outras mulheres que nem sonham com a liberdade”. A sua campanha contra a expulsão e pelo direito de permanecer, com base nas conquistas da Lei de Migração de 2017, tem sido capaz de mobilizar outros atores e movimentos sociais antirracistas e em defesa da migração, embora persistam uma série de desafios que passam pela urgência no reconhecimento de sua ressocialização para fins de revogação da expulsão e de regularização migratória pelo Estado brasileiro.

Para além do caso individual,

essa luta e as suas encruzilhadas abrem caminhos para preencher lacunas nos estudos e no debate político, em uma perspectiva interseccional de gênero, raça/etnia, classe, nacionalidade e condição migratória, sobre a condição invisibilizada de mulheres migrantes em conflito com a lei e sujeitas à expulsão como reflexo do violento contexto desigual da guerra às drogas e do encarceramento em massa em curso globalmente. Pede espaço também para visualizarmos as potencialidades de resistência e solidariedade entre trabalhadoras/es migrantes e os movimentos sociais, enxergando possibilidades de construção de lutas interseccionais radicais para o enfrentamento das formas de exploração e opressão na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Teoria Geral e Filosofia do Direito. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

AGUIAR, Ana Lúcia; CÔRTEZ, Tiago Rangel, TELLES, Vera da Silva; QUINTANILHA, Karina F. As tramas políticas nas cenas de protesto: Justiça Por Moise. Le Monde Diplomatique Brasil. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Pessoas migrantes no sistema penal e socioeducativo : orientações para a implementação da Resolução CNJ no 405/2021 / Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Departamento Penitenciário Nacional ; coordenação de Luís Geraldo Sant’Ana Lanfredi ... [et al.]. Brasília : Conselho Nacional de Justiça, 2022.

DE PROENÇA, Adriana (2020). MULHERES ESTRANGEIRAS E CÁRCERE NO BRASIL: A DUPLA INVISIBILIDADE. Delictae Revista De Estudos Interdisciplinares Sobre O Delito, 5(9), 423–521.

DOMENECH, Eduardo. O controle da imigração “indesejável”: expulsão e expulsabilidade na América do Sul. Ciência e Cultura: vol. 67, issue 2, pp: 25-29, 2015.

DOMENECH, Eduardo; DIAS, Gustavo. Regimes de fronteira e “ilegalidade” migrante na América Latina e no Caribe. Sociologias, v. 22, n. 55, p. 40–73, set. 2020.

MALOMALO, Bas’Ilele. Mobilização política dos imigrantes africanos no Atlântico Sul pela conquista de direitos em São Paulo: o caso da morte da Zulmira em 2012. Revista Crítica Histórica, 7(13), 2016.

MORAES, Ana Luisa Zago de. Crimigração: a relação entre política migratória e política criminal no Brasil. Porto Alegre, Tese (Doutorado), PUCRS: 2016.

_____. Política Criminal Versus Política Migratória: um Debate Incipiente no Brasil. Defensoria Pública União Brasília, DF n. 7 p. 33-54 jan/dez. 2014.

NAVARRETE, Santos. As vozes que ninguém quer ouvir: um retrato das presas estrangeiras no Brasil. São Paulo: ITTC, 2015.

PADOVANI, Natália. Sobre casos e casamentos: Afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. São Paulo, EdUFSCar, 2018.

QUINTANILHA, Karina F. Imigração e lutas Migrantes: redes e encruzilhadas da mobilização por direitos e contra a xenofobia racializada no Brasil. Campinas, Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP): 2024, no prelo.

_____. Migração forçada no capitalismo contemporâneo: trabalho, direitos e resistências no Brasil. Dissertação (Mestrado), Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). 2019.

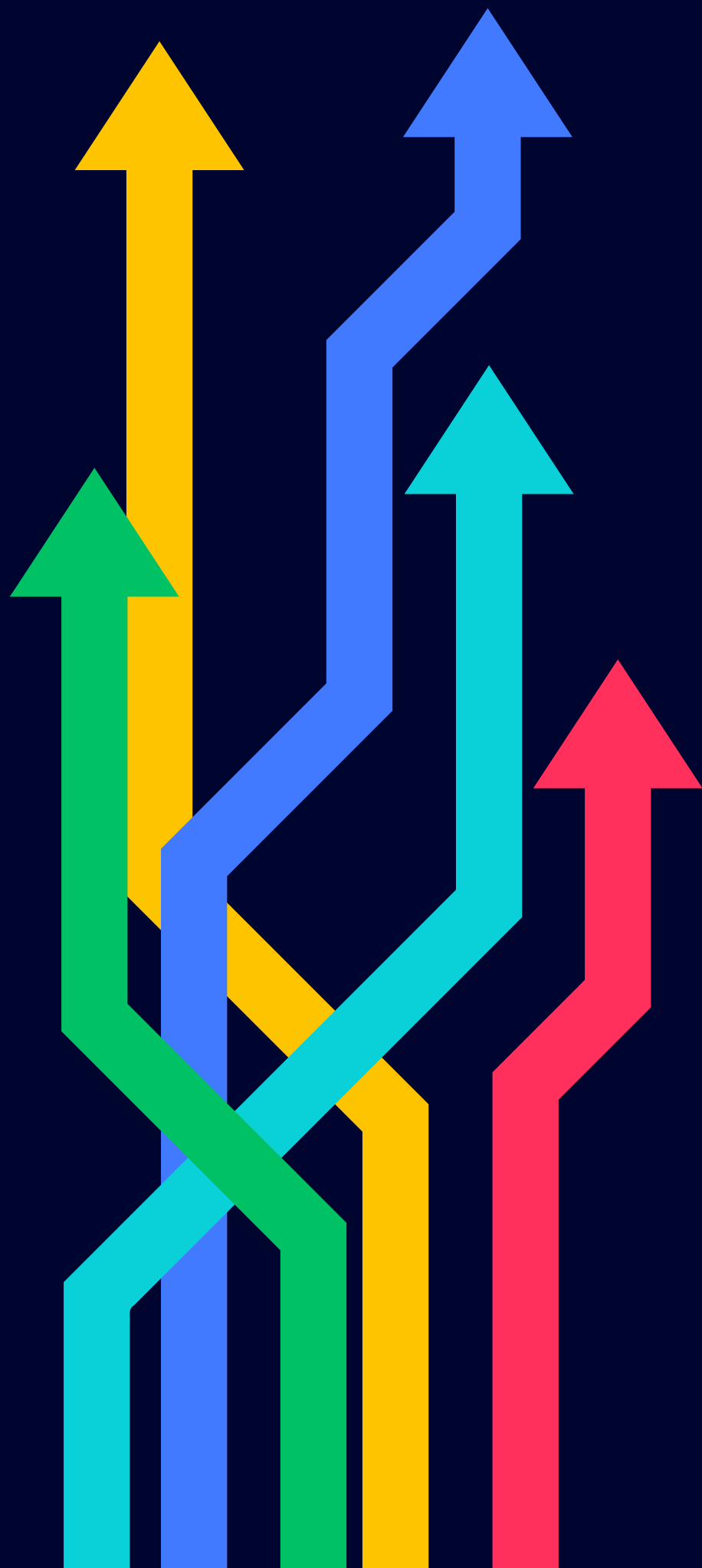
SIBA, Nduduzo. Song of Freedom. In: Projeto Vídeo-Cartas Conexões Migrantes, Sesc Carmo. São Paulo. 2019.

SESTOKAS, Lucia. Entre mulas do tráfico e traficantes: etnografia de processos criminais de tráfico internacional de drogas no Fórum Federal de Guarulhos. 2021. 1 recurso online (203 p.) Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

VARGEM, Alex; MALOMALO, Bas’Ilele. A imigração africana contemporânea para o Brasil: entre a violência e o desrespeito aos direitos humanos. In: MALOMALO, Bas’Ilele; BADI, Mbuyi Kabunda; FONSECA, Dagoberto José. Diáspora africana e a imigração da era da globalização: experiências de refúgio, estudo, trabalho. Curitiba: CRV, 2015, pp. 107-123.

VILLEN, Patrícia; QUINTANILHA, Karina. A nova Lei de Migração (13.445/2017) como espelho de forças ambivalentes. In: Nova Lei de Migração: os três primeiros anos. Campinas, SP. Núcleo de Estudos de População Elza Berquó-Nepe. 2020.

6 Ver: Gabriela Güllich e Nduduzo Siba. 2023. “Liberdade negada: a vida de mulheres migrantes depois do cárcere”, abordando diversas histórias a partir de casos concretos de mulheres em processo de expulsão do Brasil.



REFÚGIO E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: O NEXUS HUMANITARISMO- DESENVOLVIMENTO- PAZ E A NECESSIDADE DE INCLUSÃO DE REFUGIADOS NOS PROCESSOS DE RECONCILIAÇÃO NACIONAL

William Torres Laureano da Rosa

William Torres Laureano da Rosa
Doutor em Relações Internacionais pela University of Sussex. Atua como professor convidado do PPGRJ San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP) e como pesquisador da UNICAMP, do INCT para Estudos sobre os EUA (INCT-INEU) e do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC). Possui graduação em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (2008) e mestrado em Relações Internacionais pelo PPGRJ San Tiago Dantas em 2011. Atualmente atua como Associado de Proteção do Escritório do ACNUR em São Paulo e anteriormente foi coordenador do setor de proteção legal do Centro de Referência para Refugiados da Caritas Arquidiocesana de São Paulo.

Segundo os dados mais recentes publicados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), até meados de 2023 havia 110 milhões de pessoas que sofreram com o deslocamento forçado como resultado de perseguição, conflito, violência, violações de direitos humanos ou outros eventos que perturbaram gravemente a ordem pública. Desse, 62,5 milhões correspondiam a pessoas deslocadas internamente, 36,5 milhões são pessoas refugiadas, 6,1 milhões de pessoas são solicitantes de asilo e 5,3 milhões são outras pessoas com necessidade de proteção internacional. O número de pessoas que sofrem com o deslocamento forçado aumentou de sobremaneira nos últimos 10 anos e mais de

50% dessa população é originária da Síria, Afeganistão, Ucrânia e Venezuela, crises que ocorrem há muitos anos, gerando milhares de pessoas refugiadas e deslocados internos. (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS, 2024). Essas situações prolongadas de refúgio geram questionamentos sobre qual a forma possível de solução duradoura para essas pessoas, entendendo que tais conflitos estão longe de serem resolvidos. Filippo Grandi, atual Alto-Comissário das Nações Unidas para Refugiados, escreveu em um artigo no qual diz que pessoas refugiadas são sintomas de um fracasso coletivo e que os Estados precisam pensar coletivamente para resolver as causas profun-

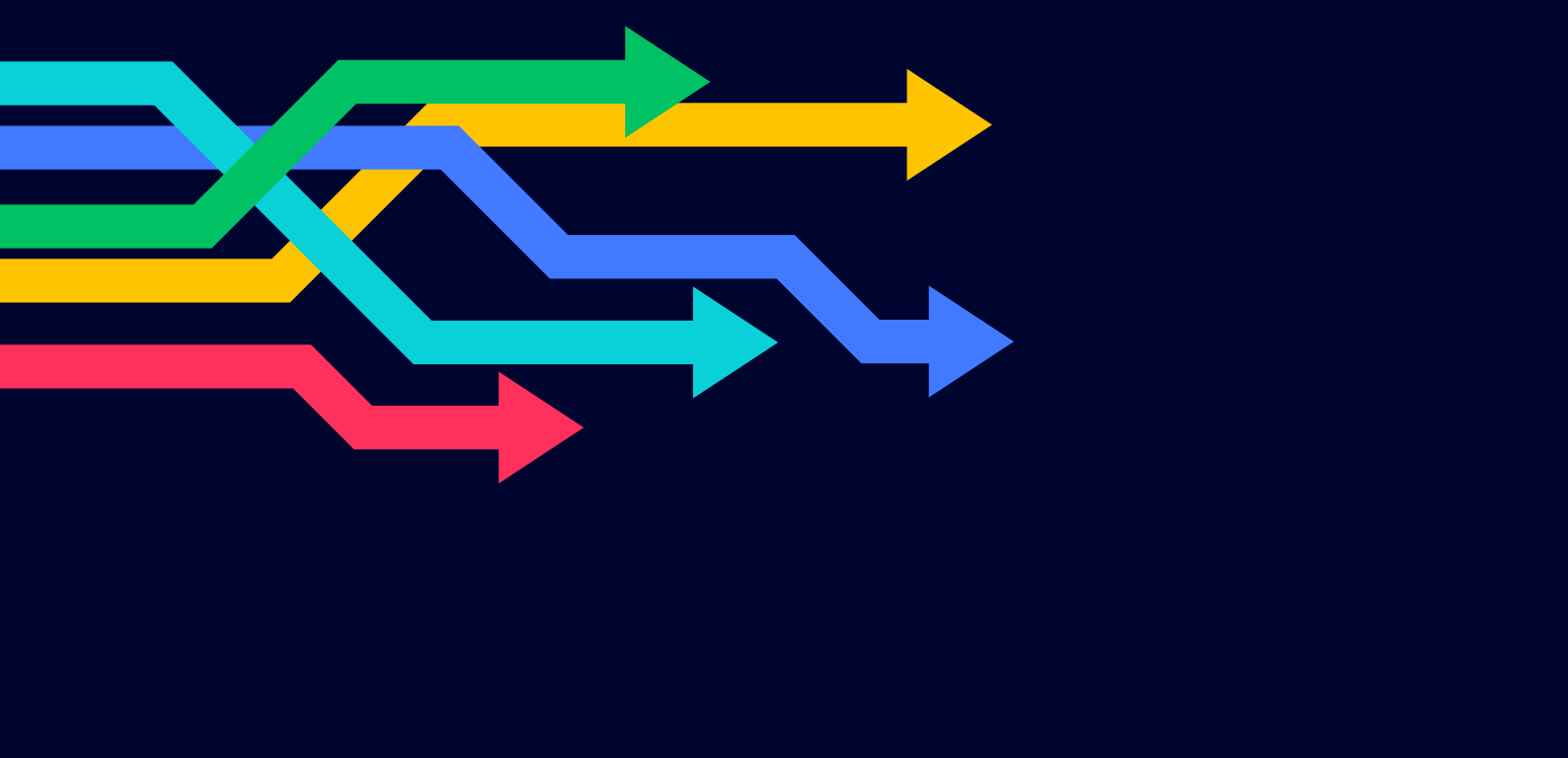
das do deslocamento forçado ao invés de impedir a entrada de pessoas nos seus territórios (GRANDI, 2023). A busca por “causas profundas” é uma forma de buscar melhor entender como a comunidade internacional e a sociedade em geral pode ser capaz de resolver as causas dos conflitos e violações de direitos humanos dentro de uma lógica relacionado com a reconstrução e desenvolvimento desses países. Tendo como base o *Global Compact on Refugees* e o *Comprehensive Refugee Response Framework* de 2018, Zetter nos mostra que o engajamento de atores usualmente relacionados com desenvolvimento em temas de deslocamento forçado, fez com que o chamado Nexus Hu-

manitarismo-Desenvolvimento, ou sua versão mais recente de Nexus Humanitarismo-Desenvolvimento-Paz, se tornasse o léxico utilizado por doadores e, por sua vez, ganhado força no regime de assistência e proteção a refugiados (ZETTER, 2021). Não descartando as críticas de Zetter sobre esse modelo, que ecoa as teorias sobre desenvolvimento, ou mesmo autores decoloniais, a proposições de aplicabilidade de projetos que contenham como base esse Nexus vem recentemente sendo apresentado tanto em documentos da OCDE (OCDE, 2023), quanto em publicações da Inter-Agency Standing Committee (IASC, 2021). Da mesma forma, relatórios e planos de operações do ACNUR como a de Moldova (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS, 2024) também tendem a utilizar essa linguagem em suas proposições. Ainda assim, não está claro como a voz de pessoas refugiadas pode ser ouvida em processos de reconstrução nacionais baseados em modelos de desenvolvimento de agências internacionais. O argumento deste artigo, entretanto, é o de que qualquer ação de proteção e assistência em contexto de deslocamento forçado deve manter sua centralidade na pessoa refugiada e que, se o foco está em encontrar essas causas profundas para buscar estabilização nos países de origem dessas

pessoas, que as estratégias de justiça de transição em contextos de reconstrução pós situação de grave e generalizada violação de direitos humanos são ideais para garantir a participação das pessoas forçadas a se deslocarem. **JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E PAZ SOCIAL** O termo justiça de transição surgiu no final da década de 1980 e início da década de 1990 como uma forma de lidar com graves violações de direitos humanos na América Latina e no Leste Europeu, regiões que estavam buscando retornar a regimes democráticos. As formas desenvolvidas nesse período foram posteriormente aplicadas em outros contextos pós-conflito e pós-regimes autoritários, ou mesmo em países que não passaram por uma transição política significativa ou que ainda estão passando por conflitos. Essas estratégias passaram a ser utilizadas e implementadas cada vez mais em contextos em que se observa um grande número de pessoas forçadas a se deslocar (DUTHIE, 2011, p. 243). Glenda Mezarobba nos mostra que ao tratarmos do tema estamos falando de uma estrutura composta por ações judiciais e não judiciais coordenadas e complementares voltadas para confrontar abusos do passado e servir como componente de transformação política (MEZAROBBA, 2009). O tema da justiça

de transição corresponde, assim, a respostas a situações de graves e generalizadas violações de direitos humanos, onde regimes ditatoriais ou de exceção foram responsáveis por atrocidades em massa, genocídio e demais traumas sociais. Esse conceito, portanto, vem nos mostrar como sociedades “lidam com o legado de violações de direitos humanos [...] com vistas à construção de um futuro mais democrático e pacífico” (MEZAROBBA, 2009, p. 111). Essas estratégias, entretanto, devem ser entendidas como processos longos de transformação política, dos quais a aplicação dessas ações são somente um dos elementos na reconstrução dessas sociedades que buscam “virar a página” das violações de direitos humanos ao buscarem legitimidade no paradigma liberal, dos quais os elementos da justiça de transição contribuem para a implementação de um regime em que prevaleça o Estado Democrático de Direito. Esse novo regime deveria, então, tornar seus cidadãos responsáveis pelas suas atitudes e averiguar as responsabilidades individuais para garantir que nenhum grupo será em todo ou em parte responsabilizado ou será privilegiado nessa passagem de um regime para o outro (FEHER, 1999, p. 325; MEZAROBBA, 2009, p. 112). A literatura ainda mostra que a aplicação da justiça de transição busca “curar” determinadas situa-





ções resultantes das graves violações de direitos humanos perpetrada em um processo que busca justiça e reconciliação. Dessa forma, indicam que na transição, as sociedades precisam

abordar e curar as divisões na sociedade que surgem como resultado dessas violações; encerrar e curar as feridas dos indivíduos e da sociedade, principalmente por meio da “revelação da verdade”; proporcionar justiça às vítimas e responsabilizar os perpetradores; criar um registro histórico preciso para a sociedade; restaurar o estado de direito; reformar as instituições para promover a democratização e os direitos humanos; garantir que as violações dos direitos humanos não se repitam; promover a coexistência e a paz sustentável (ANDERLINI, CONAWAY, *et al.*, 2007, p. 1)

Ou seja, nesse processo, as pessoas que foram vítimas exigem

não somente justiça, mas também desejam a reconciliação. A noção de que não pode haver paz sem justiça surge com força em muitas comunidades. Mas a justiça pode se basear na retribuição (punição e ação corretiva para os erros cometidos) ou na restauração (enfatizando a construção de relacionamentos entre os indivíduos e as comunidades) (ANDERLINI, CONAWAY, KAYS, 2007, p. 1). A reconciliação, por outro lado, pode significar coexistência, diálogo, remorso, desculpas, perdão ou cura. Não se trata de uma tentativa de restaurar as coisas como eram, mas sim de construir novas formas de relacionamento. Assim enquanto “a reconciliação nacional refere-se a uma forma política de consenso e interação entre partidos e líderes, a reconciliação social se refere a um processo de longo prazo e mais difícil de ser alcançado” (ANDERLINI, CONAWAY, *et al.*, 2007, p. 2–3).

Trabalhos críticos do direito e outros teóricos políticos, entretanto, chamaram a atenção para o duplo papel das leis mobilizadas em processos de justiça de transição em relação à violência causada e buscaram indicar o papel protetor do *status quo* que esses processos propagam enquanto regeneram uma nova ordem sociopolítica. Esses teóricos tendem a indicar que leituras ocidentais são incapazes de observar essa relação entre direito e violência. Embora a lei possa ser uma ferramenta para responder à violência e expor os abusos de poder, ela também é utilizada para ofuscar e legitimar os abusos de autoridade política. Nesse sentido, sugerem os autores do Sul que concentrar-se somente nos aspectos corretivos da lei proporciona a manutenção do sistema, ao invés de permitir o questionamento da ideia de justiça e a possibilidade de realizar mudanças mais amplas e criativas (CANEFE, 2019, p. 4).

Outros autores ainda argumentam que a transitoriedade do campo não é necessariamente uma característica da justiça de transição, uma vez que as práticas e resultados estão sendo cada vez mais normalizados em um processo considerado incompleto e contestado. Pelo contrário, percebe-se a prática atual como uma justiça comum aplicada em um contexto excepcional, não sendo possível criar novas regras e procedimentos para salvaguardar um projeto mais viável de justiça (GISSEL, 2017, p. 354).

Ainda assim, como conclui García-Godos e Lid (2010), os mecanismos legitimados pela justiça de transição garantem força às vítimas de graves e generalizadas violações de direitos humanos, desde que existam sólidas bases normativas e procedimentos claros relacionados ao direito das vítimas para dar voz a essas pessoas. No contexto colombiano, por exemplo, o processo de reparação iniciado por esses mecanismos se tornou a melhor oportunidade para que as vítimas individualmente ou em uma organização aproveitassem para se manifestar e reivindicar (GARCÍA-GODOS, LID, 2010). A questão, portanto, é de entender até que ponto a participação de pessoas refugiadas podem ocorrer nesse processo e já não vivendo no país de origem, enquanto vítimas das violações de direitos humanos perpetuadas.

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E O DESENVOLVIMENTO

Assim como a justiça de transição, é importante notarmos que outros processos de construção e reconstrução da paz (*peacebuilding*) também são considerados como tarefas longas e multifacetadas, que dependem de outros elementos para além da reconciliação e da justiça trazidos pelos mecanismos apresentados anteriormente. Por meio de estruturas políticas, de desenvolvimento, humanitários e de direitos humanos, atentam-se a objetivos de curto e de longo prazo que visam garantir a sustentabilidade nas esferas de segurança, política, econômica e de justiça. Assim como nos elementos da justiça de transição, há a inclusão de elementos liberais na promoção da democracia na erradicação da pobreza e o estabelecimento do desenvolvimento sustentável e do respeito aos direitos humanos e ao Estado de Direito (LAMBOURNE, 2009, p. 34).

Entretanto, justiça de transição sem melhoras nos índices de distribuição de renda mais ampla mantém, em alguma medida, o sentimento de injustiça das vítimas do conflito. É nesse sentido que Wendy Lambourne (2009) nos chama a atenção a uma entrevista realizada em Serra Leoa, no ano de 2006, em que a continuação da situação de pobreza faz com que a pessoa declare que “a justiça só existe para pessoas ricas em Serra Leoa” porque

muito era feito, mas ela “não tinha comida suficiente para comer”. (LAMBOURNE, 2009, p. 44).

Dessa forma, o questionamento sobre algum elo entre justiça de transição e desenvolvimento levou a um debate sobre como alcançar a justiça social para além do possível com os mecanismos tradicionais da justiça transicional. Uma parte da literatura indica e buscou responder a quatro “dilemas” que foram apresentados nessa aproximação. A primeira é sobre a própria atitude de quem trabalha com justiça de transição frente ao tema do desenvolvimento, questionando se cabe à essa área engajar em proposições econômicas subjacentes ao conflito social. A segunda questão é sobre os custos dos mecanismos de justiça de transição. O terceiro dilema é sobre a necessidade de discutir a economia de guerra que surge no contexto do conflito, entendendo que as economias de guerra privam um país dos mesmos recursos que são fundamentais para o desenvolvimento pós-conflito. A quarta pergunta é sobre a relação entre aumento de violência e falta de desenvolvimento em contextos de aplicação de mecanismos de justiça de transição (MANI, 2008, p. 253–254).

Rama Mani (2008) defende, assim, que ainda que esses dilemas não possam ser facilmente superados, que a vinculação dos campos de justiça de transição e do desenvolvimento dependem de



uma expansão maior do trabalho realizado pela justiça de transição. Segundo a autora, a justiça de transição já começou o seu processo ao deixar de ter um foco na responsabilização por crimes de guerra, crimes contra a humanidade e outras violações graves dos direitos humanos para incluir a atenção à reforma das instituições responsáveis pelo Estado de Direito, podendo assim apoiar processos de desenvolvimento. A segunda expansão do conceito tenderia, assim, a abranger questões de justiça social (MANI, 2008, p. 264).

Essas sugestões apresentadas pela autora ganham maior influência quando agências de desenvolvimento passam a incorporar preocupações com instituições, governança, estado de direito e história, colaborando assim. Com isso, essas agências passam a relacionar possíveis reparações de abusos de direitos humanos como etapa necessária para o desenvolvimento. Já em 2011, o Relatório Sobre Desenvolvimento do Banco Mundial (2011) foi o primeiro documento da organização a argumentar que, embora não seja uma organização importante no campo dos direitos humanos, que sua agenda de desenvolvimento impacta na possibilidade de alcance desses direitos e faz referência à justiça de transição como uma forma de transformar instituições e recuperar a confiança (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 16–18).

É nesse sentido que Pablo de

Greiff (2014) sugere que essas transformações referentes à reconstrução em busca de paz são complexas, pois determinam que o espaço político e institucional não só terá de ser compartilhado com aqueles que sofreram o peso dos abusos, como também as instituições terão se mostrado severamente insuficientes para garantir até mesmo os direitos e interesses mais básicos. Os programas de desenvolvimento instituídos em contextos de graves e generalizadas violações de direitos humanos precisam enfrentar os legados, pois algumas das instituições locais que trabalham com o desenvolvimento precisarão reconquistar a confiança das vítimas e demonstrar que são fontes confiáveis para a resolução de conflitos sociais (GREIFF, 2014, p. 417).

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E HUMANITARISMO

Se a justiça de transição pode, de alguma maneira, estar presente nos elementos de paz e desenvolvimento do nexus apresentado neste artigo, basta agora entender de que maneira o tema da justiça de transição contempla as vítimas de deslocamento forçado.

António Guterres, ex-Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados e atual Secretário-Geral da ONU, argumentou em um artigo publicado em 2008 que Estados fracassados e falidos representam o lado mais sombrio da globalização. Ele entende que

o mandato de proteção do ACNUR vai para além do retorno e da reintegração de pessoas deslocadas, mas que é necessário atuar de forma que se alcance estabilidade para que refugiados recém-retornados não precisem passar por novo deslocamento forçado (GUTERRES, 2008, p. 97). Ainda assim, alguns autores mostram que o deslocamento forçado não é um fator que tem figurado na literatura ou na prática da justiça transicional (DUTHIE, 2011, p. 242) e que mesmo no sistema ONU, somente em 2009 no *Framework on Durable Solutions for Internally Displaced Persons* do Conselho de Direitos Humanos (CDH) foi reconhecida a necessidade de buscar “remédios eficazes para violações relacionadas ao deslocamento, incluindo acesso à justiça, reparações e informações sobre as causas das violações” (HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2009, p. 3). O documento continua dizendo que a busca por uma efetiva solução que garanta o direito de deslocados internos, apresenta importantes desafios, entre os quais:

Um desafio de direitos humanos: encontrar soluções duradouras significa restaurar os direitos humanos dos IDPs que foram afetados por seu deslocamento, inclusive seus direitos à segurança, propriedade, moradia, educação, saúde e meios de subsistência. Isso pode implicar o direito à reparação, à justiça, à verdade

e ao encerramento de injustiças passadas por meio da justiça transicional ou de outras medidas apropriadas (HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2009, p. 8).

Se no documento do CDH, a figura do deslocado interno aparece relacionado com a busca por reparação e reconciliação, pessoas refugiadas não gozam, necessariamente, da mesma sorte. Na Libéria, por exemplo, a Comissão da Verdade coletou depoimentos de centenas de pessoas refugiadas sobre questões como os motivos por que deixaram o país, as violações de direitos humanos que sofreram, opiniões sobre o conflito e quais medidas de justiça e reconciliação eram necessárias por meio de um projeto sobre deslocamento forçado. Além disso, alguns movimentos de diáspora, incluindo de pessoas refugiadas, participaram de comissões da verdade, chegando a se tornarem idealizadores do processo como é o caso da comunidade da diáspora haitiana, por exemplo, que foi descrita como “o principal impulsionador de uma comissão da verdade naquele país” (DUTHIE, 2011, p. 248). No entanto, nem sempre esse é o caso. Pessoas refugiadas são normalmente deixadas de lado durante as negociações de reparações e, em geral não recebem as indenizações que lhes são de direito.

Um documento do Centro Internacional para Justiça Transicional argumenta que as comunidades

da diáspora têm “potencial significativo” para desempenhar um papel importante nos processos judiciais e na luta contra a impunidade - um potencial que “ainda não foi alcançado” (DUTHIE, 2011, p. 248–249). Da Mesma forma, Bronwyn Harris (2006) observa que as soluções de justiça de transição ficam limitadas ao nível nacional e têm dificuldade em lidar com os efeitos regionais do conflito, indicando que, normalmente essas soluções não acomodarão as pessoas refugiados que vivem fora do país de origem, e esses grupos de pessoas serão automaticamente excluídos do foco nacional interno na reconciliação. Admite ainda que isso pode gerar conflito quando essas pessoas refugiadas voltarem para seu país (BRONWYN HARRIS, 2006, p. 36 nota 23). Da mesma forma interpreta Roger Duthie (2011) quando afirma que se e quando pessoas refugiadas forem repatriadas, “suas identidades formadas pela experiência do deslocamento, talvez intocadas pelos esforços de justiça transicional no país de origem, podem levar a novas falhas sociais” (DUTHIE, 2011, p. 249).

CONCLUSÃO

Este artigo, ainda exploratório, busca entender qual o papel que pessoas refugiadas têm nos processos de reconstrução dos seus países, entendendo que cada vez mais os discursos das agências da ONU estão buscando unir temas

que antes funcionavam de forma estanque, como a busca pela paz, a reconstrução social, o desenvolvimento local e o humanitarismo. Na atual situação de aumento exponencial de pessoas forçadas a se deslocar devido a situações de conflito e de graves e generalizadas violações de direitos humanos que vivem em situação prolongada de refúgio, esses discursos preconizam a necessidade de resolver as causas desses conflitos. Assim, abordagens como o nexus humanitarismo-desenvolvimento-paz são as formas indicadas para apoiar de forma ampla os países que mais sofrem com essas situações. Ainda assim, permanece o questionamento sobre o papel de pessoas refugiadas nesses processos.

Indicamos assim que os processos de reconciliação, buscado a partir de mecanismos elaborados no contexto de justiça de transição, são os mais adequados para incluírem a voz de pessoas refugiadas, em especial, por manterem a centralidade na vítima das violações de direitos humanos. Para tanto, quebramos os elementos do nexus e buscamos entender de que forma eles se relacionam ou podem se relacionar com temas e procedimentos elaborados pela justiça de transição.

Encontramos, entretanto, que ainda que os conceitos dialoguem entre si, não está claro como essa participação ocorrerá. Ademais, apresentamos a informação de

que para movimentos posteriores de retorno voluntário (uma das três soluções duradouras da Convenção Relativa ao Estatuto do Refugiado) a não participação de pessoas refugiadas nesse processo pode gerar mais conflitos.

Assim, uma vez que políticas de proteção de base comunitária (CBP) fazem parte do cerne da atuação do ACNUR e de outras agências humanitárias que trabalham com pessoas refugiadas, há um espaço de atuação e de vinculação entre a centralidade da pessoa refugiada e a metodologia de consultas e de atuação de participação social geradas a partir de políticas de CBP que guiam as ações das agências e as práticas de justiça de transição.

A aplicabilidade dessas metodologias que buscam colocar a vítima de violações de direitos humanos, seja no contexto nacional, seja no contexto do deslocamento forçado, merece, portanto, maior atenção tanto dos agentes que trabalham com essas pessoas, quanto da academia, para garantir que as experiências adquiridas por pessoas refugiadas também possam guiar os processos de participação social no momento de reconciliação nacional pós-conflitos.

BIBLIOGRAFIA

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Refugee Data Finder**. 3 mar. 2024a. Refugee Data Finder. Disponível em: <https://www.unhcr.org/external/component/header>. Acesso em: 3 mar. 2024. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS

PARA REFUGIADOS. **Refugee Response Plan 2024: The Republic of Moldova (Annex) - The Humanitarian Development Peace Nexus**. [S.L.], ACNUR. Disponível em: <https://data.unhcr.org/en/documents/details/106633>. Acesso em: 2 jan. 2024b. jan. 2024 ANDERLINI, S. N., CONAWAY, C. P., KAYS, L., “Transitional Justice and Reconciliation”. **Inclusive security, sustainable peace: a toolkit for advocacy and action**, London, [Washington D.C., International Alert; Initiative for Inclusive Society, 2007. . BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre Desenvolvimento Mundial de 2011: conflito, segurança e desenvolvimento**. . Washington, DC, Banco Mundial, 2011. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/127351468151158911/pdf/622550PUB0PORT000public00BO-X361476B.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2021. BRONWYN HARRIS. **Between a rock and a hard place: Violence, transition and democratisation. A consolidated review of the Violence and Transition Project**. . Johannesburg, Centre for the Study of Violence and Reconciliation, 2006. Disponível em: <https://www.csvr.org.za/docs/politicalviolence/rockandhardplace.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2024. CANEFE, N. (Org.). **Transitional justice and forced migration: critical perspectives from the global south**. New York, NY, Cambridge University Press, 2019. DUTHIE, R. “Transitional Justice and Displacement”, **International Journal of Transitional Justice**, v. 5, n. 2, p. 241–261, 1 jul. 2011. DOI: 10.1093/ijtj/ijr009. . FEHER, M., “Terms of Reconciliation”. In: HESSE,

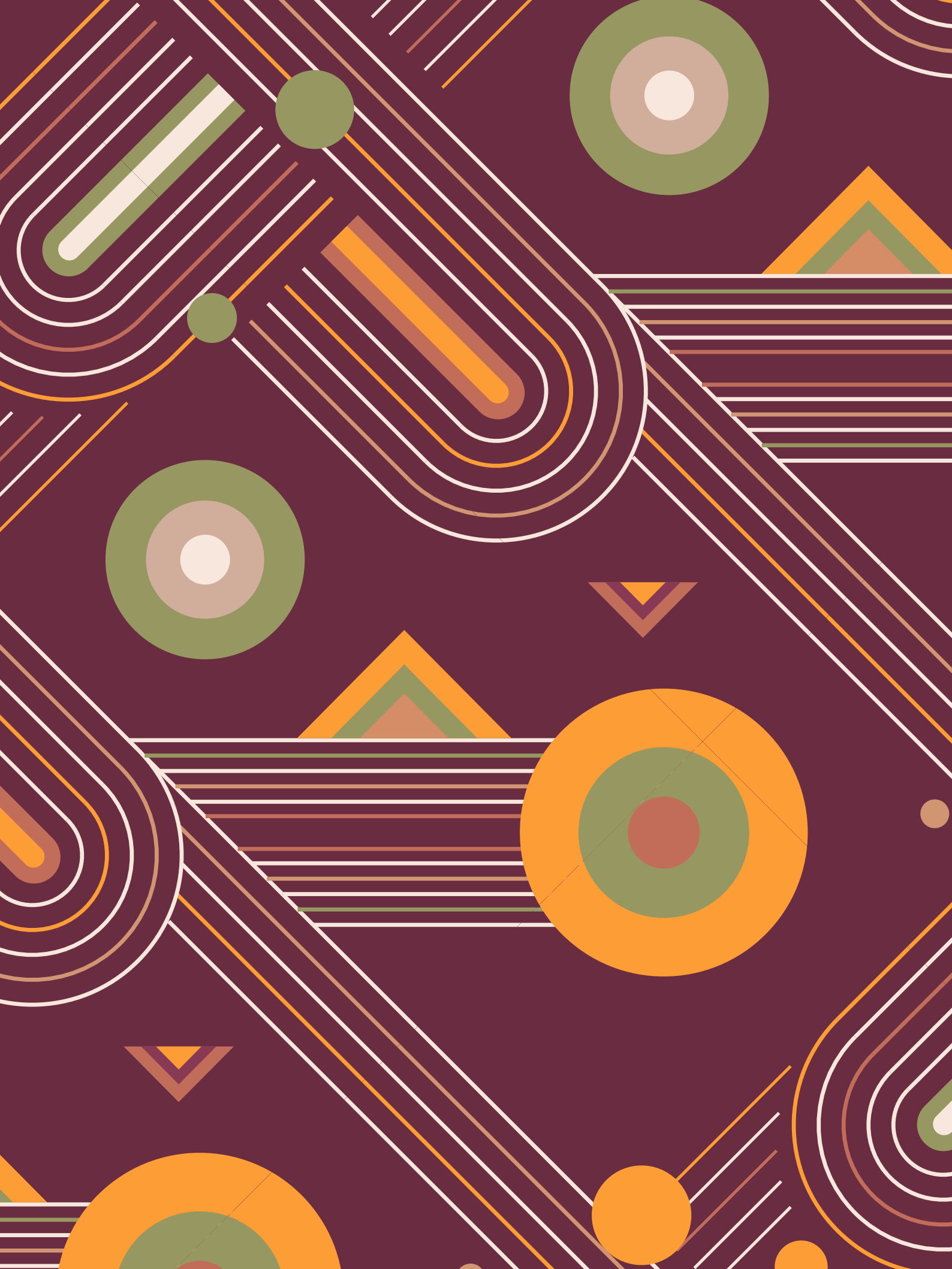
C., POST, ROBERT, **Human Rights in Political Transitions: Gettysburg to Bosnia**, Nova York, Zone Books, 1999. . GARCÍA-GODOS, J., LID, K. A. O. “Transitional Justice and Victims’ Rights before the End of a Conflict: The Unusual Case of Colombia”, **Journal of Latin American Studies**, v. 42, n. 3, p. 487–516, ago. 2010. DOI: 10.1017/S0022216X10000891. . GISSEL, L. E. “Contemporary Transitional Justice: Normalising a Politics of Exception”, **Global Society**, v. 31, n. 3, p. 353–369, 3 jul. 2017. DOI: 10.1080/13600826.2016.1255933. . GRANDI, Filippo. “Refugees are a symptom of collective failure – only working together will tackle the root causes”. **The Guardian**, 10 dez. 2023. OpinionDisponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2023/dec/10/refugees-symptom-collective-failure-work-together-tackle-root-causes>. Acesso em: 3 mar. 2024. GREIFF, P. D., “Transitional Justice and Development”. In: CURRIE-ALDER, B., KANBUR, R., MALONE, D. M., *et al.* (Org.), **International Development**, [S.L.], Oxford University Press, 2014. p. 412–427. DOI: 10.1093/acprof:oso/9780199671656.003.0025. Disponível em: <https://academic.oup.com/book/35386/chapter/301765245>. Acesso em: 6 mar. 2024. GUTERRES, A. “Millions Uprooted: Saving Refugees and the Displaced”, **Foreign Affairs**, v. 87, n. 5, p. 90–99, 2008. . HUMAN RIGHTS COUNCIL. **Promotion and protection of all human rights, civil, political, economic, social and cultural rights, including the right to development**. [S.L: s.n.]. Disponível em: [https://primarysources.brillonline.com/](https://primarysources.brillonline.com/browse/human-rights-documents-online/promotion-and-protection-of-all-human-rights-civil-political-economic-social-and-cultural-rights-including-the-right-to-development;hrdhrd99702016149)

[browse/human-rights-documents-online/promotion-and-protection-of-all-human-rights-civil-political-economic-social-and-cultural-rights-including-the-right-to-development;hrdhrd99702016149](https://primarysources.brillonline.com/browse/human-rights-documents-online/promotion-and-protection-of-all-human-rights-civil-political-economic-social-and-cultural-rights-including-the-right-to-development;hrdhrd99702016149). Acesso em: 6 mar. 2024. , 2009 IASC. **Country Brief on the Humanitarian-Development- Peace Nexus: Jordan**. [S.L.], IASC, 2021. Disponível em: <https://interagencystandingcommittee.org/sites/default/files/migrated/2021-09/Country%20Brief%20on%20the%20Humanitarian-Development-%20Peace%20Nexus%20%28Jordan%29.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2024. LAMBOURNE, W. “Transitional Justice and Peacebuilding after Mass Violence”, **International Journal of Transitional Justice**, v. 3, n. 1, p. 28–48, 1 mar. 2009. DOI: 10.1093/ijtj/ijn037. . MANI, R. “Dilemmas of Expanding Transitional Justice, or Forging the Nexus between Transitional Justice and Development”, **International Journal of Transitional Justice**, v. 2, n. 3, p. 253–265, 1 dez. 2008. DOI: 10.1093/ijtj/ijn030. . MEZAROBBA, G. “De que se fala, quando se diz “justiça de transição”?”, **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 67, p. 111–122, 15 jan. 2009. . OCDE. **DAC High Level Meeting**. 15 nov. 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/dac/development-assistance-committee/dac-hlm.htm>. Acesso em: 4 mar. 2024. ZETTER, R. “Theorizing the Refugee Humanitarian-development Nexus: A Political-economy Analysis”, **Journal of Refugee Studies**, v. 34, n. 2, p. 1766–1786, 1 jun. 2021. DOI: 10.1093/jrs/fez070. .





EIXO 5:
**RELATOS DE
EXPERIÊNCIA**



WEB RÁDIO MIGRANTES: COMUNICAÇÃO DIRETA COM NACIONAIS, MIGRANTES E REFUGIADOS

MIGUEL ANGEL AHUMADA

Miguel Ahumada
Jornalista, coordenador da WebRadio Migrantes da Missão Paz/SP.
WebRadio Migrantes, 24 horas no ar, criando um elo de comunicação entre pessoas migrantes, refugiadas e brasileiras, mantendo o direito de ter um veículo de informação, proporcionado o acesso com protagonismo social e proporcionando programas em diferentes idiomas.

VOZ PARA ALÉM DE FRONTEIRAS, VOZ ATRAVÉS DE FRONTEIRAS

Um dos temas sempre presente na história da humanidade, a migração, é notícia permanente em nossas vidas. Diariamente, e cada vez mais, lemos, assistimos ou ouvimos relatos sobre pessoas que deixam seus lugares de origem, em busca de condições de vida melhores ou possíveis, para si e/ou os seus.

Este texto apresenta a Web Rádio Migrantes, localizada na Missão Paz, na baixada do Glicério, em pleno coração da cidade de São Paulo. Essa plataforma busca atuar como facilitadora no processo de (recomeço e) integração da vida em um novo país – seja transmitindo informações de qualidade sobre serviços e ações voltadas à população migrante, seja oferecendo um espaço onde pessoas migrantes possam se expressar política e/ou culturalmente.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), são 281 milhões de imigrantes no mundo, contabilizados em um relatório divulgado pela OIM, com dados referentes a 2022 (OIM, 2024). Por todas as ruas do mundo imigrantes e refugiados estão em movimento, sobrevivendo, conduzidos pelo desejo de uma vida digna.

O que é ser migrante? Esta pergunta expressa a preocupação em se pensar o fenômeno migratório a partir da perspectiva de pesso-

as migrantes. Expressa também uma preocupação importante, derivada do entendimento de que o migrante é um ser deslocado de seu lugar de origem. E é neste deslocamento que devemos buscar compreender a condição de migrante. Nos estudos migratórios, a partir de diferentes abordagens e disciplinas, temos grandes quadros interpretativos sobre o ser migrante, seus movimentos, as consequências e implicações destes em diferentes escalas, seus símbolos e as transformações culturais decorrentes deles.

No processo de (re)construção de seus lugares, o migrante recompõe seu espaço social, diferente em muitos aspectos daquele que ele possuía em seu país de origem. A reconstituição deste espaço perpassa o espaço virtual das redes sociais, que possibilitam ao indivíduo a experiência ou, ao menos, a sensação de identificação e pertencimento. Essas redes podem ser consideradas como um alívio ao impacto das mudanças espaciais vividas por essas pessoas. Mas, paradoxalmente, não raro, elas também constituem mecanismos de exploração e tráfico de pessoas, especialmente de mulheres e crianças migrantes. Neste sentido, as redes sociais podem ser reconhecidas como um meio fundamental para as relações de acolhimento e inserção social, mas, também, de extorsão e violação de direitos destes indivíduos.

Essas e outras questões ganham projeção e destaque social e político através das diferentes formas e canais de comunicação. A Web Rádio Migrantes procura contribuir para este debate, comunicando sobre as diversas formas de organização social e cultural dos migrantes, suas demandas por direitos, lutas por reconhecimento, bem como suas infinitas contribuições para a produção de riquezas materiais, as belezas e diversidade cultural tão importantes para o desenvolvimento humano e as relações de cidadania e democracia no mundo.

WEB RÁDIO MIGRANTES: UM POUCO DA TRAJETÓRIA DA COMUNICAÇÃO IMIGRANTE NAS ONDAS DA INTERNET

No mundo de hoje, as tecnologias da informação e a comunicação oferecem várias maneiras de reunir idiomas e culturas com rapidez e qualidade. A comunicação é indispensável no processo migratório para famílias transna-

cionais, que utilizam vários meios para manter laços emocionais e resolver dificuldades. Identidades e culturas se misturam em processos migratórios, e a comunicação se transforma em uma temática importante para a compreensão profunda das causas que levaram diferentes grupos e indivíduos à migração, seus desafios, estratégias e resiliências.

A mídia é composta pelos instrumentos, plataformas e formas de transmissão necessários para materializar as comunicações. Seu papel na sociedade é inquestionável, seja por sua natureza informativa ou de entretenimento; a partir dela, uma parcela importante da população é cultural e intelectualmente nutrida. É um instrumento de socialização, a partir do qual informações vitais podem ser obtidas, sentimentos e crenças podem ser modelados, facilitando reflexões que seguirão reverberando nos indivíduos por ele interceptados.

Portanto, é por meio da mí-

dia que ideias e mensagens são transmitidas para um amplo público, através das tecnologias da informação. Ela abarca canais como a televisão, o rádio, o meio digital, entre outros. Essas tecnologias podem ser especificadas de acordo com o tipo de linguagem que reproduzem, por suas técnicas e instrumentos relacionados.

Estudos no campo migratório reforçam a importância de circuitos de comunicação transnacional em que pessoas migrantes estabelecem amplas redes de comunicação digital, por meio de diferentes canais, interligando indivíduos de suas comunidades e nações de origem.

Tecnologias como telefones celulares e bancos eletrônicos também possibilitam o estabelecimento dessa rede, uma vez que facilita o envio de remessas de dinheiro para familiares distantes. Para pessoas em contextos de mobilidade humana, tecnologias permitem o gerenciamento de recursos econômicos, facilitam o

processo comunicativo em tempo real com familiares e amigos nas regiões de origem, em trânsito e no destino, além de permitir que pessoas migrantes acessem informações essenciais para sua integração no novo país.

A Web Rádio Migrantes faz parte desta rede, e está situada na Missão Paz, instituição que há 40 anos oferece serviços de acolhimento e auxílio para a organização social de pessoas migrantes, para além de atuar na incidência política pelos direitos destas pessoas no âmbito federal. Localizada no centro da capital do estado de São Paulo, a Missão Paz, anteriormente conhecida como Pastoral do Migrante, iniciou os seus trabalhos em 1940 na Paróquia Nossa Senhora da Paz e era, inicialmente, um espaço religioso e social dedicado aos imigrantes italianos que moravam na região, oriundos de um país que, naquele momento, se encontrava em situação de guerra.

A instituição nasceu do trabalho da Congregação dos Missionários de São Carlos Borromeu – Scalabrinianos, ordem religiosa internacional fundada em 28 de novembro de 1887 pelo Beato João Batista Scalabrini¹, que tinha grande preocupação com os pobres e imigrantes italianos disseminados

pelo mundo. Ao longo das décadas seguintes, os Scalabrinianos expandiram sua missão para apoiar migrantes internos, além de migrantes de diferentes nacionalidades e refugiados. Trazendo para o contexto presente, dados de 2022 apontam que, naquele ano, a Missão Paz atendeu mais de 66 nacionalidades, oferecendo acolhimento, dignidade humana e auxílio de diferentes ordens para migrantes e refugiados que batem à sua porta.

Para atender o fenômeno migratório (que começou a fazer ainda mais parte da realidade brasileira), a Rede Scalabriniana de Comunicação rendeu-se ao gênero de rádio, recorrendo às ferramentas tecnológicas desenvolvidas para a internet a serviço da migração, em vista de fortalecer a liberdade de se cruzar continentes.

O início desta experiência de comunicação para, e com os migrantes, se deu em 2009 na região sul do Brasil, a partir dos esforços do missionário Sergio Gheller. Seu objetivo era colocar pessoas migrantes em contato com seus familiares pelas ondas do rádio.

Complementando essa experiência, alguns anos depois, registra-se uma nova etapa na comunicação: a fundação da Web Rádio Migrantes, também com o Padre

Scalabriniano Sergio Gheller que, em 2013, resolve institucionalizar uma rádio que mantivesse seu caráter humanitário, com uma comunicação ancorada no conceito de responsabilidade social, inteiramente voltada para a pessoa, independentemente de sua origem, raça ou credo religioso. Operando a partir da máxima que os meios de comunicação são, atualmente, os principais construtores de sentido, abastecendo nosso arcabouço para a interpretação da realidade, dos estereótipos, das informações/dados que alimentam, configuram, confirmam ou desmentem visões do mundo.

Ao montar uma sucursal em São Paulo em 2013, já contando com avanços de tecnologias, sistemas de comunicação e das redes sociais, que permitiriam a transmissão de informações pela internet, pôde-se ampliar o público envolvido, atendendo também imigrantes oriundos de países de idioma hispano que tiveram São Paulo como cidade de destino – sendo este, também, o maior grupo de imigrantes atendidos nos espaços da Missão Paz naquele momento. Destes esforços, que deram início a uma nova fase na comunicação para e junto de pessoas migrantes, nasceu a Web Rádio Migran-

tes, inaugurada em 9 de julho de 2013, e que, até hoje, busca romper barreiras para aqueles que estão longe de sua terra natal, de seus familiares, seus amigos etc.

Com a chegada da imigração haitiana no Brasil, em 2014, um novo grupo imigrante, uma nova cultura, um novo idioma passou a ser contemplado na programação da Web Rádio Migrantes, agora com o intuito de agregar mais histórias que circulavam pela Missão Paz – uma pequena amostra do universo que é a imigração na cidade de São Paulo. Para além, a Web Rádio Migrantes se afina às práticas inovadoras da comunicação para o Bem-viver².

Em 2015, através de diferentes plataformas online a web radio começou a transmitir diferentes eventos promovidos para debater a temática migratória, conquistando uma maior visibilidade e passando a ser um veículo que contribui para ampliar o debate sobre questões sociais, culturais, políticas envolvendo migrantes e refugiados.

O ano de 2016 marcou o início dos Diálogos do Centro de Estudos Migratórios. Esse formato apresenta seminários nos quais são debatidos diferentes temas sobre a realidade migratória e

¹ O Beato João Batista Scalabrini, mediante seus escritos e ações do final do século XIX, foi o catalisador da vivacidade intelectual e do dinamismo pastoral, esboçando parâmetros possíveis para o bom convívio entre diferentes povos e para a valorização da diversidade humana e cultural ao iniciar um serviço pastoral voltado para a mobilidade humana.

² O bem-viver é uma expressão de denúncia das formas de discriminação, exclusão e exploração no mundo, ao mesmo tempo em que constitui um anúncio de uma vida digna. Nesse sentido, é uma "proposta esperançosa de uma boa convivência entre sociedades e com a natureza, que, para se legitimar, deve ser incorporada ao cotidiano de nossas sociedades" (CONTRERAS, 2019, p. 25).

do refúgio no Brasil, também se envolvendo em atividades de incidência política a partir dos debates sobre a nova lei migratória, então em fase de construção.

Em 2017, a rádio abriu sua programação para veicular conteúdos em outros idiomas como o espanhol, o francês, o inglês, com a participação ativa de migrantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, Equador, Espanha, Filipinas, Haiti, Paraguai, Venezuela, entre outros.

Buscando aprimorar as bases da sociedade do Bem viver, em 2018, a rádio passou por um esforço de sistematização de seu trabalho, por meio de um projeto da Signis America Latina intitulado “Sistematização de práticas inovadoras de Comunicação para o Viver Bem/Bem Viver”, com a apresentação da experiência inovadora da Web Rádio Migrantes em Quito/ Equador, na Universidade Simon Bolívar. Os resultados destes esforços deram origem ao livro *“El Buen-Convivir y Bien-Transformar en la Comunicación”*.

A sociedade do Bem-Viver e do viver bem é uma sociedade a ser construída. Uma sociedade de solidariedade para com todos os povos. O direito à comunicação, como abordagem conceitual-política, e a democratização dos modelos de mídia, com reconhecimento em marcos normativos e políticas públicas necessárias para garantir seu exercício, são reflexos de importância primordial nos debates sobre o Bem-

-Viver. Trata-se de novas práticas sociais e modos de vida baseados na relação harmoniosa entre os seres humanos, seu ambiente social e natureza.

A comunicação orientada pelo bem-viver na Web Rádio Migrantes busca garantir, para migrantes e refugiados, e em conjunto com eles, o direito de falar e de serem ouvidos em qualquer parte do mundo, proporcionando-lhes paz espiritual através de interações que, ao menos, diminuam por algumas horas do dia, da noite, ou da madrugada a sensação de solidão, a distância da família, de sua cultura. Este esforço contribui também para amenizar a nostalgia e a saudade que rodeiam migrantes e refugiados mundo afora.

O meio digital, como plataforma de veiculação da Web Rádio Migrantes, comprova sua eficácia na redução destas distâncias. Pode-se dizer que este meio amplia o horizonte dos que mais aguardam por uma notícia da sua terra de origem ou de destino, por uma palavra acolhedora, por uma canção, pela sintonia do “eu” com o “mundo”. A proposta inicial da experiência foi a de se estabelecer uma comunicação direta com migrantes e refugiados, já que a vulnerabilidade do processo migratório deixa marcas e cicatrizes em seus atores.

Esse processo resulta do empenho de voluntários comprometidos e atuantes, na condição de migrantes, refugiados, apoiando

e contribuindo com suas visões e vivências para a construção dos programas, focando na diminuição de distâncias, e na aproximação de pessoas/ouvintes.

Assim, ano após ano, a Web Rádio Migrantes foi incrementando sua programação e agora, 24 horas no ar, apresenta programas variados, com música e informações sobre migração e refúgio no Brasil e no mundo, além de temas da política, legislação e sociedade local que afetam diretamente a vida de pessoas migrantes e refugiadas no país. O conteúdo oferecido pela rádio exprime a necessidade de disseminar conhecimento sobre direitos, bom convívio e vivências fortalecedoras e enriquecedoras vindas dos mais diversos grupos de pessoas, das mais variadas culturas.

É um espaço aberto às pessoas migrantes e refugiadas, que podem, inclusive, produzir seu próprio conteúdo para integrar a programação da rádio. Dessa forma, a rádio promove a experiência de se comunicar com os seus e com o outro em um espaço dinâmico, de multiculturalidade.

A partir desse processo de amadurecimento, é possível afirmar que, atualmente, este projeto visa alcançar os mais diversos setores da sociedade para impulsionar cada vez mais a temática migratória no debate público, a despeito da falta de recursos para a sua ampliação. Mobilizar todos da instituição filantrópica Missão Paz é

o início, recorrer ao poder do rádio é a base para proporcionar muitos encontros.

DESAFIOS

O maior desafio da Web Rádio Migrantes é uma integração mais ampla com migrantes e refugiados, dada a heterogeneidade desta população, consequência da confluência e acumulação de diferentes fases e fluxos migratórios de características tão diversas. Afinal, são também diversos os desafios que se colocam na integração social, cultural e profissional destas pessoas.

A começar pelo desafio da regulamentação migratória. A situação de irregularidade se traduz em grandes dificuldades na integração em todos os âmbitos da vida, na condição de migrante, sobretudo no que tange os aspectos mais elementares da vida social, como a atividade econômica, profissional, de saúde, educação e espiritual.

Em segundo lugar, o desafio do aprendizado do novo idioma. Afinal, a possibilidade de se comunicar é fundamental para o sucesso da integração, seja no plano pessoal ou no da inserção sócio-profissional.

Em terceiro lugar, o desafio da validação de eventuais certificações escolares e profissionais. Há muita resistência de empregadores, além de muitos obstáculos burocráticos para o reconhecimento das certificações obtidas nos países de origem. Este fator

constitui uma séria limitação para oportunidades de mobilidade social para pessoas migrantes. Trata-se, das inúmeras dificuldades para se reconhecer seus diplomas e competências profissionais, possibilitando-lhes melhor colocação no mercado de trabalho. Nesta situação, o Estado está diretamente envolvido no que se refere ao reconhecimento das competências profissionais e à capacitação e qualificação do indivíduo imigrante. Uma ação concreta, nesse sentido, é a criação de meios para que as organizações empregadoras possam recebê-los. Deste modo um passo importante é contar com um sistema de fiscalização que oriente juridicamente e de acordo com a legislação trabalhista.

Finalmente, a integração depende da existência de expectativas de mobilidade social, não apenas para os próprios imigrantes, mas também para os seus descendentes. Garantir a progressão escolar dos filhos de pessoas imigrantes é um desafio que, quando bem-sucedido, facilitará a integração da chamada segunda geração, e aumentará as possibilidades de integração simbólica da primeira.

O migrante, em novas terras, sofre algo como um novo parto. O adulto, não raro, fica em situação de vulnerabilidade social. Os jovens tendem a interpretar a nova realidade como um roteiro de filme hollywoodiano ou de livros de literatura, amenizando as

adaptações drásticas e dificuldades. Adultos e jovens, ambos com medo do desconhecido. É inegável a dor de deixar tudo e todos: país, familiares e amigos para trás.

A despeito dos múltiplos problemas e conflitos sociais, guerras, contextos distantes de qualquer diálogo para se obter paz absoluta, a verdade é que a terra natal de alguém, muitas vezes, figura como a sua zona de conforto, onde é ser pertencente e onde aprendeu seus costumes. É um ato de coragem sair e recomeçar a vida em uma nova sociedade, com idiomas e costumes diferentes dos da sua terra de origem. É preciso desenvolver estratégias, agência, resiliência para enfrentar problemas relacionados à solidão, desemprego, xenofobia, falta de um ombro amigo para se divertir ou desabafar. A nova sociedade figura um universo desconhecido a ser desbravado.

Pode ser visto como guerreiro que deixa sua casa, a família e vai para a batalha tendo como únicas armas a esperança, humildade e o pensamento positivo, a bravura de saber que terá muitas caídas e tropeços, mas que conseguirá erguer-se e dará continuidade a ba-

talha para vencê-la. A esperança que faz levantar é a mesma para permitir o imigrante enxergar o lado positivo de cada experiência, seja ela positiva ou negativa.

Os amigos conquistados, a nova língua a qual um dia será fluída, a nova cultura, contribuem para pensar em algo para melhorarmos como seres únicos que somos diante do diferente. Como se saísse do ventre pela segunda vez, esse ser humano luta como se fosse a primeira vez. Logo, a dor passa e inicia-se o crescimento batalhando contra todas as adversidades; positivo e alegre com os novos amigos, as novas aventuras que formam o legado de cada guerreiro. Isso é a imigração.

Considerando os objetivos dos seus projetos, a Web Rádio Migrantes tem proporcionado a capacitação comunicativa da comunidade, planejando, produzindo, aperfeiçoando e empoderando os produtores dos diferentes estúdios de rádios, focando na população migrante e refugiada. Mesmo desconhecendo o ritmo desse universo radiofônico, todos os participantes em sua condição de migrante e/ou refugiado obtiveram a capacitação e tornaram-

-se voluntários ativos divulgando sua cultura dos diversos países, os de origem ou passagem recente, através da veiculação na rádio de programações informativas.

Observando a evolução positiva dos resultados colhidos, vislumbramos aproveitá-los em possibilidades futuras, para o ensino profissionalizante voltado às crianças e jovens em um centro de comunicação de rádio de ensino-aprendizagem. O objetivo é viabilizar a formação em um processo contínuo, embasado e contribuinte para as comunidades locais, regionais, nacionais e internacionais de pessoas migrantes.

A COMUNICAÇÃO PARA A CONVIVÊNCIA

Transcorridos dez anos de transmissão da Web Rádio Migrantes, algumas realidades foram identificadas como importantes. Dentre elas destacam-se a transformação das novas tecnologias, as quais permitem uma comunicação livre e digital com fácil acesso e manuseio como no caso de uma Web Rádio. A época da globalização permeia uma visibilidade maior na gestão dos meios de comunicação frente aos

desafiadores fenômenos sociais que são a migração e refúgio, vivenciadas por milhões de seres humanos.

A internet é um meio de comunicação que mudou radicalmente a sociedade humana, e a Web Rádio Migrantes está inserida nesse momento histórico. Nesse contexto, a Missão Paz, é o espaço que abriga este canal de comunicação para ampliar o diálogo e os debates visando incidência política sobre o debate migratório, por acreditar ser o rádio um instrumento direcionador.

Dentro dessa perspectiva, a Web Rádio Migrantes é aberta e gratuita à comunidade. Um espaço que oferece ensino orientado para a comunidade escolar, bem como oferta um espaço de potencial protagonismo aos estudantes na área da comunicação.

As novas tecnologias contribuem com a comunicação, principalmente nas ações coletivas, proporcionando a trocas de saberes e as aplicando na própria comunidade envolvida. Embora sejam protagonistas, é necessário também que reflitam sobre suas responsabilidades neste processo. A Web Rádio Migrantes está aberta para instruir aos que querem se beneficiar do poder da rádio, da comunicação e das novas tecnologias.

A migração e a diversidade cultural são estruturantes na sociedade moderna, que precisam de

respostas visando uma integração e coexistências efetivas. Um fato social total, como disse Abdelmalek Sayad (1998). Isso significa substituir as políticas de intervenção tradicionais, que surgem em respostas a emergências, visando a integração participativa. Numa sociedade em constante movimentação e marcada pela heterogeneidade de origens e culturas, a integração, o acolhimento dos migrantes passou a ser um desafio cada vez maior.

A melhoria dos meios de comunicação revelou-se fundamental na melhoria dos processos migratórios, permitindo um contato mais fácil e rápido das pessoas migrantes com tudo que os rodeia. As tecnologias de informação e comunicação vêm abrir novas perspectivas, através de novas formas de expressão e socialização, da redução das desigualdades sociais e da promoção da inclusão e integração social. Neste contexto, a Web Rádio Migrantes deixa o convite a todos os leitores, para que somem aos nossos esforços de construir um espaço legitimamente democrático, acolhedor e transformador.

REFERÊNCIAS

CONTRERAS, Baspinera Adalid. **El buen - convivir y bien - transformar en la comunicación: sistematización de prácticas innovadoras para el buen viaje**. Quito: Signis ALC, 2019.
OIM. World Migration Report 2024. IOM, UN Migration, 2024. <https://worldmigrationreport.iom.int/>. Acesso em: 29/07/2024.
SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.



CORPO EM TRAVESSIA - REFÚGIO NA DANÇA: REFLEXÕES SOBRE O MÉTODO BAILARINA- PESQUISADORA- INTÉRPRETE COM MULHERES MIGRANTES E REFUGIADAS

Isabela Ferraz Davies

Isabela Ferraz Davies
Formada em Administração com especialização em Relações Internacionais pela UFPR e se dedica ao apoio a migrantes e refugiados. Atua ativamente no Conselho Municipal de Segurança Alimentar, onde coordena o grupo de trabalho voltado para pessoas em situação de vulnerabilidade, também exerce a função de primeira secretária no Conselho do Meio Ambiente da Subprefeitura da Sé. Atualmente faz parte do programa de pós-graduação na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, no curso de Geografia Humana, aprofundando seus conhecimentos para contribuir ainda mais com causas sociais e ambientais.

Muito se pesquisa sobre a tortuosa travessia de migrantes e refugiados para países distantes de sua terra natal e as dificuldades enfrentadas por eles nessa trajetória incerta, até a ansiosa chegada ao seu destino, seja ele temporário ou final. Porém, há poucos relatos que se aprofundam na reflexão de como episódios decorrentes dessa jornada, compõem a identidade corporal dessas pessoas e como essas marcas revelam em seus movimentos uma vida atravessada por traumas e novos começos.

Todos nós trazemos em nossa composição corporal e estrutural, gestuais herdados de nossos rastros familiares, memórias de experiências individuais e aspectos advindos dos contextos social,

político, econômico e cultural aos quais fomos expostos, moldando nossa forma de ser e estar no mundo. Corpos migrantes que cruzam continentes em busca de uma vida digna, carregam em si, a fusão de todos os sentimentos e impressões vividas em suas caminhadas que são gradativamente cristalizadas em seus corpos. Esta caminhada frequentemente traçada por dificuldades emocionais e preocupações financeiras, é costurada pela fina linha de incontância comum à essa população, ao mesmo tempo que, habitam esses mesmos corpos, registros do alívio da chegada, a alegria do re-encontro familiar, histórias de coragem, manifestações de fé e a breve euforia de estar em um novo lugar para recomeçar.

É percebendo o corpo como uma bagagem repleta de informações, como um arquivo de experiências, que o método Bailarina-Pesquisadora-Intérprete, criado pela Prof. Dra Graziela Rodrigues se debruça e oferece uma oportunidade de facilitar oficinas e sessões de dança, onde tanto os participantes, quanto a bailarina pesquisadora, sejam embebidos pelas ações de movimentos que emergem a partir dos encontros e das memórias. O BPI foi utilizado nas oficinas de dança realizadas na Casa do Migrante, um abrigo da congregação Scalabriniana, por ser um método artístico de pesquisa e criação em que todos colaboram, uma vez que cada um manifesta individualmente suas potências criativas ao passo que

fortalecem uma estrutura coletiva, expressando suas emoções e ideias por meio do movimento em conjunto. Esse método tem um grande potencial de aproximar pessoas dispostas a se deixar levar pelo fluxo dos movimentos e as interações com o grupo. Quando se trabalha com o corpo, a qualidade da interlocução entre os presentes, compõe o pano de fundo para a arte do movimento, conceito trazido por Rudolf Laban (1950), bailarino conhecido como o pai da dança moderna que identificou quatro fatores do movimento humano: o corpo, o espaço, o tempo e o fluxo.

Semelhança e coincidência com a mobilidade humana, a dança e a migração constituem-se dos mesmos fatores para que se realizem, em ambas, o pulsar dos corpos pede espaço demandando novos fluxos para suas existências. A dinâmica do movimento coletivo, a comunicação não verbal entre os participantes, o estudo da organização espacial dos movimentos e seus aspectos qualitativos como o ritmo, compõe a rica cesta de elementos observados na pesquisa que vão além de técnicas corporais.

Este relato visa extrair reflexões sobre a subjetividade dos corpos migrantes nessa experiência com a dança compartilhando suas reações e sensações expressadas durante e após as oficinas oferecidas. Parte-se da hipótese de que, além das necessidades concretas, como documentação, moradia,

emprego e recursos financeiros, a adaptação de migrantes em novas realidades requer também a integração de suas afetividades. Foi importante no período pesquisa de campo, observar a todo momento limites emocionais e fisiológicos dos participantes, uma vez que os desdobramentos que os corpos acessaram nessas vivências trouxeram à tona emoções muito íntimas, que só puderam emergir pela confiança tecida coletivamente.

Para seguir a descrição da oficina, se faz necessário o entendimento do conceito que assumimos da dança nesse contexto, sendo assim, é importante pensarmos a dança em seu aspecto mais livre, sendo o corpo o instrumento fundamental e o movimento o seu elemento enquanto linguagem artística. Podemos imaginar a partir disso, inúmeras formas de usar, criar e manifestar essa arte. Nesse caso, a dança foi abordada sem a expectativa de parecer esteticamente bela, tecnicamente correta ou cronometricamente ensaiada, fazendo sua utilização de forma e conteúdo mais terapêutica e menos artística.

O desenvolvimento do trabalho corporal com as mulheres migrantes, teve como base a metodologia intitulada Inventário do Corpo, que consiste em um reconhecimento da estrutura física e suas conexões com as origens. Em períodos de significativos ajustes de rota e mudanças de contexto

familiar e social como é o caso de pessoas migrantes, dedicar um tempo para conversar com o próprio corpo reativando memórias afetivas e fortalecendo seu tônus muscular pode ser um respiro na realidade imposta às vidas que estão em um intenso fluxo de alterações de perspectivas.

As oficinas na Casa do Migrante, aconteceram durante trinta dias, duas vezes por semana. Algumas sessões foram bastante intensas com muita partilha e aprofundamento de questões pessoais, outros dias não houve quorum, especialmente quando alguma das colegas partiam para seu próximo destino, deixando as que ficavam tomadas pelas preocupações relacionadas ao seu próprio futuro ou pela tristeza da despedida. Descrevo abaixo em detalhes a experiência do primeiro encontro com as migrantes, que foi particularmente especial dada a organicidade como se deu.

Devido ao dinamismo do abrigo não havia como prever as nacionalidades do público que estariam presentes no dia da oficina, e por isso planejei o primeiro encontro optando pelo uso de imagens para facilitar uma aproximação sem a necessidade do uso excessivo de algum idioma, que poderia conduzir a atividade para uma dimensão racional e mental o que não era a intenção.

RELATO

Ao entrar na sala, vejo em torno



de 12 mulheres de idades variadas e algumas crianças animadas com a oficina de dança divulgada semanas antes através de um cartaz na porta do refeitório. Convidei então o grupo a tirar os calçados, sentar no chão formando um grande círculo, me apresentei brevemente em português e expliquei sem muitos detalhes a proposta do encontro. Descobri pela resposta corporal afirmativa que elas compreendiam o que eu dizia e logo entendi que se tratavam de mulheres angolanas.

Impulsionada pelos olhares curiosos, dei início ao Inventário do Corpo sem mais delongas. Iniciamos a experiência da consciência corporal onde demonstrei em mim mesma o passo a passo do despertar do corpo para que elas repetissem. Começamos pelo pé esquerdo acordando cada dedo, esticando um por um com cuidado e depois torcendo-os para um lado e para o outro. Mostrei como poderiam massagear as partes do pé Tateando todo o espaço que há desde os metatarsos até os calcaneares e as conduzi a testar a sua mobilidade segurando seus tornozelos e fazendo movimentos circulares para dentro e para fora. Experimentamos juntas sentir cada vão e contorno dos dedos, delineamos bordas e extremidades e ativamos a planta do pé com leves batidinhas no chão. Percebi pelos risos tímidos que estavam

atentas às minhas demonstrações e interessadas na atividade. Sugeri a elas que percebessem cada uma seu próprio pé, atentado-se a pequenas tensões, incômodos e inchaços. Permiti que levassem o tempo que quisessem nesse processo sensorial e de cuidado consigo mesma para que trouxessem atenção e carinho nos toques. Ao finalizar essa primeira parte, pedi que posicionassem um pé ao lado do outro e sentissem a diferença entre eles. Uma das meninas que deveria ter não mais do que 07 anos, respondeu prontamente exclamando alto: - A diferença é que um está dormindo e o outro está acordado! Em seguida, soltou uma gargalhada espontânea digna da beleza da infância que fez com que todo o grupo risse junto concordando com a síntese tão sucinta e verdadeira da pequena. Alguns segundos de riso coletivo trazem benefícios extraordinários nesse tipo de trabalho, pois abre uma janela de fluidez e leveza para o encontro, deixando os presentes mais à vontade.

Aproveitei o momento de descontração para projetar na parede uma das imagens de pés descalços que havia selecionado previamente no planejamento da atividade. Retomei o diálogo com uma reflexão sobre a importância dos nossos pés que nos carregam para todos os lugares, nos conduzem a novos caminhos e

nos sustentam na vida. Enquanto falava sobre isso, pedi a elas que fizessem o mesmo procedimento de reconhecimento corporal no pé direito enquanto eu passava sem pressa imagens de pés em diversos contextos. Falei que tanto os pés quanto nosso corpo trazem em si a nossa história e que momentos de cuidado e amor nos fortalecem pois nos relembram de onde partimos e onde estamos. O grupo estava reflexivo com as provocações e pouco a pouco se sentiam mais confortáveis para compartilhar momentos de suas trajetórias que as marcaram fortemente. Não me preocupei com o tempo que essas conversas tomavam, pois é justamente a partir das trocas de experiências da vida que o ambiente se torna um espaço de confiança, permitindo posteriormente que o corpo expresse histórias nunca contadas.

Vimos em torno de vinte imagens diferentes e após cada uma delas tivemos risadas e comentários puxados pela euforia das crianças ao ver pés na areia, na lama, na terra, pés dançantes, pés de bebê, entre outros. As mulheres compartilhavam suas saudades, lembravam de momentos em seu país de origem e comentavam as diferenças de pisar em solo de chão batido e pisar na grama do Brasil. As duas crianças presentes cheias de energia para gastar ajudaram em todo o processo a construir uma

proximidade entre as adultas, pavimentando um caminho informal e amigável durante toda atividade. Era fácil ouvir a alegria contagiante das meninas para quem estava fora da sala, despertando também a curiosidade dos homens migrantes e de alguns funcionários que passavam pelo corredor.

Entre um slide e outro e uma memória e outra eu seguia dando instruções mais precisas para garantir que os dois pés estivessem acordados o suficiente para a próxima atividade. Finalizamos a ativação dos pés e ainda sentadas em círculo em clima de “bate-papo” propus que cada uma pensasse em sua vida e refletisse sobre a pergunta: Por onde teus pés já caminharam que te trouxe alegria?

Houve uma breve pausa de silêncio rapidamente interrompida pelas vozes das crianças que competiam na intensidade do tom para garantir que fossem ouvidas. Muitas mulheres trouxeram a palavra igreja como sendo a principal recordação de alegria, outras mencionaram, quintal da casa da família, praias e restaurantes, duas se mantiveram caladas, infelizmente não houve tempo o suficiente para compreender se esse silêncio era cansaço, timidez ou solidão. Os registros emocionais, o resgate de memórias e valores culturais se integram na corporeidade e através do movimento são reveladas histórias não contadas em palavras mas que foram incorporadas passo a passo na tra-

vessia de suas vidas. No trabalho com o corpo, todas as emoções são bem vindas pois fazem parte da nossa estrutura corpórea e ainda que não nos aprofundemos em questões específicas de tais emoções, essas sensações encontram seu lugar quando se tem um núcleo amoroso onde reconhecemos nossos corpos, respeitamos o silêncio alheio e aceitamos nossas histórias.

Após essa partilha, sugeri que levantássemos para darmos continuidade ao nosso Inventário agora percebendo outras partes do corpo, como panturrilhas, pernas e coxas. Caminhando pelo espaço da sala, pedi que observassem individualmente seus tônus corporal e o movimento completo que o pé faz ao dar o primeiro impulso do caminhar desde o calcanhar até o avançar adiante passando pela planta do pé e concluindo nos dedos. Fizemos essa observação por algum tempo, ao som das crianças entusiasmadas com seus desequilíbrios e tropeços. Movimentamos os membros inferiores, relaxando a perna, soltamos o quadril em movimento circular e depois no formato do símbolo do infinito. Ao chegarmos no tronco, fizemos exercícios de alongamento e soltura da coluna, curvando para frente e para trás, abrindo e fechando ombros, ampliando também a mobilidade da parte torácica. Movimentamos o pescoço em diversas direções, ativamos braços, mãos e dedos,



nesse momento já com as participantes animadas e enérgicas com todo o fluxo de energia corporal. Ao mexer toda a estrutura do corpo, pulando, soltando, torcendo e girando, era perceptível a liberação das tensões acumuladas pelas risadas que emergiam a cada mudança de ação de movimento permitindo que os desejos individuais de cada corpo pudessem se expressar. O ambiente invocava alegria e leveza, e essa combinação somada à confiança, fazia a vergonha se esconder e abria espaço para a livre expressão sem julgamentos, onde brincadeiras e

diversão eram bem vindas.

Uma hora após o início da oficina e o silêncio usual pré-jantar da Casa do Migrante havia sido substituído por risadas altas e danças em roda. Não levou muito tempo de intensa descarga de energia, para que as participantes já se sentindo mais à vontade, pedissem para que eu colocasse música tradicional de Angola e comesçassem a dançar livremente. Dançando em um círculo, elas me ensinavam seus passos, formas de movimentar o quadril e me convidavam a acompanhar seu ritmos e cantorias.

O jeito diferente de bater o pé no chão, ora com o calcanhar ora com a ponta dos pés, os movimentos sincronizados e independentes e o entrelaçamento carinhoso dos braços ao dançar em roda, ampliou nosso campo de troca permitindo que histórias e memórias de todas as mulheres se cruzassem tecendo um ninho acolhedor. Eu, como bailarina pesquisadora, também permiti que esses atravessamentos incorporassem a minha estrutura física e sutil enriquecendo meu repertório técnico corporal. Dançamos juntas diferentes ti-

pos de músicas angolanas, eufóricas com tantos estímulos e movimentos. O fim da atividade chegou com o horário do jantar regado a abraços apertados e pedidos por outros encontros. No planejamento da atividade, a finalização do dia seria feita de forma a acalmar os ânimos gradativamente, levando-as para um momento de relaxamento e silêncio para assentar a vivência no corpo. Porém optamos deixar fluir o que emergia no momento, a partir dos desejos das participantes e o primeiro encontro terminou assim, quase que sem um fim, se prolongando nos encontros seguintes onde tivemos oportunidade de experimentar novos ambientes e aprofundar outros elementos do corpo em trânsito.

As sessões seguintes foram cada uma diferente da outra, como é comum nesse tipo de pesquisa, porém todas iniciavam com o reconhecimento corporal, em seguida de uma atividade de reflexão antes dos movimentos livres. Tivemos a oportunidade de fazer encontros em ambiente aberto com os pés direto na terra e explorar o espaço no entorno e as diferenças dos solos já pisados, fizemos uma sessão que ao trabalhar a mobilidade da parte torácica, pescoço e cabeça conversamos sobre mágoas, dores emocionais e rumos que a vida havia trazido, teve encontro que teve cantos e não dança e teve também encontro com lágrimas

de cansaço e alívio. Cada um delas trouxe informações diferentes sobre as trajetórias de vida.

CONCLUSÃO

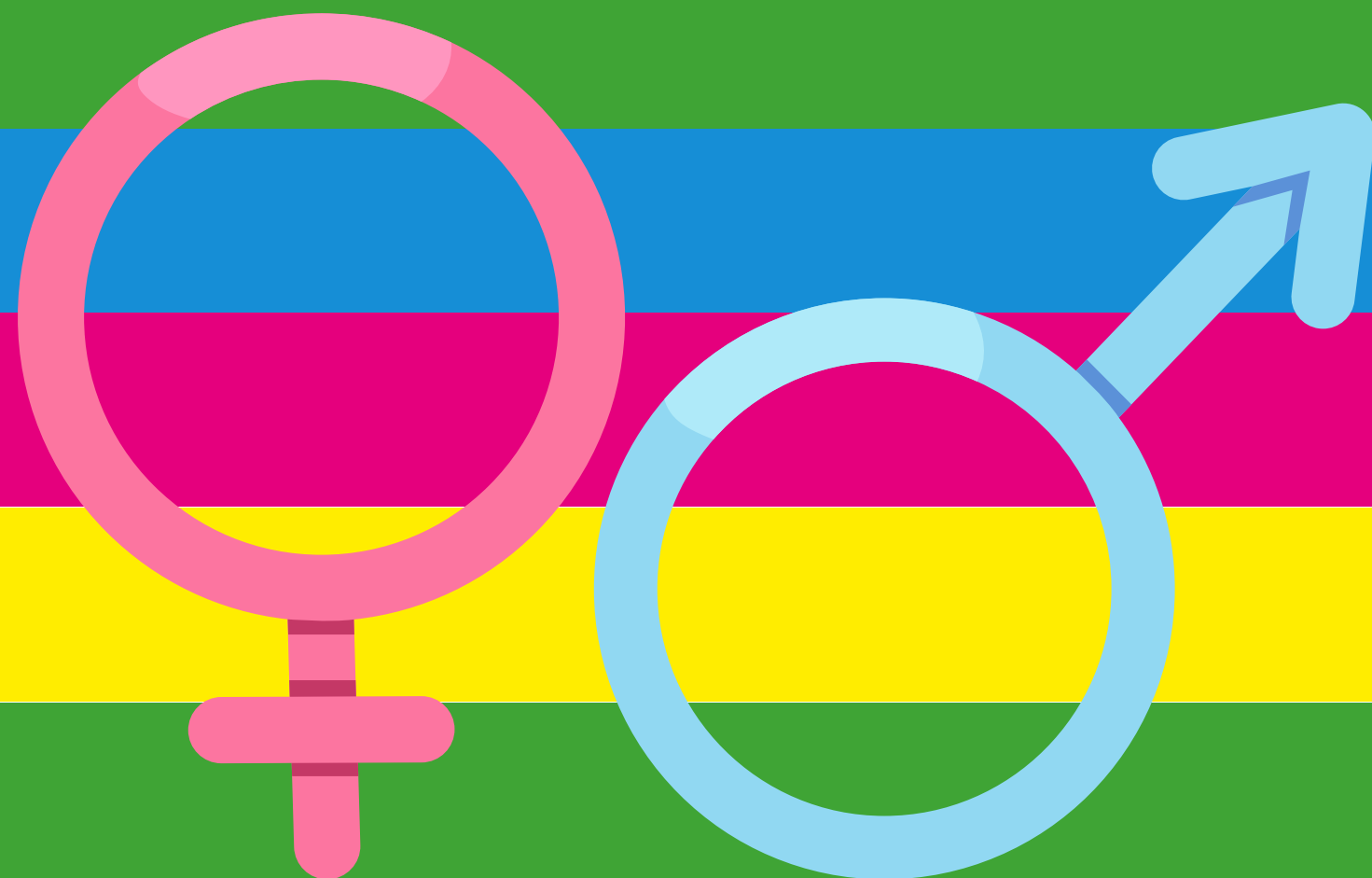
Há na cultura, na arte e na dança uma fresta pela qual pessoas de países completamente distintos em suas manifestações artísticas, podem ultrapassar obstáculos de timidez e insegurança e levados pela arte do movimento se abram para uma troca genuína quando há uma rede de cuidado estabelecida mesmo que temporariamente. A partir da experiência vivenciada, percebe-se que as relações de confiança, o afeto e as trocas nesse momento da vida dos migrantes, contribuem para o fortalecimento de suas identidades e criam relações mais fluidas para eles e seu entorno que estão imersos em diferentes costumes e culturas. Em conversa com a coordenação do abrigo, foi mencionado que algumas migrantes que pouco se falavam antes, passaram a sentir mais intimidade entre si e a se ajudarem nas dificuldades diárias.

A experimentação do corpo ao mesmo tempo que serve como uma pausa nos pensamentos inquietos das preocupações que por vezes isolam e adoecem pessoas migrantes, os transportam para momentos de descontração abrindo espaço no corpo para novos fluxos de movimentos. O trabalho corporal auxilia na absorção fisiológica e social das recentes

mudanças e acontecimentos a um corpo agora percebido em outro território, em uma nova dimensão espacial, fazendo essa adaptação de forma mais sutil e enraizadora simultaneamente. Tais experiências expressam o poder da criação de vínculos e memórias afetivas entre as pessoas, contribuindo para que elas se sintam melhor e mais fortalecidas em suas novas realidades, superando as barreiras das culturas e fronteiras.

A forma como nos percebemos como indivíduos nos orientam e direcionam nosso caminhar pelo mundo. Nós enquanto partes que compõem um país acolhedor como o Brasil, podemos proporcionar aos migrantes um novo início atentos não somente a demandas práticas dos migrantes mas a integração de seus sentimentos e emoções contribuindo para a construção de um ecossistema que cuida do ser humano em sua plenitude. A Casa do Migrante se diferencia de outros abrigos por seu olhar cuidadoso baseado no carisma ensinado por Dom Scalabrini, fundador da congregação a qual o abrigo pertence, que preza pelo respeito às diversidades e a preservação das diferentes culturas acima de tudo. Que nossos encontros com os migrantes sejam uma fonte de inspiração para nos tornarmos seres humanos mais gentis e solidários nos permitindo sermos atravessados por caminhadas repletas de histórias e esperança.





O COLETIVO CONVIVA DIFERENTE NAS FRONTEIRAS ENTRE A PANDEMIA E AS DESIGUALDADES DE GÊNERO.

ALEXANDRA CRISTINA GOMES DE ALMEIDA
LEANDRO MODOLO PASCHOALOTTE

Alexandra Cristina Gomes de Almeida
Mestra e Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos. Pós-doutoranda em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de São Paulo. Pesquisadora do PROMIGRAS Saúde e Migração - Grupo de Pesquisa em Processos de Migrações Internacionais e Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. Ativista e professora voluntária do Coletivo Conviva Diferente.

Leandro Modolo
Sociólogo sanitário. Doutor em Ciências Sociais/UNESP. Pesquisador de doutorado junto à Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da UNICAMP no programa de Saúde Coletiva e membro pesquisador da Iniciativa Brasil Saúde Amanhã - Prospecção Estratégica do Sistema de Saúde Brasileiro/Agenda 2030 / Fiocruz.

INTRODUÇÃO:

O Brasil foi um dos epicentros da pandemia do Covid-19 em 2021 e a população que reside no território brasileiro se viu imersa em uma profunda crise socio sanitária sem precedentes. As consequências negativas no campo econômico se deram, principalmente, sobre a diminuição da renda per capita das classes mais pobres, as quais englobam a maioria da população imigrante residente no país. Segundo um artigo publicado no Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), o empobrecimento de parte da população decorre das medidas de “ isolamento social, incompatíveis com a estrutura da economia informal que se realiza no comércio de rua e nos pequenos estabelecimentos” (2020).

A pandemia submeteu as populações imigrantes a uma precariedade das condições de vidas, pois muitas dessas pessoas tiveram de se arriscar a contrair o vírus pela necessidade de saírem de suas casas para trabalhar. E os riscos se agravavam porque em caso de adoecimento estas pessoas recorrem ao sistema de saúde público, mesmo que em períodos estejam saturados nos processos de atendimentos emergenciais. Essa realidade mostrou o lado perverso do nosso país com as populações imigrantes, tal como com as camadas mais pobres do povo brasileiro. O mapeamento da situação das populações imigrantes

durante a pandemia por Covid-19 evidenciou as históricas e estruturais questões raciais, geracionais, de gênero e outros marcadores de desigualdades que perpassam as trajetórias desses grupos populacionais (Granada et al., 2021; Zapata, Rosas, 2020; Antonucci, 2021; Santos, Costa, 2020; Sampaio, Almeida et al., 2023).

A exemplo do acirramento e precarização das condições de vida, o ITTC (Fofano, 2020) relatou a história de uma senegalesa que precisou viver de pão e água por três dias, pois o dinheiro para a compra de gás e comida já havia acabado. Em entrevista publicada pelo Brasil de Fato (Sudré, 2020), Carla Aguillar, assistente social do Centro de Apoio da Pastoral do Imigrante (CAMI), relatou o quanto imigrantes e refugiadas que trabalhavam formalmente e, principalmente, aquelas que atuavam no mercado informal de trabalho foram duramente atingidas pela pandemia, comprometendo a fonte de renda.

Se antes da crise sanitária muitas dessas pessoas já padeciam por ter uma baixa renda, com as medidas do isolamento social, o rendimento financeiro tornou-se ainda mais parco, o que impactou milhares de imigrantes e suas famílias, que deixaram de ter condições para arcarem com os custos dos itens mais básicos de sobrevivência como: moradia (aluguel), energia, água, alimentos e entre outros. Há muitos relatos de des-

pejos e famílias que passaram a acolher umas às outras, num ciclo de solidariedade em que numa casa onde se viviam duas ou três pessoas, com a pandemia passou a abrigar cinco, seis ou mais imigrantes (Sudré, 2020).

Tanto a entrevista com Aguillar quanto o artigo do ITTC (Fofano, 2020), mostram como a informalidade e a *gig economy* (Abílio, 2020) são fatores determinantes na vida econômica imigrante e refugiada no Brasil. De acordo com o ITTC, parte da população estrangeira no Brasil possui como fonte de renda a atuação no mercado informal através da venda de alimentos, tecidos, roupas ou artigos eletrônicos. E esta informalidade atinge principalmente as mulheres imigrantes – 65% das entrevistadas não possuem qualquer vínculo empregatício, atuando como empregadas domésticas, babás, cabeleireiras e manicures. Ratificando, portanto, que diferentemente dos homens, as mulheres imigrantes não ocupam nem 30% dos postos de trabalho formais, como indica os estudos do relatório anual do Observatório das Migrações Internacionais do ano de 2020 (OBMigra, 2020). Além do mais, mesmo aquelas que conseguem se inserir no mercado formal não conseguem a se estabelecer por muito tempo em seus empregos, sofrendo com a intermitência (OBMigra, 2020).

Como apontam Cavalcanti e

Oliveira (2020), a pandemia teve efeitos negativos mais fortes em estados da região Sudeste e Nordeste. Em São Paulo, por exemplo, no primeiro semestre de 2019 houve cerca 1.000 admissões a mais que demissões, contudo, em 2020 no mesmo período houve um saldo de 1.136 demissões a mais que admissões. Os pesquisadores também destacaram que os efeitos da pandemia no mercado formal de trabalho foram mais intensos para as mulheres do que para os homens imigrantes, pois o volume de contratações até junho de 2020 apresentou uma redução de 27,5% para as mulheres comparado a 2019, já para o gênero masculino a redução foi de 16,1% (2020: 33).

Esta realidade sobre as mulheres imigrantes se fez presente nos registros e dados do Coletivo Conviva Diferente. Desde abril de 2020, em razão do agravamento da pandemia, o Coletivo expandiu a atuação para além do ensino de português como língua de acolhimento e passou, também, a organizar doação de cestas bá-

cas para alunas e alunos. No decorrer de um ano de doação se observou um aumento no número de mulheres solicitando cesta básica e – quando havia disponível – kit de higiene. As adversidades e restrições impostas aos grupos de imigrantes interrelacionam situações de explorações econômicas, discriminação cultural, de gênero e racial (QUESADA et al. 2011). E, infelizmente, essa realidade também permeou os relatos que o Coletivo Conviva Diferente¹ recebeu de alunas e alunos ao compartilharem seus problemas e dificuldades econômicas agravadas pelas medidas de restrição de isolamento social.

Este texto busca contribuir na caracterização da realidade de parte da comunidade de imigrantes que vivem na zona leste de São Paulo, especificamente, nas regiões de Guaianases e em Lajeado; a fim de expor, a partir de alguns casos por nós vivenciados, o quanto as mulheres imigrantes ficaram mais expostas às vulnerabilidades sociais durante o isolamento social.

UM BREVE HISTÓRICO DA ATUAÇÃO DO COLETIVO CONVIVA DIFERENTE:

O Coletivo Conviva Diferente surgiu em 2014, quando a idealizadora e cofundadora Erika Butikofer somou sua relação pessoal com o tema da migração à observação da crescente cobertura da imprensa nacional, em meados de 2013, sobre a chegada vários imigrantes e refugiados no país (BUTIKOFER, 2019).

No primeiro ano de atuação do Conviva Diferente, em 2014, uma das voluntárias, até então assistente social no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop Barra Funda – SP), identificou um aumento expressivo de atendimentos a imigrantes que solicitavam auxílio e informações sobre trabalho e moradia. Ela observou que uma maioria de imigrantes indicava um mesmo endereço, onde à época se localizava uma igreja nigeriana. Com esta informação, a cofundadora e a voluntária visitaram o local e descobriram que o espaço também funcionava en-

¹ O Coletivo atua, desde 2016, em uma das regiões mais pobres da cidade de São Paulo, no extremo leste da cidade, nos bairros de Guaianases e Lajeado. Segundo dados de georreferenciamento da Cáritas Arquidiocese de São Paulo de 2018, das pessoas refugiadas e imigrantes atendidas 55% residem na Zona Leste, especialmente, São Mateus e Itaquera, localidades limítrofes com Guaianases e Lajeado.

quanto abrigo para a acolhida da população nigeriana. Deste encontro surgiu o convite para ministrar aulas de português e prestar atividades pontuais de assistência social, tal como acompanhamento para abertura de conta bancária, empregabilidade e solicitação de documentos. A parceria com a igreja nigeriana durou até dezembro de 2015 (BUTIKOFER, 2019).

Em sequência, o Coletivo passou a atuar no Centro de Integração e Cidadania do Imigrante (CIC Imigrante), localizado na Barra Funda. O local conta com outros serviços de atendimentos a imigrantes e refugiados, como Defensorias Públicas Estadual e Federal, e o Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT). Já os cursos de capacitação e de idiomas eram administrados por organizações civis (BUTIKOFER, 2019).

A presença de cursos de português para imigrantes e refugiados faz parte do cenário político da

cidade de São Paulo desde 2013, e entre estas diversas iniciativas a maioria se concentra nas áreas centrais da capital paulista ². Com o aumento dos fluxos migratórios a partir de 2014 ocorreu uma distribuição territorial dos sujeitos migrantes, que passaram a residir em regiões mais periféricas do município. A exemplo, Guaianases atraiu imigrantes em razão da oferta de aluguéis sem empecilhos burocráticos, pois não havia obrigatoriedade de fiadores ou comprovantes de seguro-fiança.

Assim, no ano de 2016 o Coletivo transferiu o curso de português para a região de Guaianases ³, com a motivação de atender um maior número de imigrantes. Para tanto, concretizou uma parceria com Centro Educacional Unificado Jambeiro (CEU-Jambeiro), que concedeu o uso das salas de aula aos sábados de manhã. Desde então, até os dias atuais, o Coletivo atua na região com suas aulas e

confraternizações, estimamos que nestes 8 anos já passaram mais de 500 alunos em nossas salas de aula.

O ALERTA DA PANDEMIA:

Era março de 2020 quando o Coletivo iniciava o cronograma de atividades do primeiro semestre. A primeira aula ocorreu no dia 07 daquele mês e, como era de costume, no primeiro encontro do ano se realizou o cadastro de pessoas interessadas no curso. Para o segundo encontro tínhamos programado o atendimento itinerante do Centro de Atendimento de Referência ao Imigrante (CRAI), que oferece orientações sociais, jurídicas ou de regularização migratória para todos os participantes do curso (BUTIKOFER, 2020) e para imigrantes moradores da região de Guaianases e Lajeado. Porém, a atividade acabou sendo desmarcada um dia antes, após a coordenadora do CEU Jambeiro comunicar a paral-

sação de todas as atividades do local para as medidas de prevenção ao avanço do Covid-19.

Diante do impasse, o Coletivo debateu a necessidade de organizar o curso de português no módulo de ensino a distância, pois acreditava-se que o isolamento se estenderia por poucas semanas. Contudo, com as notícias sobre o recrudescimento da pandemia, ficava cada vez mais evidente que a proposta de ensino a distância não poderia ser a prioridade de atuação, outros problemas saltavam aos olhos e ouvidos. Muitas alunas e alunos passaram a contactar as professoras e professores do Coletivo para relatarem dificuldades pessoais que se acirravam pelo isolamento social. Relatos de demissões em razão da quarentena, impedimentos e entraves no recebimento e envio de remessas financeiras ao exterior, dúvidas sobre direito ao auxílio emergencial para imigrantes, redução dos orçamentos familiares inviabilizando pagamento de aluguel e a compra de mantimentos necessários à subsistência. Situações cotidianas que obrigaram a maioria das famílias e imigrantes a não se isolarem, as necessidades de garantir empregos e/ou manter al-

gum sustento através de serviços informais eram imperativos.

Diante desses relatos, a cofundadora do Conviva contactou a rede de líderes comunitários de Guaianases a fim de obter mais informações sobre as condições de outros imigrantes, refugiados e brasileiros residentes no território. A partir disso, se soube da mobilização de grupos civis e religiosos locais para captar recursos destinados à doação de cestas de alimentos e kits de higiene às famílias mais necessitadas naquele primeiro momento.

Para prestar apoio às ações das entidades e sociedade civil de Guaianases e região, o Coletivo elaborou uma Carta-Manifesto com o intuito de publicizar as precariedades e dificuldades que imigrantes, refugiados e moradores de Guaianases vinham enfrentando, pois era cada vez mais evidente a situação de vulnerabilidade social, quando não de miséria.

Embora a ação visasse aumentar a visibilidade do contexto de Guaianases e apoiar as ações que já ocorriam dentro do território, a estratégia se ampliou. A Carta-Manifesto se transformou em um documento para pressionar os órgãos públicos a fim de

dar maior atenção à situação dos imigrantes e refugiados durante a pandemia. O documento foi enviado às Secretarias Municipais de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (SMDHC), Assistência e Desenvolvimento Social e da Saúde (SMADS), ao gabinete do prefeito de São Paulo e, por fim, para representantes do legislativo. Por último, a Carta-Manifesto serviu como base para criar o abaixo-assinado *Imigrantes e refugiados precisam de ação do poder público!* ⁴, aumentando a pressão popular sobre este (BUTIKOFER, 2020).

Paralelamente, o Coletivo debateu internamente a urgência de prestar maiores assistências aos alunos e alunas. Assim, consciente de que era preciso mobilizar uma ação assistencial, o grupo organizou doação de cestas de alimentos através de um financiamento entre os próprios professores e amigos próximos. A primeira doação aconteceu no mês de abril de 2020 e contemplou 51 alunos, sendo 29 custeadas pelo Coletivo e 22 pelo Instituto Accordes⁵ – a partir de articulação realizada por membros do Conviva.

A Carta-Manifesto circulava entre os órgãos públicos competentes e alcançou notorieda-

² Para mais informações consultar o relatório "Mapeamento de Cursos de Português Oferecidos pela Sociedade Civil no Município de São Paulo" (2019) organizado pela Coordenação de Políticas Para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente (CPMIg-TD) da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (SMDHC).

³ Neste ano, eu comecei a auxiliar o Coletivo como professora em Guaianases. Naquele momento, eu e mais dois professores atuamos no território. As fundadoras e outro professor finalizaram a última turma do curso de português que ainda frequentavam o CIC Imigrante. Já no primeiro semestre de 2017 todos os professores passaram a atuar em Guaianases, pois a demanda de estudantes foi tão alta que formou 3 turmas de diferentes níveis: iniciante, básico e intermediário.

⁴ O programa é uma iniciativa da prefeitura e de diversas entidades da Sociedade Civil Organizada para ajudar pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, segundo a página oficial do programa, a ação permanecerá ativa durante todo período de calamidade pública decorrente do COVID-19.

⁵ O Instituto Accordes foi fundado em 2008, está localizado na cidade de São Paulo, e seu foco é o programa de inclusão social para crianças, adolescentes e jovens, através da prática e ensino de música.

de tanto no meio político, quanto nos meios midiáticos através da publicação de matérias no Portal Vermelho (Pereira, 2020) e no site MigraMundo (Delfim, 2020). Como resultado, a Carta-manifesto teve apoio de vinte e cinco entidades entre organizações, igrejas, associações de imigrantes, movimentos sociais, comunidades indígenas, cátedras e programas de diversas universidades (BUTIKOFER, 2020). Em pouco tempo, a prefeitura de São Paulo atendeu ao pedido da Carta-Manifesto e ao abaixo-assinado através da inclusão do Coletivo Conviva Diferente ao programa *Cidade Solidária: Ação de Voluntariado de São Paulo contra o Coronavírus*, destinando cem cestas básicas para serem distribuídas a população imigrante residente em Guaianases.

Para receber a doação, contudo, era necessário ter Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); como o Coletivo não possui, foi necessário estabelecer parcerias. O Centro de Apoio e Pastoral do Migrante (CAMI) se responsabilizou por receber as cestas para depois repassar ao Conviva. Mas, mesmo com apoio do CAMI, a atuação do Conviva na linha de frente com o público imigrante era marcada por muitas dificuldades, tendo em vista a ausência de um espaço físico para distribuição e carência de recursos financeiros. Assim, para garantir a distribuição das cestas, a Igreja Batista haitia-

na, localizada em Lajeado, cedeu o espaço do seu salão para realizar a distribuição, local conhecido por boa parte das alunas e alunos, além de ser próximo da residência da maioria deles.

A ATUAÇÃO DO COLETIVO CONVIVA DIFERENTE E AS PARTICIPAÇÕES DAS MULHERES IMIGRANTES:

Os alunos atendidos pelo Coletivo giram em torno 124 estudantes por ano e abarcam distintas nacionalidades – a participação majoritária é de pessoas haitianas, que corresponde a 95% do total de estudantes, seguidos com 3% da Nigéria e 1% da República Dominicana. O que queremos chamar atenção neste espaço, todavia, é a composição de *gênero* dos alunos que frequentavam as aulas do Coletivo Conviva Diferente antes e durante a pandemia, e a mesma composição no contexto de doação de cestas durante a pandemia.

Em 2018, os números revelam que 32% dos alunos se identificavam com o gênero masculino, 17% com o feminino e 51% não manifestou nenhuma opção de gênero. Em 2020, entre os 90 estudantes que preencheram a ficha de cadastro para as aulas, 70% assinalaram a opção do gênero masculino e 30% feminino.

Por que trazer estes números sobre o marcador de gênero dos estudantes do Coletivo Convi-

va Diferente? Entendemos que, quando relacionados estes dados com a lista de imigrantes que se mobilizaram para coleta das cestas básicas, eles revelam características importantes sobre as questões de gênero (Butler, 2003) e migrações femininas no contexto brasileiro.

Ao longo de todo ano de 2020 foram distribuídas 1247 cestas de alimentos. O critério para quem recebia a doação foi simples: incluir todas as pessoas que frequentaram a primeira aula do curso naquele ano, além de ex-alunos e ex-alunas que participavam do grupo da rede social *Whatsapp* e mantinham relação com o Coletivo. Nas primeiras listas de 2020 os contemplados somavam apenas 60 nomes, não atingindo o total de 100. Destas 60 pessoas cadastradas, 37 eram mulheres, aproximadamente 62% e 23 homens (38%), sendo que, destes últimos, 10 eram de pais de família (44% do total de homens, e 17% do montante geral). Já a lista de março de 2021, com um total de 97 cadastrados, apresenta 51 mulheres (52%), 46 homens (48%) sendo 6 homens pais de família (13% do total de homens, e 6% do montante geral).

Destacamos nesses dados dois aspectos importantes quanto ao marcador de gênero dos imigrantes. O primeiro é a disparidade entre a presença das mulheres em sala e na coleta de cestas – obser-

va-se que em 2020 a disparidade é gritante, 30% de mulheres em sala e 62% na coleta de cestas⁶. O segundo aspecto é a diferença entre mulheres, mães de família, e homens, pais de família, na coleta de cestas – observa-se, em 2020, novamente, uma disparidade gritante: as mães foram mais que o triplo em relação aos pais na coleta de cestas, e em 2021, mais que o quádruplo.

Isto nos indica que a pandemia atualizou a micropolítica de gênero entre os imigrantes, expondo algumas características patriarcais da sociabilidade imigrante no Brasil. Se, por um lado, elas já apresentavam uma baixa frequência nas aulas pelas “dificuldades” inscritas no trabalho reprodutivo, com a criação de filhos e cuidado de idosos, próprio ao que Silvia Federici (2021) deu o nome de “patriarcado do salário” – mecanismo estrutural de restrição das oportunidades econômicas e sociais para as mulheres, por outro lado, na coleta das cestas elas foram predominantes. Essa era

parte, justamente, das tarefas relacionadas diretamente ao trabalho reprodutivo não-remunerado com base na célula familiar sob julgo do “patriarcado do salário”, algo que, se somado com os dados da divisão de gênero entre mães e pais na coleta de cestas, expõe ainda mais o papel de gênero ao qual elas são submetidas e evidencia que a pandemia reforçou os processos de opressão sobre as mulheres imigrantes. A contar que elas tiveram redobradas as suas responsabilidades e dificuldades de cuidar dos filhos, já que parte do trabalho reprodutivo mantido pelo Estado com as creches e aulas nas escolas públicas estiveram suspensas e foram, naturalmente, as mães que se sobrecarregaram com as obrigações do cuidado da família – além é claro da falta de postos de trabalho que impuseram às mulheres imigrantes serviços na maioria das vezes mal remunerados e/ou sem direitos trabalhistas (Marinucci, 2020).

Vale lembrar que as mulheres

imigrantes ainda ocupam menos de 30% dos postos de trabalho formais, quando comparado com os homens imigrantes (Tonhati; Macêdo, 2020). A exemplo, em 2019, das 39.813 carteiras de trabalho emitidas para mulheres imigrantes, apenas 28.096 foram contratadas no mercado formal no mesmo ano. O que significa que 11.717 mulheres imigrantes não exerceram nenhuma atividade de trabalho formal, sendo submetidas a informalidade e/ou serviços precarizados. Se voltarmos os olhos especialmente para a mudança no eixo migratório que vem se processando tendencialmente no Brasil, dado o crescimento das rotas migratórias Sul-Sul (Tonhati; Macêdo, 2020), portanto, as características são confirmadas quando a atenção é dedicada na inserção das mulheres no país, no que tange, a dificuldade no acesso ao mercado de trabalho formal.

Se tomarmos as imigrantes haitianas como um exemplo, em 2016 elas representavam 46% das carteiras de trabalho emitidas

6 Importante registrar que, por razões da crise socio sanitária, o Coletivo Conviva Diferente não teve condições de oferecer aulas presenciais em 2021, e os esforços de aulas à distância não tiveram adesão dos alunos.

entre o total de mulheres imigrantes⁷. Quando nos voltamos para o nicho de inserção laboral, as mulheres haitianas ocupam, principalmente, atividades de faxina, seguido pelos andares mais baixos na linha de produção da indústria e, em terceiro, de auxiliares em serviços de alimentação – o chamado “3D jobs”, “dirty, dangerous and demeaning” (CONNELL, 1993 apud TONHATI; MACÊDO, 2020: 130)⁸. A pandemia só agravou esta condição, reproduzindo e atualizando modelos de vida de sociedades altamente estratificadas e precarizadas (Dutra, 2013).

Em resumo, a experiência do Conviva constatou formas de atualização das características patriarcais da sociabilidade imigrante no Brasil, bem como as suas interconexões com o mercado de trabalho generificado, que além de expor sistematicamente as

mulheres a condições de trabalho piores que os homens, colocam as mulheres imigrantes à trabalhos cada vez mais precarizados (Dutra, 2013; Botega, 2018; Tonhati e Macêdo, 2020).

Com isto em mente, cabe também demonstrar qualitativamente algumas situações vivenciadas por parte das mulheres que estiveram vinculadas às nossas doações de cestas de alimentos e kits de higiene; e que confirmam nossa análise, como veremos a seguir.

Ana⁹ chegou ao Brasil oriunda do Haiti, em 2019, com o esposo e uma filha. A relação do casal foi marcada por grave violência doméstica, comprovada por muitos boletins de ocorrências e pelo triste relato de Ana. A história dela chegou ao Coletivo através de um ex-aluno do Conviva Diferente, que nos solicitou ajuda e apoio ao caso de Ana. Em resumo, o seu

marido a abandonou e deixou ela e a criança em situação de extrema precariedade. Dado que, ao sair de casa, o marido confiscou o cartão do Bolsa Família¹⁰ que estava no nome dela e ele não repassou nenhum recurso financeiro à ex-esposa e filha, ambas começaram a enfrentar necessidades de todas as ordens. Para agravar a situação, Ana não dominava a língua portuguesa, o que a prejudicou na busca por emprego e na tentativa de solucionar a situação do seu cartão social. Para não ficar totalmente desamparada, outra mulher imigrante a acolheu em sua casa. Depois, Ana aceitou a ajuda de uma professora do Coletivo, que a orientou e acompanhou (intermediadora cultural) em todo seu processo no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)¹¹. Foram meses até a assistente social conseguir

cancelar o cartão que estava em poder do ex-marido e solicitar um novo cartão à imigrante. Diante da possibilidade do ex-marido procurá-la e ela ficar suscetível a mais violência doméstica, ela precisou mudar de endereço e, neste ínterim, passou a dividir a residência com outra imigrante, e ambas se apoiaram durante a pandemia com a divisão dos custos de casa e com a criação das respectivas filhas. Ana passou a receber o Bolsa Família e a cesta de alimentos por meio do Conviva Diferente. Hoje, Ana busca se reerguer trabalhando no comércio de rua através da venda de alimentos.

Há outras situações de dificuldades e restrições que nossas alunas enfrentaram no contexto de pandemia, como é o caso da nigeriana Gabriela, uma das primeiras alunas do Conviva Diferente em Guaianases. À época, ela era dona de um dos poucos restaurantes nigerianos da região. Atualmente, trabalha como cozinheira em outro restaurante no próprio bairro. Mas com os *lockdown*, a clientela do estabelecimento reduziu drasticamente. Ela contou que passou a depender da doação da cesta de alimentos para auxiliar no orçamento da casa. E somado às dificuldades financeiras, Gabriela tem um grave

problema na coluna e necessita de uma cirurgia. Com a crise sanitária, consequentemente, o chamado do Sistema Único de Saúde se prolongou e ela segue trabalhando com dor e com uma drástica redução no seu orçamento.

Outro caso relacionado é o de uma mãe que luta para que seu filho saia da dependência química. O filho, um rapaz haitiano cujo nome estava inserido lista de cestas de alimentos do Conviva, deixou de comparecer para retirar a cestas por dois meses consecutivos. O coletivo considerou retirar o nome do jovem visto a sua ausência, porém a mãe dele e um amigo do rapaz foram em um dia da entrega para explicar a situação do rapaz que vinha sofrendo com a dependência química – ele já havia abandonado o trabalho e se encontrava em situação de rua. A mãe, uma mulher com idade avançada, demonstrava desespero e tristeza pela situação do filho, porque não sabia como e onde procurar ajuda. Assim, ela pediu se poderia retirar a cesta de alimentos, pois precisava alimentar as pessoas de sua família, já que o filho não conseguia mais ser o provedor da família. Diante de tal circunstância, uma das professoras do Conviva orientou a senhora como buscar tratamento

e ajuda ao filho no CRAS e manteve a mãe como a responsável pela retirada da cesta básica nos meses seguintes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Segundo Oliveira e Tonhati (2022), os números de registros de residência temporária e permanente concedidos a imigrantes internacionais no Sistema de Registro Nacional Migratório (SisMigra) revelam transformações na última década, principalmente, sobre a participação de mulheres, crianças e adolescentes nos deslocamentos internacionais. No ano de 2011, o SisMigra registrou um total de 74.339 imigrantes, sendo 24.262 mulheres (32,6%), 4.363 crianças (5,9%) e 4.959 adolescentes (6,7%). Em 2021 registrou-se um aumento de 151.155 imigrantes, sendo 67.772 registros de mulheres (44,8% do total), 29.795 crianças (19,7% do total) e 14.555 adolescentes (9,6% do total). Portanto, comparando os anos de 2011 e 2021, o número de mulheres imigrantes registradas em 2021 é aproximadamente 3 vezes maior comparado à década anterior. Os pesquisadores destacam que apesar desse crescimento, esses números foram impactados pela pandemia de Covid-19. Ocorreu uma redução no número

7 Em 2019 há uma mudança desse percentual em consequência da chegada de imigrantes venezuelanas, assim, 63% das carteiras foram emitidas para venezuelanas, seguido com 20% para as haitiana e cubanas com 5%.

8 Esse termo surge inicialmente no Japão como expressão de 3K: kitanai, kiken, kitsui, que foi traduzido para o inglês como “dirty”, “dangerous”, “demanding”, em português seria “sujo, perigoso e difícil/exigente”. Assim essa concepção espalhou-se na literatura sobre migração e trabalho” (TONHATI; MACÊDO, 2020: 130).

9 Todos os nomes são fictícios na intenção de proteger todas as pessoas envolvidas.

10 Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde.

11 O CRAS é um local público onde são oferecidos os serviços de Assistência Social. Neste espaço qualquer cidadão pode acessar

os seguintes serviços: a) realizar o Cadastro Único; b) orientação sobre benefícios sociais; c) apoio para resolver dificuldades de relacionamento e de cuidados com os filhos; d) acessar serviços, benefícios e projetos de assistência social; e) orientação em casos de violência doméstica; f) orientação sobre outros serviços públicos.

de solicitações de refúgio e vistos de permanência durante a pandemia. Isso se deu em decorrência da paralisação das atividades da polícia federal durante os primeiros meses da pandemia, delongando os processos de regularização de documentos durante os anos de 2020 e 2021, e em razão das portarias emitidas durante esse período proibindo a circulação de pessoas entre fronteiras¹².

Outra característica apontada por Oliveira e Tonhati (2022) é que, a partir de 2016, as solicitações de refúgio para Brasil apresentaram uma predominância expressiva no eixo Sul-Sul, principalmente, de países latino-americanos, Caribe, africanos e asiáticos. No ano de 2019, as duas principais nacionalidades de mulheres que solicitaram refúgio foram venezuelanas e haitianas.

Tal expressivo aumento da presença de mulheres nos registros formais de imigração no país, indica a urgência e necessidade de políticas específicas, sobretudo na geração de trabalho e renda, saúde e educação. O processo de inserção dessas mulheres no mercado de trabalho formal, na maioria das vezes, é em funções laborais que demandam longas jornadas e baixa remuneração salarial. E os números oficiais retratam essa realidade: em 2011 a

média salarial de mulheres imigrantes era de R\$8.283 (a maioria delas eram imigrantes do hemisfério norte e incorporadas em cargos de liderança). Já em 2020, a média salarial reduziu para R\$4.326 – sendo que o salário médio na contratação em 2021 foi de R\$2.052 e, atualmente, com a presença majoritária de imigrantes do Sul Global, acolhidas humanitariamente ou pelo Acordo de Residência do Mercosul (Oliveira; Tonhati 2022).

Infelizmente, os relatos das vivências do Coletivo Convi-va Diferente durante a pandemia evidenciam e exemplificam os problemas do fenômeno da “feminização das migrações” (Tonhati; Macedo, 2020; Tonhati; Cordova, 2021) no Brasil, no sentido de trazer visibilidade à participação das mulheres nos fluxos migratórios, com os desdobramentos das condições de vidas e circunstâncias que precarizam a vida destas mulheres no deslocamento de fronteiras. Embora imigrar traduza uma atitude de resiliência, ou seja, um ato de protagonismo, uma estratégia de busca por melhores condições de vida individual e/ou para famílias, também é preciso notar a outra face da moeda: a da vulnerabilidade e a da maior exposição a condições de explo-

ração (BOTEGA, 2018), tal como a atualização dos processos dominação patriarcal e de generificação do qual falamos.

Durante a pandemia, a realidade na entrega das cestas pelo Convi-va expôs o aumento expressivo de mulheres que solicitaram apoio e ajuda, expressando parte da realidade encontrada nos dados oficiais sobre as imigrações no país. E apesar do processo de migrar para muitas mulheres terem diversas razões e motivações, a função das atividades de subsistência, geralmente atribuídas a elas, penalizam-nas ainda mais por assumirem a responsabilidade do trabalho reprodutivo, de prover as famílias no país de residência e na pátria de origem. É urgente a necessidade de mudança desse cenário, e uma maneira de contribuir nesta direção é evidenciar alguns dados a fim de potencializar políticas públicas efetivas e específicas para essas mulheres imigrantes e suas famílias.

REFERÊNCIAS:

ABÍLIO, L. C. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? Estudos Avançados. 2020;34(98):111-26. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142020000100111&script=sci_arttext>. Acesso em: 29 Mar. 2021.

ANTONUCCI, N. Mover-se ou não mover-se? As múltiplas pandemias a partir de trânsitos e narrativas de uma solicitante de refúgio lésbica ao Sul Global. REMHU: Revista Interdisciplinar da

12 Houve diversas portarias e a mais emblemática foi a Portaria nº120 de 17 de março de 2020, que impactou, especificamente, a população venezuelana, porque proibiu a circulação de pessoas entre as fronteiras Brasil e Venezuela, com o pressuposto de conter a disseminação do vírus.



Mobilidade Humana, v. 29, n. 61, p. 145-160, 2021.

BERTOLDO, J. Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos. Rev. katálisis, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 313-323, May 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592018v21n2p313>>. Acesso em: 29 Mar. 2021.

BOTEGA, T. Dignidade humana e mulheres migrantes. 2018. Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios. Disponível em: <https://www.csem.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Dignidade_humana_e_mulheres_migrantes.pdf>. Acesso em: 27 de mar. 2021.

PEREIRA, A. B.; SIQUEIRA, D. V. L. T.; BUTIKOFER, E.; MACIEL, J.; COSTA, K. Imigrantes e refugiados da periferia de São Paulo em meio à pandemia. 2020. Disponível em: <<https://www.vermelho.org.br/2020/03/31/imigrantes-e-refugiados-da-periferia-de-sao-paulo-em-meio-a-pandemia>>. Acesso em: 17 out. 2023.

BUTIKOFER, E. Alteridade e Periferia: haitianos e africanos em Guaianases. 2019. (Monografia em Especialização em Direitos Humanos, Diversidade e Violência) – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Universidade Federal do ABC, Santo André (SP), 2019.

----- De vírus, Máscaras e cestas básicas: imigrantes da periferia de São Paulo em tempos de Pandemia. In: BAENEGER R.; VEDOVATO, L. R.; SHAILE, N. (Coord.); ZUBEM, C.; MAGALHÃES, L.F.; PARISE, P.; DEMÉTRIO, N.; DOMENICONI, J. (Org.) Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19. Campinas: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó - Nepo (Unicamp), 636p. 2020. Disponível em: <<https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/miginternacional/miginternacional.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

----- Corpos em aliança e a política das ruas. Notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, W. F. Os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a imigração e o refúgio no Brasil: uma primeira aproximação a partir dos registros administrativos. In: Cavalcanti, L.; Oliveira, T.; Macedo, M., Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020. Série

Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RE-LAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf>. Acesso em: 03 abril 2021.

DELFIN, R. B. De campanhas a vídeo-aulas, ações visam ajudar imigrantes em SP e Rio em meio ao Covid-19. 2020. Disponível em: <<https://migramundo.com/de-campanhas-a-video-aulas-acoes-visam-ajudar-imigrantes-em-sp-e-rio-em-meio-ao-covid-19>>. Acesso em: 17 out. 2023.

FEDERICI, S. O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo. Boitempo Editorial, 2021.

GRANADA, D.; GRISOTTI, M.; DETONI, P.; CAZAROTTO, R.; OLIVEIRA, M. C. Saúde e migrações: a pandemia de Covid-19 e os trabalhadores imigrantes nos frigoríficos do Sul do Brasil. Horizontes Antropológicos, v. 27, n. 59, p. 207-226, 2021.

OLIVEIRA, T.; TONHATI, T.; Mulheres, Crianças e Jovens na Migração Internacional no Brasil. Em: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Relatório Anual OBMigra 2022. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

FOFANO, J. J. Migrantes e os labirintos da economia informal. Instituto Terra, Trabalho e Cidadania. Disponível em: <<http://ittc.org.br/imigrantes-e-os-labirintos-da-economia-informal>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

LISBOA, T. K.; BORBA, F. E. Feminização das migrações haitianas, transnacionalização dos vínculos familiares e processos de violências: apontamentos para o Serviço Social. Revista Gênero & Direito, v. 01, p. 134-159, 2022.

MARINUCCI, R. Feminização das migrações? Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 1-14, 2007. Disponível em: <http://www.csem.org.br/pdfs/feminizacao_das_migracoes_roberto_marinucci2007.pdf>. Acesso em:

QUESADA, J.; HART, L.; BOURGOIS, P. Structural vulnerability and health: Latino migrant laborers in the United States. Medical anthropology, v. 30, n. 4, p. 339-362, 2011.

SAMPAIO, M. L., ALMEIDA, A. C. G., SILVEIRA, C., MATSUE, R. Y., & MARTIN, D. (2023). Repercussões socio sanitárias da pandemia por Covid-19 para imigrantes e refugiados no Brasil: uma revisão narrativa da literatura. REMHU: Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana, 31(68), 219–239.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006814>>. Acesso em:

SANTOS, A. L.; ROSSINI, R. E.; Reflexões geográficas sobre migrações, desenvolvimento e gênero no Brasil. In: BAENINGER, R. (et al.). (Org.). Migrações Sul-Sul. 2aed. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2018, v., p. 277-295.

SUDRÉ, L. Refugiados sofrem com ausência de políticas e despejos durante a pandemia em SP. Brasil de Fato. 2 jul.2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/07/02/refugiados-sofrem-com-ausencia-de-politicas-e-despejos-durante-pandemia-em-sp>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

SANTOS, J. E. C.; COSTA, T. R.; Gender and COVID-19 in the context of the refugee and migrant population in the city of Manaus-Amazonas. Mundo Amazônico, v. 11, n. 2, p. 62-74, 2020.

TONHATI, Tânia; CORDOVA, Lorena. A feminização das migrações no Brasil: a inserção laboral de mulheres imigrantes (2011-2020). 2021. (Relatório de pesquisa). In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações.

TONHATI, T.; MACÊDO, M.; Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019). Em: Cavalcanti, L.; Oliveira, T.; Macedo, M., Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020OBMigra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf>. Acesso em: 03 abril 2021.

ZAPATA, G.; ROSAS, V. P. Structural and contingent inequalities: the impact of COVID-19 on migrant and refugee populations in South America. Bulletin of Latin American Research, v. 39, n. S1, p. 16-22, 2020.



COLETIVO CONVIVA DIFERENTE E OS MIGRANTES DA ZONA LESTE/ SP: ADAPTAÇÕES ÀS NOVAS REALIDADES PÓS PANDEMIA

Coletivo Conviva Diferente

Alexandra Cristina Gomes de Almeida
Mestra e Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos. Pós-doutoranda em Saúde de Coletiva pela Universidade Federal de São Paulo. Pesquisadora do PROMIGRAS Saúde e Migração - Grupo de Pesquisa em Processos de Migrações Internacionais e Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. Ativista e professora voluntária do Coletivo Conviva Diferente.

Caio da Silveira Fernandes
Possui graduação e mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, é bolsista de Pós-doutorado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). É pesquisador associado do "Observatório das Migrações de São Paulo" (UNICAMP) e integra o grupo de pesquisa "Mobilidades, Teorias, Temáticas e Métodos" (MTTM/USP).

Erika Andrea Butikofer
Doutoranda em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC (bolsista CAPES) e especialista em Direitos Humanos, Diversidade e Violência pela mesma instituição. Seus estudos focam em fluxos migratórios Sul-Sul, migração caribenha, alteridade e periferia. Co-fundadora do Coletivo Conviva Diferente, que desde 2014 atua com a população migrante dos novos fluxos em São Paulo, também é colaboradora em diversos grupos de estudos, incluindo o Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO - Unicamp), o Grupo de Estudos em Direitos Humanos e Relações Internacionais (GEDHRI - UFABC), o Grupo de Estudos e Pesquisa em Migrações Internacionais (MIGREPI - UFABC) e a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (UFABC).

Thauany Freire
Doutoranda em Geografia Humana na USP. Sua pesquisa (FAPESP | 20/06119-3), investiga as dinâmicas da territorialização da migração haitiana na metrópole de São Paulo. Atualmente, ela é pesquisadora visitante no Center for Place, Culture, and Politics (CUNY, New York), sob a orientação da Prof. Ruth W. Gilmore, e desenvolve atividades de pesquisa no Department of Latin American & Latino Studies (UIC, Chicago) sob a orientação de Soledad Álvarez Velasco. Seu período de estágio no exterior é financiado pela FAPESP (23/05169-5). Concluiu graduação e mestrado no Depto. de Geografia da USP, se dedicando a compreender o nexo entre deslocamentos populacionais e a reprodução do urbano capitalista. Participa do Observatório das Migrações de São Paulo e do grupo de pesquisa Geografia urbana: a vida cotidiana e o urbano.

Este relato de experiência tem como objetivo oferecer uma visão abrangente das situações vivenciadas em campo, com foco em nossa atuação em Guaianases, distrito da zona leste da cidade de São Paulo. Nele, abordamos a mudança no perfil dos alunos do nosso curso de português, e também compartilhamos as experiências dos membros do Coletivo, que oferecem assistência social e educacional em um equipamento socioassistencial, em resposta às demandas das mulheres haitianas da região. Além disso, exploramos nossa parceria com o grupo de professoras da Escola Municipal de Educação Infantil Adoniran Barbosa, localizada na Cidade Tiradentes, destacando, portanto, nossa atuação ampliada na zona leste. O objetivo principal deste relato é proporcionar uma compreensão mais aprofundada das diversas facetas das demandas enfrentadas e do nosso papel no curso de português para migrantes.

A retomada das aulas presenciais em 2023, após o período de pandemia de Covid-19, resultou em uma transformação no perfil dos alunos do Coletivo. Se antes da pandemia ocorria uma média de frequência de 124 alunos ao longo do ano, em 2023, 32 estudantes participaram dos encontros. Observou-se, especialmente, uma diminuição no número de alunos tradicionais oriundos do Haiti, já que muitos deles optaram por migrar em direção ao Norte

Global, especificamente para os Estados Unidos e Canadá. Apesar desse novo deslocamento entre fronteiras de haitianos, ainda no primeiro semestre de 2023 houve uma predominância de pessoas dessa nacionalidade na sala de aula. Os gráficos abaixo destacam a relação entre números e nacionalidades:

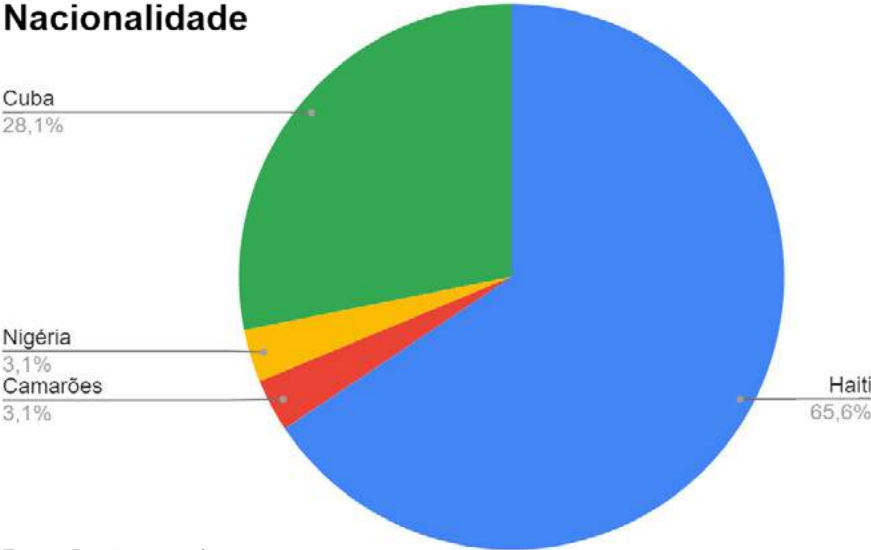
Por outro lado, a partir do segundo semestre, pela primeira vez desde que chegamos ao distrito de Guaianases em 2016¹, recebemos um novo grupo de alunos de origem cubana. A presença deles começou timidamente no

1 Nossa atuação no curso de português em Guaianases teve início no ano de 2016 e continua sendo ministrado no Centro Educacional Unificado (CEU) Jambeiro, localizado nas proximidades da estação de trem homônima.

2 Vale ressaltar que, além das mudanças no perfil dos alunos e da inclusão dos novos participantes cubanos, o formato do nosso curso também sofreu adaptações após o período de pandemia. Anteriormente, as aulas eram oferecidas semanalmente, aos sábados. No entanto, devido à diminuição na equipe de voluntários e às restrições de disponibilidade destes, o curso agora é ministrado presencialmente a cada 15 dias. Atualmente, contamos com apenas uma turma, cujo número máximo de alunos por aula é de 17.

Gráfico 1: Nacionalidade dos estudantes.

Nacionalidade



Nacionalidade	Porcentagem
Haiti	65,6%
Cuba	28,1%
Nigéria	3,1%
Camarões	3,1%

Fonte: Produção própria.

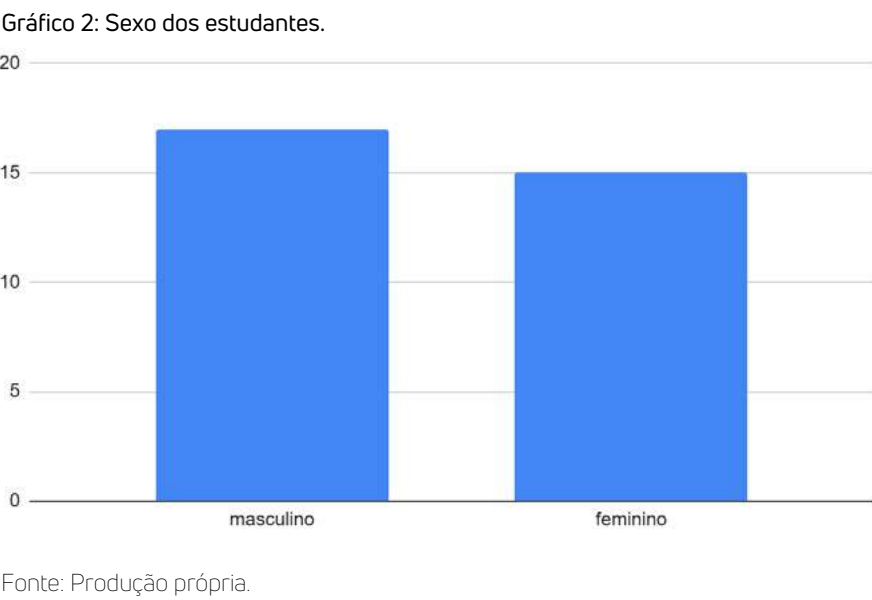
mês maio, com três alunos e uma aluna. A maioria está estabelecida em Itaquapecetuba, município periférico na Zona Leste de São Paulo e enxergou no nosso projeto de ensino de português a referência mais próxima e viável. Isso se deve ao fato de que eles puderam começar a estudar no mesmo dia em que conheceram o curso, sem a necessidade de realizar inscrições ou esperar pelo início de uma nova turma, tornando o curso uma alternativa extremamente acessível e prática para eles, especialmente porque as aulas são ministradas aos sábados².

Em consequência dessas razões, a partir do mês de agosto, o curso recebeu mais cinco estudantes de nacionalidade cubana, sendo quatro mulheres e um homem.

A chegada dos alunos cubanos em nosso curso reflete os dados apresentados pelo último Relatório Refúgio em Números (2022), que registrou um aumento significativo no número de pedidos de refúgio dessa nacionalidade, tornando-os a segunda maior nacionalidade em pedidos de refúgio, com um total de 5.484 solicitações, ficando atrás apenas da Venezuela, que contabilizou 33.753 pedidos.

Essa mudança no perfil dos alunos transcende as origens e abrange também aspectos educacionais e de gênero. Notadamente, ocorreu uma alteração significativa no perfil educacional dos novos participantes, a maioria dos quais possui ensino superior. Durante as aulas ministradas em setembro, presenciamos a chegada de novos alunos cubanos à nossa sala de aula, incluindo médicos que haviam chegado ao Brasil na mesma semana. Esse perfil diverge substancialmente dos alunos habituais do Coletivo, apresentando um desafio educacional para a equipe de educadores. A dinâmica da sala de aula se ajusta para atender a esse novo cenário, que também se destaca pela crescente participação de mulheres.

Pela primeira vez, em nove anos



de atuação no Coletivo (2014³-2023), há uma equidade de gênero na composição da frequência das aulas, com a participação de 46,8% de mulheres e 53,2% de homens. Para contextualizar, no ano de 2018 entre os alunos matriculados, 32% se identificaram com o sexo masculino, 17% com o feminino e 51% não manifestou nenhuma opção de gênero, em 2020, dos 90 estudantes que frequentaram o curso, 70% assinalaram na ficha de cadastro a opção do sexo masculino e 30% feminino. Podemos analisar que a realidade dos dados do Conviva Diferente reflete os números oficiais sobre as migrações internacionais no país. Pois no ano de 2021, do registro total de 151.155 migrantes

que vivem no Brasil, 67.772 registros de mulheres, ou seja, quase a metade dos migrantes registrados no país.

AS AULAS DO COLETIVO NUM EQUIPAMENTO SOCIOASSISTENCIAL DA ZONA LESTE DE SÃO PAULO

Em novembro de 2022, um grupo de assistentes sociais da zona leste procurou algumas das nossas voluntárias. As assistentes nos pediram algumas informações sobre as aulas de português, manifestando interesse em divulgar o calendário do curso para as famílias migrantes que vinham buscando serviços assistenciais do equipamento onde trabalhavam. De acordo com algumas fun-

³ Entre os anos de 2014 e 2015, o Coletivo atuava na região central da cidade, inicialmente numa igreja nigeriana situada na Avenida Rio Branco e posteriormente no Centro de Integração e Cidadania do Imigrante (CIC Imigrante), próximo à estação de trem da Barra Funda.



cionárias, famílias haitianas formavam, naquele momento, quase 8% da totalidade das famílias ali registradas, o que vinha trazendo grandes desafios para um quadro de funcionários com pouca experiência junto de populações migrantes. A barreira linguística era a questão mais urgente, pois dificultava a comunicação entre as funcionárias e as usuárias, ralenando – e às vezes, até mesmo bloqueando – as capacidades de atendimento das assistentes.

Após a nossa conversa, as funcionárias passaram a divulgar as aulas do Coletivo por meio das redes sociais da instituição e também através de panfletos impressos colados nas paredes de entrada do equipamento. Nas primeiras semanas após a divulgação, no entanto, apenas um homem usuário da instituição veio às nossas aulas ministradas no CEU Jambeiro. Como estávamos mantendo contato contínuo com uma das assistentes sociais do local, comunicamos a ela os efeitos da

divulgação e a convidamos para uma conversa onde pudéssemos elaborar possíveis estratégias de acolhimento às famílias, de modo a fazê-las se sentirem confortáveis para buscar as aulas. Também informamos nosso interesse profissional e etnográfico na conversa, dividindo com ela perguntas de pesquisa e encaminhando os procedimentos éticos necessários para a realização de um encontro que seria, ao mesmo tempo, uma entrevista de campo e uma reunião de trabalho. Durante o encontro discutimos várias ideias, assim como a proposta de levarmos as aulas do Coletivo para dentro das instalações da instituição.

No primeiro dia de aula, que aconteceu em fevereiro de 2023, aproximadamente quatorze alunas e um aluno estiveram presentes, número que se manteve mais ou menos regular até meados de maio. Ao longo do ano, algumas mulheres deixaram de frequentar o curso, sendo que algumas delas começaram a ir nas aulas

apenas episodicamente: algumas por causa do ingresso em novas rotinas de trabalho, outras por causa da sobrecarga de tarefas gerada pela maternidade, outras por terem migrado para cidades do interior do estado e do Sul do país. Ao mesmo tempo, novas alunas foram chegando ao longo do curso, grande parte delas recém-chegadas no Brasil. Entre idas e vindas, um grupo de 6 mulheres e um garoto de 11 anos seguiu frequentando regularmente o curso durante todo o ano.

Com frequência, após o fim da aula, traduzíamos atendimentos de uma língua para outra. Não era um trabalho oficial, mas ainda assim, ocorria sempre conforme os protocolos da instituição. Tratava-se, na verdade, de uma resposta emergencial àquelas situações em que o atendimento envolvia conflitos e questões delicadas, exigindo que ambas as partes comunicassem à outra um grande fluxo de ideias e informações detalhadas⁴. As aulas, a convivência

com as alunas, os atendimentos e as conversas com as assistentes sociais formaram assim um universo etnográfico a partir do qual temos tentado dimensionar questões e contradições fundamentais que atravessam a relação entre a cotidianidade de mulheres haitianas num bairro periférico de São Paulo e serviços locais de assistência social. As mulheres que procuram os serviços do equipamento são responsáveis pela reprodução de suas famílias e, assim como muitas mulheres brasileiras, precisam recorrer às Políticas Condicionadas de Transferência de Renda e a outros serviços de assistência social, uma vez que seus vínculos com o mundo de trabalho (e os dos pais de seus filhos, quando presentes) e, portanto, com o dinheiro, são informais e muito frágeis.

Por se tratar de um grupo de mulheres cuja vida cotidiana está marcada pela extrema privação material, os temas das aulas e principalmente as metodologias didáticas a serem acionadas precisavam ser bem diferentes daquelas mobilizadas nas aulas de sábado, no CEU Jambeiro. É importante dizer que nas aulas de sábado o perfil socioeconômico dos alunos costuma ser mais diverso, sendo que a quantidade de homens, e principalmente, de homens haitianos jovens e solteiros, era maior. Estes homens haitianos que frequentam nossas aulas no CEU Jambeiro, em geral, se en-

contram em condições salariais mais estáveis do que a das famílias que procuram os equipamentos socioassistenciais. Além disso, por estarem distantes do mercado de trabalho formal e conviverem com poucas pessoas brasileiras, a nossa nova turma de alunas mulheres dominava menos o português do que os alunos homens, sendo que a maioria delas conhecia apenas algumas palavras – em geral, palavras-chave que aprenderam ao frequentarem espaços e equipamentos públicos do bairro. Somase a isso o fato de que algumas das nossas alunas haviam recém-chegado no Brasil, o que tornava as aulas de português o primeiro lugar no qual elas foram expostas de forma mais profunda e regular ao português brasileiro.

Muitas perguntas surgiram ao longo da nossa prática pedagógica cotidiana, fazendo com que o desenho das nossas aulas fosse se modificando ao longo dos meses. Uma das nossas principais perguntas remetia a uma questão já formulada por Paulo Freire em sua concepção de “educação como prática da liberdade”: como tornar a educação um instrumento para facilitar a integração das pessoas à lógica da realidade social vigente e, *ao mesmo tempo*, uma ferramenta de elaboração crítica e contestadora dessa mesma lógica. O ensino de português, por exemplo, não poderia ser ofertado como um instrumento individual de inserção social, pois a totalidade social es-

truturada pelo trabalho, pelo dinheiro e pelo mercado se apresenta, como sabemos, notadamente opressora e excludente para as mulheres negras migrantes haitianas. Nesse sentido, qualquer prática que reforçasse a ideologia de que o esforço individual e o domínio da língua pudessem lhes oferecer meios de ascensão financeira e salarial, poderia provocar ainda mais sofrimento e sensação de fracasso individual diante de uma lógica social estruturada para discriminá-las. Ao mesmo tempo, era necessário criar condições para que nossas alunas fortalecessem a autoestima e a autoconfiança diante do mundo que as cerca, o que só poderia ser conquistado a partir de abordagens pedagógicas que afirmassem a capacidade de inserção delas na vida social vigente.

Assim, o ensino de português brasileiro neste contexto foi composto de duas frentes. A primeira frente de aulas tinha o objetivo de fazer com que as alunas conquistassem maior autonomia para se comunicarem em situações cotidianas básicas – como ir ao hospital, se localizar na cidade e usar sistema de transportes, participar de reuniões escolares, frequentar aulas e cursos, usar os serviços assistenciais brasileiros etc. Nesse âmbito, dominar a língua também seria um instrumento elementar para que elas pudessem se defender diante de episódios de racismo institucional e cotidiano - episódios esses

4 Por questões de sigilo e de respeito às pessoas envolvidas, não descreveremos nenhum dos atendimentos.

frequentemente mencionados quando assuntávamos suas experiências em diversas esferas de socialização pública na cidade e, ainda, uma necessidade para que pudessem pleitear empregos que não fossem nos setores da limpeza e do trabalho doméstico. A segunda frente de aulas envolvia conversas coletivas em crioulo haitiano movidas por trechos selecionados do livro *“Tudo sobre o amor: novas perspectivas”*, de bell hooks, seguidas de uma dinâmica em que cada aluna dividia com as demais frases de cunho pessoal construídas em português.

ATUAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ADONIRAN BARBOSA, LOCALIZADA NA CIDADE TIRADENTES

A partir de uma procura virtual sobre serviços públicos ou oferecidos por coletivos sobre migração, a coordenadora da escola de Educação Infantil Adoniran Barbosa chegou até nós. Em uma conversa prévia, ela relatou que o Coletivo foi o único grupo ou serviço, público ou não, que atuava na Zona Leste, o que já demonstra sérias falhas na Política Municipal para População Imigrante (PMPI) da cidade.

Na conversa prévia, ela mencionava uma quantidade importante de alunos que ou não eram brasileiros, ou, apesar de terem nascido no Brasil, viviam em uma ambiente social migrante em suas casas, falando pouco o idioma e tendo

sérias dificuldades na compreensão das atividades escolares. Assim, a coordenadora organizou um projeto voltado às migrações via Jornada Especial Integral de Formação (JEIF), em que as professoras da unidade se dedicavam nos contraturnos das aulas.

Apesar da JEIF ser programada para todo o ano letivo, devido à agenda e atividades extras dos membros do Coletivo propusemos apenas alguns encontros que, no total, foram 4. Assim, de março a agosto visitamos a escola para a atividade de formação. O material base utilizado foi o livro *“Povos Migrantes: orientações pedagógicas”*, elaborado pela prefeitura de São Paulo e disponibilizado gratuitamente na escola e virtualmente.

Ao todo, eram 7 professoras que participavam da JEIF em horários alternados. Cada seção tinha 1 hora e meia de duração e foram estruturadas da seguinte maneira: o primeiro encontro, seria um panorama das migrações no Brasil e em São Paulo, para contextualizar a chegada das crianças migrantes naquela escola, algo, até então, pouco representativo. A abordagem era explicar as principais características, o papel da cidade de São Paulo e das periferias da cidade no recebimento desse contingente populacional e como pensar a migração na lógica dos direitos. Nos encontros seguintes, trabalhamos com capítulos do livro fornecido pela prefeitura para pensar questões ligadas a preconceito, xenofobia,

dificuldade de aprendizagem e dificuldades em se relacionar com os pais e mães dos alunos.

A partir desses encontros, as professoras passaram a relatar alguns casos de xenofobia que haviam presenciado e, em alguns casos, até se reconheciam praticando algumas ações não integrativas. Havia também relatos de dificuldade em se comunicar com os pais e mães, poucas referências para encontrarem brincadeiras e danças de outros países que poderiam servir como referência para o ensino. Via de regra, as formações eram compostas de leitura prévia do capítulo por parte das professoras, ou a leitura de partes do capítulo durante a JEIF, debates e relato de casos que poderiam ter relação com o que estava no livro e possibilidades de intervenções práticas na escola.

Por fim, algumas ações propostas no livro e criadas nas próprias JEIF foram incorporadas à rotina da escola, como: brincadeiras com outras referências culturais, sobretudo bolivianas, nacionalidade não brasileira dominante na escola, ainda que não única. Convide a grupos culturais para se apresentarem na escola e tentar aproximar os pais e mães da escola. Convide a pais e mães para que fossem à escola contar um pouco sobre seus países e tradução de recados e bilhetes em outros idiomas a partir de programas de tradução online.

Algumas reflexões da ação do



Coletivo sobre essa atividade foram: os vários campos da migração na cidade, sobretudo nas periferias, que ainda não possuem serviços públicos para contribuir na integração dos alunos nas escolas públicas. As próprias limitações de ação do Coletivo que, por ser voluntário e não contar com muitos recursos materiais e pessoais, teve dificuldade em se deslocar com mais frequência à escola. E a falta de alternativas encontrada pela coordenadora da escola em buscar informações, pessoas, grupos, serviços públicos que atendessem de maneira mais sistemática a demanda da migração e seus múltiplos desafios no ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do Coletivo Conviva Diferente em Guaianases revela um panorama dinâmico e multifacetado das migrações na zona leste de São Paulo. As mudanças observadas no perfil dos alunos, marcadas pela migração de haitianos em direção ao Norte Global e pela entrada de um novo grupo de estudantes cubanos, destacam a fluidez e complexidade desses movimentos populacionais pós pandemia. A equidade de gênero alcançada nas aulas, com a participação de quase metade de

mulheres em sala, também é um marco significativo, refletindo não apenas a realidade local do Conviva Diferente, mas também as tendências mais amplas das migrações internacionais no Brasil. A diversidade de nacionalidades, gêneros e perfis educacionais constitui um desafio enriquecedor para a equipe de educadores, ressaltando a importância de abordagens pedagógicas flexíveis e sensíveis às necessidades específicas dos alunos e alunas.

A atuação do Coletivo vai além das salas de aula, alcançando o campo socioassistencial na zona leste de São Paulo. A parceria com assistentes sociais locais e a extensão das aulas para as instalações desses serviços, incluindo a capacitação de professoras da rede pública de ensino, evidenciam a capacidade adaptativa e colaborativa do Coletivo frente às demandas da comunidade. A superação das barreiras linguísticas e a busca por estratégias efetivas de acolhimento demonstram o compromisso em oferecer não apenas educação linguística, mas também suporte socioassistencial aos migrantes, levando em conta suas realidades sociais.

A abordagem pedagógica do Coletivo, que integra o ensino de

português a discussões sobre questões sociais, representa um esforço para transcender os padrões convencionais de ensino. A ênfase na autonomia das alunas nas atividades diárias, aliada ao fortalecimento da autoestima e da capacidade crítica diante das estruturas sociais discriminatórias, evidencia um compromisso claro com a formação integral e o empoderamento das mulheres migrantes. Nesse contexto, a experiência do Coletivo Conviva Diferente em Guaianases pode servir como uma fonte valiosa de práticas e conhecimentos para compreender e enfrentar os desafios específicos das migrações contemporâneas nas regiões periféricas de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Resumo Executivo do Relatório Anual OBMigra 2022. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022. Disponível em: Relatórios Anuais - Portal de Imigração (mj.gov.br).
JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; LEMOS SILVA, Sarah; TONHATI, Tania; LIMA COSTA, Luiz Fernando. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2023.



FRONTEIRAS CRUZADAS: FONTIÉ KI KWAZE 7 ANOS DE EXPERIÊNCIAS COLABORATIVAS

Ana Lídia Aguiar
Daniel Perseguim
Karina Quintanilha
Tiago Rangel Côrtes

Daniel Perseguim
Jornalista e produtor audiovisual, é Mestre em Artes (PGEHA-USP). Exerce atividade profissional como mídia-designer, diretor, fotógrafo, produtor e editor, tendo premiações por documentários e curta-metragens. Co-fundador do Fórum Internacional Fontié ki Kwaze - Fronteiras Cruzadas, está vinculado como pesquisador ao Departamento de Sociologia da FFLCH-USP pelo projeto de extensão Fronteiras Cruzadas.

Karina Quintanilha
Doutora em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-UNICAMP,) tendo sido contemplada pelo Print-Capes com bolsa sanduiche na Università Ca'Foscari di Venezia, na Itália. É advogada e mestra em Ciências Sociais formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com especialização em Migração e Refúgio na perspectiva de direitos humanos pela Universidad Nacional de Lanús, na Argentina. É co-fundadora do Fórum Internacional Fontié ki Kwaze - Fronteiras Cruzadas na Universidade de São Paulo (USP), e atualmente pesquisadora vinculada ao Departamento de Sociologia da FFLCH-USP, onde está responsável pela coordenação das atividades do projeto de extensão Fronteiras Cruzadas realizado em parceria com o Laboratório de Pesquisa Social (LAPS/USP). Integra o grupo de pesquisa "Metamorfoses do Mundo do Trabalho" (CNPq-UNICAMP) e do grupo de estudos "Cidade e Trabalho" (FFLCH-USP).

Tiago Rangel Côrtes
Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo e técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). É membro do Fórum Internacional Fontié Ki Kwaze - Fronteiras Cruzadas e está vinculado à Universidade de São Paulo como Pesquisador Colaborador pelo Projeto de Extensão do Fórum Fronteiras Cruzadas. Pesquisa temas relativos à migração transnacional e direito à cidade e trabalho.

Ana Lídia de Oliveira Aguiar
Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), bacharel e mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp); e especialista em Gestão Escolar (USP/Esalq) articulando as migrações como aspectos da inclusão escolar. Desde 2020 integra o Fórum Internacional Fontié ki Kwaze - Fronteiras Cruzadas na Universidade de São Paulo (USP). Participa do Grupo Cidade e Trabalho (LAPS/ USP) e atualmente é pesquisadora colaboradora vinculada ao Departamento de Sociologia da FFLCH-USP. Desenvolve produções científicas e debates na área da educação, do pensamento feminista, da sociologia urbana e dos estudos migratórios.

O presente relato de experiência resgata a trajetória do Fórum Internacional Fontié ki Kwaze - Fronteiras Cruzadas, um espaço de articulação transnacional constituído em 2017 na Universidade de São Paulo (USP) e que, desde então, tem sido reconhecido por agregar pesquisadoras/es de diversos campos do conhecimento, ativistas, artistas e coletivos de imigrantes e refugiadas/os em projetos acadêmicos e de extensão universitária por meio da construção de epistemologias colaborativas que transitam entre pesquisa interdisciplinar, ensino,

cultura e campanhas em defesa de direitos humanos. A composição diversa e heterogênea desse espaço de articulação trouxe uma importante marca para a produção dos eventos e projetos culturais organizados pelo Fronteiras Cruzadas, situando ativistas, movimentos sociais, redes e associações de imigrantes e refugiadas/os no centro das práticas coletivas de pesquisa, formação e extensão universitária. Esse modo diverso de “fazer fórum” sobre as migrações, priorizando a participação de imigrantes e refugiadas/os, foi abordado

na recente tese de doutorado “Migrantes e fazer cidade: trajetórias urbanas de migrantes transnacionais em São Paulo”, do sociólogo Tiago Rangel Côrtes, co-autor deste artigo, e que se somou ao Fórum em 2018. Côrtes destaca: (...) o Fronteiras Cruzadas implodia os muros das universidades por meio de formas inovadoras de produção de conhecimento, ao incorporar práticas, conhecimentos e saberes dos coletivos migrantes. Já na primeira atividade que acompanhei, muito me impactou a presença massiva de migrantes, seus coletivos e associações.

Atividades performadas pelo Fronteiras Cruzadas entre 2017 e 2023



Fonte: Seleção de imagens do acervo do Fronteiras Cruzadas.



(...) A iniciativa impressionava por mobilizar associações múltiplas de migrantes, articulação com diferentes escalas de governo, uma rede impressionante de interlocução com operadores do Estado, sobretudo Defensoria Pública e Ministério da Justiça, além da atuação junto a representantes da política institucional, como deputados e vereadores. O Fórum revelou-se um verdadeiro operador de escalas (Caglar; Schiller, 2018). (Côrtes, 2023, p.181)

A seguir, busca-se reconstruir os fios da memória do surgimento e evolução do Fronteiras Cruzadas, que foi se consolidando como um projeto transdisciplinar acadêmico, social e artístico multicultural comprometido com o debate crítico, interseccional e decolonial por um “mundo sem fronteiras”, estimulando o trabalho em rede na defesa de direitos de pessoas migrantes, expulsas, refugiadas, deslocadas, retornadas, nas diásporas .

A emergência da articulação entre pesquisadoras/es, ativistas e coletivos

Fontié Ki Kwaze, em creole haitiano, significa “fronteiras que cruzam ”. Essa combinação de palavras que inspirou o nome do Fórum surgiu do profícuo diálogo com integrantes da União Social dos Imigrantes Haitianos (USIH), coordenada por Fedo Bacourt, uma associação conhecida por membros do Fórum durante atividades sindicais e do Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados (GAIR), liderado pelo Prof. Dr. Luiz Souto Maior (Direito-USP) ainda antes das primeiras discussões sobre a proposta de organizar o projeto na USP.

O Fórum recebeu financiamento público do Programa de Apoio a Eventos no País da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PAEP-CAPEs) em três edições na USP, realizadas em 2017, 2018,

2020/2021, além de um quarto evento a ser produzido em dezembro de 2024. Atualmente, o Fronteiras está vinculado como Projeto de Extensão no Laboratório de Pesquisa Social (LAPS) do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP) , sob a coordenação das Profas. Bianca Freire-Medeiros e Vera da Silva Teles.

A partir da formação de uma ampla comissão de organização e científica, sob a curadoria da advogada e socióloga Karina Quintanilha, a primeira edição do Fronteiras Cruzadas foi organizada em 2017 pelo Centro Multidisciplinar de Pesquisas Colaborativas em Linguagens Digitais (COLABOR), coordenado Prof. Dr. Artur Matuck, inicialmente o responsável pelo projeto na CAPES (entre 2017 e 2021); em parceria com o Departamento de Relações Públicas e o Programa de Pós-graduação Interunidades em Estética e His-

tória da Arte (USP); e ainda com o Núcleo de Arte, Mídia e Política das Ciências Sociais (NEAMP-PU-C-SP). Também foram determinantes as parcerias com projetos de extensão universitária (ProMigra da Faculdade de Direito da USP) e com o centro de acolhida de imigrantes Casa de Assis, na cidade de São Paulo, mobilizando um público composto por estudantes, ativistas e profissionais atuantes nos campos das humanidades (ciências sociais, direito, história, economia, psicologia, comunicação, artes, serviço social, políticas públicas) e migrantes recém chegados.

De fato, foram determinantes para o surgimento do Fórum as práticas colaborativas desenvolvidas no COLABOR, um espaço aberto de pesquisas interdisciplinares criativas em arte de performance, que congregava um amplo grupo de pesquisadores e artistas que não necessariamente estavam vinculados à pós-graduação, como o artista de origem aymara Juan Cusicanki Saka, e de sua companheira Aloha de la Queiroz, bem como o jornalista Daniel Perseguim (mestre pelo PGEHA-USP) e Karina Quintanilha, ambos co-autores deste texto e que participaram de todas as etapas da história do Fronteiras Cruzadas desde a sua fundação.

O evento seminal em 2017 teve como tema “O Desafio das Comunicações diante das Populações em Deslocamento”. Com ênfase transdisciplinar, a programação

foi composta por mesas (com pesquisadores, ativistas e artistas – incluindo migrantes – como palestrantes), arenas de debate, conferências (com estudiosos das migrações do Brasil e do exterior, como Raúl Delgado Wise e Pablo Ceriani Cernadas), performances (organizadas pelo coletivo Migranto, com seus bonecos de escala humana, e a Cia. de Teatro Coletivo de Galochas, que promoveu uma intervenção artística sobre a questão Palestina), além de oficinas/workshops. As atividades partiam dos seguintes eixos temáticos: Desafios e perspectivas no campo da comunicação, política e direitos humanos; Experiências diaspóricas: corpos, tempos e histórias; Fronteiras Cruzadas: arte, história e trabalho. Com base nesses eixos, o evento teve como enfoque a mobilização da população migrante por protagonismo, visibilidade e reconhecimento de seus direitos em um período de intensos debates em torno da aprovação da nova Lei de Migração no Brasil (Quintanilha, 2019).

Ao longo de três dias de evento, com a participação de pessoas de mais de 20 nacionalidades, o Fórum possibilitou novos engajamentos com a pauta migratória nas mais distintas áreas do conhecimento, um campo expandido que se formou por meio das experiências e debates interculturais vivenciados no Fórum. A recepção do evento, por exemplo, foi idealizada por Antonio Rodrigues, dou-

tor em Artes (PGEHA-USP), que acolhia as/os participantes com uma seleção diversa de sementes; e a parte de alimentação foi organizada pelo destacado produtor cultural de origem síria Salim Mhanna.

Já a 2ª edição do evento, ocorrida em novembro de 2018 nos auditórios da ECA-USP, teve como proposta a discussão das “(l)mobilidades globais e Diásporas Contemporâneas”. Foi possível angariar um público ainda mais amplo e formar novas parcerias institucionais que enriqueceram a atividade, entre elas a Mostra CineTrabalho da Unicamp e o Balcão de Atendimento do ProMigra, além de múltiplas intervenções artísticas, como o boneco “ELENON” (em referência ao movimento #EleNão), e performances musicais organizadas pelo coletivo de Juan Cusicanki Saka. Dentre os convidados internacionais, participaram o Prof. Dr. Babatunde Lawal (VCU-Arts) e novamente Pablo Ceriani e Raúl Delgado Wise. Foi possível contar com a transmissão online



@FRONTEIRASCRUZADAS

do Serviço Tecnologia da Informação da própria ECA e a parceria do site MigraMundo na divulgação. O apoio do departamento de Relações Públicas com a obtenção de *tickets* de vale-refeição para as pessoas inscritas no evento possibilitou a organização de almoços coletivos no bandeirão da USP que serviram como espaços de socialização. A presença de imigrantes do Centro de Acolhida Casa de Assis foi viabilizada pelo apoio da USP com o transporte. E o encerramento dessa 2ª edição aconteceu no Teatro Oficina Uzyna Uzona pela experiência singular da organização do Sarau Multicultural Fronteiras Cruzadas no Teatro Oficina, com a presença de centenas de participantes.

Em 2020, já no contexto da pandemia da Covid-19, foi organizada a 3ª edição com o tema “Migrações Transnacionais e Transformações Sociais”, adaptada para o formato telemático em razão dos riscos do novo coronavírus. Essa transformação para o mundo digital, embora tenha gerado inúmeros desafios (como a necessidade de ampliar a equipe de comunicação coordenada por Daniel Perseguim), possibilitou uma intervenção em grande escala, consolidando o canal do YouTube @[FronteirasCruzadas](#) que chegou a 661 inscritos e disponibilizou todo o conteúdo das atividades online.

Nesta terceira edição, foram organizados debates e conferências que contaram com a participação

online de convidados internacionais como: Nina Glick-Schiller (University of Manchester), Ayşe Çağlar (University of Vienna), Attila Mellegh (Corvinus University, Budapest), Yana Meerzon (University of Ottawa, Canadá), Tamás Gerőcs (Binghamton University, EUA), Raúl Delgado Wise (Universidade Autónoma de Zacatecas, México), Henry Daniel (Simon Fraser University, Canadá), Gana Ndyae (Beloit College, EUA). O evento estabeleceu parceria com o seminário “Universidade em Transformação: desafios e potencialidades - Educação, Pesquisa e Direitos Humanos no século XXI em perspectiva interdisciplinar”, organizado pelo Prof. Dr. Paulo Daniel Farah (Diversitas-USP), por meio da qual foram articuladas três mesas em conjunto relacionadas com as emergências da pandemia da Covid-19: “*Migração e Negritude performando justiça no Brasil*”; “*Covid-19 e a campanha #RegularizaçãoJá: o protagonismo das mulheres migrantes*”; “*Covid-19, fronteiras e as lutas por visibilidade migrante: paradigmas da saúde*”.

Neste período pandêmico, em que o Brasil vivia uma crise multidimensional derivada das necropolíticas do governo da extrema-direita no poder, foi necessário explorar outros formatos de “fazer fórum”. Disso resultou a proposta de gravar, em parceria com pesquisadores do Grupo de Estudos Cidade e Trabalho, coordenado por Vera Telles na USP, um ciclo de



vídeo-entrevistas online intitulado “Controles Fronteiriços e Ativismos Transnacionais”¹ para refletir sobre as tensões entre migrações e fronteiras como fenômenos globais e multifacetados. Foram entrevistados: Helion Póvoa Neto, Reginaldo Nasser, Amarela Varela Huerta e Pablo Ceriani Cernadas.

Por meio dessas práticas coletivas e formas de epistemologias colaborativas, a organização do Fórum Internacional Fronteiras Cruzadas proporciona uma percepção e engajamento com diferentes aspectos objetivos e subjetivos da condição de vida e demandas das populações mi-

grantes transnacionais. São relatos fortes de violações a direitos humanos no país de origem, no trajeto e no país de destino – como se vivessem uma permanente situação de refúgio –, mas também formas singulares de resistências. Um espaço qualificado de discussões estabelecido com a participação de reconhecidos ativistas imigrantes como palestrantes no evento (Hortense Mbuyi, Jobana Moya, Fedo Bacourt, Diana Soliz, Juan Cusicki, Lenna Bahule, Nduduzo Siba, Prudence Kalam-bay, Shambuyi Wetu, Antonio Andrade, entre tantas/os outras/os) lado a lado com pesquisadores

dedicados à questão migratória, e acadêmicos com reconhecida atuação internacional no tema.

O apoio da CAPES, além de garantir a estrutura para a realização dos eventos, permitiu a estruturação do site fronteirascruzadas.com.br, que conforma um importante acervo, junto às outras plataformas digitais que seguem em construção no YouTube, Instagram e Facebook, localizadas nas redes pelo @FronteirasCruzadas. Como fruto dos eventos, o Fórum originou uma publicação acadêmica² e Anais com resumos de trabalhos apresentados³. Ao longo do período entre 2017 e 2023,

as epistemologias colaborativas produzidas pelo Fórum Fronteiras Cruzadas envolveram: mais de 50 docentes e pesquisadores convidados para palestras; participação presencial de mais de 300 pessoas; inscrição online de mais de 460 pesquisadores de todas as regiões do país; e um público participante de mais de 10.000 pessoas em transmissão de eventos pelas redes sociais.

Fronteiras cruzadas entre pesquisa, extensão e cultura

A partir de 2020, como resposta social e política aos tempos de urgência de luta pela vida na pandemia, o Fronteiras Cruzadas passou a atuar com projetos de extensão universitária e ampliou o trabalho com projetos culturais que já vinha de experiências anteriores de integrantes do grupo com projetos organizados no SESC⁴. A primeira experiência com extensão universitária foi com o projeto “Formação de Rede Sociotécnica com Imigrantes e Refugiados”, apoiado por um edital da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) da UNICAMP.

O projeto, escrito por Karina Quintanilha, doutoranda em Sociologia na UNICAMP, e pela socióloga Patrícia Villen foi realizado

entre 2020 e 2021⁵ com o apoio do Prof. Dr. Ricardo Antunes, professor titular do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas”. As atividades de extensão foram realizadas a partir das demandas levantadas durante reuniões mensais com seis associações e coletivos de imigrantes que formalizaram parceria com o projeto, sendo elas: a União Social dos Imigrantes Haitianos (USIH), representada por Fedo Bacourt; a Kasinha Bay4s Cultural, representada por Juan Cusicki e Alohá de La Queiroz; a Associação da Comunidade da Guiné Bissau, representada por Vensam lala; o Espaço Wema, representado por Hortense Mbuyi; a Associação de Mulheres Migrantes Luz e Vida (AMILV), representada por Miriam Guarachi e Yolanda Palacios; a Associação dos haitianos de Campinas e região (AHCRD), representada por Choisy Francilome. Como contrapartida, além das ações conjuntas, o projeto conseguiu garantir o apoio de acesso à internet às associações em todo o período, um direito fundamental no mundo contemporâneo e sobretudo

diante da necessidade de isolamento social durante a pandemia.

Esse projeto na UNICAMP resultou em importantes ações colaborativas, como o “I Encontro Nacional da Rede de Extensão Universitária com Imigrantes e Refugiados (Rede Reunir)” – que envolveu mais de 90 iniciativas em universidades de todas as regiões do Brasil – e a organização do Sarau Multicultural Online, uma proposta que promoveu a interlocução entre artistas e produtores culturais, disseminando o debate das migrações a partir das sensibilidades afetivas da música e da poesia. Ainda, foram destaques neste período de 1 ano do projeto: atividades de formação sobre direitos das pessoas migrantes para o público geral por meio de um Minicurso com a OAB-Campinas; a produção audiovisual para formação antirracista com o projeto #JuventudeMigrante em parceria com a Arco-Escola Cooperativa; o mutirão de saúde, trabalho social e direitos humanos organizado pela AMILV; a entrega de cestas básicas para as associações migrantes nas periferias; campanhas em defesa da luta pelo “Vidas Imigrantes Negras Importam”; e uma cartografia digital da rede

1 Curadoria e roteiro: Daniel Perseguim, Julia Scavitti, Karina Quintanilha, Leandro Fernandes e Tiago Rangel Côrtes. Disponível em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLHBFesSDR6Liv-IYRm0Zwnv298axS9SjM>>.

2 Fronteiras Cruzadas – O desafio da comunicação diante das populações em deslocamento. Nov. 2018. Disponível em: <https://fronteirascruzadas.com.br/wp-content/uploads/2024/04/pub_L_Forum_Fontie_ki_Kwaze.pdf>.

3 Anais do II Fórum Internacional Fronteiras Cruzadas 2022. Disponível em: <<https://fronteirascruzadas.com.br/anais-iii-forum-internacional-fronteiras-cruzadas-fontie-ki-kwaze/>>.

4 O projeto Todo Migrante Tem Direito à Informação, organizado por Karina Quintanilha e a educadora Kim Cober teve duas edições organizadas no SESC Carmo. E o projeto Vídeo-Cartas: Conexões Migrantes, organizado por Daniel Perseguim, Juan Cusicki e Karina Quintanilha também no Sesc Carmo.

5 A metodologia e os resultados do projeto estão documentados no relatório final do projeto de extensão Fronteiras Cruzadas na UNICAMP. Disponível em: <http://fronteirascruzadas.com.br/wp-content/uploads/2021/12/Relatório-Final_-Extensão-Fronteiras-Cruzadas-UNICAMP.pdf>.



sociotécnica de extensão universitária com imigrantes e refugiados em todo o Brasil por meio da criação da Rede Reunir acima mencionada. Os eventos e ações organizados pelo projeto, online e presencialmente (com o devido uso de equipamentos de proteção contra a Covid-19), mobilizaram mais de 3.500 pessoas.

Importante dizer que esse projeto de extensão teve como um dos eixos o fortalecimento de campanhas de direitos humanos mobilizadas por imigrantes e refugiadas/os, tendo contribuído diretamente com a mobilização #RegularizaçãoJá e em casos concretos de violações de direitos humanos, como nas ocasiões do assassinato por motivações xenófobas do frentista de origem angolana João Manuel e da condenação absurda da trabalhadora ambulante de origem togolesa Falilatou Sarouna a mais de 10 anos de prisão por um crime que

não cometeu. Essas mobilizações conseguiram se expandir e ganhar ressonância no debate público. Foram mobilizados atores diversos na academia, na política institucional, em órgãos variados do Estado, assim como em diferentes movimentos sociais. Essas ações conseguiram auxiliar os migrantes e suas famílias que sofreram graves violações de direitos a colocar a questão em um outro patamar de discussão, conectando temáticas variadas e produzindo alianças para resistir às múltiplas formas de violências, que vão do encarceramento em massa ao xenorracismo, passando pelo direito à moradia, ao trabalho, à saúde entre outros.

Tais campanhas, organizadas por coletivos e ativistas migrantes, contaram com as experiências prévias do Fronteiras Cruzadas iniciadas com a Campanha #NduduzoTemVoz, uma mobilização permanente contra a expulsão da

multi-artista de origem sul-africana Nduduzo Siba do Brasil desde 2017, tendo se desdobrado na formação da rede “Vidas Imigrantes Negras Importam” (Quintanilha, 2024, no prelo), diretamente influenciada pelas amplas mobilizações nos atos “Justiça Por Moisés” em 2022, que expressaram a importância da atuação do Fórum neste “campo multifacetado de conflitos e das tramas associativas nas quais estão ancoradas” (Aguiar et al., 2022).

A relação próxima com esses ativistas possibilitou maior aproximação do Fórum com espaços de articulação das redes de imigrantes “nas margens”, organizações que atuam em circuitos não hegemônicos da sociedade, mas são constituídas ao longo das últimas décadas por formas de auto-organização que são diversas e heterogêneas, e têm ganhado espaço e concretizado importantes ações, a exemplo do protagonismo da Con-

ferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (II COMGIRAR), cuja 2ª edição ocorre em 2024.

Entre outras iniciativas no campo da extensão e da cultura, teve grande destaque a parceria com o SESC-Carmo, realizada em 2020 para promover um laboratório audiovisual intitulado “Vídeo-Cartas: Conexões Migrantes”, que resultou em 11 vídeos pautados pela busca por “alargar os conceitos e referências sobre a questão migratória contemporânea em suas interconexões com direitos humanos, culturas e tecnologias” (Persegui, 2020, p.125). Outro projeto com importante repercussão foi apoiado pela ONG internacional Witness e denominado “VideoLab: Conexões Migrantes”, em que foi realizada a série audiovisual “Vidas Imigrantes Negras Importam”, por memória e justiça a João Manuel⁶. Uma ação mais recente com o apoio da Wit-

ness foi a realização do “CineDebate *Historias Caminantes*”, com exibição do filme “*El Digno Retorno*”, que retrata a história de deportação do cineasta Lalo Aguillar dos EUA para o México e sua relação com a organização *Otros Dreams en Acción*, que atua com imigrantes retornados. A produção audiovisual tem sido um dispositivo que sempre caracterizou as atividades do Fronteiras. Mais recentemente foi construída uma articulação para o lançamento do filme *Lo que Queda en el Camino*, co-dirigido por Danilo do Carmo (2024), além da preparação para a realização de MesaCasts no recém construído estúdio da FFLCH no âmbito do Projeto de Extensão da USP – projetos esses que culminaram na “I Mostra de Cinema Fronteiras Cruzadas”, a ser realizada em novembro de 2024 com apoio da SPCine.

Entre tantas atividades e ne-

cessidades oriundas da precária condição das populações imigrantes e das instituições de pesquisa no país, a sustentabilidade da rede que compõe o Fronteiras Cruzadas é uma preocupação constante. Em meio aos desafios, trabalhos como atividades gastronômicas e culturais são uma saída diante da escassez dessas estruturas. Assim, a realização de um mutirão de escrita de projetos promoveu a participação do grupo no âmbito do Edital de Fomento a profissionais do setor cultural e criativo PROAC 39/2021, em que foram elaborados 12 projetos, com a aprovação de seis iniciativas de brasileiros, haitianos, bolivianos e congoleses.

Foi dessa forma propositiva que, em setembro de 2020, junto com o Fórum dos Ambulantes da cidade de São Paulo e também com o grupo Cidade e Trabalho,

6 Ver o texto Vídeo Como Dispositivo Antixenorracismo em: <<https://portugues.witness.org/fronteras-cruzadas-video-como-dispositivo-anti-xenoracismo>>.



o Fronteiras Cruzadas contribuiu para a organização do seminário “*Ambulantes e Cidade: Cartografias da economia popular, tensões nos territórios, conflitos e práticas de resistência durante a pandemia da Covid-19*”, sob a curadoria da socióloga Ana Lúcia Aguiar. O seminário foi construído com diversos atores engajados nas lutas sociais da cidade, integrando pesquisadores, movimentos populares, ativistas e trabalhadores ambulantes, e tinha como um de seus objetivos compreender e cartografar o impacto da pandemia nos comércios populares em São Paulo, as tensões e conflitos em torno de formas de controle dos espaços urbanos, bem como as ações e iniciativas de redes e

formas de articulação dos trabalhadores ambulantes para lidar com os bloqueios e impasses no exercício do seu trabalho nesses espaços (Aguiar, Barbosa, Itikawa, Telles, 2022). A participação do Fronteiras Cruzadas e de trabalhadores imigrantes no debate se deu no escopo do entendimento de que os imigrantes são importantes atores/produtores dos mercados populares e de sua cadeia de valor, e que esses também estavam sendo impactados pelas profundas mudanças que estavam em vigor no período. Essa articulação entre o Fronteiras Cruzadas e o Fórum dos Ambulantes foi importante para aproximar o debate da população imigrante que até então estava

apartada das formas de organização e de luta dos trabalhadores informais. Essa aproximação gerou a realização de oficinas e uma reedição do laboratório de vídeo-cartas, dessa vez promovido em parceria com a *Witness* Brasil⁷. O principal objetivo dessa ação era informar sobre a importância da produção de imagens feitas com celulares como dispositivos de defesa diante das inúmeras situações de violências oriundas das políticas de intervenção urbana através de agentes policiais e da fiscalização. Como forma de potencializar o registro de vídeos como dispositivos de defesa, coube ao Fronteiras Cruzadas promover o início da campanha #MercadoVivo (ainda em fase de

desenvolvimento) contra as políticas de remoção arbitrárias de bancas de ambulantes e outras formas de violência em determinados territórios. Ainda como resultado dessa articulação que se formou entre o Fronteiras Cruzadas, aproximando os coletivos e associações de imigrantes com as entidades de ambulantes, junto com pesquisadores e parlamentares, foram convocadas audiências públicas na câmara municipal de São Paulo, principalmente para reivindicar formas de manutenção da vida diante das inúmeras inseguranças provocadas pelas condições da pandemia da Covid-19. Durante todo os períodos mais agudos da pandemia, inúmeros relatos de imigrantes sob as dificuldades de acesso à vacina eram compartilhados, além de denúncias de xenofobia vividas pela população imigrante nos hospitais e postos de saúde (Quintanilha e Aguiar, 2024, no prelo). Havia também inúmeros empecilhos para acessar a regularização migratória, tornando a condição de vida da população imigrante ainda mais insegura. Nesse sentido, a atuação do Fronteiras Cruzadas se deu, ao longo de todo esse período, também como operador político nas disputas pelas urgências da vida. Considerações finais As experiências do Fronteiras Cruzadas, segundo relato de participantes dos projetos e eventos, têm marcado história em seu modo

de existir, contribuindo para catalisar e expandir mediações diante das conjunturas local, nacional e transnacional das migrações e do refúgio em seu primado social, econômico, político e cultural. A própria busca por fazer um resgate dessa história denota que existe um arquivo multifacetado de epistemologias colaborativas capazes de articular escalas, realizando atravessamentos e conectando pautas variadas em múltiplos campos da produção do conhecimento ancorados na realidade. REFERÊNCIAS AGUIAR, Ana Lúcia de Oliveira; Migração e educação: aspectos da inclusão escolar em migrantes nas escolas estaduais paulistanas. TCC especialista em Gestão Escolar – 2022 MBA ESALQ. _____; BARBOSA, B.R.; ITIKAWA, L.; TELLES, V.S. “Disputas da terra, das narrativas e no campo do trabalho: advocacy em rede de ambulantes, universidades e movimentos nos conflitos pelo Direito à Cidade”. In Cadernos de Estudos Urbanos, v. 5. Instituto das Cidades. Unifesp. SP, 2022. _____; CÔRTEZ, Tiago Rangel, TELLES, Vera da Silva; QUINTANILHA, Karina F.As tramas políticas nas cenas de protesto: Justiça Por Moise.Le Monde Diplomatique Brasil.2022. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/as-tramas-politicas-nas-cenas-de-protesto-resposta-ao-brutal-assassinato-do-congoles-moise-kabagambe>. CÔRTEZ, Tiago Rangel. Migrantes e fazer cidade: trajetórias urbanas de migrantes transnacionais em São Paulo.2023.Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2023. doi:10.11606/T.8.2023.tde-28022024-134055. CUSICANQUI, Juan Saka; FERREIRA, Karina Quintanilha; OLIVEIRA, Daniel C. Perseguidos. Vídeo-Cartas: Conexões Migrantes para o Dia Internacional dos Direitos Humanos. SESC. 04/12/2020.Ativistas participantes: Nduduzo Siba, Juan Cusicanqui, Prudence Kalamabay, Abdul Jarour. FRONTEIRAS CRUZADAS. Sarau Multicultural Online, 2021 - Edital da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Unicamp, com produção do Fronteiras Cruzadas e Visto Permanente.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=k_vZY94rtZY _____; Anais III Fórum Internacional Fronteiras Cruzadas.2022.Disponível em:<<https://fronteiras cruzadas.com.br/anais-iii-forum-internacional-fronteiras-cruzadas-fontie-ki-kwaze>>. FRONTEIRAS CRUZADAS.Revista Fontié ki Kwaze Fronteiras Cruzadas – O desafio da comunicação diante das populações em deslocamento.Novembro de 2018.Disponível em: <http://fronteiras cruzadas.com.br/wp-content/uploads/2024/04/pub_L_Forum_Fontie_ki_Kwaze.pdf>. _____; Arco Escola Cooperativa. #JuventudesSemFronteiras. Ativistas entrevistadas: Natali Mamani, Rawa Alsagueer. PERSEGUIM, Daniel. Plataformização cultural: estratégias de mídia-design para o ensino audiovisual.2020.Dissertação (Mestrado em Estética e História da Arte) - Estética e História da Arte, USP, São Paulo, 2020. doi:10.11606/D.93.2020.tde-14082020-182132. _____; QUINTANILHA, Karina F. IALA, Vensam; MWANZA, Hortense Mbuyi. Fronteiras Cruzadas: Vídeo Como Dispositivo Anti-Xenoracismo. Witness Brasil.[2020].Disponível em: <<https://portugues.witness.org/fronteiras-cruzadas-video-como-dispositivo-anti-xenoracismo>>. QUINTANILHA, Karina F. Imigração e lutas Migrantes: redes e encruzilhadas da mobilização por direitos e contra a xenofobia racializada no Brasil.Campinas, Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP): 2024, no prelo. _____; AGUIAR, Ana Lúcia. Tabalhadoras(es) imigrantes na cidade de São Paulo em tempos de pandemia. Relatório da pesquisa Covid-19 Como Doença Relacionada ao Trabalho. Coord. Dra. Maria Maeno. Fundacentro. No prelo. 2024. _____ Migração forçada no capitalismo contemporâneo: trabalho, direitos e resistências no Brasil.Dissertação (Mestrado), Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). QUINTANILHA, Karina F.; ANTUNES, Ricardo; et al. Fronteiras Cruzadas: Formação de Rede Sociotécnica com Imigrantes e Refugiados - Edital da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Unicamp. Campinas, São Paulo. 2021. Disponível em: http://fronteiras cruzadas.com.br/wp-content/uploads/2021/12/Relatório-Final_-Extensão-Fronteiras-Cruzadas-UNICAMP.pdf QUINTANILHA, Karina F.; PERSEGUIM, Daniel; SCAVITTI, Julia; CORTÊS, Tiago Rangel. Controles fronteiriços e ativismos transnacionais. Coord. Ciclo de entrevistas com pesquisadores: Helion Póvoa Neto, Amarela Varela Huerta, Pablo Ceriani Cernadas. 3a edição do Fórum Internacional Fronteiras Cruzadas (Capes).Online YouTube, 2020.

7 A transmissão da oficina está disponível no canal de Youtube do Fronteiras Cruzadas, e contém um importante relato do comunicador Vito Ribeiro sobre a atuação da ONG em áreas de conflito no Rio de Janeiro através do uso do vídeo como ferramenta de denúncias e segurança para defensores dos direitos humanos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ha_lEGypoA>.



IMIGRAÇÃO HAITIANA: DESAFIOS DA PESQUISA DE CAMPO EM CAMPINAS/SP

Sophia Damiano Rôvere

Sophia Damiano Rôvere
Possui graduação em Geografia pela Pontifícia
Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP) e mestrado
em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas
(UNICAMP). É doutora em Demografia pela UNICAMP.
Atualmente, é pós-doutorando do Núcleo de Estudos
Populacionais Elza Berquó (NEPO) e pesquisadora do
Observatório das Migrações em São Paulo.

INTRODUÇÃO

Esse é um texto que tem por objetivo relatar a experiência com os imigrantes haitianos e haitianas na cidade de Campinas/SP e apresentar alguns dos caminhos percorridos pela pesquisadora sobre a inserção no campo e aplicação do questionário de pesquisa.

A pesquisa seguiu o método da observação participante que através de um campo exploratório, visa “aumentar a familiaridade com o grupo de estudo, formular hipóteses e elucidar conceitos” (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 188). Como completa May (2004, p. 183)

[...] a observação participante, envolve tornar-se parte de um grupo, ou organização para entendê-los, então não é simplesmente o caso de “ficar por aí”. Tornar-se parte de uma cena social e participar nela requer que o pesquisador seja aceito em algum grau. Esse período de “inserção” em uma situação é importante tanto de forma analítica quanto pessoal.

Nesse sentido, a relação com o grupo de imigrantes do Haiti, em Campinas/SP, se deu antes mesmo do começo formal da pesqui-

sa de doutorado. O meu contato e vínculo com a comunidade haitiana começou no ano de 2019, antes de ingressar no programa de pós-graduação em Demografia/Unicamp, no período de julho de 2019 a janeiro de 2020, no qual realizei um estágio, através do Observatório das Migrações em São Paulo-NEPO/UNICAMP, na Prefeitura Municipal de Campinas/SP, dentro da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Cidadania, no Serviço de Apoio ao Imigrante, Refugiado e Apátrida.

O Serviço municipal foi cria-

do no ano de 2016 no âmbito de uma alta demanda de imigrantes, principalmente de nacionalidade haitiana, para o município de Campinas/SP (SCATOLINI e FRANCISCO, 2018; LEÃO, 2017).

O Serviço atua no atendimento direto ao cidadão, de forma diferenciada, identificando suas necessidades, fornecendo informações a respeito de serviços públicos, orientando e executando ações em cinco Eixos de Trabalho; 1- intersetorialidade e Interculturalidade; 2- Processos Formativos; 3- Regularização de Documentação; 4- Trabalho e Geração de Renda; 5- Atendimento Humanitário personalizado (SCATOLINI e FRANCISCO, 2018, p.966).

As atividades realizadas nesse estágio se concentravam na sistematização das fichas cadastrais (em papel) dos imigrantes e refugiados para uma plataforma digital, que em um primeiro momento concentravam-se em um documento do *Google Sheets*, e depois alimentaria um banco de dados online criado pelo grupo de pesquisa Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/Unicamp. Muitas das informações alimentadas nesse banco de dados eram oriundas da Política Federal seguida de cópias de documentos pessoais. Grande parte do público

que procurava o Serviço municipal eram de haitianos e haitianas e com isso, meu vínculo com esse grupo se inicia.

Ao final do estágio (janeiro/2020) e ingresso formal no doutorado (março/2020) temos o princípio da pandemia de COVID-19. Com isso, diversos desafios foram impostos e situações de vulnerabilidade se acentuaram. Devido a esse contexto, recebo através do *WhatsApp* a divulgação de uma campanha de arrecadação de cestas básicas para a comunidade haitiana. Em decorrência da divulgação dessa campanha, sou adicionada a grupos do *WhatsApp* e a aproximação com a comunidade começa a se fortalecer.

Por participar desses grupos de *WhatsApp*, diversas foram as reuniões online realizadas, e nesse momento, a minha posição, assim como de outros brasileiros que faziam parte do grupo, era de voluntária. Imbuídos na intenção de ajudar a comunidade fizemos algumas campanhas, e uma delas foi a venda de máscaras e camisetas para arrecadar fundos para a Associação dos Haitianos. O aplicativo *WhatsApp* e outras plataformas de videochamada fizeram com que eu conhecesse algumas lideranças da comunidade haitiana, entre elas, o Presidente da Associação dos Haitianos de

Campinas e Região para o Desenvolvimento que utiliza o espaço da Igreja Cristo Salva, em Barão Geraldo, Campinas/SP. Lócus fundamental do desenvolvimento deste trabalho de campo.

A construção de um vínculo de confiança com a comunidade haitiana foi gradativa e cuidadosa, com o objetivo de aplicar o questionário de pesquisa para coletar os dados qualitativos sobre seus projetos migratórios e vivências em Campinas/SP.

ACESSO AO CAMPO: CONVIVÊNCIA COM A COMUNIDADE HAITIANA EM CAMPINAS/SP

No ano seguinte (2021), devido ao agravamento da pandemia, e a realização do Programa de Estágio Docente (PED)², obrigatório para alunos bolsistas, retornei mais fortemente meu vínculo somente em novembro de 2021. O contato se deu porque o grupo de pesquisa em que faço parte, “Observatório das Migrações em São Paulo/ NEPO- Núcleo de Estudos de População Elza Berquó/ Unicamp, direcionou a doação de diversas cestas para a comunidade haitiana, através de um projeto com o Ministério Público do Trabalho (MPT). Vale ressaltar que as quantidades sempre foram bastante expressivas e muito

¹ Este capítulo relata a experiência do trabalho de campo realizada, no período de novembro de 2022 a junho de 2023, no contexto da pesquisa de doutorado intitulada de “Migrações haitianas: presença e vivência em Campinas-SP”, como parte da tese. Essa pesquisa faz parte do Observatório das Migrações em São Paulo- NEPO/UNICAMP.

² O PED é um programa institucional da Unicamp que possibilita o aperfeiçoamento da formação do estudante de pós-graduação para o estágio em experiência docente ou de apoio às atividades docentes. Para mais informações acessar: <https://www.prpg.unicamp.br/estagio-docente/ped/>

aproveitadas, principalmente durante o período da pandemia de COVID-19. Esta primeira doação correspondeu a quantidade de 297 cestas no mês de novembro de 2021. A distribuição das cestas sempre ficou a cargo dos próprios membros da Associação dos Haitianos de Campinas e Região para o Desenvolvimento.

Todas as doações eram concentradas em igrejas evangélicas, sendo que, as doações mais recentes, dos anos de 2022 e 2023, sempre foram destinadas a Igreja Cristo Salva, em Barão Geraldo, Campinas/SP.

A entrada presencial na comunidade haitiana se deu pelo contato realizado no ano de 2020, diretamente com o Presidente da Associação dos Haitianos de Campinas/SP. Através da relação com o Presidente, conheci outro membro da Igreja/Associação também haitiano, estudante da Unicamp, e que foi ator fundamental na construção do meu trabalho de campo, pois é membro influente na Igreja Cristo Salva em Barão Geraldo³, liderando diversos cultos e articulando atividades culturais e filantrópicas dentro da comunidade.

Através das doações de cestas básicas e participação nos cultos dominicais, estabeleci um vínculo mais próximo com o membro da Igreja/Associação e com isso fui convidada a participar, no segun-

do semestre de 2022, de uma atividade cultural, em que mulheres da Igreja Cristo Salva se organizaram para cantar músicas e louvar a palavra de Deus e ao final, servirem uma sopa típica haitiana, chamada de bouyon/bouillon. A sopa não teve caráter filantrópico e foi requisitado uma contribuição de R\$50,00 para se servir.

As impressões dessa primeira atividade, que não foi a minha primeira ida a Igreja, eram de estranhamento e desconfiança por parte dos imigrantes haitianos e haitianas. Era como adentrar um território haitiano muito restrito em solo brasileiro. Todas as atividades são realizadas em crioulo haitiano, língua nativa do Haiti e não havia presença de pessoas de outras nacionalidades. Muito embora houvesse essa sensação de desconfiança que era percebida através de olhares discretos de “canto de olho” me medindo da cabeça aos pés (afinal, eu era a única mulher branca presente nas atividades), muitas vezes, foi colocada a minha disposição um intérprete/tradutor (algum membro da Igreja que falasse bem português e que sempre era alguém desconhecido da minha pessoa) para traduzir as falas e com isso, eu ter compreensão do que estava sendo dito.

Após esse evento, participei diversas vezes dos cultos, sempre

recepcionada pelo Membro da Igreja/Associação, que acontecem aos domingos de manhã e outras atividades culturais e festivas, que também ocorriam aos domingos, como por exemplo, uma festa para as crianças em que houve a participação de uma pastora angolana e outras igrejas da região. Acho que esse foi o dia mais cheio que presencie na Igreja. Pouquíssimos eram os brasileiros que estavam presentes, e durante toda a fala da pastora angolana que proferiu a fé em português, estava simultaneamente, algum haitiano traduzindo para o crioulo.

Durante essas minhas idas aos cultos, algo que sempre me chamou atenção foi como a comunidade conduz os cuidados com as crianças. Mesmo que a minha entrada nesse espaço tenha tido a abertura de um membro influente no grupo, que sempre reforçava a credibilidade da minha presença, a desconfiança era presente nos olhares. Embora tivessem olhares resabiados, o que me pareceu, é que o cuidado de uma criança é de responsabilidade de todos e não apenas dos seus responsáveis. Algumas vezes, bebês e crianças dormiram no meu colo durante quase todo o culto e eu nem sequer ficava sabendo seus nomes. A impressão era de que eu estava, assim como todos ali, cumprindo uma função básica, de cuidar/ as-

sistir as crianças da comunidade.

De todos os eventos que participei, o mais relevante aconteceu em dezembro de 2022, em que eu pude participar da sua organização. A demanda do evento veio através do Membro da Igreja/Associação, que nesse momento, já tínhamos laços estreitados e muitas foram as conversas sobre necessidades e interesses da comunidade haitiana. Ele relatou que seria interessante informar os direitos trabalhistas para a comunidade haitiana, para assim, garantir a não violação de direitos básicos, que segundo ele, estavam sendo desrespeitados.

As pessoas convidadas para a realização e organização deste evento, que foi intitulado de “I Seminário sobre Direitos Humanos e Imigração: Direito dos Trabalhadores”, faziam parte da minha rede de contato e tem em sua experiência laboral e/ou acadêmica temas que versam sobre imigração internacional e direitos trabalhistas.

Para realização do seminário, que mais uma vez ocorreu na Igreja Cristo Salva, articulei contato com o Prof. Dr. Guilherme Perez Cabral da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), bem como, com a Desembargadora aposentada Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa, além de profissionais da área do direito trabalhista e pesquisadoras do tema das migrações internacionais. O evento foi divulgado através do

WhatsApp e também pelo site de notícias G1, cuja a possibilidade de divulgação neste veículo se deu através do contato de uma colega do grupo de pesquisa “Observatório das Migrações em São Paulo” que é graduada em jornalismo.

Foram feitas algumas reuniões para organizar o Seminário descrito acima. Essas reuniões sempre aconteceram no espaço da Igreja Cristo Salva em Barão Geraldo, com a minha presença, a presença do Membro da Igreja/Associação e a presença do Professor Dr. Guilherme, da PUC-Campinas.

À parte da minha participação nos eventos da Igreja, um evento organizado no mês de novembro de 2022 em celebração ao dia da Consciência Negra (20 de novembro) na Unicamp, contribuiu para expandir a minha rede de contatos e entrevistar pessoas fora do ambiente da Igreja. Nesse momento, fiz esse esforço para tentar captar percepções de outros grupos da comunidade haitiana. O evento foi organizado pela DeDH (Diretoria Executiva de Direitos Humanos) e Cader (Comissão Assessora de Diversidade Étnico-Racial) e foi intitulado de “Unicamp Afro”, contando com a ilustre presença do cineasta haitiano Raoul Peck. Nesse evento, pude estabelecer contato com 3 estudantes haitianos da Unicamp, que assim como eu, participavam das atividades.

Portanto, para que eu tivesse entrada na comunidade haitiana,

³ Barão Geraldo é um distrito localizado a noroeste no município de Campinas e configura-se como um importante espaço de circulação migrante, já que concentra em sua área a Unicamp e diversos polos nacionais e internacionais de pesquisa e desenvolvimento.

e que eu conseguisse aplicar o meu questionário de pesquisa, foi necessária a construção de um vínculo que começou a ser formado antes mesmo do meu ingresso no doutoramento em 2020, como mostra a figura 1 abaixo.

A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Concomitante a esses eventos, realizo em outubro de 2022 a minha primeira entrevista, com o Membro da Igreja/Associação. O escolhi para ser meu primeiro entrevistado, pois além de eu ter construído uma ligação mais próxima com ele, também faço essa primeira entrevista como um teste de aplicação do questionário para avaliar a duração da entrevista e compreensão das perguntas. Ressalto que, essa primeira entrevista só aconteceu depois da

aprovação do comitê de ética em pesquisa da Unicamp- CAAE número 59669722.4.0000.8142, em julho de 2022. O questionário de pesquisa foi estruturado, inicialmente, com 30 questões dentre elas perguntas abertas e fechadas, compondo uma entrevista semiestruturada. Essa metodologia permite que ao mesmo tempo que se tenha um roteiro pré-definido de perguntas, a condução da entrevista seja mais informal, similar ao de uma conversa, (BONI e QUARESMA, 2005), o que em um contexto de descon-fiança por parte da comunidade haitiana, facilitou a aplicação. Objetivo central da aplicação deste questionário de pesquisa era coletar dados qualitativos sobre a percepção do grupo em relação a vivência no município de Campinas/SP, bem como, auferir

sobre os projetos migratórios dos haitianos e haitianas, tanto no que se refere a sua chegada, quanto aos seus planos futuros. O critério para a seleção dos entrevistados foi que tivessem 18 anos ou mais e devido a minha não fluência em francês e/ou crioulo haitiano, outro critério é que os entrevistados falassem português. Alguns haitianos e haitianas (as) com baixa fluência na língua portuguesa, contaram com a ajuda de um intérprete haitiano, também respondente do meu questionário de pesquisa. Antes do começo formal das minhas entrevistas, muitas foram as conversas com os haitianos e haitianas que pude conhecer no espaço da Igreja Cristo Salva. Como frequentei diversas vezes os cultos e outras atividades culturais, tive a chance de conversar e re-

gistrar em um caderno de campo as minhas impressões e falas desses imigrantes. Essas conversas informais antes da aplicação do questionário de pesquisa sempre aconteceram com membros da comunidade haitiana fluentes em português. Depois da primeira entrevista em outubro de 2022, que serviu como teste de aplicação, no mês seguinte, comecei as entrevistas propriamente ditas. Essas entrevistas formais foram gravadas, através de um gravador de áudio do meu celular e exigiam a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Esse termo garante a seguridade dos direitos do entrevistado. Muito embora este Termo seja para proteger o entrevistado, o fato de exigir uma assinatura fez com que a aceitação na pesquisa fosse mais baixa

e mais difícil do que eu imaginava. Mesmo eu me apresentando como pesquisadora de doutorado da Unicamp, e garantindo que todas as informações seriam sigilosas, usadas apenas para pesquisa acadêmica, os olhares descrentes eram muitos e um sentimento de insegurança por parte deles dificultou a minha coleta de dados. Essa descrença era percebida no contexto de aplicação de um questionário formal de pesquisa, com a exigência da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em um contato mais informal, de observação participante, as conversas corriam mais naturalmente e as falas não eram acompanhadas desse sentimento de desconfiança. Como forma de amenizar essa insegurança, eu entregava nas mãos deles as perguntas do meu

questionário e reforçava que não eram perguntas pessoais e/ou íntimas que pudessem prejudicá-los de alguma forma. Também sublinhava que o Membro da Igreja/Associação já havia respondido esse mesmo questionário e que eles poderiam procurá-lo caso tivessem alguma dúvida. A figura desse Membro da Igreja/Associação foi uma porta de entrada importante, além do que, ele traduziu o meu questionário para crioulo haitiano facilitando a interação e o entendimento dos imigrantes. Na grande maioria das vezes essa estratégia foi efetiva e eu conseguir dar seguimento nas entrevistas. Graças ao meu contato com o Membro da Igreja/Associação, pude entrevistar sete imigrantes haitianos e haitianas frequentadores da Igreja Cristo Salva. Todas essas entrevistas acontece-

Figura 1. Cronologia das atividades de construção do vínculo com a comunidade haitiana



ram nas dependências da Igreja Cristo Salva, durante, ou, após o culto dominical. Desses sete entrevistados, houve apenas uma única exceção, em que a entrevista aconteceu nas dependências de um laboratório de pesquisa de um dos cursos da Unicamp, em novembro de 2022, haja visto que esse entrevistado é colega do Membro da Igreja/Associação, também estudante da Unicamp e membro da Igreja Cristo Salva. As entrevistas tiveram uma duração entre 15 e 20 minutos.

Os números da Figura 2 abaixo, representam a ordem em que as pessoas foram entrevistadas,

sendo que o primeiro entrevistado foi o Membro da Igreja/Associação. Como ele foi figura importante para a construção deste trabalho de campo, a sua identificação no esquema de rede da Figura 2, foi através de uma nomeação e não numeração. O presidente da Associação/ Membro da Igreja não foi entrevistado⁴. No entanto, ele foi fundamental para me colocar em contato com o Membro da Igreja/Associação, cujo o qual me abriu tantas portas.

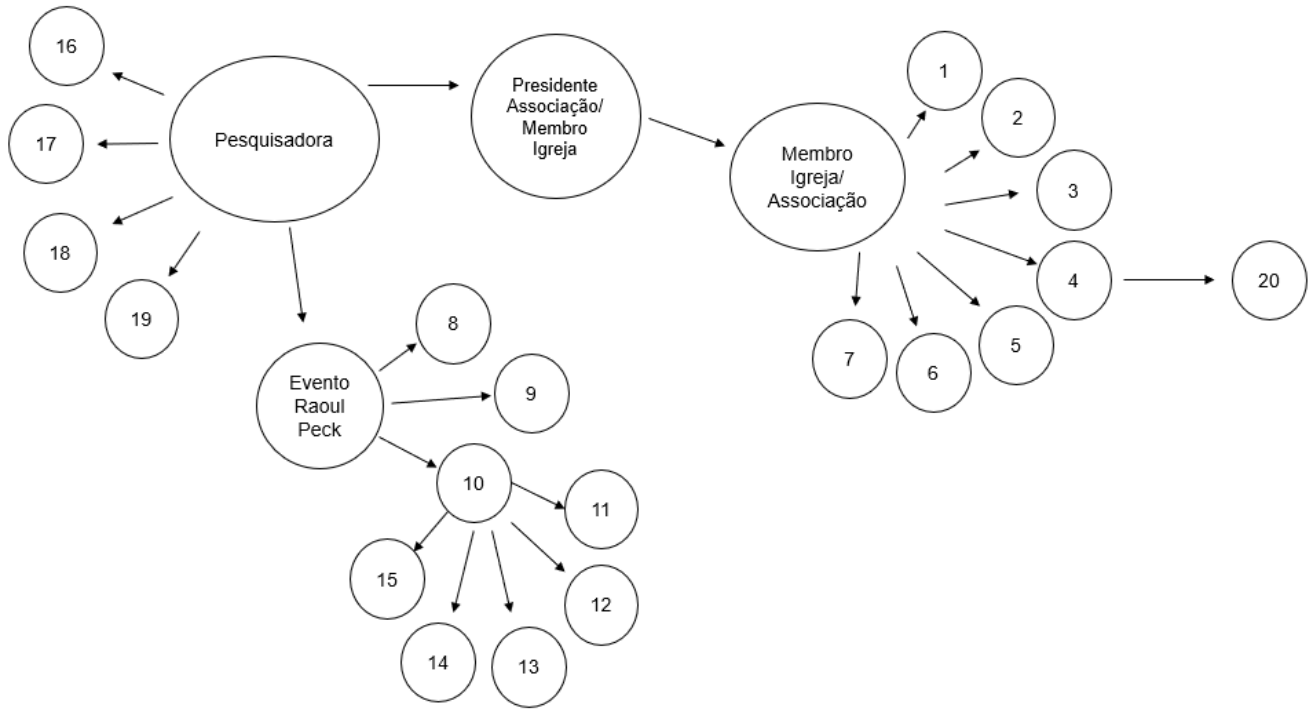
Como já mencionado, durante os dias do evento da Consciência Negra na Unicamp e palestras do Raoul Peck, conheci três alu-

nos haitianos (números 8, 9 e 10 na Figura 2) e os convidei para participarem da minha pesquisa e prontamente eles aceitaram. As entrevistas com esses alunos ocorreram nas bibliotecas ou espaços coletivos de estudos dentro da universidade e acontecerem nos meses de novembro/2022, janeiro/2023, e em junho/2023. Devido aos compromissos de ambas as partes, foi difícil alinhar as datas das entrevistas, e por isso algumas delas aconteceram mais tardiamente do que o esperado.

O contato com esses alunos formou uma importante rede, já que através de um dos estudantes (en-

⁴ A escolha deliberada de não o entrevistar foi para preservar um bom relacionamento entre nós. Isso porque, ficou evidente através da observação participante, alguns conflitos existentes entre os membros da comunidade haitiana, especificamente dentro da Associação.

Figura 2. Construção da rede de contato das entrevistas



trevistado 10), foi possível entrevistar mais 5 pessoas (Figura 2), fora do contexto universitário e da Igreja Cristo Salva de Barão Geraldo.

No entanto, a articulação dessas entrevistas intermediadas pelo entrevistado 10 só aconteceu no mês de março de 2023. Essas entrevistas foram importantes pois configuraram outro grupo de haitianos e haitianas da cidade de Campinas/SP. Elas aconteceram nos bairros Jardim Florence I e II, conhecidos no município por concentrar grande quantidade de imigrantes haitianos e haitianas, isso porque, o entrevistado 10 mora na região. Esse bairro representa outro espaço de vivência da comunidade haitiana, com características socioeconômicas distintas daquelas de Barão Geral, que denota um espaço de bastante valorização urbana. Enquanto o Jardim Florence I e II, se localiza na região sudoeste do município de Campinas/SP, região mais periférica, Barão Geral está na região Noroeste do município.

As entrevistas aconteceram em um sábado à tarde em que eu, acompanhada do entrevistado 10, fomos até as casas das pessoas. Assim como em Barão Geraldo, no bairro Jardim Florence I, também existe uma Igreja Evangélica liderada por haitianos e haitianas em que os cultos acontecem em crioulo, chamada de Shekinah. Por questões relativas a logística, tempo de deslocamento e desconhecimento de pessoas que poderiam me recepcionar neste espaço, nunca assisti o culto da Igreja Shekinah.

Pari Passu a todos os eventos descritos acima, durante a minha circulação por Barão Geraldo e Campinas/SP, consegui entrevistar mais 4 haitianos e haitianas. O primeiro contato com essas 4 pessoas se deu de maneira bastante informal, abordando-os em espaços públicos, ou contatos pretéritos a pesquisa, decorrente da primeira campanha de arrecadação de cestas básicas. Após esse primeiro con-

tato e apresentação da pesquisa, as entrevistas foram realizadas. Duas dessas entrevistas aconteceram por telefone (as únicas de todo o trabalho) e as outras duas aconteceram no local de trabalho de um dos haitianos, com autorização de seus superiores, e a outra em uma praça pública dentro da Unicamp.

Enquanto finalizava a primeira etapa de entrevistas, senti a necessidade de fazer uma nova rodada com os mesmos 21 entrevistados para verificar se existia ou não, alguma relação deles com a Unicamp, com 3 perguntas abertas.

Infelizmente, não consegui encontrar todos os entrevistados da primeira rodada. Dos 21 entrevistados, eu consegui (re)contactar 20. Mesmo frequentando o culto dominical, a ida de muitas pessoas está condiciona as folgas trabalhistas o que dificultou esse encontro. Essa segunda rodada de entrevistas aconteceu enquanto eu terminava a primeira rodada, no primeiro semestre de 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do trabalho de campo e da credibilidade com a comunidade haitiana decorreu de um exercício contínuo de contato e participação de eventos do próprio grupo no transcorrer de quatro anos. A prática da escuta de diversos membros da comunidade haitiana em conversas informais fortaleceu o vínculo e fez com que eu tivesse a credibilidade de membros importantes, para assim, aplicar o questionário.

A escolha da metodologia da observação participante foi fundamental para construir o acesso ao grupo de imigrantes haitianos e pouco a pouco, conquistar parte de sua confiança. A preferência pela aplicação de um questionário

semiestruturado ajudou a superar o estranhamento deles, já que se assemelha a uma conversa mais informal. Importante ressaltar que o uso das metodologias descritas acima precisa estar de acordo com os objetivos da pesquisa, que neste caso foi apropriado já que a intenção era captar dados qualitativos das vivências dos imigrantes em Campinas/SP.

Ficou evidente com este trabalho de campo dois aspectos centrais da imigração haitiana para o Brasil. O primeiro deles é a forte presença das igrejas, sobretudo igrejas evangélicas. E o segundo é baixa participação da imigração haitiana feminina.

Como relatado, a Igreja Cristo Salva exerce centralidade na

comunidade haitiana em Barão Geraldo, Campinas/SP, isso porque, além de ser um espaço físico capaz de receber e armazenar doações, configura-se como um importante local de vivência, troca de experiência e possibilidade de compartilhamento de estratégias de inserção nesse novo contexto social de chegada (COTINGUIBA e CONTINGUIBA, 2018)

A entrada de campo através desse espaço de convivência religiosa foi fundamental para a consolidação da pesquisa. Além disso, o contato com alunos haitianos na Unicamp também possibilitou um importante acesso a um grupo distinto de imigrantes haitianos em Campinas/SP.

Dos 21 entrevistados nesta pes-

quisa, apenas 4 foram respondidos por mulheres, sendo que duas delas foram acompanhadas por seus maridos. Um fator que pode estar associado a essa baixa aderência feminina é a sua menor participação nos processos de migração⁵. Esse fator expõe aspectos das desigualdades de gênero presentes no país, já que mulheres, em maior grau, não participam da educação formal e sua participação social é restrita a vida doméstica, “dedicada a reprodução familiar” (ROSA, 2006, p. 20).

Os resultados da pesquisa de

campo apontam para fortes redes migratórias, que direcionam diferentes grupos sociais de imigrantes do Haiti para Barão Geraldo em Campinas: espaço em que coube à Unicamp ser o nó desta rede.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONI, V., QUARESMA, S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. In: Revista Eletrônica de Pós-Graduados em Sociologia Política da UFSC, vol. 2, nº 1 (3), janeiro- julho/2005, p. 68-80
CONTINGUIBA, G.C., CONTINGUIBA, M.L.P. Uma análise da presença haitiana na Amazônia: um estudo de caso de Porto Velho. In: Baeninger et al (Org.). Migrações Sul-Sul- Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”- Nepo/Unicamp, 2018, 976 p.

LEÃO, AV. Reconhecimento legal e estima social nas políticas públicas de integração de imigrantes em nível municipal em São Paulo e Bruxelas. Tese (doutorado) – Instituto de Relações Internacionais. Universidade de São Paulo, 2017.
MAY, T. Pesquisa social: questões e métodos e processos; Tim May; trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares- 3 e.d.- Porto Alegre: Artmed, 2004.
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M. Fundamentos da metodologia científica. – 5 e.d.- São Paulo: Atlas, 2003.
ROSA, Renata de Melo. A construção da desigualdade no Haiti: experiências históricas e situações atuais. In. Revista Universitas: Relações Internacionais v.4, n.2. Brasília: (2006).
SCATOLINI; M. V.; FRANCISCO, N. Relato de Atividade da Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Cidadania – Serviço de Referência ao Imigrante, Refugiado e Apátrida. In: BAENINGER, R. et al. Migrações Sul-Sul Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2018 (2a edição).

⁵ Quando analisamos as quantidades dos imigrantes haitianos e haitianas para o Brasil, o montante de homens no acumulado dos anos de 2012 a 2022 é de 62,77%, enquanto o de mulheres é de 37,22%- Fonte de Dados: Sistema de Registro Migratório (SISMIGRA), Departamento da Polícia Federal- Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMIgra. Tabulação Observatório das Migrações em São Paulo- NEPO/UNICAMP. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sincro-sismigra/>. Acesso em 24 de jan de 2024.





O CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DA AMÉRICA LATINA (CBEAL)

Maria Vitória Lima
Maristela Debenest

Maria Vitória Lima
Graduada em Jornalismo com especialização em Educomunicação, atuou por 10 anos na área de audiovisual em Manaus/ AM como produtora, repórter e apresentadora de programas televisivos e radiofônicos tanto de entretenimento quanto hard News. Em São Paulo/SP atuou como revisora audiovisual e atualmente integra equipe da Gerência de Planejamento Acadêmico e Publicações do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina (CBEAL), diretoria vinculada à Fundação Memorial da América Latina, responsável pelos eventos e produções acadêmicas em diversos âmbitos.

Maristela Debenest
Graduada em Ciências Sociais e Pedagogia, considera-se uma profissional bípede: tem trajetória tanto na área de educação quanto na de edição. Foi por mais de 15 anos editora de publicações de divulgação e treinamento, bem como de revistas infanto-juvenis. Em educação, além de ter editado materiais didáticos e paradidáticos, atuou como assessora pedagógica junto a redes públicas em programas estaduais, federais e internacionais (PNUD). Atuou também como gestora pública por mais de uma década no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Atualmente, trabalha como redatora concursada e atuando no Centro Brasileiro de Estudos da América Latina (CBEAL), da Fundação Memorial da América Latina.

O Centro Brasileiro de Estudos da América Latina – CBEAL foi concebido pelo antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro para atuar no âmbito da produção e divulgação cultural latino-americana de cunho mais acadêmico. Idealizador do projeto cultural do Memorial da América Latina, Darcy propôs

“...uma universidade sem alunos e sem professores, porque seus mestres seriam os acadêmicos mais competentes de toda a América, que lá se sucederiam dando cursos sobre suas obras, em seminários mensais de balanço crítico do estado de desenvolvimento de cada canto do saber.” (RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997).

Embora não tenha alcançado o nível de excelência pretendido pelo pensador nos anos 1990, ao longo de sua história o CBEAL realizou simpósios e palestras, bem como promoveu cursos e debates sobre a América Latina, em estreita cooperação com as universidades estaduais paulistas (USP, Unicamp e Unesp) e, por meio de acordos de cooperação e convênios, com outras universidades e instituições de pesquisa brasileiras e hispano-americanas.

Não só. Com o objetivo de apoiar pesquisas sobre temas inovado-

res, fomenta a produção de pesquisadores brasileiros por meio de bolsas de curta duração oferecidas no âmbito da Cátedra/Rede de Cooperação UNITWIN/UNESCO para integração da América Latina e das Bolsas CBEAL, de que se trata mais adiante. Como desdobramento dessas atividades, publica livros físicos e digitais sobre os temas abordados nessas pesquisas e sobre eventos de peso, editados por sua equipe institucional.

Além disso, edita semestralmente a revista *Nossa América/ Nuestra América*, o mais longo periódico cultural brasileiro, em circulação desde 1989. Nele, jornalistas, ensaístas, fotógrafos, curadores, críticos de arte e outros profissionais da cultura abordam temas relevantes para os diversos cenários das Américas do Sul, Central e do Caribe.

Está sob sua responsabilidade também o grande Salão de Atos, espaço nobre onde se encontram expostos ao público o *Painel Tiradentes*, têmpera sobre tela de Candido Portinari, e seis painéis monumentais sobre a história latino-americana, criados por Poty (Napoleon Potyguara Lazzarotto) e Carybé (Hector Julio Páride Bernabó), em baixo relevo sobre concreto.

O CBEAL é ainda o responsável

pela administração de dois equipamentos de guarda e divulgação de acervos do Memorial da América Latina: a Biblioteca Latino-Americana e o Pavilhão da Criatividade. Com esse conjunto de atribuições, atividades e tarefas, o CBEAL busca cumprir com alguns dos objetivos precípuos da Fundação Memorial da América Latina, estabelecidas tanto em sua lei de criação como em seus estatutos.

INSTITUIÇÃO DE APOIO A PESQUISA

Embora não se caracterize como instituição acadêmica e sim cultural, a Fundação Memorial da América Latina vem desempenhando, ao longo dos anos, papel de apoio suplementar a pesquisadores brasileiros e latino-americanos nas áreas de Humanidades (Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, segundo tabela do CNPq) muitas vezes premido por disponibilidade orçamentária.

A primeira iniciativa data de 1992. Na ocasião, por meio do CBEAL e em parceria com o Instituto de Estudos Avançados da USP¹, foi financiada uma bolsa integral ao sociólogo e pesquisador peruano Aníbal Quijano² – então professor emérito da Universi-

dade Nacional São Marcos e um dos mais relevantes pensadores decoloniais da atualidade. A concepção que orientava a Cátedra, então denominada Simón Bolívar, era promover a divulgação, no Brasil, de estudos latino-americanos de pesquisadores dos países hispânicos do subcontinente. Em sua estada de um semestre em São Paulo, Quijano teve amplo contato com pesquisadores da USP, proferiu conferências abertas ao público interessado, ministrou aulas, participou de seminários³. O mesmo modelo – voltado à divulgação no Brasil de estudos latino-americanos feitos por pesquisadores dos países hispânicos do subcontinente – foi adotado em 1993, na concessão de bolsa integral para o historiador uruguaio Gustavo Beyhaut, à época professor da Universidade Paris III, França⁴.

No último ano de vigência do termo de cooperação com o IEA/USP, 1994, a Cátedra contou com três professores-doutores conferencistas: Hugo Achugar (poeta uruguaio, professor da Universidade de Miami), Ángel G. Quintero Rivera (sociólogo e historiador

porto-riquenho) e Rodrigo Montoya (escritor e antropólogo peruano da Universidade Nacional Mayor de São Marcos)⁵.

Houve então um interregno de mais de uma década, com mudanças na governança estadual e restrições orçamentárias destinadas à área da cultura. Em 2006 a FMAL – sempre por intermédio do CBEAL, mas agora em parceria com as três universidades públicas paulistas que participam do Conselho Curador, USP, Unicamp e Unesp – retoma o projeto de apoio a pesquisadores com um novo modelo.

A Cátedra Memorial da América Latina, como foi então chamada, passou a ofertar uma quantidade maior de bolsas de estudo, destinadas a pesquisadores brasileiros e latino-americanos que frequentavam os cursos de extensão ministrados por professores doutores. Além dos cursos, a Cátedra também promoveu conferências e seminários abertos ao público em geral. Os cursos de extensão, de 40 horas-aula ao longo de um semestre, dirigiram-se tanto aos pesquisadores-bolsistas selecionados quanto a demais

pesquisadores e ao público geral – sendo que os bolsistas, além da frequência regular, apresentaram trabalhos ao final das atividades. O custeio das bolsas e das atividades – inclusive a impressão dos trabalhos resultantes dos cursos – passou a ser bancado por empresas privadas patrocinadoras. Os grandes temas eram indicados por uma Comissão de Orientação da Cátedra. A seleção dos bolsistas, com base no currículo dos candidatos, passou a ser feita pelo catedrático da vez – ou por indicação das universidades latino-americanas cooperadas no programa. Os catedráticos responsáveis, escolhidos por essa Comissão, foram preferencialmente professores doutores das três universidades públicas estaduais, o que tornou os custos da Cátedra menos pesados para o orçamento da FMAL, que sediou todas as aulas e eventuais seminários conexos.

Em sua dissertação de mestrado, Eduardo Rascof explica como se manejaram os problemas com os custos do novo modelo, implantado em 2006:

Cada patrocinador entrava com uma cota de US \$10 mil, renová-

1 Para realizar a chamada Cátedra Simón Bolívar, a FMAL firmou um termo de cooperação com o IEA/USP, com duração de três anos. A FMAL arcava com o pagamento da bolsa ao pesquisador latino-americano e oferecia a infraestrutura para seu trabalho de um semestre em São Paulo; este, em contrapartida, ministrava palestras e escrevia artigos sobre seus estudos.

2 A edição de 1993 da revista *Nossa América/ Nuestra América* traz uma entrevista com Aníbal Quijano, bem como seu artigo “Estética da utopia”, em que ele aborda a problemática da autonomia latino-americana. Quijano publicou também artigo na revista *Estudos Avançados* (no 6)16, 1992) do IEA/USP.

3 Especificamente sobre as Cátedras do Memorial até 2020, a maior parte das informações foram obtidas em RASCOF, Eduardo C. *Memorial da América Latina 33 anos depois: da integração sonhada aos dilemas contemporâneos*. Dissertação de mestrado orientada pela Profa. Dra. Lisbeth Ruth Rebollo Gonçalves, Prolam/USP. 2023.

4 Ver <http://www.iea.usp.br/pesquisa/professores-visitantes/ex-professores-visitantes-internacionais/gustavo-beyhaut>

5 Ver um resumo das atividades do Termo de Cooperação Técnico, Científico e Cultural assinado pela FMAL com o IEA/USP em: <http://www.iea.usp.br/pesquisa/catedras-e-convenios/simao-bolivar>.

veis anualmente. As empresas que apoiaram o projeto nos primeiros anos foram a Energias do Brasil, Odebrecht, Sabesp, Itaú, Repsol e Santander. Na ausência delas, ou insuficiência de arrecadação via patrocinadores, as despesas seriam discutidas caso a caso. Em alguns anos, as universidades (em rodízio entre si) se responsabilizaram por pagar o catedrático e o Memorial as despesas com transportes, hospedagens, cachês e alimentação dos palestrantes internacionais. (RASCOV, Eduardo. *Memorial da América Latina 33 anos depois: da integração sonhada aos dilemas contemporâneos*. 2023)

Enquanto os cursos se desenvolviam, pleiteava-se a chancela da UNESCO ao programa – o que ocorreu no segundo semestre de 2009. A partir de então, embora instituída por universidades públicas, mas coordenada pela FMAL, instituição não acadêmica, a Cátedra passou a integrar as chamadas Unesco Chairs, que compõem o Programa de Cátedras Unesco/Unitwin. As conferências, seminários e mesas-redondas, realizadas como atividades associadas à Cátedra Unesco/Memorial, abertas ao público interessado, sempre objetivaram a ampla difusão de conhecimentos – especificamente sobre e para a América Latina –, no espírito do recente Decreto nº 11.754, de 2023, Pop Ciência.

Novo interregno ocorre entre 2016 e 2019. Mudanças na gestão estadual e na Fundação somadas

a um incêndio que em 2013 destruiu o Auditório Simón Bolívar, principal equipamento usado para locação e captação de recursos, fizeram com que a Cátedra Unesco/Memorial adormecesse mais uma vez. Um sono que acabou por se revelar prolífico pois ela renasceu, em 2020, em novo modelo, mais democrático, mais conforme aos tempos democráticos e de democratização do acesso à produção científica. Um modelo que, além de tudo, buscava apoiar pesquisadoras e pesquisadores já matriculados em cursos de pós-graduação de instituições de educação superior, sobretudo públicas. Além de tudo, um modelo menos oneroso diante do orçamento da FMAL.

A partir de 2020, a Cátedra Unesco/Memorial para a Integração da América Latina passou a lançar editais públicos para a seleção de pesquisadores-bolsistas, que devem apresentar seus projetos de pesquisa em andamento em programas de pós-graduação. A seleção pública dos bolsistas entre os inscritos é feita por uma comissão específica, composta pela direção do CBEAL e pelo catedrático-coordenador.

Além disso, durante o período de vinculação à da Cátedra, os pesquisadores devem desenvolver uma atividade de divulgação, dirigida ao público não acadêmico. Uma atividade de grande relevância foi, por exemplo, a oferta de um minicurso *online*, realizado no início de 2021 dirigido especialmen-

te para agentes que trabalham com imigrantes ou refugiados. O curso contou com mais de 150 participantes de todo o país – com destaque para a Região Norte, onde ocorre a Operação Acolhida.

A Cátedra também deu origem a outra iniciativa, de leque mais aberto: a Bolsa CBEAL. Instituída também em 2020, a Bolsa CBEAL contempla também estudantes em iniciação científica que queiram desenvolver um projeto de investigação, contribuindo para alavancar o talento de futuros pesquisadores.

A BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA

A Biblioteca Latino-Americana Victor Civita tem como objetivo principal atuar como núcleo dinâmico de documentação, colocando à disposição do público em geral, e particularmente de pesquisadores, informações sobre o que se produz culturalmente na América Latina e sobre a região.

Na constituição do acervo, um grande desafio por seu ineditismo, Darcy Ribeiro usou suas relações nos meios intelectuais, entrou em contato com embaixadas, museus e universidades latino-americanas para conseguir elaborar uma bibliografia básica, que orientou as aquisições. Com colecionadores e livreiros importantes, principalmente do Rio de Janeiro, obteve uma “relação das principais coleções de obras.

Atualmente, há aproxima-

damente 50.000 volumes sob guarda, sendo aproximadamente 10.000 obras raras e especiais, das quais 37 estão registradas na Biblioteca Nacional. Graças aos recursos recebidos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), desde 2011 estantes deslizantes abrigam boa parte desse acervo – embora livros de livre acesso sejam mantidos em estantes abertas, localizadas junto às mesas de leitura do grande salão de consulta, no mezzanino do edifício.

MEMORIAL E AS MIGRAÇÕES DA AMÉRICA LATINA

Com sua autonomia para promover atividades acadêmicas e de pesquisas pela América Latina, a utilização dos espaços dentro do complexo são fundamentais para difundir o sentimento de pertencimento aos debates em questão, onde reunir os povos latino-americanos para tratar de suas pautas é o foco principal.

Como espaço físico para cumprir essa função, tanto a Biblioteca, quanto o Anexo dos Congressistas, espaço esse que dispõe de salas de aula e auditório, são os responsáveis por receber de forma presencial as ações sediadas em São Paulo capital.

Por si só, compromissos como os citados previamente já tem em seu DNA a intenção de receber

diferentes culturas e devolver ao povo esse conhecimento a partir de encontros que muitas vezes aconteceram na Biblioteca.

Foram muitas as atividades que trouxeram luz para assuntos como as migrações em tempos de pandemia de Covid-19, migração contemporânea, promoção de cursos de idiomas para refugiados, acolhimento para migrantes, além de uma série de simpósios, palestras, bolsas de estudos que se dedicaram a promover a aproximação da sociedade ao assunto em voga.

Os povos ao qual dedica-se atenção e empenho no quesito de amplificar duas vozes e diminuir barreiras a partir do entorno do Memorial, para que esse lugar de integração seja um espaço seguro para os corpos latinos que aqui buscam suas raízes.

MEMORIAL E UNICAMP

Em 2024, uma nova aproximação com o Núcleo de Estudos de População Elza Berquó – NEPO, acontece a partir da realização da I Conferência de Migração das Mulheres na América Latina, onde pesquisadoras e representantes de entidades envolvidas na temática migratória trouxeram relevante destaque para o cenário atual onde o fluxo migratório de mulheres latinas e caribenhas acontece no Brasil.

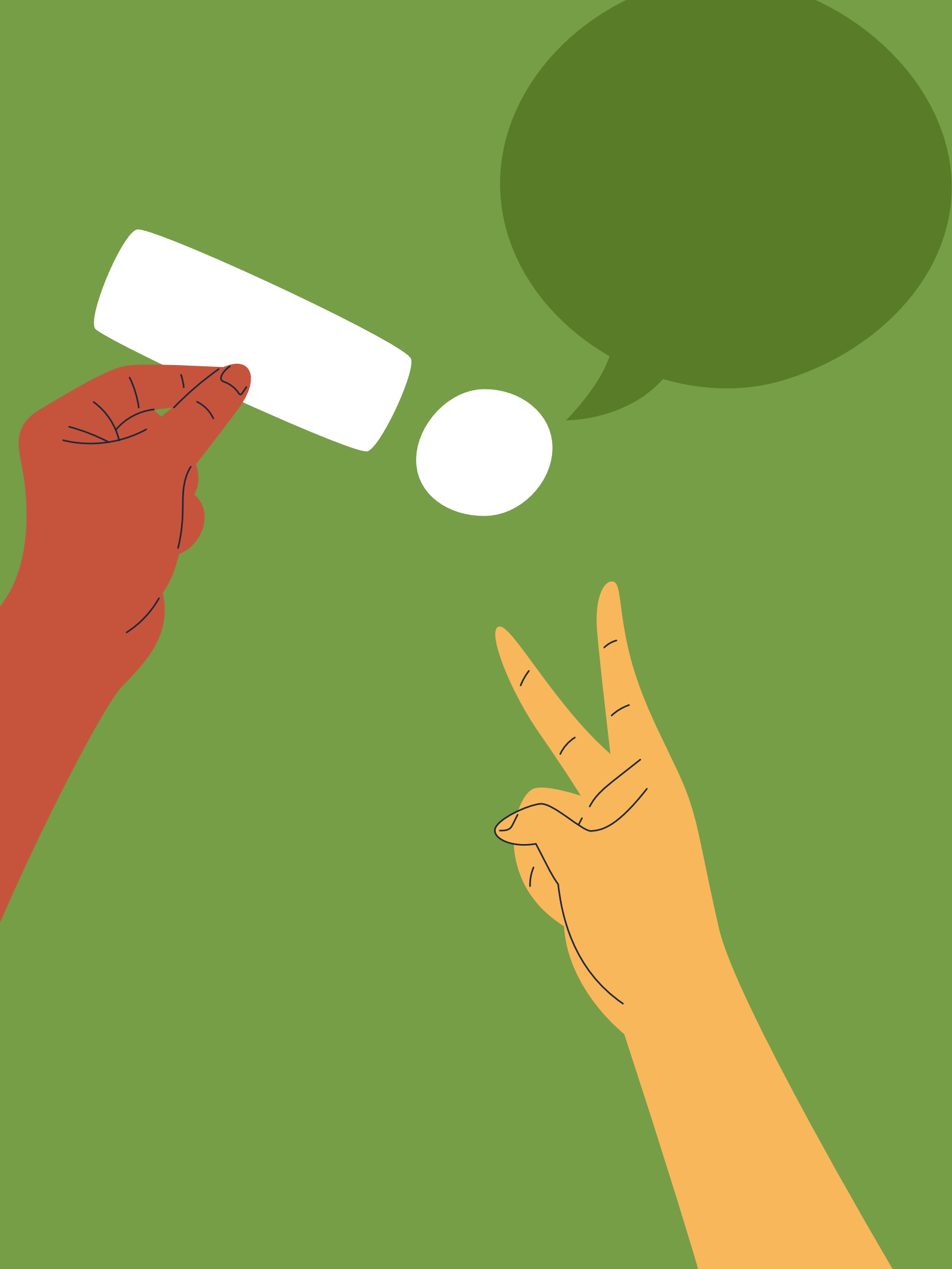
O CBEAL mais uma vez buscou

discorrer sobre o assunto que vem sendo destaque entre as pautas, como as questões de gênero, sabendo que ao tratar daquele tema, com recorte de mulheres latinas, tem-se uma demanda que precisa estar em sintonia com especialistas, pesquisadores e estudiosos do assunto com domínio para reproduzir suas pesquisas e trabalhos em um espaço democrático como o Memorial.

A Biblioteca Latino-Americana reforça este papel, de receber, acolher e promover encontros que possibilitem o conhecimento amplificado e diverso àqueles que buscam.

O mesmo aconteceu quando o Observatório de Migrações buscou novamente o CBEAL para sediar o seminário “Análises, Direitos e Vozes do Refúgio no Brasil”, em alusão ao Dia do Refúgio, evento este que atuou como uma prévia para a Conferência Livre Local de Migrações, Refúgio e Apatridia - II Comigrar, onde debatem políticas públicas para populações migrantes em suas mais diversas necessidades e realidades.

Este elo fértil e próspero é um reflexo dos fundamentos que norteiam a jornada de conhecimento e permitem que o CBEAL perpetue a ideal de uma América Latina integrada e difundida culturalmente e principalmente academicamente, como outrora pensou Darcy Ribeiro.



PLAC - PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE
INTERCULTURALIDADE EM AÇÃO EM SANTA
CATARINA (2020-2023)

Glaucia de Oliveira Assis
Michelle Maria Stakonski Cechinel
Daniel Granada
Lucas Matias da Silveira
Lina de Paula Magalhães
Mariurka Maturell Ruiz
Tafarel Cassaniga
Francisco Canella

Gláucia de Oliveira Assis
Pós-doutora no ISCTE- Universidade de Lisboa (2017) e no Núcleo de Estudo de População - NEPO (UNICAMP), (2017). realizou o doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2004), mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1995) e graduação em Ciências Sociais, pela Universidade Vale do Rio Doce (1987). É Professora na Universidade Vale do Rio Doce, atuando no Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território - GIT. É. Professora Titular Aposentada da Universidade do Estado de Santa Catarina. Coordenadora do Observatório das Migrações de Santa Catarina (Obmigra-SC), Pesquisadora no Laboratório de Relações de Gênero e Família - Labgef. Pesquisadora participante de Núcleo de Estudos de Desenvolvimento Regional - NEDER – Univale. Tem experiência na área de Estudos de População, Demografia e Antropologia em suas articulações com gênero, atuando principalmente nos seguintes temas: migrações contemporâneas, redes sociais, emigrantes brasileiros/as, relações de gênero, gênero e migrações internacionais.

Michelle Maria Stakonski Cechinel
Professora colaboradora do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Doutora em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH-UDESC), com estágio doutoral sanduíche nas instituições École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) e Institut d’Histoire du Temps Présent (IHTP). Mestra em História (UDESC), bacharela e licenciada em História (UDESC). Atualmente é coordenadora do GT de História da África da Associação Nacional de História (ANPUH), regional de Santa Catarina. É pesquisadora associada ao Observatório das Migrações Catarinenses (OBMIGRA/SC), vinculado ao Laboratório de Relações de Gênero e Família (LABGEF-UDESC).

Daniel Granada
Professor adjunto na Universidade Federal de Santa Catarina, atuando no Departamento de Ciências Naturais e Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Possui doutorado em Etnologia e História pela Universidade de Paris Ouest Nanterre La Défense e pela University of Essex. Mestre em estudos de Sociedades Latino Americanas pela Université de la Sorbonne Nouvelle Paris III. Graduado em Ciências Sociais e Mestre em Sociologia e Antropologia pelo PPGSA da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É pesquisador junto ao Observatório das Migrações de Santa Catarina, ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Brasil Plural e Promigra (Unifesp). Realizou estágio pós-doutoral junto à Faculdade de Economia da Universidade do Porto e no Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Trabalha nas temáticas relacionadas à saúde e adoecimento, mobilidade humana, migrações e interculturalidade.

Lucas Matias da Silveira
Mestre e Doutorando do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina/PPGPLAN/ UDESC; pesquisador do Observatório das Migrações de Santa Catarina/Obmigra-SC/UDESC

Lina de Paula Magalhães
Graduação em Direito pela Universidade Federal Fluminense (2010). Mestrado em Estudos Urbanos pela Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais - Equador (2015). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina, em dupla titulação com o Programa de Estudos das Mulheres, Discursos e Práticas de Gênero, da Universidade de Granada (Espanha). Pesquisadora do Observatório das Migrações de Santa Catarina (Obmigra) e do Grupo de Trabalho sobre Gênero e Colonialidade do Grupo de Pesquisa sobre o Sistema Interamericano de Direitos Humanos (Cátedra OEA) da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Estudos Urbanos, Estudos de Gênero e Migrações. Também é especialista em metodologias qualitativas e participativas.

Mariurka Maturell Ruiz
Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina/PPGH/UFGS; Pós-doutorado em História pelo PPGH/UDESC; pesquisadora do Observatório das Migrações de Santa Catarina/Obmigra-SC/UDESC.

Tafarel Cassaniga
Doutorando e Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGPLan/UDESC), com estágio doutoral sanduíche no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), na Universidade de Lisboa. Graduado no curso de Licenciatura em Geografia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2015). Integrante e pesquisador do Observatório das Migrações de Santa Catarina e do Laboratório de Relações de Gênero e Família (LABGEF/ UDESC). Tem experiência na área de Ciências Humanas por meio de atuação docente em Geografia, Sociologia, História e Filosofia, bem como atua em pesquisas nos estudos das migrações e demografia. Atualmente é pesquisador no Centro de Estudos Geográficos, do IGOT-UL, na elaboração do diagnóstico de suporte a população imigrante residente no município de Lisboa, em Portugal e, também, professor de Geografia e História para ensino fundamental e médio na rede privada de ensino.

Francisco Canella
Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente é professor efetivo da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), concursado na área de Sociologia da Educação e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (PPGPLAN).

O aumento do fluxo de entrada de migrantes do Sul global no Brasil, desde 2010, marca o início de uma nova posição do país na dinâmica de deslocamentos mundial. Segundo Jung, Assis e Cechinel (2018) nas últimas décadas, o Brasil emergiu como lugar de recepção e passagem de migrantes na rota das migrações internacionais, especialmente daquelas de direção Sul-Sul. Neste contexto, o ano de 2010 indica temporalmente o início do deslocamento de migrantes haitianos - chegados ao país, especialmente, pela Tríplice Fronteira Norte, após o terremoto que marcou a história do Haiti (Magalhães, 2016). O ano de 2014, por sua vez, estabelece o início do fluxo de africanos da região ocidental, em especial da República de Gana, para o país (Cechinel, 2021); por fim, em 2018, em decorrência da crise política na Venezuela, o número de refugiados venezuelanos registrados no

Brasil sugere um aumento significativo dos deslocamentos destes para o país (Jung, Assis, Cechinel, 2018). A última década é marcada, também, pela intensificação da entrada de migrantes e refugiados de países do Sul global que, antes de 2010, já tinham tradicionalmente o Brasil como destino de chegada ou passagem, como é o caso dos senegaleses, angolanos, sírios e argentinos. Esse “ir e vir” de migrantes e refugiados nas primeiras décadas do século XXI nos convida a repensar os impactos efetivos das nossas políticas públicas de acolhida e permanência, com destaque, neste capítulo, para o aprendizado do português como língua de acolhimento.

A chegada a um novo país impõe inúmeros desafios aos sujeitos em deslocamento, desde a busca por trabalho e moradia dignos, até aspectos que envolvem tradução cultural, desenvolvimento de autonomia e plena inserção na

sociedade de acolhimento. Neste sentido, o domínio da língua portuguesa é uma das grandes questões que atravessam igualmente todos aqueles que não são falantes nativos do português. Da mesma forma, burocraticamente, o reconhecimento de um diploma que comprove nível básico de conhecimento da língua portuguesa constitui, também, uma das exigências para concessão de “nacionalidade brasileira” para os migrantes que aqui desejam permanecer de forma documentada. É, pois, compreendendo a importância política do aprendizado do português como língua de acolhimento e observando a ausência de projetos de desenvolvimento de políticas linguísticas de forma governamental, que inúmeros atores da sociedade civil se lançaram no desafio de pensar estratégias para o ensino da língua, de modo a permitir aos migrantes e refugiados um espaço de socia-

bilidade, de diálogo intercultural e de comunicação.

É o caso do Projeto de extensão “Português como Língua de Acolhimento e Diálogos Interculturais - PLAc”¹, desenvolvido pelo Observatório das Migrações de Santa Catarina (Obmigra - SC) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em parceria com os professores do Projeto Escola de Migrantes da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) e com a ONG Círculos de Hospitalidade (CH). O projeto foi idealizado em um contexto político marcado tanto pelo aumento dos discursos de suspeição gerados pela entrada de migrantes do Sul global no Brasil, quanto pela lastimosa ausência de políticas públicas efetivas de acolhimento de migrantes.

A pesquisa do antropólogo e demógrafo francês Gilles Pison sugere que apenas em 2017 o fluxo de movimentos globais em direção sul-sul superou, pela primeira vez, os deslocamentos do sul global para o norte (Pison, 2019). Segundo Cechinel, “esta tendência se acentuou nos anos subsequentes e parece indicar uma mudança nas dinâmicas migratórias globais” (Cechinel, 2021, p. 474). Esta mudança na direção dos deslocamentos, apontada por

Pison (2019), pode ser evidenciada a partir da análise dos dados históricos de entrada de migrantes e refugiados no Brasil. Para Cechinel, “De fato, desde 2013, o aumento no número de refugiados de países africanos, sul e centro-americanos (Ministério da Justiça, 2015; 2016; 2017; 2018), bem como o aumento sensível da presença destes migrantes no mercado de trabalho brasileiro (Cavalcanti, 2015; 2016; 2017; 2018), sugere, por um lado, a inclusão o Brasil nas novas rotas migratórias e, por outro, o fortalecimento do trânsito no hemisfério sul” (Cechinel, 2021, p. 474).

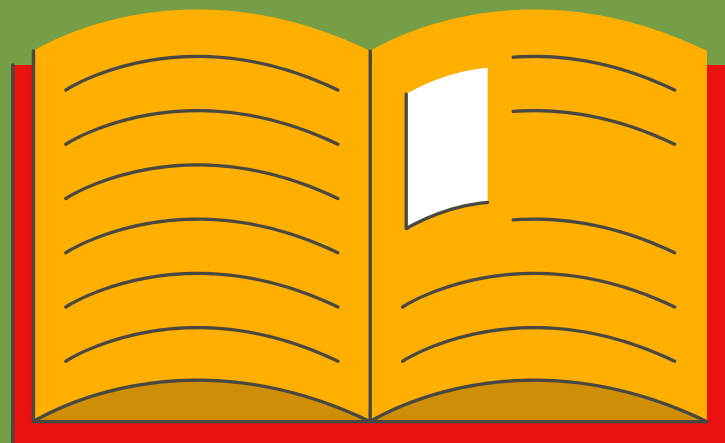
A pesquisa nos dados históricos do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) indica que houve um aumento gradual da solicitação de protocolos de refúgio no Brasil, a partir de 2010. Os relatórios divulgados pelo comitê apontam três anos de maior intensidade na solicitação de refúgio no país, a saber: 2011, 2014 e 2018. O ano de 2018 é, segundo o relatório Global Trends, 2019 [Tendências Globais, 2019] publicado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), especialmente importante nesse contexto, pois marca o momento em que o Brasil foi alçado ao sexto lugar mundial na procu-

ra de asilo, com cerca de 80.000 pedidos de refúgio registrados no CONARE apenas naquele ano.

Estes dados, apesar de não contemplarem, em sua totalidade, a grandeza dos fluxos em direção ao Brasil, ajudam a compreender a urgência de ações como o projeto de extensão “Português como Língua de Acolhimento e Diálogos Interculturais - PLAc”. O projeto de extensão PLAc do Obmigra-SC teve como principal impulsionador a compreensão de que, para uma inserção plena dos sujeitos em situação de migração na sociedade de acolhimento, é primordial pensar em mecanismos de construção da autonomia social destes homens e mulheres. Tal autonomia pode ser conquistada a partir do conhecimento da língua do país em que procuram se estabilizar e da sistematização de um capital cultural de difícil acesso aos sujeitos em condição migrante, visto que são limitados os canais que promovem o estudo de aspectos culturais regionais, o conhecimento das leis que regem o país e a orientação sobre as possibilidades de assistência social.

Este capítulo busca relatar as experiências de um projeto de extensão universitária ligado ao Observatório das Migrações de Santa Catarina, que imbuídos desta

1 O Programa de Extensão Novos Imigrantes em SC: cidadania e diálogo intercultural - coordenado por Andre de Souza Martinello e ao qual o curso de Extensão Português como língua de acolhimento está vinculado. O projeto está na sua 2ª edição e contou com apoio do edital PAEX-PROCEU/UDESC no 01/2021 na sua 2ª edição e pelo Edital PAEX/UDESC no 01/2020 na 1ª edição. Este relato apresenta uma descrição das duas primeiras edições. Agradecemos ao apoio da Direção de Extensão FAED/UDESC, o apoio ao projeto e a confecção dos certificados, tão importantes para os imigrantes conseguirem acessar a cidadania, como veremos no texto.



inquietação política com relação ao acolhimento de imigrantes, se dispuseram a colaborar em um curso cujo objetivo principal era promover o encontro e a troca intercultural. Neste sentido, o capítulo se divide em duas seções, que buscarão, a saber, 1. discutir brevemente os referenciais teórico-metodológicos que embasam a discussão sobre “diálogos interculturais” e “português como língua de acolhimento” no Projeto de extensão PLAc-UDESC, e; 2. apresentar a proposta e metodologia do curso de extensão, bem como os desafios de sua realização - o curso PLAc, inicialmente pensado para ser um curso presencial, foi reorganizado para ser oferecido em plataforma digital, em função da eclosão da pandemia da COVID-19 -; e da validação dos diplomas dos cursistas migrantes.

1. PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO E A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO

INTERCULTURAL

Em se tratando da discussão sobre o Português como Língua de Acolhimento, o projeto PLAc tem como fundamentação a concepção de que

[...] É notório que a aquisição de uma nova língua-cultura - diferente daquela denominada ‘língua materna’ - não é de natureza simples, tampouco neutra. Trata-se de um processo complexo porque está diretamente vinculado às relações que se estabelecem entre pessoas, culturas e identidades (Barbosa, São Bernardo, 2017).

Logo, o aprendizado de uma nova língua se confunde com o aprendizado e a tradução de uma nova cultura. Como sugerem Barbosa e São Bernardo (2017):

Desse modo, ao falarmos de língua de acolhimento, referimo-nos ao prisma emocional e subjetivo da aprendizagem dessa nova língua, sem perder de vista a relação conflituosa que se apresenta

no contato inicial do imigrante com a sociedade acolhedora [...] Nessa perspectiva, língua de acolhimento propõe uma revisão sobre o papel e a formação do(a) professor(a) que atua nesse contexto, pois ele(a) pode: I) amenizar o conflito inicial entre aprendente e língua; e, II) estabelecer as condições necessárias para que esse aprendente comece a vê-la e interpretá-la como elemento de mediação entre ele(a) e a sociedade anfitriã (Barbosa e São Bernardo, 2017, p. 436).

Neste sentido, assim como as professoras acima mencionadas, o Projeto PLAc considera que o projeto de ensino de português na perspectiva do acolhimento é uma importante ação política, que marca o compromisso dos mediadores, neste caso o Observatório das Migrações de Santa Catarina, com o processo de inserção dos migrantes e refugiados ao novo ambiente que os recebe, por intermédio do aprendizado da língua,

considerada fundamental para o acesso ao trabalho, ao diálogo com a sociedade de acolhimento.

Pesquisar sobre as migrações e os diferentes movimentos de circulação de pessoas, requer, em grande medida, um engajamento político e ideológico relacionado aos Direitos Humanos. A mobilidade humana precede a existência dos estados nacionais, neste sentido, quando pensamos nas pessoas migrantes, estamos entendendo este movimento como parte de um exercício relacionado aos direitos fundamentais das pessoas, de escolherem onde desejam deixar transcorrer suas vidas (Baraldi, 2014, Marinucci, 2002, 2014). Ser pesquisador sobre as pessoas em mobilidade internacional requer uma sensibilidade com relação às dificuldades inerentes ao processo de deslocamento que envolve abandonar sua terra natal e seguir em uma jornada incerta para outro país. A diferença entre se instalar em outro país, ou ser acolhido em uma nova sociedade, pode transformar de modo profundo a experiência migratória. Neste sentido, estudar as migrações não se trata de uma mera posição contemplativa, de observar a mobilidade das pessoas, mas requer um posicionamento proativo, que busque interferir nesta realidade e proporcionar, dentro do possível, contribuir para um melhor acolhimento das pessoas migrantes.

Outro conceito importante para

a experiência PLAc é a ideia de “interculturalidade”. Compreendemos aqui, assim como Walsh (2007), a importância de pensar processos contra-hegemônicos de poder, em que o referencial epistêmico sejam práticas oriundas do Sul global. Walsh (2007), a luz de suas pesquisas nos movimentos indígenas do Equador e da Bolívia propõe que a interculturalidade assinala uma política cultural baseada não simplesmente no reconhecimento da inclusão, mas de uma transformação estrutural sócio-histórica, de uma política e de um pensamento que busca a construção de uma proposta alternativa de civilização e sociedade, que parte da confrontação do poder e que propõem outra lógica de incorporação. Neste sentido, a proposta do Curso de português como língua de acolhimento buscava não apenas desenvolver competências linguísticas, mas promover o encontro intercultural, com a proposta de fornecer elementos fundamentais aos participantes sobre a história, sociedade, língua e “cultura brasileira”.

Pensar em um espaço de acolhimento, de mediação cultural e de construção de processos com lógicas outras de incorporação se faz importante em função do contexto que insere Santa Catarina na rota de migrações internacionais. De fato, o estado é palco de uma intensa atividade migratória, dinâmica que está presente na realidade social catarinense desde a

sua colonização até os dias atuais (Assis, et al. 2019). As migrações em Santa Catarina relacionam-se com aspectos centrais da formação social do estado, como suas etnicidades, sua dinâmica econômica e social e as particularidades de seu desenvolvimento regional.

Como sugere Alloati (2013) historicamente, vários foram os migrantes que ficaram “invisíveis para as políticas públicas” em Santa Catarina (Iha, 2008; Alloati, 2013). Em especial aqueles de origem latino-americana que adentraram o estado ao longo das décadas de 1970 e 1980. Nesta época, muitos exilados políticos de governos autoritários receberam asilo ou refugiaram-se de forma indocumentada em Santa Catarina (Alloati, 2013). Além dos exilados, outro fenômeno chama atenção dos estudos migratórios: a presença de turistas, especialmente de origem argentina, que permaneceram, tornando-se migrantes nas regiões litorâneas do estado. Após esse ápice de deslocamentos estudados por Alloati (2013), apenas em 2010 veremos uma mudança na dinâmica migratória em Santa Catarina, com a chegada de imigrantes haitianos, manchete nos principais jornais e telejornais do estado. Se a visibilidade midiática aponta para a construção de discursos pejorativos sobre “os novos migrantes”, novamente, estes aparentemente continuam invisíveis para as políticas públicas. O discurso de “terra

de oportunidades”, presente nas narrativas sobre as migrações históricas (a saber, de alemães, italianos, poloneses e outros europeus, no século XIX), não se replica aos “novos migrantes”, agora representados com estranheza e desconfiança. Nesse íterim, Santa Catarina pouco a pouco, amplia sua presença nas rotas de passagem ou parada de outros migrantes do Sul global, como senegaleses, ganeses, sírios, e, mais recentemente, os venezuelanos.

Ao serem inseridos no discurso jornalístico, os imigrantes são apresentados por meio de uma série de representações, impactando a opinião pública no que diz respeito à acolhida e integração. Os imigrantes ao chegarem nas cidades catarinenses em busca de trabalho e oportunidades, se dirigem, muitas vezes, para as regiões periféricas onde vivem situações de vulnerabilidade social.

É nessa nova realidade que nos deparamos com o desafio de lidar com a interculturalidade em novos termos, pois a inclusão envolve o aprendizado de um novo idioma. Os imigrantes em suas experiências em Santa Catarina, tanto em Balneário Camboriú, como em Chapecó, Florianópolis, Criciúma e outras cidades do estado por onde passaram, enfrentaram, e ainda enfrentam, di-

ficuldades de inserção laboral e de integração cultural, pois, além da crise econômica que se abateu sobre o estado e o país a partir de 2015, estes têm que lidar com discursos de subalternidade, preconceito, xenofobia e discriminação racial. Além das dificuldades linguísticas, da falta de serviços em creolle, inglês ou francês, a dificuldade de reconhecimento de seus diplomas ou habilidades trazidas dos seus países de origem, os migrantes têm que enfrentar o preconceito e a discriminação por sua cor². De fato, segundo o Ministério Público do trabalho de Santa Catarina, 30% das denúncias de discriminação de etnia, cor e raça registrados envolvem haitianos e africanos, principalmente do Congo e Senegal.

Esse quadro dos desafios enfrentados por migrantes e refugiados em Santa Catarina evidencia a importância do Programa de Extensão Novos Imigrantes em SC: cidadania e diálogo intercultural, que tem no curso de português como língua de acolhimento uma de suas ações. As atividades do Projeto buscaram fortalecer espaços de intercâmbio, visibilizando a diversidade e a interculturalidade do território habitado. Por meio das ações propostas, visamos incorporar a presença mais recente de novos migrantes,

notadamente, haitianos, ganeses, senegaleses e venezuelanos, buscando, por intermédio do ensino do português como língua de acolhida, favorecer aos migrantes e seus filhos, o diálogo com a comunidade local, promovendo trocas de saberes e experiências. Assim, por meio dessa ação de extensão, pretende-se contribuir de forma efetiva na promoção da inclusão desses novos migrantes em localidades na sociedade catarinense, bem como da diversidade e cidadania no território habitado e de habitar.

Segundo Noam Chomsky (1979), uma pessoa que precisa aprender um idioma deve, além das regras gramaticais, dominar todo um conjunto de novas informações, muitas delas não linguísticas (gestos, expressão corporal, etc). Assim, o Programa PLAc não se limitou a ensinar os aspectos gramaticais do idioma português, mas buscou estabelecer um diálogo que permite fazê-los conhecer aspectos socioculturais da sociedade brasileira, marcada por distinções de classe, raça e gênero que situam os migrantes em diferentes contextos de acolhimento. Além do curso de português como língua de acolhimento, o PLAc ofereceu oficinas e rodas de conversa que abordaram as questões da diversidade cultural, da cidadania e dos

2 Importante frisar que não apenas os migrantes internacionais, os imigrantes internos, dentre eles os nordestinos, também sentem o preconceito e a discriminação por sua origem étnica. Chamados genericamente de baianos, sofrem discriminação por seu sotaque, seu modo de vida e suas diferenças regionais (Casaniga, 2016).



direitos dos imigrantes (Lei de migração nº13.445/2017) e dos marcadores sociais da diferença, pois uma parcela expressiva desses migrantes vem do Sul global, e é reconhecida como uma população negra no Brasil.

A discussão sobre “língua de acolhimento” é uma experiência que se iniciou na Europa, notadamente em Portugal, país que tem adotado políticas importantes de integração e diálogo intercultural com os imigrantes que chegaram desde o final do século XX. Neste sentido, Grosso (2010, p.73) destaca “na língua de acolhimento, são privilegiadas áreas que promovem o conhecimento sociocultural, o saber profissional, a consciência intercultural, as relações interpessoais, bem como a partilha de saberes, favorecendo a interajuda e ultrapassando estereótipos pela interação e pelo diálogo intercultural”. Neste contexto, a relação entre aquele que ensina e aqueles que estão aprendendo a língua é de trocas que envolve não apenas

o aprendizado das questões gramaticais, mas compartilhamentos que possibilitem um diálogo com o outro. Foi com base nessas experiências que também têm ocorrido em outras localidades no Brasil, que consideramos oferecer o curso dentro dessa perspectiva mais dialógica e valorizar as trocas interculturais que favorecem a integração do imigrante na sociedade de acolhimento.

A extensão é uma prática da cidadania que requer a criação de um ambiente de troca de informações sobre a condição de chegada e de permanência dos imigrantes e refugiados. Como não há cidadania sem o acesso aos direitos individuais e coletivos, também não há sem o domínio do idioma corrente em nosso país. A extensão como prática da diversidade requer, sobretudo, a troca dos saberes culturais, ou seja, a criação de um ambiente de compartilhamento entre a equipe extensionista e o grupo de migrantes ou refugiados participantes. Neste ambiente, são

relacionados os saberes da origem e do destino, enfocando que a alteridade não pode significar nem subalternidade e nem adversidade. A extensão como prática da integração requer a inserção dos migrantes e refugiados nos espaços legais de representação e de regulação da questão migratória e de refúgio. Requer que as dificuldades e limitações impostas pela sociedade receptora sejam problematizadas, denunciadas e, principalmente, superadas. Não há integração com segregação interna, ou seja, com a formação de guetos e enclaves étnicos na sociedade receptora. Como também não há diálogo intercultural quando se pressupõe que migrantes têm que se “assimilar” a cultura local, perdendo as identidades étnicas do migrante e do refugiado. O que a extensão deve buscar é a integração como mecanismo de inserção na sociedade de migração e de não segregação dos migrantes.

Nesse sentido, o Português como Língua de Acolhimento

(PLAc) exerce um papel fundamental e inovador, através da implementação de uma metodologia participativa; que respeita a história, a memória, os afetos e a construção identitária das pessoas migrantes e refugiadas, cujo foco centra-se na cidadania, no diálogo intercultural e na promoção dos direitos humanos (Silva, Júnior Costa, 2020). Trata-se, finalmente, de uma metodologia e prática acolhedoras. Segundo Silva e Júnior Costa (2020, p.126-127), o PLAc é uma iniciativa reconhecida no Brasil há 10 anos e que “por meio do ensino de Português a partir do fomento da acolhida solidária, tem participado ativamente do agenciamento de questões (extra)linguísticas do sujeito migrante no nosso país”.

2. UM RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE INTERCULTURALIDADE EM AÇÃO EM SANTA CATARINA: METODOLOGIAS, DESAFIOS E RESULTADOS.

O “Português como Língua de Acolhimento e diálogos interculturais - PLAc”, oferecido no marco do Projeto de Extensão da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), é um curso gratuito, possui um formato de 60 horas e, inicialmente, destinar-se-ia à população migrante residente em Santa Catarina. No entanto, com a eclosão da pandemia da Covid-19 e a adaptação do curso presencial para o formato on-line, optou-se

por abranger um número maior de migrantes, incluindo os e as migrantes residentes também em outras cidades e estados brasileiros. Com isso, o curso atingiu o número de 287 pessoas matriculadas em 2021 e 137 em 2022, totalizando 424 pessoas nas duas versões. Destas, 45 conseguiram se formar e receber o certificado de conclusão. É importante dizer que entre as principais nacionalidades dos cursistas destacam-se: Haiti, Venezuela, Colômbia, República Dominicana, Santo Domingo e Peru, respectivamente.

Como mencionado anteriormente, o curso faz parte de um projeto de extensão universitária da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e conta com a colaboração de professores e discentes de graduação e pós-graduação da UDESC; de docentes da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC); da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e voluntários da equipe da Círculos de Hospitalidade, organização sem fins lucrativos localizada em Florianópolis, com a coordenação pedagógica do professor Fernando Pedretti. O projeto foi desenvolvido no âmbito das atividades do Observatório das Migrações de Santa Catarina (OBMIGRA-SC) que tem desempenhado importante papel na discussão e reflexão sobre os novos migrantes no estado e que tem uma longa experiência em programas de extensão universitária.

Para além das aulas expositivas síncronas, realizadas através da plataforma *Google Meet*, elaborou-se, também, um material didático para o curso, estabelecendo uma série de atividades de estudo de forma assíncrona. Além das 60 horas de atividades de aula e das atividades assíncronas, os estudantes migrantes foram acompanhados por monitores, que auxiliaram no processo de aprendizado, sanando dúvidas e exercitando a comunicação oral e escrita, através de um grupo de *Whatsapp* criado para cada turma. As aulas foram ministradas por professores e bolsistas do projeto, sob a supervisão dos docentes responsáveis pelo Projeto de Extensão.

O curso PLAc foi dividido em seis eixos temáticos, cada um deles trabalhado em uma aula, a saber: I) diversidade e gênero; II) alimentação e agroecologia; III) geografia do Brasil; IV) história do Brasil; V) direito do imigrante e VI) saúde do imigrante VII) educação e o último encontro, presencial, foi a avaliação final. A escolha dos temas se relaciona com o objetivo do Curso de Português como Língua de Acolhimento - PLAc em promover o acolhimento e a inclusão das pessoas migrantes a partir do diálogo intercultural, do respeito às suas identidades e da perspectiva dos direitos humanos. Se vincula, ademais, com as próprias necessidades cotidianas dessa população. A seguir, apre-

sentaremos brevemente o conteúdo abordado em cada temática.

2.1 DIVERSIDADE E GÊNERO

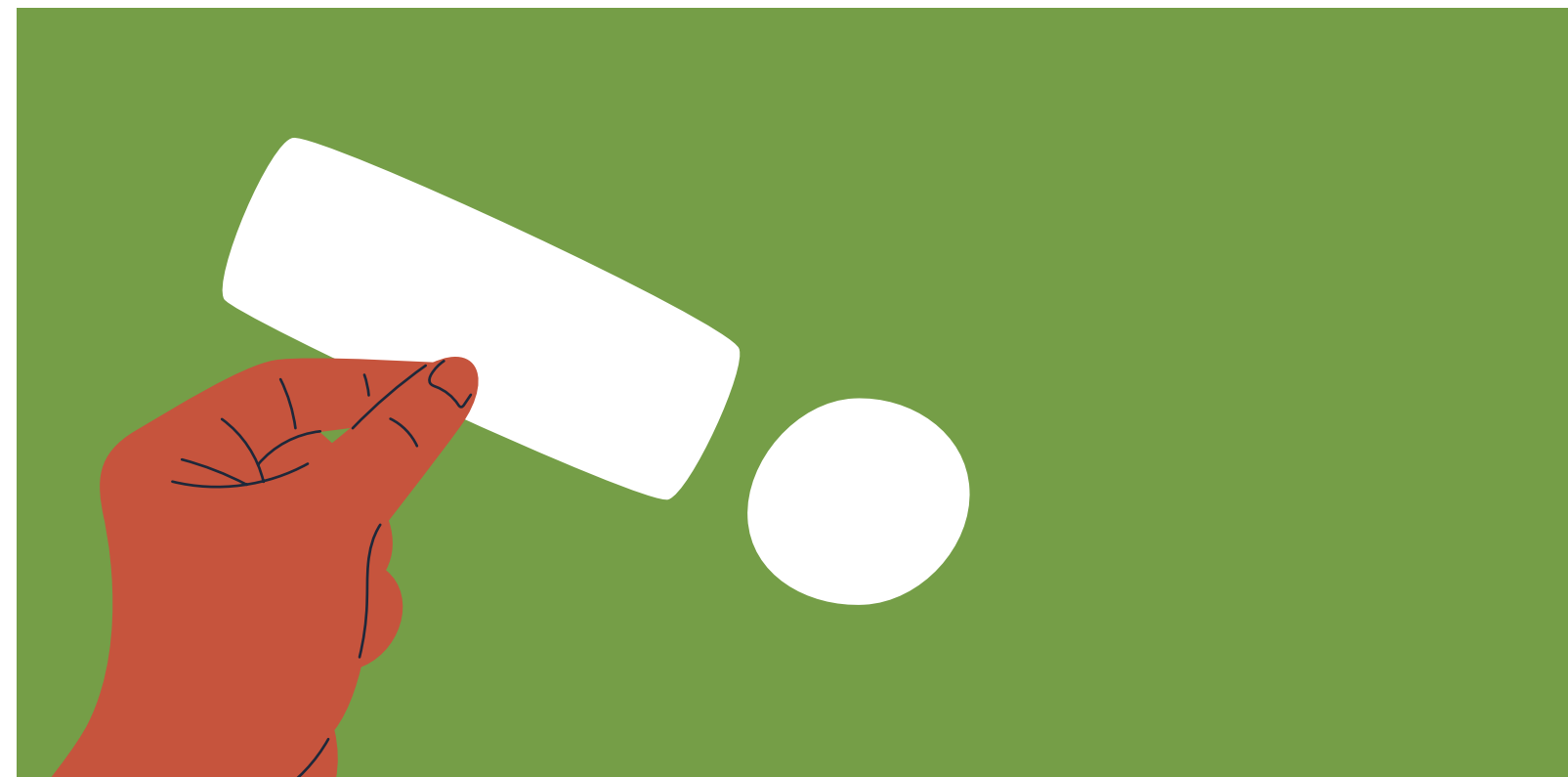
O módulo de gênero e diversidade, foi ministrada pela professora Glaucia de Oliveira Assis. A aula começou com uma pergunta sobre como os imigrantes percebiam as relações entre homens e mulheres no Brasil e, em seguida, apresentou-se um breve vídeo sobre Igualdade de gênero produzido pela ONU mulheres. A partir desse vídeo foi solicitado aos imigrantes para falarem como era a questão de gênero nos seus países de origem e a importância da igualdade de gênero. A partir da fala dos imigrantes, discutiu-se as questões sobre o conceito de gênero, a questão da desigualdade e a importância da igualdade

de gênero, da participação das mulheres na sociedade, na vida pública, no trabalho e na vida doméstica demonstrando a importância de reconhecer as contribuições das mulheres no cotidiano e destacando mulheres que fizeram parte da história do Brasil, como Antonieta de Barros, professora e primeira deputada eleita no estado. A aula foi muito instigante e participativa, pois possibilitou trocas de experiências entre os discentes e os ministrantes do curso em um tema tão delicado como as questões de gênero. A partir desse encontro, foram sugeridas atividades com o objetivo de discutir as questões de gênero ao mesmo tempo em que os cursistas realizavam atividades de português.

2.2. ALIMENTAÇÃO E

AGROECOLOGIA

As ministrantes desse módulo, Lina Magalhães e Jane Vieira da Rocha dividiram a aula tema/aula em quatro partes: i) O que se come no Brasil?; ii) O que se come em seus países de origem?; iii) Classificação dos alimentos (in natura, processados, ultraprocessados) e v) Agroecologia. Na primeira parte, falamos sobre a alimentação no Brasil em geral. Iniciamos com a apresentação do *teaser* oficial da série História da Alimentação no Brasil, baseada no livro, de mesmo nome, do historiador Luis da Câmara Cascudo (2011)³. Escutamos sobre suas experiências alimentares no país e nas distintas regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sul, Sudeste); logo, compartilhamos quais são os principais alimentos pro-





duzidos e consumidos no Brasil, as particularidades de cada região e a influência da cultura indígena, afro-brasileira e europeia; os tipos de refeições (café da manhã, almoço e jantar), os pratos típicos⁴ e a cesta básica. Em seguida, indagamos e buscamos conhecer as referências e receitas culinárias de sua terra natal, assim como as memórias afetivas que estas trazem. Por fim, questionamos sobre a saúde e qualidade dos alimentos (in natura, processados, ultra-processados), sobre as diferentes práticas de produção (agronegócio e agroecologia), o uso de veneno e do relacionamento com o meio ambiente e com as comunidades produtoras e do entorno. Concluímos a aula com exercícios pré-elaborados.

2.3. GEOGRAFIA DO BRASIL E TRANSPORTES

Os ministrantes desse módulo, Lucas Matias da Silveira e Tafarel Cassaniga, dividiram a aula em duas partes: Meios de transporte e Regiões do Brasil. No primeiro momento, apresentamos a grande extensão territorial do Brasil. Assim, realizamos comparações do tamanho do território brasileiro com outros países de conhecimento dos alunos, tais como: Gana, Senegal, Haiti e, até mesmo, comparado com a extensão do continente europeu. Por esta razão, o Brasil é conhecido por ser um país de tamanho continental. Explicamos, também, a divisão regional brasileira: Norte, Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste, no qual cada região é dividida em

estados e o Distrito Federal. Na oportunidade, abordamos o nome de cada estado demonstrando fotos de suas capitais, sua localização geográfica e a sigla do estado. Durante a aula, perguntamos se algum aluno já teve a oportunidade de conhecer algum estado do Brasil e, com isso, relatar a experiência para os demais colegas. Deste modo, foi comentado sobre a gastronomia, a sua estadia, o meio de transporte, o clima e a diferença de seu país natal e de outros estados do Brasil. Em virtude disso, os alunos perceberam a tamanha grandeza do Brasil e que cada região, estado e município possui sua especificidade. Comentamos sobre as diferenças geográficas das regiões, como: Sul possuindo estações frias, Norte e

Nordeste com climas mais quentes. E, por fim, foi comentado sobre a região Sudeste que constitui como a mais populosa do país e, ainda também, possui as maiores cidades do Brasil: São Paulo e Rio de Janeiro.

Já na segunda parte da aula, com o tema “Meios de Transportes”, explicamos como podemos nos locomover no Brasil a partir dessas diferenças em distâncias regionais. Desta maneira, apresentou-se que os principais meios de transporte do país são rodoviários: carro, moto, caminhão e ônibus. Entretanto, dependendo da região do Brasil, existem outros meios de transportes. A Região Norte que, devido sua grande variedade de rios, utiliza muito do meio de transporte hidroviário. Se o município for muito populoso, pode possuir metrô e/ou trem, como é o caso de São Paulo e Rio de Janeiro. Discutiu-se, também, o processo de locomoção na cidade, principalmente em Florianópolis - SC, onde a maior parte dos alunos moram, ou conhecem. Um fato curioso é a existência de um aplicativo para *smartphone* chamado “Floripa no ponto”, no qual você pode acompanhar os horários dos ônibus, sua localização, valores entre outras facilidades. Além, também, de lembrar os alunos de fazer o cartão do ônibus para pagar mais barato. Na oportunidade, os cursistas comentaram sobre as vantagens e, também, os problemas com o transporte público.

Sendo assim, nesse jogo de interações, concluiu-se a aula com exercícios pré-elaborados.

2.4. HISTÓRIA DO BRASIL

O módulo sobre história do Brasil, por sua vez, foi ministrado pela professora Michelle Maria Stakonski Cechinel. Este eixo temático teve como objetivo inicial abordar a história do país a partir do recorte específico dos deslocamentos forçados, dos trânsitos, diásporas e fluxos migratórios. O argumento apresentado e discutido com os alunos e alunas do curso PLAc é que a compreensão sobre formação cultural e sociopolítica do Brasil não pode ser desvinculada da história dos fluxos de chegada e passagem, que tiveram o país como palco. A sequência didática da aula expositiva-dialogada preocupou-se em, primeiramente, problematizar a diferença entre migrações e outras formas de deslocamento, como o tráfico intercontinental de sujeitos em situação de escravidão. Em um segundo momento, a professora apresentou um quadro de entradas de migrantes no contexto do pós-abolição no Brasil, abordando os contextos históricos do início destes fluxos, as nacionalidades e grupos étnicos envolvidos nestes deslocamentos e os impactos da presença destes sujeitos no contexto da história do Brasil. Após essa discussão, com auxílio de diversos suportes audiovisuais - saber, fotografias; áudios

de conversas; trechos de música; trechos de vídeos e trechos de textos de literatura -, a mediadora da aula mostrou alguns traços de outras culturas presentes na culinária, língua, arquitetura, costumes e lendas ditas brasileiras, identificando que nossa cultura é dinâmica e constituída a partir do encontro de vários mundos. Por fim, os alunos participaram de uma discussão sobre a história do seu próprio país, sobre as intersecções entre os contextos brasileiro e de suas nacionalidades, identificando traços culturais de outras nacionalidades, fronteiras ou grupos étnicos em seus países de origem.

2.5. SAÚDE DA POPULAÇÃO IMIGRANTE

O módulo sobre saúde foi ministrado pelo professor Daniel Granada e pela professora Maria da Conceição Oliveira. A aula foi dividida em dois momentos: o primeiro foi constituído por uma intervenção a respeito do conceito de saúde e por uma explicação sobre os chamados “Determinantes Sociais de Saúde” no caso das pessoas em mobilidade internacional (Granada, 2017). A primeira parte da aula se destinava, portanto, a oferecer um panorama da saúde associada às condições de vida dentro do processo de mobilidade internacional. Em seguida, a segunda parte da aula visou oferecer informações práticas sobre o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS); sobre Unidades

Básicas de Saúde e as formas de acessar os serviços públicos de saúde no Brasil.

Pensar a saúde no caso das migrações requer não apenas entender as causas das doenças, mas compreender de que forma estes determinantes atuam ao longo do processo migratório. Nesse caso, é preciso compreender quais as condições de vida e saúde que precedem a inserção no circuito migratório, como era a vida da pessoa antes de sair do seu país, se possuía ou não acesso aos serviços de saúde, quais as causas do deslocamento, se foi voluntário ou se a migração ocorreu de modo forçado - por questões de perseguição política, problemas econômicos, catástrofes ambientais ou sanitárias (MESSADRA, 2015; CONARE, 2019). Também precisamos compreender se o deslocamento se deu por meios oficiais, mais seguros, ou se foi por caminhos considerados “clandestinos”, que podem, em grande medida, aumentar as condições de vulnerabilidade do deslocamento (DOMENECH et al, 2020). Outro ponto discutido foi sobre as condições de inserção no novo país, a existência de racismo, machismo ou xenofobia. No final da aula, ocorreu um momento intenso de troca de relatos e experiências, entendendo o acesso à saúde e a mobilidade internacional, como parte dos direitos fundamentais de nós, seres humanos.

2.6 EDUCAÇÃO

Esse módulo foi ministrado pelo professor Francisco Canella em parceria com Nathalia Cabral e participação de Fernando Pedretti. O eixo referente à educação teve como objetivo informar os cursistas sobre o funcionamento do sistema educacional brasileiro, tópico de relevância no sentido de permitir uma inserção dos imigrantes, mas também de suas famílias. Muitos deles possuem filhos. A aula trouxe dados sobre o marco legal, informando sobre a Constituição Federal de 1988, e o seu desdobramento na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996. A partir da contextualização histórica, na qual foram destacados aspectos como a herança colonial e escravista e as desigualdades educacionais, a aula teve como provocação à pergunta: “como ingressar no sistema educacional brasileiro?” A partir dessa questão, foi explicada a organização do sistema educacional, e como devem os migrantes proceder para a obtenção da equivalência e revalidação de estudos realizados no exterior.

Com relação à organização do sistema educacional, foi explicado como a Educação Básica é estruturada no Brasil, especificando a divisão em Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Também as outras modalidades foram contempladas, como a Educação Profissional, a Educação Especial, a Educação a Distância

(EAD) e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Foi dado maior destaque a essa última modalidade, a EJA, pois sendo significativa parte dos migrantes participantes do curso formada por adultos, foi a que despertou maior interesse.

Foram ainda explicadas as modalidades de ingresso no ensino superior público: o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Vestibular. Finalmente, não foi esquecido outro aspecto importante para o migrante, que é o aspecto institucional. Tendo em conta a relevância da documentação no processo migratório, foram detalhadas as exigências para a validação dos diplomas e certificados, considerando os diferentes status migratórios previstos na legislação brasileira: imigrantes gerais, refugiados e imigrantes do Mercosul.

2.6. CERTIFICAÇÃO

O formato do curso PLAc - carga horária e emissão final de certificado por instituição de ensino reconhecida - visa atender as exigências da Polícia Federal para a solicitação da cidadania brasileira. Com a apresentação do certificado os cursistas mostram sua capacidade de se comunicar em língua portuguesa, ao mesmo tempo em que cumprem com um dos critérios estabelecidos. A avaliação final foi realizada presencialmente sob coordenação de Fernando Pedretti, de Glaucia Assis e de Michelle Stakonski Cechinel que acompanharam todo o curso. As

aulas síncronas, aos sábados, tinham sempre a participação dos professores acima citados, além dos ministrantes dos respectivos módulos. Todos os encontros foram gravados, a fim de proporcionar aos alunos a oportunidade de assistir ou reassistir as aulas em momentos oportunos. Os mediadores de cada módulo procuraram conduzir os encontros de maneira dialógica, de forma que a participação dos alunos e das alunas nas aulas foi sempre muito pró-ativa. O fato de o curso ter sido realizado em formato on-line possibilitou que os migrantes de outros estados e cidades pudessem participar, e que acompanhassem as aulas em suas casas - enquanto cuidavam dos filhos ou dos afazeres do lar - ou de seus trabalhos. Os sábados de manhã se tornaram momentos de encontro e de

troca e evidenciaram que é possível aprender português discutindo questões do cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante dizer que muitos dos alunos utilizaram nosso certificado para obter a cidadania. Conforme estabelece a nova lei de migração, o conhecimento da língua é uma das condições de acesso à cidadania brasileira (Lei nº 13.445/2017). Assim, na conclusão do curso e nos dias das provas presenciais, muitos imigrantes agradeceram a oportunidade. Um dos relatos que expressa a importância do Programa para os imigrantes ficou registrado no grupo de *Whatsapp* dos alunos, é de um haitiano que participou do PLAc em 2023 e, por conta do diploma, conseguiu prosseguir com os trâmites do pedido de cidadania

brasileira: *“Eu não tenho palavras pra agradecer, fiquei muito feliz por esse curso português, cheguei lá na polícia federal e fui muito bem recebido com o certificado. Muito muito obrigado, que Deus nós abençoe sempre.”* Esses e outros relatos revelam a importância do curso PLAc para a inserção dos migrantes na sociedade é uma boa prática que deveria ser ampliada como política pública de acolhimento a imigrantes.

Pretende-se continuar a oferta do curso, que está no 3º ano de funcionamento, porém, é preciso, ainda, vencer alguns desafios:

Garantir maior agilidade na emissão dos certificados. A logística que envolve a avaliação final do curso é bastante complexa, pois abrange a organização da aplicação da prova em campus e em Universidades diferentes, tendo



supervisão de professores e acadêmicos voluntários. Organizar uma agenda única com os voluntários, ensalamento para as avaliações, reunir os materiais de diversas regiões do estado de Santa Catarina para correção, aplicação de nota e construção de certificado demanda bastante tempo. Cumprir as exigências das diferentes unidades da Polícia Federal no estado. Entre os maiores desafios, encontra-se o fato de que, infelizmente, as unidades da Polícia Federal em Santa Catarina não cumprem o mesmo protocolo de acolhimento ao migrante que deseja apresentar o certificado para naturalização. Apesar das portarias que normatizam a realização de provas de português, há exigências específicas que são solicitadas para o aceite do documento de comprovação do curso de português. Muitas vezes, na Polícia Federal, o agente que está encaminhando o processo de naturalização, que envolve uma série de documentos, dentre eles o certificado de curso de português emitido por instituição de ensino superior, não aceita o certificado do curso ofertado pelo nosso Programa de extensão Curso de Português como Língua de acolhimento e pede informações complementares, ou declarações de que a prova foi presencial evidenciando o poder discricionário da Polícia Federal em aceitar ou não a documentação solicitada. O Curso PLAC mantém constante

diálogo com unidades da Polícia Federal e procura cumprir todas as exigências legais, a saber, o curso é oferecido por uma instituição de ensino superior, coordenado por um professor com formação na área, cumpre as exigências de carga horária mínima, realiza o registro das atividades on-line e aplica prova presencial. Diminuição da evasão dos cursistas. Por fim, há o desafio de diminuir a evasão dos alunos/as. Como é um curso on-line, começamos com muitos cursistas e concluímos um número bem menor. O desafio é conseguir ampliar a permanência no curso melhorando a comunicação e aumentando o engajamento dos alunos/as nas atividades assíncronas. Apesar das dificuldades e dos inúmeros desafios, consideramos que o Projeto PLAC é uma experiência exitosa e muito importante, pois possibilita a escuta, a troca de experiências e a oportunidade dos imigrantes, por intermédio do curso, alcançarem a naturalização no Brasil. O diálogo intercultural proposto neste espaço de conhecimento e de socialização visa possibilitar o conhecimento da língua portuguesa, da comunicação e da tradução cultural. Acredita-se que iniciativas como o PLAC do OBMIGRA-SC são de grande valia para uma sociedade que, apesar de sofrer com as lacunas causadas pela ausência de políticas públicas de inserção de migrantes interna-

cionais, busca mediar a produção de conhecimento, de autonomia e o sentimento de pertencimento para todos os sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. **Global Trends**: forced displacement in 2020. Genebra: Acnur, 2021.

BARALDI, Camila Bibiana Freitas. **Migrações internacionais, direitos humanos e cidadania sul-americana: o prisma do Brasil e da integração sul-americana**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ASSIS, Gláucia et al. Migrações Internas e internacionais recentes. In: ROCHA, Isa de O. (Org). **Atlas geográfico de Santa Catarina**: população - fascículo 3. 2a ed. Florianópolis: Governo Estado de Santa Catarina; Ed. da UDESC. 2019. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/6071/Atlas_Geografico_de_Santa_Catarina___Fasciculo_3__2a_Edicao_o____Populacao_o_eBook_2019_1__16184073964833_6071.pdf. Acesso em : 20 de maio de 2024.

BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; SÃO BERNARDO, Mirelle Amaral de. Língua de Acolhimento. in: CAVALCANTI, Leonardo et al. (orgs) **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 de maio de 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394** -LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, DF, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 20 de fevereiro de 2024.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. São Paulo: Grupo Editorial Global, 2011.

CAVALCANTI, Leonardo et. al. **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Relatório Anual 2014. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília: OBMigra, 2014.

CAVALCANTI, Leonardo et. al. **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Relatório Anual 2015. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília: OBMigra, 2015.

CAVALCANTI, Leonardo et. al. **A inserção dos**

imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2016. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília: OBMigra, 2016.

CAVALCANTI, Leonardo et. al. **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Relatório Anual 2017. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília: OBMigra, 2017.

CAVALCANTI, Leonardo et. al. **Migrações e mercado de trabalho no Brasil**. Relatório Anual 2018. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília: OBMigra, 2018.

CECHINEL, Michelle Maria Stakonski. **Zongos em Itinerância**: Migrações Ganesas em Criciúma no Tempo Presente (2014-2021). Tese (doutorado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina: Florianópolis, 2021. 347p.

CHOMSKY. Language and Responsibility. Ed. Harvester.1979

GROSSO, Maria José dos Reis. Língua de acolhimento, língua de integração. **Revista Horizontes de linguística aplicada**, v. 9, n. 2, p. 61-61, 2010.

DOMENECH, Eduardo et al. Fronteras: movi-lidades, identidades y comercios. In; (Trans) Fronteriza: (In)movilidades en las Américas y COVID-19 / Soledad Álvarez Velasco... [et al.]; coordinación general de Mariela Paula Díaz; Bruno Miranda; Yolanda Alfaro. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020. Libro digital, PDF - (Boletines de grupos de trabajo)acesso em 15.03.2024.

GRANADA, Daniel et al. Discutir saúde e imigração no contexto atual de intensa mobilidade humana. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, p. 285-296, 2017.

JUNG, Phillipe. Roman; ASSIS, Gláucia de Oliveira; CECHINEL, Michelle Maria Stakonski. Aqui para ficar ou só de passagem? Experiências migratórias de Senegaleses e Ganeses no Brasil. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 33, n. 2, jul./dez., 2018. Disponível em: <<http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>>.

MAGALHÃES, Aires. Imigração Haitiana no Estado de Santa Catarina: Contradições da inserção laboral. In: BAENINGER ET ALL. (ORG). Imigração Haitiana no Brasil. Campinas: Pacco Editorial. 2016.

MAGALHÃES, Luiz Felipe Aires. Migração de dependência: considerações teóricas e metodológicas sobre a imigração haitiana no Brasil. In: BAENINGER, Rosana et al. (org.). **Migrações Sul-Sul**. 2 ed. Campinas: Nepo/Unicamp, 2018. p. 368–383.

MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. O fenômeno migratório no Brasil. **Instituto Migrações e Direitos Humanos. Brasília**, 2002. Disponível em: https://www.csem.org.br/wp-content/uploads/2018/07/o_fenomeno_migratorio_no_brasil.pdf acesso em 2

MARINUCCI, Roberto. Criminalização das migrações e dos migrantes. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 23, n. 45, p. 07-10, 2015.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (Brasil). Lei de migração nº 13.445/2017, Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03///_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (Brasil). Comitê Nacional para os Refugiados (Conare). **Sistema de refúgio no Brasil**. Brasília: CONARE, 2016a. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Sistema_de_Refugio_brasileiro_-_Refugio_em_numeros_-_05_05_2016.pdf. Acesso em: 17 dez. 2019.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (Brasil). Comitê

Nacional para os Refugiados (Conare). **Refúgio em números**. Brasília: Conare, 2016b. Disponível em: https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/1o-edicao-sistema_de_refugio_brasileiro_-_refugio_em_numeros_-_05_05_2016.pdf. Acesso em: 17 dez. 2019.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (Brasil). Comitê Nacional para os Refugiados (Conare). **Refúgio em números**. 2a ed. Brasília: Conare, 2017b. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/2deg-edicao-refugio-em-numeros-2010-2016-v-5-0-final.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2019.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (Brasil). Comitê Nacional para os Refugiados (Conare). **Refúgio em números**. 3a. ed. Brasília: Conare, 2018. Disponível em: https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/refasgio-em-nasmeros_1104.pdf. Acesso em: 17 dez. 2019.

ONU MULHERES. Igualdade de Gênero. 2016, produzido pelo Instituto Coca Cola e IBAM. Disponível em <https://youtu.be/ZCGLC-vziRc?si=uMGlVkdDNQ2lkrni>, acesso em 22.09.2023.

PISON, Gilles. The number and proportion of immigrants in the population: international comparisons. **Population & Societies**, Paris, n. 563, p. 1-4, fev. 2019.

WALSH, Catherine. Interculturalidade y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. In: GOROSFOGUEL, R. E CASTRO-GÓMEZ, S. Eds. **El giro decolonial**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, p. 47-62, 2007.



Este podcast é uma parceria entre o Observatório das Migrações em SP e a Rádio Migrantes da Missão Paz. Focado em fluxos migratórios Sul-Sul, apresenta discussões e reflexões a partir das pesquisas conduzidas pelos integrantes de seu grupo de estudos.

Voz: Pesquisadores do Observatório das Migrações em São Paulo e Convidados
Gravação e Edição de Som: Miguel Ahumada
Coordenação: Laís Meneguello Bressan



PUBLICAÇÕES

Observatório das Migrações em São Paulo

ATLAS TEMÁTICOS

- .Migrações Internas e Internacionais, 2014
- .Migrações Internacionais, 2017
- .Migração Refugiada, 2018
- .Migrações Internacionais – Região Nordeste, 2019
- .Migrações Internacionais – Macrometrópole Paulista e Regiões de São Paulo, 2020
- .Migrações Venezuelanas, 2020
- .Migrações Internacionais – Região Sul, 2020
- .Mulheres nas Migrações Internacionais, 2021
- .Populações Vulneráveis – Trabalho Infantil, 2021
- . Região Metropolitana de Piracicaba, 2022
- .Migrações Internacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Brasil, 2024.

SÉRIE MIGRAÇÕES

- .Imigração Boliviana no Brasil, 2010
- .Fases e Faces das Migrações, 2014
- .Imigração Haitiana no Brasil, 2016
- .Migrações Sul-Sul, 2017
- .Migrações Fronteiriças, 2018
- .Migrações Venezuelanas, 2018
- .Migrações Colombianas, 2019
- .Migrações Internacionais e a Pandemia de Covid-19, 2020
- .Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais no Brasil, 2020
- .Migrações Angolanas, 2020
- .A Nova Lei de Migração: Os Três Primeiros Anos, 2020
- .Coleção Vamos Juntos! Português como Língua de Acolhimento, 2020 (Fascículo 4-Trabalho e Educação), 2021 e 2023
- .Migrações Qualificadas, 2021
- .Migrações Bolivianas, 2021
- .Coleção Vamos Juntos! Português como Língua de Acolhimento, 2020 (Fascículo 2-Me virando no dia a dia), 2021
- .Migração e Refúgio: temas emergentes no Brasil, 2024

SÉRIE POPULAÇÃO E CIDADES

- .Subsídios para o Planejamento e Políticas, 2010
 - .O Rural Paulista no Século XXI, 2018
 - .Subsídios para o Planejamento Local, 2019
 - .Espaços Regionais da Agricultura Globalizada, 2020
 - .Populações Vulneráveis, 2021
 - .Populações Vulneráveis: Trabalho Infantil, 2023
- www.nepo.unicamp.br

nepo.unicamp.br/observatorio/

